**Caso Honorato e outros Vs Brasil. Cumprimento de sentença. Relatório.**

**Fecha** Lun 17 Mar 2025 18:30

Prezados e prezadas,

Envio relatório de cumprimento de sentença relativo ao Caso Honorato e outros Vs Brasil, junto a essa Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Os anexos serão enviados em três mensagens adicionais.

Como de praxe, os documentos serão formalmente protocolados tão logo possível.

Cordialmente,

Luiz Felipe Vilela Pereira
Sub-chefe
Divisão de Contenciosos em Direitos Humanos





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

# CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

## CASO *HONORATO E OUTROS VS. BRASIL*

## RELATÓRIO DO ESTADO SOBRE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

**MARÇO DE 2025**

**SUMÁRIO**

I – INTRODUÇÃO ..... 3
II- RESPOSTA DO ESTADO ..... 5

II.V. Pontos Resolutivos 13 e 14: Dispositivos de Geolocalização e Câmeras Corporais ..... 30
II.VI. Ponto Resolutivo 15: Afastamento de policiais ..... 35
II.VI.I. Afastamento pela Corregedoria Militar ..... 36
II.VI.II. Afastamento pelo Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar (PAAPM) ..... 38
II.VII. Ponto Resolutivo 16: Reabertura de Investigações ..... 40
II.VIII. Ponto Resolutivo 17: Competência da Polícia Militar ..... 41
II.IX. Ponto Resolutivo 18: Investigações do Ministério Público ..... 47

III- CONCLUSÃO ..... 70
IV- ANEXOS ..... 72

## I – INTRODUÇÃO

O presente relatório tem o objetivo de remeter à Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) informações referentes à implementação dos pontos resolutivos da Sentença do Honorato e outros vs. Brasil, publicada em 27 de novembro de 2023.

O caso versa sobre o uso desproporcional da força policial no Estado de São Paulo ocorrida em 05 de março de 2002 na "Operação Castelinho", na qual foram executadas extrajudicialmente 12 pessoas por agentes da segurança pública.

Na sentença, a Corte IDH declarou a responsabilidade internacional do Estado brasileiro em face do descumprimento dos artigos 4 (direito à vida), em relação ao art. 1.1; artigos 8.1 e 25.1 (garantias judiciais, proteção judicial, prazo razoável e direito à verdade) da CADH, em relação aos artigos 1.1 e 2; art. 8.1 e 25.1, em relação ao artigo 1.1; art. 25.2.c (direito ao cumprimento das decisões judiciais) e artigo 5.1 (integridade pessoal), todos da CADH. A Corte especificou, na sentença, qual grupo de vítimas se referia cada tipo de violação. Como consequência da declaração de responsabilidade internacional, determinou as seguintes reparações:

> **Ponto Resolutivo 8-** Esta Sentença constitui per se uma forma de reparação.
>
> **Ponto Resolutivo 9-** O Estado criará um Grupo de Trabalho com a finalidade de esclarecer as atuações do GRADI no estado de São Paulo, incluindo as circunstâncias da execução extrajudicial das vítimas diretas, e realizar recomendações que previnam a repetição de fatos como os do presente caso, nos termos dos parágrafos 154 a 159 da presente Sentença.
>
> **Ponto Resolutivo 10-** O Estado oferecerá tratamento médico, psicológico e/ou psiquiátrico a Elisângela de Souza Santos, Bruno Alexsander Cerniauskas Araujo, Angelita Rodrigues de Andrade, Renata Flora Rezende, Geralda Andrade, Luciana Felix Barbosa Leite, Sandro Vinícios da Silva e Dilma Silva do Carmo, caso assim o requeiram, nos termos dos parágrafos 163 e 164 da presente Sentença.
>
> **Ponto Resolutivo 11**- O Estado realizará as publicações indicadas no parágrafo 168 da presente Sentença.
>
> **Ponto Resolutivo 12-** O Estado realizará um ato público de reconhecimento de responsabilidade internacional, de acordo com o estabelecido no parágrafo 169 desta Sentença.
>
> **Ponto Resolutivo 13-** O Estado adotará as medidas necessárias para garantir a plena implementação de dispositivos de geolocalização e registro de

movimentos dos veículos policiais e dos policiais no estado de São Paulo, de acordo com o estabelecido nos parágrafos 184 e 185 desta Sentença.

**Ponto Resolutivo 14-** O Estado adotará as medidas necessárias para garantir o envio dos registros de operações policiais que resultem em mortes ou lesões graves de civis, incluindo as gravações das câmaras corporais e de geolocalização, aos órgãos de controle interno e externo da polícia do estado de São Paulo, de acordo com o estabelecido nos parágrafos 184 e 185 desta Sentença.

**Ponto Resolutivo 15-** O Estado adotará as medidas necessárias para contar com um quadro normativo que permita que todo agente policial envolvido em uma morte resultante de uma ação policial seja afastado temporariamente de sua função ostensiva até que se determine a conveniência e pertinência de sua reincorporação por parte da corregedoria, de acordo com o estabelecido no parágrafo 186 desta Sentença.

**Ponto Resolutivo 16-** O Estado criará um mecanismo que permita a reabertura de investigações e processos judiciais, inclusive nos quais tenha ocorrido a prescrição, quando, em uma futura sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos seja determinada a responsabilidade internacional do Estado pelo descumprimento da obrigação de investigar violações de direitos humanos de forma diligente 75 e imparcial, nos termos do parágrafo 187 da presente Sentença.

**Ponto Resolutivo 17-** O Estado adotará as medidas necessárias para suprimir a competência da Polícia Militar para investigar delitos supostamente cometidos contra civis, de acordo com o estabelecido no parágrafo 188 desta Sentença.

**Ponto Resolutivo 18**- O Estado garantirá que o Ministério Público do Estado de São Paulo conte com os recursos econômicos e humanos necessários para investigar as mortes de civis cometidas por policiais civis ou militares, de acordo com o estabelecido no parágrafo 189 desta Sentença.

**Ponto Resolutivo 19-** O Estado pagará as quantias fixadas nos parágrafos 206, 207 e 212 da presente Sentença, a título de indenização por dano material e imaterial, e por reembolso de custas e gastos, nos termos dos referidos parágrafos e dos parágrafos 216 a 221.

**Ponto Resolutivo 20-** O Estado reembolsará ao Fundo de Assistência Jurídica de Vítimas da Corte Interamericana de Direitos Humanos o valor gasto durante a tramitação do presente caso, nos termos dos parágrafos 213 a 215 e 221 desta Sentença.

**Ponto Resolutivo 21**- O Estado apresentará ao Tribunal um relatório sobre as medidas adotadas para cumprir esta Sentença, dentro do prazo de um ano contado a partir da notificação da mesma, sem prejuízo do estabelecido nos parágrafos 168 da presente Sentença.

**Ponto Resolutivo 22**- A Corte supervisionará o cumprimento integral desta Sentença, no exercício de suas atribuições e em cumprimento de seus deveres conforme a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, e dará por concluído o presente caso uma vez que o Estado tenha dado cabal cumprimento ao disposto na mesma.

Após a audiência de notificação, realizada em 14 de março de 2024, deu-se início às providências para o cumprimento da referida decisão internacional. Dessa forma, com o objetivo de mapear as ações já realizadas pelo Estado brasileiro para dar cumprimento à esta Sentença, as seguintes informações serão apresentadas a seguir.

## II- RESPOSTA DO ESTADO

## II.V. Pontos Resolutivos 13 e 14: dispositivos de geolocalização e câmeras corporais

De acordo com o julgado, o Ponto Resolutivo 13, assim, dispõe:

> **Ponto Resolutivo 13-** O Estado adotará as medidas necessárias para garantir a plena implementação de dispositivos de geolocalização e registro de movimentos dos veículos policiais e dos policiais no estado de São Paulo, de acordo com o estabelecido nos parágrafos 184 e 185 desta Sentença.

De acordo com o julgado, o Ponto Resolutivo 14, assim, dispõe:

> **Ponto Resolutivo 14-** O Estado adotará as medidas necessárias para garantir o envio dos registros de operações policiais que resultem em mortes ou lesões graves de civis, incluindo as gravações das câmaras corporais e de geolocalização, aos órgãos de controle interno e externo da polícia do estado de São Paulo, de acordo com o estabelecido nos parágrafos 184 e 185 desta Sentença.

Os §§ 184 e 185 estabelecem:

> 184. Com base no conjunto probatório, é possível identificar medidas destinadas a melhorar especificamente a atuação do Ministério Público em sua função de controle externo da atividade policial e evitar a repetição de fatos como os que foram examinados. Essas medidas são abordadas na Nota Técnica nº 16/2022 do CNPG, que, apesar de representar um avanço significativo na criação de uma cultura institucional capaz de melhorar o tema do controle externo em casos de letalidade policial, como afirmou o especialista Suxberger, é uma norma não vinculante e não regulamentada.289 Portanto, o Tribunal considera pertinente que o Estado adote as seguintes medidas incluídas na referida Nota Técnica: a. A completa implementação de dispositivos de geolocalização e registro de movimentos dos veículos policiais e dos policiais no estado de São Paulo, e b. O envio dos registros de operações policiais que resultem em mortes ou lesões graves de civis, incluindo as gravações das câmeras corporais e de geolocalização, aos órgãos de controle interno e externo da polícia do estado de São Paulo.
>
> 185. Quanto às possíveis medidas a serem adotadas, a Corte considera pertinente recordar a Estado de que, de acordo com o indicado por um perito, "não é que há um déficit normativo, mas um déficit de implementação",290 de forma que deverá observar esta consideração ao implementar a medida correspondente. A Corte supervisionará esta medida e poderá determinar medidas adicionais ou complementares durante a supervisão do cumprimento desta Sentença, caso os objetivos da medida não sejam satisfatoriamente verificados.291 Para cumprir essa obrigação, o Estado conta com um prazo de dois anos a partir da notificação desta Sentença.

Conforme informações da Secretaria da Segurança Pública do governo do Estado de São Paulo, de 11 de março de 2025 (Anexo VIII - Ofício CHGAB n° 225/2025), a Polícia Militar do Estado de São Paulo utiliza o sistema GPS (Sistema de Posicionamento Global) para a geolocalização de viaturas policiais e de equipamentos utilizados por policiais militares de serviço. Atualmente, possui os seguintes equipamentos de geolocalização: equipamento de telemetria; terminal de radiocomunicação, terminal de dados e câmeras operacionais portáteis (COP). Destacou-se que, entre os anos de 2019 e 2023 foram implementados 8.262 (oito mil, duzentos e sessenta e dois) equipamentos de telemetria, 8.849 (oito mil, oitocentos e quarenta e nove) equipamentos de transceptores móveis e 10.330 (dez mil, trezentos e trinta) terminais portáteis de dados (TPD).

A Secretaria da Segurança Pública informou, ainda, que a Polícia Militar do Estado de São Paulo começou a prospectar o uso das Câmeras Operacionais Portáteis (COP) em 2014 e, em 2020, foram efetivadas sua operacionalidade junto às Unidade de Execução da Polícia Militar.

A Secretaria de Segurança Pública destacou que a implementação de inovações tecnológicas é uma jornada complexa e desafiadora, exigindo planejamento cuidadoso, comunicação eficaz e gestão por processos focados em mudanças, principalmente porque se trata de um equipamento com elevado custo, o que implica em estabelecer um processo complexo no âmbito do planejamento do orçamento público estadual, tendo em vista que a aquisição das COP não se resume apenas no equipamento em si, mas envolve o investimento público em todo o parque tecnológico para seu perfeito funcionamento (*Cloud Storage, Docking Station* etc).

Nesse sentido, as COP, e toda sua infraestrutura, tem por objetivo primordial dar suporte técnico, operacional e jurídico à atuação operacional policial-militar, atribuindo maior respaldo para o profissional, reforçando a transparência e a legitimidade de suas ações, otimizando a qualidade dos serviços prestados e o incremento da percepção de segurança da população, consolidando, desse modo, a cultura profissional e legalista nas intervenções e interações realizadas, garantindo o respaldo jurídico profissional e a integridade física e moral do policial militar, bem como os direitos individuais e coletivos dos cidadãos, em especial, pelo efeito apaziguador ou dissuasório de possíveis atos de incivilidades, além de fortalecer a prova judicial, dando maior robustez ao conjunto probatório coletado pela Instituição.

Conforme informações Secretaria da Segurança Pública, há 10.125 (dez mil cento e vinte e cinco) COP em pleno funcionamento atual, distribuídas em 53% dos Batalhões da Polícia Militar do Estado de São Paulo, tendo sido realizada nova contratação que ampliará o número para 12.000 (doze mil) equipamentos.

Destacou-se que as COP estão alinhadas com a política pública estabelecida pelo Programa Muralha Paulista, regulamentado pelo Decreto nº 68.828, de 04 de setembro de 2024. Essa integração reforça o objetivo de modernizar as ações policiais, promovendo a Segurança Pública de forma mais eficaz e transparente, ao mesmo tempo em que consolida a utilização de tecnologias avançadas para o monitoramento e a proteção das comunidades atendidas pela Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP).

Quanto ao envio dos registros das operações policiais que resultaram em mortes ou lesões graves de civis, incluindo as gravações das câmeras corporais e de geolocalização, aos órgãos de controle interno e externo da polícia do estado de São Paulo, a Secretaria de Segurança Pública esclareceu que a Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), como órgão da Administração Pública Direta e promotora dos direitos humanos fundamentais, segue fielmente o princípio constitucional da legalidade e, conforme prevê o artigo 129 da Constituição Federal de 1988 (CF/88), aliado à Lei Complementar Estadual n.º 734, de 26 de novembro de 1993, Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo (MP/SP), que estabelece como função do MP/SP exercer o controle externo da atividade policial, já realiza o compartilhamento de todos os vídeos das ocorrências, na medida em que são requisitados. Diante disso, com a finalidade de cumprir a necessidade de compartilhamento das imagens, para agilizar e garantir a integralidade, autenticidade e a cadeia de custódia, o sistema de evidências digitais possui ferramentas de controle e auditoria de dados, disponíveis aos seus gestores policiais militares.

A Secretaria de Segurança Pública destacou, ainda, que a Polícia Militar do Estado de São Paulo possui um Termo de Cooperação celebrado com o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ/SP), o qual concede acesso ao Sistema de Gerenciamento, Custódia e Compartilhamento de Evidências Digitais da PMESP (SiGCED), com objetivo de proporcionar maiores subsídios aos magistrados no momento da apreciação das provas decorrentes de imagens coletadas durante o desenvolvimento das ações, missões e

operações policial-militares, possibilitando, assim, maior assertividade na prolação das decisões judiciais, bem como maior transparência no desempenho de sua função.

Além disso, conforme informações da Coordenação de Planejamento e Gestão do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Anexo IX - INFORMAÇÃO Nº 121/2025/CPLAN-CGSUSP/CGSUSP/DSUSP/SENASP), a atuação do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) sobre o tema da geolocalização tem sido conduzida por meio da Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública, cuja finalidade é promover a gestão orientada por resultados e otimizar processos, inovação, e a aplicação de recursos orçamentários e financeiros. Dentro desse escopo, o MJSP busca fortalecer as capacidades institucionais por meio de projetos de inovação, padronização de procedimentos, transformação digital e implementação de tecnologias como as câmeras corporais.

Para institucionalizar o uso dessa tecnologia, foi criado, por meio da Portaria SENASP/MJSP nº 519/2023 (Anexo X - Portaria SENASP/MJSP nº 519/2023), o Projeto Nacional de Câmeras Corporais, que tem *status* de projeto estratégico do MJSP, aprovada pela Resolução nº 26, de 10 de junho de 2024 (Anexo XI - Resolução nº 26, de 10 de junho de 2024), e visa a profissionalização das instituições de segurança pública e o fortalecimento dos processos operacionais e normativos relacionados ao uso das câmeras. O projeto é estruturado em diversos eixos, incluindo diagnóstico, amparo legal, certificação dos equipamentos, treinamentos, aquisições e avaliação de impacto.

O Projeto Nacional de Câmeras Corporais, coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), tem se destacado por importantes entregas. Dentre elas, a publicação, do relatório “Câmeras Corporais: uma Revisão Bibliográfica” (Anexo XII - Câmeras Corporais: uma Revisão Bibliográfica - SENASP), que oferece uma análise profunda e detalhada do uso dessa tecnologia, com base em estudos e publicações científicas. No eixo amparo legal, destaca-se a promulgação da Portaria MJSP nº 648, em 28/05/2024 (Anexo XIV - Portaria MJSP nº 648, em 28 de maio de 2024), que estabelece as diretrizes para a utilização das câmeras corporais, bem como a publicação da Norma Técnica da SENASP, que define os padrões mínimos de qualidade, segurança e desempenho dos equipamentos.

No eixo de capacitação, ações como o 1º Encontro Técnico Nacional de 2023 e o Curso Nacional de Uso Diferenciado da Força têm se consolidado como marcos

fundamentais para a formação de profissionais, com previsão de capacitação de 4.500 multiplicadores. Além disso, está em fase de licitação a contratação de solução de câmeras corporais para ser fornecido à Força Nacional de Segurança Pública, com a abertura de ata de registro de preço para outras instituições interessadas na contratação da solução. O Edital nº 30/2024 destina R$ 124.012.601,84 para a implementação ou ampliação do uso dessas câmeras nas polícias militares, com destaque para a Polícia Militar do Estado de São Paulo, que deverá ser beneficiada com recursos significativos para a expansão do projeto (Anexo XV - Edital nº 30/2024 para Implementação e Ampliação de Câmeras Corporais).

Com isso, a Portaria MJSP nº 648/2024, que estabelece as diretrizes para o uso de câmeras corporais pelos órgãos de segurança pública, abrange medidas que seguem no sentido mencionado pelos Pontos Resolutivos 13 e 14 da sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Conforme informações do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o disposto no artigo 11 da referida Portaria, que trata da integridade dos registros audiovisuais, e em seu §1º, onde se sublinha a necessidade de rastreamento dos registros. A inteligência da Portaria Ministerial exige a utilização de tecnologias como funções de hash, registros de eventos, marca d'água, georreferenciamento, data, hora, além da identificação do operador e do equipamento, elementos que garantem a rastreabilidade e a custódia dos dados. Tal regulamentação assegura a conformidade com os requisitos de rastreabilidade, para a rastreabilidade por georreferenciamento dos profissionais de segurança pública que utilizam câmeras corporais, como delineado no Ponto Resolutivo nº 13, item 184, alínea "a". Destaca-se ainda o disposto no artigo 22 da Portaria nº 648/2024, que prevê a aplicação dessas diretrizes também para o uso de câmeras veiculares, ampliando a abrangência a atendendo a necessidade de rastreamento veiculares.

Ademais, o artigo 19 da mesma Portaria prevê que o Ministério Público, como órgão de controle externo, pode requisitar os registros audiovisuais, conforme disposto no inciso I. A Portaria assegura que os registros audiovisuais estarão acessíveis em tempo real aos órgãos de controle externo, como o Ministério Público, e às instituições do sistema de justiça criminal, conforme estabelece o §4º do art. 19. Esse mecanismo garante a observância do item 184, alínea "b", do Ponto Resolutivo nº 13 da sentença, atendendo

à necessidade de uma supervisão contínua e à transparência das operações, conforme exigido pela Corte Interamericana.

O MPSP salientou, ainda, que a Portaria nº 648/2024 estabelece, em seu artigo 2º, que a utilização de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para a implementação ou ampliação de projetos de câmeras corporais está condicionada à adesão às diretrizes nela contidas. Informou-se que essa estratégia foi concretizada por meio do Edital nº 30/2024, por meio do qual a Polícia Militar do Estado de São Paulo participa como proponente e que se destina à expansão do projeto de câmeras corporais por meio do repasse de R$ 27.817.386,96.

As medidas para geolocalização e utilização de câmeras corporais estão sendo adotadas, de forma que os Pontos Resolutivos 13 e 14 estão PARCIALMENTE CUMPRIDOS.

## II.VI. Ponto Resolutivo 15: afastamento de policiais

De acordo com o julgado, o Ponto Resolutivo 15, assim, dispõe:

> **Ponto Resolutivo 15-** O Estado adotará as medidas necessárias para contar com um quadro normativo que permita que todo agente policial envolvido em uma morte resultante de uma ação policial seja afastado temporariamente de sua função ostensiva até que se determine a conveniência e pertinência de sua reincorporação por parte da corregedoria, de acordo com o estabelecido no parágrafo 186 desta Sentença.

O §186 estabelece:

> 186. Por outro lado, embora o Estado tenha indicado que a Polícia Militar do Estado de São Paulo possui a Nota de Instrução nº M3-001/03/20 de 29 de julho de 2020,292 através da qual as medidas que visam a proteção da saúde mental do agente policial preveem o seu afastamento da função ostensiva,293 a Corte adverte que essa norma não possui nenhuma disposição que indique a obrigatoriedade de que o pessoal policial envolvido em uma morte resultante de uma ação policial seja afastado temporariamente da função ostensiva, enquanto se investiga sua atuação pelo órgão disciplinar competente. A esse respeito, o Tribunal considera que esse afastamento é uma medida adequada para garantir que o controle externo seja efetivo e prevenir possíveis abusos de poder. Especialmente, ao contribuir para a transparência, a confiança pública no sistema de justiça e na instituição policial, bem como a prevenção de futuros abusos. Em consequência, o Tribunal ordena ao Estado adotar as medidas necessárias para que, no prazo de dois anos, conte com um quadro normativo que permita que todo agente policial envolvido em uma morte resultante de uma ação policial seja afastado provisoriamente da função ostensiva até que se

> determine a conveniência e pertinência de sua reincorporação por parte da corregedoria.

Com relação a este Ponto, descreve-se a seguir o (II.V.I) afastamento pela Corregedoria Militar e (II.VI.II) o afastamento pelo Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar (PAAPM).

### *II.VI.I. Afastamento pela Corregedoria Militar*

Conforme informações da Secretaria da Segurança Pública do governo do Estado de São Paulo, de 11 de março de 2025 (Anexo VIII - Ofício CHGAB n° 225/2025), as atribuições da Corregedoria da Polícia Militar (Correg PM), destinadas a assegurar a disciplina e a apuração de infrações penais no âmbito da instituição militar estadual, estão disciplinadas pelo Decreto nº 31.318, de 23 de março de 1990. O Corregedor PM poderá, quando necessário, indicar ao Comandante-Geral (Cmt G) o afastamento do militar acusado.

Destarte, no âmbito da instituição, a edição das Instruções para o Atendimento de Ocorrência em que haja o cometimento de infração penal praticada por policial militar (I-40-PM) definiu os procedimentos administrativos a serem seguidos, conferindo à Correg PM a responsabilidade pelo assessoramento ao Cmt G e ao Subcomandante PM (Subcmt PM) nos atos de polícia judiciária militar, em especial, atribuições disciplinadas no artigo 12, poder propor ao Comandante-Geral a retirada de Oficiais e Praças, envolvidos em infrações comuns e militares, das atividades operacionais, enquanto for necessário para o completo esclarecimento dos fatos ou para que haja a adoção das medidas disciplinares eventualmente cabíveis.

No campo administrativo interno, também existe o Regimento Interno do Sistema de Polícia Judiciária Militar e Disciplina da Polícia Militar (SisPJMD), o qual em seus artigos 11, 13 e 15, disciplina a incumbência do Órgão Central (Correg PM), subordinado diretamente ao Subcmt PM, a responsabilidade pelo afastamento cautelar do militar do Estado da atividade operacional, mediante ato motivado, em decorrência de envolvimento em fatos graves, atentatórios às instituições, ao Estado, aos direitos humanos

fundamentais, bem como de natureza desonrosa, enquanto for necessário para o completo esclarecimento dos fatos ou para facilitar a adoção das medidas legais cabíveis.

Ademais, a Secretaria de Segurança Pública destaca também a hipótese de afastamento da praça policial militar que esteja respondendo a Conselho de Disciplina ou Processo Administrativo Disciplinar, conforme comando legal expresso no artigo 72 da Lei Complementar nº 893/01 Regulamento Disciplinar da Polícia Militar (RDPM).

Independentemente de haver afastamento operacional, nos casos de crimes comuns ou militares, as devidas apurações são levadas a efeito por força de lei, por meio de inquéritos policiais comuns e/ou inquéritos policiais militares, todos sob o rigoroso controle e acompanhamento por parte da Corregedoria da PMESP, nos termos do art. 1º do Decreto nº 31.318/90 já mencionado.

Além disso, a Secretaria de Segurança Pública destacou que a Polícia Militar possui diversos programas e normas que regulamentam afastamentos da atividade operacional, não ficando tais medidas restritas ao âmbito correcional. Há outras previsões que visam tanto a correção de procedimentos operacionais não observados em ocorrências de gravidade, como também visando à proteção e à saúde mental dos policiais militares envolvidos. Sobre isso, a Secretaria menciona:

> - Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar (PAAPM), instituído pela Nota de Instrução (NI) nº PM3-01/03/20, de 29JUL20, destina-se a avaliar as condições psicoemocionais do policial militar envolvido em situações que impliquem risco à sua integridade física e psíquica;
>
> - Comissão de Mitigação de Riscos - gestão de riscos em ocorrências que requeiram intervenção policial, prevista na Ordem de Serviço (OS) nº PM3-006/03/20-Circular, de 29 de julho de 2020, documento que determina nas ocorrências de morte decorrente de intervenção policial (MDIP), a instalação de Comissão de Mitigação de Riscos, com a finalidade de avaliar a necessidade de aprimoramento profissional dos envolvidos;
>
> - Afastamento disciplinar cautelar - previsto nas Instruções do Processo Administrativo da Polícia Militar (I-16-PM), em seu artigo 112, combinado com o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar (RDPM), Lei Complementar nº 893, de 09 de março de 2001, aplicado quando o policial militar responde a Processo Regular;

- Procedimento de Análise de Acidente com Viatura (PAAVI) - instituído pela Nota de Instrução (NI) nº PM3-002/02/17 e tem como objetivo a avaliação, na atividade operacional, se o policial militar, em seus deslocamentos para o atendimento de ocorrência em viatura policial, cumpriu os Procedimentos Operacionais Padrão (POP), definindo medidas administrativas adequadas para promover a correção das não conformidades em face dos policiais militares envolvidos em acidente de trânsito com viatura policial, de qualquer natureza, dentre elas o afastamento da função de motorista ou encarregado do citado veículo oficial.

### *II.VI.II. Afastamento pelo Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar (PAAPM)*

Conforme informações da Secretaria da Segurança Pública do governo do Estado de São Paulo, de 11 de março de 2025 (Anexo VIII - Ofício CHGAB n° 225/2025), a Polícia Militar do Estado de São Paulo conta com o Sistema de Saúde Mental - SisMen (criado pela Lei Estadual nº 9.628 de 06 de maio de 1997), consistindo em uma robusta estrutura que contempla um conjunto de programas e serviços, levados a efeito por diversos órgãos, sendo eles: o Centro de Atenção Psicológica e Social (CAPS), os 39 (trinta e nove) Núcleos de Atenção Psicossociais (NAPS), além da estrutura de saúde da instituição, formada pelo Hospital da Polícia Militar e as Unidades Integradas de Saúde (UIS).

A Secretaria destacou que, no exercício das atribuições constitucionais, por meio das ações de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, bem como as intervenções típicas de Bombeiros, em face da própria natureza dos atendimentos prestados à sociedade, apresentam-se situações (eventos críticos) que implicam risco à integridade física e psíquica dos policiais militares, independentemente de suas condições de envolvimento.

Destacou-se que o PAAPM foi criado com a proposta de avaliar, acompanhar e prestar assistência psicológica aos policiais militares envolvidos em ocorrências de alto risco, como forma de prevenir o desenvolvimento ou agravamento, de um quadro de Estresse Pós-Traumático (TEPT) e, paralelamente, realizar intervenções nas circunstâncias “alterações emocionais”, muitas vezes decorrentes do estresse.

Informou-se que, de acordo com o estabelecido em norma institucional, a apresentação do policial militar envolvido em ocorrências potencialmente traumáticas é obrigatória. Em decorrência da mencionada avaliação, o policial militar poderá, de acordo com os critérios técnicos da ciência psicológica, receber a prescrição de participação em Estágio de Desenvolvimento Psicoemocional ou, ainda, receber a indicação de retorno, no prazo de 3 meses, para ser submetido a uma reavaliação psicológica. Caso seja encaminhado para participar do alusivo estágio, que se realiza pelo período de 21 dias; o policial militar, por meio de medidas psicoeducativas, é assistido por psicólogos, assistentes sociais, nutricionistas, dentre outros profissionais.

Como resultante das avaliações psicológicas, o policial militar receberá a prescrição relativa ao nível de acompanhamento, a saber:

- nível I: atuar somente em atividades administrativas;
- nível II: atuar em funções administrativas, serviços de atendimento ao público e de registro de ocorrências e Policiamento Ostensivo a Pé;
- nível III: atuar em funções administrativas e operacionais.

Destacou-se que esse programa foi objeto de uma ampla pesquisa científica, publicada no periódico: "*Journal of Psyqchiatric Research*" pelo artigo: "*Police officers under attack: implications of na fMRI study*", verificando-se que a técnica de atenção psicológica aplicada pelos profissionais do CAPS, na 3ª Fase do PAAPM (relativa ao estágio) é eficaz quanto à terapêutica das memórias traumáticas.

Ainda como cuidado preventivo, é oferecido a todos os policiais militares do Estado de São Paulo, tanto do serviço ativo como veteranos, o atendimento em psicoterapia, em modalidade presencial ou remota (telepsicologia), constituindo-se em uma importante medida em prol da saúde mental dos militares estaduais.

No que se refere à Nota de Instrução nº PM3-001/03/20, mencionada no parágrafo 186 da Sentença proferida pela Corte interamericana de Direitos Humanos, possui como finalidade Regular o Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar (PAAPM), que se destina a avaliar as condições psicoemocionais do policial envolvido em situações que impliquem risco à sua integridade física e psíquica e adotar medidas visando preservar e ou restabelecer o correspondente equilíbrio, propiciando o adequado retorno do policial militar às suas atividades profissionais e, nesse sentido, destina-se a

todos os policiais militares do serviço ativo que, de folga ou de serviço, tenham sua integridade física e psíquica expostas a situações de risco em decorrência de sua participação direta em intervenção policial com resultado morte.

Em relação ao afastamento da função ostensiva em decorrência de intervenção policial com resultado morte, cumpre mencionar que tal medida já é adotada por todas as unidades da instituição, seguindo rigorosamente o que determina a citada Nota de Instrução, sendo prescrito por equipe técnica o Nível de Acompanhamento adequado ao caso, o qual determinará especificamente a modalidade de atuação permitida ao policial militar.

As medidas para afastamento de policiais envolvidos em casos de letalidade estão sendo tomadas, de forma que o Ponto Resolutivo 15 está PARCIALMENTE CUMPRIDO.

## II.VII. Ponto Resolutivo 16: reabertura de investigações

De acordo com o julgado, o Ponto Resolutivo 16, assim, dispõe:

> **Ponto Resolutivo 16-** O Estado criará um mecanismo que permita a reabertura de investigações e processos judiciais, inclusive nos quais tenha ocorrido a prescrição, quando, em uma futura sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos seja determinada a responsabilidade internacional do Estado pelo descumprimento da obrigação de investigar violações de direitos humanos de forma diligente 75 e imparcial, nos termos do parágrafo 187 da presente Sentença.

O §187 estabelece:

> 187. A Corte recorda que, no caso Sales Pimenta Vs. Brasil, ordenou ao Estado criar um mecanismo que permita a reabertura de processos judiciais. No mesmo sentido, nesta oportunidade, o Tribunal considera pertinente reiterar a ordem ao Estado de que crie, no prazo de três anos, um mecanismo que permita a reabertura de investigações e processos judiciais, inclusive nos quais tenha ocorrido prescrição, quando, em uma sentença futura da Corte Interamericana seja determinada a responsabilidade internacional do Estado pelo descumprimento da obrigação de investigar violações de direitos humanos de forma diligente e imparcial.

Em razão da complexidade do assunto, a questão está sendo debatida pelo Estado brasileiro, tendo em vista a necessidade de um diagnóstico e de uma proposta compatíveis

com a Constituição Federal. Assim como no Caso Sales Pimenta, aguarda-se análise do Conselho Nacional de Justiça, a fim de que seja possível consolidar um projeto de lei apto a propor as mudanças no marco legal atualmente existente, tendo em vista que a questão demanda reforma legislativa.

Pelos motivos dispostos, o Ponto Resolutivo 16 está PENDENTE DE CUMPRIMENTO.

## II.VIII. Ponto Resolutivo 17: competência da Polícia Militar

De acordo com o julgado, o Ponto Resolutivo 17, assim, dispõe:

> **Ponto Resolutivo 17-** O Estado adotará as medidas necessárias para suprimir a competência da Polícia Militar para investigar delitos supostamente cometidos contra civis, de acordo com o estabelecido no parágrafo 188 desta Sentença.

O §188 da sentença dispõe:

> 188. A Corte recorda que, no presente caso, foram iniciadas investigações no âmbito penal militar, apesar de que a investigação versava sobre a privação da vida de 12 civis supostamente perpetrada por agentes de Polícia Militar (pars. 103 a 105 supra). Portanto, na mesma linha do caso Tavares Pereira e outros Vs. Brasil, o Tribunal considera que o Estado deve adotar as medidas necessárias para suprimir a competência da Polícia Militar para investigar delitos supostamente cometidos contra civis.295 Além disso, reitera o que determinou no caso Favela Nova Brasília no sentido de que o Estado deverá adotar as medidas normativas necessárias para que, desde a *notitia criminis* a investigação seja realizada por um órgão independente e diferente da força policial envolvida no incidente, tais como uma autoridade judicial ou o Ministério Público, assistido por pessoal policial, técnico criminalístico e administrativo alheio ao corpo de segurança ao que pertence o possível acusado ou acusados. O Estado deve adotar as medidas necessárias para que esse procedimento seja implementado dentro do prazo de um ano a partir do proferimento da presente Sentença, em conformidade com os padrões de investigação independente mencionados nos parágrafos 100 a 104.

Conforme informações da Secretaria da Segurança Pública do Governo do Estado de São Paulo, de 11 de março de 2025 (Anexo VIII - Ofício CHGAB n° 225/2025), nos crimes dolosos contra à vida de civil, praticado por policiais militares, os autores serão apresentados à autoridade policial civil para as providências decorrentes de atividade de polícia judiciária, conforme Resolução SSP nº 110, de 19 de julho de 2010:

> Artigo 1º - Nos crimes dolosos contra a vida, praticados por policiais militares contra civis, os autores deverão ser imediatamente apresentados à autoridade policial civil para as providências decorrentes de atividade de polícia judiciária, nos termos da legislação em vigor.

Não obstante a apuração pela Polícia Civil, há o controle exercido por Órgão externo independente, quer seja o MP/SP, previsto na Carta Magna:

> Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:
>
> VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;

A fim de concretizar o controle exercido pelo Ministério Público, no Estado de São Paulo, cabe citar a existência do Grupo de Atuação Especial da Segurança Pública e Controle Externo da Atividade Policial (GAESP), conforme Ato Normativo nº 955/16, de 08 de março de 2016 e Resolução nº 1.516/2022-CPJ, de 22 de agosto de 2022.

De igual modo, o §4º do artigo 125 da Constituição Federal nos traz a competência da Justiça Militar estadual para processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, portanto, qualquer alteração legislativa, nesse aspecto, será necessária proposta de Emenda Constitucional pelo Congresso Nacional.

Nesse passo, deve-se destacar o princípio da independência entre as esferas, em que as condutas ilícitas praticadas pelos agentes públicos ensejarão apuração na esfera penal, civil e administrativa, sendo os artigos 11, 12, 44 e 79 do RDPM, seus corolários:

> Artigo 11 - A ofensa aos valores e aos deveres vulnera a disciplina policial-militar, constituindo infração administrativa, penal ou civil, isolada ou cumulativamente.
>
> Artigo 12 - Transgressão disciplinar é a infração administrativa caracterizada pela violação dos deveres policiais militares, cominando ao infrator as sanções previstas neste Regulamento. [...] § 5º - A aplicação das penas disciplinares previstas neste Regulamento independe do resultado de eventual ação penal.
>
> Artigo 44 - A sanção disciplinar não exime o punido da responsabilidade civil e criminal emanadas do mesmo fato. Parágrafo único - A instauração de inquérito ou ação criminal não impede a imposição, na esfera administrativa, de sanção pela prática de transgressão disciplinar sobre o mesmo fato.

> Artigo 79 - O Conselho poderá ser instaurado, independentemente da existência ou da instauração de inquérito policial comum ou militar, de processo criminal ou de sentença criminal transitada em julgado.
>
> Parágrafo único - Se no curso dos trabalhos do Conselho surgirem indícios de crime comum ou militar, o presidente deverá extrair cópia dos autos, remetendo-os por ofício à autoridade competente para início do respectivo inquérito policial ou da ação penal cabível.

Independentemente da categoria de agente público, todos se submetem ao regime jurídico de tríplice responsabilidade, ou seja, respondem pelos atos ilícitos que praticarem tanto na esfera administrativa quanto nas esferas civil e penal.

Assim, na seara administrativa-disciplinar, os processos regulares têm o condão de analisar condutas ético-morais que violaram gravemente os valores e deveres policial-militares, independentemente dos aspectos penal-militares, cuja competência constitucional é reservada à Justiça Militar Estadual.

Porém, não esgotando o assunto, foi editada a Resolução SSP nº 40, de 24 de março de 2015, no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, estabelecendo procedimento a ser adotado na hipótese de morte decorrente de intervenção policial dos seus agentes, estando ou não em serviço, cujo objetivo é a absoluta transparência que sempre deve reger as investigações. Compete às Corregedorias da Polícia Civil e Militar o dever de acompanhar as ocorrências que envolvam seus respectivos policiais, objetivando a coleta de dados e de informações, visando instruir os respectivos procedimentos administrativos, cujo acompanhamento dos feitos investigativos prevê ser realizado pelo Conselho Integrado de Planejamento e Gestão Estratégica da Secretaria de Segurança Pública (CIPGE), devendo o Ministério Público ser imediatamente comunicado das referidas ocorrências.

Na mesma seara, no que se refere às medidas legislativas que versam sobre a transferência para a justiça penal comum do julgamento de crimes comuns cometidos por policiais militares, destaca-se a seguinte tabela de Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional brasileiro, relacionados ao tema:

| Projeto | Ementa | Apensados | Status | Data da última atualização |
|---|---|---|---|---|
| **PL 2014/2003** | Altera os Decretos-Leis nºs 1.001 e 1.002, de 21 de outubro de 1969, para redefinir a competência do foro militar. **Estabelece a competência do Tribunal do Júri para julgamento de militares nos crimes dolosos contra civis.** | - | Pronto para a pauta no Plenário da Câmara dos Deputados, com a última movimentação no dia 30/05/2019. | 30/05/2019 |
| **PL 2739/2019** | Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar, na forma que menciona. | PL 2014/2003 | Apensado ao PL 2014/2003 no dia 24/05/2019. | 24/05/2019 |
| **PL 4243/2021** | Institui o Dia da Memória, Verdade e Justiça para a Juventude e Familiares vítimas de violência de Estado praticada nas periferias, a ser celebrado em 1.º de dezembro. | Apensado ao PL 2438/2015 | Apensado ao PL 9796/2018 no dia 02/02/2022, que está pronto para a pauta do Plenário da Câmara dos Deputados. | 02/02/2022 |
| **PL 2117/2021** | Altera a alínea a, do inciso II, do caput do art. 9º, do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), para **afastar da competência da Justiça Militar os crimes cometidos com violência doméstica e familiar**, quando praticados por militar da ativa contra militar na mesma situação. | PL 3362/2021; PL 4480/2021 | Já aprovada pela Câmara dos Deputados em 06/12/2023. No Senado Federal, a proposta foi despachada à omissão de Constituição, Justiça e Cidadania e ao Plenário em 07/02/2024. Na Comissão, foi distribuída ao sen. Eduardo Braga (MDB/AM) para emitir relatório em 08/03/2024. | 08/03/2024 |
| **PL 1156/2021** | Institui a responsabilidade do Estado Brasileiro em identificar publicamente lugares de repressão política utilizados por | - | proposta esteve em pauta da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR) em 10/04/2024 e 05/06/2024, mas foi retirado por | 07/06/2024 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | agentes da ditadura civil-militar (1964-1985). | | acordo dos partidos e via requerimento do de. Marco Feliciano, nas respectivas datas. Ainda, em 07/06/2024, o dep. Delegado Paulo Bilynskyj (PL/SP) apresentou um voto em separado pela rejeição da proposta. Assim, caso o parecer da dep. Luiza Erundina (PSOL/SP), relatora da matéria na Comissão, seja derrotado na deliberação, o voto do dep. Paulo Bilynskyj poderá ser deliberado. | |

Assim, a nova redação do artigo 9º do Código Penal Militar dispõe:

> Art. 9º Consideram-se crimes militares, em tempo de paz:
> § 1o Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares contra civil, serão da competência do Tribunal do Júri.
> § 2º Os crimes militares de que trata este artigo, incluídos os previstos na legislação penal, nos termos do inciso II do caput deste artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares das Forças Armadas contra civil, serão da competência da Justiça Militar da União, se praticados no contexto: I – do cumprimento de atribuições que lhes forem estabelecidas pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado da Defesa; II – de ação que envolva a segurança de instituição militar ou de missão militar, mesmo que não beligerante; ou ; III – de atividade de natureza militar, de operação de paz, de garantia da lei e da ordem ou de atribuição subsidiária, realizadas em conformidade com o disposto no art. 142 da Constituição Federal e na forma dos seguintes diplomas legais: a) Lei no 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica; b) Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999; c) Decreto-Lei no 1.002, de 21 de outubro de 1969 - Código de Processo Penal Militar; e d) Lei no 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral.

A Lei nº 14.688/2023 alterou também a classificação de crimes hediondos, que não estava contemplada na legislação militar. Agora, com a inclusão do inciso VI no art. 1º da Lei 8.072/1990, há previsão expressa de que os crimes previstos no CPM são admitidos como hediondos em comparação aos tipos descritos na legislação comum

especial. Além disso, passa a ser equiparado a hediondo o crime de genocídio, previsto no art. 401 do CPM.

Em que pese certos avanços promovidos pela alteração legislativa de 2023, a Ação Direta de Constitucionalidade (ADI) nº 7555, submetida em dezembro de 2023, com parecer favorável da Advocacia-Geral da União (AGU), questiona a aplicação de penas mais brandas para o crime de estupro de vulnerável cometido por militar. De igual forma foi o tratamento dos crimes de injúria racial e homofóbica, onde não há previsão de condutas e a penalidade é reduzida.

Sobre a Lei nº 9.299/1996 e §4º do artigo 125 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, tem-se a informar que seu teor foi referendado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 1.494.

Já com relação a Lei nº 13.491/2017, que alterou o Decreto-Lei nº 1.001/1969 – Código Penal Militar (CPM), ela trouxe modificação no art. 9º, §2º, do CPM e previu expressamente que os crimes dolosos contra a vida de civis cometidos por militares das Forças Armadas passarão a ser da competência da Justiça Militar da União, se praticados no contexto fático de uma das situações descritas em seus incisos, e não mais da Justiça Comum Federal. Esse mesmo artigo (art. 9º do CPM) define (ou conceitua) o crime militar (próprio e impróprio), em tempo de paz. A Lei nº 13.491/2017 trouxe, ainda, um novo inciso II, ao art. 9º, do CPM, ao definir que o crime militar passa a abranger também infrações penais capituladas apenas na legislação penal comum, isto é, sem qualquer previsão correspondente no Código Penal Militar. Houve, assim, uma evidente modificação para a ampliação do conceito de crime militar. Por esta razão, a Lei nº 13.491/2017 foi objeto da ADI nº 5901, não julgada pelo Supremo Tribunal Federal.

Anteriormente à nova redação do Código Penal Militar, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal já afirmava a competência do Júri para examinar crimes dolosos praticados por militares contra a vida de civis[1].

Atualmente, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5032 está em julgamento no Supremo Tribunal Federal. Em março de 2023, houve voto pela procedência parcial no sentido da prevalência da competência da justiça comum para

[1] Disponível em: https://mpsp.mp.br/w/stf-reconhece-compet%C3%AAncia-do-tribunal-do-j%C3%BAri-para-julgar-crimes-de-militares-contra-vida-de-civis#.

julgar crimes decorrentes de ações militares, mas o julgamento foi suspenso para o deslocamento das sessões virtuais às sessões físicas.

Além das mencionadas ações constitucionais em andamento, registra-se que, em 2013, a Procuradoria-Geral da República (PGR) ingressou com a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 289 perante o Supremo Tribunal Federal (STF), ainda não julgada, em que pede o fim da competência da Justiça Militar para julgar civis em tempo de paz, requerendo que esses crimes sejam submetidos a julgamento pela Justiça comum, federal ou estadual.

Ademais, a investigação independente conduzida pela Polícia Federal em casos de natureza interamericana é viabilizada pela Lei nº 10.446/2002, que permite àquela instaurar investigações de infrações com alcance interestadual e internacional, quando a repressão exigir uma abordagem uniforme. No que tange aos mecanismos normativos para garantir a independência investigativa pelo Ministério Público, o sistema jurídico brasileiro admite essa possibilidade, respaldada inclusive por decisões do Supremo Tribunal Federal sobre o assunto.

Assim, o Estado brasileiro reforça seu compromisso em fortalecer a capacidade investigativa de casos de uso de força letal por parte de agentes da polícia militar, através do controle externo da atividade policial, de modo que estejam conforme os padrões interamericanos sobre a matéria.

Pelos motivos expostos, o Ponto Resolutivo nº 17 está PARCIALMENTE CUMPRIDO.

## II.IX. Ponto Resolutivo 18: investigações do Ministério Público

De acordo com o julgado, o Ponto Resolutivo 18, assim, dispõe:

> **Ponto Resolutivo 18**- O Estado garantirá que o Ministério Público do Estado de São Paulo conte com os recursos econômicos e humanos necessários para investigar as mortes de civis cometidas por policiais civis ou militares, de acordo com o estabelecido no parágrafo 189 desta Sentença.

O §189 da sentença dispõe:

> 189. O Tribunal recorda que os representantes solicitaram estruturar as áreas internas do Ministério Público para que exerçam de maneira adequada o controle externo da Polícia, por meio da instauração de procedimentos de investigação autônomos em casos de mortes e demais violações de direitos humanos cometidas por agentes de segurança pública (par. 173 supra). A esse respeito, observa que do parecer pericial do senhor Suxberger,297 surge a necessidade de que o Ministério Público de São Paulo conte com recursos humanos e materiais para realizar o controle externo da atividade policial. Portanto, a Corte considera pertinente ordenar ao Estado que, dentro da função de exercer o controle externo da polícia, garanta que, em um prazo razoável, o Ministério Público do Estado de São Paulo conte com os recursos econômicos e humanos necessários para investigar as mortes de civis cometidas por policiais, tanto civis como militares.

Conforme informações do Ministério Público do Estado de São Paulo, encaminhadas por meio de Despacho de 14 de fevereiro de 2025 (Anexo XVI - Despacho MPSP de 14 de fevereiro de 2025), foi criado, através da Resolução 1.516/2022-CPJ, de 22 de agosto de 2022, o Grupo de Atuação Especial de Segurança Pública e Controle Externo da Atividade Policial (GAESP) Capital.

Como característica principal, o grupo é órgão de coordenação e execução das atividades de tutela coletiva da segurança pública e controle externo da atividade policial, integrado por Promotores de Justiça indicados pelas Promotorias de Justiça e designados pelo Procurador-Geral de Justiça, com prejuízo de suas atribuições normais, incumbindo-lhe as seguintes atribuições:

> I - a realização de atividades de execução inerentes ao exercício do controle externo concentrado e regionalizado da atividade de polícia judiciária, polícia militar e guarda civil municipal;
>
> I-A – em relação à atividade de guarda municipal, considerando que não se trata de atividade policial, será feita a fiscalização do estrito cumprimento do disposto no art. 144, § 8º, da Constituição Federal.
>
> II - atuação na articulação de políticas públicas de segurança pública como direito fundamental e social, consistindo esta articulação na: a) instigação do poder público à elaboração das políticas públicas; b) colaboração na elaboração das políticas públicas; c) fiscalização da execução das políticas públicas;
>
> III – atuação pela implementação eficiente de planos de ações voltadas à prestação de serviços adequados de atendimento às vítimas de crimes, em especial os violentos, inclusive com a finalidade de desenvolver políticas criminais e públicas nesse tema; V - atuação visando a qualificar os dados e identificar os casos classificados como subnotificação, bem como as suas principais causas;

> V – atuação visando mapear e identificar as regiões com maiores índices de letalidade policial, adotando providências para redução dos índices verificados;
>
> VI – atuação visando a identificar as causas estruturais de mortes de agentes de segurança pública, adotando providências para a redução dos índices verificados;
>
> VII- promoção a articulação, a integração e o intercâmbio entre órgãos ministeriais de execução presentes na respectiva região, inclusive visando à atuação conjunta;
>
> VIII - propor ao Procurador-Geral de Justiça a celebração de convênios ou outros instrumentos de cooperação técnica e operacional capazes de auxiliar a atuação ministerial na tutela da segurança pública e do controle externo da atividade policial;
>
> IX - atuação de forma a efetivar o estreitamento das relações com os órgãos da segurança pública e de garantia de direitos de cada região;
>
> X - atuação para fomentar e concretizar ações preventivas de criminalidade envolvendo os diversos órgãos públicos e entidades da sociedade civil, integrantes ou não da área de segurança pública;
>
> XI - atuação para diagnosticar específicas causas de criminalidade em seu território;
>
> XII – atuação no controle e fiscalização de programas de proteção às vítimas e às testemunhas.
>
> XIII – promoção de interlocução com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e representantes das organizações sociais e da sociedade civil visando à identificação de fatos relacionados à segurança pública, à atividade policial e aos crimes praticados em razão da vulnerabilidade do sujeito;
>
> XIV – criação e manutenção de plataforma digital destinada ao atendimento de vítimas de violência policial ou de pessoas atingidas em razão de sua vulnerabilidade, obviamente com o devido respeito ao sigilo absoluto dos seus dados;

Além disso, na tutela coletiva da segurança pública, o GAESP atuará no diagnóstico, planejamento, proposição, fiscalização e monitoramento das políticas de segurança pública, desenvolvendo diretrizes de prevenção e repressão à criminalidade, zelando pela probidade administrativa da atividade da polícia judiciária e demais órgãos de segurança pública, pela celeridade e regularidade das atividades de investigação, bem como pela maior eficácia e resolutividade no combate à criminalidade.

Conforme informações do Ministério Público, em um primeiro momento, e considerando a necessidade de realização de diagnóstico sobre o tema da letalidade

policial, além do efetivo monitoramento dos casos, buscou-se a criação e o aperfeiçoamento do Painel/Relatório Dinâmico, com informações sobre mortes decorrentes de intervenção policial no Estado de São Paulo, em verdadeira esteira de criação de fluxos capazes de auxiliar o monitoramento da atividade policial, além da coleta de dados.

O referido Painel/Relatório Dinâmico é de acesso público e permite a coleta de uma gama de informações em tempo real por qualquer cidadão. A partir dos dados coletados, o Ministério Público do Estado de São Paulo realiza, dentro de sua função constitucional, a verificação das informações e seu carregamento em painel de *Business Intelligence*, disponibilizando às Promotorias de Justiça e à sociedade paulista visualização integrada desses fatos, destacando sua geolocalização, iluminando os pontos de calor e, por fim, os detalhes das ocorrências. A consulta permite a verificação do ano, do mês, do dia, de qual unidade policial envolvida no evento morte e, por fim, do município em que o fato ocorreu.

O Ministério Público do Estado de São Paulo apresentou dados desde 2022 sobre mortes decorrentes de intervenção policial.

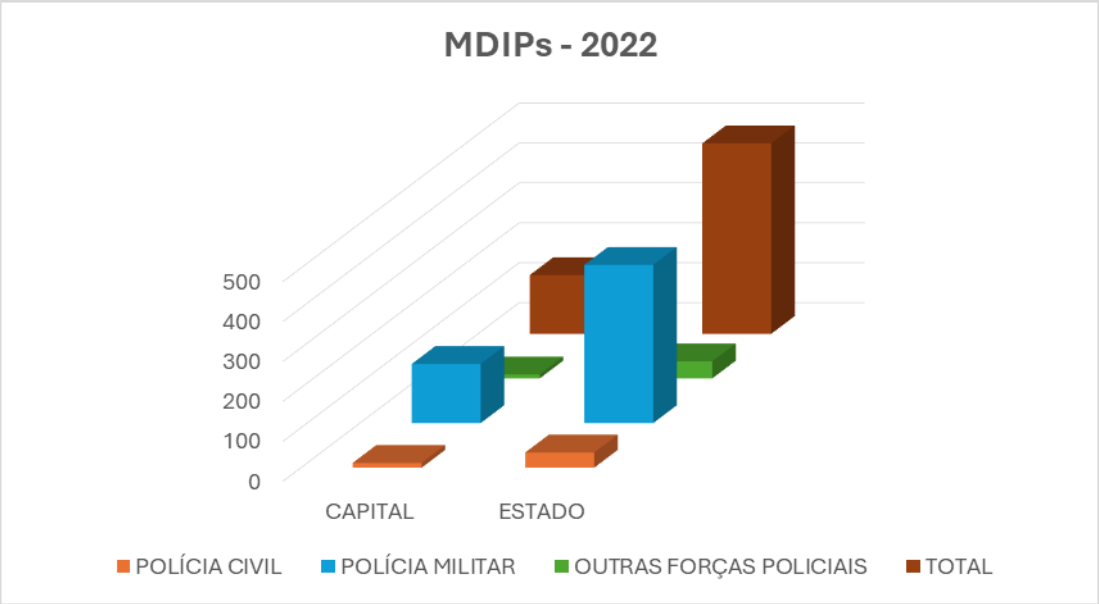
**MORTES DECORRENTES DE INTERVENÇÃO POLICIAL – 2022 a 2024**

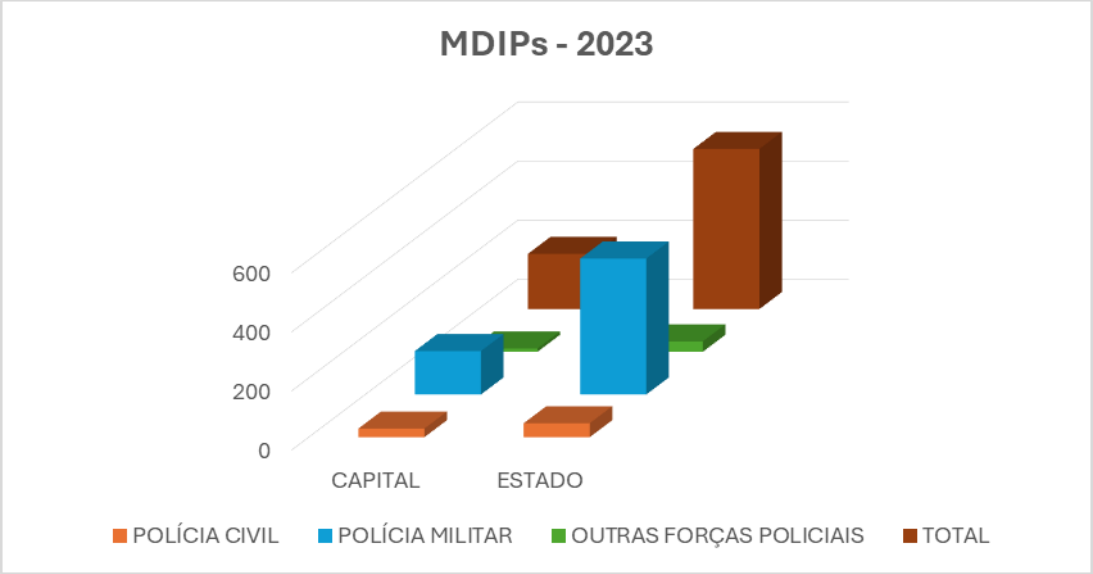
| **2022** | **POLÍCIA CIVIL** | **POLÍCIA MILITAR** | **OUTRAS FORÇAS POLICIAIS** | **TOTAL** |
|---|---|---|---|---|
| **CAPITAL** | 12 | 148 | 10 | **170** |
| **ESTADO** | 38 | 396 | 43 | **477** |

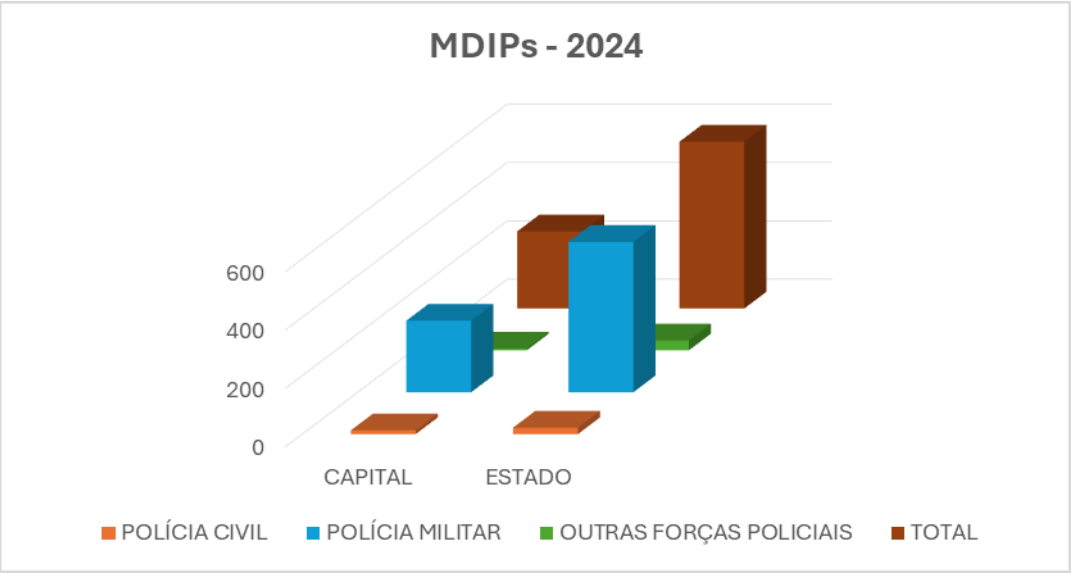
| **2023** | **POLÍCIA CIVIL** | **POLÍCIA MILITAR** | **OUTRAS FORÇAS POLICIAIS** | **TOTAL** |
|---|---|---|---|---|
| **CAPITAL** | 29 | 147 | 11 | **187** |

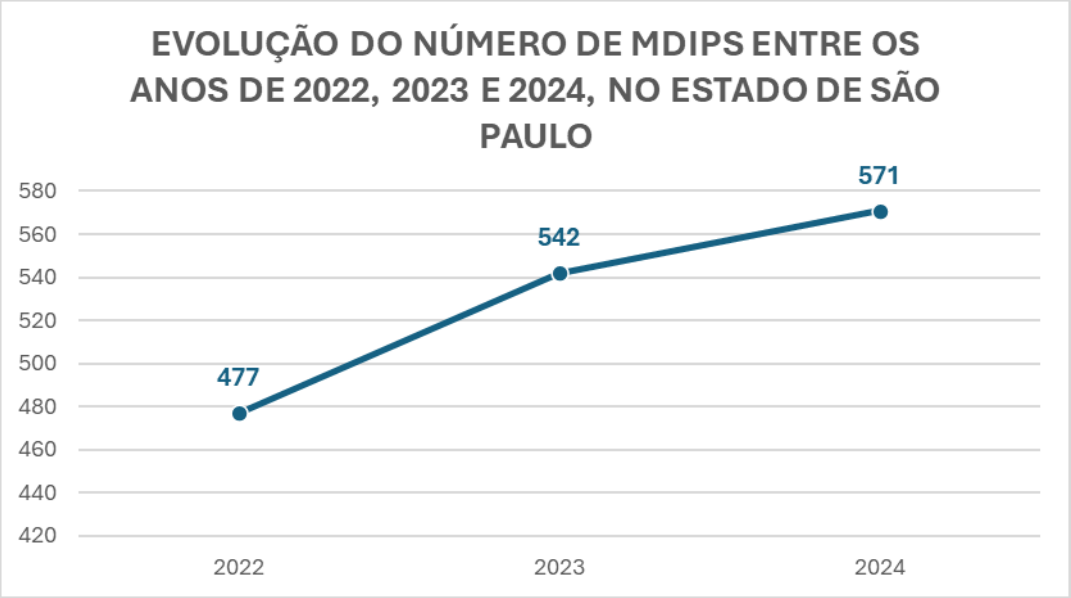
| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **ESTADO** | 47 | 460 | 35 | **542** |

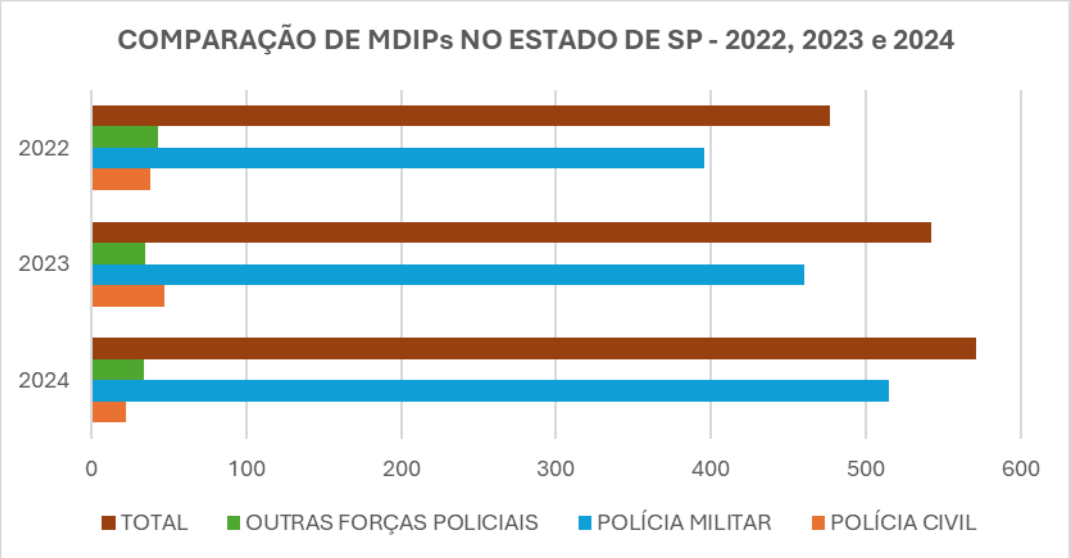
| **2024** | **POLÍCIA CIVIL** | **POLÍCIA MILITAR** | **OUTRAS FORÇAS POLICIAIS** | **TOTAL** |
|---|---|---|---|---|
| **CAPITAL** | 13 | 245 | 6 | **264** |
| **ESTADO** | 22 | 515 | 34 | **571** |




MDIPs - 2024
600
400
200
0
CAPITAL
ESTADO
POLÍCIA CIVIL
POLÍCIA MILITAR
OUTRAS FORÇAS POLICIAIS
TOTAL


EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MDIPS ENTRE OS ANOS DE 2022, 2023 E 2024, NO ESTADO DE SÃO PAULO
580
560
540
520
500
480
460
440
420
477
542
571
2022
2023
2024

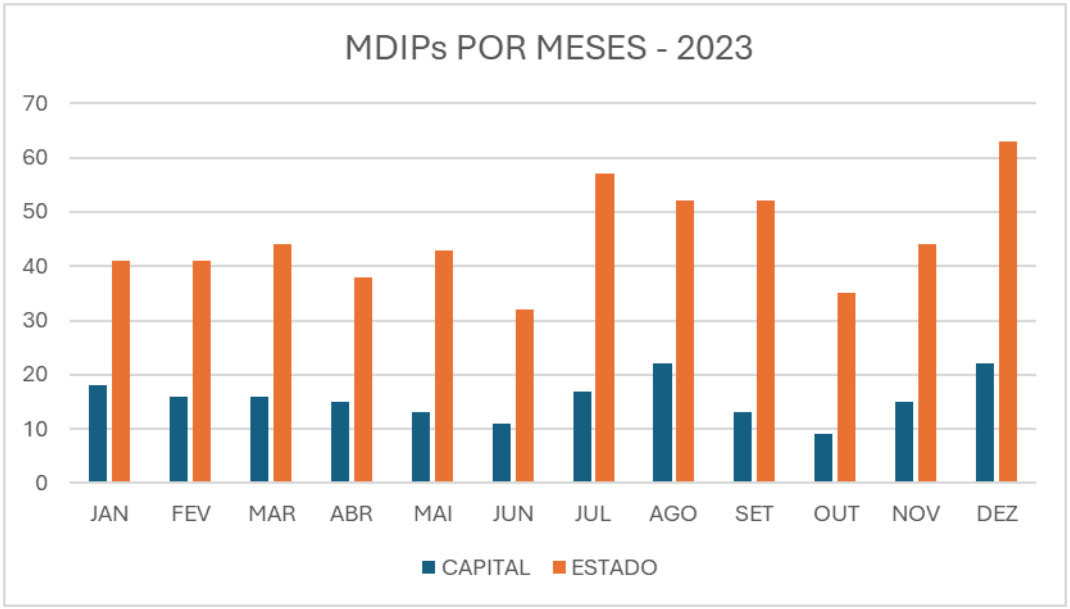

COMPARAÇÃO DE MDIPs NO ESTADO DE SP - 2022, 2023 e 2024
2022
2023
2024
0
100
200
300
400
500
600
TOTAL
OUTRAS FORÇAS POLICIAIS
POLÍCIA MILITAR
POLÍCIA CIVIL

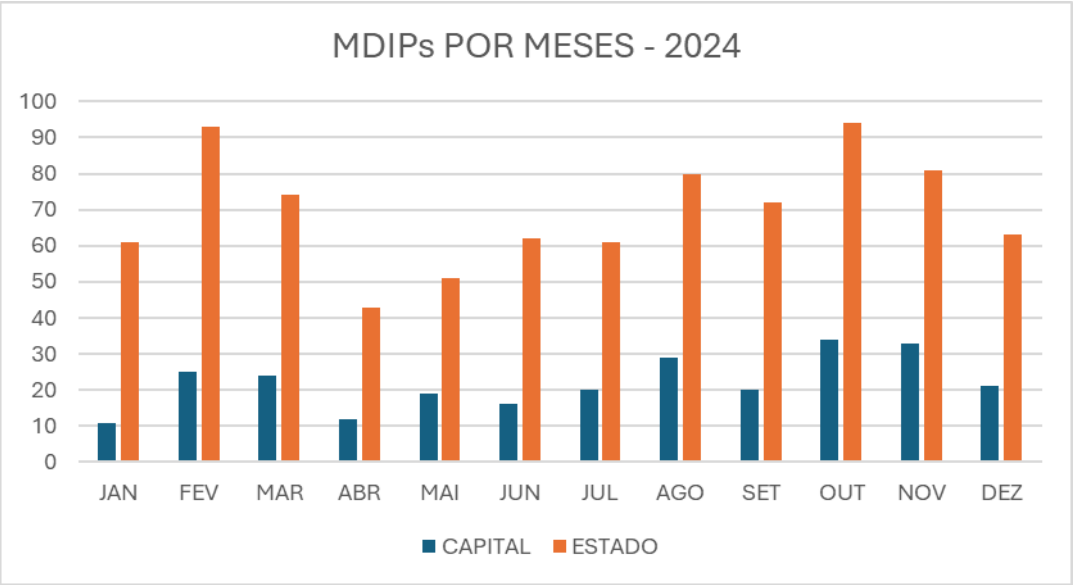
| | POLÍCIA CIVIL | POLÍCIA MILITAR | OUTRAS FORÇAS POLICIAIS | TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| **CAPITAL/JAN** | 1 | 16 | 1 | **18** |
| **ESTADO/JAN** | 1 | 37 | 3 | **41** |
| **CAPITAL/FEV** | 4 | 12 | 0 | **16** |
| **ESTADO/FEV** | 6 | 31 | 4 | **41** |
| **CAPITAL/MAR** | 2 | 14 | 0 | **16** |
| **ESTADO/MAR** | 5 | 38 | 1 | **44** |
| **CAPITAL/ABR** | 3 | 11 | 1 | **15** |
| **ESTADO/ABR** | 4 | 30 | 4 | **38** |
| **CAPITAL/MAI** | 1 | 10 | 2 | **13** |
| **ESTADO/MAI** | 4 | 34 | 5 | **43** |
| **CAPITAL/JUN** | 1 | 10 | 0 | **11** |
| **ESTADO/JUN** | 1 | 31 | 0 | **32** |
| **CAPITAL/JUL** | 4 | 12 | 1 | **17** |
| **ESTADO/JUL** | 6 | 50 | 1 | **57** |
| **CAPITAL/AGO** | 1 | 19 | 2 | **22** |
| **ESTADO/AGO** | 2 | 48 | 2 | **52** |
| **CAPITAL/SET** | 4 | 9 | 0 | **13** |
| **ESTADO/SET** | 6 | 40 | 6 | **52** |
| **CAPITAL/OUT** | 2 | 6 | 1 | **9** |
| **ESTADO/OUT** | 5 | 28 | 2 | **35** |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **CAPITAL/NOV** | 2 | 13 | 0 | **15** |
| **ESTADO/NOV** | 3 | 39 | 2 | **44** |
| **CAPITAL/DEZ** | 4 | 15 | 3 | **22** |
| **ESTADO/DEZ** | 4 | 54 | 5 | **63** |

| **2024** | **POLÍCIA CIVIL** | **POLÍCIA MILITAR** | **OUTRAS FORÇAS POLICIAIS** | **TOTAL** |
|---|---|---|---|---|
| **CAPITAL/JAN** | 0 | 11 | 0 | **11** |
| **ESTADO/JAN** | 2 | 57 | 2 | **61** |
| **CAPITAL/FEV** | 3 | 21 | 1 | **25** |
| **ESTADO/FEV** | 5 | 84 | 4 | **93** |
| **CAPITAL/MAR** | 1 | 22 | 1 | **24** |
| **ESTADO/MAR** | 2 | 70 | 2 | **74** |
| **CAPITAL/ABR** | 2 | 10 | 0 | **12** |
| **ESTADO/ABR** | 3 | 39 | 1 | **43** |
| **CAPITAL/MAI** | 1 | 18 | 0 | **19** |
| **ESTADO/MAI** | 3 | 44 | 4 | **51** |
| **CAPITAL/JUN** | 0 | 16 | 0 | **16** |
| **ESTADO/JUN** | 2 | 57 | 3 | **62** |
| **CAPITAL/JUL** | 3 | 17 | 0 | **20** |
| **ESTADO/JUL** | 4 | 51 | 6 | **61** |
| **CAPITAL/AGO** | 1 | 27 | 1 | **29** |
| **ESTADO/AGO** | 4 | 75 | 1 | **80** |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **CAPITAL/SET** | 0 | 20 | 0 | **20** |
| **ESTADO/SET** | 1 | 69 | 2 | **72** |
| **CAPITAL/OUT** | 0 | 34 | 0 | **34** |
| **ESTADO/OUT** | 4 | 86 | 4 | **94** |
| **CAPITAL/NOV** | 1 | 29 | 3 | **33** |
| **ESTADO/NOV** | 3 | 69 | 9 | **81** |
| **CAPITAL/DEZ** | 1 | 20 | 0 | **21** |
| **ESTADO/DEZ** | 2 | 58 | 2 | **62** |





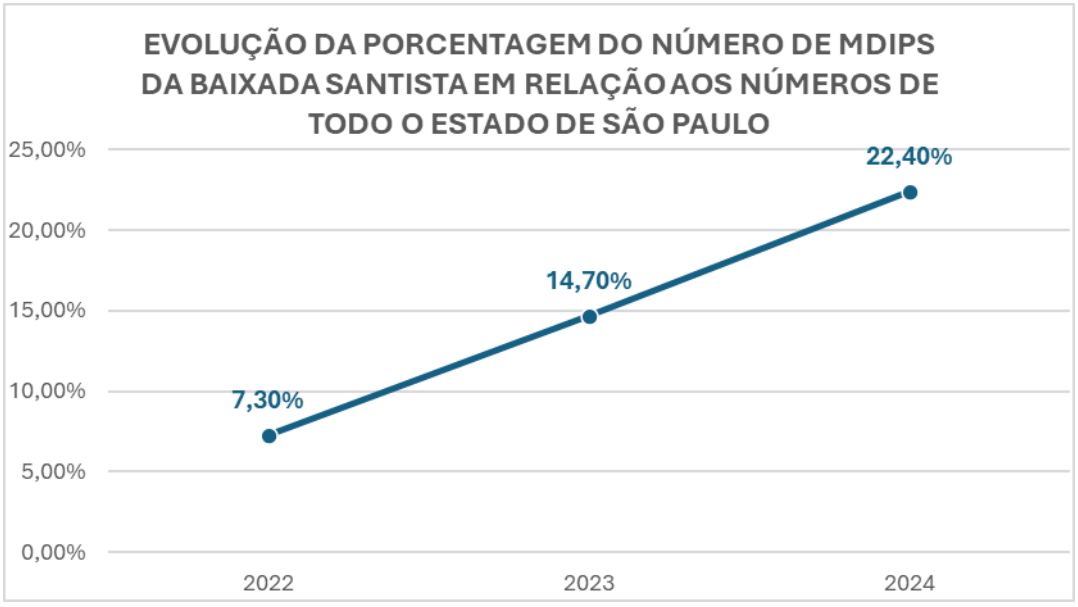

Números atinentes à Baixada Santista, que compreende os Municípios de Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Santos e São Vicente.

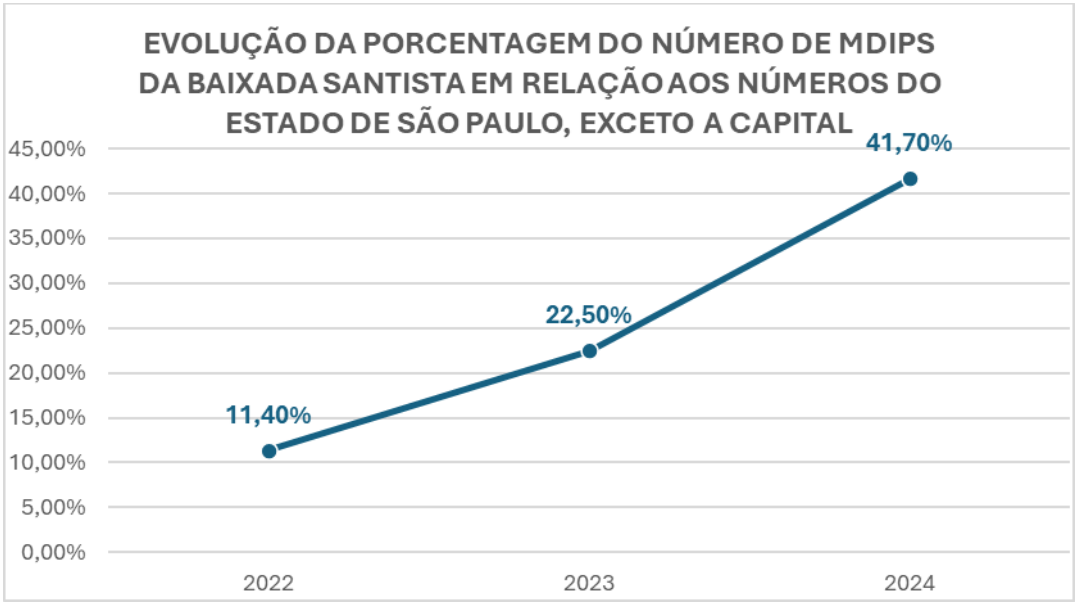
| **2023 (80 MORTES)** | **POLÍCIA CIVIL** | **POLÍCIA MILITAR** | **OUTRAS FORÇAS POLICIAIS** | **TOTAL** |
|---|---|---|---|---|
| **JANEIRO** | 0 | 6 | 0 | **6** |
| **FEVEREIRO** | 2 | 8 | 0 | **10** |
| **MARÇO** | 0 | 1 | 1 | **2** |
| **ABRIL** | 0 | 3 | 0 | **3** |
| **MAIO** | 0 | 4 | 0 | **4** |
| **JUNHO** | 0 | 5 | 0 | **5** |
| **JULHO** | 0 | 14 | 0 | **14** |
| **AGOSTO** | 0 | 12 | 0 | **12** |
| **SETEMBRO** | 0 | 11 | 0 | **11** |
| **OUTUBRO** | 0 | 4 | 0 | **4** |
| **NOVEMBRO** | 0 | 2 | 0 | **2** |
| **DEZEMBRO** | 0 | 7 | 0 | **7** |

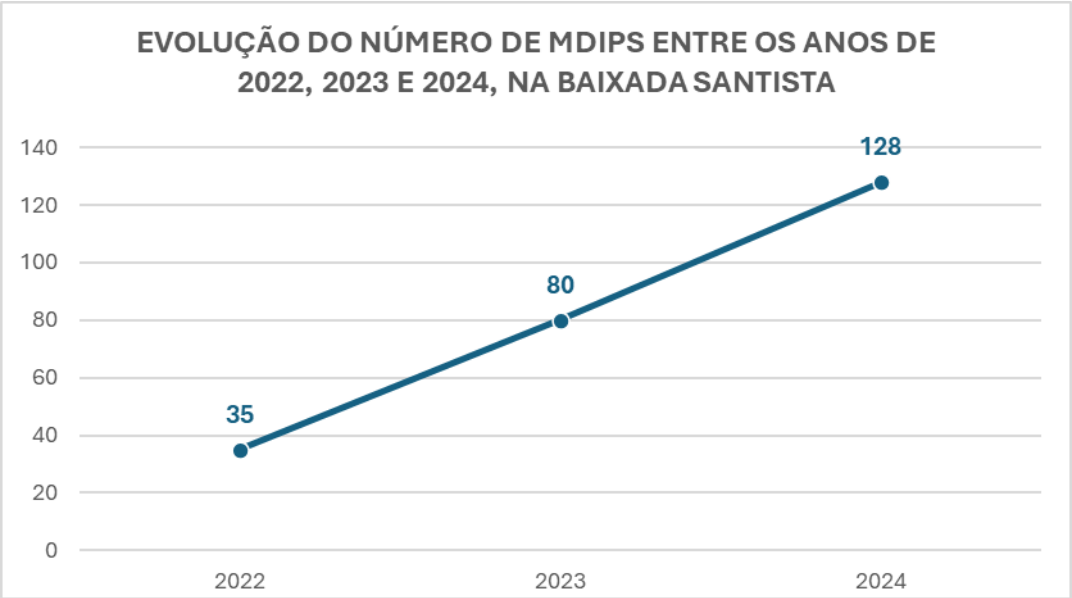
* Números atinentes à Baixada Santista, que compreende os Municípios de Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Santos e São Vicente.

| 2024 (128 MORTES) | POLÍCIA CIVIL | POLÍCIA MILITAR | OUTRAS FORÇAS POLICIAIS | TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| **JANEIRO** | 0 | 18 | 0 | **18** |
| **FEVEREIRO** | 0 | 43 | 0 | **43** |
| **MARÇO** | 0 | 14 | 0 | **14** |
| **ABRIL** | 0 | 11 | 1 | **12** |
| **MAIO** | 0 | 5 | 0 | **5** |
| **JUNHO** | 0 | 10 | 0 | **10** |
| **JULHO** | 0 | 2 | 0 | **2** |
| **AGOSTO** | 0 | 4 | 0 | **4** |
| **SETEMBRO** | 0 | 5 | 0 | **5** |
| **OUTUBRO** | 0 | 7 | 1 | **8** |
| **NOVEMBRO** | 0 | 4 | 0 | **4** |
| **DEZEMBRO** | 0 | 3 | 0 | **3** |

* Números atinentes à Baixada Santista, que compreende os Municípios de Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Santos e São Vicente.


EVOLUÇÃO DA PORCENTAGEM DO NÚMERO DE MDIPS DA BAIXADA SANTISTA EM RELAÇÃO AOS NÚMEROS DE TODO O ESTADO DE SÃO PAULO
25,00%
20,00%
15,00%
10,00%
5,00%
0,00%
7,30%
14,70%
22,40%
2022
2023
2024


EVOLUÇÃO DA PORCENTAGEM DO NÚMERO DE MDIPS DA BAIXADA SANTISTA EM RELAÇÃO AOS NÚMEROS DO ESTADO DE SÃO PAULO, EXCETO A CAPITAL
45,00%
40,00%
35,00%
30,00%
25,00%
20,00%
15,00%
10,00%
5,00%
0,00%
11,40%
22,50%
41,70%
2022
2023
2024




Após o aperfeiçoamento do fluxo de dados e, de modo, direto, combatendo ainda as eventuais subnotificações que porventura pudessem ocorrer no passado, em um segundo eixo de atuação, o Ministério Público do Estado de São Paulo, representado pelos Promotores de Justiça atuantes no GAESP, passou a ter assento cativo na Comissão de Letalidade Policial instalada na Secretária de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Assim, foi possível interlocução com diversos atores, de modo efetivo e integrado, em especial com entidades da sociedade civil, Defensoria Pública e as próprias forças de segurança do Estado, garantindo uma atuação coordenada e visando a redução dos números de mortes, além da identificação das causas que levaram ao óbito, de policiais ou não policiais, em todas as ocorrências em que houve intervenção policial e que resultaram em morte. Por fim, foi proposta, ao Secretário da Segurança Pública, a adoção de medidas pela Polícia Militar, Polícia Civil ou pela Secretaria da Segurança Pública para redução e eliminação das causas identificadas, visando sua não repetição.

No caso específico do fluxo de investigações, registre-se, a priori, quando das ocorrências de casos de violações cometidas por membros da segurança pública contra civis, são instaurados inquéritos policiais, bem como, a depender, Inquéritos Policiais Militares (IPM), visando a colheita de elementos para eventual persecução, nos termos da competência processual penal e seguindo os ditames da Constituição Federal. Ademais, nos termos da Resolução n° 1.364/20214-PGJ-CPJ, o Ministério Público do Estado de São Paulo possui a possibilidade de instauração do PIC - Procedimento

Investigatório Criminal -, presidido pelo Promotor de Justiça, de forma assim a realizar a colheita de provas e elementos para subsidiar a formação da *opinio delicti*.

Além disso, com relação a medidas voltadas à redução da letalidade e da violência policial, a Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública (DSUSP/SENASP) tem desenvolvido planos complementares para abordar sobre mortes decorrentes de intervenções policiais. Um marco foi a Portaria MJSP nº 439, de 4 agosto de 2023, que regulamentou as áreas financiáveis com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para os anos de 2023 e 2024 (Anexo XVII - PORTARIA MJSP Nº 436, DE 4 DE AGOSTO DE 2023). O objetivo central foi de reduzir as mortes violentas intencionais, incluindo as causadas por intervenções policiais, com 80% dos recursos destinados a essa finalidade.

Ainda com relação à temática de investigação de casos que envolvam policiais como possíveis acusados, está em curso um Grupo de Trabalho (GT) no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com o objetivo de elaborar proposta de Resolução para disciplinar as investigações do Ministério Público nos casos de mortes, torturas e violências sexuais no contexto de intervenções policiais.

O Grupo pretende promover ações gerais no âmbito de redução da letalidade e violência policial, além da fiscalização das atividades policiais para garantir a conformidade com os direitos humanos. O objeto e constituição do referido Grupo de Trabalho constam do teor da Portaria CNMP-PRESI nº 97, de 10 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, edição de 13 de março de 2023.

Em sede de paradigma operacional e funcional na temática do controle externo da atividade policial, atualmente há sistema de coleta e publicação de dados sobre a ocorrência de mortes decorrentes de intervenção policial, nos termos da Resolução CNMP nº 129, de 22 de setembro de 2015. A resolução estabelece regras mínimas de atuação do Ministério Público no controle externo da investigação de morte decorrente de intervenção policial, o que poderá abarcar mais dados a serem coletados e analisados nessa rotina laboral da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) do CNMP.

Destaca-se, ainda, que a Resolução nº 129/2015 também decorreu da obrigação do Estado brasileiro de investigar de forma eficiente e imparcial as violações de direitos humanos praticadas por profissionais de segurança pública, consoante diversos diplomas

internacionais dos quais o Brasil é signatário. Para tanto, fundamentou-se no teor da Resolução nº 8, de 21 de dezembro de 2012, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que proclamou a extinção dos registros de mortes decorrentes de intervenção policial por meio dos chamados "autos de resistência seguidos de morte", exigindo ampla e minuciosa investigação a respeito da presença de causas de exclusão de ilicitude em eventos dessa natureza, como forma de se possibilitar maiores chances de retratar a verdade real.

Em apertada síntese, a Resolução CNMP nº 129/2015 estabelece que compete ao Ministério Público, no âmbito institucional e interinstitucional, no caso de morte decorrente de intervenção policial:

> a) adotar medidas para garantir a efetiva e concreta apuração técnico-jurídica e pericial do local do delito, exame necroscópico interno, atendendo ao disposto nos diversos incisos do artigo 6º, inc. I, do Código de Processo Penal;
>
> b) fomentar políticas públicas de prevenção à letalidade policial; e
>
> c) adotar as medidas complementares, se necessário, a fim de evitar fraude processual, diligencie para ouvir familiares da vítima e testemunhas eventualmente não arroladas nos autos e até deflagre procedimentos investigativos próprios, nos termos da Resolução CNMP nº 181, de 7 de agosto de 2017, que dispõe sobre instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público.
>
> d) no mesmo sentido, a Recomendação CNMP nº 31, de 27 de janeiro de 2016, reforça *a necessidade de observância, pelos membros do Ministério Público, das normas – princípios e regras – do chamado Protocolo de Istambul, da Organização das Nações Unidas (ONU), e, bem assim, do Protocolo Brasileiro de Perícia Forense, em casos de crimes de tortura e dá outras providências*.

Ademais, de acordo com informações da Coordenação de Políticas de Segurança Pública (CPSP) da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério de Justiça e Segurança Pública, recebidas através da INFORMAÇÃO Nº 161/2024/CPSP-CGSUSP/CGSUSP/DSUSP/SENASP, de 10 de junho de 2024 (Anexo XII - INFORMAÇÃO Nº 161/2024/CPSP-CGSUSP/CGSUSP/DSUSP/SENASP), foi estabelecido o Projeto de Incremento da

Capacidade de Investigação de Homicídios pelas Unidades Especializadas, cujo objetivo principal é aumentar a taxa de esclarecimento de homicídios em âmbito nacional, através da ação integrada dos poderes executivos federal, estadual e municipal, do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual, das organizações da sociedade civil, organizações não governamentais e da sociedade em geral.

A Coordenação de Políticas de Segurança Pública (CPSP) destacou que este projeto visa implementar estratégias e abordagens para melhorar a capacidade das polícias civis na resolução de homicídios, contribuindo para a elucidação desses crimes. Para fortalecer a capacidade investigativa, o projeto inclui a promoção de ações para o recrutamento e treinamento de profissionais qualificados, além de incentivar a melhoria das condições de trabalho e a retenção de talentos. A capacitação dos policiais será aprimorada com treinamentos atualizados nas áreas de investigação de homicídios, análise de dados, técnicas avançadas de investigação criminal e preservação do local do crime. A melhoria dos recursos tecnológicos também é um foco, fornecendo sistemas de informação, bancos de dados criminais integrados, análise de DNA, análise balística e outras ferramentas forenses. Além disso, o projeto promove a cooperação entre diferentes agências de aplicação da lei, como polícia, Ministério Público, laboratórios forenses, institutos de criminalística e instituições de pesquisa.

A Coordenação de Políticas de Segurança Pública destacou também a análise e revisão de casos não resolvidos, identificando possíveis lacunas nas investigações e adotando medidas para reabrir investigações e revisar evidências. O projeto envolve a criação de equipes de revisão de casos ou a formação de forças-tarefa e estabelece parcerias com instituições públicas ou privadas para facilitar o andamento processual das investigações, como acesso a registros telefônicos e dados telemáticos, e obtenção de mandados de busca. Destacou, ainda, que, para garantir o monitoramento e a avaliação das políticas implementadas, o projeto define uma Metodologia de Referência ou um Indicador Nacional. Além disso, realiza um Diagnóstico Nacional sobre os principais fatores que frustram o esclarecimento dos homicídios e estabelece uma estrutura de governança capitaneada pela SENASP para integrar todas as unidades especializadas de investigação de homicídios e demais agências de aplicação da lei em âmbito nacional. E que essas ações conjuntas têm o potencial de melhorar significativamente as taxas de resolução de homicídios.

Pelos motivos expostos, o Ponto Resolutivo 20 está PARCIALMENTE CUMPRIDO.

## III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, o Estado brasileiro reitera seu compromisso com os direitos humanos e reforça que vem adotando diversas medidas para o efetivo cumprimento das medidas exaradas pela Corte Interamericana, sem prejuízo de novos e contínuos esforços, que serão devidamente comunicadas a essa Honorável Corte, com vistas à satisfação das referidas medidas.

Nesta oportunidade, o Estado Brasileiro requer:

e. Em relação aos **pontos resolutivos 13 e 14**, declarar que estão PARCIALMENTE CUMPRIDOS.

f. Em relação ao **ponto resolutivo 15**, declarar que está PARCIALMENTE CUMPRIDO.
g. Em relação ao **ponto resolutivo 16**, declarar que está PENDENTE DE CUMPRIMENTO.
h. Em relação ao **ponto resolutivo 17**, declarar que está PARCIALMENTE CUMPRIDO.
i. Em relação ao **ponto resolutivo 18**, declarar que está PARCIALMENTE CUMPRIDO.

O Estado aproveita esta oportunidade para reafirmar seu esforço em aumentar o índice de cumprimento dos pontos resolutivos das sentenças da Corte IDH. Nesse sentido, requer a emissão de uma resolução de supervisão de cumprimento que dê publicidade aos pontos acima relatados, de forma a permitir que o painel de monitoramento e demais mecanismos de controle pela sociedade civil e por outros órgãos públicos independentes possam ser atualizados, com as informações oficiais da Corte IDH, que é o órgão encarregado de decidir sobre os indicadores de cumprimento das sentenças. Destacamos que a formalização do reconhecimento pela Corte IDH incentiva que os demais pontos sejam cumpridos, uma vez que dão visibilidade aos pontos que já foram concluídos e permitem que os pontos pendentes concentrem o foco de atenção.

Finalmente, o Estado reitera o seu compromisso com o Sistema Interamericano de Direitos Humanos e com essa Honorável Corte Interamericana de Direitos Humanos.

## IV- ANEXOS

Anexo VIII - Ofício CHGAB n° 225/2025

Anexo IX - INFORMAÇÃO Nº 121/2025/CPLAN-CGSUSP/CGSUSP/DSUSP/SENASP

Anexo X - Portaria SENASP/MJSP nº 519/2023

Anexo XI - Resolução nº 26, de 10 de junho de 2024

Anexo XII - Câmeras Corporais: uma Revisão Bibliográfica - SENASP

Anexo XII - INFORMAÇÃO Nº 161/2024/CPSP-CGSUSP/CGSUSP/DSUSP/SENASP

Anexo XIV - Portaria MJSP nº 648, em 28 de maio de 2024

Anexo XV - Edital nº 30/2024 para Implementação e Ampliação de Câmeras Corporais

Anexo XVI - Despacho MPSP de 14 de fevereiro de 2025

Anexo XVII - PORTARIA MJSP Nº 436, DE 4 DE AGOSTO DE 2023

# ANEXO 8

**Governo do Estado de São Paulo**
**Secretaria da Segurança Pública**
**Assessoria Especial do Gabinete do Secretário**

**Ofício CHGAB n° 225/2025**

São Paulo, na data da assinatura digital.

Ilustríssima Senhora Coordenadora.

Assunto: Ref. Ofício 157/2025/CGINT/AI/MDHC

Cumprimentando V.Sa., com relação à sentença proferida pela Corte Internacional de Direitos Humanos - CIDH, no "Caso Honorato e outros vs. Brasil", em que foi declarada a responsabilidade internacional da República Federativa do Brasil pela morte de doze pessoas, durante a "Operação Castelinho", vimos informar o que segue.

Preliminarmente, relevante apontar que o Ofício nº 401/2024/CGINT/AI/MDHC foi respondido por meio do envio do Ofício CG nº 297/2024, oportunidade em que foi informado a esse Ministério que a demanda apresentada envolvia outras Secretarias de Estado e que, em razão disso, a resposta seria prestada diretamente pela Casa Civil - Assessoria Técnica de Governo, a fim de contemplar todos os pontos da arguição.

De todo modo, a partir do novo pedido encaminhado a esta Pasta, informamos, exclusivamente quanto aos pontos que atinem à Secretaria da Segurança Pública:

**Ponto Resolutivo 13** - informes sobre avanços na implantação de dispositivos de geolocalização e registro de movimentos dos veículos policiais e dos policiais no estado de São Paulo:

A PMESP utiliza o sistema GPS (Sistema de Posicionamento Global) para a geolocalização de viaturas policiais e de equipamentos utilizados por policiais militares de serviço. Atualmente possui os seguintes equipamentos de geolocalização: equipamento de telemetria; terminal de radiocomunicação, terminal de dados e câmeras operacionais portáteis (COP).

Também cumpre esclarecer que entre os anos de 2019 e 2023 foram implementados 8.262 (oito mil, duzentos e sessenta e dois) equipamentos de telemetria, 8.849 (oito mil, oitocentos e quarenta e nove) equipamentos de transceptores móveis e 10.330 (dez mil, trezentos e trinta) terminais portáteis de dados (TPD).

**Ponto Resolutivo 14** - informes sobre COP e o Programa “Muralha Paulista”:

A PMESP começou a prospectar o uso das COP em 2014 e, em 2020, foram efetivadas a sua operacionalidade junto às Unidade de Execução da Polícia Militar.

Com isso, cabe destacar, preliminarmente, que a implementação de inovações tecnológicas é uma jornada complexa e desafiadora, exigindo planejamento cuidadoso, comunicação eficaz e gestão por processos focados em mudanças, principalmente porque se trata de um equipamento com elevado custo, o que implica em estabelecer um processo complexo no âmbito do planejamento do orçamento público estadual, tendo em vista que a aquisição das COP não se resume apenas no equipamento em si,

mas envolve o investimento público em todo o parque tecnológico para o seu perfeito funcionamento (*Cloud Storage, Docking Station* etc).

Nesse sentido, as COP, e toda a sua infraestrutura, tem por objetivo primordial dar suporte técnico, operacional e jurídico à atuação operacional policial-militar, atribuindo maior respaldo para o profissional, reforçando a transparência e a legitimidade de suas ações, otimizando a qualidade dos serviços prestados e o incremento da percepção de segurança da população, consolidando, desse modo, a cultura profissional e legalista nas intervenções e interações realizadas, garantindo o respaldo jurídico-profissional e a integridade física e moral do policial militar, bem como os direitos individuais e coletivos dos cidadãos, em especial, pelo efeito apaziguador ou dissuasório de possíveis atos de incivilidades, além de fortalecer a prova judicial, dando maior robustez ao conjunto probatório coletado pela Instituição.

Há 10.125 (dez mil cento e vinte e cinco) COP em pleno funcionamento atual, distribuídas em 53% dos Batalhões da Polícia Militar, tendo sido realizada nova contratação que ampliará o número para 12.000 (doze mil) equipamentos.

As COP estão alinhadas com a política pública estabelecida pelo Programa Muralha Paulista, regulamentado pelo Decreto nº 68.828, de 04 de setembro de 2024. Essa integração reforça o objetivo de modernizar as ações policiais, promovendo a Segurança Pública de forma mais eficaz e transparente, ao mesmo tempo em que consolida a utilização de tecnologias avançadas para o monitoramento e a proteção das comunidades atendidas pela PMESP.

Quanto ao o envio dos registros das operações policiais que resultaram em mortes ou lesões graves de civis, incluindo as gravações das câmeras corporais e de geolocalização, aos órgãos de controle interno e externo da polícia do estado de São Paulo, cabe esclarecer que:

- a Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), como órgão da Administração Pública Direta e promotora dos direitos humanos fundamentais, segue fielmente o princípio constitucional da legalidade e, conforme prevê o artigo 129 da Constituição Federal de 1988 (CF/88), aliado à Lei Complementar Estadual n.º 734, de 26 de novembro de 1993, Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo (MP/SP), que estabelece como função do MP/SP exercer o controle externo da atividade policial, já realiza o compartilhamento de todos os vídeos das ocorrências, na medida em que são requisitados;

- diante disso, com a finalidade de cumprir a necessidade de compartilhamento das imagens, para agilizar e garantir a integralidade, autenticidade e a cadeia de custódia, o sistema de evidências digitais possui ferramentas de controle e auditoria de dados, disponíveis aos seus gestores policiais militares.

Vale lembrar, ainda, que a PMESP possui um Termo de Cooperação celebrado com o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ/SP), o qual concede acesso ao Sistema de Gerenciamento, Custódia e Compartilhamento de Evidências Digitais da PMESP (SiGCED), com objetivo de proporcionar maiores subsídios aos Magistrados no momento da apreciação das provas decorrentes de imagens coletadas durante o desenvolvimento das ações, missões e operações policial-militares, possibilitando, assim, maior assertividade na prolação das decisões judiciais, bem como maior transparência no desempenho de sua função.

A tecnologia tem sido uma importante aliada da atuação policial-militar para a obtenção do diagnóstico situacional e consequente emprego racional e eficiente dos Ativos Operacionais, permitindo resposta adequada às demandas por policiamento ostensivo cada vez mais complexas, além de se mostrar em uma ferramenta eficiente de Comando e Controle na execução das missões típicas de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública.

**Ponto Resolutivo 15** - informes sobre análise e deliberação de afastamentos de policiais pela Corregedoria da Polícia Militar e quando na esfera de atuação do PAAPM:

Inicialmente, cumpre destacar que as atribuições da Corregedoria da Polícia Militar (Correg PM), destinadas a assegurar a disciplina e a apuração de infrações penais no âmbito da Instituição Militar Estadual, estão disciplinadas pelo Decreto nº 31.318, de 23 de março de 1990, que, por intermédio do

Corregedor PM, poderá, quando necessário, indicar ao Comandante-Geral (Cmt G) o afastamento do militar acusado.

Destarte, no âmbito da Instituição, a edição das Instruções para o Atendimento de Ocorrência em que haja o cometimento de infração penal praticada por policial militar (I-40-PM) definiu os procedimentos administrativos a serem seguidos, conferindo à Correg PM a responsabilidade pelo assessoramento ao Cmt G e ao Subcomandante PM (Subcmt PM) nos atos de polícia judiciária militar, em especial, atribuições disciplinadas no artigo 12, poder propor ao Comandante-Geral a retirada de Oficiais e Praças, envolvidos em infrações comuns e militares, das atividades operacionais, enquanto for necessário para o completo esclarecimento dos fatos ou para que haja a adoção das medidas disciplinares eventualmente cabíveis.

No campo administrativo interno, também existe o Regimento Interno do Sistema de Polícia Judiciária Militar e Disciplina da Polícia Militar (SisPJMD), o qual em seus artigos 11, 13 e 15, disciplina a incumbência do Órgão Central (Correg PM), subordinado diretamente ao Subcmt PM, a responsabilidade pelo afastamento cautelar do militar do Estado da atividade operacional, mediante ato motivado, em decorrência de envolvimento em fatos graves, atentatórios às Instituições, ao Estado, aos direitos humanos fundamentais, bem como de natureza desonrosa, enquanto for necessário para o completo esclarecimento dos fatos ou para facilitar a adoção das medidas legais cabíveis.

Ademais, cumpre destacar também a hipótese de afastamento da praça policial militar que esteja respondendo a Conselho de Disciplina ou Processo Administrativo Disciplinar, conforme comando legal expresso no artigo 72 da Lei Complementar nº 893/01 Regulamento Disciplinar da Polícia Militar (RDPM).

Independentemente de haver afastamento operacional, ou não, nos casos de crimes comuns ou militares, as devidas apurações são levadas a efeito por força de lei, por meio de inquéritos policiais comuns e/ou inquéritos policiais militares, todos sob o rigoroso controle e acompanhamento por parte da Corregedoria da PMESP, nos termos do art. 1º do Decreto nº 31.318/90 já mencionado.

Em paralelo, é bom esclarecer que a Polícia Militar possui diversos programas e normas que regulam afastamentos da atividade operacional, não ficando tais medidas restritas ao âmbito correcional. Há outras previsões que visam tanto a correção de procedimentos operacionais não observados em ocorrências de gravidade, como também visando à proteção e à saúde mental dos policiais militares envolvidos. Sobre isso, vale citar:

- Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar (PAAPM), instituído pela Nota de Instrução (NI) nº PM3-01/03/20, de 29JUL20, destina-se a avaliar as condições psicoemocionais do policial militar envolvido em situações que impliquem risco à sua integridade física e psíquica;

- Comissão de Mitigação de Riscos - gestão de riscos em ocorrências que requeiram intervenção policial, prevista na Ordem de Serviço (OS) nº PM3-006/03/20-Circular, de 29 de julho de 2020, documento que determina nas ocorrências de morte decorrente de intervenção policial (MDIP), a instalação de Comissão de Mitigação de Riscos, com a finalidade de avaliar a necessidade de aprimoramento profissional dos envolvidos;

- Afastamento disciplinar cautelar - previsto nas Instruções do Processo Administrativo da Polícia Militar (I-16-PM), em seu artigo 112, combinado com o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar (RDPM), Lei Complementar nº 893, de 09 de março de 2001, aplicado quando o policial militar responde a Processo Regular;

- Procedimento de Análise de Acidente com Viatura (PAAVI) - instituído pela Nota de Instrução (NI) nº PM3-002/02/17 e tem como objetivo a avaliação, na atividade operacional, se o policial militar, em seus deslocamentos para o atendimento de ocorrência em viatura policial, cumpriu os Procedimentos Operacionais Padrão (POP), definindo medidas administrativas adequadas para promover a correção das não conformidades em face dos policiais militares envolvidos em acidente de trânsito com viatura policial, de qualquer natureza, dentre elas o afastamento da função de motorista ou encarregado do citado veículo oficial.

**Ponto Resolutivo 15** - informes sobre análise e deliberação de afastamentos de policiais quando na esfera de atuação do PAAPM:

A PMESP conta com o Sistema de Saúde Mental - SisMen (criado pela Lei Estadual nº 9.628 de 06MAI97 e regulamentado pelo documento de referência 4), consistindo em uma robusta estrutura que contempla um conjunto de programas e serviços, levados a efeito por diversos órgãos, sendo eles: o Centro de Atenção Psicológica e Social (CAPS), os 39 (trinta e nove) Núcleos de Atenção Psicossociais (NAPS), além da estrutura de saúde da Instituição, formada pelo Hospital da Polícia Militar e as Unidades Integradas de Saúde (UIS).

Destaca-se que no exercício das atribuições constitucionais, por meio das ações de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, bem como as intervenções típicas de Bombeiros, em face da própria natureza dos atendimentos prestados à sociedade, apresentam-se situações (eventos críticos) que implicam risco à integridade física e psíquica dos policiais militares, independentemente de suas condições de envolvimento.

A Instituição adota uma postura proativa, investindo em ferramentas de atenção à saúde e melhoria da qualidade de vida de todos os seus integrantes, o que se evidencia, no contexto dos policiais envolvidos em ocorrências potencialmente traumáticas, por meio do Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar – PAAPM:

- o PAAPM foi criado com a proposta de avaliar, acompanhar e prestar assistência psicológica aos policiais militares envolvidos em ocorrências de alto risco, como forma de prevenir o desenvolvimento ou agravamento, de um quadro de Estresse Pós-Traumático (TEPT) e, paralelamente, realizar intervenções nas circunstâncias “alterações emocionais”, muitas vezes decorrentes do estresse;

- de acordo com o estabelecido em norma institucional, a apresentação do policial militar envolvido em ocorrências potencialmente traumáticas é obrigatória;

- em decorrência da mencionada avaliação, o policial militar poderá, de acordo com os critérios técnicos da ciência psicológica, receber a prescrição de participação em Estágio de Desenvolvimento Psicoemocional ou , ainda, receber a indicação de retorno, no prazo de 3 meses, para ser submetido a uma reavaliação psicológica;

- caso seja encaminhado para participar do alusivo estágio, que se realiza pelo período de 21 dias, o policial militar, por meio de medidas psicoeducativas, é assistido por psicólogos, assistentes sociais, nutricionistas, dentre outros profissionais;

- vale destacar que, também como resultante das avaliações psicológicas, o policial militar receberá a prescrição relativa ao nível de acompanhamento, a saber:

* nível I: atuar somente em atividades administrativas;

* nível II: atuar em funções administrativas, serviços de atendimento ao público e de registro de ocorrências e Policiamento Ostensivo a Pé;

* nível III: atuar em funções administrativas e operacionais.

Esse programa foi objeto de uma ampla pesquisa científica, publicada no periódico: “Journal of Psyqchiatric Research” pelo artigo: “Police officers under attack: implications of na fMRI study”, verificando-se que a técnica de atenção psicológica aplicada pelos profissionais do CAPS, na 3ª Fase do PAAPM (relativa ao estágio) é eficaz quanto à terapêutica das memórias traumáticas.

Ainda como cuidado preventivo, é oferecido a todos os policiais militares do Estado de São Paulo, tanto do serviço ativo como veteranos, o atendimento em psicoterapia, em modalidade presencial ou remota (telepsicologia), constituindo-se em uma importante medida em prol da saúde mental dos militares estaduais.

No que se refere à Nota de Instrução nº PM3-001/03/20, mencionada no parágrafo 186 da Sentença proferida pela Corte interamericana de Direitos Humanos, possui como finalidade Regular o Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar (PAAPM), que se destina a avaliar as condições psicoemocionais do policial envolvido em situações que impliquem risco à sua integridade física e psíquica e adotar medidas visando preservar e ou restabelecer o correspondente equilíbrio, propiciando o adequado retorno do policial militar às suas atividades profissionais, e nesse sentido, destina-se a todos os policiais militares do serviço ativo que, de folga ou de serviço, tenham sua integridade física e psíquica

expostas a situações de risco em decorrência de sua participação direta em intervenção policial com resultado morte.

Diante de tais circunstâncias, e por conceber que o eventual resultado morte em decorrência da atividade laboral, muito embora possível, não é desejado, a Polícia Militar vem adotando uma postura proativa, inclusive ministrando instruções e treinamentos especificamente voltados para o uso de técnicas de menor potencial ofensivo.

Em relação ao afastamento da função ostensiva em decorrência de intervenção policial com resultado morte, cumpre mencionar que tal medida já é adotada por todas as unidades da Instituição, seguindo rigorosamente o que determina a citada Nota de Instrução, sendo prescrito por equipe técnica o Nível de Acompanhamento adequado ao caso, o qual determinará especificamente a modalidade de atuação permitida ao policial militar.

**Ponto Resolutivo 17** - informes sobre a investigação tão somente no âmbito disciplinar e de infrações a cargo da apreciação do TJM, haja vista que o julgamento de crimes contra a vida de civis, praticados por militares, ficam a cargo da Justiça Comum:

Cumpre observar preliminarmente que nos crimes dolosos contra à vida de civil, praticado por policiais militares, os autores serão apresentados à autoridade policial civil para as providências decorrentes de atividade de policia judiciária, conforme Resolução SSP110, de 19 de julho de 2010:

"Artigo 1º - Nos crimes dolosos contra a vida, praticados por policiais militares contra civis, os autores deverão ser imediatamente apresentados à autoridade policial civil para as providências decorrentes de atividade de polícia judiciária, nos termos da legislação em vigor."

Não obstante a apuração pela Polícia Civil, há o controle exercido por Órgão externo independente, quer seja o MP/SP, previsto na Carta Magna:

"Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;"

A fim de concretizar o controle exercido pelo Ministério Público, no Estado de São Paulo, cabe citar a existência do Grupo de Atuação Especial da Segurança Pública e Controle Externo da Atividade Policial (GAESP), conforme Ato Normativo nº 955/16, de 08 de março de 2016 e Resolução nº 1.516/2022-cpj, de 22 de agosto de 2022

De igual modo, o § 4º do artigo 125 da Constituição Federal nos traz a competência da Justiça Militar estadual para processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, portanto, qualquer alteração legislativa, nesse aspecto, será necessária proposta de Emenda Constitucional pelo Congresso Nacional.

Nesse passo, deve-se destacar o princípio da independência entre as esferas, em que as condutas ilícitas praticadas pelos agentes públicos ensejarão apuração na esfera penal, civil e administrativa, sendo os artigos 11, 12, 44 e 79 do RDPM, seus corolários:

"Art. 11 - A ofensa aos valores e aos deveres vulnera a disciplina policial-militar, constituindo infração administrativa, penal ou civil, isolada ou cumulativamente.

Artigo 12 - Transgressão disciplinar é a infração administrativa caracterizada pela violação dos deveres policiais militares, cominando ao infrator as sanções previstas neste Regulamento.

[...]

§ 5º - A aplicação das penas disciplinares previstas neste Regulamento independe do resultado de eventual ação penal.

Artigo 44 - A sanção disciplinar não exime o punido da responsabilidade civil e criminal emanadas do mesmo fato.

Parágrafo único - A instauração de inquérito ou ação criminal não impede a imposição, na esfera administrativa, de sanção pela prática de transgressão disciplinar sobre o mesmo fato.

Art. 79 - O Conselho poderá ser instaurado, independentemente da existência ou da instauração de inquérito policial comum ou militar, de processo criminal ou de sentença criminal transitada em julgado.

Parágrafo único - Se no curso dos trabalhos do Conselho surgirem indícios de crime comum ou militar, o presidente deverá extrair cópia dos autos, remetendo-os por ofício à autoridade competente para início do respectivo inquérito policial ou da ação penal cabível. (grifo nosso)"

Independentemente da categoria de agente público, é cediço que todos se submetem ao regime jurídico de tríplice responsabilidade, ou seja, respondem pelos atos ilícitos que praticarem tanto na esfera administrativa quanto nas esferas civil e penal.

Assim, na seara administrativa-disciplinar, os processos regulares tem o condão de analisar as condutas ético-morais que violaram gravemente os valores e deveres policial-militares, independentemente dos aspectos penal-militares, cuja competência Constitucional é reservada à Justiça Militar Estadual.

Porém não esgotando o assunto, disciplinou a Resolução SSP-40, de 24 de março de 2015, no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, procedimento a ser adotado na hipótese de morte decorrente de intervenção policial dos seus agentes, estando ou não em serviço, cujo objetivo é a absoluta transparência que sempre deve reger as investigações, e definiu às Corregedorias da Polícia Civil e Militar o dever de acompanhar as ocorrências que envolvam seus respectivos policiais, objetivando a coleta de dados e de informações, visando instruir os respectivos procedimentos administrativos, cujo acompanhamento dos feitos investigativos prevê ser realizado pelo Conselho Integrado de Planejamento e Gestão Estratégica da Secretaria de Segurança Pública (CIPGE), devendo o Ministério Público ser imediatamente comunicado das referidas ocorrências.


PAULO
TODOS
Segurança Pública
Secretaria da Segurança Pública do Estado de São ...
391 mil Seguidores: • 50 seguindo
Página oficial no Facebook da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.
Seguindo
Mensagem
...




Pensando ter atendido aos questionamentos propostos, que possuem relação com as atribuições desta Pasta, aproveitamos o ensejo para apresentar protestos de estima e consideração.

**PAULO MAURÍCIO MACULEVICIUS FERREIRA**
**Chefe de Gabinete**
**Secretaria da Segurança Pública**

À Ilma. Sra.
**CRISTINA FIGUEIREDO TEREZO RIBEIRO**
DD. Coordenadora-Geral Substituta dos Sistemas Internacionais de Direitos Humanos
Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania
internacional@mdh.gov.br

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Mauricio Maculevicius Ferreira**, **Chefe de Gabinete**, em 10/03/2025, às 13:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0058959829** e o código CRC **46B4EB2D**.

# ANEXO 9

30898452 08001.000868/2022-25

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Coordenação de Planejamento e Gestão

INFORMAÇÃO Nº 121/2025/CPLAN-CGSUSP/CGSUSP/DSUSP/SENASP

## 1. INTRODUÇÃO

1.1. Em atendimento ao Ofício n.º 297/2025/ASINT/MJ, que se refere à solicitação do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) no contexto da sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) no Caso *Honorato e outros vs. Brasil*, é solicitado o envio de informações sobre as medidas adotadas por este Ministério para assegurar a implementação de uma política abrangente de geolocalização, registro de atividades policiais e utilização de câmeras corporais nas unidades federativas, com ênfase no estado de São Paulo, onde ocorreram as violações mencionadas.

1.2. O MDHC requer informações detalhadas acerca do cumprimento do *Ponto Resolutivo 13* da sentença, que determina a implementação de dispositivos de geolocalização e o registro dos movimentos dos veículos policiais e dos policiais, conforme os §§ 184 e 185 da sentença, com ênfase na adoção de medidas para o aprimoramento do controle externo da atividade policial.

1.3. Diante disso, seguem as informações disponibilizadas pela Coordenação-Geral de Gestão e Governança do Sistema Único de Segurança Pública, a fim de subsidiar a manifestação da Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública.

## 2. ANÁLISE

2.1. Iniciamente, no contexto federativo brasileiro, a Constituição Federal de 1988 estabelece formas distintas de atuação para os seus entes, União, Estados e Municípios, na área de segurança pública. Em especial, à União cabe legislar sobre normas gerais, promover ações de coordenação e cooperação, e prestar apoio técnico e financeiro às unidades federativas, conforme disposto no art. 144, §7º, da CF/88, no art. 35 da Lei nº 14.600, de 2023, e no art. 10 da Lei nº 13.675, de 2018. Já aos Estados compete executar diretamente as políticas de segurança pública, sendo responsáveis pela gestão operacional das atividades policiais.

2.2. Assim, a União possui limitações diretas para impor ou implementar medidas operacionais, concentrando a sua atuação em acordos federativos e mecanismos de coordenação, especialmente por meio de incentivo financeiro e técnico para fomentar a implementação nas unidades federativas.

2.3. Neste contexto, a atuação do MJSP sobre o tema em questão tem sido conduzida por meio da Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública, cuja finalidade é promover a gestão orientada por resultados e otimizar processos, inovação, e a aplicação de recursos orçamentários e financeiros. Dentro desse escopo, o Ministério busca fortalecer as capacidades institucionais por meio de projetos de inovação, padronização de procedimentos, transformação digital e implementação de tecnologias como as câmeras corporais.

2.4. Para institucionalizar o uso dessa tecnologia, foi criado, por meio da Portaria SENASP/MJSP nº 519/2023, o Projeto Nacional de Câmeras Corporais, que tem status de projeto estratégico do

MJSP, aprovada pela Resolução nº 26, de 10 de junho de 2024, e visa a profissionalização das instituições de segurança pública e o fortalecimento dos processos operacionais e normativos relacionados ao uso das câmeras. O projeto é estruturado em diversos eixos, incluindo diagnóstico, amparo legal, certificação dos equipamentos, treinamentos, aquisições e avaliação de impacto.

2.5. O Projeto Nacional de Câmeras Corporais, coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), tem se destacado por importantes entregas. Dentre elas, a publicação, do relatório "Câmeras Corporais: uma Revisão Bibliográfica", que oferece uma análise profunda e detalhada do uso dessa tecnologia, com base em estudos e publicações científicas. No eixo amparo legal, destaca-se a promulgação da Portaria MJSP nº 648, em 28/05/2024, que estabelece as diretrizes para a utilização das câmeras corporais, bem como a publicação da Norma Técnica da SENASP, que define os padrões mínimos de qualidade, segurança e desempenho dos equipamentos.

2.6. No eixo de capacitação, ações como o 1º Encontro Técnico Nacional de 2023 e o Curso Nacional de Uso Diferenciado da Força têm se consolidado como marcos fundamentais para a formação de profissionais, com previsão de capacitação de 4.500 multiplicadores. Além disso, está em fase de licitação a contratação de solução de câmeras corporais para ser fornecido a Força Nacional de Segurança Pública, com a abertura de ata de registro de preço para outras instituições interessadas na contratação da solução. O Edital nº 30/2024 destina R$ 124.012.601,84 para a implementação ou ampliação do uso dessas câmeras nas polícias militares, com destaque para a Polícia Militar do Estado de São Paulo, que deverá ser beneficiada com recursos significativos para a expansão do projeto.

2.7. Com isso, em relação ao Ponto Resolutivo 13 da sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, a Portaria MJSP nº 648/2024, que estabelece as diretrizes para o uso de câmeras corporais pelos órgãos de segurança pública, abrange medidas que seguem no sentido mencionado pelo ponto resolutivo.

2.8. Em primeiro lugar, cumpre destacar o disposto no art. 11 da referida portaria, que trata da integridade dos registros audiovisuais, e em seu §1º, onde se sublinha a necessidade de rastreamento dos registros. A inteligência da Portaria Ministerial exige a utilização de tecnologias como funções de hash, registros de eventos, marca d'água, georreferenciamento, data, hora, além da identificação do operador e do equipamento, elementos que garantem a rastreabilidade e a custódia dos dados. Tal regulamentação assegura a conformidade com os requisitos de rastreabilidade, para a rastreabilidade por georreferenciamento dos profissionais de segurança pública que utilizam câmeras corporais, como delineado no *Ponto Resolutivo nº 13*, item 184, alínea "a". Destaca-se ainda o disposto no art. 22 da Portaria nº 648/2024, que prevê a aplicação dessas diretrizes também para o uso de câmeras veiculares, ampliando a abrangência a atendendo a necessidade de rastreamento veiculares.

2.9. Ademais, o artigo 19 da mesma portaria prevê que o Ministério Público, como órgão de controle externo, pode requisitar os registros audiovisuais, conforme disposto no inciso I. Mais ainda, a portaria assegura que os registros audiovisuais estarão acessíveis em tempo real aos órgãos de controle externo, como o Ministério Público, e às instituições do sistema de justiça criminal, conforme estabelece o §4º do art. 19. Esse mecanismo garante a observância do item 184, alínea "b", do Ponto Resolutivo nº 13 da sentença, atendendo à necessidade de uma supervisão contínua e à transparência das operações, conforme exigido pela Corte Interamericana.

2.10. Cumpre salientar que a Portaria nº 648/2024 estabelece, em seu artigo 2º, que a utilização de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para a implementação ou ampliação de projetos de câmeras corporais está condicionada à adesão às diretrizes nela contidas. Essa estratégia foi concretizada por meio do Edital nº 30/2024, por meio do qual a Polícia Militar do Estado de São Paulo participa como proponente e que se destina à expansão do projeto de câmeras corporais por meio do repasse de R$ 27.817.386,96.

2.11. Nesse contexto, considerando a abrangência da Portaria nº 648/2024, que contempla dispositivos previstos no Ponto Resolutivo nº 13 da sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, há indicativos consistentes de que a Polícia Militar do Estado de São Paulo adotará as medidas necessárias à adequação ao referido normativo, assim como os demais Estados que venham a utilizar os recursos do FNSP para a contratação de serviços de câmeras corporais. Dessa forma, ao implementar integralmente as exigências estabelecidas na portaria, espera-se alcançar requisitos de

conformidade com as diretrizes determinadas pela Corte, cumprindo assim o disposto no Ponto Resolutivo nº 13.

3. **CONCLUSÃO**

3.1. Diante do exposto, recomenda-se a apresentação deste documento, para análise e deliberação da Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública.

Respeitosamente,

**DIEGO REMOR MOREIRA FRANCISCO**
Servidor Mobilizado
CPSP/CGSUSP/DSUSP/SENASP/MJSP

1. De acordo.

2. Encaminhe-se ao CGSUSP para análise e providências.

**FRANKLIN MICHAEL POPOV**
Coordenador de Planejamento e Gestão
CPLAN/CGSUSP/DSUSP/SENASP/MJSP

1. De acordo.

2. Encaminhe-se à DSUSP para análise e providências.

**MÁRCIO JÚLIO DA SILVA MATTOS**
Coordenador-Geral de Governança e Gestão do Sistema Único de Segurança Pública
CGSUSP/DSUSP/SENASP/MJSP

Documento assinado eletronicamente por **MARCIO JULIO DA SILVA MATTOS**, **Coordenador(a)-Geral de Governança e Gestão do Sistema Único de Segurança Pública**, em 10/03/2025, às 19:57, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **FRANKLIN MICHAEL POPOV**, **Coordenador(a)-Geral de Governança e Gestão do Sistema Único de Segurança Pública - Substituto(a)**, em 11/03/2025, às 10:16, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Diego Remor Moreira Francisco**, **Servidor(a) Mobilizado(a)**, em 11/03/2025, às 10:18, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.autentica.mj.gov.br informando o código verificador **30898452** e o código CRC **12D04B34**
O documento pode ser acompanhado pelo site http://sei.consulta.mj.gov.br/ e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

# ANEXO 10

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública

# PORTARIA SENASP/MJSP Nº 519, DE 07 DE JULHO DE 2023

Institui Grupo de Trabalho - GT, no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública, para elaborar e qualificar artefatos visando à criação do Projeto Nacional de Câmeras Corporais, como uma das iniciativas do Programa Nacional de Inovação Organizacional em Segurança Pública.

O **SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**, no uso das atribuições legais que lhe conferem os artigos 24 e 76 do Anexo I, do Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, resolve:

Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho para elaborar e qualificar artefatos visando à criação do Projeto Nacional de Câmeras Corporais, com o objetivo de disponibilizar um conjunto de soluções técnicas, operacionais e normativas que proporcionem a qualificação da prestação dos serviços de segurança pública e da legitimidade das instituições por meio da utilização de câmeras corporais pelos profissionais de segurança pública.

Parágrafo único. São objetivos específicos do Projeto Nacional de Câmeras Corporais, de forma não exaustiva:

I - elaboração de diagnóstico sobre o contexto atual do uso de câmeras corporais nas instituições de segurança pública;

II - proposta de aperfeiçoamento legislativo e de diretriz nacional de uso de câmeras corporais na segurança pública;

III - proposta de cadernos de referência operacional para o uso de câmeras corporais na segurança pública;

IV - proposta de norma técnica que estabeleça os requisitos mínimos de funcionalidade e de qualidade para contratação de solução de câmeras corporais para uso na segurança pública;

V - proposta estratégia de treinamento e capacitação continuada;

VI - proposta de modelo de contratação de soluções tecnológicas de registro audiovisual e de equipamentos de menor potencial ofensivo;

VII - proposta de fomento ao desenvolvimento de solução para a custódia de evidências digitais; e

VIII - proposta de avaliação de impacto da implementação das câmeras corporais.

Art. 2º O Projeto Nacional de Câmeras Corporais integra o Programa Nacional de Inovação Organizacional em Segurança Pública.

Art. 3º Designar os seguintes servidores para compor o Grupo de Trabalho:

I - Coordenação:

a) Márcio Júlio da Silva Mattos - Coordenador do GT; e

b) Francisco Guilherme Lima Macedo - Coordenador substituto do GT.

II - Equipe técnica:

a) Luís Humberto Caparroz - DFNSP/Senasp;

b) Karina Nunes dos Santos - DEP/Senasp;

c) Ana Paula Lustosa Vieira - DIOPI/Senasp;

d) Rafael Raeff Rocha - DGI/Senasp;

e) Fábio Ferreira Real - CGMTEC/DSUSP/Senasp;

f) Rodrigo Marcelo Melloto - CGMTEC/DSUSP/Senasp;

g) Franciele Prete Bento - CGMTEC/DSUSP/Senasp;

h) Vander Oliveira Jampaulo - CGMTEC/DSUSP/Senasp;

i) Diego Remor Moreira Francisco - CGSUSP/DSUSP/Senasp;

j) André Maurício Penha Brasil - CGSUSP/DSUSP/Senasp;

k) Diego Sommer Thiesen Alves - CGSUSP/DSUSP/Senasp;

l) Leandro Lopes Benfica - CGSUSP/DSUSP/Senasp;

m) Sergio Domingos da Cunha Bonato Junior - CGSUSP/DSUSP/Senasp;

n) Rachel Ramos Noronha - CGSUSP/DSUSP/Senasp;

o) Danielle Simone Rocha Seixas - CGSUSP/DSUSP/Senasp; e

p) Eduardo Miranda de Freitas - CGSUSP/DSUSP/Senasp.

III - Equipe de Apoio:

a) Mário Anderson de Araújo Santos - CGSUSP/DSUSP/Senasp;

b) Sandra Fujiwara de Medeiros - CGVP/DSUSP/Senasp; e

c) Laura Lúcia Máximo - CGVP/DSUSP/Senasp.

IV - Escritório Setorial de Gerenciamento de Projetos:

a) Henrique Araújo de Lima - CGSUSP/DSUSP/Senasp; e

b) Valéria Melquíades de Aquino - CGSUSP/DSUSP/Senasp.

Art. 4º Coordenador do Grupo de Trabalho poderá convidar para participar dos trabalhos desenvolvidos, profissionais e servidores que atuam nos estados, especialistas na temática, colaboradores, representantes de outras instituições governamentais ou não governamentais, representantes de secretarias vinculadas ao Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP e de outros Ministérios.

Parágrafo único. o Grupo de Trabalho poderá realizar visitas técnicas a instituições governamentais ou não governamentais, necessárias ao bom desenvolvimento dos trabalhos.

Art. 5º A equipe deverá observar, para desenvolvimento das atividades inerentes à entrega dos produtos requeridos, as orientações consignadas na Metodologia de Gerenciamento de Programas e Projetos da Senasp, aprovada por meio da Portaria nº 485, de 19 de novembro de 2022.

Art. 6º No prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta portaria, a equipe deverá elaborar os elementos de planejamento do projeto e apresentar ao Secretário Nacional de Segurança Pública os seguintes artefatos:

I - Plano de Gerenciamento do Projeto; e

II - Canvas de Projeto.

Parágrafo único. A critério do dirigente máximo, o prazo previsto no caput poderá ser prorrogado por igual período, uma única vez, mediante justificativa apresentada pelo Coordenador do GT.

Art. 7º A participação no Grupo de Trabalho não ensejará qualquer remuneração para os servidores designados e os trabalhos desenvolvidos serão considerados prestação de serviço público relevante.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor em 15 de agosto de 2023.

FRANCISCO TADEU BARBOSA DE ALENCAR
Secretário Nacional de Segurança Pública

---

Documento assinado eletronicamente por **Francisco Tadeu Barbosa de Alencar**, **Secretário(a) Nacional de Segurança Pública**, em 04/08/2023, às 17:52, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

---

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.autentica.mj.gov.br informando o código verificador **24769270** e o código CRC **5B709D9C**
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

---

# ANEXO 11

28028566 08011.000086/2023-58

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva

# RESOLUÇÃO CGE Nº 26, DE 10 DE JUNHO DE 2024

**O COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA DO MINISTÉRIO D JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII, do art. 1º, do Anexo I, e do § 2º, do art. 3º, do Anexo XI da Portaria MJSP nº 02, de 28 de janeiro de 2022.

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar a Carteira de Políticas Públicas do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP.

Parágrafo único. A versão eletrônica do documento de que trata o **caput** será disponibilizada no sítio eletrônico do MJSP.

Art. 2º Fica a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento da Secretaria-Executiva do MJSP autorizada a alterar, por ato próprio, a Tabela de Vinculação de Instrumentos de Gestão e a Tabela de Indicadores, anexa à Carteira de Políticas Públicas.

Art. 3º Fica revogado o seguinte ato:

I - Resolução CGE nº 23, de 07 de novembro de 2022.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de publicação.

**MANOEL CARLOS DE ALMEIDA NETO**

Secretário-Executivo

Documento assinado eletronicamente por **Manoel Carlos de Almeida Neto**, **Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 11/06/2024, às 15:59, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.autentica.mj.gov.br informando o código verificador **28028566** e o código CRC **110C083D**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

**ANEXO**

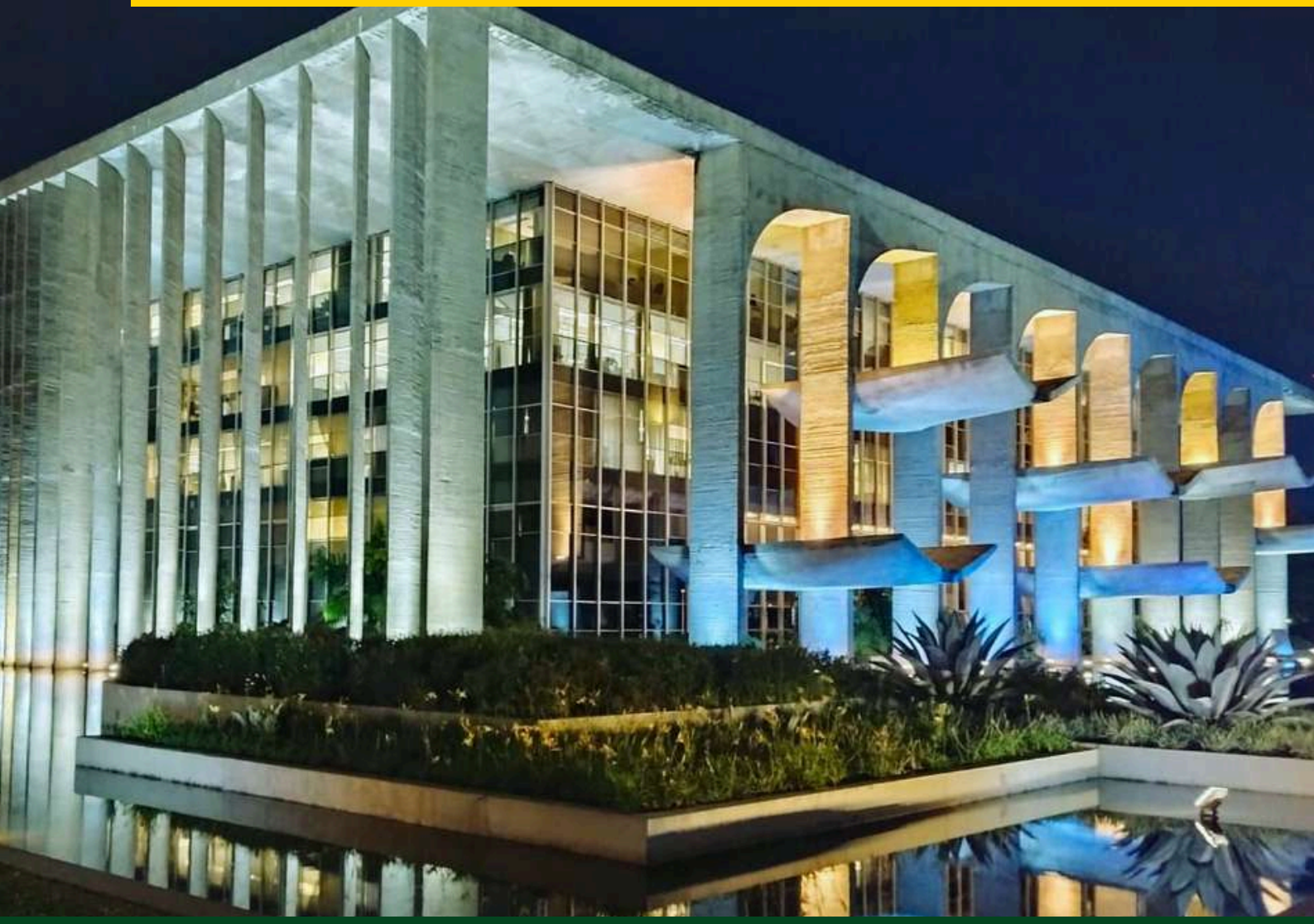
Carteira de Políticas Públicas MJSP (24757228);

ANEXO I - Tabela Vinculação dos Instrumentos de Gestão (24757234); e

ANEXO II - Tabela de Indicadores (24757236).

# CARTEIRA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

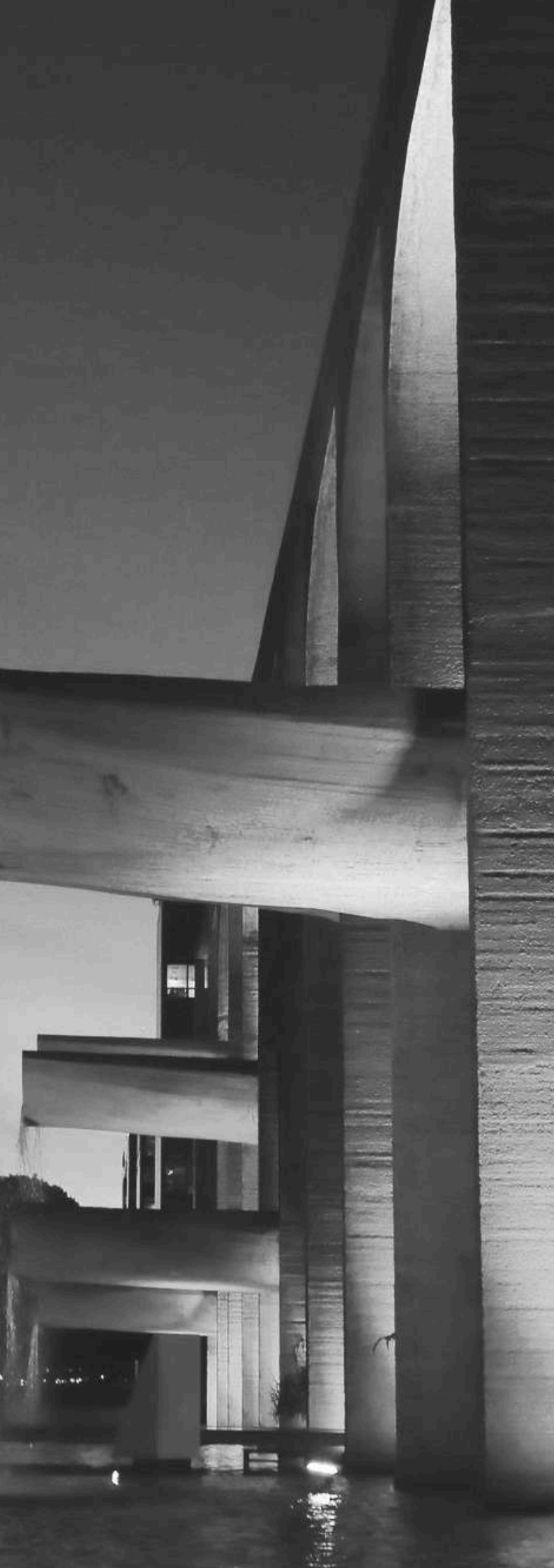
## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA



GOVERNO FEDERAL

BRASIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



# FICHA INSTITUCIONAL


**Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**
Ricardo Lewandowski

**Secretário-Executivo**
Manoel Carlos de Almeida Neto

**Secretário-Executivo Adjunto**
Marivaldo Pereira

**Subsecretário de Planejamento e Orçamento**
David de Lima Freitas

**Coordenadora-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional**
Bruna Ignácio Moreira

**Coordenadora de Gestão Estratégica**
Déborah Botelho

**Chefe de Divisão de Planejamento, Processos e Apoio à Governança**
Natália Ferreira da Rocha

**Equipe técnica**
Andressa Delfino Neiva
Leonardo de Melo Costa
Cintya Oliveira da Silva
Natália Ferreira da Rocha
Victor da Silva Ferreira

**Colaboradores**
Aline Rosa Roriz
Bruno de Oliveira Almeida
Cássia Polliana Amaral Mendes
Juliana Coelho Antero
Lívia de Paula Pereira Frauches
Matheus José Ferraz Fernandes
Ryone Valeriano Novais de Oliveira
Silvia Isabela Santos Cavalcanti
Zenaide de Freitas Torres Vaz

**Fotos**
Assessoria de Comunicação Social/GM
Flickr MJSP
Empresa Brasileira de Comunicação - EBC



Esplanada dos Ministérios, Bl. T,
Edifício Sede, Palácio da Justiça
CEP: 70064-900 | Brasília - DF
Tel.: +55 61 2025-3123

www.gov.br/mj

# SUMÁRIO


Introdução 06

Política Pública 07

Manuais de Políticas Públicas 12

Glossário 14

Políticas Públicas de Justiça 19

Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD 20

Política de Proteção de Dados Pessoais 21

Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE 25

Política de Defesa da Concorrência 26

Secretaria de Acesso à Justiça - SAJU 29

Política de Acesso à Justiça e Promoção de Direitos 30

Secretaria Nacional de Justiça - SENAJUS 35

Política de Classificação Etária de Conteúdos Audiovisuais e Espetáculos Públicos - Classificação Indicativa 36

Política de Cooperação Jurídica Internacional 39

Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas 44

Política de Proteção aos Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiados e Apátridas 47

Política de Qualificação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs e Organizações Estrangeiras - OEs 54

Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON 59

Política de Integração e Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor 60

Política de Prevenção e Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual 64

Política de Proteção e Defesa de Direitos Difusos e Coletivos 67

Política de Regulação e Fiscalização de Consumo 70

Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos - SENAD 73

Política do Ciclo Virtuoso da Gestão de Ativos Apreendidos 74

Política sobre Drogas – Reconstrução com ênfase em Grupos Vulneráveis 78

Políticas Públicas de Segurança Pública 85

Polícia Federal - PF 86

Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal 87

Política de Polícia Administrativa 90

Política de Polícia Judiciária 96

Polícia Rodoviária Federal - PRF 100

Política de Enfrentamento à Criminalidade nas Rodovias Federais 101

Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal 105

Política de Mobilidade nas Rodovias Federais 108

Política de Segurança Viária nas Rodovias Federais 111

Secretaria Nacional de Justiça - SENAJUS 115

Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro 116

Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN 121

Política de Assistência Social no Sistema Penal 122

Política de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Penal 128

Política de Atenção Integral à Saúde no Sistema Penal 132

Política de Educação da Pessoa Privada de Liberdade 137

Política de Enfrentamento ao Superencarceramento 140

Política de Fortalecimento de Ouvidorias e Corregedorias do Sistema Penal 145

Política de Fortalecimento do Sistema Penal 149

Política de Trabalho no Sistema Penal 155

Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP 158

Política de Aperfeiçoamento da Atividade de Inteligência de Segurança Pública 159

Política de Educação para os Profissionais de Segurança Pública 163

Política de Enfrentamento da Criminalidade Violenta 166

Política de Enfrentamento das Organizações Criminosas 170

Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública 174

Política de Integração de Dados e Informações de Interesse da Segurança Pública 179

Política de Promoção da Cultura de Paz e Segurança Cidadã 184

Política de Segurança Pública e Meio Ambiente, Questões Indígenas e Fundiárias 188

Política de Valorização dos Profissionais de Segurança Pública 192

Referências Bibliográfica 195

# INTRODUÇÃO

Visando o cumprimento de sua missão institucional, o Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP tem pautado sua atuação na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas ao atendimento das necessidades e anseios da sociedade brasileira.

As políticas públicas setoriais desenvolvidas pelo Ministério buscam cumprir as determinações previstas nos normativos que especificam suas competências e atribuições, como órgão da administração pública federal. Nesse sentido, estão alinhadas às políticas e programas do Governo Federal, como a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social – PNSPDS e o Plano Plurianual – PPA, além de estarem vinculadas aos demais instrumentos de gestão do Ministério, como o Planejamento Estratégico, a Cadeia de Valor e o cadastro de ações orçamentárias.

Para preservar esse alinhamento, as transferências voluntárias ou obrigatórias de despesas finalísticas das unidades do Ministério, sejam quais forem os instrumentos, somente podem ser realizadas se houver a indicação da vinculação à política pública prevista na Carteira de Políticas Públicas do Ministério.

Este documento apresenta, de maneira sucinta, as Políticas Públicas do MJSP voltadas às temáticas de Justiça e Segurança Pública, além de demonstrar os principais conceitos, características e referenciais de políticas públicas utilizados pelo Órgão.

# POLÍTICA PÚBLICA

## Conceito

As Políticas Públicas são instrumentos indispensáveis para auxiliar os órgãos no cumprimento de suas atribuições regimentais e no atendimento das demandas da sociedade.

De modo geral, é por meio das políticas públicas que o governo define e estrutura sua forma de atuação. Nesse sentido, muitos teóricos têm se debruçado na busca de uma definição mais completa de política pública.

De acordo com Martins (2007, p. 4), políticas públicas “são um conjunto articulado e estruturado de ações e incentivos que buscam alterar uma realidade em resposta a demandas e interesses dos atores envolvidos.” No mesmo entendimento, Procopiuck (2013 apud TCU, 2014, p. 21) define política pública como a "mobilização político-administrativa para articular e alocar recursos e esforços para tentar solucionar dado problema coletivo”.

Para Lassance; Saravia; Secchi; Souza (2020; 2006; 2010; 2006, apud IPEA, 2021, p. 6), política pública consiste na

> (...) ação do governo no sentido amplo, a partir de propostas elaboradas, levando em conta uma concepção estratégica e institucionalizada acerca de como enfrentar determinado problema público. Tal elaboração tem o Estado como ator central e seu objetivo é atender às necessidades da população ou aproveitar oportunidades para a promoção do desenvolvimento, em diferentes escalas – local, regional, nacional ou até mesmo internacional.

Apesar das inúmeras definições previstas na literatura para políticas públicas, o MJSP estabeleceu, por meio do art. 2º, inciso IV da Portaria MJSP nº 2, de 28 de janeiro de 2022, o seguinte conceito

> Política Pública: conjunto de ações ou programas governamentais finalísticos necessários, suficientes, integrados e articulados para a provisão de bens ou serviços, dotados de recursos orçamentários ou de recursos oriundos de renúncia de receita ou de benefícios de natureza financeira e creditícia.

Cabe destacar o aspecto institucional de uma política pública, na medida em que é iniciada por uma autoridade legitima, muitas vezes pelo Poder Executivo, fundamentada em procedimentos estabelecidos legalmente, como leis e atos administrativos. Essa vinculação a uma instituição governamental provê às políticas públicas três características:

1. Legitimidade: por se tratar de uma obrigação legal outorgada pelo governo aos cidadãos;
2. Universalidade: uma vez que o conjunto de políticas governamentais devem abranger toda a sociedade; e
3. Coerção: uma vez que o governo tem o legítimo poder para fazer com que as políticas sejam respeitadas. (Dye, 2010 apud IPEA, 2021, p. 6)

Além disso, em uma instituição governamental, como espaço de produção de regras e orientações, o uso de instrumentos formais e a perspectiva de funcionar a longo prazo, mesmo contemplando objetivos de curto prazo, são características procedimentais inerentes às políticas públicas. (Brasil, 2018; Heidemann e Salm, 2010; Neves, Gomes e Leal, 2014; Souza, 2006 apud IPEA, 2021, p. 6)

# Gestão das Políticas Públicas no âmbito do MJSP

A gestão de políticas públicas no MJSP é realizada por meio da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica - CT-CGE, instância de apoio executivo do Comitê de Governança Estratégico - CGE do MJSP, regulamentado pela Portaria MJSP nº 02, de 28 de janeiro de 2022.

Essa gestão envolve a estruturação das políticas públicas do Órgão em uma Carteira, visando a realização do seu monitoramento, da sua avaliação e da alocação orçamentária de seus recursos pela alta gestão, visando contribuir para a tomada de decisão baseada em evidências, para a melhoria da qualidade do gasto, para a racionalização do uso de recursos públicos e para a difusão da cultura da transparência.

A Carteira de Políticas Públicas é uma lista exaustiva contendo informações gerais das políticas sob responsabilidade das unidades finalísticas do MJSP e aprovada por meio de Resolução do CGE.

As Políticas Públicas previstas na referida Carteira geram produtos e serviços para a sociedade e são formadas e executadas por meio de:

- Processos organizacionais (Cadeia de Valor, processos e macroprocessos);
- Projetos (Projetos Estratégicos e projetos internos das unidades);
- Planos Institucionais (Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSP, Plano Nacional de Políticas sobre Drogas - Planad, Plano Plurianual - PPA, Planejamento Estratégico, etc);
- Programas Governamentais (programas do Plano Plurianual - PPA, entre outros);
- Ações orçamentárias e planos orçamentários; e
- Instrumentos formalizados para sua execução (convênios, acordos de cooperação, termo de execução descentralizada - TED, execução direta, etc).

Atualmente, a Carteira contempla uma lista exaustiva de 39 políticas, organizada de forma setorial, ou seja, vinculadas à cada unidade finalística do Ministério responsável pela temática. Além disso, são detalhadas em formulários criados no âmbito da CT-CGE, a partir de parâmetros estabelecidos pelo manual *ex ante* de avaliação de políticas públicas.

Para mais informações sobre a Carteira de Políticas Públicas, acesse:

https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/governanca/carteira

## Monitoramento das Políticas Públicas

O processo de monitoramento das políticas públicas do Ministério é iniciado logo após a publicação da Carteira. A partir do levantamento das informações necessárias, as políticas públicas são introduzidas nos ciclos de monitoramento, que ocorrem de forma semestral. Este acompanhamento contém informações relativas aos indicadores de execução, à avaliação dos resultados e à proposição de medidas corretivas, visando a redução de falhas e a promoção da eficiência.

Para monitorar as políticas e apoiar a alta gestão na tomada de decisão, foram criados, pela CT-CGE, relatórios de monitoramento, preenchidos pelas unidades finalísticas responsáveis pela gestão da política e consolidado pela unidade estratégica do Ministério, contendo as principais informações referentes aos resultados, às entregas, aos riscos, às dificuldades e as soluções encontradas durante a implementação da política.

A partir de 2024, os indicadores quantitativos passarão a ser monitorados no Painel de Indicadores do MJSP, juntamente com os indicadores do Planejamento Estratégico.

## Breve Histórico

Em 2019, o Ministério iniciou a implementação da metodologia de gestão de políticas públicas, fundamentada nos manuais "Avaliação de Políticas Públicas - Guia prático de análise *Ex Ante*" e "Avaliação de Políticas Públicas - Guia prático de análise *Ex post*".

A Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica - CT-CGE criou documentos padronizados, como o formulário de detalhamento e o relatório de monitoramento, para a organização das políticas públicas do Órgão. Também foi implementado um cronograma com a definição de prazos para o encaminhamento dos formulários de detalhamento das políticas pelas unidades finalísticas e para a realização das apresentações dessas políticas, no âmbito das reuniões mensais da Comissão. Após a conclusão do detalhamento dessas políticas, foram definidos prazos para o envio das informações referentes ao seu monitoramento.

Destaca-se que a CT-CGE tem realizado esforços no sentido de aprimorar continuamente a metodologia de gestão de políticas públicas do Órgão, assim como a atualização e melhoria dos seus documentos (Carteira de Políticas Públicas e formulários de detalhamento e monitoramento), por meio da criação de novas ferramentas e instrumentos de gestão.

# MANUAIS DE POLÍTICAS

## Avaliação de Políticas Públicas
## Guia Prático de Análise *Ex-ante*

O manual *ex ante* foi desenvolvido em 2018 pela Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Fazenda - MF, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP, a Controladoria-Geral da União - CGU e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea. O conteúdo do material apresenta-se como guia de boas práticas, com base em experiências nacionais e internacionais, e serve como recomendação aos gestores na avaliação contínua das políticas públicas, trazendo referências para a formulação de futuros programas, ações e decisões no âmbito governamental.

Este manual descreve boas práticas, dispõe sobre conceitos basilares no âmbito da gestão de políticas públicas e apresenta modelos de avaliação de políticas públicas durante o ciclo de formulação e de implementação para os gestores dos diversos níveis hierárquicos. Apresenta, ainda, orientações práticas das principais etapas para o desenho, a implementação e a análise de impactos de ações do governo federal.

O referido material é, portanto, importante instrumento utilizado pelo Ministério na construção de suas políticas públicas, contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão na busca da melhoria do bem-estar social e o desenvolvimento nacional.

Acredita-se que a construção de boas políticas e a avaliação de evidências de seus impactos tendem a constituir as bases para que a ação desenvolvida pelo Órgão assuma, de forma efetiva, eficaz e eficiente, seu papel fundamental no desempenho da sua missão institucional.

# MANUAIS DE POLÍTICAS

## Avaliação de Políticas Públicas
## Guia Prático de Análise *Ex-post*

O manual *ex-post* foi desenvolvido pela Casa Civil da Presidência da República, o Ministério da Fazenda - MF, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP, a Controladoria-Geral da União - CGU e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, no ano de 2018. Ao lado do Guia prático de análise *ex ante*, aprovado pelo Comitê Interministerial de Governança - CIG, a obra sobre a análise *ex post* completa o referencial metodológico sobre o processo de monitoramento e avaliação das políticas públicas no governo federal, contribuindo para maior racionalidade na tomada de decisão com base em evidências, na condução das políticas públicas e na racionalização do gasto público.

É importante destacar que o tema "qualidade do gasto" tem sido objeto de discussão no âmbito das instituições públicas, devido sua relevância na otimização dos resultados a serem entregues para a sociedade. Nesse sentido, o MJSP tem envidado esforços no sentido de garantir que as suas políticas públicas sejam estabelecidas a partir de uma vinculação com os planos orçamentários do órgão, bem como as demais ferramentas de gestão.

Por fim, cabe ressaltar que o guia *ex post* segue as diretrizes de governança pública estabelecidas no Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal e se constitui como ferramenta complementar do guia prático de análise *ex ante*, sendo ambos utilizados como referencial teórico na elaboração e gestão das políticas públicas no âmbito do MJSP.

# GLOSSÁRIO

| | |
|---|---|
| **Política Pública** | Encontra-se no nível estratégico e consiste em um conjunto de ações ou programas governamentais finalísticos necessários, suficientes, integrados e articulados para a provisão de bens ou serviços, dotados de recursos orçamentários ou de recursos oriundos de renúncia de receita ou de benefícios de natureza financeira e creditícia. (BRASIL, 2022) |
| **Programa** | É a solução pensada para atender a política pública a qual está relacionada. Encontra-se na dimensão tática e é voltado para gestão, devendo expressar as soluções pensadas para resolver o problema central da política. (IPEA, 2021) |
| **Plano** | Representa um planejamento de natureza mais ampla e flexível, que pode incluir políticas públicas e programas governamentais. Geralmente possui um horizonte temporal de longo prazo, perpassando governos, visando tornar possível a realização de políticas de Estado. (IPEA, 2021) |
| **Ação** | Encontra na dimensão operacional e está ligada à utilização dos recursos de forma direta e à execução de atividades rotineiras. (IPEA, 2021) |
| **Cadeia de Valor** | É uma ferramenta de diagnóstico e gestão que permite representar uma organização como um conjunto de subsistemas (atividades), com entradas (insumos), processos de transformação e saídas (produtos). (BRASIL, 2019) |
| **Valor Público** | É o produto e resultado gerado, preservado ou entregue pelas atividades de uma organização, que represente resposta efetiva e útil à necessidade ou à demanda de interesse público e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos. (BRASIL, 2022) |

| | |
|---|---|
| **Macroprocesso** | Agrupamento de processos necessários para a produção de uma ação ou desempenho de uma atribuição da organização, "que formam a cadeia de valor de uma organização, explicitando como ela opera para cumprir sua missão" e gerar valor para o cliente/cidadão/usuário. (BRASIL, 2015) |
| **Processo** | É um conjunto de atividades interdependentes, ordenadas no tempo e espaço de forma encadeada e contínua, e que possuem um objetivo, início, fim, entradas e saídas bem definidos. Essa sequência de atividades não é única, e sim formada por um ciclo que se inicia a cada input e output. Essas atividades são geralmente interfuncionais ou interorganizacionais e trabalham para criar um produto ou serviço que agreguem valor ao usuário. (ABPMP, 2013) |
| **Projeto** | Esforço temporário planejado e empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo, mediante a realização de um conjunto de atividades inter-relacionadas ou interativas, com início e término bem definidos. (PMI, 2008) |
| **Projeto estratégico** | É o projeto definido pela alta administração para compor o Planejamento Estratégico do Ministério. |
| **Indicador** | É uma medida de performance utilizada para mensurar o nível de desempenho de uma instituição. |
| **Indicador estratégico** | É o indicador definido pela alta administração para compor o Planejamento Estratégico do Ministério com intuito de acompanhar os resultados dos objetivos estratégicos. |
| **Meta** | O resultado quantitativo ou qualitativo que a organização pretende alcançar em um prazo determinado, visando ao atingimento de seus objetivos. (BRASIL, 2022) |
| **Entrega/ produto intermediário** | Qualquer produto, resultado ou capacidade de realizar um serviço, que seja único e verificável, produzido para concluir um processo, fase ou projeto. (PMI, 2017) |

| | |
|---|---|
| **Órgãos do MJSP** | Para fins do Sistema de Governança, os órgãos do MJSP incluem os órgãos específicos singulares e as entidades vinculadas previstas no art. 2º do Anexo I, do Decreto nº 11.348, de 2023. |
| **Problema da Política** | Trata-se da delimitação do que se busca mitigar ou resolver com a intervenção da política. (BRASIL, 2018b; p. 54) |
| **Objetivo Geral da Política** | Consiste na definição de como a unidade pretende atender de maneira efetiva a demanda envolvida no problema identificado, aplicando eficientemente os recursos disponíveis, minimizando os custos envolvidos e maximizando os resultados ou benefícios sociais. (BRASIL, 2018b) |
| **Público-alvo da Política** | É a descrição dos atores atendidos pela política, ou seja, para quem é desenhada a política pública ou qual o beneficiário da ação pública. (BRASIL, 2018b) |
| **Forma de Implementação** | Espécie de instrumento que será utilizado para constituir as obrigações e avenças necessárias à consecução das políticas. (BRASIL, 2018b)<br><br>Exemplo: Execução Direta; Convênios; Acordo de Cooperação Técnica (nacionais e internacionais); Termo de Execução Descentralizada - TED; Transferência Fundo a Fundo; Termo de Colaboração; Doações; entre outros. |
| **Base Legal** | Dispositivo legal que autoriza ou determina a execução da política pública pretendida. (BRASIL, 2018b; p. 132)<br><br>Exemplo: Leis, Decretos, Portarias, Resoluções |
| **Alinhamento PNSP** | Postulado propositivo com o intuito de nortear, em sentido amplo, as ações dos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública - Susp, devidamente alinhadas com os objetivos estabelecidos pela Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSPDS. (BRASIL, 2021) |
| **Unidade Orçamentária** | Unidade de planejamento e orçamento que desempenha o papel de coordenação dos processos do ciclo orçamentário no seu âmbito de atuação, integrando e articulando o trabalho das suas unidades administrativas. (BRASIL, 2023) |

| | |
|---|---|
| **Programa Temático** | É o conjunto coordenado de ações governamentais financiadas por recursos orçamentários e não orçamentários visando à concretização do objetivo. (BRASIL, 2023) |
| **Ação Orçamentária** | Conjunto de operações das quais resultam produtos (bens ou serviços) que contribuem para atender ao objetivo de um programa. Incluem-se também no conceito de ação as transferências obrigatórias ou voluntárias a outros entes da Federação e a pessoas físicas e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições, entre outros, os financiamentos e as reservas de contingência. (BRASIL, 2023) |
| **Plano Orçamentário** | O Plano Orçamentário – PO é uma identificação orçamentária, de caráter gerencial (não constante da Lei Orçamentária Anual - LOA), vinculada à ação orçamentária, que tem por finalidade permitir que, tanto a elaboração do orçamento quanto o acompanhamento físico e financeiro da execução, ocorram num nível mais detalhado do que o do subtítulo/localizador de gasto. (BRASIL, 2023) |



# POLÍTICAS PÚBLICAS



# JUSTIÇA



POLÍTICAS PÚBLICAS

DE JUSTIÇA




# ANPD

## Autoridade Nacional de Proteção de Dados

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD tem o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, orientada pelo disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

# Política de Proteção de Dados Pessoais

A Política de Proteção de Dados Pessoas visa estabelecer diretrizes para a proteção de dados pessoais no Brasil, visto que é um tema recente – a própria Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD passou a vigorar a partir de setembro de 2020. A consecução desse objetivo está calcada em três pilares: arcabouço normativo robusto, com normas claras para os administrados; atuação repressiva consolidada, com capacidade de processamento das supostas infrações e apresentação de soluções eficientes; e cultura de proteção de dados pessoais difundida na sociedade.

Como resultados, espera-se ter: regulamentos que estabeleçam a interpretação da LGPD para os administrados, com a utilização de instâncias de participação social; publicação de Guias e Notas Técnicas relacionadas ao processo de fiscalização, análises de Impacto Regulatório, capacitações e publicações institucionais voltadas ao público-alvo da política; e decisões sobre os processos de fiscalização instaurados pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD.

O desenho da política reflete o momento atual de implementação da LGPD, que requer a criação das bases para interpretação da Lei e sua adequada compreensão por todas as pessoas. Apesar do tratamento de dados pessoais para diversos objetivos públicos e privados já ser realizado, a percepção de que esta função precisa de regulamentação com um conjunto de normas próprias é recente. Nesse contexto, o estabelecimento das condições para garantir a efetividade da LGPD - e da própria ANPD, que foi criada como mecanismo de implementação da referida lei – é o objetivo precípuo da política pública.

O problema basilar da política é a ausência de um ambiente de proteção de dados pessoais no Brasil suficiente para que os titulares conheçam seus direitos e consigam exercê-los, bem como para que as entidades que fazem uso desses dados em suas atividades possam se adequar à LGPD.

Ainda que alguns normativos anteriores tenham tratado do tema, como o Código de Defesa do Consumidor e a Lei do Cadastro Positivo, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais foi publicada apenas em 2018 e institui as bases das políticas de tratamento e proteção de dados pessoais, e cria a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, autarquia de natureza especial, dotada de autonomia técnica e decisória. A ANPD figura, no art. 55-K, parágrafo único, da referida lei, como órgão central de interpretação da LGPD e do estabelecimento de normas e diretrizes para a sua implementação. Além disso, a entidade é responsável por elaborar diretrizes para a futura Política Nacional de Proteção de Dados. A LGPD, no entanto, dispõe diretrizes além da temática da segurança da informação. Entretanto, sua efetividade depende diretamente da capacidade da ANPD em editar e

implementar os normativos orientadores, de ampliar o conhecimento dos aspectos jurídicos e tecnológicos sobre o tema entre pessoas e empresas, de incentivar a transparência e a responsividade dos agentes envolvidos no controle e tratamento de dados e, por fim, de garantir a detecção e a correção de incidentes de proteção de dados.

As causas do problema apresentam-se da seguinte forma:

- Ambiente complexo de proteção de dados pessoais – evoluções tecnológicas recentes têm impacto direto sobre a capacidade de coleta e processamento de dados, o que exige acompanhamento constante das novas tendências para verificar as respostas normativas necessárias;
- Arcabouço normativo incipiente – a LGPD é uma legislação recente no Brasil e ainda carece de normatização de alguns pontos de interpretação. A ANPD possui uma agenda regulatória que busca endereçar esse ponto;
- Processo de fiscalização em fase de desenvolvimento – a parte de sanções da LGPD passou a vigorar em agosto de 2021, e está em fase de normatização completa. A ANPD exarou uma norma de dosimetria de multas, sendo o desafio estabelecer um processo de trabalho interno claro a partir dessa norma, bem como comunicar com clareza e transparência para os administrados como será a atuação da ANPD nesse quesito; e
- ANPD é uma organização em processo de estruturação – a Autoridade, órgão prioritariamente responsável pela interpretação e implementação da LGPD no Brasil, também é recente: sua implementação iniciou-se, na prática, com a nomeação de seu Conselho Diretor, em novembro de 2020. Dessa forma, a estruturação do ambiente normativo se confunde com o fortalecimento da Autoridade, com a ampliação de sua estrutura organizacional, sua força de trabalho e como implementação dos processos internos.

## BASE LEGAL

- Constituição Federal de 1988 (art. 5º, inciso LXXIX);
- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD;
- Decreto nº 10.474, de 26 de agosto de 2020 – Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança;
- Resolução CD/ANPD nº 2, de 27 de janeiro de 2022 - Aprova o Regulamento de aplicação da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, para agentes de tratamento de pequeno porte;
- Resolução CD/ANPD nº 4, de 24 de fevereiro de 2023 - Aprova o Regulamento de Dosimetria e Aplicação de Sanções Administrativas; e
- Resolução CD/ANPD nº 5, de 13 de março de 2023 - Aprova a Agenda de Avaliação de Resultado Regulatório para o período 2023-2026.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

- Publicação de regulamentos que estabeleçam a interpretação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais para os administrados, com a utilização de instâncias de participação social;
- Publicação de guias e notas técnicas emitidas nos processos de fiscalização, análises de impacto regulatório, capacitações e publicações institucionais voltadas ao público-alvo da política que possibilitem desenvolver uma cultura de proteção de dados na sociedade brasileira; e
- Decisões sobre os processos de fiscalização instaurados pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD.



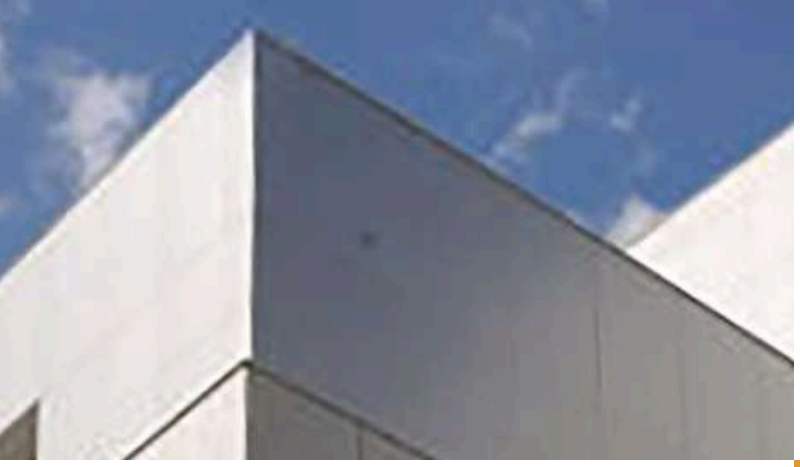


## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Acordo de Cooperação Internacional;
- Acordo de Cooperação Nacional; e
- Execução Direta.

## PÚBLICO ALVO

- Brasileiros residentes no exterior; e
- Pessoas físicas ou jurídicas que estejam em território brasileiro.



POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUSTIÇA




# CADE

## Conselho Administrativo de Defesa Econômica

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade tem como finalidade a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, orientada pelo disposto na Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e pelos parâmetros constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico.

# Política de Defesa da Concorrência

O objetivo central da Política de Defesa da Concorrência é promover um ambiente concorrencial saudável e justo, utilizando-se para isso de ações preventivas (análise prévia de atos de concentração), repressivas (combate a cartéis e a comportamentos anticompetitivos) e de advocacia da concorrência (atuação sobre agentes públicos nacionais/internacionais na dimensão normativa e atuação formativa junto à sociedade civil e ao mercado).

O problema central desta política pública está no alto risco de infrações na atuação do mercado em casos de grandes fusões, aquisições de controle, incorporações e outros atos de concentração que não sejam controladas pelo Estado, assim como infrações relacionadas com qualquer acordo ou prática acordada entre concorrentes para fixação de preços, divisão de mercados, estabelecimento de quotas, restrição da produção, adoção de posturas pré-combinadas em licitação pública, ou que tenha por objeto qualquer variável concorrencialmente sensível.

As causas relacionadas com o problema são a falta de informações disponíveis e falta de conhecimento da sociedade em geral com relação à cultura da concorrência e atos de concentração; o histórico nacional de controle de preços que "naturalizou" combinações de mercado; a ausência ou insuficiência de acordos de cooperação e a integração com outras agências antitruste internacionais e com outros órgãos de governo cujas atuações são afetadas pela política de defesa da concorrência; a burocracia excessiva e demora na análise e tramitação processual das decisões multilaterais relacionados ao tema; capacitações insuficientes para servidores e técnicos que atuam com licitações a fim de evitar problemas relacionados a concorrência nos processos licitatórios; e o número reduzido de agentes controlando as decisões da cadeia produtiva.

Com relação à demora na conclusão dos processos, as principais causas estão relacionadas a dificuldade em constituir um padrão de prova sustentável na Justiça; dificuldade de coordenação com outros atores para realização de ações de busca e apreensão; demora na coleta de informações dos agentes de mercado; notificação de um número elevado de partes no processo; e a complexidade do processo de notificação de partes no exterior.

CADE Conselho Administrativo de Defesa Econômica

## BASE LEGAL

- Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 - Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica;
- Resolução Cade nº 33, de 14 de abril de 2022 – Disciplina a notificação dos atos de que trata o art. 88 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, que prevê o procedimento sumário de análise de atos de concentração; e
- Portaria Interministerial MJSP/MF nº 994, de 30 de maio de 2012 - Adequa, após indicação do Plenário do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, os valores mínimos de faturamento bruto anual ou volume de negócios no país.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

- Proteção do ambiente concorrencial, por meio da atuação contra a formação de estruturas de mercado concentradas e ineficientes, através do julgamento de atos de concentração;
- Cessação de práticas anticoncorrenciais por meio da repressão a cartéis e a outras condutas lesivas à concorrência, a partir do julgamento de pessoas físicas e jurídicas;
- Interrupção de conduta e reestabelecimento do ambiente concorrencial;
- Arrecadação de contribuições pecuniárias para o Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDD;
- Difusão da cultura da concorrência para a sociedade brasileira;
- Sensibilização dos atores sociais e governamentais para a defesa da concorrência;
- Publicação de diretrizes para serem adotadas pelas empresas em seus programas de *compliance* concorrencial;
- Desenvolvimento da cultura da concorrência na sociedade brasileira;
- Garantia da implementação das decisões do Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade;
- Fomentação da reparação de dados concorrenciais; e
- Publicação de diretrizes para as empresas adotarem em seus programas de *compliance* concorrencial.









## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Acordo de Cooperação Internacional;
- Acordo de Cooperação Nacional; e
- Execução Direta.

## PÚBLICO ALVO

- Pessoas jurídicas; e
- Sociedade.



POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUSTIÇA




# SAJU

## Secretaria de Acesso à Justiça

À Secretaria de Acesso à Justiça - Saju compete promover políticas públicas de modernização, aperfeiçoamento, transformação digital e democratização do acesso à justiça e à cidadania, inclusive no âmbito de plataformas digitais e orientar e coordenar ações de competência do Poder Executivo com vistas à adoção de medidas de melhoria dos serviços judiciários prestados aos cidadãos.

A Secretaria também realiza ações de prevenção, mediação e resoluções de tensões e de conflitos fundiários coletivos; assim como articulação com outros órgãos e com a sociedade para o desenvolvimento de ações de democratização do acesso à justiça, do enfrentamento ao racismo institucional, da redução da violência contra mulher; além da proteção de direitos de grupos vulnerabilizados.

# Política de Acesso à Justiça e Promoção de Direitos

A Política de Acesso à Justiça e Promoção de Direitos visa promover serviços que efetivem o acesso à justiça para garantia de direitos em prol da emancipação social.

O problema central identificado na política é a baixa oferta de serviços que efetivem o acesso à justiça e a ausência de garantia de direitos para as pessoas em situação de vulnerabilidade social.

As causas podem ser agrupadas em:

- Baixa gestão governamental somada a escassez de recursos orçamentários e financeiros;
- Falta de políticas públicas voltadas para pessoas em situação de vulnerabilidade social de modo a causar a exclusão desses grupos;
- Volume alto de judicialização do poder judiciário;
- Baixo número de ações voltadas à modernização, à transformação digital e à democratização do acesso à justiça;
- Insuficiência de informações qualificadas disponíveis voltadas à democratização do acesso à justiça, ao enfrentamento do racismo institucional no âmbito do Sistema de Justiça, à redução da violência contra a mulher, do feminicídio e da violência contra a juventude negra, à população LGBTQIA+, aos povos indígenas e às comunidades tradicionais e proteção dos direitos de grupos vulnerabilizados; e
- Número insuficiente de locais de atendimento voltados a grupos vulnerabilizados.

## BASE LEGAL

- Constituição Federal de 1988 (art. 5º e 6º);
- Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994 – Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos estados, e dá outras providências;
- Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;
- Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Institui o Código Civil;
- Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003 - Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências;
- Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal;
- Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 – Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003;
- Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 - Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - Sinajuve;
- Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e nº 9.790, de 23 de março de 1999;
- Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil;
- Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 - Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997;

- Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017 - Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 - Lei de Introdução às Normas o Direito Brasileiro;
- Decreto nº 6.044, de 12 de fevereiro de 2007 – Aprova a Política Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos - PNPDDH, que tem por finalidade estabelecer princípios e diretrizes de proteção e assistência à pessoa física ou jurídica, grupo, instituição, organização ou movimento social que promove, protege ou defende os Direitos Humanos, e, em função de sua atuação e atividade nessas circunstâncias, encontra-se em situação de risco e vulnerabilidade e dá outras providências;
- Decreto nº 11.444, de 21 de março de 2023 - Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração da proposta do Plano Juventude Negra Viva;
- Resolução CNJ nº 125, de 29 de novembro de 2010 - Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências;
- Resolução CNDH nº 10, de 17 de outubro de 2018 - Dispõe sobre soluções garantidoras de direitos humanos e medidas preventivas em situações de conflitos fundiários coletivos rurais e urbanos; e
- Recomendação CNJ nº 90, de 02 de março de 2021 - Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário a adoção de cautelas quando da solução de conflitos que versem sobre a desocupação coletiva de imóveis urbanos e rurais durante o período da pandemia do Coronavírus (Covid-19).

## PRINCIPAIS ENTREGAS

- Apoio aos serviços das defensorias públicas, de modo a ampliar o número de atendimentos jurídicos e multidisciplinares às pessoas em situação de vulnerabilidade social, por intermédio de unidades móveis das defensorias, que permitirão a atuação itinerante em veículos diversos, bem como a instalação de núcleos ecológicos da defensoria;
- Apoio à realização de extensões universitárias para viabilização de bolsas que serão realizadas por meio de projetos, programas, prestação de serviços, consultorias ou outras ações, que visam beneficiar a população e ampliar o acesso a direitos;
- Promoção de ações de modernização, aperfeiçoamento, transformação digital e democratização do acesso à justiça e à cidadania, inclusive no âmbito de plataformas digitais;

- Realização das ações de prevenção, mediação e resoluções de tensões e de conflitos fundiários coletivos; e
- Articulação com outros órgãos e sociedade para desenvolvimento de ações de democratização do acesso à justiça, de enfrentamento ao racismo institucional no âmbito do Sistema de Justiça, de redução da violência contra a mulher, do feminicídio e da violência contra a juventude negra, a população LGBTQIA+, os povos indígenas e as comunidades tradicionais e de proteção dos direitos de grupos vulnerabilizados.





## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Acordos;
- Execução Direta;
- Outros Mecanismos de Pactuação de Parcerias;
- Projeto de Cooperação Técnica Internacional;
- Termo de Colaboração;
- Termo de Convênio;
- Termo de Doação;
- Termo de Execução Descentralizada; e
- Termo de Fomento.

## PÚBLICO ALVO

- Comunidade acadêmica;
- Comunidades tradicionais;
- Mulheres;
- Outros grupos sociais vulnerabilizados;
- Povos indígenas;
- População LGBTQIA+;
- População negra; e
- Sociedade civil.



POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUSTIÇA



# SENAJUS

## Secretaria Nacional de Justiça

A Secretaria Nacional de Justiça - Senajus, nas políticas de justiça, possui atuação nas áreas relacionadas com a cooperação jurídica internacional em matéria civil e penal e na coordenação das ações relativas à recuperação de ativos.

Outra competência da unidade está na classificação indicativa, que promove a análise e classificação etária de conteúdos audiovisuais e espetáculos públicos.

Além disso, a Senajus promove e executa ações da Política Nacional de Migrações, especialmente quanto à nacionalidade, à naturalização, ao regime jurídico e à migração; ações da Política Nacional sobre Refugiados; e ações da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

# Política de Classificação Etária de Conteúdos Audiovisuais e Espetáculos Públicos - Classificação Indicativa

A Política de Classificação Etária de Conteúdos Audiovisuais e Espetáculos Públicos - Classificação Indicativa consiste na disponibilização de mecanismos de informação à sociedade acerca do conteúdo das obras não recomendáveis a determinadas faixas etárias, garantindo-lhes o direito de escolha. Essa política pública resulta da ponderação do direito à liberdade de expressão e o dever de proteção absoluta à criança e ao adolescente. Os símbolos descritivos da Classificação Indicativa são reconhecidos pela sociedade que os utilizam para eleger a programação televisiva, filmes, exposições, espetáculos e jogos que as crianças e adolescentes devem ou não ter acesso. Decorre do § 3º, do art. 220, da Constituição Federal de 1988, regulamentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e possui natureza pedagógica e informativa.

Os direitos fundamentais especiais de crianças e adolescentes, elencados no art. 227, da Constituição Federal de 1988, especificam o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Visando resguardar os diretos previstos na Constituição e assegurar o desenvolvimento psíquico de crianças e adolescentes, a política trata da necessidade de realizar, de forma eficiente, eficaz e tempestiva, a análise de obras audiovisuais com o intuito de classificá-las conforme a faixa etária a que se destinam, segundo os critérios técnicos estabelecidos no Guia Prático de Classificação Indicativa.

A classificação atinge a programas de TV (aberta e por assinatura), cinema, vídeo doméstico – DVD/*Blu-Ray*, jogos eletrônicos e aplicativos, jogos de *Role Playing Game* – RPG, vídeo por demanda - VOD, segmento de rádio e espetáculos públicos, a qual determina que seja exibida a devida informação de advertência aos pais ou responsáveis, sobre os conteúdos com potencial danoso ao desenvolvimento psíquico de crianças e adolescentes.

A publicação e a divulgação de obras com conteúdos sensíveis que não atendam os requisitos expressos no art. 221 da Constituição Federal de 1988:

I - Preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; (...)

IV - Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Gera a necessidade de informar aos pais ou responsáveis sobre os conteúdos potencialmente danosos ao desenvolvimento psíquico de crianças e adolescentes, como forma de garantia integral da infância.

## BASE LEGAL

- Constituição Federal de 1988 (art. 220, § 3º);
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Lei nº 10.359, de 27 de dezembro de 2001 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo que possibilite o bloqueio temporário da recepção de programação inadequada;
- Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 - Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências;
- Decreto nº 9.856, de 25 de junho de 2019 – Dispõe sobre o Comitê de Acompanhamento pela Sociedade Civil para a Classificação Indicativa;
- Decreto nº 10.770, de 17 de agosto de 2021 - Institui a Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância; e
- Portaria MJSP nº 502, de 03 de novembro de 2021 - Regulamenta o processo de classificação indicativa.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

- Realização da classificação indicativa, por análise prévia de obras audiovisuais, destinadas aos mercados de cinema, vídeo doméstico, jogos eletrônicos e aplicativos, além de jogos de interpretação de personagens;
- Decisão sobre os processos de autoclassificação indicativa de obras audiovisuais, destinadas à televisão aberta, à televisão de acesso condicionado e à vídeo por demanda – VOD;
- Gerenciamento da autoclassificação dos jogos eletrônicos e aplicativos exclusivamente digitais pelo Sistema IARC - *International Age Rating Coalision*;
- Monitoramento da autoclassificação das obras submetidas às regras da Classificação Indicativa, porém não sujeitas ao procedimento de inscrição perante o Ministério da Justiça e Segurança Pública; e
- Disponibilização de Sistema de Classificação Indicativa - CLASSIND, para consulta pública no site do Ministério.




## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Acordo de Cooperação Internacional;
- Contrato de Gestão;
- Execução Direta; e
- Termo de Parceria.

## PÚBLICO ALVO

- Crianças e adolescentes;
- Pais e educadores;
- Produtores de obras audiovisuais; e
- Sociedade.

# Política de Cooperação Jurídica Internacional

O Ministério da Justiça e Segurança Pública atua como Autoridade Central brasileira para a cooperação jurídica internacional em matéria civil e penal, inclusive em assuntos de prestação internacional de alimentos, acesso à justiça, adoção e subtração internacional de crianças e adolescentes, extradição, transferência de pessoas condenadas, transferência da execução da pena e recuperação de ativos, por meio da realização de juízo de admissibilidade e da instrução dos pedidos ativos e passivos.

O objetivo principal da Política de Cooperação Jurídica Internacional é que essas demandas sejam cumpridas, seja no exterior (quando tem origem na justiça brasileira) ou no Brasil (quando têm origem na justiça estrangeira), possibilitando aos cidadãos brasileiros e estrangeiros que exerçam seus direitos como jurisdicionados, seja individual ou coletivamente, e a efetividade dos processos penais e da recuperação de ativos.

A atuação da Autoridade Central é fundamental no sentido de promover agilidade na tramitação e no cumprimento das solicitações, haja vista que, detendo conhecimento e experiência sobre o tema, evita que elas sejam elaboradas ou instruídas em desacordo com os instrumentos jurídicos internacionais, ou que sejam enviadas aos destinatários incorretos, situações que causariam grandes atrasos nos procedimentos aos quais elas estão vinculadas, articulando-se com as autoridades nacionais estrangeiras para viabilizar o cumprimento dos pedidos. Ademais, trabalha continuamente para a ampliação do leque de possibilidades de alcance de direitos no exterior, por meio da negociação de novos tratados e acordos e do aprimoramento da implementação daqueles já estão em vigor, junto aos organismos internacionais e às autoridades estrangeiras. Ressalta-se também a atuação em âmbito nacional para ratificação dos instrumentos jurídicos firmados pelo Brasil, mas ainda não internalizadas em nosso regramento jurídico.

As autoridades judiciais brasileiras não têm jurisdição sobre os territórios de outros países. Sendo assim, quando é necessária alguma medida no exterior para o desenvolvimento de um processo, passa a ser necessária a cooperação do país em questão a fim de que os procedimentos judiciais brasileiros (ou medidas com reflexos jurídicos) possam ter continuidade. Na via inversa, o mesmo ocorre quando o andamento de procedimentos estrangeiros depende de medidas a serem realizadas no Brasil, situação em que as autoridades estrangeiras solicitam cooperação às autoridades brasileiras.

A necessidade de facilitar o acesso internacional à justiça é consequência da soberania de cada país que pode estabelecer e exercer sua própria jurisdição, sendo assim necessária a cooperação entre os países para viabilizar processos judiciais e outras medidas com reflexos jurídicos e que envolvam pessoas ou empresas que estejam em países diferentes, ou que

necessitem de provas ou outras medidas em outros países.

Tradicionalmente, esse tipo de demanda, no formato de carta rogatória, era tramitada entre os países por meio de suas representações diplomáticas. Todavia, com o adensamento das relações internacionais, essa sistemática passou a se mostrar insuficiente para o atendimento do volume de demanda dos países, e com isso foram surgindo tratados e acordos internacionais sobre a matéria, no âmbito dos quais cada nação designa uma autoridade central responsável pela tramitação das demandas, hoje em dia mais comumente elaboradas no formato de pedido de cooperação jurídica internacional.

As relações jurídicas não se processam mais unicamente em um só Estado Soberano, pelo contrário, é necessário cooperar e pedir a cooperação de outros Estados que possuem sistemas jurídicos bastante distintos. A política tenta facilitar o acesso internacional à justiça, de modo que as fronteiras não impeçam a satisfação das pretensões por justiça do indivíduo e da sociedade.

## BASE LEGAL

- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Lei nº 13.105, de 16 de março 2015 - Código de Processo Civil;
- Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 - Institui a Lei de Migração;
- Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal;
- Decreto nº 3.951, de 4 de outubro de 2001 - Designa a Autoridade Central para dar cumprimento às obrigações impostas pela Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças, cria o Conselho da Autoridade Central Administrativa Federal contra o Sequestro Internacional de Crianças e institui o Programa Nacional para Cooperação no Regresso de Crianças e Adolescentes Brasileiros Sequestrados Internacionalmente;
- Decreto nº 5.491, de 18 de julho de 2005 - Regulamenta a atuação de organismos estrangeiros e nacionais de adoção internacional;
- Portaria Conjunta MJ/PGR/AGU nº 1, de 27 de outubro de 2005 - Dispõe sobre a tramitação de pedidos de cooperação jurídica internacional em matéria penal entre o MJSP, o MPF e a AGU;
- Portaria Conjunta MJ/MRE nº 501, de 21 de março de 2012 - Dispõe sobre a tramitação de pedidos de cooperação jurídica internacional em matéria penal no âmbito do MJSP;
- Portaria Conjunta SNJ/DPU nº 231, de 17 de dezembro de 2015 - Dispõe sobre o trâmite dos pedidos de assistência jurídica gratuita no âmbito da cooperação jurídica internacional;
- Portaria nº 89, de 14 de fevereiro de 2018 - Estabelece os procedimentos a serem adotados em relação à tramitação dos pedidos ativos e passivos de transferência de pessoas condenadas, no âmbito do MJSP;
- Portaria nº 217, de 27 de fevereiro de 2018 - Estabelece os procedimentos administrativos relativos aos pedidos de extradição passiva e ativa e de prisão cautelar para fins de extradição passiva e ativa, no âmbito do MJSP;
- Portaria nº 2.832, de 26 de dezembro de 2018 - Institui procedimentos para a concessão e renovação de credenciamento de organismos nacionais e estrangeiros para intermediarem pedidos de adoção internacional no Brasil e no exterior e dá outras providências;
- Portaria nº 605, de 21 de junho de 2019 - Estabelece os procedimentos a serem adotados pelo DRCI/Senajus/MJSP na tramitação dos pedidos ativos e passivos de transferência internacional de execução da pena;
- Portaria Conjunta SENAJUS/DPU nº 1, de 29 de outubro de 2019 - Regulamenta o fluxo de tramitação dos pedidos de cooperação jurídica internacional baseados na Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e Outros Membros da Família e no Protocolo sobre a Lei Aplicável às Obrigações de Prestar Alimentos entre a Senajus e a DPU;

- Resolução nº 449, de 30 de março de 2022 - Dispõe sobre a tramitação das ações judiciais fundadas na Convenção da Haia sobre os aspectos civis do sequestro internacional de crianças, em execução por força do Decreto nº 3.141, de 14 de abril de 2000; e
- Emenda Regimental nº 41, de 21 de setembro de 2022 - Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

- Análise e tramitação dos pedidos de Cooperação Jurídica Internacional em matéria civil e penal, inclusive em assuntos de prestação internacional de alimentos, adoção e subtração internacional de crianças e adolescentes, extradição, transferência de pessoas condenadas, transferência da execução da pena e recuperação de ativos;
- Articulação com contrapartes estrangeiras;
- Efetivação da prestação internacional de alimentos;
- Restituição de crianças subtraídas em âmbito internacional;
- Efetivação de adoções internacionais, de extradição, de transferência da execução da pena e de transferência de Pessoa Condenada;
- Realização de bloqueio e repatriação de ativos oriundos de pedidos de cooperação jurídica internacional;
- Articulação entre órgãos nacionais e estrangeiros para a indisponibilidade de ativos relacionados ao terrorismo;
- Representação qualitativa do Brasil junto a foros internacionais;
- Negociação de tratados bilaterais e multilaterais de cooperação jurídica internacional em matéria civil e penal, inclusive em assuntos de prestação internacional de alimentos, adoção e subtração internacional de crianças e adolescentes, extradição, transferência de pessoas condenadas, transferência da execução da pena e recuperação de ativos;
- Cooperação jurídica internacional fomentada; e
- Capacitação de pessoas no tema da política.







## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Acordo de Cooperação Internacional;
- Convênios;
- Doações;
- Execução Direta;
- Parcerias; e
- Termo de Execução Descentralizada.

## PÚBLICO ALVO

- Autoridades estrangeiras;
- Governos; e
- População (brasileira ou estrangeira).

# Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

A Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas tem por finalidade estabelecer princípios, diretrizes e ações de prevenção e repressão ao tráfico de pessoas e de atenção às vítimas, conforme as normas e instrumentos nacionais e internacionais de direitos humanos e a legislação pátria.

O problema a ser combatido pela política pública é o tráfico de pessoas, definido conforme o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças, que a define como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força, ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade, ou à entrega, ou aceitação de pagamentos, ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração, seja ela, da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, do trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, da servidão ou da remoção de órgãos.

Este tipo de crime atinge públicos vulneráveis distintos, e representa um enorme desafio para o Estado Brasileiro (país de dimensões continentais) em seu enfrentamento. O tráfico de pessoas consiste em um crime dinâmico, no qual quando identificado, o que se vê é uma fotografia do momento, que não representa a totalidade do processo. Não abrange os acontecimentos que configuram o “antes”, o “durante” e o “depois”. Essa complexidade reflete-se na informação sobre o delito, que provavelmente apresentará lacunas e não abarcará o fato de forma global, pois cada fonte de informação exibe uma perspectiva limitada sobre a ocorrência do tráfico no Brasil.

As principais causas relacionadas com o problema estão nas vulnerabilidades socioeconômicas e culturais, na invisibilidade do crime, o que leva, consequentemente, a uma elevada subnotificação do fenômeno. A isso, soma-se a inexistência de um sistema unificado de coleta de dados sobre o tráfico de pessoas para dimensionar o desafio na elaboração dos relatórios nacionais sobre o crime.

## BASE LEGAL

- Lei nº 13.344, de 6 de outubro de 2016 - Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas;
- Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 - Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças;
- Decreto nº 5.948, de 26 de outubro de 2006 - Aprova a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; e
- Decreto nº 10.770, de 17 de agosto de 2021 - Institui a Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

- Ampliação e aperfeiçoamento da atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no enfrentamento ao tráfico de pessoas, na prevenção e repressão do crime de tráfico de pessoas, na responsabilização de seus autores, na atenção a suas vítimas e na proteção dos direitos de suas vítimas;
- Fomento e fortalecimento da cooperação entre os órgãos públicos, as organizações da sociedade civil e os organismos internacionais no Brasil e no exterior, envolvidos no enfrentamento ao tráfico de pessoas;
- Redução das situações de vulnerabilidade ao tráfico de pessoas, consideradas as identidades e especificidades dos grupos sociais;
- Capacitação de profissionais, instituições e organizações envolvidas com o enfrentamento ao tráfico de pessoas; e
- Disseminação formal de informações sobre o tráfico de pessoas e as ações para seu enfrentamento.




## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Acordo de Cooperação Internacional;
- Acordo de Cooperação Nacional;
- Convênios;
- Execução Direta; e
- Transferência de Recursos.

## PÚBLICO ALVO

- Vítimas e potenciais vítimas do tráfico de pessoas (brasileiras e migrantes); e
- Sociedade.

# Política de Proteção aos Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiados e Apátridas

A Política de Proteção aos Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas trata da proteção dos direitos desta população independentemente da situação migratória. Tal política tem como objetivo central garantir o respeito e a promoção dos direitos humanos desses grupos vulneráveis, oferecendo um ambiente seguro, inclusivo e digno para aqueles que deixaram seus países de origem em busca de proteção, de oportunidades ou de melhores condições de vida.

Uma política de proteção visa assegurar o acesso igualitário aos direitos básicos, como cuidados de saúde, educação, moradia e trabalho digno, por meio de instrumentos legais e concretos de implementação que estabeleçam as bases para a igualdade de tratamento e de medidas concretas que efetivamente garantam a implementação desses direitos, na prática. Essas políticas buscam remover barreiras legais e administrativas que dificultam o acesso a esses direitos, garantindo que migrantes, refugiados e apátridas sejam tratados com igualdade e justiça, independentemente de sua situação migratória.

Desta forma, o objetivo da política pública é garantir instrumentos e procedimentos legais para garantia dos direitos para todas as pessoas migrantes, apátridas e refugiadas que residem no país, sem discriminação de nacionalidade de origem, assim como a sua integração nos serviços de saúde, educação, programas de moradia, assistência social e jurídica oferecidos pelo Estado, em igualdade de condições com as pessoas brasileiras, conforme garante a Lei de Migração nº 13.445, de 24 de maio de 2017, e o art. 5º da Constituição Federal.

Dentre os diversos temas abarcados pela política, destacam-se a apatridia, a naturalização, a residência, migração laboral, o refúgio e a retirada compulsória. A apatridia trata da pessoa que não é considerada nacional por nenhum Estado, segundo a sua legislação, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954. Após o reconhecimento da apatridia, caso queira, o interessado pode requerer a nacionalidade brasileira, por meio do pedido de naturalização brasileira. A política trata também da naturalização, sendo o processo de aquisição voluntária da nacionalidade brasileira e está dividida em cinco tipos: naturalização ordinária, extraordinária, provisória, transformação em definitiva e especial.

Quanto à parte de residência, importa registrar que trata dos instrumentos e processos para obtenção de autorização de residência e do acesso e integração às políticas públicas por parte da população migrante, refugiada e apátrida no país.

Atualmente, a normativa vigente inclui a Lei de Migração nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Esses marcos normativos garantem a igualdade de condições entre brasileiros e pessoas de outras nacionalidades que residem no país, no que se refere ao acesso a serviços de saúde,

educação, assistência social, assistência jurídica pública, direitos trabalhistas, etc. (art. 4º, da Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017). As condições e requisitos para a obtenção de autorização de residência são estabelecidos tendo em vista a situação humanitária dos migrantes, bem como outros fatores, como questões de saúde, mobilidade acadêmica, motivos de trabalho, nacionalidade de origem, acordos internacionais, entre outros.

Já a migração laboral atua na promoção e elaboração de estudos relativos à temática, na emissão de resoluções de caráter normativo e na solução de casos especiais para a concessão de autorização de residência associada às questões laborais, inclusive aqueles não previstos expressamente no Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017. Destina-se a processar as solicitações recebidas de autorização de residência a imigrantes regulamentadas pelo Conselho Nacional de Imigração de forma desburocratizada, eficiente e ágil, bem como articular, coordenar e propor a regulamentação de outras hipóteses de autorização, com vistas a ampliar as condições simplificadas de entrada e permanência de imigrantes no Brasil.

O refúgio pretende realizar o processamento das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado. Visa também a implementação de programas e projetos para refugiados, destinados à sua integração junto à sociedade brasileira. O refugiado, ao ser reconhecido pelo Comitê Nacional para os Refugiados - Conare, passa a ter a proteção da não-devolução, o direito de registrar-se como residente por tempo indeterminado, a prerrogativa de trazer familiares por meio da reunião familiar e a possibilidade de naturalizar-se, após cumpridos os prazos legais. Ressalte-se que o direito à documentação e à emissão de carteira de trabalho já são garantidos aos solicitantes, não sendo necessário esperar a decisão do Conare para que os solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado obtenham regularidade migratória no país e possam inserir-se no mercado de trabalho, o que coloca a legislação brasileira entre as mais inclusivas e protetivas do mundo.

Por fim, a retirada compulsória é um procedimento que envolve o retorno de uma pessoa com sentença condenatória criminal transitada em julgado ao seu país de origem ou a um terceiro país. Embora seja um procedimento legal, é essencial ser realizado de maneira humanizada, respeitando os direitos humanos, os princípios de não-devolução, o devido processo legal e o acesso à justiça. Além disso, fundamental garantir a segurança e o bem-estar das pessoas envolvidas, o que inclui evitar o uso de força excessiva ou tratamento cruel, desumano ou degradante, e garantir condições de detenção, se aplicáveis, adequadas e em atenção aos padrões internacionais de direitos humanos, assegurando a integridade física e psicológica das pessoas envolvidas.

A crise dos sistemas econômicos e as desigualdades sociais têm motivado pessoas a buscar melhores condições de vida em outros lugares. A busca por emprego, renda e oportunidades econômicas têm impulsionado fluxos migratórios em todo o mundo. Outros fatores que contribuíram para o aumento das migrações incluem crises políticas, guerras civis e instabilidade em determinadas regiões, que obrigam muitas pessoas a buscarem refúgio e segurança em outros países, resultando em fluxos migratórios significativos.

Como todo fenômeno social, a migração exige o enfrentamento de uma série de desafios e dificuldades que atingem esses grupos e acentuam a exclusão social, dificultando a integração nacional e intensificando os contextos de vulnerabilidade social e econômica. Cita-se como exemplo a falta de informações e orientações adequadas sobre seus direitos e os procedimentos legais para regularizar a situação migratória. A burocracia e a complexidade dos processos podem resultar em dificuldades de acesso a serviços básicos, como saúde, educação e emprego. Diante dessas dificuldades, é fundamental que sejam implementadas políticas públicas e programas de apoio voltados para a integração e acesso a direitos fundamentais por essas populações.

Assim, o principal problema a ser tratado nesta política é a dificuldade de acesso aos direitos da população migrante, refugiada e apátrida. Esses grupos enfrentam várias barreiras e dificuldades ao tentarem exercer seus direitos fundamentais em um novo país ou nação. Uma das principais dificuldades é o acesso ao sistema de direitos e aos mecanismos de proteção legal, muitas vezes causada pelos obstáculos enfrentados para obtenção de documentação adequada e da situação legal, o que limita a capacidade de acesso a serviços e benefícios básicos, como cuidados de saúde, educação e trabalho digno, e os torna vulneráveis à violência, exploração e ao abuso. A impossibilidade de obter documentos cria uma situação de vulnerabilidade, pois, inviabilizando outras opções, deixa as pessoas sujeitas ao trabalho em condições análogas à escravidão, à exploração sexual, ao tráfico de pessoas, à falta de tratamento médico, à falta de acesso ao sistema de educação pública, além de situações de discriminação, xenofobia e sofrimento social. Desta forma, a regularização migratória diminui as vulnerabilidades sociais, favorece o trabalho decente e a integração social, econômica e cultural com dignidade para todos, fortalecendo a sociedade brasileira de forma abrangente.

A dificuldade de acesso aos direitos, de forma ampla, devido à falta de documentação, cria um cenário que, na prática, impossibilita os próprios migrantes de pleitearem os direitos que têm garantidos no marco da Lei de Migração nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Ainda que esta legislação garanta uma série de direitos para as pessoas migrantes, refugiadas e apátridas, independentemente da situação migratória, observa-se que o acesso está atravessado por certas variáveis, como questões raciais, de gênero e nacionalidade, dentre outros aspectos, como:

- Entraves burocráticos e processos complexos para requisição de documentos;
- Dificuldade de comunicação devido à língua e a falta de suporte no território;
- Falta de divulgação de informações e de campanhas específicas destinadas ao público-alvo contendo informes sobre direitos e procedimentos legais;
- Estigmatização em relação à condição de migrante, de refugiado ou de apátrida;
- Exclusão social devido à discriminação e à xenofobia;
- Falta de políticas públicas focalizadas neste público-alvo;
- Formação precária de agentes públicos para o atendimento desses grupos; e
- Dificuldades econômicas.

Mais especificamente, dentre as causas dos problemas relacionadas à apatridia, estão: a necessidade de maior divulgação da política nacional de apatridia e de coordenação entre seus atores envolvidos, e a ausência de um sistema informatizado que propicie maior eficiência, eficácia e segurança das atividades relacionadas à política nacional de apatridia. Em relação à naturalização, as principais causas dos problemas estão na fragmentação das informações de naturalização e na inexistência de um sistema informatizado único para gestão de informações e de base de dados para dar suporte à política.

Para o refúgio, o grande volume de solicitações em aberto e o número crescente de novos pedidos; a disponibilidade limitada de recursos humanos para análise e processamento das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado; a extensão dos efeitos da condição de refugiado e com a perda e cessação dos efeitos de autorização de viagem. Outros pontos importantes a serem tratados pela política é que, a partir de 15 de setembro de 2019, o Sistema de Tramitação de Processos de Refúgio - Sisconare tornou-se instrumento obrigatório para solicitar, no Brasil, o reconhecimento da condição de refugiado. Entretanto, muitos solicitantes não são incluídos digitalmente, o que dificulta o seu acesso ao Sistema e, consequentemente, ao serviço oferecido pelo Estado.

Para a residência, as causas relacionadas ao problema estão vinculadas à falta de mecanismos e instrumentos para obtenção de autorização de residência de todas as pessoas migrantes, independentemente do país de origem. Além disso, a falta de divulgação de informações em relação a direitos trabalhistas, a serviços de saúde, a educação, a assistência social, a cultura, a assistência jurídica integral pública e a moradia em formato acessível para a população migrante dificulta o acesso a esses direitos. Quanto à parte laboral, a necessidade de Resoluções editadas pelo Conselho Nacional de Imigração - CNIg visando simplificar procedimentos e exigências nos processos de Autorização de Residência Laboral, Investimentos e Casos Especiais, tornando-as mais claras, visando a desburocratização, eficiência e agilidade. Desse modo, foi identificado a necessidade de divulgação dos procedimentos administrativos relativos à concessão de Autorização de Residência Laboral, Investimentos e Casos Especiais e a necessidade de melhorias/evolutivas ao Sistema de Gestão e Controle de Imigração - MigranteWeb (Versão 2.0).

## BASE LEGAL

- Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997 - Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências;
- Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 - Institui a Lei de Migração;
- Decreto nº 3.927, de 30 de maio de 2001 - Promulga o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Porto Seguro em 22 de abril de 2000;
- Decreto nº 4.246, de 22 de maio de 2002 - Promulga a Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas - 1954;
- Decreto nº 8.501, de 18 de agosto de 2015 - Promulga a Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia - 1961;
- Decreto nº 9.199, de 20 de novembro 2017 - Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração; e
- Decreto nº 9.873, de 27 de junho de 2019 - Dispõe sobre o Conselho Nacional de Imigração – CNIg.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

- Decisão de processos de naturalização;
- Decisão de processos de reconhecimento da apatridia;
- Decisão de processos de perda da nacionalidade brasileira;
- Decisão de processos de reaquisição da nacionalidade brasileira;
- Deliberação de processos de igualdade de direitos para os portugueses;
- Ampliação do sistema "SisApatridia";
- Desenvolvimento do Sistema Data Naturalização;
- Decisão de processos de autorização de residência (não laboral);
- Decisão de processos de perda e cancelamento de autorização de residência.
- Decisão de processos de autorização de residência preliminar (fase para emissão de vistos);
- Elaboração de resoluções do Conselho Nacional de Imigração - CNIg;
- Decisão de processos sobre autorização de residência laboral, investimentos e casos especiais;
- Melhorias/evolutivas ao Sistema de Gestão e Controle de Imigração - MigranteWeb (Versão 2.0);
- Atualização do Portal de Imigração;
- Decisão dos processos de reconhecimento da condição de refugiado;

- Decisão de processos afins (extensão dos efeitos, perda e cessação dos efeitos e autorização de viagem);
- Desenvolvimento e aperfeiçoamento do Sistema de Tramitação de Processos de Refúgio – Sisconare;
- Decisão de processos de expulsão;
- Decisão de processos de revogação de expulsão;
- Implementação da estratégia de garantia de efetivação das medidas compulsórias; e
- Desenvolvimento e Implementação do Sistema Informatizado para Tramitação dos Processos de Expulsão e Revogação de Expulsão - SISEXP.







## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Contrato de Gestão;
- Execução Direta;
- Termo de Colaboração;
- Termo de Execução Descentralizada;
- Termo de Fomento; e
- Termo de Parceria.

## PÚBLICO ALVO

- Imigrantes que não sejam considerados nacional por nenhum país, que não tenham nacionalidade reconhecida e que estejam no território nacional;
- Imigrantes residentes por prazo indeterminado, de caráter definitivo, solicitantes de naturalização;
- Solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado;
- Refugiados reconhecidos pelo Estado brasileiro;
- Comunidade científica e tecnológica;
- Órgãos públicos;
- Setor privado produtivo; e
- Sociedade.

# Política de Qualificação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e Organizações Estrangeiras

A Política de Qualificação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e Organizações Estrangeiras tem como objetivo precípuo implementar a política pública de credenciamento de entidades como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs e autorizar o funcionamento de Organizações Estrangeiras - OEs em território brasileiro. A estrutura da política encontra-se prescrita na Lei nº 9.790, de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria MJ nº 362, de 1 de março de 2016, que dispõe sobre critérios e procedimentos a serem observados nos pedidos de credenciamento, manutenção, cancelamento e perda de qualificações e autorizações de funcionamento de organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, no âmbito das competências do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP.

A Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, atribui competência ao MJSP para qualificar as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs, desde que se enquadrem no desenho institucional delineado. A qualificação como OSCIP é condição para a celebração de futuros termos de parceria entre as entidades qualificadas e os órgãos públicos. Os arranjos institucionais das OSCIPs foram modelados com o escopo de fortalecer a sociedade civil por meio da viabilização de futuras parcerias entre o Estado e a sociedade, que facilitem iniciativas inovadoras, consideradas vetores importantes para o desenvolvimento social. A modelagem institucional simplifica a análise do fluxo e proporciona a transparência aos procedimentos administrativos de qualificação das organizações. Nesse sentido, os arranjos institucionais oferecem mecanismos mobilizadores de um olhar mais atento da sociedade para o processo de credenciamento das pessoas jurídicas de direito privado que pretendem ser qualificadas como organizações da sociedade civil de interesse público.

Por sua vez, os contornos institucionais estruturantes da autorização de funcionamento das Organizações Estrangeiras - OEs no Brasil encontram-se esculpidos no Código Civil brasileiro, no Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, e no Decreto nº 3.441, de 26 de abril de 2000, que delega competência ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública para autorizar o funcionamento no Brasil de organizações estrangeiras destinadas a fins de interesse coletivo.

Tanto nos pedidos relacionados às OSCIPs quanto aos relacionados às OEs, o processamento das pretensões inicia-se com pedido formulado pelas entidades interessadas por meio do Sistema Eletrônico da Informação – SEI, instruído com os documentos comprobatórios dos requisitos previstos nos instrumentos normativos pertinentes.

Efetivado o pedido, este é analisado quanto à conformidade dos documentos apresentados com os instrumentos normativos pertinentes. Após esse exame, é confeccionado uma nota técnica que poderá concluir pelo deferimento do pedido; pela concessão de prazo para sanear eventual inadequação documental ou, ainda, poderá opinar pelo indeferimento do pedido, caso a entidade incorra em alguma hipótese de vedação legal ou não cumpra as exigências normativas.

Os problemas enfrentados pela política são o credenciamento de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e a dificuldade de o Estado brasileiro prover as múltiplas demandas sociais previstas no ordenamento jurídico como dever do Estado diante das limitações do orçamento público.

Podem ser apontadas como possíveis causas dos problemas:

- Elevado déficit social em contraposição à limitação dos recursos estatais;
- Relativo distanciamento do Estado das políticas públicas implementadas pelas entidades sociais integrantes do terceiro setor; e
- Eventual sensação de insegurança jurídica e econômica.

## BASE LEGAL

- Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 - Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público;
- Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Institui o Código Civil Brasileiro;
- Decreto-Lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942 - Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro - LINDB;
- Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999 - Regulamenta a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999;
- Decreto nº 3.441, de 26 de abril de 2000 - Delega competência ao Ministro de Estado da Justiça para autorizar o funcionamento no Brasil de organizações estrangeiras destinadas a fins de interesse coletivo, na forma prevista no art.11 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942;
- Portaria MJ nº 362, de 1º de março de 2016 - Dispõe sobre critérios e os procedimentos a serem observados para pedidos de credenciamento, seu processamento, manutenção, cancelamento e perda de qualificações e autorizações de funcionamento de organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, no âmbito das competências do Ministério da Justiça e Segurança Pública; e
- Portaria MJ nº 791, de 15 de setembro de 2017 - Altera o art. 5º da Portaria nº 362, de 1 de março de 2016, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que dispõe sobre critérios e os procedimentos a serem observados para pedidos de credenciamento, seu processamento, manutenção, cancelamento e perda de qualificações e autorizações de funcionamento de organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, no âmbito das competências do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

- Análise da instrução processual e emissão de Nota Técnica para subsidiar a decisão da autoridade nos pedidos de qualificação de entidades como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP;
- Instauração e instrução de procedimentos administrativos de cancelamento e de perda de qualificação de entidades credenciadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP;
- Emissão de nota técnica para subsidiar a decisão do Ministro da Justiça e Segurança Pública nos procedimentos administrativos de autorização para funcionamento de Organizações Estrangeiras - OEs no Brasil;

- Construção do *software* chamado de “Sistema OSCIP” para facilitar o acesso e promover ainda mais a transparência no credenciamento de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP; e
- Fornecimento semestral individualizado de certidão atualizada de entidades credenciadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP.



## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Execução Direta.

## PÚBLICO ALVO

- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público;
- Organizações sediadas em território estrangeiro;
- População carente de assistência social, educação, cultura, saúde, microcrédito, entre outros; e
- Sociedade.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUSTIÇA




# SENACON

## Secretaria Nacional do Consumidor

A Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon promove a Política Nacional de Proteção e Defesa do Consumidor; coordena o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC; fiscaliza e aplica as sanções administrativas previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990; e solicita à polícia judiciária a instauração de inquérito para a apuração de delito contra os consumidores.

Outras competências da unidade tratam de receber e encaminhar consultas, denúncias ou sugestões apresentadas por consumidores, entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público, ou privado; promover, desenvolver, coordenar e supervisionar ações de divulgação dos direitos do consumidor e promover, desenvolver, coordenar e supervisionar ações de divulgação dos direitos do consumidor.

# Política de Integração e Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor

A Política de Integração e Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor constitui-se em um conjunto de ações voltadas para a proteção do consumidor, por meio do aprimoramento dos procedimentos de atendimento ao consumidor no pós-venda de produtos e serviços, criação de indicadores e índices de qualidade e na promoção da educação para o consumo, incluída a qualificação e capacitação profissional em defesa do consumidor e o aprimoramento da plataforma de negociação Consumidor.gov.br.

Tem por objetivo diminuir os custos de transação para os consumidores, criando mecanismos que facilitem o atingimento de sua satisfação em possíveis conflitos nas relações de consumo, garantir o atendimento das necessidades dos consumidores e promover a transparência e harmonia das relações de consumo. Para tanto, é realizada articulação com órgãos para inibir litígios nos diversos tipos de serviços e monitorar o setor produtivo para evitar problemas para os consumidores, além de aprimorar o sistema tecnológico de atendimento ao consumidor. A política atua, também, no estímulo à interiorização e ampliação do atendimento ao consumidor, por meio de parcerias com Estados e Municípios, promoção da participação social junto ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC, no fortalecimento dos Procons e na realização de ações educacionais, como capacitações para membros do SNDC, empresas, parceiros e cidadãos.

O problema central identificado pela política reside no mercado de consumo cada vez mais complexo. Com uma cadeia produtiva cada vez mais ampla, em um mundo onde a oferta de produtos e serviços é vasta, na qual os consumidores se veem diante de informações muitas vezes assimétricas e até mesmo contraditórias, com múltiplos atores, faz-se necessário um olhar diferenciado a para a importância da defesa dos direitos dos consumidores; para a necessidade de dar a eles acesso facilitado a órgãos que possam lhes orientar quanto aos meios adequados para proteção de seus direitos; para a importância da proximidade entre tais órgãos e seus usuários e para a necessidade de pessoal capacitado e recursos suficientes para oferecer uma resposta adequada aos problemas que porventura sejam levados ao órgão.

A falta de transparência nas práticas comerciais, a publicidade enganosa, a ausência de padrões claros de qualidade e segurança, bem como a dificuldade de acesso a mecanismos efetivos de resolução de conflitos são algumas das causas que prejudicam a proteção do consumidor. Pode-se destacar, também, a dificuldade da evolução dos órgãos de defesa do consumidor já existentes, a dificuldade de operação integrada com os órgãos de defesa do consumidor espalhados pelo Brasil e a cobertura insuficiente nos municípios brasileiros que não possuem atendimento de nenhum órgão de defesa do consumidor. Além disso, a

globalização econômica trouxe consigo novos desafios, como a dificuldade de responsabilização de empresas que operam em múltiplos países, tornando a defesa do consumidor uma tarefa complexa que exige uma abordagem abrangente e colaborativa entre governos, organizações internacionais e a sociedade civil.

Neste cenário, o registro, a consolidação e a análise das reclamações e denúncias apresentadas pelos consumidores com qualidade e de forma ágil tornam-se essenciais, para que essas informações subsidiem a elaboração e a implementação de programas e projetos voltadas à proteção e à defesa dos interesses do consumidor.

## BASE LEGAL

- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Dispõe sobre a proteção do consumidor;
- Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997 - Dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC, estabelece as normas gerais de aplicação das sanções administrativas;
- Decreto nº 11.034, de 5 de abril de 2022 - Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, para estabelecer diretrizes e normas sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor;
- Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013 - Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a contratação no comércio eletrônico;
- Decreto nº 7.963, de 15 de março de 2013 - Institui o Plano Nacional de Consumo e Cidadania e cria a Câmara Nacional das Relações de Consumo; e
- Decreto nº 8.573, de 19 de novembro de 2015 - Dispõe sobre o Consumidor.gov.br.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

- Gestão do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – Sindec;
- Ampliação da escala de efetividade e da resolutividade das demandas do consumidor registradas na Plataforma Consumidor.gov.br;
- Aprimoramento dos procedimentos de atendimento ao consumidor no pós-venda de produtos e serviços;
- Criação de indicadores e de índices de qualidade das relações de consumo;
- Promoção da educação para o consumo, incluída a qualificação e a capacitação profissional em defesa do consumidor;
- Articulação com outros órgãos públicos para inibir litígios nos diversos tipos de serviços;
- Monitoramento do setor produtivo para evitar problemas para os consumidores;
- Integração dos órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC (sistema estruturante) ao Sistema Nacional de Informação de Defesa do Consumidor - SINDEC (*software*);
- Integração dos órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC (sistema estruturante) ao ProConsumidor (*software*);
- Realização de capacitações de profissionais que atuam nas relações de consumo e do cidadão através da Plataforma de Ensino à Distância - EAD da Escola Nacional de Defesa do Consumidor – ENDC;
- Apoio ao fortalecimento dos Procons; e
- Criação e fortalecimento de núcleos de atendimento para o Superendividado.

Sindec
SISTEMA NACIONAL
DE INFORMAÇÕES DE
DEFESA DO CONSUMIDOR




## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Acordo de Cooperação Internacional;
- Acordo de Cooperação Nacional;
- Contrato de Repasse;
- Convênios;
- Execução Direta;
- Programa Nacional de Apoio a Projetos Institucionais com Participação de Recém Doutores;
- Termo de Colaboração;
- Termo de Execução Descentralizada; e
- Termo de Fomento.

## PÚBLICO ALVO

- Cidadão;
- Empresas em atuação no mercado brasileiro;
- Órgãos públicos; e
- Sociedade.

# Política de Prevenção e Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual

A Política de Prevenção e Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual orienta e coordena ações para prevenir e combater a pirataria e os delitos contra a propriedade intelectual. Tem por objetivo a melhoria do sistema de combate à pirataria e aos delitos contra a propriedade intelectual que atualmente é insuficiente, o que acarreta prejuízos à economia e à sociedade brasileira. Além disso, visa garantir um sistema nacional com ampla segurança jurídica, transparência e previsibilidade para atrair mais usuários ao sistema nacional de combate à pirataria, mitigar o risco jurídico para atrair investimentos em inovação e favorecer um melhor ambiente de negócio, reforçando os mecanismos de execução, fiscalização e adjudicação para o combate às violações de direito de propriedade intelectual. O Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual - CNCP é um órgão colegiado consultivo, integrante da estrutura do Ministério da Justiça e Segurança e Pública – MJSP, cuja finalidade é elaborar as diretrizes para a formulação e a proposição do Plano Nacional para o Combate à Pirataria, e à sonegação fiscal dela decorrente, além dos delitos contra a propriedade intelectual.

O problema central está na existência sistemática de infrações à propriedade intelectual na forma de pirataria e de falsificação de produtos e na comercialização de produtos e conteúdo incompatível com a renda da sociedade.

As principais causas consistem na carência de um sistema de combate à pirataria e aos delitos contra a propriedade intelectual mais efetivo, o que acaba causando prejuízos à economia e à sociedade brasileira; na cultura de não se denunciar os crimes contra a propriedade intelectual; na dificuldade de atuação dos órgãos de prevenção e fiscalização desses delitos e no desconhecimento da sociedade e do próprio governo sobre os prejuízos à economia e aos próprios consumidores no caso de violações aos direitos de propriedade intelectual.

## BASE LEGAL

- Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998 - Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no país;
- Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 - Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais;
- Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016 - Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução;
- Decreto nº 9.875, de 27 de junho de 2019 - Dispõe sobre o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual - CNCP; e
- Decreto nº 10.886, de 7 de dezembro de 2021 - Institui a Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

- Realização de estudos e propostas de ações destinadas ao enfrentamento da pirataria e combate a delitos contra a propriedade intelectual no País;
- Realização operações de combate à pirataria e ao contrabando;
- Produção de relatórios técnicos aos órgãos do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual - CNCP;
- Firmação de Acordos de Cooperação Técnica Internacionais no combate à pirataria;
- Elaboração de propostas de mecanismos de combate à entrada de produtos piratas e de controle do ingresso no país de produtos que, mesmo de importação regular, possam vir a se constituir em insumos para a prática de pirataria;
- Realização de levantamentos estatísticos visando estabelecer mecanismos eficazes de prevenção e de repressão da pirataria e de delitos contra a propriedade intelectual;
- Constituição de campanhas educativas sobre o combate à pirataria e aos delitos contra a propriedade intelectual; e
- Realização de diálogo e colaboração com os Poderes Legislativo e Judiciário, com o propósito de promover ações efetivas de combate à pirataria e aos delitos contra a propriedade intelectual.







## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Acordo de Cooperação Internacional;
- Acordo de Cooperação Nacional; e
- Execução Direta.

## PÚBLICO ALVO

- Empresas;
- Órgãos públicos; e
- Sociedade.

# Política de Proteção e Defesa de Direitos Difusos e Coletivos

O objetivo da Política de Proteção e Defesa dos Direitos Difusos e Coletivos é a reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos, por meio dos recursos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDD.

Por meio do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos - CFDD são fomentadas ações de promoção de: igualdade racial, acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência, proteção e inclusão de vulneráveis, acessibilidade e inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social, igualdade de gênero, prevenção e combate à violência contra a mulher, projetos de natureza trabalhista, patrimônio e probidade administrativa.

O CFDD é o colegiado responsável por gerir a aplicação dos recursos financeiros oriundos de multas aplicadas pela Justiça Federal, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade e pela Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon, ambos do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, em condenações judiciais, decorrentes da violação dos direitos difusos.

As atividades administrativas do fundo são realizadas pela estrutura da Senacon, que recebe os projetos e verifica a adequação aos critérios de habilitação, em conformidade aos parâmetros de processo seletivo (no caso de ente federal) e de edital de chamamento público (no caso de entes estaduais, municipais e organizações da sociedade civil).

O problema central está nos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos. Mesmo que existam políticas e regulamentos em vigor, sua implementação inadequada pode resultar em danos e prejuízos. As principais causas estão relacionadas a: falta de fiscalização e recursos insuficientes para aplicação das medidas necessárias; falta de conhecimento e conscientização sobre a importância de proteger o meio ambiente, os direitos do consumidor e outros interesses coletivos; educação insuficiente sobre a temática que pode resultar em uma falta de entendimento sobre os impactos negativos e a necessidade de agir de forma responsável; falta de coordenação entre governos, organizações da sociedade civil, setor privado e outros atores; e falta de investimentos em políticas públicas que visem à prevenção e à reparação de danos coletivos e difusos.

## BASE LEGAL

- Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 - Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
- Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995 - Cria, na estrutura organizacional do MJSP, o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos – CFDD; e
- Decreto nº 1.306, de 9 de novembro de 1994 - Regulamenta o Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDD.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

- Fomento a projetos que previnam e reparem danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos, por meio de transferências voluntárias.




## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Contratos de Gestão;
- Contratos de Repasse;
- Convênios;
- Convênios de Receita;
- Termo de Colaboração;
- Termo de Execução Descentralizada;
- Termo de Fomento; e
- Termos de Parceria.

## PÚBLICO ALVO

- Entes federais;
- Entes estaduais;
- Entes municipais; e
- Sociedade.

# Política de Regulação e Fiscalização de Consumo

A Política de Regulação e Fiscalização de Consumo tem por objetivo regular os mercados em que houver falhas ou incentivos adversos, de modo que o desenho normativo propicie condições que garantam maior satisfação dos consumidores, além de realizar ações de fiscalização contra as infrações às normas consumeristas, assegurando o bom funcionamento do processo sancionatório de maneira a se coibir futuras infrações.

Trata também das ações que visam aumentar o nível geral de precaução, assegurar saúde e a segurança do consumidor, além de estimular a melhoria da qualidade e o desenho universal de produtos e serviços disponibilizados no mercado de consumo. É importante destacar que as diretrizes são a garantia de produtos e serviços com padrões adequados ao consumidor. A partir delas, a política busca assegurar a qualidade, a segurança, a durabilidade, o desempenho e a acessibilidade dos produtos, além de promover a prevenção e a repressão de condutas que violem os diretos, a confidencialidade, a segurança das informações e os dados pessoais do consumidor.

O problema a ser tratado nesta política está na insuficiência de regulação e fiscalização do mercado, além da despadronização de produtos e serviços disponibilizados no mercado de consumo brasileiro.

As causas relacionadas estão na dificuldade de consolidação e centralização das informações relacionadas aos *recalls*; na dificuldade de correção de falhas do sistema anteriormente utilizado; na dificuldade de inserção das informações das campanhas de *recall*; e na dificuldade de usabilidade do sistema pelos seus destinatários finais. Além da falta de um sistema integrado de comunicação e de informações entre órgãos parceiros; da ausência de mecanismos de automatização para extração e intercâmbio das informações com celeridade e eficiência; e da ausência de ferramentas de inteligência artificial em funcionamento pleno, as quais tenham o potencial de gerar resultados significativos ligados ao processo de análise de dados e de situações complexas por meio de referências previamente definidas e disponibilizadas.

## BASE LEGAL

- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Dispõe sobre a proteção do consumidor;
- Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997 - Dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC, estabelece as normas gerais de aplicação das sanções administrativas;
- Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013 - Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a contratação no comércio eletrônico;
- Decreto nº 7.963, de 15 de março de 2013 - Institui o Plano Nacional de Consumo e Cidadania e cria a Câmara Nacional das Relações de Consumo;
- Decreto nº 8.573, de 19 de novembro de 2015 - Dispõe sobre o Consumidor.gov.br; e
- Decreto nº 11.034, de 5 de abril de 2022 - Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, para estabelecer diretrizes e normas sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

- Aprimoramento dos procedimentos de *recall* (campanhas de chamamento) no Brasil;
- Realização de estudos voltados à temática de proteção e defesa do consumidor e do impacto regulatório;
- Desenvolvimento do Sistema Nacional de Alertas Rápidos de *Recall*;
- Monitoramento do mercado de consumo, com vistas a identificar problemas e propor soluções em prol da harmonização nas relações de consumo; e
- Iniciativas para Implementação do Sistema de *Recall*.gov.br.




## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Acordos de Cooperação Internacional;
- Acordos de Cooperação Nacional;
- Contrato de Repasse;
- Convênio;
- Execução Direta;
- Programa Nacional de Apoio a Projetos Institucionais com Participação de Recém Doutores;
- Termo de Colaboração;
- Termo de Execução Descentralizada; e
- Termo de Fomento.

## PÚBLICO ALVO

- Agentes públicos;
- Consumidores;
- Fornecedores; e
- Sociedade.

POLÍTICAS PÚBLICAS

DE JUSTIÇA



# SENAD

## Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos

A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos – SENAD é órgão de articulação intersetorial e interinstitucional da política de drogas no país. Neste sentido, atua para ampliar diálogos, construir parcerias e ofertar apoio aos estados e municípios, tendo em vista a consolidação do Sistema Nacional de Política sobre Drogas - SISNAD. A Senad tem como principais eixos de atuação: a prevenção ao uso de drogas e à violência; a promoção da reinserção social na perspectiva da redução de iniquidades, do respeito à autonomia e à dignidade das pessoas; a descapitalização das organizações criminosas do narcotráfico e a qualificação da atuação repressiva com base em inteligência e estratégia; além da mitigação e reparação dos efeitos do tráfico de drogas sobre a população, com foco especial em grupos desproporcionalmente vulnerabilizados no âmbito da política sobre drogas.

# Política do Ciclo Virtuoso da Gestão de Ativos Apreendidos

A Política do Ciclo Virtuoso da Gestão de Ativos Apreendidos trata da gestão de bens adquiridos e apreendidos como produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas como forma de retornar à sociedade, em forma de investimentos em políticas públicas eficientes, o resultado das apreensões que desarticulam organizações criminosas. Nesse sentido, o ciclo se insere na lógica de que a descapitalização é a forma mais eficiente de combater não só o tráfico, mas outras práticas criminosas, porque desmobiliza e enfraquece as trocas de recursos ilícitos e reinsere capital no Estado, através da administração, alienação ou custódia de ativos. Os numerários e os recursos provenientes da venda desses ativos são direcionados para o Fundo Nacional Antidrogas - Funad.

Essa política prevê meios para que o Poder Judiciário solicite apoio da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos – Senad na gestão, na alienação antecipada ou na indicação de órgãos para receber bens apreendidos em custódia. Para as ações de doação ou de incorporação ao patrimônio, os órgãos podem apresentar suas demandas à Secretaria para execução de ações relacionadas à política sobre drogas. A Senad trabalha em articulação com atores estratégicos ao processo de gestão de ativos, no desenvolvimento permanente de soluções tecnológicas para automatizar rotinas, na integração de sistemas e no compartilhamento de bases de dados com outros atores, no recebimento dos processos, no cadastro e destinação de ativos dados em perdimento pelo Poder Judiciário, na gestão da informação sobre os ativos e em capacitações.

Com essas iniciativas, a Senad visa aprimorar a gestão dos ativos, resultando na redução do tempo necessário para alienar esses bens, o que, por sua vez, reduz a desvalorização dos ativos e os custos associados à sua custódia, assumidos pelo Estado. Todo esse esforço pode, a longo prazo, criar um ciclo virtuoso, possibilitando a ampliação de recursos do Fundo Nacional Antidrogas – Funad e um maior investimento em políticas públicas de prevenção e repressão ao tráfico de drogas, em prol da sociedade.

O problema central identificado a ser tratado consiste no estoque de ativos apreendidos a serem destinados. A política de gestão de ativos apreendidos compartilha com outras políticas um problema comum: o crime organizado e os danos que ele causa à sociedade. Trata-se de um problema de abrangência nacional e de ramificações internacionais, afetando de forma direta ou indireta toda a população brasileira.

As causas do problema estão na dificuldade de destinação dos ativos apreendidos e perdidos em favor da União; a existência de alto "estoque" de ativos apreendidos a serem destinados; problemas de rastreabilidade do ativo; informação do ativo insuficiente ou

equivocada; grande volume de ativos espalhados pelo Brasil; falta de procedimentos e dados estruturados; extenso e complexo processo de destinação; dificuldade de integração com atores afetos à gestão de ativos; baixo conhecimento sobre a disponibilização dos serviços de alienação de ativos pela Senad; falta de um modelo integrado de sistemas de informação; falta de canal de comunicação formal com as polícias; e capacitação insuficiente para a gestão de ativos e para o cenário fiscal brasileiro.

## BASE LEGAL

- Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986 - Cria o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso, dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas, e dá outras providências;
- Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 - Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências;
- Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominadas apostas de quota fixa;
- Decreto nº 5.912, de 27 de setembro de 2006 - Regulamenta a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que trata das políticas públicas sobre drogas e da instituição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad, e dá outras providências;
- Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019 - Aprova a Política Nacional sobre Drogas;
- Resolução nº 8, de 27 de setembro de 2022 - Aprova o Plano Nacional de Políticas sobre Drogas 2022-2027; e
- Portaria SENAD nº 18, de 27 de agosto de 2019 - Estabelece diretrizes e orientações para o encaminhamento de projetos à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça e Segurança Pública e institui o Banco de Projetos - SENAD.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

- Gestão dos ativos administrados, alienados, doados, incorporados a órgãos públicos ou indicados;
- Realização de acordos e parcerias para ampliação da arrecadação dos fundos de competência do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- Capacitação de policiais sobre educação, prevenção, tratamento, recuperação, repressão, controle e fiscalização do uso e tráfico de drogas, com foco em investigação patrimonial;
- Realização de seminários e eventos;
- Realização de parcerias e cooperações em recuperação de ativos com a Secretaria Nacional de Justiça do Ministério; e
- Realização de intercâmbio de conhecimento e informações sobre gestão de ativos com atores internacionais e nacionais.



## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Convênios;
- Descentralizações Internas de Crédito; e
- Termos de Execução Descentralizada.

## PÚBLICO ALVO

- Comissões de recuperação e gestão de ativos dos estados;
- Forças policiais, nos níveis estadual e federal;
- Instituições beneficiadas;
- Ministério Público;
- Poder Judiciário; e
- Sociedade.

# Política sobre Drogas – Reconstrução com ênfase em Grupos Vulneráveis

A Política sobre Drogas – Reconstrução com ênfase em Grupos Vulneráveis tem como principal objetivo reconstruir a política de drogas do país, a partir da perspectiva de redução de iniquidades e do acesso a direitos. Ela visa promover a prevenção ao uso de drogas e à violência; a reinserção social das pessoas com demandas associadas ao uso de álcool e outras drogas, a partir do respeito à autonomia e à dignidade das pessoas; a descapitalização das organizações criminosas do narcotráfico e a qualificação da atuação repressiva com base em inteligência e estratégia; o apoio técnico às polícias e às perícias, especialmente no que diz respeito à descoberta de novas drogas; a produção de pesquisas e análises de dados que embasem as outras políticas públicas que tratam sobre a temática; além da mitigação e reparação dos efeitos do tráfico de drogas sobre a população, com foco especial em grupos desproporcionalmente vulnerabilizados no âmbito da política sobre drogas - mulheres, população negra e periférica, povos indígenas e comunidades tradicionais, crianças e adolescentes e população em situação de rua.

O problema central desta política consiste no alto consumo de drogas no país, além do grande impacto desta temática na sociedade brasileira, com foco especial sobre determinados grupos sociais vulnerabilizados.

As principais raízes desse problema são a falta de articulação da política de drogas e o cenário de violência que atingem principalmente populações vulnerabilizadas são históricas e estruturais e refletem uma percepção segmentada, focada no controle da oferta de drogas como uma abordagem isolada. Nesse sentido, os problemas da falta de articulação no atendimento a pessoas com demandas associadas ao uso de álcool e outras drogas afetadas pela violência causada pelo atual formato de enfrentamento ao tráfico de drogas, desdobram-se em fragilidades experimentadas por determinados grupos vulnerabilizados.

Um dos motivos do Brasil registrar altos níveis de letalidade nas periferias e localidades pobres das cidades é a ação violenta de grupos associados ao tráfico de drogas e da repressão dos agentes do Estado a eles. Além disso, os crimes associados às drogas representam parcela importante do crescente encarceramento brasileiro, o que não tem necessariamente implicado em maior controle do crime organizado. Outra dimensão do problema é a alta representação de pessoas negras na população carcerária criminalizada por delitos da lei de drogas ou associados às drogas. Evidências apontam que políticas sobre drogas devem ser articuladas em todas as suas esferas, com ênfase em ações capazes de prevenir e minimizar os riscos associados ao consumo de substâncias lícitas e ilícitas.

As lacunas na rede de serviços públicos integrados, a falta de investimentos nesses serviços, bem como barreiras de acesso associadas ao estigma e às diversas formas de discriminação, afetam a capacidade do Estado de atender as necessidades das pessoas com demandas associadas ao uso de álcool e outras drogas sob uma perspectiva de saúde pública, com base em evidências e na garantia de direitos. Tal cenário tem deixado pessoas sem assistência, com agravamento dos números de agravos à saúde e risco sociais, em especial os grupos sociais mais vulnerabilizados, como mulheres, população negra e periférica, povos indígenas e comunidades tradicionais, crianças e adolescentes e população em situação de rua.

## BASE LEGAL

- Constituição Federal da República Federativa do Brasil, 1988;
- Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986 - Cria o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso, dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas, e dá outras providências;
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;
- Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;
- Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001 - Dispõe sobre a proteção e os Direitos das Pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;
- Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 - Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências;
- Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010 - Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003;
- Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011 - Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social;
- Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominadas apostas de quota fixa;
- Decreto nº 65.810, de 8 de dezembro de 1969 – Promulga a Convenção Internacional Sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial;
- Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996 – Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994;
- Decreto nº 5.912, de 27 de setembro de 2006 - Regulamenta a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que trata das políticas públicas sobre drogas e da instituição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad, e dá outras providências;
- Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007;

- Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019 - Aprova a Política Nacional sobre Drogas;
- Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019 – Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil;
- Decreto nº 10.932, de 10 de janeiro de 2022 – Promulga a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, firmado pela República Federativa do Brasil, na Guatemala, em 5 de junho de 2013;
- Decreto nº 11.480, de 6 de abril de 2023 - Dispõe sobre o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas;
- Resolução nº 32, de 14 de dezembro de 2017 - Estabelece as Diretrizes para o Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS;
- Resolução nº 8, de 27 de setembro de 2022 - Aprova o Plano Nacional de Políticas sobre Drogas 2022-2027; e
- Resolução CNJ nº 487, de 15 de fevereiro de 2023 – Institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e estabelece procedimentos e diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei nº 10.216/2001, no âmbito do processo penal e da execução das medidas de segurança.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

- Coordenação de estratégias nacionais de políticas sobre drogas, com ações focadas em grupos vulnerabilizados: mulheres, indígenas e comunidades tradicionais, população negra e periférica, pessoas em situação de rua e crianças e adolescentes;
- Publicação de editais de fomento a iniciativas comunitárias promovidas por organizações da sociedade civil que já atuam na política sobre drogas;
- Ampliação dos mecanismos de participação social na política sobre drogas, inclusive por meio da interface entre os órgãos do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad e os movimentos sociais negros, de mulheres, de jovens das periferias, de vítimas e familiares de vítimas da violência institucional, de povos indígenas e outras comunidades tradicionais, de pessoas em situação de rua e de crianças e adolescentes, dentre outros;
- Financiamento e disseminação de estudos e pesquisas relacionadas a política sobre drogas;
- Reestruturação do Observatório de Informações de Políticas sobre Drogas - OBID;
- Fornecimento de informações e apoio a estados e municípios sobre novas drogas psicoativas, por meio do Subsistema de Alerta Rápido - SAR;
- Oferecimento de programas de prevenção ao uso problemático de álcool e outras drogas baseados em evidências;

- Capacitação de agentes públicos e sociais em prevenção e reinserção social, inclusive para atuação por meio da abordagem de redução de danos;
- Capacitação de agentes de segurança em temas relacionados à política de drogas, como: perícia sobre novas substâncias psicoativas, gestão da política de drogas, investigação patrimonial, gestão de ativos, entre outros;
- Implementação de política de acesso a direitos e inclusão social com foco em pessoas com demandas associadas ao uso de drogas;
- Financiamento e ampliação de políticas sobre drogas exitosas desenvolvidas nas esferas estadual, municipal e distrital;
- Realização de reuniões do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas – CONAD para mobilização de atores na execução da política sobre drogas;
- Atualização e monitoramento da Política Nacional sobre Drogas - PNAD;
- Atualização e monitoramento do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas - PLANAD;
- Estabelecimento de pactos e de resoluções e compromissos nacionais e internacionais;
- Participação e incidência no cenário internacional, em especial na região da América Latina, com vistas a estabelecer diálogos e cooperações regionais;
- Realização de intercâmbio de conhecimento e informações sobre drogas para atores internacionais;
- Realização de acordos de cooperação técnica com instituições do sistema de justiça, polícias, secretarias de estados e municípios, universidades e organizações da sociedade civil;
- Realização de campanhas de comunicação para combater estereótipos ligados ao uso de drogas e disseminação de evidências científicas; e
- Realização de seminários e eventos.



## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

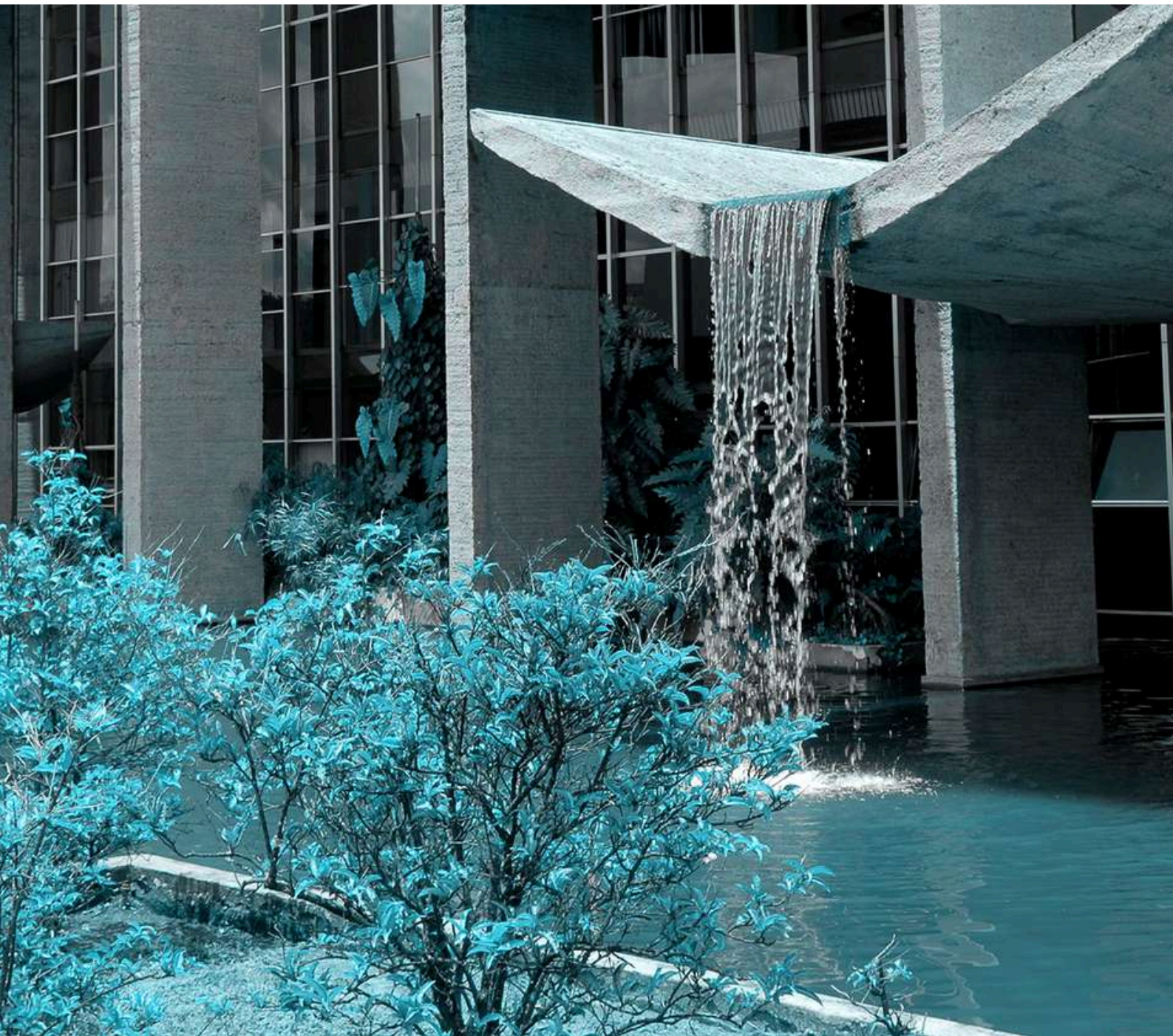
- Acordos de Cooperação Técnica Internacional;
- Acordos de Cooperação Técnica Nacional;
- Convênio;
- Execução Direta;
- Termo de Execução Descentralizada;
- Termo de Fomento; e
- Termo de Parceria.

## PÚBLICO ALVO

- Crianças e adolescentes;
- Mulheres com demandas associadas ao uso de álcool e outras drogas ou que vivem em contextos de violências por conta do narcotráfico e/ou repressão a ele;
- Órgãos executores da Política Pública sobre Drogas;
- Pessoas com demandas associadas ao uso de álcool e outras drogas;
- Pessoas em situação de rua;
- Pessoas indígenas e de comunidades tradicionais que vivem em territórios afetados pelo avanço do narcotráfico;
- População negra e periférica expostas às violências do tráfico e da repressão bélica; e
- Sociedade.



# POLÍTICAS PÚBLICAS



MJSP

Ministério da Justiça e Segurança Pública

# SEGURANÇA PÚBLICA

Polícia Rodoviária Federal

Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos

Secretaria Nacional de Políticas Penais

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Polícia Federal



POLÍTICAS PÚBLICAS

DE SEGURANÇA PÚBLICA




# PF

## Polícia Federal

À Polícia Federal - PF cabe exercer as competências estabelecidas no § 1º do art. 144 da Constituição, e, especificamente: apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades, além de outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas e o contrabando e o descaminho de bens e de valores. A unidade exerce também as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; de polícia judiciária da União; e o acompanhamento e instauração de inquéritos relacionados com direitos humanos e conflitos agrários ou fundiários e aqueles deles decorrentes, quando se tratar de crime de competência federal.

# Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal

A Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal - PF visa municiar o Órgão dos meios necessários para bem cumprir sua missão institucional através da aquisição de equipamentos, sistemas e infraestrutura adequada para fazer frente aos desafios da segurança pública. Visa o aparelhamento do Órgão com equipamentos tecnológicos e capacitações, fortalecendo a prevenção e o enfrentamento à criminalidade, com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento e na ampliação das operações de combate à criminalidade. Envolve ainda ações de planejamento e contratações estruturais, execução de obras e reformas de engenharia visando a melhoria das edificações e o aprimoramento institucional do Órgão.

O problema central identificado é a dificuldade que a segurança pública brasileira enfrenta na aquisição e na implementação de novos instrumentos tecnológicos de investigação, fato que ocasiona, consequentemente, uma assimetria negativa em relação aos avanços do crime organizado.

As causas identificadas são o surgimento de novas práticas de crimes com o uso de alta tecnologia, demandando da área de logística a necessidade de melhoria no suporte para as contratações, envolvendo as ações de aparelhamento e modernização, visando a prevenção e a repressão destas práticas criminosas, considerando ainda as restrições orçamentárias e a complexidade dos processos de aquisição e contratação.

## BASE LEGAL

- Constituição Federal de 1988 (art. 144);
- Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 - Cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSPDS e institui o Sistema Único de Segurança Pública - Susp;
- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de licitações e contratos administrativos;
- Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000 - Aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns; e
- Decreto nº 10.609, de 26 de janeiro de 2021 - Institui a Política Nacional de Modernização do Estado.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

- Aquisições de viaturas operacionais e de apoio operacional, aeronaves, veículos de uso especial, embarcações, armamentos, coletes e capacetes balísticos;
- Obtenção de equipamentos para o uso em fiscalização, resgate, equipamentos especiais para uso em atividades correcionais e de inteligência policial e demais equipamentos para uso na atividade operacional e de apoio operacional;
- Aquisições de equipamentos de proteção individual;
- Aquisições de equipamentos de perícia e laboratórios;
- Execução de projetos e obras de engenharia; e
- Aquisição e desenvolvimento de sistemas, *data center*, salas-cofre e demais equipamentos de uso policial e especial no âmbito da Polícia Federal.




## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Execução Direta.

## PÚBLICO ALVO

- Órgãos internacionais;
- Órgãos nacionais;
- Policiais federais; e
- Sociedade.

# Política de Polícia Administrativa

A Política de Polícia Administrativa estabelece um conjunto de diretrizes, princípios e estratégias para direcionamento das atividades de regulação e fiscalização desenvolvidas pela Polícia Federal, no cumprimento das funções delegadas de polícia administrativa.

Possui atuação voltada ao controle migratório, à autorização de posse e porte de armas de fogo, bem como aquelas voltadas ao controle de armas e munições, de precursores químicos e das atividades de segurança privada e correlatas. Inserido na atividade de polícia administrativa desempenhada pelo Órgão está o exercício da atividade de fiscalização em polícia marítima, aérea e de fronteiras, promovendo a integração entre as forças de segurança pública para promover atividades interinstitucionais na região de fronteira, com o intuito de desenvolver ações perenes em diversos pontos da faixa de fronteira, promovendo a formulação de Acordos de Cooperação Técnica - ACT's com governos estaduais, visando a instalação de bases de produção de conhecimento policial (Centros de Ação Integrada), a fim de aumentar a abrangência da gestão securitária da Polícia Federal para a região. O Órgão também possui atribuições para expedição de passaportes, adoção internacional, gerenciamento e análise de requerimentos para cadastramento das entidades de adoção internacional, manifestando-se sobre sua aprovação, para efeito da expedição de certificados.

A Política de Polícia Administrativa também abrange a Segurança de Pessoas e Direitos Humanos com foco na defesa dos direitos humanos, com atuação relacionada à proteção e à segurança de pessoas, incluindo segurança de dignitários, presidenciáveis, autoridades, proteção às testemunhas, depoentes especiais e pessoas desaparecidas. Esta política desenvolve ações referentes a capacitações, a estruturação e a adequação das equipes de policiais; e a aquisição de equipamentos para segurança de dignitários.

O objetivo da Política de Polícia Administrativa é ampliar o desempenho de suas atividades a todas as regiões de forma eficiente e eficaz, exercendo sua atividade de controle e fiscalização com evidente melhoria nos índices de desempenho atrelados a cada uma das áreas da atividade de polícia administrativa exercida pela Polícia Federal e que irá abranger as entregas desta política.

O problema central da política está no alto índice de infrações legais e o no alto fluxo migratório, aliado ao atendimento insuficiente diante da grande abrangência territorial do país, impactando na qualidade e celeridade do atendimento e no desenvolvimento das atividades de polícia administrativa que envolve a fiscalização em matéria de fronteira, além do controle migratório, de precursores químicos e das empresas de segurança privada, de armas e munições; a fim de atuar de forma preventiva no combate à criminalidade.

Dentre as principais causas do problema, estão: dimensão territorial extensa, comprometendo o controle de fronteiras com poucas bases; baixo investimento em inteligência; influência das organizações criminosas na sociedade para ingresso e saída irregular de pessoas; necessidade de maior integração entre os órgãos e esferas; necessidade de prevenção ao tráfico e comércio irregular de armas e munições e prevenção ao tráfico ilícito de drogas local, com o controle de produtos químicos e internacional, com o controle de fronteiras. Pode-se, outrossim, mencionar como uma das causas a atuação cada vez mais especializada das facções de crime organizado, comprometendo a segurança de pessoas e autoridades públicas.

## BASE LEGAL

- Constituição Federal de 1988 (art. 144);
- Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983 - Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências;
- Lei nº 7.474, de 8 de maio de 1986 - Dispõe sobre medidas de segurança aos ex-Presidentes da República;
- Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997 – Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências;
- Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999 - Proteção às vítimas e testemunhas ameaçadas;
- Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001 - Estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica;
- Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 - Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes;
- Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações;
- Lei nº 12.694, de 24 de junho de 2012 - Dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas;
- Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013 - Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários;
- Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 - Institui a Lei de Migração;
- Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983 - Regulamenta a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983;
- Decreto nº 4.262, de 10 de junho de 2002 - Regulamenta a Lei nº 10.357 de 27 de dezembro de 2001;
- Decreto nº 5.491, de 18 de julho de 2005 - Regulamenta a atuação de organismos estrangeiros e nacionais de adoção internacional;
- Decreto nº 5.978, de 4 de dezembro de 2006 - Dá nova redação ao Regulamento de Documentos de Viagem a que se refere o Anexo ao Decreto no 1.983, de 14 de agosto de 1996, que instituiu o Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro - PROMASP;

- Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016 - Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras - PPIF e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução;
- Decreto nº 9.199, de 20 de dezembro de 2017 - Regulamenta a Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017;
- Decreto nº 9.861, de 25 de junho de 2019 - Dispõe sobre a Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis e sobre as Comissões Estaduais de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis;
- Portaria MJSP nº 204, de 2022 - Estabelece procedimentos para o controle e a fiscalização de produtos químicos e define os produtos químicos sujeitos a controle pela Polícia Federal;
- Portaria DG/PF nº 18.045, de 17 de abril de 2023 - Disciplina as atividades de segurança privada e regula a fiscalização dos Planos de Segurança dos estabelecimentos financeiros; e
- Instrução Normativa DG/PF nº 196, de 29 de março de 2021 - Normatiza o procedimento de comunicação de operações suspeitas ou que contenham indícios de crimes de lavagem de dinheiro ou de financiamento ao terrorismo efetuadas por empresas de transporte de valores, bem como os mecanismos dos processos administrativos instaurados contra empresas de transporte de valores em razão do descumprimento das obrigações de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento de terrorismo.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

- Realização de ações policiais de Prevenção à Criminalidade vinculadas à atividade administrativa;
- Emissão de autorizações relacionadas à:
  - Controles Migratório;
  - Controle de Armas e Munições;
  - Controle de Precursores Químicos;
  - Controle de Segurança Privada; e
  - Identificação Civil;
- Modernização do sistema da carteira de identificação do imigrante;
- Modernização do Sistema de Registro Nacional Migratório – SISMIGRA;
- Modernização do Sistema de Agendamento da Polícia Federal - AGENDA;
- Modernização do Sistema de Controle de Produtos Químicos - SIPROQUIM 2;
- Modernização do Sistema de Gestão de Segurança Privada - GESP;

- Integração de sistemas com gov.br;
- Proposição de atualização da legislação existente sobre os temas de polícia administrativa;
- Produção de Conhecimento na área de Inteligência Policial;
- Renovação, ampliação e criação de reserva técnica do parque tecnológico para as estações de expedição de passaporte e entrega do documento ao requerente;
- Execução de Planos Operacionais e Ações de Policiamento de Fronteiras, Portos e Aeroportos;
- Atuação conjunta com órgãos de segurança pública e de defesa na faixa de fronteira, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;
- Melhorias na infraestrutura de postos de fronteira, em especial no que se refere às instalações físicas, sistemas de tecnologia da informação e comunicação, meios de transporte, equipamentos tecnológicos e residências funcionais;
- Fiscalização biométrica de busca de procurados nacionais e internacionais nas fronteiras terrestres, aéreas e marítimas, através do uso de tecnologia ABIS - *Automated Biometric Identification System;*
- Aquisição de equipamentos, aeronaves e embarcações;
- Avaliações de risco e de níveis de proteção; e
- Elaboração de planos e ações de segurança e proteção de pessoas, incluindo dignatários, testemunhas, depoentes, presidenciáveis e autoridades.















## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Cooperação Internacional;
- Cooperação Nacional; e
- Execução Direta.

## PÚBLICO ALVO

- Órgãos internacionais;
- Órgãos nacionais;
- Policiais federais; e
- Sociedade.

# Política de Polícia Judiciária

A Política de Polícia Judiciária estabelece um conjunto de diretrizes, princípios e estratégias para a atuação da Polícia Federal, com foco na apuração de infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, dentre outras previstas em lei. Os tipos de infrações penais alcançam crimes previdenciários, fazendários, financeiros, tráfico de pessoas, contrabando de imigrantes e redução de trabalhador à condição análoga a de escravo, contra o meio ambiente e o patrimônio cultural brasileiro, bem como os delitos de contrabando e descaminho, de tráfico ilícito de entorpecentes, armas e munições. Além disso, abrange crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores previstos na Lei nº 9.613 de 3 de março de 1998, com foco na descapitalização das organizações criminosas e crimes contra a Administração Pública previstos no Código Penal e Leis Especiais.

Destacam-se, ainda nesta política, as ações de repressão à corrupção, que, por intermédio do cruzamento de bases de dados de pessoas, empresas, licitações, contratações, compras governamentais, pagamentos, transferências de recursos da união, assim como de bases de dados de execução financeira, licitação, contratos e servidores estaduais e municipais, é possível identificar as áreas de maior incidência de desvios de recursos públicos no Brasil.

O problema central identificado nesta política é o alto índice de criminalidade no país, evidenciando um aumento significativo dos crimes e da violência sem a devida prevenção ou repressão; aumento excessivo no número de inquéritos policiais em aberto relativos aos mesmos crimes e a demora entre a detecção dos crimes e a efetiva ação policial, além da não utilização de novas ferramentas de investigação e análise.

Dentre as principais causas do problema, estão: o baixo investimento em inteligência, a influência das organizações criminosas na sociedade e das facções nos presídios, a necessidade de maior integração entre os órgãos e esferas, a violência contra grupos vulneráveis, o tráfico de substâncias ilícitas e seres humanos, os crimes cibernéticos, a lavagem de dinheiro, a corrupção e as fronteiras desprotegidas.

## BASE LEGAL

- Constituição Federal de 1988 (art. 144);
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 - Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei e cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF;
- Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 - Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal;
- Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 - Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil - Marco Civil da Internet;
- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal;
- Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal;
- Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990 - Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança;
- Decreto nº 5.015, de 12 de março de 2004 - Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional; e
- Decreto nº 11.491, de 12 de abril de 2023 - Promulga a Convenção sobre o Crime Cibernético, firmada pela República Federativa do Brasil, em Budapeste, em 23 de novembro de 2001.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

- Realização de ações policiais de prevenção e repressão à criminalidade, com destaque a:
  - Crimes cibernéticos relacionados ao abuso sexual infanto-juvenil;
  - Crimes de alta tecnologia;
  - Crimes contra os direitos humanos;
  - Crimes contra o patrimônio;
  - Crimes fazendários;
  - Crimes previdenciários;
  - Crimes eleitorais;
  - Crimes de ódio;
  - Crimes de corrupção;
  - Crimes financeiros;

    - Crimes de ameaça à defesa institucional e assuntos internos;
    - Fraudes bancárias eletrônicas;
    - Repressão ao tráfico de drogas e armas;
    - Repressão a facções criminosas;
    - Repressão ao desvio de produtos químicos;
    - Crimes contra a flora (inclusive biopirataria de espécimes vegetais);
    - Crimes de pesca e contra a fauna (inclusive biopirataria de espécimes animais);
    - Mineração ilegal;
    - Crimes contra o patrimônio histórico e cultural;
    - Crimes contra as comunidades indígenas; e
    - Crimes de poluição.
- Cooperação policial e jurídica internacional em matéria criminal, especialmente no combate à corrupção;
- Investigações, perícias e identificações criminais;
- Produção de conhecimento, planos e ações de inteligência policial;
- Apuração de infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas;
- Intercâmbio de informações com órgãos de segurança pública, de inteligência e do sistema de justiça criminal;
- Acordos de cooperação que tenham por objeto a cooperação técnica e operacional entre a Polícia Federal - PF e órgãos estaduais de segurança pública;
- Acordos de cooperação que tenham por objeto a cooperação técnica e operacional entre a Polícia Federal - PF e órgãos do Poder Judiciário;
- Acordos de cooperação com a Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen que tenha por objeto a cooperação técnica e operacional com a Polícia Federal - PF;
- Aperfeiçoamento de um banco multibiométrico (impressões digitais e face) nacionalmente único para a persecução penal, incluindo dados oriundos de identificação criminal e de pessoas privadas de liberdade;
- Formação e capacitação contínua de policiais federais na área de investigações complexas, inclusive as relacionadas à descapitalização de organizações criminosas;
- Aprimoramento e facilitação dos acessos às bases e aos bancos de dados e demais informações úteis às investigações;
- Contribuições a Organização Internacional de Polícia Criminal - Interpol; e
- Capacitação de servidores.







## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Cooperação Internacional;
- Cooperação Nacional; e
- Execução Direta.

## PÚBLICO ALVO

- Órgãos internacionais;
- Órgão nacional;
- Policiais federais; e
- Sociedade.

POLÍTICAS PÚBLICAS

DE SEGURANÇA PÚBLICA




# PRF

## Polícia Rodoviária Federal

À Polícia Rodoviária Federal - PRF compete exercer as competências estabelecidas no § 2º do art. 144 da Constituição Federal de 1988, no art. 20 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, e no Decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995 - que define a competência da Polícia Rodoviária Federal. As temáticas de atuação da PRF envolvem a gestão do policiamento, a prevenção e a repressão de crimes nas rodovias e estradas federais e nas áreas de interesse da União; os poderes de autoridade de trânsito nas rodovias e nas estradas federais; o policiamento, a fiscalização e a inspeção do trânsito e do transporte de pessoas, cargas e bens; as atividades de orientação e educação para a segurança no trânsito; entre outros.

# Política de Enfrentamento à Criminalidade nas Rodovias Federais

A Política de Enfrentamento à Criminalidade nas Rodovias Federais tem por finalidade a ampliação da eficiência de atuação da Polícia Rodoviária Federal - PRF no combate aos ilícitos em rodovias federais, aumentando a acurácia das abordagens policiais com o tratamento sistemático de informações, gerando um direcionamento para as ações policiais (policiamento orientado por inteligência); a intensificação dos acordos de cooperação e de operações em conjunto com outras Instituições de segurança pública; e com a priorização de ações de combate aos crimes ambientais e de promoção dos direitos humanos.

O problema central identificado é o crescimento da criminalidade, não obstante o reconhecido esforço da PRF desprendido ao enfrentamento desta nas rodovias federais, de modo que se nota a necessidade de que a PRF atue de forma estratégica, a fim de maximizar a eficácia de seus recursos limitados, conforme priorização Estatal.

As causas do problema da criminalidade nas rodovias federais no Brasil são múltiplas e complexas, incluindo fatores como globalização, localização geográfica e as dimensões do país, etc. A globalização facilitou a circulação de pessoas e cargas entre países, e o Brasil, com sua extensão territorial e fronteiras com 10 países, com uma extensa malha rodoviária de 1,7 milhões de rodovias, incluindo 75.000 de rodovias federais, tornou-se uma rota de tráfico de drogas produzidas nos países vizinhos, por conta do seu mercado interno e acesso a outros continentes. Por isso, a criminalidade nas rodovias federais vem sendo uma das principais preocupações da sociedade, autoridades e empresas no Brasil, seja pelo baixo custo agregado para a prática criminosa, seja pela vasta malha rodoviária, considerada como corredor logístico, que impede a participação e dificulta a fiscalização, o que torna os altos índices de criminalidade uma inquietante realidade no Brasil.

Para tanto, já considerando a limitação de recursos, medidas como o policiamento orientado por inteligência e a atuação com base em evidências são norteadores da presente proposta, sendo preciso que haja uma constante atualização das técnicas e equipamentos utilizados pelo órgão, a fim de acompanhar a evolução das modalidades criminosas e garantir a efetividade das ações de combate ao crime.

PRF Polícia Rodoviária Federal

## BASE LEGAL

- Constituição Federal de 1988;
- Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 - Estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, define crimes e deu outras providências;
- Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 - Cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Nacional - PNSPDS e o Sistema Único de Segurança Pública – Susp;
- Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995 - Define a competência da Polícia Rodoviária Federal e dá outras providências;
- Decreto nº 8.614, de 22 de dezembro de 2015 - Institui a Política Nacional de Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas; e
- Decreto nº 9.440, de 3 de julho de 2018 - Institui o III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

**Monitoramento eletrônico e produção de conhecimento**

- Ampliação do monitoramento eletrônico nas rodovias federais;
- Incremento da produção de conhecimento para aprimorar o enfrentamento ao crime pela Polícia Rodoviária Federal - PRF;
- Capacitação dos agentes de Inteligência a fim de aprimorar o assessoramento às ações da Polícia Rodoviária Federal - PRF no enfrentamento ao crime; e
- Ampliação de parcerias e cooperação com entidades públicas e privadas, visando ao compartilhamento de informações técnicas.

**Enfrentamento à criminalidade, mediante operações policiais**

- Otimização das operações de enfrentamento à criminalidade, nas temáticas de tráfico de drogas e armas, contrabando e descaminho, crimes contra o patrimônio, entre outros; e
- Desenvolvimento de ações de integração e cooperação com outros órgãos.

**Prevenção e repressão a crimes específicos**

- Intensificação de ações da Polícia Rodoviária Federal - PRF e cooperação com Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e demais órgãos e agências para enfrentamento a crimes ambientais; e
- Intensificação de ações de garantia e promoção dos Direitos Humanos, ampliação do Projeto MAPEAR, bem como a cooperação com Ministérios Públicos, Defensorias Públicas e demais órgãos e agências que tratam do tema.

**Fortalecimento de atividades específicas**

- Promoção da capacitação continuada para melhor eficácia no enfrentamento aos crimes;
- Fortalecimento das atividades de motopoliciamento e cinotécnica;
- Otimização do tempo-resposta em operações de emergência; e
- Fortalecimento do Sistema de Inteligência com a promoção das searas de cibernética, de soluções e de operações de inteligência.




## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Acordos de Cooperação Técnica;
- Convênios; e
- Execução Direta.

## PÚBLICO ALVO

- Governos;
- Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- Organizações da sociedade civil;
- Polícia Federal;
- Polícia Penal Federal;
- Polícia Rodoviária Federal;
- Prefeituras;
- Residentes das proximidades e pessoas que transitam pelas rodovias federais;
- Secretaria de Segurança Pública;
- Secretaria Nacional de Justiça;
- Secretaria Nacional de Segurança Pública;
- Secretaria Nacional sobre Drogas e Gestão de Ativos;
- Secretarias de trânsito;
- Servidores da Polícia Rodoviária Federal; e
- Sociedade.

# Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

A Política de Fortalecimento Institucional tem por finalidade proporcionar à Polícia Rodoviária Federal - PRF os recursos necessários para cumprir sua missão institucional. A política se concentra em aprimorar a atenção aos servidores, otimizar os processos internos e aperfeiçoar o desempenho da PRF, com foco especial no investimento em equipamentos, sistemas, infraestrutura física e de rede, bem como no estímulo à inovação e à transformação interna.

O problema central identificado está relacionado à estrutura insuficiente da PRF, considerando as amplas atribuições que lhe são conferidas, o que compromete sua capacidade de cumprir efetivamente suas responsabilidades e de oferecer um serviço de qualidade à sociedade.

As causas desse problema estão intimamente ligadas às características geográficas e logísticas do Brasil. Cuidando de mais de 70 mil quilômetros de rodovias federais e possuindo mais de 13 mil servidores, a PRF enfrenta desafios significativos para garantir a segurança e o cumprimento das leis em todo o país. A infraestrutura precária dos postos de fiscalização e a insuficiente padronização de procedimentos adotados pelos servidores comprometem a eficácia das operações de controle e fiscalização. Tanto no setor público quanto no privado, é importante realizar investimentos adequados em tecnologias avançadas e equipamentos modernos. Isso permitirá, no âmbito da PRF, uma detecção mais eficaz de armas, drogas e consumo de substâncias ilícitas por motoristas, bem como a realização de investigações técnicas para compreender as causas dos acidentes em trechos críticos.

Para superar essas limitações, é necessário investir na melhoria da estrutura física, adquirir equipamentos modernos, capacitar os servidores e melhorar seu bem-estar, além de implementar sistemas integrados. Isso fortalecerá a PRF e aprimorará sua atuação na garantia da segurança e no cumprimento de suas atribuições.

## BASE LEGAL

- Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018 - Cria o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito - Pnatrans;
- Lei nº 13.675, de 8 de junho de 2018 - Cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Nacional - PNSPDS e o Sistema Único de Segurança Pública - Susp;
- Decreto nº 3.229, de 29 de outubro de 1999 - Promulga a Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, explosivos e outros Materiais Correlatos;
- Decreto nº 8.614, de 22 de dezembro de 2015 - Instituir a Política Nacional de Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas;
- Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016 - Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras - PPIF;
- Decreto nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018 - Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e
- Decreto nº 10.382, de 28 de maio de 2020 - Institui o Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

- Aparelhamento de unidades da Polícia Rodoviária Federal - PRF por meio de: aquisições de viaturas operacionais e de apoio operacional, de aeronaves, de veículos de uso especial, de armamentos, de coletes e capacetes balísticos, de equipamentos para o uso em fiscalização, resgate, de equipamentos especiais para uso em atividades correcionais e de inteligência policial e demais equipamentos para uso na atividade operacional e de apoio operacional;
- Construção e reforma de unidades da Polícia Rodoviária Federal - PRF (execução de projetos e obras de engenharia);
- Aquisição e desenvolvimento de sistemas;
- Obtenção, análise e compartilhamento de dados de segurança pública (Projeto PRF Multiagência, Projeto Alerta Brasil);
- Melhoria de Processos (Projeto Transformação Digital); e
- Aprimoramento da infraestrutura em nuvem.




## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Acordos de Cooperação Técnica;
- Contratos;
- Convênios;
- Execução Direta; e
- Termos de Execução Descentralizada.

## PÚBLICO ALVO

- Servidores da Polícia Rodoviária Federal; e
- Sociedade.

# Política de Mobilidade nas Rodovias Federais

A Política de Mobilidade nas Rodovias Federais tem como finalidade a promoção da livre circulação de pessoas e cargas nas rodovias federais, com o fomento de ações preventivas e a intensificação de ações responsivas. Isto porque as rodovias federais são responsáveis por conectar as regiões do país e viabilizar o transporte de cargas e passageiros, tanto em áreas urbanas quanto rurais, sendo o transporte rodoviário de cargas o responsável por mais de 60% de todo o transporte de cargas no Brasil, segundo informações da Confederação Nacional do Transporte - CNT.

Portanto, o problema central identificado é que a interdição ou o congestionamento de uma rodovia federal geram impactos significativos para a economia e mobilidade do país.

As causas desse problema podem advir de uma série de fatores, como movimentos sociais, desastres naturais e condições climáticas adversas, além de problemas internos, como defeitos na pista, obras e problemas de segurança. Essas problemáticas viárias exigem intervenções rápidas e eficazes para garantir a segurança dos usuários e a retomada da circulação regular de veículos, de modo a mitigar os impactos negativos em diversos aspectos, como na economia, na saúde pública e na qualidade de vida das pessoas.

Para tanto, é fundamental que a política de mobilidade nas rodovias federais seja estruturada de forma integrada e coordenada entre os diferentes órgãos e entidades envolvidos, sendo necessário investir em infraestrutura e tecnologias que permitam a prevenção e a rápida resposta a incidentes que possam comprometer a circulação nas rodovias, como acidentes, interdições por obras e dinâmicas sociais.

## BASE LEGAL

- Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Institui o Código de Trânsito Brasileiro;
- Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 - Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências;
- Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação - SNV e dá outras providências;
- Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012 - Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e dá outras providências;
- Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995 - Define a competência da Polícia Rodoviária Federal, e dá outras providências; e
- Resolução nº 514, de 18 de dezembro de 2014 - Dispõe sobre a Política Nacional de Trânsito, seus fins e aplicação, e dá outras providências.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

**Ações preventivas**

- Incremento da produção de conhecimento de inteligência visando a contribuir com a mobilidade nas rodovias federais;
- Aprimoramento do Sistema de Comando e Controle de Incidentes;
- Ampliação do monitoramento eletrônico nas rodovias federais;
- Estímulo contínuo aos órgãos rodoviários para promoção da manutenção preventiva das rodovias federais; e
- Estabelecimento de parcerias com os entes federados e com empresas privadas, para compartilhamento de informações, recursos e tecnologias.

**Ações responsivas**

- Atualização de protocolos de atuação em interdições, com a disseminação do conteúdo a todos os servidores;
- Fortalecimento da integração com outros órgãos de segurança e de defesa civil para atuação conjunta em emergências e desastres naturais, com fomento aos planos de contingência;
- Otimização do tempo de resposta a interdições causadas por movimentos sociais; e
- Aprimoramento dos canais de comunicação direta entre a PRF e a sociedade, de modo a oferecer informação fidedigna e em tempo real.




## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Acordos de Cooperação Técnica; e
- Execução Direta.

## PÚBLICO ALVO

- Usuários das rodovias federais (pessoas e empresas); e
- Sociedade.

# Política de Segurança Viária nas Rodovias Federais

A Política de Segurança Viária nas Rodovias Federais tem como finalidade a redução do índice nacional de mortos por grupo de veículos e o índice nacional de mortos por grupo de habitantes nas rodovias federais, no mínimo à metade (50%), até 2028, conforme o § 1º, do art. 326-A, do Código de Trânsito Brasileiro - CTB e a contribuição para a redução de mortes e acidentes graves decorrentes do trânsito nos demais entes federados.

Considerando estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA, em 12 anos (2007-2018), o custo com os acidentes de trânsito no Brasil chegou a mais de 1,5 trilhão de reais, sendo, ainda, imensurável a quantidade de famílias que se desestruturam em virtude dos acidentes de trânsito. Portanto, o problema central identificado é o alto índice de violência no trânsito, com especial enfoque nas rodovias federais.

Estudos de segurança viária revelam que as causas dos acidentes nas rodovias derivam de diversos fatores, entre eles, condições da via e do veículo, fatores humanos e elementos externos. No entanto, as estatísticas da Polícia Rodoviária Federal - PRF demonstram que nas rodovias federais, a causa presumível mais predominante é atribuída ao fator "condutor", representando 68% das ocorrências. Esses dados ressaltam a importância da influência humana na ocorrência de acidentes de trânsito.

Não obstante a PRF estar trabalhando incansavelmente na busca pela redução da acidentalidade nas rodovias federais, reconhece-se que para alcançar esse objetivo, é necessário um esforço de integração e de cooperação com outras instituições, visando a estabelecer a cultura de paz no trânsito.

Para tanto, a PRF reforça seu compromisso social em intensificar ações para um trânsito mais seguro, em observância à Segunda Década de Ação para a Segurança no Trânsito, adotada pela Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU, em 31 de agosto de 2020.

## BASE LEGAL

- Constituição Federal de 1988;
- Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Institui o Código de Trânsito Brasileiro;
- Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018 - Cria o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito - Pnatrans e acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre regime de metas de redução de índice de mortos no trânsito por grupos de habitantes e de índice e mortos no trânsito por grupos de veículos;
- Lei nº 13.675, de 8 de junho de 2018 - Cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Nacional - PNSPDS e o Sistema Único de Segurança Pública – Susp;
- Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995 - Define a competência da Polícia Rodoviária Federal e dá outras providências; e
- Resolução nº 74/299, de 31 de agosto de 2020 - Declarou, na Assembleia-Geral das Organizações das Nações Unidas, a Década de Ação pela Segurança no Trânsito 2021-2030.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

**Gestão da Segurança no Trânsito:**

- Identificação de boas práticas e inovações na área de segurança viária;
- Promoção da redução da sensação de impunidade, por intermédio da melhoria do *compliance* que permeia a aplicação da penalidade de multa e suspensão, por meio de ações junto às CADAs, Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARIs, Companhias de Engenharia de Transporte e Trânsito - Cetrans, Conselho de Trânsito do Distrito Federal - Contrandife e Conselho Nacional de Trânsito - Contran; e
- Aquisição e desenvolvimento de sistemas.

**Vias Seguras:**

- Indução de ações voltadas para a melhoria da infraestrutura preventiva em rodovias (Rodovias que perdoam).

**Fiscalização de trânsito:**

- Intensificação de ações de fiscalização de trânsito em trechos de maior criticidade;
- Formação contínua de policiais rodoviários federais em gestão e fiscalização de trânsito;
- Modernização dos equipamentos e métodos de fiscalização;
- Incremento da produção de conhecimento de inteligência visando contribuir com a segurança viária; e

- Aquisição e desenvolvimento de sistemas para potencializar a capacidade de fiscalização.

**Prevenção e Atendimento de acidentes:**

- Realização de ações de resgate e atendimento de acidentes;
- Consolidação do Laudo Pericial de Acidente de Trânsito - LPAT; e
- Desenvolvimento de estudos sobre segurança viária em âmbito nacional e internacional.

**Educação para o trânsito:**

- Realização de ações de educação para o trânsito (palestras, campanhas, eventos, elaboração de cartilhas e manuais operacionais).

**Parcerias:**

- Estabelecimento de parcerias com os entes federados e com empresas privadas, para compartilhamento de informações, recursos e tecnologias;
- Desenvolvimento de ações de capacitação em parceria com órgãos do Sistema Nacional de Trânsito - SNT; e
- Desenvolvimento de ações de integração e de cooperação.




## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Acordos de Cooperação Técnica; e
- Execução Direta.

## PÚBLICO ALVO

- Casa Civil;
- Governos;
- Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- Ministério da Saúde;
- Ministério dos Transportes;
- Organizações da sociedade civil;
- Polícia Rodoviária Federal;
- Prefeituras;
- Secretaria Nacional de Trânsito;
- Secretarias de Educação;
- Secretarias de Saúde;
- Secretarias de Segurança Pública;
- Secretarias de Trânsito;
- Servidores da Polícia Rodoviária Federal; e
- Sociedade.




POLÍTICAS PÚBLICAS

DE SEGURANÇA PÚBLICA

# SENAJUS

## Secretaria Nacional de Justiça

Pela natureza de suas atribuições, a Secretaria Nacional de Justiça possui políticas públicas tanto na área de justiça quanto na temática de segurança pública. Tem por atribuição promover a política de justiça, nas áreas de competência da Secretaria, por intermédio da articulação com os órgãos e as entidades dos três poderes, do Ministério Público, da Defensoria Pública, a da Ordem dos Advogados do Brasil, além dos Governos estaduais, distrital e municipais, as agências internacionais e as organizações da sociedade civil.

A unidade também coordena, a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - Enccla em conjunto com outros órgãos, além de outras ações do Ministério relacionadas com o enfrentamento da corrupção, da lavagem de dinheiro e do crime organizado transnacional.

# Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

A Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro tem como objetivo geral promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento constante do sistema nacional de detecção, prevenção e repressão da corrupção e da lavagem de dinheiro, incluindo a recuperação de ativos, por meio da integração de diversos órgãos públicos.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP realiza esta Política por meio do planejamento, promoção e coordenação de programas e projetos de articulação institucional e pela participação nos foros internacionais relacionados à temática.

Os programas e os projetos do MJSP fortalecem a integração entre diversos atores públicos e, eventualmente, privados, para a busca de soluções conjuntas e sinergias institucionais no enfrentamento da corrupção, da lavagem de dinheiro e dos crimes correlatos.

As atribuições de articulação institucional são exercidas principalmente por meio de quatro iniciativas:

- Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA;
- Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - PNLD;
- Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra à Lavagem de Dinheiro - REDE-LAB; e
- Rede Nacional de Polícias Judiciárias no Combate à Corrupção - RENACCOR.

A Enccla, criada em 2003, é a principal rede de articulação institucional brasileira para o arranjo, discussões, formulação e concretização de políticas públicas e soluções de enfrentamento à corrupção e à lavagem de dinheiro. Atuam em conjunto uma diversidade de órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário das esferas federal e estadual e, em alguns casos, municipal, bem como do Ministério Público de diferentes esferas.

O PNLD é uma iniciativa de articulação institucional para capacitar agentes públicos de todo o Brasil e disseminar a cultura de recuperação de ativos e prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. O Programa integra e alcança órgãos de todos os Poderes e também de todas as esferas federativas.

A Rede-Lab consiste em uma rede de articulação institucional composta pelo conjunto dos Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro - LAB-LD, unidades especializadas em análises de grandes massas de dados para uso em investigações criminais e outros procedimentos, com vistas ao combate à lavagem de dinheiro, à corrupção, ao crime organizado e a outros crimes relacionados e à recuperação de ativos. Estas unidades especializadas estão instaladas em variadas instituições públicas, notadamente nas Polícias Judiciárias, Ministérios Públicos e órgãos parceiros, em todos os estados brasileiros e no

Distrito Federal. Atualmente a Rede está regulada pela Portaria MJSP nº 145, de 15 de agosto de 2022.

A Renaccor consiste em uma rede de articulação institucional composta pelas unidades de Polícia Judiciária (Polícia Federal e Polícias Civis dos Estados e do Distrito Federal) especializadas na repressão da corrupção. A rede foi instituída formalmente pela Portaria MJSP nº 79, de 13 de maio de 2022.

Considerando que a corrupção e a lavagem de dinheiro são ilícitos complexos muito frequentemente praticados ou auxiliados por organizações criminosas de alta especialização e alto potencial ofensivo, por vezes até mesmo infiltradas em segmentos do Poder Público, e que o Brasil possui uma estrutura administrativa complexa, decorrente de seu tamanho geográfico continental e do pacto federativo, que divide as independências, autonomias, competências e atribuições, o enfrentamento deste tipo de crime requer um sistema coerente e robusto de prevenção, detecção e repressão, bem como a atuação integrada de vários órgãos do setor público, com a convergência de técnicas, ferramentas, metodologias, procedimentos e com a troca intensa de informações, dados e experiências de atuação.

Neste contexto, é um grande desafio estabelecer um sistema para prevenção, detecção e repressão à corrupção e à lavagem de dinheiro que seja harmônico e efetivo. Esse sistema complexo pode gerar ineficiências, como sombreamentos e sobreposições de atividades, desconhecimento sobre a exata atribuição de todos os atores públicos, não aproveitamento de elementos convergentes nas atuações de cada ator público, baixa aderência a macro objetivos comuns de enfrentamento da criminalidade, entre outros.

A falta de integração entre estes atores, ou a integração ineficiente, gera lacunas operacionais, desperdício de recursos públicos e de esforços, causando sobreposições, conflitos de atribuições e retrabalho. Da mesma forma, uma integração adequada promove resultados ainda melhores que a atuação isolada de cada instituição. Somar esforços e convergir os objetivos destes atores é a única forma de se combater com eficácia a corrupção, a lavagem de dinheiro e o crime organizado, propiciando uma efetiva recuperação de ativos.

## BASE LEGAL

- Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 - Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências;
- Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 - Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro e cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF;
- Lei nº 12.846, de 1º de agosto 2013 - Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira;
- Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 - Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal;
- Decreto nº 3.678, de 30 de novembro de 2000 - Promulga a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais;
- Decreto nº 4.410, de 7 de outubro de 2002 - Promulga a Convenção Interamericana contra a Corrupção;
- Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006 - Promulga a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção;
- Portaria MJSP nº 79, de 13 de maio de 2022 - Institui a Rede Nacional de Polícias Judiciárias no Combate à Corrupção - RENACCOR e define as regras para adesão de integrantes e para parcerias; e
- Portaria MJSP nº 145, de 15 de agosto de 2022 - Atribui à Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia - REDE-LAB a natureza de Programa de Articulação Institucional e define as regras para adesão de integrantes e parcerias.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

- Propositura, execução e conclusão das ações da Enccla com resultados aprovados pela Plenária;
- Capacitações de agentes públicos na temática combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, incluindo as capacitações:
  - PNLD – geral;
  - PNLD – avançado; e
  - Específicas para Rede-Lab e Renaccor.

- Produção e difusão de estudos, melhores práticas, metodologias e uso de ferramentas tecnológicas para produção de informações a partir de grandes massas de dados - Rede-Lab; e
- Produção e difusão de estudos, melhores práticas, metodologias e uso de ferramentas tecnológicas para unidades de Polícia Judiciária especializadas no combate à corrupção - Renaccor.




## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Acordo de Cooperação Internacional;
- Convênios;
- Doações;
- Execução Direta;
- Parcerias; e
- Termo de Execução Descentralizada.

## PÚBLICO ALVO

- Organismos internacionais;
- Órgãos públicos participantes da Enccla, do PNLD, da Rede-Lab e da Renaccor; e
- Sociedade.



POLÍTICAS PÚBLICAS

DE SEGURANÇA PÚBLICA



# SENAPPEN

## Secretaria Nacional de Políticas Penais

À Secretaria Nacional de Políticas Penais cabe exercer as competências estabelecidas nos art. 71 e art. 72 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, atuando, especificamente, no planejamento e coordenação da política nacional de serviços penais; no acompanhamento da fiel aplicação das normas de execução penal no território nacional; na inspeção e fiscalização dos estabelecimentos e dos serviços penais; e no apoio técnico aos entes federativos quanto à implementação dos princípios e das regras da execução penal.

Além disso, a Senappen colabora técnica e financeiramente com os entes federativos quanto à implantação de estabelecimentos e serviços penais; formação e capacitação de agentes; e na implementação de políticas de alternativas penais, atenção ao egresso e de assistência ao preso.

# Política de Assistência Social no Sistema Penal

A Política de Assistência Social no Sistema Penal tem como principal objetivo proteger e promover o direito à assistência da pessoa privada de liberdade e seus familiares e vítimas de crimes, nos seguintes aspectos: social, jurídica, religiosa, material, a mulheres e grupos vulneráveis e suporte social, psicológico e jurídico às vítimas de crime.

De forma geral, o problema que a política enfrenta é a dificuldade de acesso da pessoa privada de liberdade e de seus familiares às assistências social, jurídica, religiosa e material, em especial das mulheres e dos grupos vulneráveis, bem como a insuficiência de suporte social, psicológico e jurídico às vítimas de crime.

Dentre as principais causas da falta de assistência, destacam-se: a ausência de rede específica de atenção socioassistencial às pessoas em conflito com a lei e a dificuldade de acesso das pessoas privadas de liberdade e seus familiares, como público prioritário dos serviços e programas do sistema único assistência social; a precariedade na prestação de assistência jurídica no ambiente prisional; as condições de alimentação inadequadas e precárias; a restrição no acesso à água potável; a baixa oferta de itens de higiene, vestuário e insalubridade das instalações; e a intensificação da vulnerabilidade enfrentada por mulheres e grupos específicos durante o cumprimento da pena.

## BASE LEGAL

- Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994 - Cria o Fundo Penitenciário Nacional - Funpen;
- Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Institui a Lei de Execução Penal;
- Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - dispões sobre a organização da Assistência Social e outras providências;
- Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999 - Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal;
- Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 - Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher;
- Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 - Cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSPDS e institui o Sistema Único de Segurança Pública - Susp;
- Decreto nº 9.871, de 27 de junho de 2019 - Dispõe sobre o Comitê Gestor da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistemas Prisional – PNAMPE;
- Decreto nº 10.770, de 17 de agosto de 2021 – Institui a Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância;
- Resolução CNJ nº 253, de 04 de setembro de 2018 - Define a política institucional do Poder Judiciário de atenção e apoio às vítimas de crimes e atos infracionais;
- Resolução CNMP nº 243, de 18 de outubro de 2021 - Dispõe sobre a Política Institucional de Proteção Integral e de Promoção de Direitos e Apoio às Vítimas;
- Portaria Normativa nº 856, de 6 de outubro de 2022 - Cria, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o Núcleo de Atenção às Vítimas — NUAV;
- Portaria MJSP nº 2.594, de 24 de novembro de 2011 – Cria a Estratégia Nacional de Alternativas Penais - ENAPE;
- Portaria MJSP nº 210, de 16 de janeiro de 2014 – Institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas - PNAMPE;
- Regras de Mandela: regras mínimas padrão das Nações Unidas para o tratamento de presos. Brasília: CNJ, 2016; e
- Regras de Bangkok: regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras. Brasília: CNJ, 2016.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

**Assistência Social:**

- Diagnóstico sobre a assistência social nas unidades prisionais;
- Implantação de Núcleos do Sistema Único de Assistência Social - Suas nas unidades prisionais, compostos minimamente por assistente social, psicólogo e advogado;
- Orientações técnicas sobre atendimento interdisciplinar e interinstitucional da assistência social no âmbito do sistema prisional;
- Inclusão das pessoas presas nos bancos de dados e sistemas de informação do Sistema Único de Assistência Social - Suas;
- Criação de um Prontuário Social Nacional das Pessoas Presas, com informações sobre contexto familiar, socioeconômico e social, entre outras;
- Elaboração de parâmetros para a educação permanente dos profissionais que atuam na assistência social, compreendendo os profissionais da área penal, atores dos órgãos do setor e da sociedade civil sobre o Sistema Único de Assistência Social - Suas, serviços penais e prevenção à criminalidade;
- Elaboração de plano nacional e planos estaduais de assistência social no sistema prisional;
- Realização de Webinários sobre Garantia de Direitos e Assistência Social no Sistema Prisional;
- Realização de Seminários Anuais sobre a Assistência Social no âmbito do sistema penal, com participação das equipes das unidades prisionais e dos atores do Suas;
- Aquisição e doação de viaturas para transporte adequado de pessoas em situação de privação de liberdade;
- Aquisição e doação de *scanner* corporal, portais detectores de metais, e tecnologias avançadas de inspeção (ondas milimétricas, análise de imagens por inteligência artificial); e
- Realização de reuniões com cada estado da federação para entender as especificidades da assistência social e das estratégias de intervenção de forma territorializada.

**Assistência Jurídica:**

- Realização de mutirões carcerários em parceria com as Defensorias Públicas Estaduais;
- Projeto de cooperação técnica para ampliação da oferta de serviços de assistência jurídica;
- Criação de mecanismos de serviço de apoio jurídico para pessoas privadas de liberdade estrangeiras que estejam em território nacional, oferecendo assistência jurídica especializada e suporte para lidar com questões de ordem migratória; e
- Projeto de implantação de totens nas unidades prisionais para acesso, em linguagem facilitada, da pessoa privada de liberdade ao seu processo judicial.

**Assistência Religiosa:**

- Diagnóstico da atividade de assistência religiosa para subsidiar a adoção de políticas públicas afetas ao tema;
- Fomento à criação de grupos interconfessionais nos estados com participação de representantes dos órgãos de administração penitenciária e membros da sociedade civil, ligadas aos diversos segmentos religiosos, com vistas ao treinamento de voluntários e servidores e busca ativa de segmentos religiosos não presentes no sistema prisional; e
- Aquisições de livros religiosos, aparelhamento dos espaços específicos destinados à prestação da assistência religiosa e instalação dos pilotos sistemas de som/rádio ecumênica nos espaços destinados à assistência religiosa nas unidades prisionais.

**Assistência Material:**

- Diagnóstico nacional sobre a alimentação no sistema prisional;
- Diagnóstico da assistência material no sistema prisional; e
- Definição de parâmetros e de estratégias para a segurança alimentar nos sistemas prisionais.

**Assistência às Mulheres e aos Grupos Vulneráveis:**

- Diagnóstico nacional sobre grupos de pessoas mais vulneráveis no sistema prisional, para caracterizar os principais grupos: mulheres, pessoas com deficiência, pessoas estrangeiras, pessoas em conflito com a Lei e sofrimento psíquico, população LGBTQIA+;
- Publicação de cartilhas de orientação à custódia das pessoas mais vulneráveis no sistema prisional;
- Institucionalização de método de escuta ativa de pessoas privadas de liberdade, como perspectiva de acompanhamento de políticas voltadas às pessoas mais vulneráveis no sistema prisional - Projeto Rodas de Conversa no Cárcere;
- Institucionalização e incentivo à implantação de fluxo para a retificação de nome e gênero das pessoas presas em situação de vulnerabilidade;
- Orientação técnica para aquisição de itens de assistência material para grupos vulneráveis no sistema prisional;
- Pesquisa sobre populações étnico-raciais, com visitas às comunidades tradicionais para entendimento das necessidades de cada povo e posterior estruturação de políticas públicas direcionadas ao sistema prisional;
- Ampliação do Projeto Dignidade Menstrual para Pessoas em Situação de Cárcere;
- Fortalecimento do Projeto Mulheres Livres, especialmente no que concerne a aplicação do *Habeas Corpus* coletivo 143.641 - SP que determinou a substituição da prisão preventiva pela domiciliar de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas, ou mães de crianças e pessoas com deficiência sob sua guarda, excetuados os casos de crimes praticados por elas mediante violência ou grave ameaça, contra seus descendentes ou, ainda, em situações excepcionalíssimas, as quais deverão ser devidamente fundamentadas pelos juízes que denegarem o benefício;
- Seminários sobre Políticas Penais e grupos Vulneráveis;

- Orientação técnica, em conjunto com o Ministério da Saúde e Coordenação de Saúde, para acesso ao serviço de hormonoterapia à população transexual no contexto da privação de liberdade;
- Cartilha sobre amamentação e introdução a alimentação para os filhos das mulheres privadas de liberdade que se encontram abrigados nos cárceres, juntamente à Coordenação Nacional de Saúde;
- Implantação de lactários nas unidades prisionais femininas e mistas;
- Orientação Técnica e o fomento à adaptação dos espaços prisionais às condições de pessoas idosas e com deficiência;
- Orientação Técnica sobre fluxo de atendimentos, serviços e comunicados entre os consulados e as gestões prisionais, no sentido de garantir acesso da pessoa estrangeira às assistências e promoção da cultura do seu país de origem;
- Orientação Técnica sobre pessoas em cumprimento de medida de segurança;
- Sensibilização de servidores e acesso a bens e serviços; e
- Aparelhamento de espaços de convivência familiar nas unidades prisionais, com foco na qualificação da visitação de crianças aos seus pais e incentivo ao acolhimento institucional e o fortalecimento dos vínculos familiares.

**Assistência às Vítimas de Crime:**

- Diagnóstico Nacional sobre o panorama de aparelhos institucionais voltados à atenção às vítimas;
- Diagnóstico sobre reparação de danos às vítimas de crimes;
- Elaboração de metodologia de acolhimento às vítimas para operadores do sistema de justiça criminal;
- Elaboração de protocolo e fluxo de atendimento às vítimas de crimes;
- Elaboração de curso para capacitação da rede de acolhimento às vítimas de crimes;
- Aparelhamento de espaços destinados à atenção às vítimas de crimes em delegacias, Defensorias Públicas, Ministério Público e Conselhos Regionais de Assistência Social;
- Realização de Seminários voltados à disseminação de conteúdo voltado à prevenção da revitimização; e
- Elaboração de campanhas publicitárias para divulgação da rede de atenção às vítimas de crimes.









## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Acordo de Cooperação Técnica;
- Convênios;
- Execução Direta;
- Termo de Colaboração;
- Termo de Execução Descentralizada; e
- Transferência Fundo a Fundo.

## PÚBLICO ALVO

- Pessoas privadas de liberdade;
- Familiares de pessoas privadas de liberdade;
- Grupos mais vulnerabilizados no sistema prisional: mulheres em privação de liberdade, população LGBTQIA+, indígenas, estrangeiros(as), idosos(as), pessoas com transtorno mental e pessoas com deficiência; e
- Vítimas de crimes, pessoa que sofreu algum delito (incluindo ainda familiares e dependentes de vítimas fatais).

# Política de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Penal

A Política de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Penal tem por objetivo atuar no fomento, formulação, coordenação, direção, acompanhamento, avaliação e qualificação da rede de serviços direcionados ao egresso e sua família, com vistas a estimular a reintegração social e auxiliar na restauração e no fortalecimento de vínculos familiares, sociais e comunitários. A política destina-se a: diminuição dos índices de reincidência criminal; fomento ao trabalho e à qualificação profissional de egressos e familiares; e estímulo às construções de equipamentos públicos voltados ao egresso, adequados às ações educativas, produtivas, socioassistenciais, dentre outras. Possui como público-alvo pessoas privadas de liberdade, em condição provisória ou condenadas, em cumprimento de pena no regime fechado, semiaberto, aberto e domiciliar, egressas do sistema prisional, e em cumprimento de alternativas penais e monitoradas eletronicamente.

O principal problema a ser enfrentado pela política está nas altas taxas de reincidência criminal e reentrada penal. A prisão se estrutura a partir de uma lógica seletiva e repressora que, no dizer de Goffman (1974), leva à despersonalização e anulação de qualquer subjetividade dos indivíduos a ela adstritos. Além disso, importa reconhecer que, a prisão ultrapassa a perda da liberdade e fere a dignidade dos sujeitos, gerando consequências para quem está sujeito a ela, sendo facilmente identificados marcadores da condição da pessoa egressa, tais como: fragilidade nos vínculos familiares e comunitários; trabalho; moradia; antecedentes penais e preconceito; dificuldade cognitiva e defasagem informacional; acesso à justiça; problemas de saúde; vinculação e dependência ao 'mundo do crime'. A necessidade de estruturação de um atendimento à pessoa egressa do sistema penal surge concomitantemente às primeiras discussões sobre política prisional. Contudo, a relevância de tal serviço ganha corpo (e caráter de urgência) enquanto os números relativos à pena privativa de liberdade paulatinamente vão alcançando patamares descomunais em muitos países, como o Brasil.

Dentre as principais causas estão: insuficiência na oferta de serviços voltados para a promoção de políticas de atenção ao egresso e seus familiares; o estigma da pena privativa de liberdade que recai não apenas sobre o indivíduo condenado, mas também sobre seus familiares, impactando toda uma rede de relações; espaços não exclusivos e inadequados para a implementação de políticas voltadas aos egressos; a não aceitação social quando da reinserção do egresso ao convívio social e a orientação incipiente dos recursos das políticas para execução da pena com foco na reinserção social, com geração de renda, aproximação da família e sustentabilidade das ações.

## BASE LEGAL

- Constituição Federal de 1988;
- Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Institui a Lei de Execução Penal;
- Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 - Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSPDS; institui o Sistema Único de Segurança Pública - Susp; altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012;
- Resolução nº 96, de 27 de outubro de 2009 - Dispõe sobre o Projeto Começar de Novo no âmbito do Poder Judiciário, institui o Portal de Oportunidades e dá outras providencias;
- Resolução Conjunta nº 1, de 7 de novembro de 2018 - Qualifica o atendimento socioassistencial às famílias de pessoas encarceradas e egressas do Sistema Penitenciário no Sistema Único de Assistência Social – Suas;
- Resolução nº 251, de 4 de setembro de 2019 - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP 2.0, para o registro de mandados de prisão e de outros documentos, nos termos do art. 289-A do CPP, acrescentado pela Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011, e dá outras providências;
- Resolução nº 307, de 17 de dezembro de 2019 - Institui a Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário, prevendo os procedimentos, as diretrizes, o modelo institucional e a metodologia de trabalho para sua implementação;
- Nota Técnica Conjunta nº 1.102.359, de 7 de junho de 2021 - Sobre implantação e fortalecimento de serviços especializados de atenção à pessoa egressa do sistema prisional (patronatos/escritórios sociais) no âmbito dos convênios firmados a partir da Portaria Depen nº 403, de 2020;
- Portaria nº 203, de 16 de maio de 2019 - Cria a área de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional;
- Portaria nº 403, de 27 de outubro de 2020 - Estabelece procedimentos, critérios e prioridades para o financiamento de projetos voltados à implantação de Serviços de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional com recursos do Fundo Penitenciário Nacional e dá outras providências;
- I Congresso Penitenciário Internacional. Londres: 1872;
- Regras de Bangkok: regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras. Brasília: CNJ, 2016;

- Regras de Mandela: regras mínimas padrão das Nações Unidas para o tratamento de presos. Brasília: CNJ, 2016;
- Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. Nova Iorque: ONU, 1966; e
- Pacto de São José da Costa Rica: Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos. San José da Costa Rica: OEA, 1969.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

- Implementação da Política Nacional de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional – PNAPE;
- Lançamento de novo ciclo de convênios para ampliação dos serviços especializados de atenção à pessoa egressa, patronato e/ou escritórios sociais;
- Fomento às cooperativas populares voltadas às pessoas egressas do sistema prisional e suas famílias;
- Fomento às construções de infraestruturas voltadas à oferta de serviços especializados de atenção ao egresso do sistema prisional, adequada à reintegração social por meio da singularização do atendimento;
- Implementação e fomento à Política Nacional de Trabalho no âmbito ao Sistema Penal, dispondo sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída de pessoas privadas de liberdade, em condição provisória ou condenadas; em cumprimento de pena no regime fechado, semiaberto, aberto e domiciliar; egressas do sistema prisional; em cumprimento de alternativas penais e monitoradas eletronicamente, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Apoio às ações de educação, qualificação profissional, bem como a inserção no ensino superior, por meio de parcerias com instituições públicas e privadas para pessoa egressa e familiares;
- Implantação de espaço adequados para formações e qualificações profissionais na modalidade Educação à Distância - EAD para pessoa egressa e familiares;
- Produção e disponibilização de conteúdos formativos e educacionais na modalidade de Educação à Distância - EAD com o objetivo de formar e qualificar as equipes nas metodologias adequadas aos serviços oferecidos;
- Fomento à Rede de Atenção às Pessoas Egressas do sistema prisional - RAESP;
- Implantação de projeto-piloto do Serviço Especializado de Atenção à Pessoa Egressa do sistema prisional, construídos por meio de modelo arquitetônico que viabiliza a execução integral da metodologia de singularização do atendimento; e
- Realização de Encontro Anual da Política Nacional de Atenção à Pessoa Egressa.






## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Acordo de Cooperação Internacional;
- Acordo de Cooperação Técnica;
- Ato Normativo;
- Convênios;
- Doação;
- Execução Direta;
- Memorando de Entendimento;
- Protocolo de Intenções;
- Termo de Colaboração;
- Termo de Execução Descentralizada;
- Termo de Fomento;
- Termo de Parceria; e
- Transferência Fundo a Fundo.

## PÚBLICO ALVO

- Pessoas egressas do sistema penal;
- Pessoas privadas de liberdade; e
- Familiares.

# Política de Atenção Integral à Saúde no Sistema Penal

A Política de Atenção Integral à Saúde no Sistema Penal tem como objetivo desenvolver ações e projetos, em âmbito nacional, de valorização, promoção da saúde e qualidade de vida dos servidores do sistema penitenciário, bem como garantir o acesso das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional ao cuidado integral no Sistema Único de Saúde - SUS.

Os principais problemas relacionados a esta política são a dificuldade de acesso da população privada de liberdade à Rede de Atenção à Saúde Pública e a precariedade da situação de saúde física e mental dos servidores que atuam na prestação de serviços penais.

As causas que geram esses problemas podem ser divididas em dois contextos:

**Contexto População Privada de Liberdade**

- Escassez de espaço físico aparelhado adequadamente para implementação de atendimento de saúde dentro das instalações;
- Insuficiência no número de profissionais de saúde;
- Deficiência de insumos e medicamentos;
- Capacitação insatisfatória dos profissionais de saúde e dos policiais penais; e
- Dificuldade de interlocução intersetorial com os responsáveis pela política de saúde no sistema prisional: Ministério da Saúde, Secretarias Estaduais de Saúde, Secretarias Municipais de Saúde, Secretarias Estaduais de Administração Penitenciária e congêneres.

**Contexto Servidores Penitenciários:**

- Exposição a situações de risco à saúde física e mental no trabalho;
- Carência de padronização dos processos de trabalho dos servidores que atuam na prestação de serviços penais;
- Inadequação dos espaços de trabalho;
- Poucas ações de valorização, saúde e qualidade de vida voltadas para os servidores que atuam na prestação de serviços penais;
- Precariedade nas ações estruturadas a nível nacional, como a elaboração de normativos, protocolos e orientações com foco na melhoria das condições de saúde física, mental, social e na valorização dos servidores que atuam na prestação de serviços penais;
- Insuficiência de dados nacionais sobre adoecimento, absenteísmo e qualidade de vida dos servidores que atuam na prestação de serviços penais;
- Financiamento específico incipiente para ações e projetos de valorização, saúde e qualidade de vida dos servidores que atuam na prestação de serviços penais; e
- Dificuldade de interlocução intersetorial com a área de saúde do trabalhador nas três esferas, no Ministério da Saúde, nas Secretarias Estaduais de Saúde e nas Secretarias Municipais de Saúde.

## BASE LEGAL

- Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994 – Cria o Fundo Penitenciário Nacional – Funpen;
- Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Institui a Lei de Execução Penal;
- Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 - Cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSPDS e institui o Sistema Único de Segurança Pública - Susp;
- Decreto nº 1.093, de 23 de março de 1994 – Regulamenta a Lei Complementar nº 79, de janeiro de 1994, que cria o fundo Penitenciário Nacional – Funpen;
- Decreto nº 11.255 de 09 de novembro de 2022 - Regulamenta a licença para tratamento de saúde, de que tratam os arts. 202 a 205 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
- Resolução CNPCP nº 1, de 24 de junho de 2016 - Aprova as diretrizes nacionais para a criação, implantação e manutenção de programa e políticas de atenção à saúde e qualidade de vida dos servidores em serviços penais;
- Portaria Normativa nº 3, de 25 de março de 2013 - Institui as diretrizes gerais de promoção da saúde do servidor público federal, que visam orientar os órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC;
- Portaria MS/MJSP nº 1, de 02 de janeiro de 2014 – Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoa Privadas de Liberdade no Sistema Prisional – PNAISP no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS;
- Portaria nº 590, de 27 de dezembro de 2016 - Institui a Atividade Física Institucional no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN;
- Portaria nº 199, de 9 de novembro de 2018 - Aprova o Regimento Interno do Departamento Penitenciário Nacional;
- Portaria SEPRT nº 6.734, de 9 de março de 2020 - Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 7 do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO;
- Portaria nº 109, DE 21 de julho de 2022 - Institui a Política e o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho - QVT do DEPEN/MJSP;
- Portaria de Pessoal nº 524, de 19 de maio de 2023 - Designa servidores das Penitenciárias Federais como Pontos Focais dos Núcleos de Saúde e Qualidade de Vida, no âmbito da Secretaria Nacional de Políticas Penais, dando cumprimento à Portaria nº 73, de 25 de abril de 2022;
- Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal, Brasília, 2017; e
- Manual Exames Médicos Periódicos SGP. Brasília, 2017.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

**Contexto População Privada de Liberdade**

- Promoção de ações para prevenção de doenças e dos agravos decorrentes do confinamento;
- Fomento de medidas de proteção, como a vacinação contra hepatite, influenza e outras do calendário de adultos;
- Promoção de atividades de comunicação e educação em saúde para fomento à identificação e o manejo adequado de pessoas com infecções sexualmente transmissíveis - ISTs, HIV/AIDS, Hepatites B e C, Tuberculose e Hanseníase;
- Realização de ações de Cidadania em unidades prisionais;
- Diagnóstico Regional em relação à Política Nacional de Atenção Integral à Pessoa Privada de Liberdade no Sistema Prisional no âmbito do Sistema Único de Saúde - PNAISP (Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014);
- Criação de diretrizes para o cuidado das pessoas em sofrimento mental custodiadas no sistema prisional;
- Elaboração de diretrizes sobre a estruturação espaços de custódia de pessoas em sofrimento mental no sistema prisional em parceria com o Ministério da Saúde;
- Capacitação das equipes de saúde e de execução penal para atuação voltada para as pessoas privadas de liberdade dependentes de álcool e outras drogas e execução de ações de saúde nas unidades prisionais voltadas para esse público; e
- Realização de Seminário sobre Saúde Prisional para servidores e gestores.

**Contexto Servidores Penitenciários Estaduais e Distrital:**

- Campanha de valorização dos servidores penitenciários;
- Criação de banco de boas práticas e protocolos para o acompanhamento da saúde física e mental no trabalho;
- Criação do painel de monitoramento dos indicadores do Projeto Valoriza: Saúde em Foco;
- Diagnóstico nacional sobre a saúde e qualidade de vida dos servidores do sistema que atuam na prestação de serviços penais;
- Fomento a implantação de núcleos de atenção aos servidores que atuam na prestação de serviços penais;
- Implementação do Programa de Saúde Mental para os servidores que atuam na prestação de serviços penais;
- Incentivo à padronização dos processos e ambientes de trabalho, buscando minimizar a exposição a situações de risco à saúde física e mental no trabalho;
- Publicação da Política Nacional de Saúde e Qualidade de Vida do Servidor Penitenciário;
- Promoção de ações de valorização, saúde e qualidade de vida voltadas aos servidores que atuam na prestação de serviços penais;

- Institucionalização do Programa de Saúde Mental para os servidores que atuam na prestação de serviços penais, em parceria com o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP;
- Lançamento da plataforma virtual da curadoria de Iniciativas em Saúde e Qualidade de Vida do servidor penitenciário no âmbito do Projeto Valoriza: Saúde em Foco;
- Realização de intercâmbio para troca de experiências, entre os gestores estaduais, sobre saúde e qualidade de vida do servidor do sistema que atuam na prestação de serviços penais; e
- Sensibilização e capacitação referente à saúde e qualidade de vida para os gestores e servidores que atuam na prestação de serviços penais.

**Contexto Servidores Penitenciários Federais:**

- Contratação de empresa especializada na saúde e segurança do Trabalho para a elaboração e implementação de Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO e Programa de Gestão de Riscos - PGR;
- A implementação do programa de controle médico e saúde ocupacional - PCMSO também implica na entrega de serviços periciais nas lotações da Senappen;
- Credenciamento de clínicas e profissionais autônomos para a oferta de consultas psiquiátricas e atendimento psicológico aos servidores da Senappen, em continuidade de fomentação do Programa de Atenção à Saúde Mental do Servidor;
- Agenda de saúde mental em prevenção ao suicídio voltada à campanha “Setembro Amarelo”;
- Campanha de conscientização relativos ao “Outubro Rosa”, sobre prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama;
- Campanha de conscientização relativos ao “Novembro Azul”, como objetivo sensibilizar e conscientizar a população masculina em relação aos cuidados com a saúde e a importância da realização dos exames de prevenção contra o câncer de próstata;
- Realização do Teste de Aptidão Física para os servidores que aderiram à Atividade Física Institucional - AFI;
- Realização de semana da saúde do servidor;
- Curso Guardiões da Vida na modalidade de multiplicador, na área de prevenção da tentativa de suicídio, com foco na identificação em sinais de alerta, na escuta e no diálogo.









## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Compra Direta;
- Convênios;
- Doação;
- Termo de Execução Descentralizada;
- Termo de Fomento; e
- Transferência Fundo a Fundo.

## PÚBLICO ALVO

- Servidores penitenciários; e
- Pessoas privadas de liberdade custodiadas no sistema penitenciário brasileiro.

# Política de Educação da Pessoa Privada de Liberdade

A Política de Educação da Pessoa Privada de Liberdade visa fomentar a ampliação da oferta de vagas de atividades educacionais (educação básica e superior, qualificação profissional e atividades complementares), com intuito de garantir o direito, promover a cidadania, a dignidade humana e a redução de parte da pena de pessoas privadas de liberdade.

O principal problema enfrentado é a ausência de acesso universal, com equidade e qualidade à educação em contexto de privação de liberdade.

Este problema é causado pela necessidade de normativo específico para a educação de pessoas em cumprimento de pena privativa da liberdade; a superlotação das celas que dificulta as atividades de Ensino à Distância - EAD; escassez de locais multifuncionais, nas unidades prisionais, para a execução das atividades educativas, escolares e não escolares; ausência de intencionalidade de gestores dos setores públicos e privados no cumprimento das metas da política de educação prisional; e descontinuidade do alinhamento entre a administração prisional e as instituições ofertantes de educação escolar.

Além do quantitativo insuficiente de profissionais dos serviços penais para o suporte ao desenvolvimento das ações de educação em contexto prisional e formação continuada insatisfatória dos profissionais de educação e de policiais penais sobre a política de educação.

## BASE LEGAL

- Constituição Federal de 1988;
- Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Institui a Lei de Execução Penal;
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011 - Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional;
- Decreto nº 10.822, de 28 de setembro de 2021 - Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030;
- Resolução nº 14, de 11 de novembro de1994 - Estabelece as Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil;
- Resolução nº 3, de 11 de março de 2009 - Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais;
- Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de maio de 2010 - Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação em Estabelecimentos Penais;
- Regras de Mandela: regras mínimas padrão das Nações Unidas para o tratamento de presos. Brasília: CNJ, 2016; e
- Regras de Bangkok: regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras. Brasília: CNJ, 2016.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

- Articulação com órgãos federais e entes federados como estratégia na educação de jovens e adultos em conflito com a Lei;
- Doação de aparelhamento para acesso à Educação a Distância - EAD;
- Doação de obras literárias;
- Realização de eventos culturais como seminários, palestras e mostras culturais;
- Implantação de Centro Tecnológico e Educacional nos estabelecimentos penais;
- Realização de orientações padronizadas sobre a educação no sistema prisional, com foco no alinhamento de competências para a universalização da educação escolar;
- Capacitação de docentes que atuam na educação em ambientes penais; e
- Capacitação de policiais penais para a atuação nas ações que envolvem a educação penal.









## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Acordo de Cooperação Técnica;
- Ato Normativo;
- Doação;
- Execução Direta;
- Termo de Colaboração;
- Termo de Execução Descentralizada; e
- Transferência Fundo a Fundo.

## PÚBLICO ALVO

- Pessoas privadas de liberdade;
- Profissionais da educação; e
- Servidores do sistema penal.

# Política de Enfrentamento ao Superencarceramento

A Política de Enfrentamento ao Superencarceramento tem como objetivo principal contribuir com a promoção de uma sociedade na qual predomine a resolução de conflitos por meios restaurativos em prol de uma cultura de paz, da manutenção dos laços familiares e sociais das pessoas em cumprimento de alternativas penais, da promoção de estratégias voltadas ao enfrentamento da superlotação e superpopulação prisional no país e à qualificação da execução e da gestão das alternativas penais junto aos estados.

Em 2022, o Brasil conta com um total de 661.915 pessoas em cumprimento de pena em regime fechado, segundo os dados mais atuais disponibilizados pelo Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN. Os números sobem para o patamar de 837.443 quando considerados os indivíduos em prisão domiciliar, com ou sem monitoração eletrônica. Isso coloca o Brasil entre os países com as maiores taxas de encarceramento do mundo e traz uma série de consequências negativas, vez que o superencarceramento pode levar ao cometimento de violações de direitos no ambiente prisional, pode acarretar fortalecimento das organizações criminosas, na dificuldade de oferta de atividades laborais e educacionais nesses espaços, compromete processos de responsabilização, além da sobrecarga de trabalho imposta aos profissionais do sistema que passam a exercer suas atividades em condições precárias.

Os desafios decorrem, dentre outros aspectos, da baixa adesão do sistema de justiça quanto à possibilidade de aplicação de medidas diversas da prisão; da ausência de estrutura adequada para o acompanhamento das pessoas em alternativas penais; do baixo investimento para as alternativas penais; da desinformação sobre as alternativas penais como meios eficazes de responsabilização criminal; da necessidade de campanhas para esclarecer a política de alternativas penais, bem como da necessidade de fortalecimento do papel das centrais integradas e das vantagens do acompanhamento psicossocial e jurídico pelas equipes multidisciplinares.

## BASE LEGAL

- Constituição Federal de 1988 (art. 5º);
- Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984 - Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências;
- Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Institui a Lei de Execução Penal;
- Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 - Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências;
- Lei nº 9.714, de 25 de novembro de 1998 - Altera dispositivos do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal;
- Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001 - Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal;
- Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências;
- Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011 - Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências;
- Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 - Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal;
- Projeto de Lei nº 7.006, de 10 de maio de 2006 - Propõe alterações no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, e da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para facultar o uso de procedimentos de Justiça Restaurativa no sistema de justiça criminal, em casos de crimes e contravenções penais;
- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal (arts. 77 a 82);
- Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal (art. 28-A);
- Decreto nº 7.627, de 24 de novembro de 2011 - Regulamenta a monitoração eletrônica de pessoas prevista no Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal;
- Resolução nº 213, de 15 de dezembro de 2015 - Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas;
- Resolução nº 214, de 15 de dezembro de 2015 - Dispõe sobre a organização e o funcionamento dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização - GMF nos Tribunais de Justiça dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e nos Tribunais Regionais Federais;

- Resolução nº 225, de 31 de maio de 2016 - Dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências;
- Resolução nº 5, de 10 de novembro de 2017 - Dispõe sobre a política de implantação de Monitoração Eletrônica e dá outras providências;
- Resolução nº 288, de 25 de junho de 2019 - Define a política institucional do Poder Judiciário para a promoção da aplicação de alternativas penais, com enfoque restaurativo, em substituição à privação de liberdade;
- Resolução nº 325, de 29 de junho de 2020 - Dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 e dá outras providências;
- Resolução nº 412, de 23 de agosto de 2021 - Estabelece diretrizes e procedimentos para a aplicação e o acompanhamento da medida de monitoramento eletrônico de pessoas;
- Portaria nº 495, de 28 de abril de 2016 - Institui a Política Nacional de Alternativas Penais;
- Recomendação nº 62, de 17 de março de 2020 - Recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo;
- Regras de Mandela: regras mínimas padrão das Nações Unidas para o tratamento de presos. Brasília: CNJ, 2016;
- Regras de Bangkok: regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras. Brasília: CNJ, 2016;
- Comitê das Nações Unidas para Eliminação da Discriminação Racial. Recomendação Geral nº 36. Genebra: 2020;
- Regras de Tóquio: regras mínimas padrão das Nações Unidas para a elaboração de medidas não privativas de liberdade. Brasília: CNJ, 2016; e
- Pacto de São José da Costa Rica: Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos. San José da Costa Rica: OEA, 1969.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

- Desenvolvimento de ações relacionadas à aplicação de alternativas penais pelo Poder Judiciário, abrangendo medidas protetivas de urgência, práticas de justiça restaurativa, acordos de não persecução penal, atendimento e acompanhamento das pessoas em cumprimento de medidas cautelares diversas da prisão;
- Implantação de Serviços de Atendimento às Pessoas Custodiadas - APEC e a implementação de serviços de acompanhamento e grupos de responsabilização voltadas a homens autores de violências contra as mulheres, aos delitos de meio ambiente, drogas, trânsito, dentre outros;

- Fomento, ampliação e aparelhamento das Centrais Integradas de Alternativas Penais, estruturas destinadas ao recebimento de pessoas para acompanhamento do cumprimento das medidas diversas da prisão, com o auxílio de equipes multidisciplinares com formação em psicologia, assistência social, direito, dentre outros capacitados para a execução de metodologias de atendimento, acompanhamento, articulação de rede e inclusão social;
- Criação do Sistema Nacional de Alternativas Penais - Sinape, visando integrar, coordenar e articular os órgãos envolvidos na aplicação e na execução das alternativas penais e desenvolver ações, projetos e estratégias para promoção de sua aplicação em substituição à privação de liberdade, integrado, de forma cooperativa, pelo conjunto de órgãos e entidades públicas e privadas envolvidas na aplicação e execução das alternativas penais do Poder Executivo, Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, nos três níveis da federação, assegurada a participação social no planejamento, fiscalização e monitoramento de alternativas penais;
- Elaboração e fomento da Justiça Restaurativa no âmbito criminal, com o propósito de garantir amplo acesso à justiça restaurativa a vítimas, ofensores e comunidade por meio da implementação de serviços de Justiça Restaurativa em diferentes espaços comunitários e institucionais;
- Implantação da Central de Regulação de Vagas a partir do princípio da ocupação taxativa, garantindo a proporcionalidade das vagas a cada uma das pessoas privadas de liberdade, sendo importante ferramenta de promoção do equilíbrio de ocupação a partir da manutenção das prisões no limite da capacidade máxima prevista; e
- Qualificar os serviços de monitoração eletrônica, modernizando a ferramenta e direcionando o foco às medidas cautelares e medidas protetivas de urgência, como recurso eficiente para enfrentamento ao encarceramento de pessoas, bem como investir esforços para a composição e formação das equipes de profissionais responsáveis pela execução da política, além do refinamento dos fluxos de gerenciamento das informações e sistematização de dados.










## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Acordo de Cooperação Internacional;
- Acordo de Cooperação Técnica;
- Ato Normativo;
- Convênios;
- Doação;
- Execução Direta;
- Memorando de Entendimento;
- Protocolo de Intenções;
- Termo de Colaboração;
- Termo de Execução Descentralizada;
- Termo de Parceria; e
- Transferência Fundo a Fundo.

## PÚBLICO ALVO

- Pessoas atendidas e acompanhadas pelos serviços penais.

# Política de Fortalecimento de Ouvidorias e Corregedorias do Sistema Penal

A Política de Fortalecimento de Ouvidorias e Corregedorias do Sistema Penal visa apoiar e incentivar a implantação e o funcionamento das Ouvidorias e das Unidades Correcionais, especializadas, autônomas e independentes, no âmbito do sistema penal, contribuindo para o acesso ao conhecimento dos direitos das pessoas privadas de liberdade, de seus familiares e dos servidores e gestores que atuam na execução penal.

O problema central para ser tratado nesta política pública é a estrutura deficitária para subsidiar a atuação das Ouvidorias e das Corregedorias no sistema penal, bem como o pouco conhecimento da população carcerária e dos próprios agentes que atuam na execução penal acerca de seus direitos e deveres, além do papel das Ouvidorias e das Corregedorias do sistema penal.

Dentre as principais causas do problema estão: ausência ou ineficiência de parâmetros legais que subsidiem a implementação e atuação das Ouvidorias e Corregedorias do sistema penal; desconhecimento sobre o papel das Ouvidorias e Corregedorias do sistema penal por parte da população interessada; deficiência de capacitação para os servidores que atuam no âmbito das Ouvidorias e Corregedorias do sistema penal; e precariedade das instalações das unidades penais.

## BASE LEGAL

- Constituição Federal de 1988 (art. 1º e art. 37, § 3º);
- Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994 - Cria o Fundo Penitenciário Nacional - Funpen, e dá outras providências;
- Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal;
- Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;
- Lei nº 12.714, de 14 de setembro de 2012 - Dispõe sobre o sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança;
- Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 - Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;
- Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 - Cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSPDS e institui o Sistema Único de Segurança Pública - Susp;
- Decreto nº 1.093, de 23 de março de 1994 - Regulamenta a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional - Funpen, e dá outras providências;
- Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018 - Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para estabelecer normas, estrutura e procedimentos para a execução da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSPDS;
- Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018 - Regulamenta a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública federal, institui o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo federal;
- Portaria MJSP nº 199, de 9 de novembro de 2018 - Aprova o Regimento Interno do Departamento Penitenciário Nacional;
- Portaria CGU nº 581 de 9 de março de 2021 - Estabelece orientações para o exercício das competências das unidades do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo federal, instituído pelo Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018, dispõe sobre o recebimento do relato de irregularidades de que trata o caput do art. 4º-A da Lei nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018, no âmbito do Poder Executivo federal, e dá outras providências;
- Relatórios de Inspeção de Estabelecimentos Penais - CNPCP/DPU/CNMP/SENAPPEN;
- Regras de Mandela: regras mínimas padrão das Nações Unidas para o tratamento de presos. Brasília: CNJ, 2016; e
- Regras de Tóquio: regras mínimas padrão das Nações Unidas para a elaboração de medidas não privativas de liberdade. Brasília: CNJ, 2016.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

- Divulgação de manuais de procedimentos mínimos para a gestão das Ouvidorias do sistema penal;
- Publicação de cartilhas de informações sobre direitos e deveres a serem distribuídas às pessoas em situação de privação de liberdade e seus familiares.
- Aprimoramento e sistematização das inspeções efetivadas pelos órgãos e instituições, com atribuições legais de fiscalização de estabelecimentos penais, com foco na disseminação das informações relacionadas aos serviços de Ouvidorias e Corregedorias do sistema penal;
- Aperfeiçoamento do fluxo de trabalho nas Ouvidorias e Corregedorias com fins de gerenciamento das informações;
- Articulação para fortalecimento das Ouvidorias e Corregedorias do sistema penal;
- Aprimoramento do processo de inspeções em estabelecimentos penais;
- Implementação, modernização e aparelhamento das unidades de Ouvidorias e Corregedorias do sistema penal;
- Doação de veículos para as Ouvidoria e Corregedorias do sistema penal; e
- Fomento, distribuição e compartilhamento de estudos, técnicas e adoção de boas práticas no âmbito das Ouvidorias e Corregedorias do sistema penal.









## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Acordo de Cooperação Técnica;
- Convênios;
- Doação;
- Execução Direta;
- Termo de Colaboração; e
- Transferências Fundo a Fundo.

## PÚBLICO ALVO

- Egressos do sistema penal;
- Pessoas privadas de liberdade e seus familiares; e
- Servidores e gestores do sistema penal.

# Política de Fortalecimento do Sistema Penal

A Política de Fortalecimento do Sistema Penal tem como objetivo estabelecer mecanismos e estratégias para fortalecimento e aperfeiçoamento do sistema prisional, fornecendo condições adequadas para cumprimento de penas, dos protocolos de segurança e de inteligência penal, do enfrentamento à criminalidade organizada, da atuação integrada, assim como da qualificação profissional de seus servidores.

O problema que a política visa mitigar está relacionado a precariedade do sistema prisional no que concerne à estrutura física, a capacitação, e a operacionalização dos fluxos de assistências, dos protocolos de segurança e inteligência penal, do enfrentamento à criminalidade organizada e da atuação penal integrada.

Essa precariedade do sistema penal é causada por:

- Expansão do crime organizado, aumento da influência e da atuação das organizações criminosas, além da expansão e do fortalecimento de facções criminosas devido o contato facilitado intra e extramuros;
- Carência de tecnologias adequadas às rotinas de segurança, assistências e na padronização de normas e rotinas;
- Carência nas estruturas físicas, organizacionais e de dados e informações prisionais dispersas ou desconexas pelos entes federativos, dificultando a coleta, a produção de conhecimento e a produção de dados estatísticos penitenciários, quantitativos e qualitativos;
- A integração existente entre as polícias penais e os demais órgãos da segurança pública é insuficiente para o aperfeiçoamento da gestão penitenciária (de processos, doutrina e métodos de planejamento, prevenção, gerenciamento de crises, alinhamento de condutas e de procedimentos padrão relacionados à rotina carcerária, bem como o fomento e instituição de políticas de cidadania); e
- Dificuldade dos entes federativos em iniciar e concluir obras com expectativa de geração de vagas, bem como a inexecução ou paralisação dos contratos de repasse cujo objeto é a geração de vagas.

## BASE LEGAL

- Constituição Federal de 1988;
- Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994 - Cria o Fundo Penitenciário Nacional;
- Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Institui a Lei de Execução Penal;
- Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999 - Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências;
- Lei nº 12.714. de 14 de setembro de 2012 - Dispõe sobre o sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança;
- Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 - Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública e institui o Sistema Único de Segurança Pública;
- Decreto nº 1.093, de 23 de março de 1994 - Regulamenta a Lei Complementar nº 79, de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional;
- Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002 - Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei no 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e dá outras providências;
- Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004 - Disciplina a organização e o funcionamento da Administração Pública Federal, para desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança;
- Decreto nº 6.049, de 27 de fevereiro de 2007 - Aprova o Regulamento Penitenciário Federal;
- Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 - Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências;
- Decreto nº 6.877, de 18 de junho de 2009 - Regulamenta a Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008, que dispõe sobre a inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima ou a sua transferência para aqueles estabelecimentos, e dá outras providências;
- Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas;
- Decreto 10.778, de 24 de agosto de 2021 – Aprova a Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública;
- Resolução do CNPCP nº 09, de 2011 - Editar as Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal, conforme constam dos Anexos de I a IX* desta Resolução;
- Portaria Interministerial nº 4226, de 31 de dezembro de 2010 - Estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública;
- Portaria DEPEN/MJ nº 522, de 22 de novembro de 2011 - Estabelece procedimentos, critérios e prioridades para concessão de recursos financeiros voltados à execução de obras de ampliação e construção de estabelecimentos prisionais;

- Portaria MJSP nº 3.123, de 3 de dezembro de 2012 - Cria a Escola Nacional de Serviços Penais - ESPEN, no âmbito do Depen;
- Portaria DEPEN nº 377, de 27 de dezembro de 2013 - Institui o Regimento Interno da Escola Nacional de Serviços Penais - ESPEN;
- Portaria MJSP nº 199, de 9 de novembro de 2018 - Aprova o Regimento Interno do Departamento Penitenciário Nacional;
- Portaria MJSP nº 65, de 25 de janeiro de 2019 - Dispõe sobre a formação da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional;
- Portaria MJSP nº 403, de 8 de setembro de 2020 e Portaria MJSP nº 136, de 24 de março de 2020 - Dispõe sobre procedimentos e critérios para análise de objetos referentes a obras e serviços de engenharia submetidos ao Depen para a utilização de recursos do Funpen a serem repassados pela modalidade de transferência obrigatória, nos termos do art. 3º-A da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994;
- Portaria GAB-DEPEN/DEPEN/MJSP nº 526, de 07 de dezembro de 2021 - Institui a Rede das Escolas de Serviços Penais - Respen, do Departamento Penitenciário Nacional; e
- Portaria GAB-DEPEN/DEPEN/MJSP nº 160, DE 6 de dezembro de 2022 - Institui a Política Nacional de Educação em Serviços Penais - PNESP.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

**Segurança**

- Implementação e aperfeiçoamento dos protocolos de segurança nos estabelecimentos penais, para minimizar a atuação das organizações criminosas e manter as unidades em regular operação;
- Promoção do isolamento de lideranças criminosas mediante transferência ao Sistema Penitenciário Federal ou, ainda, a segregação no próprio estabelecimento penal;
- Regulamentação da Força de Integração Penal;
- Publicação do novo modelo da Comissão Técnica de Classificação - CTC;
- Apoio aos estados da federação, garantindo capacidade operacional para transferir, com ampla segurança, as maiores lideranças criminosas do país a partir de determinação judicial específica para o Sistema Penitenciário Federal; e
- Publicação da revisão do Manual de Procedimentos, com implementação e aperfeiçoamento dos protocolos de segurança nos estabelecimentos penais, para minimizar a atuação das organizações criminosas.

**Inteligência**

- Aquisição de equipamentos e tecnologias para doação às Agências de Inteligência aos Estados;

- Formação e atualização dos profissionais de inteligência;
- SIAPEN SPF: Gestão prisional (proporcionará a gestão da unidade em relação à população prisional, agendas de audiência, atividades internas e condições do estabelecimento);
- SISDEPEN Estatística: Dados sobre os estabelecimentos prisionais (tipo, sexo dos custodiados, capacidade, gestão, serviços terceirizados utilizados, divisões internas, instalações de saúde e de educação, regime disciplinar diferenciado, equipamentos disponíveis, equipe da administração penitenciária, população prisional, movimentação, dentre outros). O estado acessa o Sisdepen e o alimenta diretamente por meio de preenchimento de formulário;
- SISDEPEN Indivíduos: Informações pessoais sobre os custodiados (dados pessoais e criminais relativos ao seu ingresso no sistema, a exemplo de número do processo, tipo de recolhimento, tipo penal, etc.). O estado acessa o Sisdepen e o alimenta diretamente por meio de preenchimento de formulário ou repassa os dados de sistemas próprios ao Sisdepen (interoperabilidade);
- Elaboração, revisão e disponibilização da Doutrina Nacional de Inteligência Penitenciária para as agências centrais de inteligência penal dos estados e do Distrito Federal; e
- Implantação e federalização da Rede Cronos com a integração, manutenção e manuseio dos serviços de atualização de sistemas e de dados estruturados e integração entre os membros do Sistema Brasileiro de Inteligência.

**Obras**

- Ampliação da mão de obra qualificada no corpo de engenharia da Senappen;
- Caracterização da cadeia produtiva da edificação penal e elaboração de manuais de arquitetura e engenharia de edificações penais;
- Contratação temporárias de engenheiros e arquitetos que atuarão nas análises de pleitos, monitoramento de obras e auxílio técnico às unidades da federação; Implementação da tecnologia de Modelagem de Informação da Construção - BIM nos novos projetos arquitetônicos do sistema prisional; e
- Painel de Monitoramento de Obras Prisionais e desenvolvimento científico e tecnológico da arquitetura penal e fortalecimento de segurança de perímetros externos de unidades prisionais.

**Pessoal**

- Atualização da Matriz Curricular Nacional de Educação em Serviços Penais visando formação policial uniformizada no país;
- Aumento de vagas em capacitações voltadas aos eixos da execução penal;
- Realização de seminários regionalizados, eventos nacionais e reuniões técnicas com as Escolas Estaduais de Serviços Penais; e
- Fomento ao desenvolvimento de doutrinas em matéria penal, especialmente nas áreas de: intervenção tática, abordagem, busca pessoal e veicular, tiro tático de precisão, escolta no Sistema Penitenciário Federal, gerenciamento de crises e uso diferenciado da força.






## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Acordos de Cooperação;
- Adesão Voluntária;
- Contratos de Repasse;
- Convênios;
- Execução Direta;
- Repasses Voluntários;
- Termo de Colaboração;
- Termo de Execução Descentralizada; e
- Transferências Fundo a Fundo.

## PÚBLICO ALVO

- Agentes públicos de todas as esferas com atuação na temática penal e de outros órgãos em atuação multissetorial;
- Conselho Penitenciário;
- Defensorias Públicas Estaduais;
- Juízo de execuções penais;
- Ministério da Cultura;
- Ministério da Educação;
- Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- Ministério da Saúde;

- Ministério do Planejamento e Orçamento;
- Ministério do Trabalho e Emprego;
- Ministério Público Estadual;
- Pastas penais estaduais e distrital (secretarias e demais órgãos equivalentes de administração penitenciária);
- Pessoas em cumprimento de pena privativa de liberdade no sistema penitenciário federal e nos estaduais;
- Profissionais de inteligência e/ou aqueles que tem necessidade e autorização de acesso a dados de inteligência;
- Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen;
- Secretarias estaduais que atuam na área de saúde, educação, trabalho, cultura, esporte e planejamento;
- Servidores penais da esfera federal, distrital e estadual.
- Sociedade; e
- Vigilância sanitária.

# Política de Trabalho no Sistema Penal

A Política de Trabalho no Sistema Penal tem como objetivo proporcionar às pessoas privadas de liberdade em cumprimento de alternativas penais, monitoradas eletronicamente e egressas do sistema prisional a (re)alocação no mercado de trabalho, a obtenção de renda, a qualificação profissional, o acesso a experiências laborais, com foco na reinserção social e na remissão de pena.

O principal problema a ser enfrentado nesta política pública está no volume alto de pessoas privadas de liberdade e dessas somente uma parcela pequena participam de atividades laborais dentro das penitenciárias brasileiras. Além disso, essas pessoas possuem dificuldade de alocação profissional e quando conseguem, a maioria das oportunidades de trabalho dentro do sistema prisional são com baixa ou nenhuma remuneração.

Essa precariedade do sistema penal é causada por:

- Escassez de espaço físico, estruturas e equipamentos para o exercício da atividade laboral pelas pessoas privadas de liberdade;
- Necessidade de melhoria da efetividade na aplicação dos recursos do Fundo Penitenciário - FUNPEN;
- Necessidade de disseminação da Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Penal nos setores públicos e privados;
- Baixa formação escolar e profissional das pessoas privadas de liberdade; e
- Predominância na sociedade de visões punitivas e segregadoras, em detrimento de políticas de garantia de direitos às pessoas privadas de liberdade.

## BASE LEGAL

- Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994 – Cria o Fundo Penitenciário Nacional – Funpen;
- Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Institui a Lei de Execução Penal;
- Decreto nº 1.093, de 23 de março de 1994 – Regulamenta a Lei Complementar nº 79 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário – Funpen;
- Decreto nº 9.450, de 24 de julho de 2018 – Institui a Política Nacional de Trabalho – PNAT no âmbito do Sistema Prisional;
- Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - Transferências de recursos da União; e
- Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 – Estabelece normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, revoga a Portaria Interministerial nº 507/MP/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011 e dá outras providências.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

- Publicação de Coletânea de Boas Práticas de Trabalho e Renda que divulga as boas práticas dos estados na temática do trabalho prisional;
- Criação de oficinas de trabalho para beneficiar as pessoas no sistema prisional brasileiro - com foco em seis áreas: produção de absolventes, fraldas e peças íntimas; produção de blocos e pavimentação urbana; marcenaria e carteiras escolares; agroecológica, energia limpa e tecnologia;
- Realização do Ciclo Selo Nacional de Responsabilidade Social pelo Trabalho no Sistema Prisional - Selo RESGATA;
- Atualização dos normativos que instituem a Política Nacional de Trabalho no Sistema Prisional;
- Publicação de Cartilha de Orientação Sobre o Trabalho Prisional;
- Execução de seminários nacionais sobre o fomento ao trabalho no sistema penal;
- Instituição e implantação de Programa de Trabalho e Renda com adoção dos marcos de economia solidária;
- Instituição e fomento ao Projeto Recomeçar Digital, voltado à implantação de Centros de Educação e Tecnologia nos estabelecimentos do sistema prisional, com vistas ao acesso e à qualificação da educação formal e profissionalizante;
- Atualização dos planos estaduais de trabalho no âmbito do sistema penal;
- Atualização das orientações técnicas sobre a adoção do fundo rotativo; e
- Contratação de consultoria em parceria com o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas para aprimorar as oficinas de trabalho no ambiente prisional.








## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Acordos de Cooperação;
- Adesão Voluntária;
- Contratos de Repasse;
- Convênios;
- Execução Direta;
- Repasses voluntários;
- Termo de Colaboração;
- Termo de Execução Descentralizada; e
- Transferências Fundo a Fundo.

## PÚBLICO ALVO

- Empresas;
- Pessoas privadas de liberdade: em cumprimento de alternativas penais, monitoradas eletronicamente e egressas do sistema prisional; e
- Secretarias estaduais de administração penitenciária e/ou congêneres.



POLÍTICAS PÚBLICAS

DE SEGURANÇA PÚBLICA



# SENASP

## Secretaria Nacional de Segurança Pública

A Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP tem por atribuição atuar na articulação, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas, de estratégias, de planos, de programas e de projetos de segurança pública e defesa social; na gestão de políticas, de programas e de projetos de ensino e pesquisa em segurança pública; e nas atividades de inteligência e operações policiais, com foco na integração dos órgãos de segurança pública internacionais, federais, estaduais, municipais e distritais. Além disso, a unidade exerce funções de autoridade central federal, no âmbito da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, nos termos do disposto na Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019; e na articulação intersetorial de políticas públicas de prevenção à violência e ao crime.

# Política de Aperfeiçoamento da Atividade de Inteligência de Segurança Pública

A Política de Aperfeiçoamento da Atividade de Inteligência de Segurança Pública tem como objetivo aperfeiçoar a coordenação e a integração da atividade de inteligência de segurança pública, aprimorando a produção do conhecimento qualificado, a fim de subsidiar ações de segurança pública.

O problema enfrentado é, principalmente, a fragmentação do conhecimento de inteligência de segurança pública no Subsistema de Inteligência de Segurança Pública devido à dificuldade de compartimentação de dados e informações por parte das Agências de Inteligência de Segurança Pública, dificultando o trabalho integrado e colaborativo de assessoramento aos órgãos de combate à criminalidade.

As causas derivam de fatores como:

- Reduzida integração de sistemas de dados e informações de interesse de Inteligência de Segurança Pública;
- Baixa interação institucional dos integrantes do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública;
- Disparidade das capacidades de produção de conhecimento dos integrantes do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública; e
- Dificuldades na manutenção do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, prejudicando a capacidade de coordenação da atividade de inteligência de segurança pública.

## BASE LEGAL

- Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 – Cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSPDS e institui o Sistema Único de Segurança Pública - Susp;
- Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000 – Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública;
- Decreto nº 10.777, de 24 de agosto de 2021 – Institui a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública; e
- Decreto nº 10.778, de 24 de agosto de 2021 – Aprova a Estratégia Nacional de Inteligência - ENINT.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

- Produção de conhecimentos sobre os temas de interesse no campo da Inteligência de Segurança Pública, em amplo espectro, com especial atenção à criminalidade organizada violenta (facções criminosas, milícias) e não violentas e suas relações com diversas modalidades criminosas (tráfico de drogas, armas, contrabando, roubo a banco, roubo de carga, garimpo) ações extremistas e violentas contra grupos sociais vulneráveis, crimes cibernéticos e contra o meio ambiente, os povos indígenas e o estado democrático de direito, além dos crimes violentos com resultado morte em geral;
- Institucionalização e fortalecimento da Rede de Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública - REDE CIISP;
- Promoção de atividades de integração entre as Agências de Inteligência de Segurança Pública e a Rede de Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública - REDE CIISP;
- Modelo de matriz curricular única para ações de capacitação no campo da Inteligência de Segurança Pública;
- Criação e manutenção de células de Inteligência em forças-tarefas ou órgãos, agências, centros integrados e instituições que se relacionam e cooperam com o Sistema Integrado de Segurança Pública - SISP;
- Ampliação da capacidade da inteligência de segurança pública na obtenção de dados em Fontes Abertas - OSINT, Imagem Geoespacial - GEOINT, Imagens em Geral - IMINT, base internas e compartilhadas, por meio da inovação em tecnologia da Informação, para produção de conhecimento de Informações de Segurança Pública - ISP;
- Prospecção e viabilização da disponibilização de soluções tecnológicas para análise e avaliação de risco e resposta a eventos críticos, emergências e desastres;
- Implementação de plataforma de integração nacional de dados para produção de conhecimento de ISP, por meio de solução colaborativa nacional;

- Interação do Sistema Integrado de Segurança Pública - SISP com a Unidade de Inteligência Financeira - UIF Nacional para cooperação e compartilhamento de dados e informações de Inteligência Financeira, observados os limites legais, para o enfrentamento da criminalidade organizada;
- Criação da Rede Nacional de Inteligência Patrimonial e Financeira, no âmbito do SISP;
- Criação da Rede Nacional de Inteligência Cibernética, no âmbito do SISP;
- Capacitação dos profissionais de inteligência das Agências de Informações de Segurança Pública - ISP que integram ou possuam parceria com o SISP;
- Realização de fóruns, eventos e encontros nacionais e internacionais na temática de inteligência de segurança pública;
- Mapeamento do fluxo de processos de identificação e acompanhamento sistemático das ameaças definidas na Política Nacional de Segurança Pública e no Sistema Único de Segurança Pública - Susp;
- Atualização de normativos;
- Mapeamento e gerenciamento dos principais processos a serem realizados no SISP; e
- Aprimoramento dos protocolos de intercâmbio de informações, atuação integrada e de proteção de conhecimentos sensíveis para atuação conjunta e coordenada.



## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Acordos de Cooperação;
- Contratos de Gestão;
- Convênios;
- Termos de Execução Descentralizada; e
- Termos de Parceria.

## PÚBLICO ALVO

- Agências de inteligência de segurança pública;
- Gestores de segurança pública;
- Instituições de segurança pública;
- Profissionais de segurança pública; e
- Sociedade.

# Política de Educação para os Profissionais de Segurança Pública

A Política de Educação para os Profissionais de Segurança Pública visa fomentar, orientar e executar ações formativas/de ensino para os profissionais de segurança pública alinhadas aos princípios técnicos e legais para garantia de direitos fundamentais.

O problema principal está na formação insuficiente dos profissionais de segurança pública e defesa social.

Dentre as causas desse problema, pode-se citar:

- Insuficiência de normativos (leis, portaria, matriz, doutrina, currículo base);
- Ausência de currículo base e necessidade de padronização mínima de procedimentos;
- Insuficiência de políticas de incentivo a educação;
- Baixo estímulo à pesquisa acadêmica em segurança pública;
- Descontinuidade das ações de gestão em ensino;
- Insuficiência do aparelhamento das academias de segurança pública; e
- Baixa capacidade técnica educacional para estruturação das ações formativas institucionais.

## BASE LEGAL

- Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 – Institui o Sistema Único de Segurança Pública - Susp e Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional - Sievap;
- Decreto nº 10.770, de 17 de agosto de 2021 – Institui a Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância;
- Decreto nº 10.822, de 29 de setembro de 2021 – Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030;
- Decreto nº 11.436, de 15 de março de 2023 – Estabelece os eixos prioritários para o Pronasci 2;
- Portaria 1.148, de 12 de junho de 2012 – Institui a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – Renaesp;
- Portaria nº 63, de 10 de outubro de 2012 – Disciplina o processo seletivo, o exercício de encargos referentes às atividades educacionais e estabelece valores para gratificação dessas atividades, no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp;
- Portaria nº 3.035, de 20 de setembro de 2013 – Altera a Portaria nº 1.148, de 12 de junho de 2012;
- Portaria nº 1.251, de 25 de julho de 2014 – Altera a Portaria MJ nº 1.148, de 12 de junho de 2012; e
- Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública. Brasília: SENASP, 2014.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

- Oferta de formações iniciais e continuada para os profissionais de Segurança Pública;
- Oferta de graduações, pós-graduações *strictu* e *lato sensu* para os profissionais de Segurança Pública;
- Aparelhamento e modernização das unidades de ensino;
- Elaboração do Plano Anual de Ensino e Pesquisa - PAEP;
- Participação da Rede de Gestores de Ensino e de Pesquisa;
- Programa Rede de Educação à Distância;
- Fomento ao Programa de Pesquisas Aplicadas à Segurança Pública;
- Fomento da Revista Susp, Portal de Revistas do Susp e Repositório digital de trabalhos técnicos e científicos dos integrantes do Susp;
- Seminário de Gestores de Ensino e Pesquisa;
- Programa Rede Nacional de Altos Estudos;
- Programa Matriz Curricular Nacional para a Segurança Pública;
- Matriz Curricular das Guardas Civis Municipais; e
- Sistema de Gestão Acadêmica.



## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Acordo de Cooperação Técnica;
- Atos Normativos;
- Contratos;
- Convênios;
- Termos de Cooperação Técnica;
- Termos de Execução Descentralizada; e
- Transferências Fundo a Fundo.

## PÚBLICO ALVO

- Instituições de ensino em segurança pública;
- Profissionais de segurança pública;
- Sociedade; e
- Universidades.

# Política de Enfrentamento da Criminalidade Violenta

A Política de Enfrentamento da Criminalidade Violenta visa fortalecer as capacidades institucionais de policiamento preventivo, de investigação criminal e de integração institucional e informacional entre as redes de enfrentamento da criminalidade violenta, com vistas a redução da incidência criminal. Para tanto, serão priorizados grupos sociais, territórios e circunstâncias que concentram a incidência desses crimes no país.

O problema central a ser tratado é a elevada incidência de crimes violentos.

Este problema decorre, principalmente, das seguintes causas:

- Precariedade de equipamentos, materiais e doutrinas específicas para a investigação de crimes violentos;
- Deficiência na integração entre sistemas de informação das organizações de justiça criminal;
- Ausência de protocolos de investigação padronizados em nível nacional;
- Precariedade de programas de prevenção criminal em níveis primário, secundário e terciário;
- Precariedade na produção da prova;
- Ausência de sistemas de integração de dados criminais;
- Precariedade em conteúdo, currículos e matrizes de formação, aperfeiçoamento e especialização de organizações de segurança pública;
- Precariedade de políticas de gestão de pessoas com foco em áreas de concentração de crimes violentos;
- Fragilidade na Política de Prevenção a Criminalidade Violenta; e
- Descontrole da circulação de armas de fogo no país.

## BASE LEGAL

- Constituição Federal de 1988 (art. 144, caput);
- Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007 – Dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública e revoga a Lei no 10.277, de 10 de setembro de 2001;
- Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 – Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências;
- Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 – Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSPDS; institui o Sistema Único de Segurança Pública - Susp; altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012;
- Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 – Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal;
- Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004 – Disciplina a organização e o funcionamento da administração pública federal, para desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública, e dá outras providências;
- Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018 – Regulamenta no âmbito da União, a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para estabelecer normas, estruturas, para execução da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social; e
- Decreto nº 10.822, de 29 de setembro de 2021 – Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

- Emprego da Força Nacional de forma preventiva e repressiva em situações de crises que comprometam a ordem pública;
- Reestruturação de unidades policiais, particularmente de investigação de homicídios e de perícia criminal;
- Elaboração de cadernos doutrinários padronizados nacionalmente sobre investigação de homicídios;
- Atualização de procedimentos operacionais padrão de perícia criminal;

- Elaboração de uma política nacional de uso da força;
- Fortalecimento de sistemas de integração informacional entre as organizações de justiça criminal;
- Fortalecimento de programas de prevenção criminal em níveis primário, secundário e terciário;
- Desenvolvimento do Sistema de Gestão Criminalística - GECRIM para aprimoramento da gestão da perícia criminal; e
- Produção de conteúdo, currículos e matrizes de formação, aperfeiçoamento e especialização específicos para o enfrentamento à criminalidade violenta.



## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Acordo de Cooperação Técnica;
- Contratos de Gestão;
- Contratos de Repasse;
- Convênios;
- Execução Direta;
- Termos de Execução Descentralizada;
- Termos de Parceria; e
- Transferência Fundo a Fundo.

## PÚBLICO ALVO

- Instituições de segurança pública;
- Profissionais de segurança pública; e
- Sociedade.

# Política de Enfrentamento as Organizações Criminosas

A Política de Enfrentamento das Organizações Criminosas visa fortalecer as capacidades institucionais de policiamento preventivo, de investigação criminal e de integração institucional e informacional entre as redes de enfrentamento das organizações criminosas, com vistas a redução da incidência criminal. Para tanto, serão priorizados grupos sociais, territórios e circunstâncias que concentram a incidência desses crimes no país.

O problema central a ser tratado é a elevada incidência de crimes envolvendo a atuação de organizações criminosas.

As causas relacionadas a este problema são:

- Baixa integração institucional e informacional entre as redes de enfrentamento às Organizações Criminosas - Orcrims;
- Dificuldade na transferência de conhecimentos especializados sobre análise e investigação de Organizações Criminosas - Orcrims;
- Deficiência quantitativa e qualitativa de recursos humanos especializados nas unidades policiais;
- Deficiência estrutural das unidades policiais;
- Desvio de conduta no aparato estatal;
- Insuficiência de normativos legais que otimizem/viabilizem/proporcionem o enfrentamento eficiente das Organizações Criminosas - Orcrims;
- Fragilidade no sistema prisional;
- Insuficiência de tecnologia mais avançada para combater o crime organizado;
- Fácil acesso dos integrantes do crime organizado a tecnologias avançadas em detrimento dos profissionais de segurança pública;
- Vulnerabilidade das fronteiras e divisas; e
- Facilidade no deslocamento interestadual e transfronteiriço no País.

## BASE LEGAL

- Constituição Federal de 1988 (art. 144, caput);
- Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007 – Dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública e revoga a Lei no 10.277, de 10 de setembro de 2001;
- Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 – Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências;
- Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 – Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSPDS; institui o Sistema Único de Segurança Pública - Susp; altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012;
- Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 – Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal;
- Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004 – Disciplina a organização e o funcionamento da administração pública federal, para desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública, e dá outras providências; e
- Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018 – Regulamenta no âmbito da União, a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para estabelecer normas, estruturas, para execução da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

- Criação do Centro Nacional de Prevenção e Enfrentamento às Organizações Criminosas;
- Aperfeiçoamento das Redes Nacionais de Investigação Financeira;
- Criação de Redes Nacionais Temáticas Integradas de Enfrentamento às Organizações Criminosas - Orcrims;
- Fomento das ações policiais integradas com foco em organizações criminosas em todo território nacional;
- Incentivo a desarticulação de organizações criminosas por meio de investigações criminais, especialmente investigações patrimoniais direcionadas à sua descapitalização;

- Capacitação continuada, com foco na qualificação dos profissionais de segurança pública no enfrentamento a criminalidade organizada;
- Aquisição e disponibilização de equipamentos operacionais e/ou tecnológicos (*softwares* e *hardwares*) para as instituições de segurança pública, com foco na atuação integrada;
- Fortalecimento da prevenção, vigilância, fiscalização e controle nas fronteiras, com foco na otimização de recursos e na implementação de novas tecnologias;
- Investimento em inovação tecnológica nas regiões de fronteiras de divisas, com vistas a aprimorar as atividades realizadas pelos profissionais que atuam no enfrentamento aos crimes interestaduais e transfronteiriços;
- Implementação de plano de defesa para ações de domínio da cidade;
- Criação de Lista de Procurados do Sistema Único de Segurança Pública - Susp;
- Criação do Centro Integrado de Operações de Fronteiras Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste; e
- Proposição, institucionalização e implementação cooperação com universidades e grandes empresas de tecnologia.




## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Acordo de Cooperação Técnica;
- Contratos de Gestão;
- Contratos de Repasse;
- Convênios;
- Execução Direta;
- Termos de Execução Descentralizada;
- Termos de Parceria; e
- Transferência Fundo a Fundo.

## PÚBLICO ALVO

- Instituições de segurança pública;
- Profissionais de segurança pública; e
- Sociedade.

# Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública

A Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública objetiva fomentar a gestão por resultados nas ações de segurança pública e defesa social e o aperfeiçoamento da governança, por meio da melhoria de processos, inovação, gestão tecnológica e aplicação dos recursos orçamentários e financeiros. Através de projetos de inovação fortalecer capacidades institucionais em processos de padronização de procedimentos, transformação digital, elaboração de códigos de conduta de uso da força e utilização de câmeras corporais. Além de apoiar às instituições de segurança pública na antecipação, identificação, acompanhamento e resposta às inovações no modo de atuação da criminalidade.

Os principais problemas identificados foram relacionados a insuficiência de gestão integrada e governança na segurança pública, bem como a dificuldade de aplicação de recursos públicos destinados pela União de forma planejada, bem como, limitação das capacidades organizacionais pela inexistência de diretriz nacional que suporte as instituições de segurança pública na internalização de inovações tecnológicas e procedimentais e a baixa capacidade da administração pública em responder de maneira eficiente os problemas de segurança pública ante às inovações no modo de atuação da criminalidade.

Pode-se destacar as seguintes causas para estes problemas:

- Complexidade e morosidade do processo de contratação de bens e serviços para a segurança pública;
- Dificuldade de implementar, de forma adequada, o processo de planejamento para o financiamento de políticas públicas;
- Insuficiência de capacitação em liderança para os gestores de segurança pública;
- Carência de planejamento estratégico focado em gestão por resultados;
- Ausência ou insuficiência de estrutura tecnológica adequada.
- Inexistência de uma diretriz nacional para internalização de inovações tecnológicas pelas instituições de segurança pública;
- Inexistência de um programa padrão que auxilie na elaboração de nivelamentos técnico-operacionais;
- Inexistência de um programa de apoio às instituições de segurança pública na implementação de metodologias inovadoras, regras de atuação e mecanismos de controle;
- Ausência de normas técnicas que favoreçam processos aquisitivos ou de contratação de serviços vinculados às câmeras corporais e outros equipamentos tecnológicos;

- Burocratização em excesso nos processos de aquisições de tecnologias na área de segurança pública;
- Informalidade na utilização de tecnologias de ponta quando do surgimento de um evento de crise;
- Fragilidade no controle nas fronteiras de entrada e saída de equipamentos tecnológicos;
- Capacidade de acesso do crime organizado as instituições/organizações públicas e privadas;
- Capacidade de cometimento de crimes em ambiente cibernético utilizando-se de ferramentas que garantam efetivamente o anonimato;
- Baixa capacidade da legislação na resolução do problema; e
- Capacitações em inovação na área de segurança pública insuficientes.

## BASE LEGAL

- Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007 – Dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública e revoga a Lei no 10.277, de 10 de setembro de 2001;
- Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014 – Dispõe sobre o estatuto geral das guardas municipais;
- Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 – Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública - Susp, altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012;
- Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 – Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP;
- Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004 – Disciplina a organização e o funcionamento da administração pública federal, para desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública, e dá outras providências; e
- Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018 – Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para estabelecer normas, estrutura e procedimentos para a execução da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

- Reformulação do Centro Integrado de Comando e Controle Nacional - CICCN para o formato de Centro Integrado de Operações e de Inteligência – CIOPI;
- Expansão do novo conceito do Centro Integrado de Operações e de Inteligência - CIOPI para o formato de Rede;
- Aquisição, aperfeiçoamento, desenvolvimento de soluções tecnológicas estatísticas e integradas;
- Emprego da Força Nacional em ações de apoio humanitário em situações e locais de desastres;
- Construção, ampliação, adequação e estruturação tecnológica de espaços e edificações para a gestão e governança integradas de ações de segurança pública e para atividades atinentes a Força Nacional;
- Implementação ou ampliação de sistemas de videomonitoramento com soluções de reconhecimento embarcadas;
- Fomento à Rede Integrada de Banco de Perfis Genéticos - RIBPG;

- Estruturação do Sistema Nacional de Análise Balística - Sinab;
- Implementação e atualização do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas;
- Realização de pesquisas e diagnósticos para subsidiar a elaboração de planos de segurança pública;
- Apoio a elaboração de planos de integração das instituições de segurança pública em todas as esferas;
- Construção do modelo de governança integrada com outras pastas estaduais e municipais;
- Modernização da gestão e governança da segurança pública municipal, incluindo as Guardas Municipais;
- Implantação de mecanismos de acompanhamento da dotação de materiais de segurança pública nas instituições para subsidiar a implantação de uma sistemática de reaparelhamento;
- Implantação de um catálogo de materiais de segurança pública e mecanismos de certificação da qualidade; Criação e coordenação de forças-tarefa interinstitucionais;
- Realização de instruções para capacitar e aperfeiçoar os profissionais de segurança pública dos entes federativos nas atividades da Força Nacional;
- Projeto de Implementação de Câmeras Corporais: composto por diagnóstico, norma técnica, programa de treinamento e disponibilização de mecanismos para aquisição com contratação de solução tecnológica;
- Projeto de padronização de procedimentos operacionais e elaboração de códigos de conduta de uso da força por meio da definição de Procedimentos Operacionais Padrão - POPs; cadernos de referência para atuação policial em situações de conflito; programas de treinamento; e disponibilização de mecanismos para aquisição com contratação de solução tecnológica;
- Projeto de transformação digital das organizações de segurança pública por meio de mecanismos que favoreçam a prospecção e disseminação de tecnologias para aplicação em segurança pública; e
- Construção, ampliação, adequação e estruturação tecnológica de espaços e edificações para a gestão e governança integradas de ações de segurança pública e para atividades atinentes a Força Nacional.




## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Acordo de Cooperação Técnica;
- Contratos de Gestão;
- Contratos de Repasse;
- Convênios;
- Execução Direta;
- Termos de Execução Descentralizada;
- Termos de Parceria; e
- Transferência Fundo a Fundo.

## PÚBLICO ALVO

- Entes federados;
- Gestores de segurança pública;
- Instituições de segurança pública;
- Profissionais de segurança pública; e
- Sociedade.

# Política de Integração de Dados e Informações de Interesse da Segurança Pública

O objetivo da Política de Integração de Dados e Informações de Interesse da Segurança Pública é promover a integração de dados e informações de interesse da segurança pública e defesa social, por meio de estudos analíticos, tecnologias e ações que possibilitem a gestão planejada e a formulação de programas e projetos.

O problema enfrentado nesta política é a dificuldade de resposta das instituições de segurança pública no enfrentamento a violência e a criminalidade interestaduais e transnacionais, ante a insuficiência de dados e informações para integração nacional.

As causas que resultam nesse problema são:

- Cultura organizacional das instituições de segurança pública que favorece a atuação isolada, com sistemas e normativos próprios;
- Divergências políticas entre entes federativos e/ou União;
- Aplicação de recursos de forma desigual dentro das instituições;
- Desinteresse em substituir os sistemas existentes nas instituições ou realizar aprimoramento nos bancos de dados;
- Desconhecimento e resistência das instituições em aderir a soluções ofertadas pelo governo federal;
- Carência de normativos sobre requisitos, regras de negócios e modelagem de bancos de dados de sistemas computacionais de segurança pública;
- Fragmentação, falta de padronização e dificuldade de integração dos sistemas e bancos de dados;
- Limitações tecnológicas;
- Questões legais e de privacidade regulamentadas; e
- Qualificação insuficiente dos profissionais para coleta, análise e compartilhamento de dados e informações.

## BASE LEGAL

- Lei nº 12.681, de 04 de julho de 2012 – Institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas - Sinesp;
- Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 – Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências;
- Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 – Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil;
- Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 – Cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSPDS e institui o Sistema Único de Segurança Pública - Susp;
- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD;
- Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2021 – Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências;
- Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 – Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição;
- Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018 – Regulamenta no âmbito da União, a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para estabelecer normas, estruturas, para execução da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social;
- Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019 – Dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados;
- Decreto nº 10.822, de 29 de setembro de 2021 – Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030;
- Portaria Senasp nº 222, de 28 de dezembro de 2018 – Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública – DNAISP; e
- Portaria MJSP nº 561, de 31 de dezembro de 2021 – Institui a Política Geral de Proteção de Dados Pessoais no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

- Desenvolvimento e implementação de um sistema de gerenciamento de dados integrado: isso envolve a criação de um sistema centralizado que permita a coleta, armazenamento, processamento e análise de dados provenientes de diferentes fontes. Esse sistema deve ser capaz de lidar com grandes volumes de dados, garantir a segurança da informação e permitir o acesso controlado às informações relevantes;
- Implementação de padrões e protocolos de compartilhamento de dados: a definição de padrões e protocolos de compartilhamento de dados ajuda a garantir a interoperabilidade entre os sistemas e facilita a troca de informações entre as agências e instituições envolvidas na segurança pública. Isso inclui a padronização de formatos, terminologias e estruturas de dados para facilitar a integração e a análise eficiente das informações;
- Uso de tecnologias avançadas de análise de dados: o uso de tecnologias como inteligência artificial, aprendizado de máquina e análise de *big data* pode auxiliar na identificação de padrões, tendências e correlações nos dados integrados. Essas tecnologias permitem uma análise mais precisa e rápida das informações, possibilitando a tomada de decisões mais embasadas;
- Fortalecimento da infraestrutura de tecnologia da informação: investimentos na melhoria da infraestrutura tecnológica, como redes de comunicação seguras, servidores robustos e sistemas de armazenamento escaláveis, são essenciais para suportar a integração de dados em larga escala. Uma infraestrutura sólida e confiável é fundamental para garantir a disponibilidade e a confiabilidade dos dados integrados;
- Criação de mecanismos de compartilhamento seguro de informações: o compartilhamento seguro de informações sensíveis é crucial para proteger a privacidade e os direitos individuais dos cidadãos. É necessário estabelecer mecanismos e protocolos de segurança, como criptografia e autenticação, para garantir que apenas as partes autorizadas tenham acesso às informações relevantes;
- Capacitação e treinamento dos profissionais envolvidos: a capacitação adequada dos profissionais responsáveis pela integração e análise de dados é fundamental para garantir o uso efetivo das ferramentas e tecnologias disponíveis. Treinamentos regulares e atualizações sobre as melhores práticas e técnicas de análise de dados ajudam a garantir que os profissionais estejam preparados para lidar com as demandas da integração de dados; e
- Promoção, coordenação e execução da atuação integrada operacional dos órgãos de segurança pública, fortalecendo e implementando a Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública - DNAISP e o Sistema Integrado de Coordenação, Comunicação, Comando e Controle - SIC4, com padronização de atuação por meio de protocolos e planos de ação com as instituições e mediante o nivelamento de conhecimento.



## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Acordos de Cooperação;
- Contratos de Gestão;
- Contratos de Repasse;
- Convênios;
- Termos de Execução Descentralizada; e
- Termos de Parceria.

## PÚBLICO ALVO

- Autoridades governamentais;
- Corpo de Bombeiros;
- Gestores públicos;
- Guardas municipais;
- Legisladores;
- Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- Órgãos de inteligência;
- Polícia Civil;
- Polícia Federal;
- Polícia Militar;
- Profissionais de segurança pública;
- Secretarias de administração penitenciária;
- Secretarias de defesa social;

- Secretarias de segurança pública;
- Sociedade; e
- Demais órgãos responsáveis pela gestão e coordenação das políticas de segurança e defesa social.

# Política de Promoção da Cultura de Paz e Segurança Cidadã

A Política de Promoção da Cultura de Paz e Segurança Cidadã visa reduzir a resolução violenta de crimes por meio da promoção da cultura de paz e segurança cidadã, de forma continuada e por ações que estimulem o pertencimento da sociedade como parte da segurança pública.

O problema central está na cultura de violência na resolução de conflitos consolidada na sociedade. A intolerância entre grupos, as desigualdades sociais, a falta de oportunidades e as vulnerabilidades proporcionam um ambiente fértil para a resolução violenta de conflitos, a disseminação de discursos e práticas de ódio.

Alguns dos principais fatores que causam esse problema são:

- Ausência de políticas, programas e projetos de prevenção à violência e criminalidade com foco em territórios de elevada vulnerabilidade social;
- Desigualdades sociais, falta de oportunidades e poucas políticas públicas de inclusão social;
- Ausência de uma cultura de paz e resolução pacífica de conflitos;
- Atuação das instituições de segurança pública focada na repressão à criminalidade e às violências;
- Baixa participação da sociedade nos conselhos e nas políticas de segurança pública;
- Ausência de pertencimento da população com relação à segurança pública e falta de ações governamentais com ênfase em políticas de prevenção;
- Ausência de integração entre sociedade-governo no desenvolvimento e implementação de ações de segurança pública focadas na prevenção e cultura de paz;
- Espaços públicos ocupados pela criminalidade;
- Sensação de insegurança;
- Descrédito do sistema de justiça e segurança pública;
- Baixo investimento nas políticas de prevenção às violências;
- Escassez de ações que promovam integração harmônica entre as instituições de segurança e a comunidade;
- Desigualdade socioeconômica;
- Influência de modelos violentos às crianças e adolescentes na mídia, redes sociais, jogos virtuais e outros; e
- Insuficiência de equipamentos públicos com foco na prevenção da violência, inclusão social e ampla participação cidadã.

## BASE LEGAL

- Constituição Federal de 1988;
- Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 - Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci;
- Lei 13.663, de 14 de maio de 2018 - incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino;
- Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 – Cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSPDS e institui o Sistema Único de Segurança Pública - Susp;
- Decreto nº 10.822, de 29 de setembro de 2021 - Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030;
- Decreto nº 11.436, de 15 de março de 2023 - estabelece os eixos prioritários do Pronasci 2;
- Portaria SENASP/MJSP nº 43, de 12 de abril de 2019 - Diretriz Nacional de Polícia Comunitária; e
- Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz, 1999.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

- Construção e equipagem de equipamentos públicos com foco na prevenção à violência, inclusão social, geração de oportunidades e difusão de uma cultura de paz;
- Capacitação de profissionais de segurança pública para prevenção às violências, com foco na polícia comunitária para atuação em territórios vulneráveis e no atendimento e proteção dos cidadãos;
- Cursos de capacitação para Conselhos Comunitários de Segurança Pública;
- Cursos de Gestor e Operador de Polícia Comunitária para membros das instituições de Segurança Pública;
- Aquisição e doação de Bases Comunitárias Móveis consoante as Diretrizes Nacionais de Polícia Comunitária;
- Realização de acordos de cooperação para o fortalecimento da mediação comunitária e outras formas de resolução pacífica de conflitos com a participação das instituições de segurança pública;
- Publicação de editais de chamamento público para o financiamento de boas práticas em resolução pacífica de conflitos, promoção da cultura de paz e segurança cidadã;
- Realização de reuniões periódicas com Conselhos Comunitários de Segurança Pública;

- Realização de encontros técnicos nacionais de gestores de polícia comunitária, compreendendo gestores estaduais e municipais de segurança pública pertencentes às instituições de segurança pública; e
- Estudos de viabilidade para acordos de cooperação com Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, visando a construção de metodologias, apoio técnico a governos, implementação de parcerias e até mesmo jogos, que convidam a comunidade para pensar a paz como componente do desenvolvimento humano.



## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Acordos de Cooperação;
- Contratos de Gestão;
- Contratos de Repasse;
- Convênios;
- Termos de Execução Descentralizada; e
- Termos de Parceria.

## PÚBLICO ALVO

- Entes da federação;
- Instituições de segurança pública;
- Profissionais de segurança pública; e
- Sociedade.

# Política de Segurança Pública e Meio Ambiente, Questões Indígenas e Fundiárias

A Política de Segurança Pública e Meio Ambiente, Questões Indígenas e Fundiárias objetiva desenvolver e implementar estratégias abrangentes de prevenção e combate à criminalidade, especialmente crimes ambientais, incluindo queimadas, desmatamento e violência contra povos indígenas e em áreas rurais, mediante uma abordagem integrada dos órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP, bem como com a defesa nacional, controle aduaneiro, defesa agropecuária, órgãos de fiscalização e parceiros institucionais, para que atuem nos limites de suas competências, de forma sinérgica, cooperativa, sistêmica e harmônica na defesa dos direitos e garantias constitucionais.

O problema central a ser tratado é o elevado aumento significativo do desmatamento em decorrência de ações ilegais.

As causas relacionados a este problema são:

- Desmatamento relacionado a modelo tradicional de ocupação na Amazônia legal;
- Aumento das atividades econômicas em larga escala sobre os recursos naturais;
- Precipitações climáticas propiciam aumento significativo nos focos de calor, contribuindo para desastres em determinados biomas;
- Manejos inadequados do fogo agravam os incêndios florestais;
- Dificuldade de fiscalização e monitoramento devido a extensa área de cada bioma;
- Deficiência quantitativa e qualitativa de recursos humanos especializados;
- Insuficiência de tecnologia avançada para combater o desmatamento;
- Vulnerabilidade das fronteiras e divisas; e
- Atuação das organizações criminosas nas devastações ambientais em razão da lucratividade e complexidade da atividade ilícita.

## BASE LEGAL

- Constituição da República Federativa do Brasil - Art. 144, caput;
- Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 - Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências;
- Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007 – Dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública e revoga a Lei no 10.277, de 10 de setembro de 2001;
- Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 – Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012;
- Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004 – Disciplina a organização e o funcionamento da administração pública federal, para desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública, e dá outras providências;
- Decreto n.º 9.489, de 30 de agosto de 2018 – Regulamenta no âmbito da União, a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para estabelecer normas, estruturas, para execução da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social; e
- Decreto nº 11.614, de 21 de julho de 2023 - Institui o Plano Amazônia: Segurança e Soberania - Plano Amas.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

- Ações policiais apoiadas e operações policiais simultâneas e/ou integradas, com foco comum no desmatamento ilegal em todo território nacional;
- Difusão boas práticas para o enfrentamento do desmatamento e queimadas ilegais;
- Aquisição e disponibilização de equipamentos operacionais e/ou tecnológicos (*softwares* e *hardwares*) para as instituições de segurança pública, com foco na atuação integrada para prevenir e reprimir crimes ambientais;
- Investimentos em inovação tecnológica nas regiões de fronteiras de divisas, com vistas a aprimorar as atividades realizadas pelos profissionais que atuam no enfrentamento e prevenção dos crimes ambientais;

- Emprego da Força Nacional de forma preventiva e repressiva em situações de combate aos incêndios ou em ações de apoio aos órgãos de fiscalização;
- Capacitação continuada, com foco na qualificação dos profissionais de segurança pública no enfrentamento ao desmatamento ilegal;
- Fortalecimento da prevenção, vigilância, fiscalização e controle nas fronteiras, com foco na otimização de recursos e na implementação de novas tecnologias;
- Investimentos na educação ambiental como forma de conscientizar a população sobre os impactos do desmatamento;
- Promoção da integração entre os órgãos relacionados ao contexto da operação;
- Coordenação da atuação integrada entre os órgãos de segurança pública e defesa civil, em âmbito nacional;
- Elaboração do Plano Estratégico de Atuação Integrada com foco no combate ao desmatamento, queimadas e incêndios florestais;
- Orientação da elaboração dos Planos Estaduais/Operacionais Integrados;
- Elaboração de matriz de atividades da operação e protocolos integrados;
- Realização do monitoramento nacional da operação, por meio do Centro Nacional de Operações Integradas e de Inteligência e da ferramenta Córtex;
- Apoio as forças de segurança e órgãos ambientais estaduais com aporte de diárias de reforço para intensificação de suas ações;
- Articulação junto ao Ministério da Defesa, Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM, meios de acesso aos cursos de inteligência geográfica, e disponibiliza aos estados solicitantes, a partir da inteligência do Corpo de Bombeiros Militar - CBM;
- Propiciar a mitigação dos impactos provocados aos biomas e comunidades nas situações de desastres;
- Viabilização da integração das agências de inteligência, como mecanismo a ser utilizado para fortalecer as atividades integradas das ações do Plano;
- Apoio aos estados por meio de efetivo e recursos logísticos materiais;
- Realização de instrução de nivelamento de conhecimento para o efetivo mobilizado;
- Mobilização do efetivo apresentado através da articulação do Conselho Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil – Ligabom.



## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Acordo de Cooperação Técnica;
- Contratos de Gestão;
- Contratos de Repasse;
- Convênios;
- Execução Direta;
- Termos de Execução Descentralizada;
- Termos de Parceria; e
- Transferência Fundo a Fundo.

## PÚBLICO ALVO

- Instituições de segurança pública; e
- Sociedade.

# Política de Valorização dos Profissionais de Segurança Pública

A Política de Valorização dos Profissionais de Segurança Pública busca fortalecer ações voltadas ao indivíduo, para além de sua atuação profissional. Visa a melhoria da qualidade de vida e das condições de saúde biopsicossocial dos profissionais de segurança pública, com olhar humanizado para as necessidades do indivíduo nas mais diversas esferas de atuação.

O problema identificado está nos altos índices de adoecimento físico e psicológico dos profissionais de segurança pública que ocasionam afastamentos, mortes e desempenho funcional abaixo das necessidades do serviço.

As principais causas desse problema são:

- Escala excessiva de trabalho;
- Assédio moral e sexual;
- Gestão desumanizada e sem atualização frente aos desafios que envolvem a pessoa/profissional;
- Gestão de pessoas com baixa competência técnica especializada;
- Exposição a riscos excessivos, devido à ausência de equipamentos básicos de trabalho que garantam a segurança do profissional;
- Falta de diretrizes e protocolos que norteiem as atividades de gestão de pessoal voltadas para a proteção individual e promoção da saúde global;
- Falta de planos de carreira e de políticas de motivação adequados;
- Salários incompatíveis com os riscos da profissão;
- Inexistência de programas efetivos de suporte psicológico;
- Cultura institucional que não admite “fraquezas”; e
- Assistência à saúde inadequada e/ou ineficiente.

## BASE LEGAL

- Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007 - Dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública e revoga a Lei no 10.277, de 10 de setembro de 2001;
- Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 - Cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSPDS e institui o Sistema Único de Segurança Pública – Susp;
- Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP;
- Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004 – Disciplina a organização e o funcionamento da administração pública federal, para desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública, e dá outras providências; e
- Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018 - Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para estabelecer normas, estrutura e procedimentos para a execução da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.

## PRINCIPAIS ENTREGAS

- Produção de material técnico, diretrizes e de protocolos de temas relacionados;
- Criação de Banco Nacional de Dados de Saúde e vitimização;
- Realização de Cursos e Seminários e processos de sensibilização;
- Rearticulação da rede de gestores da área de saúde e gestão de pessoas das instituições;
- Aquisição e doação de equipamentos de proteção individual;
- Fomento à aquisição de moradia por meio de subsídios;
- Oferta direta de apoio psicológico;
- Diagnóstico nacional sobre dados e informação sobre vitimização e saúde mental; e
- Atualização do mapeamento de competências e do estudo científico dos cargos policiais.



## FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Convênio;
- Execução Direta;
- Termo de Execução Descentralizada; e
- Transferência Fundo a Fundo.

## PÚBLICO ALVO

- Entes federados;
- Instituições de segurança pública; e
- Profissionais de segurança pública.

# REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABPMP - ASSSOCIATION OF BUSINESS PROCESS PROFESSIONALS. Guia BPM CBOK: Guia para o Gerenciamento de Processos de Negócio - Corpo Comum de Conhecimento. Terceira edição, Brasil: ABPMP, 2013.

BRASIL. Ministério da Economia. Guia Técnico de Gestão Estratégica. Brasília, 2019. Versão 1/2020.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Avaliação de Políticas Públicas: Guia Prático de Análise Ex Ante. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília: Ipea, 2018a. Vol. 1.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Avaliação de Políticas Públicas: Guia prático de Análise Ex Post. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília: Ipea, 2018b. Vol. 2.

_____. Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. Diário Oficial da União. Poder Executivo. Brasília, 2017.

_____. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, 1964.

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portaria MJSP nº 2, de 28 de janeiro de 2022. Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Brasília, 2022.

_____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Manual técnico de orçamento MTO. Brasília, 2023.

_____. Decreto nº 10.822, de 28 de setembro de 2021. Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021 – 2030. Brasília, 2021.

_____. Tribunal de Contas da União. Referencial para avaliação de governança em políticas públicas. Brasília: TCU, 2014.

_____. Resolução CGE/MJSP nº 15, de 29 de dezembro de 2022. Carteira de Políticas Públicas do MJSP. Brasília, 2021c.

_____. Tribunal de Contas da União. Portaria TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015. Brasília, 2015.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Nota Técnica 50: Elementos conceituais para o catálogo de políticas públicas. Brasília: Ipea, 2021.
MARTINS, Humberto Falcão. Reforma do Estado na era FHC: diversidade ou fragmentação da agenda de políticas de gestão pública. Rio de Janeiro: EBAPE/FGV, 2004.
PMI - PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. Guia PMBOK: Um Guia para o Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos, sexta edição, Pennsylvania: PMI, 2017.
_____. Guia PMBOK: Um Guia para o Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos, quarta edição, Pennsylvania: PMI, 2008.

# ANEXO

## Tabela de Vinculação de Instrumentos Estratégicos

Disponível em:

https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/governanca/carteira

# Anexo I

## Tabela de Vinculação de Instrumentos de Gestão

| Unidade Finalística | Política Pública | Unidade Orçamentária | Plano Plurianual - PPA 2024-2027 (Programa Temático) | Lei Orçamentária Anual - LOA 2024 (Ação Orçamentária) | Lei Orçamentária Anual - LOA 2024 (Plano Orçamentário - PO) | Cadeia de Valor | Cadeia de Valor (Macroprocessos) | Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSP (Ações Estratégicas) | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS | Estratégia Federal de Desenvolvimento - EFD (Eixos e Diretrizes) | Planejamento Estratégico 2024-2027 (Projetos Estratégicos) | Planejamento Estratégico 2024-2027 (Indicadores Estratégicos) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30212 - Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União | 0000 - Aposentadorias e Pensões Civis da União | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30212 - Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | 0000 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30212 - Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 0001 - Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30212 - Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 20TP - Ativos Civis da União | 0000 - Ativos Civis da União | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30212 - Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 0001 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores Civis e de Empregados | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30212 - Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 0005 - Auxílio-Alimentação de Civis Ativos | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30212 - Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos | 0000 - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30212 - Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD | 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | 0056 - Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012 | 0000 - Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012 | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30212 - Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 21D5 - Gestão de Políticas de Proteção de Dados | 2000 - Despesas Administrativas | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD | Política de Proteção de Dados Pessoais | 30212 - Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD | 5015 - Justiça | 21D5 - Gestão de Políticas de Proteção de Dados | 2000 - Despesas Administrativas | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Proteção dos Direitos dos Cidadãos quanto ao Tratamento de seus Dados Pessoais | Não se aplica | 9ª) Indústria, Inovação e Infraestrutura | Econômico | Não se aplica | Publicações dos itens previstos na agenda regulatória sobre proteção de dados pessoais |
| Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD | Política de Proteção de Dados Pessoais | 30212 - Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 21D5 - Gestão de Políticas de Proteção de Dados | 0000 - Gestão de Políticas de Proteção de Dados - Despesas Diversas | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Proteção dos Direitos dos Cidadãos quanto ao Tratamento de seus Dados Pessoais | Não se aplica | 9ª) Indústria, Inovação e Infraestrutura | Econômico | Não se aplica | Publicações dos itens previstos na agenda regulatória sobre proteção de dados pessoais |
| Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD | Política de Proteção de Dados Pessoais | 30212 - Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 21D5 - Gestão de Políticas de Proteção de Dados | 0001 - Promoção e Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Proteção dos Direitos dos Cidadãos quanto ao Tratamento de seus Dados Pessoais | Não se aplica | 9ª) Indústria, Inovação e Infraestrutura | Econômico | Não se aplica | Publicações dos itens previstos na agenda regulatória sobre proteção de dados pessoais |
| Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD | Política de Proteção de Dados Pessoais | 30212 - Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 21D5 - Gestão de Políticas de Proteção de Dados | 0002 - Tecnologia da Informação e Comunicação | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Proteção dos Direitos dos Cidadãos quanto ao Tratamento de seus Dados Pessoais | Não se aplica | 9ª) Indústria, Inovação e Infraestrutura | Econômico | Não se aplica | Publicações dos itens previstos na agenda regulatória sobre proteção de dados pessoais |
| Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD | Política de Proteção de Dados Pessoais | 30212 - Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 21D5 - Gestão de Políticas de Proteção de Dados | 0003 - Promoção da Valorização e o Desenvolvimento dos Servidores | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Proteção dos Direitos dos Cidadãos quanto ao Tratamento de seus Dados Pessoais | Não se aplica | 9ª) Indústria, Inovação e Infraestrutura | Econômico | Não se aplica | Publicações dos itens previstos na agenda regulatória sobre proteção de dados pessoais |
| Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União | 0000 - Aposentadorias e Pensões Civis da União | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | 0000 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 0001 - Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 20TP - Ativos Civis da União | 0000 - Ativos Civis da União | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 0001 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores Civis e de Empregados | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 0003 - Auxílio-Transporte de Civis Ativos | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 0005 - Auxílio-Alimentação de Civis Ativos | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 0009 - Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos | 0000 - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade | 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | 0056 - Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012 | 0000 - Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012 | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade | 5015 - Justiça | 2807 - Promoção e Defesa da Concorrência | 000B - Outras Despesas Administrativas - TIC | Governança, Gestão e Suporte | Governança da Tecnologia da Informação | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 2807 - Promoção e Defesa da Concorrência | 0009 - Promoção da valorização e o desenvolvimento dos servidores | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 2807 - Promoção e Defesa da Concorrência | 000F - Auditoria Interna | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 2807 - Promoção e Defesa da Concorrência | 2000 - Despesas Administrativas | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade | Política de Defesa da Concorrência | 30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 00PN - Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados | 0000 - Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados | Cooperação Governamental e Intersetorial | Articulação Internacional | Não se aplica | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>4º) Educação de Qualidade<br>5º) Igualdade de Gênero<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>7º) Energia Limpa e Acessível<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>9º) Indústria, Inovação e Infraestrutura<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Diretriz Principal<br>Econômico<br>Institucional | Não se aplica | Tempo médio de Ato de Concentração Sumário |
| Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade | Política de Defesa da Concorrência | 30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 2807 - Promoção e Defesa da Concorrência | 0000 - Promoção e Defesa da Concorrência - Despesas Diversas | Defesa da Concorrência e do Consumidor | Gestão da Defesa da Concorrência | Não se aplica | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>4º) Educação de Qualidade<br>5º) Igualdade de Gênero<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>7º) Energia Limpa e Acessível<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>9º) Indústria, Inovação e Infraestrutura<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Diretriz Principal<br>Econômico<br>Institucional | Não se aplica | Tempo médio de Ato de Concentração Sumário |
| Polícia Federal - PF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União | 0000 - Aposentadorias e Pensões Civis da União | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Polícia Federal - PF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | 0000 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 2000 - Administração da Unidade | 0001 - Outras Despesas Administrativas | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de GOVERNANÇA E GESTÃO da Segurança Pública e defesa social do País. | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 2000 - Administração da Unidade | 0003 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da CAPACITAÇÃO e da VALORIZAÇÃO dos profissionais, do ENSINO e da PESQUISA em temas finalísticos e correlatos. | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 2000 - Administração da Unidade | 0007 - Despesas com Pagamento de Benefícios Assistenciais Não Obrigatórios | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 2000 - Administração da Unidade | 0008 - Plano de Autogestão e Assistência em Saúde - PF Saúde | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da CAPACITAÇÃO e da VALORIZAÇÃO dos profissionais, do ENSINO e da PESQUISA em temas finalísticos e correlatos. | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 2000 - Administração da Unidade | RO01 - Outras Despesas Administrativas - Regra de Ouro | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 0001 - Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 20TP - Ativos Civis da União | 0000 - Ativos Civis da União | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 20TP - Ativos Civis da União | RO00 - Ativos Civis da União - Regra de Ouro | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 0001 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores Civis e de Empregados | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 0003 - Auxílio-Transporte de Civis Ativos | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 0005 - Auxílio-Alimentação de Civis Ativos | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 0009 - Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 0011 - Auxílio-Familiar no Exterior | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 0012 - Indenização de Representação no Exterior - IREX | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos | 0000 - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 21EP - Retribuição no Exterior | 0000 - Retribuição no Exterior | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | 000M - Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013) | 0000 - Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013) | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | 0056 - Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012 | 0000 - Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012 | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | 0536 - Benefícios de Legislação Especial | 0001 - Despesas com pensões especiais e benefícios de caráter indenizatório, em decorrência de Legislação Especial ou de Sentenças Judiciais, cujo pagamento ocorre em parcelas mensais e recorrentes | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 2000 - Administração da Unidade | 0005 - Modernização da Polícia Federal | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br><br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública | 15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal | 000O - Construção da Delegacia na Cidade de Vilhena - ENAFRON | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br><br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 15UP - Construção da Delegacia de Ponta Porã/MS | 0000 - Construção da Delegacia de Ponta Porã/MS | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br><br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 163U - Implantação do Pátio Multipropósito da Superintendência Regional de Polícia Federal | 0000 - Implantação do Pátio Multipropósito da Superintendência Regional de Polícia Federal | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br><br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 2726 - Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União | 000B - Modernizações de Pequeno Porte ou Imprevisíveis da Infraestrutura da PF | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br><br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 2726 - Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União | EBCE - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual do Estado do Ceará, em observância ao disposto no inciso I do § 7º do art. 4º da LOA-2023 | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br><br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 15SH - Construção da Delegacia de Juiz de Fora/MG | 0000 - Construção da Delegacia de Juiz de Fora/MG | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal | 0000 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal - Despesas Diversas | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal | 0001 - Construções de Pequeno Porte | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal | 0002 - Construção da nova Sede da Delegacia de Polícia Federal em Ponta Porã/MS | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal | 0003 - Construção de Delegacia em Cascavel/PR | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal | 0004 - Construção de Delegacia em Patos/PB | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal | 0005 - Construção de Delegacia em Sorocaba/SP | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal | 0006 - Ampliação com Atualização do Paiol da Coordenação do Comando de Operações Táticas - COT/DIREX/PF | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal | 0007 - Construção da Delegacia de Oiapoque/AP | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal | 0008 - Reforma do sistema de ar condicionado Superintendência do Estado do Espírito Santo - SR/PF/ES | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal | 0009 - Ampliação e Adequação Física do Canil Central DF | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal | 000F - Construção da Delegacia na Cidade de Pacaraima - ENAFRON | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal | 000I - Construção de Posto Avançado em Fernando de Noronha/PE | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br><br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal | 000J - Construção de Delegacia em Tabatinga/AM | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br><br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal | 000L - Construção de Delegacia em Corumbá/MS | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br><br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal | 000M - Construção de Delegacia em Cruzeiro do Sul/AC | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br><br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal | 000V - Construção de Galpão – Setor Policial Sul | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br><br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal | 0010 - Reforma de Delegacia em Epitaciolândia/AC | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br><br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal | 0011 - Reforma de Delegacia em Paranaguá/PR | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br><br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal | 0012 - Construção de Delegacia em Araguaína/TO | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br><br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal | 0013 - Construção de Delegacia em Caxias do Sul/RS | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br><br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal | 0014 - Construção de Delegacia em Macaé/RJ | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br><br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal | 0015 - Construção de Delegacia em Campos dos Goytacazes/RJ | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br><br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal | 0016 - Reforma da Divisão de Enfrentamento ao Terrorismo - DETER/CGINT/DIP/PF | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br><br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal | 0017 - Construção de Base Marítima do NEPOM/RJ | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br><br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 15WH - Construção da Superintendência Regional em Minas Gerais | 0000 - Construção da Superintendência Regional em Minas Gerais | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br><br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 15WI - Construção da Superintendência Regional no Piauí-PI | 0000 - Construção da Superintendência Regional no Piauí-PI | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br><br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 15XA - Ampliação da Superintendência da Polícia Federal no Ceará | 0000 - Ampliação da Superintendência da Polícia Federal no Ceará | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br><br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 15XC - Construção da Superintendência da Polícia Federal no Maranhão | 0000 - Construção da Superintendência da Polícia Federal no Maranhão | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br><br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 15XE - Construção da Superintendência da Polícia Federal em Sergipe | 0000 - Construção da Superintendência da Polícia Federal em Sergipe | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br><br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 15ZE - Construção da Superintendência da Polícia Federal em Pernambuco/PE | 0000 - Construção da Superintendência da Polícia Federal em Pernambuco/PE | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br><br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 164A - Implantação do Pátio Multipropósito da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro | 0000 - Implantação do Pátio Multipropósito da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br><br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2726 - Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União | 0008 - Modernização da Polícia Federal | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br><br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2726 - Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União | 000C - Modernizações da Infraestrutura da PF | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional<br>Social | Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br><br>Programa Ouro Alvo – POA | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Polícia Administrativa | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública | 2726 - Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União | 0006 - Atividade de Proteção ao Depoente Especial | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão à violência e à criminalidade relacionadas às MULHERES, aos JOVENS e a outros GRUPOS VULNERÁVEIS, bem como ao DESAPARECIMENTO e ao TRÁFICO DE PESSOAS. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>14º) Vida na Água<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Ambiental<br>Social | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Polícia Administrativa | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2586 - Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros | 0000 - Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros - Despesas Diversas | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Controle Migratório e Polícia Aeroportuária, Marítima e de Fronteiras | Aperfeiçoar a atuação, a coordenação estratégica e a integração operacional dos órgãos de segurança pública e defesa social para o enfrentamento de DELITOS TRANSFRONTEIRIÇOS E TRANSNACIONAIS, inclusive com a ampliação do controle e fiscalização nas FRONTEIRAS, PORTOS E AEROPORTOS. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>14º) Vida na Água<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Ambiental<br>Social | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Polícia Administrativa | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2586 - Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros | 0001 - Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Controle Migratório e Polícia Aeroportuária, Marítima e de Fronteiras | Aperfeiçoar a atuação, a coordenação estratégica e a integração operacional dos órgãos de segurança pública e defesa social para o enfrentamento de DELITOS TRANSFRONTEIRIÇOS E TRANSNACIONAIS, inclusive com a ampliação do controle e fiscalização nas FRONTEIRAS, PORTOS E AEROPORTOS. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>14º) Vida na Água<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Ambiental<br>Social | Não se aplica | Não se aplica |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Polícia Federal - PF | Política de Polícia Administrativa | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2586 - Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros | 0002 - Manutenção do Sistema de Registros de Estrangeiros | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Controle Migratório e Polícia Aeroportuária, Marítima e de Fronteiras | Aperfeiçoar a atuação, a coordenação estratégica e a integração operacional dos órgãos de segurança pública e defesa social para o enfrentamento de DELITOS TRANSFRONTEIRIÇOS E TRANSNACIONAIS, inclusive com a ampliação do controle e fiscalização nas FRONTEIRAS, PORTOS E AEROPORTOS. | 3#) Saúde e Bem-Estar<br>14#) Vida na Água<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Ambiental<br>Social | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Polícia Administrativa | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2586 - Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros | 0003 - Controle do Tráfego Internacional | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Controle Migratório e Polícia Aeroportuária, Marítima e de Fronteiras | Aperfeiçoar a atuação, a coordenação estratégica e a integração operacional dos órgãos de segurança pública e defesa social para o enfrentamento de DELITOS TRANSFRONTEIRIÇOS E TRANSNACIONAIS, inclusive com a ampliação do controle e fiscalização nas FRONTEIRAS, PORTOS E AEROPORTOS. | 3#) Saúde e Bem-Estar<br>14#) Vida na Água<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Ambiental<br>Social | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Polícia Administrativa | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2726 - Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União | 0001 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União - Eixo Polícia Administrativa | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Acreditação e Fiscalização de Atividades Afetas à Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 3#) Saúde e Bem-Estar<br>14#) Vida na Água<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Ambiental<br>Social | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Polícia Administrativa | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2726 - Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União | 0007 - Atividades de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Acreditação e Fiscalização de Atividades Afetas à Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 3#) Saúde e Bem-Estar<br>14#) Vida na Água<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Ambiental<br>Social | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Polícia Administrativa | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2726 - Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União | 000O - Segurança Marítima e Portuária | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Controle Migratório e Polícia Aeroportuária, Marítima e de Fronteiras | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 3#) Saúde e Bem-Estar<br>14#) Vida na Água<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Ambiental<br>Social | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Federal - PF | Política de Polícia Judiciária | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 2000 - Administração da Unidade | 0004 - Formação de Pessoal do Sistema de Justiça Criminal | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais | Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da CAPACITAÇÃO e da VALORIZAÇÃO dos profissionais, do ENSINO e da PESQUISA em temas finalísticos e correlatos. | 3#) Saúde e Bem-Estar<br>4#) Educação de Qualidade<br>5#) Igualdade de Gênero<br>6#) Água Potável e Saneamento<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>9#) Indústria, Inovação e Infraestrutura<br>10#) Redução das Desigualdades<br>11#) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12#) Consumo e Produção Responsáveis<br>14#) Vida na Água<br>15#) Vida Terrestre<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17#) Parcerias e Meios de Implementação | Social | Aprimoramento de técnicas de investigação com criptoativos<br>Brasil M.A.I.S. - Meio Ambiente Integrado e Seguro<br>ePol - Sistema de Gestão da Atividade de Polícia Judiciária<br>InovaCiber<br>Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br>Programa Ouro Alvo – POA<br>Prometheus | Área desmatada na Amazônia Legal Brasileira<br>Cocaína apreendida em operações de polícia judiciária<br>Índice de solução de inquéritos<br>Tempo médio de duração dos inquéritos policiais em andamento |
| Polícia Federal - PF | Política de Polícia Judiciária | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | 00UI - Indenização pela Disponibilização Voluntária durante o Repouso Remunerado | 0000 - Indenização pela Disponibilização Voluntária durante o Repouso Remunerado | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 3#) Saúde e Bem-Estar<br>4#) Educação de Qualidade<br>5#) Igualdade de Gênero<br>6#) Água Potável e Saneamento<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>9#) Indústria, Inovação e Infraestrutura<br>10#) Redução das Desigualdades<br>11#) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12#) Consumo e Produção Responsáveis<br>14#) Vida na Água<br>15#) Vida Terrestre<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17#) Parcerias e Meios de Implementação | Social | Aprimoramento de técnicas de investigação com criptoativos<br>Brasil M.A.I.S. - Meio Ambiente Integrado e Seguro<br>ePol - Sistema de Gestão da Atividade de Polícia Judiciária<br>InovaCiber<br>Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br>Programa Ouro Alvo – POA<br>Prometheus | Área desmatada na Amazônia Legal Brasileira<br>Cocaína apreendida em operações de polícia judiciária<br>Índice de solução de inquéritos<br>Tempo médio de duração dos inquéritos policiais em andamento |
| Polícia Federal - PF | Política de Polícia Judiciária | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais | 0122 - Contribuição à Organização Internacional de Polícia Criminal - INTERPOL (MJ) | 0000 - Contribuição à Organização Internacional de Polícia Criminal - INTERPOL (MJ) | Cooperação Governamental e Intersetorial | Articulação Internacional | Fortalecer a ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA das instituições de segurança pública e defesa social, por meio da atuação integrada dos órgãos do Susp, com vistas ao aprimoramento das ações de produção, análise, gestão e compartilhamento de dados e informações. | 3#) Saúde e Bem-Estar<br>4#) Educação de Qualidade<br>5#) Igualdade de Gênero<br>6#) Água Potável e Saneamento<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>9#) Indústria, Inovação e Infraestrutura<br>10#) Redução das Desigualdades<br>11#) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12#) Consumo e Produção Responsáveis<br>14#) Vida na Água<br>15#) Vida Terrestre<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17#) Parcerias e Meios de Implementação | Social | Aprimoramento de técnicas de investigação com criptoativos<br>Brasil M.A.I.S. - Meio Ambiente Integrado e Seguro<br>ePol - Sistema de Gestão da Atividade de Polícia Judiciária<br>InovaCiber<br>Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br>Programa Ouro Alvo – POA<br>Prometheus | Área desmatada na Amazônia Legal Brasileira<br>Cocaína apreendida em operações de polícia judiciária<br>Índice de solução de inquéritos<br>Tempo médio de duração dos inquéritos policiais em andamento |
| Polícia Federal - PF | Política de Polícia Judiciária | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 2726 - Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União | 0003 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União - Eixo Polícia Marítima, Aeroportuária e de Fronteiras | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3#) Saúde e Bem-Estar<br>4#) Educação de Qualidade<br>5#) Igualdade de Gênero<br>6#) Água Potável e Saneamento<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>9#) Indústria, Inovação e Infraestrutura<br>10#) Redução das Desigualdades<br>11#) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12#) Consumo e Produção Responsáveis<br>14#) Vida na Água<br>15#) Vida Terrestre<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17#) Parcerias e Meios de Implementação | Social | Aprimoramento de técnicas de investigação com criptoativos<br>Brasil M.A.I.S. - Meio Ambiente Integrado e Seguro<br>ePol - Sistema de Gestão da Atividade de Polícia Judiciária<br>InovaCiber<br>Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br>Programa Ouro Alvo – POA<br>Prometheus | Área desmatada na Amazônia Legal Brasileira<br>Cocaína apreendida em operações de polícia judiciária<br>Índice de solução de inquéritos<br>Tempo médio de duração dos inquéritos policiais em andamento |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Polícia Federal - PF | Política de Polícia Judiciária | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 2726 - Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União | 000N - Operações interagências para repressão a crimes ambientais | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>4º) Educação de Qualidade<br>5º) Igualdade de Gênero<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>9º) Indústria, Inovação e Infraestrutura<br>10º) Redução das Desigualdades<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Social | Aprimoramento de técnicas de investigação com criptoativos<br>Brasil M.A.I.S. - Meio Ambiente Integrado e Seguro<br>ePol - Sistema de Gestão da Atividade de Polícia Judiciária<br>InovaCiber<br>Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br>Programa Ouro Alvo – POA<br>Prometheus | Área desmatada na Amazônia Legal Brasileira<br>Cocaína apreendida em operações de polícia judiciária<br>Índice de solução de inquéritos<br>Tempo médio de duração dos inquéritos policiais em andamento |
| Polícia Federal - PF | Política de Polícia Judiciária | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 2726 - Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União | CP10 - Calamidade Pública - Medida Provisória nº 1.218, de 11 de maio de 2024 - Operações da Polícia Federal para Atender a Calamidade no RS | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>4º) Educação de Qualidade<br>5º) Igualdade de Gênero<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>9º) Indústria, Inovação e Infraestrutura<br>10º) Redução das Desigualdades<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Social | Aprimoramento de técnicas de investigação com criptoativos<br>Brasil M.A.I.S. - Meio Ambiente Integrado e Seguro<br>ePol - Sistema de Gestão da Atividade de Polícia Judiciária<br>InovaCiber<br>Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br>Programa Ouro Alvo – POA<br>Prometheus | Área desmatada na Amazônia Legal Brasileira<br>Cocaína apreendida em operações de polícia judiciária<br>Índice de solução de inquéritos<br>Tempo médio de duração dos inquéritos policiais em andamento |
| Polícia Federal - PF | Política de Polícia Judiciária | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 2726 - Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União | CP20 - Calamidade Pública - Medida Provisória nº 1.223, de 23 de maio de 2024 - Operações da Polícia Federal para Atender a Calamidade no RS | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>4º) Educação de Qualidade<br>5º) Igualdade de Gênero<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>9º) Indústria, Inovação e Infraestrutura<br>10º) Redução das Desigualdades<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Social | Aprimoramento de técnicas de investigação com criptoativos<br>Brasil M.A.I.S. - Meio Ambiente Integrado e Seguro<br>ePol - Sistema de Gestão da Atividade de Polícia Judiciária<br>InovaCiber<br>Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br>Programa Ouro Alvo – POA<br>Prometheus | Área desmatada na Amazônia Legal Brasileira<br>Cocaína apreendida em operações de polícia judiciária<br>Índice de solução de inquéritos<br>Tempo médio de duração dos inquéritos policiais em andamento |
| Polícia Federal - PF | Política de Polícia Judiciária | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 2726 - Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União | MP10 - Medida Provisória nº 1.168, de 3 de abril de 2023 - (ADPF nº 709/2020) | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão à violência e à criminalidade relacionadas às MULHERES, aos JOVENS e a outros GRUPOS VULNERÁVEIS, bem como ao DESAPARECIMENTO e ao TRÁFICO DE PESSOAS. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>4º) Educação de Qualidade<br>5º) Igualdade de Gênero<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>9º) Indústria, Inovação e Infraestrutura<br>10º) Redução das Desigualdades<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Social | Aprimoramento de técnicas de investigação com criptoativos<br>Brasil M.A.I.S. - Meio Ambiente Integrado e Seguro<br>ePol - Sistema de Gestão da Atividade de Polícia Judiciária<br>InovaCiber<br>Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br>Programa Ouro Alvo – POA<br>Prometheus | Área desmatada na Amazônia Legal Brasileira<br>Cocaína apreendida em operações de polícia judiciária<br>Índice de solução de inquéritos<br>Tempo médio de duração dos inquéritos policiais em andamento |
| Polícia Federal - PF | Política de Polícia Judiciária | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2726 - Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União | 0000 - Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União - Despesas Diversas | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>4º) Educação de Qualidade<br>5º) Igualdade de Gênero<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>9º) Indústria, Inovação e Infraestrutura<br>10º) Redução das Desigualdades<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Social | Aprimoramento de técnicas de investigação com criptoativos<br>Brasil M.A.I.S. - Meio Ambiente Integrado e Seguro<br>ePol - Sistema de Gestão da Atividade de Polícia Judiciária<br>InovaCiber<br>Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br>Programa Ouro Alvo – POA<br>Prometheus | Área desmatada na Amazônia Legal Brasileira<br>Cocaína apreendida em operações de polícia judiciária<br>Índice de solução de inquéritos<br>Tempo médio de duração dos inquéritos policiais em andamento |
| Polícia Federal - PF | Política de Polícia Judiciária | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2726 - Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União | 0002 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União - Eixo Polícia Judiciária | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública | Qualificar e fortalecer a atividade de INVESTIGAÇÃO E PERÍCIA CRIMINAL, com vistas à melhoria dos índices de resolução de crimes e infrações penais. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>4º) Educação de Qualidade<br>5º) Igualdade de Gênero<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>9º) Indústria, Inovação e Infraestrutura<br>10º) Redução das Desigualdades<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Social | Aprimoramento de técnicas de investigação com criptoativos<br>Brasil M.A.I.S. - Meio Ambiente Integrado e Seguro<br>ePol - Sistema de Gestão da Atividade de Polícia Judiciária<br>InovaCiber<br>Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br>Programa Ouro Alvo – POA<br>Prometheus | Área desmatada na Amazônia Legal Brasileira<br>Cocaína apreendida em operações de polícia judiciária<br>Índice de solução de inquéritos<br>Tempo médio de duração dos inquéritos policiais em andamento |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Polícia Federal - PF | Política de Polícia Judiciária | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2726 - Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União | 0004 - Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública | Qualificar o COMBATE À CORRUPÇÃO, À OFERTA DE DROGAS ILÍCITAS, ao CRIME ORGANIZADO e à LAVAGEM DE DINHEIRO, com a implemento das ações de prevenção e repressão dos delitos dessas naturezas. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>4º) Educação de Qualidade<br>5º) Igualdade de Gênero<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>9º) Indústria, Inovação e Infraestrutura<br>10º) Redução das Desigualdades<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Social | Aprimoramento de técnicas de investigação com criptoativos<br>Brasil M.A.I.S. - Meio Ambiente Integrado e Seguro<br>ePol - Sistema de Gestão da Atividade de Polícia Judiciária<br>InovaCiber<br>Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br>Programa Ouro Alvo – POA<br>Prometheus | Área desmatada na Amazônia Legal Brasileira<br>Cocaína apreendida em operações de polícia judiciária<br>Índice de solução de inquéritos<br>Tempo médio de duração dos inquéritos policiais em andamento |
| Polícia Federal - PF | Política de Polícia Judiciária | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2726 - Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União | 0005 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública | Fortalecer a ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA das instituições de segurança pública e defesa social, por meio da atuação integrada dos órgãos do Susp, com vistas ao aprimoramento das ações de produção, análise, gestão e compartilhamento de dados e informações. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>4º) Educação de Qualidade<br>5º) Igualdade de Gênero<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>9º) Indústria, Inovação e Infraestrutura<br>10º) Redução das Desigualdades<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Social | Aprimoramento de técnicas de investigação com criptoativos<br>Brasil M.A.I.S. - Meio Ambiente Integrado e Seguro<br>ePol - Sistema de Gestão da Atividade de Polícia Judiciária<br>InovaCiber<br>Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br>Programa Ouro Alvo – POA<br>Prometheus | Área desmatada na Amazônia Legal Brasileira<br>Cocaína apreendida em operações de polícia judiciária<br>Índice de solução de inquéritos<br>Tempo médio de duração dos inquéritos policiais em andamento |
| Polícia Federal - PF | Política de Polícia Judiciária | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2726 - Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União | CBSP - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual de São Paulo, cujo cancelamento por ato do Poder Executivo está condicionado à observância dos §§ 7º, 10 e 11 do art. 4º da LOA-2024 | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>4º) Educação de Qualidade<br>5º) Igualdade de Gênero<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>9º) Indústria, Inovação e Infraestrutura<br>10º) Redução das Desigualdades<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Social | Aprimoramento de técnicas de investigação com criptoativos<br>Brasil M.A.I.S. - Meio Ambiente Integrado e Seguro<br>ePol - Sistema de Gestão da Atividade de Polícia Judiciária<br>InovaCiber<br>Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br>Programa Ouro Alvo – POA<br>Prometheus | Área desmatada na Amazônia Legal Brasileira<br>Cocaína apreendida em operações de polícia judiciária<br>Índice de solução de inquéritos<br>Tempo médio de duração dos inquéritos policiais em andamento |
| Polícia Federal - PF | Política de Polícia Judiciária | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2726 - Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União | MP20 - Medida Provisória nº 1.209, de 12 de março de 2024 - Operações em áreas indígenas e meio ambiente | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 3º) Saúde e Bem-Estar<br>4º) Educação de Qualidade<br>5º) Igualdade de Gênero<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>9º) Indústria, Inovação e Infraestrutura<br>10º) Redução das Desigualdades<br>11º) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>14º) Vida na Água<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Social | Aprimoramento de técnicas de investigação com criptoativos<br>Brasil M.A.I.S. - Meio Ambiente Integrado e Seguro<br>ePol - Sistema de Gestão da Atividade de Polícia Judiciária<br>InovaCiber<br>Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF<br>Programa Ouro Alvo – POA<br>Prometheus | Área desmatada na Amazônia Legal Brasileira<br>Cocaína apreendida em operações de polícia judiciária<br>Índice de solução de inquéritos<br>Tempo médio de duração dos inquéritos policiais em andamento |
| Polícia Federal - PF | Reserva de Contingência - Financeira | 30108 - Departamento de Polícia Federal | 0999 - Reserva de Contingência | 0200 - Reserva de Contingência - Financeira | 0000 - Reserva de Contingência - Financeira | Reserva de Contingência | Reserva de Contingência | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União | 0000 - Aposentadorias e Pensões Civis da União | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | 0000 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 2000 - Administração da Unidade | 0001 - Outras Despesas Administrativas | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de GOVERNANÇA E GESTÃO da Segurança Pública e defesa social do País. | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 2000 - Administração da Unidade | 0002 - Capacitação Administrativa | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da CAPACITAÇÃO e da VALORIZAÇÃO dos profissionais, do ENSINO e da PESQUISA em temas finalísticos e correlatos. | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 2000 - Administração da Unidade | 0006 - Saúde Integral e Qualidade de Vida do Servidor | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da CAPACITAÇÃO e da VALORIZAÇÃO dos profissionais, do ENSINO e da PESQUISA em temas finalísticos e correlatos. | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 0001 - Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 20TP - Ativos Civis da União | 0000 - Ativos Civis da União | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 0001 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores Civis e de Empregados | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 0003 - Auxílio-Transporte de Civis Ativos | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 0005 - Auxílio-Alimentação de Civis Ativos | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 0009 - Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 0011 - Auxílio-Familiar no Exterior | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 0012 - Indenização de Representação no Exterior - IREX | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos | 0000 - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 21EP - Retribuição no Exterior | 0000 - Retribuição no Exterior | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 4641 - Publicidade de Utilidade Pública | 0000 - Publicidade de Utilidade Pública | Governança, Gestão e Suporte | Comunicação | Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de GOVERNANÇA E GESTÃO da Segurança Pública e defesa social do País. | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | 000M - Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013) | 0000 - Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013) | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | 0056 - Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012 | 0000 - Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012 | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | 0536 - Benefícios de Legislação Especial | 0001 - Despesas com pensões especiais e benefícios de caráter indenizatório, em decorrência de Legislação Especial ou de Sentenças Judiciais, cujo pagamento ocorre em parcelas mensais e recorrentes | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 2112 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça | 2000 - Administração da Unidade | @ Valor não Detalhado (Reabertura de Crédito) | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Enfrentamento à Criminalidade nas Rodovias Federais | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | 00QV - Indenização Pela Flexibilização Voluntária do Repouso Remunerado | 0002 - Indenização Pela Flexibilização Voluntária do Repouso Remunerado - Enfrentamento à Criminalidade | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais | Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da CAPACITAÇÃO e da VALORIZAÇÃO dos profissionais, do ENSINO e da PESQUISA em temas finalísticos e correlatos. | 3º) Saúde e Bem Estar<br>8º) Trabalho decente e crescimento econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional | Câmeras policiais para uso na Polícia Rodoviária Federal<br>Mapear 2.0 | Flagrantes interceptados em rodovias federais |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Enfrentamento à Criminalidade nas Rodovias Federais | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | 00QV - Indenização Pela Flexibilização Voluntária do Repouso Remunerado | CP10 - Calamidade Pública - Medida Provisória nº 1.218, de 11 de maio de 2024 - Reparação de Danos | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 3º) Saúde e Bem Estar<br>8º) Trabalho decente e crescimento econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional | Câmeras policiais para uso na Polícia Rodoviária Federal<br>Mapear 2.0 | Flagrantes interceptados em rodovias federais |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Enfrentamento à Criminalidade nas Rodovias Federais | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | 00QV - Indenização Pela Flexibilização Voluntária do Repouso Remunerado | MP20 - Medida Provisória nº 1.209, de 12 de março de 2024 - Operações em áreas indígenas e meio ambiente | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 3º) Saúde e Bem Estar<br>8º) Trabalho decente e crescimento econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional | Câmeras policiais para uso na Polícia Rodoviária Federal<br>Mapear 2.0 | Flagrantes interceptados em rodovias federais |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Enfrentamento à Criminalidade nas Rodovias Federais | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 2070 - Segurança Pública com Cidadania | 20IC - Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON | 0002 - Plano Estratégico de Fronteiras - Inovações Tecnológicas | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 3º) Saúde e Bem Estar<br>8º) Trabalho decente e crescimento econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional | Câmeras policiais para uso na Polícia Rodoviária Federal<br>Mapear 2.0 | Flagrantes interceptados em rodovias federais |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Enfrentamento à Criminalidade nas Rodovias Federais | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção | 0000 - Policiamento, Fiscalização, Enfrentamento à Criminalidade e Corrupção - Despesas Diversas | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública | Aperfeiçoar a atuação, a coordenação estratégica e a integração operacional dos órgãos de segurança pública e defesa social para o enfrentamento de DELITOS TRANSFRONTEIRIÇOS E TRANSNACIONAIS, inclusive com a ampliação do controle e fiscalização nas FRONTEIRAS, PORTOS E AEROPORTOS. | 3º) Saúde e Bem Estar<br>8º) Trabalho decente e crescimento econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional | Câmeras policiais para uso na Polícia Rodoviária Federal<br>Mapear 2.0 | Flagrantes interceptados em rodovias federais |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Enfrentamento à Criminalidade nas Rodovias Federais | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção | 0001 - Atividades Correcionais de Combate aos Desvios Funcionais e à Corrupção | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Fortalecer a ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA das instituições de segurança pública e defesa social, por meio da atuação integrada dos órgãos do Susp, com vistas ao aprimoramento das ações de produção, análise, gestão e compartilhamento de dados e informações. | 3º) Saúde e Bem Estar<br>8º) Trabalho decente e crescimento econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional | Câmeras policiais para uso na Polícia Rodoviária Federal<br>Mapear 2.0 | Flagrantes interceptados em rodovias federais |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Enfrentamento à Criminalidade nas Rodovias Federais | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção | 0003 - Atividades de Inteligência | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Fortalecer a ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA das instituições de segurança pública e defesa social, por meio da atuação integrada dos órgãos do Susp, com vistas ao aprimoramento das ações de produção, análise, gestão e compartilhamento de dados e informações. | 3º) Saúde e Bem Estar<br>8º) Trabalho decente e crescimento econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional | Câmeras policiais para uso na Polícia Rodoviária Federal<br>Mapear 2.0 | Flagrantes interceptados em rodovias federais |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Enfrentamento à Criminalidade nas Rodovias Federais | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção | 0005 - Implementação e Manutenção do Alerta Brasil | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Fortalecer a ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA das instituições de segurança pública e defesa social, por meio da atuação integrada dos órgãos do Susp, com vistas ao aprimoramento das ações de produção, análise, gestão e compartilhamento de dados e informações. | 3º) Saúde e Bem Estar<br>8º) Trabalho decente e crescimento econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional | Câmeras policiais para uso na Polícia Rodoviária Federal<br>Mapear 2.0 | Flagrantes interceptados em rodovias federais |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Enfrentamento à Criminalidade nas Rodovias Federais | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção | 000A - Operações e Ações de Combate aos Crimes Contra a Primeira Infância | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão à violência e à criminalidade relacionadas às MULHERES, aos JOVENS e a outros GRUPOS VULNERÁVEIS, bem como ao DESAPARECIMENTO e ao TRÁFICO DE PESSOAS. | 3º) Saúde e Bem Estar<br>8º) Trabalho decente e crescimento econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional | Câmeras policiais para uso na Polícia Rodoviária Federal<br>Mapear 2.0 | Flagrantes interceptados em rodovias federais |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Enfrentamento à Criminalidade nas Rodovias Federais | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção | 000E - Operações de Enfrentamento à Criminalidade nas Rodovias Federais | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública | Aperfeiçoar a atuação, a coordenação estratégica e a integração operacional dos órgãos de segurança pública e defesa social para o enfrentamento de DELITOS TRANSFRONTEIRIÇOS E TRANSNACIONAIS, inclusive com a ampliação do controle e fiscalização nas FRONTEIRAS, PORTOS E AEROPORTOS. | 3º) Saúde e Bem Estar<br>8º) Trabalho decente e crescimento econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional | Câmeras policiais para uso na Polícia Rodoviária Federal<br>Mapear 2.0 | Flagrantes interceptados em rodovias federais |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Enfrentamento à Criminalidade nas Rodovias Federais | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção | MP20 - Medida Provisória nº 1.209, de 12 de março de 2024 - Operações em áreas indígenas e meio ambiente | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 3º) Saúde e Bem Estar<br>8º) Trabalho decente e crescimento econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>15º) Vida Terrestre<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional | Câmeras policiais para uso na Polícia Rodoviária Federal<br>Mapear 2.0 | Flagrantes interceptados em rodovias federais |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 2000 - Administração da Unidade | 0003 - Despesas com Tecnologia da Informação | Governança, Gestão e Suporte | Governança da Tecnologia da Informação | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem Estar<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 2000 - Administração da Unidade | 0004 - Reforma de Unidades da Polícia Rodoviária Federal | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem Estar<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 2000 - Administração da Unidade | MP10 - Medida Provisória nº 1.210, de 19 de março de 2024 - Aquisição e Reparação de Equipamentos na Superintendência do RJ | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem Estar<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | 00QV - Indenização Pela Flexibilização Voluntária do Repouso Remunerado | CP20 - Calamidade Pública - Medida Provisória nº 1.223, de 23 de maio de 2024 - Reparação de Danos (Complemento 90 dias) | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem Estar<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | 00QV - Indenização Pela Flexibilização Voluntária do Repouso Remunerado | MP10 - Medida Provisória nº 1.168, de 3 de abril de 2023 - (ADPF nº 709/2020) | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Desenvolver e apoiar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão à violência e à criminalidade relacionadas às MULHERES, aos JOVENS e a outros GRUPOS VULNERÁVEIS, bem como ao DESAPARECIMENTO e ao TRÁFICO DE PESSOAS. | 3º) Saúde e Bem Estar<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 2070 - Segurança Pública com Cidadania | 200G - Construção, Ampliação e Reforma das Instalações Físicas da Polícia Rodoviária Federal | 0001 - Reforma e Ampliação de Unidades da Polícia Rodoviária Federal | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem Estar<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública | 154T - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal | 0001 - Reforma e Ampliação de Unidades da Polícia Rodoviária Federal | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem Estar<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 154T - Aprimoramento e Manutenção da Infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal | EBCE - Emenda de Bancada do Estado do Ceará | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem Estar<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 154T - Aprimoramento e Manutenção da Infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal | EBRJ - Emenda de Bancada do Estado do Rio de Janeiro | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem Estar<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção | EBGO - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual do Estado de Goiás, em observância ao disposto no inciso I do § 7º do art. 4º da LOA 2023 | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem Estar<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Não se aplica |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção | EBPR - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual do Estado do Paraná, em observância ao disposto no inciso I do § 7º do art. 4º da LOA-2023 | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3#) Saúde e Bem Estar<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10#) Redução das Desigualdades<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção | EBTO - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual do Estado do Tocantins, em observância ao disposto no inciso I do § 7º do art. 4º da LOA-2023 | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3#) Saúde e Bem Estar<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10#) Redução das Desigualdades<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção | MP10 - Medida Provisória nº 1.168, de 3 de abril de 2023 - (ADPF nº 709/2020) | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Desenvolver e apoiar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão à violência e à criminalidade relacionadas às MULHERES, aos JOVENS e a outros GRUPOS VULNERÁVEIS, bem como ao DESAPARECIMENTO e ao TRÁFICO DE PESSOAS. | 3#) Saúde e Bem Estar<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10#) Redução das Desigualdades<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 154T - Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF | 0000 - Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF - Despesas Diversas | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3#) Saúde e Bem Estar<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10#) Redução das Desigualdades<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 154T - Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF | 0002 - Construção de Unidades Operacionais e Administrativas da Polícia Rodoviária Federal | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3#) Saúde e Bem Estar<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10#) Redução das Desigualdades<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 154T - Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF | 0003 - Construção da Sede do Rio Grande do Norte | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3#) Saúde e Bem Estar<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10#) Redução das Desigualdades<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 154T - Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF | 0004 - Construção da Sede de Rondônia | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3#) Saúde e Bem Estar<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10#) Redução das Desigualdades<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 154T - Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF | 0005 - Construção da Sede da Bahia | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3#) Saúde e Bem Estar<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10#) Redução das Desigualdades<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 154T - Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF | 000A - Ampliação das Unidades da Polícia Rodoviária Federal | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3#) Saúde e Bem Estar<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10#) Redução das Desigualdades<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 154T - Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF | 000C - Construção da Unidade Operacional da Polícia Rodoviária Federal em Amandina - MS | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3#) Saúde e Bem Estar<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10#) Redução das Desigualdades<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 154T - Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF | 000E - Construção da Unidade Operacional e Delegacia da Polícia Rodoviária Federal em Benevides - PA | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3#) Saúde e Bem Estar<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10#) Redução das Desigualdades<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 154T - Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF | 000G - Construção da Unidade Operacional e Delegacia da Polícia Rodoviária Federal em Petrolina - PE | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3#) Saúde e Bem Estar<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10#) Redução das Desigualdades<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 154T - Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF | 000K - Construção da Unidade Operacional e Delegacia da Polícia Rodoviária Federal em Laranjal do Jari - AP | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3#) Saúde e Bem Estar<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10#) Redução das Desigualdades<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 154T - Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF | CBCE - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual do Ceará, cujo cancelamento por ato do Poder Executivo está condicionado à observância dos §§ 7º, 10 e 11 do art. 4º da LOA-2024 | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3#) Saúde e Bem Estar<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10#) Redução das Desigualdades<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 154T - Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF | CBGO - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual de Goiás, cujo cancelamento por ato do Poder Executivo está condicionado à observância dos §§ 7º, 10 e 11 do art. 4º da LOA-2024 | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3#) Saúde e Bem Estar<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10#) Redução das Desigualdades<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 154T - Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF | CBPE - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual de Pernambuco, cujo cancelamento por ato do Poder Executivo está condicionado à observância dos §§ 7º, 10 e 11 do art. 4º da LOA-2024 | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3#) Saúde e Bem Estar<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10#) Redução das Desigualdades<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 154T - Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF | CBRO - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual de Rondônia, cujo cancelamento por ato do Poder Executivo está condicionado à observância dos §§ 7º, 10 e 11 do art. 4º da LOA-2024 | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3#) Saúde e Bem Estar<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10#) Redução das Desigualdades<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção | 0006 - Aparelhamento e Modernização Operacional | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3#) Saúde e Bem Estar<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10#) Redução das Desigualdades<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção | 000C - Capacitação de policiais e Formação Profissional | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais | Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da CAPACITAÇÃO e da VALORIZAÇÃO dos profissionais, do ENSINO e da PESQUISA em temas finalísticos e correlatos. | 3#) Saúde e Bem Estar<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10#) Redução das Desigualdades<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção | 000D - Tecnologia da Informação e Comunicação | Governança, Gestão e Suporte | Governança da Tecnologia da Informação | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3#) Saúde e Bem Estar<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10#) Redução das Desigualdades<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção | CBMG - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual de Minas Gerais, cujo cancelamento por ato do Poder Executivo está condicionado à observância dos §§ 7º, 10 e 11 do art. 4º da LOA-2024 | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 3#) Saúde e Bem Estar<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10#) Redução das Desigualdades<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção | CBSP - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual de São Paulo, cujo cancelamento por ato do Poder Executivo está condicionado à observância dos §§ 7º, 10 e 11 do art. 4º da LOA-2024 | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 3#) Saúde e Bem Estar<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10#) Redução das Desigualdades<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção | CP10 - Calamidade Pública - Medida Provisória nº 1.218, de 11 de maio de 2024 - Aquisição e Reparação de Equipamentos na Superintendência do RS | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 3#) Saúde e Bem Estar<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10#) Redução das Desigualdades<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Não se aplica |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção | CP20 - Calamidade Pública - Medida Provisória nº 1.223, de 23 de maio de 2024 - Aquisição e Reparação de Equipamentos na Superintendência do RS (Complemento 90 dias) | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem Estar<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção | MP30 - Medida Provisória nº 1.210, de 19 de março de 2024 - Aquisição e Reparação de Equipamentos na Superintendência do RJ | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem Estar<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Não se aplica |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Mobilidade nas Rodovias Federais | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | 00QV - Indenização Pela Flexibilização Voluntária do Repouso Remunerado | 0000 - Indenização Pela Flexibilização Voluntária do Repouso Remunerado - Despesas Diversas | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Segurança Viária | Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de GOVERNANÇA E GESTÃO da Segurança Pública e defesa social do País. | 8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico | Econômico<br>Institucional | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Tempo médio de interdições em rodovias federais |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Mobilidade nas Rodovias Federais | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | 00QV - Indenização Pela Flexibilização Voluntária do Repouso Remunerado | 0003 - Indenização Pela Flexibilização Voluntária do Repouso Remunerado - Mobilidade | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais | Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da CAPACITAÇÃO e da VALORIZAÇÃO dos profissionais, do ENSINO e da PESQUISA em temas finalísticos e correlatos. | 8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico | Econômico<br>Institucional | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Tempo médio de interdições em rodovias federais |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Mobilidade nas Rodovias Federais | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção | 000F - Operações de Mobilidade nas Rodovias Federais | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Segurança Viária | Aperfeiçoar a atuação, a coordenação estratégica e a integração operacional dos órgãos de segurança pública e defesa social para o enfrentamento de DELITOS TRANSFRONTEIRIÇOS E TRANSNACIONAIS, inclusive com a ampliação do controle e fiscalização nas FRONTEIRAS, PORTOS E AEROPORTOS. | 8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico | Econômico<br>Institucional | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Tempo médio de interdições em rodovias federais |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Segurança Viária nas Rodovias Federais | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 2000 - Administração da Unidade | CV19 - Coronavirus (COVID-19) | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Segurança Viária | Não se aplica | 3º) Saúde e Bem Estar<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Taxa de mortalidade de acidentes de trânsito em rodovias federais |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Segurança Viária nas Rodovias Federais | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | 00QV - Indenização Pela Flexibilização Voluntária do Repouso Remunerado | 0001 - Indenização Pela Flexibilização Voluntária do Repouso Remunerado - Segurança Viária | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais | Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da CAPACITAÇÃO e da VALORIZAÇÃO dos profissionais, do ENSINO e da PESQUISA em temas finalísticos e correlatos. | 3º) Saúde e Bem Estar<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Taxa de mortalidade de acidentes de trânsito em rodovias federais |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Segurança Viária nas Rodovias Federais | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública | 2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção | EIND - Emenda Individual | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 3º) Saúde e Bem Estar<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Taxa de mortalidade de acidentes de trânsito em rodovias federais |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Segurança Viária nas Rodovias Federais | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública | 86A1 - Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal | 0000 - Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Segurança Viária | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 3º) Saúde e Bem Estar<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Taxa de mortalidade de acidentes de trânsito em rodovias federais |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Segurança Viária nas Rodovias Federais | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção | 0002 - Manutenção de Radiocomunicação Policial | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Fortalecer a ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA das instituições de segurança pública e defesa social, por meio da atuação integrada dos órgãos do Susp, com vistas ao aprimoramento das ações de produção, análise, gestão e compartilhamento de dados e informações. | 3º) Saúde e Bem Estar<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Taxa de mortalidade de acidentes de trânsito em rodovias federais |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Segurança Viária nas Rodovias Federais | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção | 0004 - Operações de Segurança Viária | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública | Aperfeiçoar a atuação, a coordenação estratégica e a integração operacional dos órgãos de segurança pública e defesa social para o enfrentamento de DELITOS TRANSFRONTEIRIÇOS E TRANSNACIONAIS, inclusive com a ampliação do controle e fiscalização nas FRONTEIRAS, PORTOS E AEROPORTOS. | 3º) Saúde e Bem Estar<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Taxa de mortalidade de acidentes de trânsito em rodovias federais |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Política de Segurança Viária nas Rodovias Federais | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção | 0007 - Serviços de Apoio Operacional | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Segurança Viária | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem Estar<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional | Aeromédico<br>Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV | Taxa de mortalidade de acidentes de trânsito em rodovias federais |
| Polícia Rodoviária Federal - PRF | Reserva de Contingência - Financeira | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 0999 - Reserva de Contingência | 0Z00 - Reserva de Contingência - Financeira | 0000 - Reserva de Contingência - Financeira | Reserva de Contingência | Reserva de Contingência | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria de Acesso à Justiça - Saju | Política de Acesso à Justiça e Promoção de Direitos | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais | 00U4 - Contribuição Voluntária para o Programa Ibero-Americano de Acesso à Justiça (PIAJ) | 0000 - Contribuição Voluntária para o Programa Ibero-Americano de Acesso à Justiça (PIAJ) | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Proteção dos Direitos do Cidadão | Desenvolver e apoiar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão à violência e à criminalidade relacionadas às MULHERES, aos JOVENS e a outros GRUPOS VULNERÁVEIS, bem como ao DESAPARECIMENTO e ao TRÁFICO DE PESSOAS. | 5º) Igualdade de Gênero<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Social | Ampliação do acesso à justiça<br>Promoção de justiça para grupos sociais vulnerabilizados | Percentual de estados brasileiros abrangidos com projetos de fortalecimento do acesso à justiça e de promoção de direitos |
| Secretaria de Acesso à Justiça - Saju | Política de Acesso à Justiça e Promoção de Direitos | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5015 - Justiça | 20I7 - Promoção da Política Nacional de Justiça | 0007 - Modernização, Aperfeiçoamento e Democratização do Acesso à Justiça e à Cidadania | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Proteção dos Direitos do Cidadão | Desenvolver e apoiar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão à violência e à criminalidade relacionadas às MULHERES, aos JOVENS e a outros GRUPOS VULNERÁVEIS, bem como ao DESAPARECIMENTO e ao TRÁFICO DE PESSOAS. | 5º) Igualdade de Gênero<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Social | Ampliação do acesso à justiça<br>Promoção de justiça para grupos sociais vulnerabilizados | Percentual de estados brasileiros abrangidos com projetos de fortalecimento do acesso à justiça e de promoção de direitos |
| Secretaria de Acesso à Justiça - Saju | Política de Acesso à Justiça e Promoção de Direitos | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5015 - Justiça | 20I7 - Promoção da Política Nacional de Justiça | 000C - Ações de Melhorias das Condições de Vida para Primeira Infância | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Proteção dos Direitos do Cidadão | Desenvolver e apoiar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão à violência e à criminalidade relacionadas às MULHERES, aos JOVENS e a outros GRUPOS VULNERÁVEIS, bem como ao DESAPARECIMENTO e ao TRÁFICO DE PESSOAS. | 5º) Igualdade de Gênero<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Social | Ampliação do acesso à justiça<br>Promoção de justiça para grupos sociais vulnerabilizados | Percentual de estados brasileiros abrangidos com projetos de fortalecimento do acesso à justiça e de promoção de direitos |
| Secretaria de Acesso à Justiça - Saju | Política de Acesso à Justiça e Promoção de Direitos | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5015 - Justiça | 20I7 - Promoção da Política Nacional de Justiça | 000D - Ações Voltadas ao Enfrentamento das Diversas Espécies de Violência Praticadas Contra Mulher | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Proteção dos Direitos do Cidadão | Desenvolver e apoiar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão à violência e à criminalidade relacionadas às MULHERES, aos JOVENS e a outros GRUPOS VULNERÁVEIS, bem como ao DESAPARECIMENTO e ao TRÁFICO DE PESSOAS. | 5º) Igualdade de Gênero<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Social | Ampliação do acesso à justiça<br>Promoção de justiça para grupos sociais vulnerabilizados | Percentual de estados brasileiros abrangidos com projetos de fortalecimento do acesso à justiça e de promoção de direitos |
| Secretaria de Acesso à Justiça - Saju | Política de Acesso à Justiça e Promoção de Direitos | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 21F0 - Democratização do Acesso à Justiça e à Cidadania | 0000 - Democratização do Acesso à Justiça e à Cidadania - Despesas Diversas | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Proteção dos Direitos do Cidadão | Desenvolver e apoiar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão à violência e à criminalidade relacionadas às MULHERES, aos JOVENS e a outros GRUPOS VULNERÁVEIS, bem como ao DESAPARECIMENTO e ao TRÁFICO DE PESSOAS. | 5º) Igualdade de Gênero<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Social | Ampliação do acesso à justiça<br>Promoção de justiça para grupos sociais vulnerabilizados | Percentual de estados brasileiros abrangidos com projetos de fortalecimento do acesso à justiça e de promoção de direitos |
| Secretaria de Acesso à Justiça - Saju | Política de Acesso à Justiça e Promoção de Direitos | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 21F0 - Democratização do Acesso à Justiça e à Cidadania | 0001 - Acesso à Justiça, Redução de Litígio e Prevenção de Conflitos | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Proteção dos Direitos do Cidadão | Desenvolver e apoiar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão à violência e à criminalidade relacionadas às MULHERES, aos JOVENS e a outros GRUPOS VULNERÁVEIS, bem como ao DESAPARECIMENTO e ao TRÁFICO DE PESSOAS. | 5º) Igualdade de Gênero<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Social | Ampliação do acesso à justiça<br>Promoção de justiça para grupos sociais vulnerabilizados | Percentual de estados brasileiros abrangidos com projetos de fortalecimento do acesso à justiça e de promoção de direitos |
| Secretaria de Acesso à Justiça - Saju | Política de Acesso à Justiça e Promoção de Direitos | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 21F0 - Democratização do Acesso à Justiça e à Cidadania | 0002 - Cidadania e Promoção de Direitos Especialmente para Grupos em Situação de Vulnerabilidade Social | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Proteção dos Direitos do Cidadão | Desenvolver e apoiar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão à violência e à criminalidade relacionadas às MULHERES, aos JOVENS e a outros GRUPOS VULNERÁVEIS, bem como ao DESAPARECIMENTO e ao TRÁFICO DE PESSOAS. | 5º) Igualdade de Gênero<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Social | Ampliação do acesso à justiça<br>Promoção de justiça para grupos sociais vulnerabilizados | Percentual de estados brasileiros abrangidos com projetos de fortalecimento do acesso à justiça e de promoção de direitos |
| Secretaria de Acesso à Justiça - Saju | Política de Acesso à Justiça e Promoção de Direitos | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 21F0 - Democratização do Acesso à Justiça e à Cidadania | 0003 - Acesso à Justiça para Mulheres em Situação de Vulnerabilidade | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Proteção dos Direitos do Cidadão | Desenvolver e apoiar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão à violência e à criminalidade relacionadas às MULHERES, aos JOVENS e a outros GRUPOS VULNERÁVEIS, bem como ao DESAPARECIMENTO e ao TRÁFICO DE PESSOAS. | 5º) Igualdade de Gênero<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Social | Ampliação do acesso à justiça<br>Promoção de justiça para grupos sociais vulnerabilizados | Percentual de estados brasileiros abrangidos com projetos de fortalecimento do acesso à justiça e de promoção de direitos |
| Secretaria de Acesso à Justiça - Saju | Política de Acesso à Justiça e Promoção de Direitos | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 21F0 - Democratização do Acesso à Justiça e à Cidadania | 0004 - Interiorização de Polos de Atendimento para Defensorias Públicas | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Proteção dos Direitos do Cidadão | Desenvolver e apoiar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão à violência e à criminalidade relacionadas às MULHERES, aos JOVENS e a outros GRUPOS VULNERÁVEIS, bem como ao DESAPARECIMENTO e ao TRÁFICO DE PESSOAS. | 5º) Igualdade de Gênero<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Social | Ampliação do acesso à justiça<br>Promoção de justiça para grupos sociais vulnerabilizados | Percentual de estados brasileiros abrangidos com projetos de fortalecimento do acesso à justiça e de promoção de direitos |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Secretaria de Acesso à Justiça - Saju | Política de Acesso à Justiça e Promoção de Direitos | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 21F0 - Democratização do Acesso à Justiça e à Cidadania | 0005 - Assistência jurídica para Ampliação de Acesso a Direitos à População Privada de Liberdade | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Proteção dos Direitos do Cidadão | Desenvolver e apoiar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão à violência e à criminalidade relacionadas às MULHERES, aos JOVENS e a outros GRUPOS VULNERÁVEIS, bem como ao DESAPARECIMENTO e ao TRÁFICO DE PESSOAS. | 5º) Igualdade de Gênero<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Social | Ampliação do acesso à justiça<br>Promoção de justiça para grupos sociais vulnerabilizados | Percentual de estados brasileiros abrangidos com projetos de fortalecimento do acesso à justiça e de promoção de direitos |
| Secretaria de Acesso à Justiça - Saju | Política de Acesso à Justiça e Promoção de Direitos | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 2F07 - Antes que Aconteça - Apoio e estruturação de políticas de autonomia, segurança, treinamento, inovação, pesquisa, desenvolvimento e capacitação e defesa feminina, prevenção, conscientização e combate à violência contra a mulher | 0000 - Antes que Aconteça - Apoio e estruturação de políticas de autonomia, segurança, treinamento, inovação, pesquisa, desenvolvimento e capacitação e defesa feminina, prevenção, conscientização e combate à violência contra a mulher | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Proteção dos Direitos do Cidadão | Desenvolver e apoiar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão à violência e à criminalidade relacionadas às MULHERES, aos JOVENS e a outros GRUPOS VULNERÁVEIS, bem como ao DESAPARECIMENTO e ao TRÁFICO DE PESSOAS. | 5º) Igualdade de Gênero<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Social | Ampliação do acesso à justiça<br>Promoção de justiça para grupos sociais vulnerabilizados | Percentual de estados brasileiros abrangidos com projetos de fortalecimento do acesso à justiça e de promoção de direitos |
| Secretaria Nacional de Justiça - Senajus | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 20I7 - Promoção da Política Nacional de Justiça | 000E - Implementação de Projetos de Democratização em parceria com Instituições do Sistema de Justiça e demais Atores | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Justiça - Senajus | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 20I7 - Promoção da Política Nacional de Justiça | 2000 - Despesas Administrativas | Governança, Gestão e Suporte | Gestão e Controle Institucional | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Justiça - Senajus | Política de Classificação Etária de Conteúdos Audiovisuais e Espetáculos Públicos - Classificação Indicativa | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 20I7 - Promoção da Política Nacional de Justiça | 0008 - Desenvolvimento de Ações voltadas à Classificação Indicativa | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente | Não se aplica | 16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Social | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Justiça - Senajus | Política de Cooperação Jurídica Internacional | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais | 00OQ - Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica | 0000 - Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Despesas Diversas | Cooperação Governamental e Intersetorial | Articulação Internacional | Não se aplica | 4º) Educação de Qualidade<br>5º) Igualdade de Gênero<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional | Fortalecimento da autoridade central para a cooperação jurídica internacional | Percentual de cumprimento dos pedidos ativos diligenciados |
| Secretaria Nacional de Justiça - Senajus | Política de Cooperação Jurídica Internacional | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 20I7 - Promoção da Política Nacional de Justiça | 0001 - Cooperação Jurídica Internacional | Cooperação Governamental e Intersetorial | Articulação Internacional | Não se aplica | 4º) Educação de Qualidade<br>5º) Igualdade de Gênero<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional | Fortalecimento da autoridade central para a cooperação jurídica internacional | Percentual de cumprimento dos pedidos ativos diligenciados |
| Secretaria Nacional de Justiça - Senajus | Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 20I7 - Promoção da Política Nacional de Justiça | 0003 - Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas | Desenvolver e apoiar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão à violência e à criminalidade relacionadas às MULHERES, aos JOVENS e a outros GRUPOS VULNERÁVEIS, bem como ao DESAPARECIMENTO e ao TRÁFICO DE PESSOAS. | 5º) Igualdade de Gênero<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Social | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Justiça - Senajus | Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BN - Gestão da Política de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro | 0000 - Gestão da Política de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - Despesas Diversas | Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro | Gestão da Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro | Qualificar o COMBATE À CORRUPÇÃO, à OFERTA DE DROGAS ILÍCITAS, ao CRIME ORGANIZADO e à LAVAGEM DE DINHEIRO, com a implemento das ações de prevenção e repressão dos delitos dessas naturezas. | 16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional | Reestruturação da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro - REDE-LAB | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Justiça - Senajus | Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BN - Gestão da Política de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro | 0001 - Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro | Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro | Gestão da Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro | Qualificar o COMBATE À CORRUPÇÃO, à OFERTA DE DROGAS ILÍCITAS, ao CRIME ORGANIZADO e à LAVAGEM DE DINHEIRO, com a implemento das ações de prevenção e repressão dos delitos dessas naturezas. | 16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional | Reestruturação da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro - REDE-LAB | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Justiça - Senajus | Política de Proteção aos Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública | 8974 - Democratização do Acesso à Cidadania e à Justiça | EIND - Emenda Individual | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Proteção dos Direitos do Cidadão | Não se aplica | 8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Diretriz Principal<br>Econômico<br>Institucional<br>Social | Implementação da Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia - PNMRA | Percentual de processos de autorização de residência para fins laborais e de investimento decididos<br>Percentual de processos de naturalização decididos<br>Processos de reconhecimento da condição de refugiado decididos |
| Secretaria Nacional de Justiça - Senajus | Política de Proteção aos Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 20I7 - Promoção da Política Nacional de Justiça | 0000 - Promoção da Política Nacional de Justiça - Despesas Diversas | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Proteção dos Direitos do Cidadão | Não se aplica | 8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Diretriz Principal<br>Econômico<br>Institucional<br>Social | Implementação da Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia - PNMRA | Percentual de processos de autorização de residência para fins laborais e de investimento decididos<br>Percentual de processos de naturalização decididos<br>Processos de reconhecimento da condição de refugiado decididos |
| Secretaria Nacional de Justiça - Senajus | Política de Proteção aos Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 20I7 - Promoção da Política Nacional de Justiça | 0005 - Articulação e Promoção da Política Migratória | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Garantia dos Direitos dos Migrantes e Refugiados | Não se aplica | 8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Diretriz Principal<br>Econômico<br>Institucional<br>Social | Implementação da Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia - PNMRA | Percentual de processos de autorização de residência para fins laborais e de investimento decididos<br>Percentual de processos de naturalização decididos<br>Processos de reconhecimento da condição de refugiado decididos |
| Secretaria Nacional de Justiça - Senajus | Política de Proteção aos Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 20I7 - Promoção da Política Nacional de Justiça | 0009 - Promoção de Ações para Imigração Laboral | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Garantia dos Direitos dos Migrantes e Refugiados | Não se aplica | 8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Diretriz Principal<br>Econômico<br>Institucional<br>Social | Implementação da Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia - PNMRA | Percentual de processos de autorização de residência para fins laborais e de investimento decididos<br>Percentual de processos de naturalização decididos<br>Processos de reconhecimento da condição de refugiado decididos |
| Secretaria Nacional de Justiça - Senajus | Política de Qualificação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e Organizações Estrangeiras | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 20I7 - Promoção da Política Nacional de Justiça | 0005 - Garantia e Expansão dos Direitos dos Migrantes e Refugiados | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Proteção dos Direitos do Cidadão | Não se aplica | 16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17º) Parcerias e Meios de Implementação | Diretriz Principal<br>Econômico<br>Institucional<br>Infraestrutura<br>Ambiental<br>Social | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30907 – Fundo Penitenciário Nacional | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 2000 - Administração da Unidade | 0001 - Outras Despesas Administrativas | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Aperfeiçoar as condições de CUMPRIMENTO DE MEDIDAS RESTRITIVAS DE DIREITOS, de PENAS ALTERNATIVAS À PRISÃO e de PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE, com vistas à humanização do processo e REDUÇÃO dos índices gerais de REINCIDÊNCIA. | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30907 – Fundo Penitenciário Nacional | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 2000 - Administração da Unidade | 0004 - Gestão e Manutenção do Sistema Penitenciário Federal | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Aperfeiçoar as condições de CUMPRIMENTO DE MEDIDAS RESTRITIVAS DE DIREITOS, de PENAS ALTERNATIVAS À PRISÃO e de PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE, com vistas à humanização do processo e REDUÇÃO dos índices gerais de REINCIDÊNCIA. | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30907 – Fundo Penitenciário Nacional | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos | 0000 - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos | Governança, Gestão e Suporte | Gestão de Pessoas | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen | Política de Assistência Social no Sistema Penal | 30907 – Fundo Penitenciário Nacional | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 21BP - Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária | 000I - Políticas Voltadas à Garantia de Direitos Sociais às Pessoas Privadas de Liberdade, Grupos Vulneráveis e Vítimas | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Garantia dos Direitos da População Prisional | Aperfeiçoar as condições de CUMPRIMENTO DE MEDIDAS RESTRITIVAS DE DIREITOS, de PENAS ALTERNATIVAS À PRISÃO e de PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE, com vistas à humanização do processo e REDUÇÃO dos índices gerais de REINCIDÊNCIA. | 5º) Igualdade de Gênero<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Social | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen | Política de Assistência Social no Sistema Penal | 30907 – Fundo Penitenciário Nacional | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BP - Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária | 0001 - Garantia de Direitos Sociais às Pessoas Privadas de Liberdade e Grupos Vulneráveis | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Garantia dos Direitos da População Prisional | Aperfeiçoar as condições de CUMPRIMENTO DE MEDIDAS RESTRITIVAS DE DIREITOS, de PENAS ALTERNATIVAS À PRISÃO e de PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE, com vistas à humanização do processo e REDUÇÃO dos índices gerais de REINCIDÊNCIA. | 5º) Igualdade de Gênero<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Social | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen | Política de Assistência Social no Sistema Penal | 30907 – Fundo Penitenciário Nacional | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BP - Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária | 000A - Políticas Voltadas às Mulheres Privadas de Liberdade | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Garantia dos Direitos da População Prisional | Aperfeiçoar as condições de CUMPRIMENTO DE MEDIDAS RESTRITIVAS DE DIREITOS, de PENAS ALTERNATIVAS À PRISÃO e de PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE, com vistas à humanização do processo e REDUÇÃO dos índices gerais de REINCIDÊNCIA. | 5º) Igualdade de Gênero<br>6º) Água Potável e Saneamento<br>10º) Redução das Desigualdades<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Social | Não se aplica | Não se aplica |

| | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen | Política de Assistência Social no Sistema Penal | 30907 – Fundo Penitenciário Nacional | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BP - Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária | 000B - Políticas para Atenção às Vítimas de Crime | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Garantia dos Direitos da População Prisional | Aperfeiçoar as condições de CUMPRIMENTO DE MEDIDAS RESTRITIVAS DE DIREITOS, de PENAS ALTERNATIVAS À PRISÃO e de PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE, com vistas à humanização do processo e REDUÇÃO dos índices gerais de REINCIDÊNCIA. | 5#) Igualdade de Gênero<br>6#) Água Potável e Saneamento<br>10#) Redução das Desigualdades<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Social | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen | Política de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional | 30907 – Fundo Penitenciário Nacional | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BP - Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária | 000O - Política de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional e Seus Familiares | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Garantia dos Direitos da População Prisional | Aperfeiçoar as condições de CUMPRIMENTO DE MEDIDAS RESTRITIVAS DE DIREITOS, de PENAS ALTERNATIVAS À PRISÃO e de PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE, com vistas à humanização do processo e REDUÇÃO dos índices gerais de REINCIDÊNCIA. | 3#) Saúde e Bem-Estar<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura<br>Social | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen | Política de Atenção Integral à Saúde no Sistema Penal | 30907 – Fundo Penitenciário Nacional | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BP - Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária | 000N - Política de Saúde no Sistema Penal | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Garantia dos Direitos da População Prisional | Aperfeiçoar as condições de CUMPRIMENTO DE MEDIDAS RESTRITIVAS DE DIREITOS, de PENAS ALTERNATIVAS À PRISÃO e de PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE, com vistas à humanização do processo e REDUÇÃO dos índices gerais de REINCIDÊNCIA. | 3#) Saúde e Bem-Estar<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Infraestrutura<br>Social | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen | Política de Educação da Pessoa Privada de Liberdade | 30907 – Fundo Penitenciário Nacional | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BP - Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária | 000I - Política de Educação da Pessoa Privada de Liberdade * | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Garantia dos Direitos da População Prisional | Aperfeiçoar as condições de CUMPRIMENTO DE MEDIDAS RESTRITIVAS DE DIREITOS, de PENAS ALTERNATIVAS À PRISÃO e de PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE, com vistas à humanização do processo e REDUÇÃO dos índices gerais de REINCIDÊNCIA. | 4#) Educação de Qualidade<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10#) Redução das Desigualdades<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Social | Não se aplica | Percentual de pessoas privadas de liberdade matriculadas em educação formal |
| Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen | Política de Enfrentamento ao Superencarceramento | 30907 – Fundo Penitenciário Nacional | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BP - Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária | 000L - Políticas de Enfrentamento ao Superencarceramento | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Garantia dos Direitos da População Prisional | Aperfeiçoar as condições de CUMPRIMENTO DE MEDIDAS RESTRITIVAS DE DIREITOS, de PENAS ALTERNATIVAS À PRISÃO e de PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE, com vistas à humanização do processo e REDUÇÃO dos índices gerais de REINCIDÊNCIA. | 16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Social | Não se aplica | Pessoas em alternativas penais diversas da prisão atendidas com serviços oferecidos pelas centrais integradas de alternativas penais |
| Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen | Política de Fortalecimento de Ouvidorias e Corregedorias do Sistema Penal | 30907 – Fundo Penitenciário Nacional | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 00R3 - Racionalização e Modernização do Sistema Penal | 0001 - Repasses para Promoção da Cidadania e Fortalecimento da Participação e Controle Social | Governança, Gestão e Suporte | Gestão e Controle Institucional | Aperfeiçoar as condições de CUMPRIMENTO DE MEDIDAS RESTRITIVAS DE DIREITOS, de PENAS ALTERNATIVAS À PRISÃO e de PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE, com vistas à humanização do processo e REDUÇÃO dos índices gerais de REINCIDÊNCIA. | 16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17#) Parcerias e meios de implementação | Social | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen | Política de Fortalecimento de Ouvidorias e Corregedorias do Sistema Penal | 30907 – Fundo Penitenciário Nacional | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BP - Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária | 000K - Políticas Voltadas ao Fortalecimento das Ouvidorias e Corregedorias no Sistema Penitenciário * | Governança, Gestão e Suporte | Gestão e Controle Institucional | Aperfeiçoar as condições de CUMPRIMENTO DE MEDIDAS RESTRITIVAS DE DIREITOS, de PENAS ALTERNATIVAS À PRISÃO e de PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE, com vistas à humanização do processo e REDUÇÃO dos índices gerais de REINCIDÊNCIA. | 16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17#) Parcerias e meios de implementação | Social | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen | Política de Fortalecimento do Sistema Penal | 30907 – Fundo Penitenciário Nacional | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 2000 - Administração da Unidade | 0002 - Capacitações e Formação Profissional dos Servidores do Sistema Penal | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais | Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da CAPACITAÇÃO e da VALORIZAÇÃO dos profissionais, do ENSINO e da PESQUISA em temas finalísticos e correlatos. | 4#) Educação de Qualidade<br>5#) Igualdade de Gênero<br>6#) Água Potável e Saneamento<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Econômico<br>Institucional<br>Infraestrutura<br>Social | Muralhas do Sistema Penitenciário Federal<br>Ômega<br>SISDEPEN Indivíduos | Operações realizadas pela Força Penal Nacional<br>Vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas aos servidores de execução penal |
| Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen | Política de Fortalecimento do Sistema Penal | 30907 – Fundo Penitenciário Nacional | 2070 - Segurança Pública com Cidadania | 8914 - Apoio à Construção de Estabelecimentos Penais Estaduais | @ Valor não Detalhado (Reabertura de Crédito) | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Aperfeiçoar as condições de CUMPRIMENTO DE MEDIDAS RESTRITIVAS DE DIREITOS, de PENAS ALTERNATIVAS À PRISÃO e de PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE, com vistas à humanização do processo e REDUÇÃO dos índices gerais de REINCIDÊNCIA. | 4#) Educação de Qualidade<br>5#) Igualdade de Gênero<br>6#) Água Potável e Saneamento<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Econômico<br>Institucional<br>Infraestrutura<br>Social | Muralhas do Sistema Penitenciário Federal<br>Ômega<br>SISDEPEN Indivíduos | Operações realizadas pela Força Penal Nacional<br>Vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas aos servidores de execução penal |
| Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen | Política de Fortalecimento do Sistema Penal | 30907 – Fundo Penitenciário Nacional | 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública | 155N - Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal | 0001 - Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais nas Unidades da Federação | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Garantia dos Direitos da População Prisional | Aperfeiçoar as condições de CUMPRIMENTO DE MEDIDAS RESTRITIVAS DE DIREITOS, de PENAS ALTERNATIVAS À PRISÃO e de PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE, com vistas à humanização do processo e REDUÇÃO dos índices gerais de REINCIDÊNCIA. | 4#) Educação de Qualidade<br>5#) Igualdade de Gênero<br>6#) Água Potável e Saneamento<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Econômico<br>Institucional<br>Infraestrutura<br>Social | Muralhas do Sistema Penitenciário Federal<br>Ômega<br>SISDEPEN Indivíduos | Operações realizadas pela Força Penal Nacional<br>Vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas aos servidores de execução penal |
| Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen | Política de Fortalecimento do Sistema Penal | 30907 – Fundo Penitenciário Nacional | 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública | 15OH - Construção da Penitenciária Federal em Charqueadas- RS | 0000 - Construção da Penitenciária Federal em Charqueadas- RS | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Aperfeiçoar as condições de CUMPRIMENTO DE MEDIDAS RESTRITIVAS DE DIREITOS, de PENAS ALTERNATIVAS À PRISÃO e de PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE, com vistas à humanização do processo e REDUÇÃO dos índices gerais de REINCIDÊNCIA. | 4#) Educação de Qualidade<br>5#) Igualdade de Gênero<br>6#) Água Potável e Saneamento<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Econômico<br>Institucional<br>Infraestrutura<br>Social | Muralhas do Sistema Penitenciário Federal<br>Ômega<br>SISDEPEN Indivíduos | Operações realizadas pela Força Penal Nacional<br>Vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas aos servidores de execução penal |
| Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen | Política de Fortalecimento do Sistema Penal | 30907 – Fundo Penitenciário Nacional | 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública | 20WS - Consolidação do Sistema Penitenciário Federal | 0004 - Administração do Sistema Penitenciário Federal | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Garantia dos Direitos da População Prisional | Aperfeiçoar as condições de CUMPRIMENTO DE MEDIDAS RESTRITIVAS DE DIREITOS, de PENAS ALTERNATIVAS À PRISÃO e de PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE, com vistas à humanização do processo e REDUÇÃO dos índices gerais de REINCIDÊNCIA. | 4#) Educação de Qualidade<br>5#) Igualdade de Gênero<br>6#) Água Potável e Saneamento<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Econômico<br>Institucional<br>Infraestrutura<br>Social | Muralhas do Sistema Penitenciário Federal<br>Ômega<br>SISDEPEN Indivíduos | Operações realizadas pela Força Penal Nacional<br>Vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas aos servidores de execução penal |
| Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen | Política de Fortalecimento do Sistema Penal | 30907 – Fundo Penitenciário Nacional | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 00CA - Concessão de Bolsas para o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI | 0000 - Concessão de Bolsas para o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI - Despesas Diversas | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais | Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da CAPACITAÇÃO e da VALORIZAÇÃO dos profissionais, do ENSINO e da PESQUISA em temas finalísticos e correlatos. | 4#) Educação de Qualidade<br>5#) Igualdade de Gênero<br>6#) Água Potável e Saneamento<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Econômico<br>Institucional<br>Infraestrutura<br>Social | Muralhas do Sistema Penitenciário Federal<br>Ômega<br>SISDEPEN Indivíduos | Operações realizadas pela Força Penal Nacional<br>Vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas aos servidores de execução penal |
| Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen | Política de Fortalecimento do Sistema Penal | 30907 – Fundo Penitenciário Nacional | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 00CA - Concessão de Bolsas para o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI | 0001 - Pagamento de Bolsa-Formação aos Servidores Integrantes das Carreiras da Polícia Penal | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais | Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da CAPACITAÇÃO e da VALORIZAÇÃO dos profissionais, do ENSINO e da PESQUISA em temas finalísticos e correlatos. | 4#) Educação de Qualidade<br>5#) Igualdade de Gênero<br>6#) Água Potável e Saneamento<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Econômico<br>Institucional<br>Infraestrutura<br>Social | Muralhas do Sistema Penitenciário Federal<br>Ômega<br>SISDEPEN Indivíduos | Operações realizadas pela Força Penal Nacional<br>Vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas aos servidores de execução penal |
| Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen | Política de Fortalecimento do Sistema Penal | 30907 – Fundo Penitenciário Nacional | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 00R3 - Transferências aos Entes Federativos para Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional | 0000 - Transferências aos Entes Federativos para Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional - Despesas Diversas | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de GOVERNANÇA E GESTÃO da Segurança Pública e defesa social do País. | 4#) Educação de Qualidade<br>5#) Igualdade de Gênero<br>6#) Água Potável e Saneamento<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Econômico<br>Institucional<br>Infraestrutura<br>Social | Muralhas do Sistema Penitenciário Federal<br>Ômega<br>SISDEPEN Indivíduos | Operações realizadas pela Força Penal Nacional<br>Vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas aos servidores de execução penal |
| Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen | Política de Fortalecimento do Sistema Penal | 30907 – Fundo Penitenciário Nacional | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 00R3 - Transferências aos Entes Federativos para Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional | 0003 - Repasses para Construção, Reforma, Ampliação e Aprimoramento de Estabelecimentos Penais | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Garantia dos Direitos da População Prisional | Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de GOVERNANÇA E GESTÃO da Segurança Pública e defesa social do País. | 4#) Educação de Qualidade<br>5#) Igualdade de Gênero<br>6#) Água Potável e Saneamento<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Econômico<br>Institucional<br>Infraestrutura<br>Social | Muralhas do Sistema Penitenciário Federal<br>Ômega<br>SISDEPEN Indivíduos | Operações realizadas pela Força Penal Nacional<br>Vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas aos servidores de execução penal |
| Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen | Política de Fortalecimento do Sistema Penal | 30907 – Fundo Penitenciário Nacional | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 164C - Construção da Academia Nacional de Polícia Penal - SENAPPEN | 0000 - Construção da Academia Nacional de Polícia Penal - SENAPPEN | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Garantia dos Direitos da População Prisional | Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da CAPACITAÇÃO e da VALORIZAÇÃO dos profissionais, do ENSINO e da PESQUISA em temas finalísticos e correlatos. | 4#) Educação de Qualidade<br>5#) Igualdade de Gênero<br>6#) Água Potável e Saneamento<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Econômico<br>Institucional<br>Infraestrutura<br>Social | Muralhas do Sistema Penitenciário Federal<br>Ômega<br>SISDEPEN Indivíduos | Operações realizadas pela Força Penal Nacional<br>Vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas aos servidores de execução penal |
| Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen | Política de Fortalecimento do Sistema Penal | 30907 – Fundo Penitenciário Nacional | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BP - Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária | 0000 - Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária - Despesas Diversas | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Aperfeiçoar as condições de CUMPRIMENTO DE MEDIDAS RESTRITIVAS DE DIREITOS, de PENAS ALTERNATIVAS À PRISÃO e de PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE, com vistas à humanização do processo e REDUÇÃO dos índices gerais de REINCIDÊNCIA. | 4#) Educação de Qualidade<br>5#) Igualdade de Gênero<br>6#) Água Potável e Saneamento<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Econômico<br>Institucional<br>Infraestrutura<br>Social | Muralhas do Sistema Penitenciário Federal<br>Ômega<br>SISDEPEN Indivíduos | Operações realizadas pela Força Penal Nacional<br>Vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas aos servidores de execução penal |
| Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen | Política de Fortalecimento do Sistema Penal | 30907 – Fundo Penitenciário Nacional | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BP - Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária | 0002 - Integração e Modernização dos Sistemas de Informações Penais e Ações de Inteligência Penitenciária | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Padronizar tecnologicamente e integrar as BASES DE DADOS sobre segurança pública entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios por meio da implementação do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas - Sinesp e do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional - Sisdepen e por meio dos dados obtidos do Sistema Nacional de Trânsito - SNT e de outros sistemas de interesse da segurança pública e defesa social, com o uso de ferramentas de aprendizado de máquina (machine learning) para categorização e análise. | 4#) Educação de Qualidade<br>5#) Igualdade de Gênero<br>6#) Água Potável e Saneamento<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Econômico<br>Institucional<br>Infraestrutura<br>Social | Muralhas do Sistema Penitenciário Federal<br>Ômega<br>SISDEPEN Indivíduos | Operações realizadas pela Força Penal Nacional<br>Vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas aos servidores de execução penal |
| Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen | Política de Fortalecimento do Sistema Penal | 30907 – Fundo Penitenciário Nacional | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BP - Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária | 0003 - Modernização e Aparelhamento do Sistema Penitenciário Nacional | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 4#) Educação de Qualidade<br>5#) Igualdade de Gênero<br>6#) Água Potável e Saneamento<br>8#) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>16#) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Econômico<br>Institucional<br>Infraestrutura<br>Social | Muralhas do Sistema Penitenciário Federal<br>Ômega<br>SISDEPEN Indivíduos | Operações realizadas pela Força Penal Nacional<br>Vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas aos servidores de execução penal |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen | Política de Fortalecimento do Sistema Penal | 30907 – Fundo Penitenciário Nacional | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BP - Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária | 0004 - Atividade de Segurança no Âmbito do Sistema Penitenciário Federal | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 4ª) Educação de Qualidade<br>5ª) Igualdade de Gênero<br>6ª) Água Potável e Saneamento<br>8ª) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>16ª) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Econômico Institucional Infraestrutura Social | Muralhas do Sistema Penitenciário Federal<br><br>Ômega<br><br>SISDEPEN Indivíduos | Operações realizadas pela Força Penal Nacional<br><br>Vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas aos servidores de execução penal |
| Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen | Política de Fortalecimento do Sistema Penal | 30907 – Fundo Penitenciário Nacional | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BP - Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária | 0006 - Conservação da Infraestrutura do Sistema Penitenciário Federal | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Garantia dos Direitos da População Prisional | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 4ª) Educação de Qualidade<br>5ª) Igualdade de Gênero<br>6ª) Água Potável e Saneamento<br>8ª) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>16ª) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Econômico Institucional Infraestrutura Social | Muralhas do Sistema Penitenciário Federal<br><br>Ômega<br><br>SISDEPEN Indivíduos | Operações realizadas pela Força Penal Nacional<br><br>Vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas aos servidores de execução penal |
| Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen | Política de Fortalecimento do Sistema Penal | 30907 – Fundo Penitenciário Nacional | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BP - Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária | 0007 - Encargos com a Contratação Excepcional e Temporária | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais | Aperfeiçoar as condições de CUMPRIMENTO DE MEDIDAS RESTRITIVAS DE DIREITOS, de PENAS ALTERNATIVAS À PRISÃO e de PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE, com vistas à humanização do processo e REDUÇÃO dos índices gerais de REINCIDÊNCIA. | 4ª) Educação de Qualidade<br>5ª) Igualdade de Gênero<br>6ª) Água Potável e Saneamento<br>8ª) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>16ª) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Econômico Institucional Infraestrutura Social | Muralhas do Sistema Penitenciário Federal<br><br>Ômega<br><br>SISDEPEN Indivíduos | Operações realizadas pela Força Penal Nacional<br><br>Vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas aos servidores de execução penal |
| Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen | Política de Fortalecimento do Sistema Penal | 30907 – Fundo Penitenciário Nacional | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BP - Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária | 0008 - Apoio as Ações Voltadas ao Fomento de Obras Prisionais em Âmbito Nacional | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Garantia dos Direitos da População Prisional | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 4ª) Educação de Qualidade<br>5ª) Igualdade de Gênero<br>6ª) Água Potável e Saneamento<br>8ª) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>16ª) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Econômico Institucional Infraestrutura Social | Muralhas do Sistema Penitenciário Federal<br><br>Ômega<br><br>SISDEPEN Indivíduos | Operações realizadas pela Força Penal Nacional<br><br>Vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas aos servidores de execução penal |
| Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen | Política de Trabalho no Sistema Penal | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21EO - Apoio ao Sistema Penitenciário Nacional | 0000 - Apoio ao Sistema Penitenciário Nacional | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Garantia dos Direitos da População Prisional | Aperfeiçoar as condições de CUMPRIMENTO DE MEDIDAS RESTRITIVAS DE DIREITOS, de PENAS ALTERNATIVAS À PRISÃO e de PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE, com vistas à humanização do processo e REDUÇÃO dos índices gerais de REINCIDÊNCIA. | 8ª) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10ª) Redução das Desigualdades<br>16ª) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Social | Oficinas de trabalho prisional | Pessoas privadas de liberdade que participam de atividades laborais |
| Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen | Política de Trabalho no Sistema Penal | 30907 – Fundo Penitenciário Nacional | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BP - Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária | 000M - Política de Trabalho no Sistema Penal | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Garantia dos Direitos da População Prisional | Aperfeiçoar as condições de CUMPRIMENTO DE MEDIDAS RESTRITIVAS DE DIREITOS, de PENAS ALTERNATIVAS À PRISÃO e de PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE, com vistas à humanização do processo e REDUÇÃO dos índices gerais de REINCIDÊNCIA. | 8ª) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10ª) Redução das Desigualdades<br>16ª) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Social | Oficinas de trabalho prisional | Pessoas privadas de liberdade que participam de atividades laborais |
| Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos – Senad | Política do Ciclo Virtuoso da Gestão de Ativos Apreendidos | 30912 - Fundo Nacional Antidrogas | 5015 - Justiça | 21BR - Gestão de Ativos e Descapitalização do Crime | 0000 - Gestão de Ativos e Descapitalização do Crime - Despesas Diversas | Gestão de Ativos e da Política sobre Drogas | Gestão de Ativos e Efetivação da Arrecadação | Aperfeiçoar a GESTÃO DE ATIVOS provenientes da atuação de persecução penal em casos de prática e financiamento de crimes, de atos de improbidade administrativa e de ilícitos apurados, bem como promover a sua respectiva destinação. | 1ª) Erradicação da Pobreza<br>10ª) Redução das Desigualdades<br>11ª) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>16ª) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17ª) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional | Sistema Informatizado de Gestão de Ativos Apreendidos – SIGAP 2.0 | Ativos alienados, incorporados ou doados<br><br>Percentual de ativos destinados<br><br>Receita da gestão de ativos |
| Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos – Senad | Política do Ciclo Virtuoso da Gestão de Ativos Apreendidos | 30912 - Fundo Nacional Antidrogas | 5015 - Justiça | 21BR - Gestão de Ativos e Descapitalização do Crime | 2000 - Despesas Administrativas | Gestão de Ativos e da Política sobre Drogas | Gestão de Ativos e Efetivação da Arrecadação | Aperfeiçoar a GESTÃO DE ATIVOS provenientes da atuação de persecução penal em casos de prática e financiamento de crimes, de atos de improbidade administrativa e de ilícitos apurados, bem como promover a sua respectiva destinação. | 1ª) Erradicação da Pobreza<br>10ª) Redução das Desigualdades<br>11ª) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>16ª) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17ª) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional | Sistema Informatizado de Gestão de Ativos Apreendidos – SIGAP 2.0 | Ativos alienados, incorporados ou doados<br><br>Percentual de ativos destinados<br><br>Receita da gestão de ativos |
| Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos – Senad | Política do Ciclo Virtuoso da Gestão de Ativos Apreendidos | 30912 - Fundo Nacional Antidrogas | N30B - Articulação de Políticas Públicas para Redução da Oferta e da Demanda de Drogas e Álcool e Gestão de Ativos da Descapitalização do Crime | 0002 - Gestão e Alienação de Ativos | Gestão de Ativos e da Política sobre Drogas | Gestão de Ativos e Efetivação da Arrecadação | Aperfeiçoar a GESTÃO DE ATIVOS provenientes da atuação de persecução penal em casos de prática e financiamento de crimes, de atos de improbidade administrativa e de ilícitos apurados, bem como promover a sua respectiva destinação. | 1ª) Erradicação da Pobreza<br>10ª) Redução das Desigualdades<br>11ª) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>16ª) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17ª) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional | Sistema Informatizado de Gestão de Ativos Apreendidos – SIGAP 2.0 | Ativos alienados, incorporados ou doados<br><br>Percentual de ativos destinados<br><br>Receita da gestão de ativos |
| Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos – Senad | Política do Ciclo Virtuoso da Gestão de Ativos Apreendidos | 30912 - Fundo Nacional Antidrogas | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 20IE - Articulação de Política Pública sobre Drogas | 0002 - Gestão de Ativos, Modernização e Qualificação das Instituições de Segurança Pública | Gestão de Ativos e da Política sobre Drogas | Gestão de Ativos e Efetivação da Arrecadação | Aperfeiçoar a GESTÃO DE ATIVOS provenientes da atuação de persecução penal em casos de prática e financiamento de crimes, de atos de improbidade administrativa e de ilícitos apurados, bem como promover a sua respectiva destinação. | 1ª) Erradicação da Pobreza<br>10ª) Redução das Desigualdades<br>11ª) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>16ª) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17ª) Parcerias e Meios de Implementação | Institucional | Sistema Informatizado de Gestão de Ativos Apreendidos – SIGAP 2.0 | Ativos alienados, incorporados ou doados<br><br>Percentual de ativos destinados<br><br>Receita da gestão de ativos |
| Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos – Senad | Política sobre Drogas – Reconstrução com ênfase em Grupos Vulneráveis | 30912 - Fundo Nacional Antidrogas | 2085 - Redução do impacto social do álcool e outras drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social | 20R9 - Prevenção de Uso e/ou Abuso de Drogas | 0000 - Prevenção de Uso e/ou Abuso de Drogas Despesas Diversas | Gestão de Ativos e da Política sobre Drogas | Gestão e Articulação da Política sobre Drogas | Qualificar o COMBATE À CORRUPÇÃO, à OFERTA DE DROGAS ILÍCITAS, ao CRIME ORGANIZADO e à LAVAGEM DE DINHEIRO, com a implemento das ações de prevenção e repressão dos delitos dessas naturezas. | 1ª) Erradicação da Pobreza<br>3ª) Saúde e Bem-Estar<br>5ª) Igualdade de Gênero<br>8ª) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10ª) Redução das Desigualdades<br>11ª) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>16ª) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17ª) Parcerias e Meios de Implementação | Social | Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário - CDESC<br><br>Implantação da Estratégia Nacional de Acesso a Direitos para Mulheres na Política sobre Drogas | Projetos da sociedade civil relacionados à política sobre drogas apoiados<br><br>Territórios impactados com as estratégias de política sobre drogas para grupos vulneráveis |
| Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos – Senad | Política sobre Drogas – Reconstrução com ênfase em Grupos Vulneráveis | 30912 - Fundo Nacional Antidrogas | 2085 - Redução do impacto social do álcool e outras drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social | 20R9 - Prevenção de Uso e/ou Abuso de Drogas | EIND - Emenda Individual | Gestão de Ativos e da Política sobre Drogas | Gestão e Articulação da Política sobre Drogas | Qualificar o COMBATE À CORRUPÇÃO, à OFERTA DE DROGAS ILÍCITAS, ao CRIME ORGANIZADO e à LAVAGEM DE DINHEIRO, com a implemento das ações de prevenção e repressão dos delitos dessas naturezas. | 1ª) Erradicação da Pobreza<br>3ª) Saúde e Bem-Estar<br>5ª) Igualdade de Gênero<br>8ª) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10ª) Redução das Desigualdades<br>11ª) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>16ª) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17ª) Parcerias e Meios de Implementação | Social | Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário - CDESC<br><br>Implantação da Estratégia Nacional de Acesso a Direitos para Mulheres na Política sobre Drogas | Projetos da sociedade civil relacionados à política sobre drogas apoiados<br><br>Territórios impactados com as estratégias de política sobre drogas para grupos vulneráveis |
| Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos – Senad | Política sobre Drogas – Reconstrução com ênfase em Grupos Vulneráveis | 30912 - Fundo Nacional Antidrogas | 2085 - Redução do impacto social do álcool e outras drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social | 21SS - Redes de Cuidados e Reinserção Social de Pessoas e Famílias que Têm Problemas com Álcool e Outras Drogas | 0002 - Reinserção Social | Gestão de Ativos e da Política sobre Drogas | Gestão e Articulação da Política sobre Drogas | Qualificar o COMBATE À CORRUPÇÃO, à OFERTA DE DROGAS ILÍCITAS, ao CRIME ORGANIZADO e à LAVAGEM DE DINHEIRO, com a implemento das ações de prevenção e repressão dos delitos dessas naturezas. | 1ª) Erradicação da Pobreza<br>3ª) Saúde e Bem-Estar<br>5ª) Igualdade de Gênero<br>8ª) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10ª) Redução das Desigualdades<br>11ª) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>16ª) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17ª) Parcerias e Meios de Implementação | Social | Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário - CDESC<br><br>Implantação da Estratégia Nacional de Acesso a Direitos para Mulheres na Política sobre Drogas | Projetos da sociedade civil relacionados à política sobre drogas apoiados<br><br>Territórios impactados com as estratégias de política sobre drogas para grupos vulneráveis |
| Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos – Senad | Política sobre Drogas – Reconstrução com ênfase em Grupos Vulneráveis | 30912 - Fundo Nacional Antidrogas | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 20IE - Articulação de Política Pública sobre Drogas | 0000 - Articulação de Política Pública sobre Drogas - Despesas Diversas | Gestão de Ativos e da Política sobre Drogas | Gestão e Articulação da Política sobre Drogas | Qualificar o COMBATE À CORRUPÇÃO, à OFERTA DE DROGAS ILÍCITAS, ao CRIME ORGANIZADO e à LAVAGEM DE DINHEIRO, com a implemento das ações de prevenção e repressão dos delitos dessas naturezas. | 1ª) Erradicação da Pobreza<br>3ª) Saúde e Bem-Estar<br>5ª) Igualdade de Gênero<br>8ª) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10ª) Redução das Desigualdades<br>11ª) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>16ª) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17ª) Parcerias e Meios de Implementação | Social | Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário - CDESC<br><br>Implantação da Estratégia Nacional de Acesso a Direitos para Mulheres na Política sobre Drogas | Projetos da sociedade civil relacionados à política sobre drogas apoiados<br><br>Territórios impactados com as estratégias de política sobre drogas para grupos vulneráveis |
| Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos – Senad | Política sobre Drogas – Reconstrução com ênfase em Grupos Vulneráveis | 30912 - Fundo Nacional Antidrogas | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 20IE - Articulação de Política Pública sobre Drogas | 0001 - Prevenção, Reinserção Social e Desenvolvimento Territorial | Gestão de Ativos e da Política sobre Drogas | Gestão e Articulação da Política sobre Drogas | Desenvolver e apoiar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão à violência e à criminalidade relacionadas às MULHERES, aos JOVENS e a outros GRUPOS VULNERÁVEIS, bem como ao DESAPARECIMENTO e ao TRÁFICO DE PESSOAS. | 1ª) Erradicação da Pobreza<br>3ª) Saúde e Bem-Estar<br>5ª) Igualdade de Gênero<br>8ª) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10ª) Redução das Desigualdades<br>11ª) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>16ª) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17ª) Parcerias e Meios de Implementação | Social | Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário - CDESC<br><br>Implantação da Estratégia Nacional de Acesso a Direitos para Mulheres na Política sobre Drogas | Projetos da sociedade civil relacionados à política sobre drogas apoiados<br><br>Territórios impactados com as estratégias de política sobre drogas para grupos vulneráveis |
| Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos – Senad | Política sobre Drogas – Reconstrução com ênfase em Grupos Vulneráveis | 30912 - Fundo Nacional Antidrogas | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 20IE - Articulação de Política Pública sobre Drogas | 0003 - Produção, Gestão e Disseminação do Conhecimento | Gestão de Ativos e da Política sobre Drogas | Gestão e Articulação da Política sobre Drogas | Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da CAPACITAÇÃO e da VALORIZAÇÃO dos profissionais, do ENSINO e da PESQUISA em temas finalísticos e correlatos. | 1ª) Erradicação da Pobreza<br>3ª) Saúde e Bem-Estar<br>5ª) Igualdade de Gênero<br>8ª) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10ª) Redução das Desigualdades<br>11ª) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>16ª) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17ª) Parcerias e Meios de Implementação | Social | Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário - CDESC<br><br>Implantação da Estratégia Nacional de Acesso a Direitos para Mulheres na Política sobre Drogas | Projetos da sociedade civil relacionados à política sobre drogas apoiados<br><br>Territórios impactados com as estratégias de política sobre drogas para grupos vulneráveis |
| Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos – Senad | Política sobre Drogas – Reconstrução com ênfase em Grupos Vulneráveis | 30912 - Fundo Nacional Antidrogas | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 20IE - Articulação de Política Pública sobre Drogas | 0004 - Articulação de Políticas para Acesso a Direitos para Mulheres na Política sobre Drogas | Gestão de Ativos e da Política sobre Drogas | Gestão e Articulação da Política sobre Drogas | Desenvolver e apoiar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão à violência e à criminalidade relacionadas às MULHERES, aos JOVENS e a outros GRUPOS VULNERÁVEIS, bem como ao DESAPARECIMENTO e ao TRÁFICO DE PESSOAS. | 1ª) Erradicação da Pobreza<br>3ª) Saúde e Bem-Estar<br>5ª) Igualdade de Gênero<br>8ª) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10ª) Redução das Desigualdades<br>11ª) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>16ª) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17ª) Parcerias e Meios de Implementação | Social | Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário - CDESC<br><br>Implantação da Estratégia Nacional de Acesso a Direitos para Mulheres na Política sobre Drogas | Projetos da sociedade civil relacionados à política sobre drogas apoiados<br><br>Territórios impactados com as estratégias de política sobre drogas para grupos vulneráveis |

| | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos – Senad | Política sobre Drogas – Reconstrução com ênfase em Grupos Vulneráveis | 30912 - Fundo Nacional Antidrogas | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 20IE - Articulação de Política Pública sobre Drogas | 000F - Capacitação de Atores da Política sobre Drogas | Gestão de Ativos e da Política sobre Drogas | Gestão e Articulação da Política sobre Drogas | Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da CAPACITAÇÃO e da VALORIZAÇÃO dos profissionais, do ENSINO e da PESQUISA em temas finalísticos e correlatos. | 1ª) Erradicação da Pobreza<br>3ª) Saúde e Bem-Estar<br>5ª) Igualdade de Gênero<br>8ª) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10ª) Redução das Desigualdades<br>11ª) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>16ª) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17ª) Parcerias e Meios de Implementação | Social | Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário - CDESC<br><br>Implantação da Estratégia Nacional de Acesso a Direitos para Mulheres na Política sobre Drogas | Projetos da sociedade civil relacionados à política sobre drogas apoiados<br><br>Territórios impactados com as estratégias de política sobre drogas para grupos vulneráveis |
| Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos – Senad | Política sobre Drogas – Reconstrução com ênfase em Grupos Vulneráveis | 30912 - Fundo Nacional Antidrogas | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 20IE - Articulação de Política Pública sobre Drogas | 000G - Produção de Conhecimento quanto a Redução da Oferta de Drogas | Gestão de Ativos e da Política sobre Drogas | Gestão e Articulação da Política sobre Drogas | Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da CAPACITAÇÃO e da VALORIZAÇÃO dos profissionais, do ENSINO e da PESQUISA em temas finalísticos e correlatos. | 1ª) Erradicação da Pobreza<br>3ª) Saúde e Bem-Estar<br>5ª) Igualdade de Gênero<br>8ª) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10ª) Redução das Desigualdades<br>11ª) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>16ª) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17ª) Parcerias e Meios de Implementação | Social | Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário - CDESC<br><br>Implantação da Estratégia Nacional de Acesso a Direitos para Mulheres na Política sobre Drogas | Projetos da sociedade civil relacionados à política sobre drogas apoiados<br><br>Territórios impactados com as estratégias de política sobre drogas para grupos vulneráveis |
| Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos – Senad | Política sobre Drogas – Reconstrução com ênfase em Grupos Vulneráveis | 30912 - Fundo Nacional Antidrogas | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 20IE - Articulação de Política Pública sobre Drogas | 000H - Apoio para Redução da Oferta de Drogas | Gestão de Ativos e da Política sobre Drogas | Gestão e Articulação da Política sobre Drogas | Qualificar o COMBATE À CORRUPÇÃO, À OFERTA DE DROGAS ILÍCITAS, ao CRIME ORGANIZADO e à LAVAGEM DE DINHEIRO, com a implemento das ações de prevenção e repressão dos delitos dessas naturezas. | 1ª) Erradicação da Pobreza<br>3ª) Saúde e Bem-Estar<br>5ª) Igualdade de Gênero<br>8ª) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10ª) Redução das Desigualdades<br>11ª) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>16ª) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17ª) Parcerias e Meios de Implementação | Social | Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário - CDESC<br><br>Implantação da Estratégia Nacional de Acesso a Direitos para Mulheres na Política sobre Drogas | Projetos da sociedade civil relacionados à política sobre drogas apoiados<br><br>Territórios impactados com as estratégias de política sobre drogas para grupos vulneráveis |
| Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos – Senad | Política sobre Drogas – Reconstrução com ênfase em Grupos Vulneráveis | 30912 - Fundo Nacional Antidrogas | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 20IE - Articulação de Política Pública sobre Drogas | 2000 - Despesas Administrativas | Gestão de Ativos e da Política sobre Drogas | Gestão e Articulação da Política sobre Drogas | Qualificar o COMBATE À CORRUPÇÃO, À OFERTA DE DROGAS ILÍCITAS, ao CRIME ORGANIZADO e à LAVAGEM DE DINHEIRO, com a implemento das ações de prevenção e repressão dos delitos dessas naturezas. | 1ª) Erradicação da Pobreza<br>3ª) Saúde e Bem-Estar<br>5ª) Igualdade de Gênero<br>8ª) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10ª) Redução das Desigualdades<br>11ª) Cidades e Comunidades Sustentáveis<br>16ª) Paz, Justiça e Instituições Eficazes<br>17ª) Parcerias e Meios de Implementação | Social | Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário - CDESC<br><br>Implantação da Estratégia Nacional de Acesso a Direitos para Mulheres na Política sobre Drogas | Projetos da sociedade civil relacionados à política sobre drogas apoiados<br><br>Territórios impactados com as estratégias de política sobre drogas para grupos vulneráveis |
| Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos – Senad | Reserva de Contingência - Financeira | 30912 - Fundo Nacional Antidrogas | 0999 - Reserva de Contingência | 0Z00 - Reserva de Contingência - Financeira | 0000 - Reserva de Contingência - Financeira | Reserva de Contingência | Reserva de Contingência | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Gestão e Suporte às Políticas Públicas | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 2000 - Administração da Unidade | 000H - Gestão e Manutenção da SENASP | Governança, Gestão e Suporte | Gestão da Logística | Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de GOVERNANÇA E GESTÃO da Segurança Pública e defesa social do País. | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Aperfeiçoamento da Atividade de Inteligência de Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 000C - Fortalecimento do Sistema de Inteligência de Segurança Pública - SISP - Fortalecimento das Agências de Inteligência de Segurança Pública | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Fortalecer a ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA das instituições de segurança pública e defesa social, por meio da atuação integrada dos órgãos do Susp, com vistas ao aprimoramento das ações de produção, análise, gestão e compartilhamento de dados e informações. | 16ª) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Diretriz Principal Institucional | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Aperfeiçoamento da Atividade de Inteligência de Segurança Pública | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 000C - Ações de Inteligência de Apoio ao Combate ao Crime Organizado | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Fortalecer a ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA das instituições de segurança pública e defesa social, por meio da atuação integrada dos órgãos do Susp, com vistas ao aprimoramento das ações de produção, análise, gestão e compartilhamento de dados e informações. | 16ª) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Diretriz Principal Institucional | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Aperfeiçoamento da Atividade de Inteligência de Segurança Pública | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 000G - Fortalecimento do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública - SISP | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Fortalecer a ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA das instituições de segurança pública e defesa social, por meio da atuação integrada dos órgãos do Susp, com vistas ao aprimoramento das ações de produção, análise, gestão e compartilhamento de dados e informações. | 16ª) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Diretriz Principal Institucional | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Educação para os Profissionais de Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública | 88S5 - Fortalecimento e Modernização das Instituições de Segurança | 0006 - Capacitação de Profissionais de Segurança Pública para Atuação e Operações Integradas - CICC e CICCN | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais | Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da CAPACITAÇÃO e da VALORIZAÇÃO dos profissionais, do ENSINO e da PESQUISA em temas finalísticos e correlatos. | 4ª) Educação de Qualidade;<br>5ª) Igualdade de Gênero;<br>8ª) Trabalho Decente e Crescimento Econômico;<br>10ª) Redução das Desigualdades<br>16ª) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Social | Fortalecimento do Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional - SIEVAP | Ações integradas entre instituições de segurança pública com foco no enfrentamento às organizações criminosas |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Educação para os Profissionais de Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública | 88S5 - Fortalecimento e Modernização das Instituições de Segurança | 0007 - Capacitação de Profissionais de Segurança Pública para Atuação em Inteligência de Segurança Pública | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais | Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da CAPACITAÇÃO e da VALORIZAÇÃO dos profissionais, do ENSINO e da PESQUISA em temas finalísticos e correlatos. | 4ª) Educação de Qualidade;<br>5ª) Igualdade de Gênero;<br>8ª) Trabalho Decente e Crescimento Econômico;<br>10ª) Redução das Desigualdades<br>16ª) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Social | Fortalecimento do Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional - SIEVAP | Ações integradas entre instituições de segurança pública com foco no enfrentamento às organizações criminosas |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Educação para os Profissionais de Segurança Pública | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 00CA - Concessão de Bolsas para o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI | 0000 - Concessão de Bolsas para o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI - Despesas Diversas | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais | Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da CAPACITAÇÃO e da VALORIZAÇÃO dos profissionais, do ENSINO e da PESQUISA em temas finalísticos e correlatos. | 4ª) Educação de Qualidade;<br>5ª) Igualdade de Gênero;<br>8ª) Trabalho Decente e Crescimento Econômico;<br>10ª) Redução das Desigualdades<br>16ª) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Social | Fortalecimento do Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional - SIEVAP | Ações integradas entre instituições de segurança pública com foco no enfrentamento às organizações criminosas |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Educação para os Profissionais de Segurança Pública | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 00CA - Concessão de Bolsas para o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI | 0003 - Concessão de Bolsa-Formação a Policiais Militares, Civis, Penais, Guardas-Municipais, Bombeiros e Peritos Criminais, pertencentes aos Estados-Membros – Pronasci 2 | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais | Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da CAPACITAÇÃO e da VALORIZAÇÃO dos profissionais, do ENSINO e da PESQUISA em temas finalísticos e correlatos. | 4ª) Educação de Qualidade;<br>5ª) Igualdade de Gênero;<br>8ª) Trabalho Decente e Crescimento Econômico;<br>10ª) Redução das Desigualdades<br>16ª) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Social | Fortalecimento do Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional - SIEVAP | Ações integradas entre instituições de segurança pública com foco no enfrentamento às organizações criminosas |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Educação para os Profissionais de Segurança Pública | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 0008 - Capacitação de Profissionais, Gestores e Operadores de Segurança Pública | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais | Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da CAPACITAÇÃO e da VALORIZAÇÃO dos profissionais, do ENSINO e da PESQUISA em temas finalísticos e correlatos. | 4ª) Educação de Qualidade;<br>5ª) Igualdade de Gênero;<br>8ª) Trabalho Decente e Crescimento Econômico;<br>10ª) Redução das Desigualdades<br>16ª) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Social | Fortalecimento do Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional - SIEVAP | Ações integradas entre instituições de segurança pública com foco no enfrentamento às organizações criminosas |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Educação para os Profissionais de Segurança Pública | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 000P - Capacitação de Profissionais, Gestores e Operadores de Segurança Pública em Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais | Desenvolver e apoiar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão à violência e à criminalidade relacionadas às MULHERES, aos JOVENS e a outros GRUPOS VULNERÁVEIS, bem como ao DESAPARECIMENTO e ao TRÁFICO DE PESSOAS. | 4ª) Educação de Qualidade;<br>5ª) Igualdade de Gênero;<br>8ª) Trabalho Decente e Crescimento Econômico;<br>10ª) Redução das Desigualdades<br>16ª) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Social | Fortalecimento do Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional - SIEVAP | Ações integradas entre instituições de segurança pública com foco no enfrentamento às organizações criminosas |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Educação para os Profissionais de Segurança Pública | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 000Q - Capacitação de Profissionais, Gestores e Operadores de Segurança Pública para Proteção e Promoção dos Direitos das Crianças na Primeira Infância | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais | Desenvolver e apoiar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão à violência e à criminalidade relacionadas às MULHERES, aos JOVENS e a outros GRUPOS VULNERÁVEIS, bem como ao DESAPARECIMENTO e ao TRÁFICO DE PESSOAS. | 4ª) Educação de Qualidade;<br>5ª) Igualdade de Gênero;<br>8ª) Trabalho Decente e Crescimento Econômico;<br>10ª) Redução das Desigualdades<br>16ª) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Social | Fortalecimento do Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional - SIEVAP | Ações integradas entre instituições de segurança pública com foco no enfrentamento às organizações criminosas |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Educação para os Profissionais de Segurança Pública | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2B00 - Atuação da Força Nacional de Segurança Pública | 0005 - Instruções dos profissionais da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública – DFNSP | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais | Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da CAPACITAÇÃO e da VALORIZAÇÃO dos profissionais, do ENSINO e da PESQUISA em temas finalísticos e correlatos. | 4ª) Educação de Qualidade;<br>5ª) Igualdade de Gênero;<br>8ª) Trabalho Decente e Crescimento Econômico;<br>10ª) Redução das Desigualdades | Institucional<br>Social | Fortalecimento do Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional - SIEVAP | Ações integradas entre instituições de segurança pública com foco no enfrentamento às organizações criminosas |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Enfrentamento da Criminalidade Violenta | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública | 20UD - Prevenção a Violencia e a Criminalidade | EIND - Emenda Individual | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 16ª) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Diretriz Principal Institucional<br>Social | Qualificação da investigação de homicídios | Unidades de perícia integradas aos bancos de dados de análise balística e de perfis genéticos<br><br>Taxa de mortes violentas intencionais |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Enfrentamento da Criminalidade Violenta | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública | 8858 - Valorização de Profissionais e Operadores de Segurança Pública | EIND - Emenda Individual | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 16ª) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Diretriz Principal Institucional<br>Social | Qualificação da investigação de homicídios | Unidades de perícia integradas aos bancos de dados de análise balística e de perfis genéticos<br><br>Taxa de mortes violentas intencionais |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Enfrentamento da Criminalidade Violenta | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 0002 - Enfrentamento à Criminalidade Violenta | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 16ª) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Diretriz Principal Institucional<br>Social | Qualificação da investigação de homicídios | Unidades de perícia integradas aos bancos de dados de análise balística e de perfis genéticos<br><br>Taxa de mortes violentas intencionais |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Enfrentamento da Criminalidade Violenta | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 0002 - Enfrentamento à Criminalidade Violenta | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 16ª) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Diretriz Principal Institucional<br>Social | Qualificação da investigação de homicídios | Unidades de perícia integradas aos bancos de dados de análise balística e de perfis genéticos<br><br>Taxa de mortes violentas intencionais |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Enfrentamento da Criminalidade Violenta | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 0005 - Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos - RIBPG | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Qualificar e fortalecer a atividade de INVESTIGAÇÃO E PERÍCIA CRIMINAL, com vistas à melhoria dos índices de resolução de crimes e infrações penais. | 16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Diretriz Principal Institucional Social | Qualificação da investigação de homicídios | Unidades de perícia integradas aos bancos de dados de análise balística e de perfis genéticos<br>Taxa de mortes violentas intencionais |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Enfrentamento da Criminalidade Violenta | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 00R2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional | 000A - Redução de Mortes Violentas Intencionais | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Diretriz Principal Institucional Social | Qualificação da investigação de homicídios | Unidades de perícia integradas aos bancos de dados de análise balística e de perfis genéticos<br>Taxa de mortes violentas intencionais |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Enfrentamento da Criminalidade Violenta | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 000Z - Qualificação da perícia criminal | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Qualificar e fortalecer a atividade de INVESTIGAÇÃO E PERÍCIA CRIMINAL, com vistas à melhoria dos índices de resolução de crimes e infrações penais. | 16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Diretriz Principal Institucional Social | Qualificação da investigação de homicídios | Unidades de perícia integradas aos bancos de dados de análise balística e de perfis genéticos<br>Taxa de mortes violentas intencionais |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Enfrentamento da Criminalidade Violenta | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 0012 - Aprimoramento da Investigação de Homicídios | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Diretriz Principal Institucional Social | Qualificação da investigação de homicídios | Unidades de perícia integradas aos bancos de dados de análise balística e de perfis genéticos<br>Taxa de mortes violentas intencionais |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Enfrentamento das Organizações Criminosas | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 000F - Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Aperfeiçoar a atuação, a coordenação estratégica e a integração operacional dos órgãos de segurança pública e defesa social para o enfrentamento de DELITOS TRANSFRONTEIRIÇOS E TRANSNACIONAIS, inclusive com a ampliação do controle e fiscalização nas FRONTEIRAS, PORTOS E AEROPORTOS. | 16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Diretriz Principal Institucional Social | Programa Nacional de Enfrentamento às Organizações Criminosas - ENFOC | Ações integradas entre instituições de segurança pública com foco no enfrentamento às organizações criminosas |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Enfrentamento das Organizações Criminosas | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 000R - Operações de Combate ao Crime Organizado | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Qualificar o COMBATE À CORRUPÇÃO, à OFERTA DE DROGAS ILÍCITAS, ao CRIME ORGANIZADO e à LAVAGEM DE DINHEIRO, com a implemento das ações de prevenção e repressão dos delitos dessas naturezas. | 16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Diretriz Principal Institucional Social | Programa Nacional de Enfrentamento às Organizações Criminosas - ENFOC | Ações integradas entre instituições de segurança pública com foco no enfrentamento às organizações criminosas |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 2000 - Administração da Unidade | 000P - Gestão e Manutenção da Secretaria de Operações Integradas - SEOPI | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de GOVERNANÇA E GESTÃO da Segurança Pública e defesa social do País. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública | 8855 - Fortalecimento e Modernização das Instituições de Segurança | @ Valor não Detalhado (Reabertura de Crédito) | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública | 8855 - Fortalecimento e Modernização das Instituições de Segurança | 0000 - Fortalecimento da Política Nacional de Segurança Pública - Despesas Diversas | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública | 8855 - Fortalecimento e Modernização das Instituições de Segurança | 0001 - Reestruturação e Modernização das Instituições de Segurança Pública | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública | 8855 - Fortalecimento e Modernização das Instituições de Segurança | EBPM - Emenda de Bancada - Anexo Prioridades e Metas | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública | 8855 - Fortalecimento e Modernização das Instituições de Segurança | EIND - Emenda Individual | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | EBAC - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual do Estado do Acre, em observância ao disposto no inciso I do § 7º do art. 4º da LOA-2023 | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | EBBA - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual do Estado da Bahia, em observância ao disposto no inciso I do § 7º do art. 4º da LOA-2023 | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | EBGO - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual do Estado de Goiás, em observância ao disposto no inciso I do § 7º do art. 4º da LOA-2023 | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | EBMS - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual do Estado do Mato Grosso do Sul, em observância ao disposto no inciso I do § 7º do art. 4º da LOA-2023 | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | EBPR - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual do Estado do Paraná, em observância ao disposto no inciso I do § 7º do art. 4º da LOA-2023 | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | EBRJ - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual do Estado do Rio de Janeiro, em observância ao disposto no inciso I do § 7º do art. 4º da LOA-2023 | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | EBSC - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual do Estado de Santa Catarina, em observância ao disposto no inciso I do § 7º do art. 4º da LOA-2023 | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | EBSP - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual do Estado de São Paulo, em observância ao disposto no inciso I do § 7º do art. 4º da LOA-2023 | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | EBTO - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual do Estado do Tocantins, em observância ao disposto no inciso I do § 7º do art. 4º da LOA-2023 | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 0000 - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade - Despesas Diversas | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 000G - Aparelhamento e Modernização das instituições de segurança pública e defesa social | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | CBAC - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual do Acre, cujo cancelamento por ato do Poder Executivo está condicionado à observância dos §§ 7º, 10 e 11 do art. 4º da LOA-2024 | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de GOVERNANÇA E GESTÃO da Segurança Pública e defesa social do País. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | CBAL - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual de Alagoas, cujo cancelamento por ato do Poder Executivo está condicionado à observância dos §§ 7º, 10 e 11 do art. 4º da LOA-2024 | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de GOVERNANÇA E GESTÃO da Segurança Pública e defesa social do País. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | CBBA - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual da Bahia, cujo cancelamento por ato do Poder Executivo está condicionado à observância dos §§ 7º, 10 e 11 do art. 4º da LOA-2024 | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de GOVERNANÇA E GESTÃO da Segurança Pública e defesa social do País. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | CBCE - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual do Ceará, cujo cancelamento por ato do Poder Executivo está condicionado à observância dos §§ 7º, 10 e 11 do art. 4º da LOA-2024 | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de GOVERNANÇA E GESTÃO da Segurança Pública e defesa social do País. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | CBDF - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual no Distrito Federal, cujo cancelamento por ato do Poder Executivo está condicionado à observância dos §§ 7º, 10 e 11 do art. 4º da LOA-2024 | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de GOVERNANÇA E GESTÃO da Segurança Pública e defesa social do País. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | CBGO - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual de Goiás, cujo cancelamento por ato do Poder Executivo está condicionado à observância dos §§ 7º, 10 e 11 do art. 4º da LOA-2024 | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de GOVERNANÇA E GESTÃO da Segurança Pública e defesa social do País. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | CBMA - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual do Maranhão, cujo cancelamento por ato do Poder Executivo está condicionado à observância dos §§ 7º, 10 e 11 do art. 4º da LOA-2024 | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de GOVERNANÇA E GESTÃO da Segurança Pública e defesa social do País. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | CBMG - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual de Minas Gerais, cujo cancelamento por ato do Poder Executivo está condicionado à observância dos §§ 7º, 10 e 11 do art. 4º da LOA-2024 | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de GOVERNANÇA E GESTÃO da Segurança Pública e defesa social do País. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | CBMS - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual de Mato Grosso do Sul, cujo cancelamento por ato do Poder Executivo está condicionado à observância dos §§ 7º, 10 e 11 do art. 4º da LOA-2024 | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de GOVERNANÇA E GESTÃO da Segurança Pública e defesa social do País. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | CBPA - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual do Pará, cujo cancelamento por ato do Poder Executivo está condicionado à observância dos §§ 7º, 10 e 11 do art. 4º da LOA-2024 | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de GOVERNANÇA E GESTÃO da Segurança Pública e defesa social do País. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | CBPB - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual da Paraíba, cujo cancelamento por ato do Poder Executivo está condicionado à observância dos §§ 7º, 10 e 11 do art. 4º da LOA-2024 | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de GOVERNANÇA E GESTÃO da Segurança Pública e defesa social do País. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | CBRJ - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual do Rio de Janeiro, cujo cancelamento por ato do Poder Executivo está condicionado à observância dos §§ 7º, 10 e 11 do art. 4º da LOA-2024 | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de GOVERNANÇA E GESTÃO da Segurança Pública e defesa social do País. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | CBRN - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual do Rio Grande do Norte, cujo cancelamento por ato do Poder Executivo está condicionado à observância dos §§ 7º, 10 e 11 do art. 4º da LOA-2024 | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de GOVERNANÇA E GESTÃO da Segurança Pública e defesa social do País. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | CBRR - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual de Roraima, cujo cancelamento por ato do Poder Executivo está condicionado à observância dos §§ 7º, 10 e 11 do art. 4º da LOA-2024 | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de GOVERNANÇA E GESTÃO da Segurança Pública e defesa social do País. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | CBRS - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual do Rio Grande do Sul, cujo cancelamento por ato do Poder Executivo está condicionado à observância dos §§ 7º, 10 e 11 do art. 4º da LOA-2024 | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de GOVERNANÇA E GESTÃO da Segurança Pública e defesa social do País. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | CBSC - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual de Santa Catarina, cujo cancelamento por ato do Poder Executivo está condicionado à observância dos §§ 7º, 10 e 11 do art. 4º da LOA-2024 | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de GOVERNANÇA E GESTÃO da Segurança Pública e defesa social do País. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | CBSE - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual de Sergipe, cujo cancelamento por ato do Poder Executivo está condicionado à observância dos §§ 7º, 10 e 11 do art. 4º da LOA-2024 | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de GOVERNANÇA E GESTÃO da Segurança Pública e defesa social do País. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | CBSP - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual de São Paulo, cujo cancelamento por ato do Poder Executivo está condicionado à observância dos §§ 7º, 10 e 11 do art. 4º da LOA-2024 | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de GOVERNANÇA E GESTÃO da Segurança Pública e defesa social do País. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | CBTO - Dotações classificadas com RP 2, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual do Tocantins, cujo cancelamento por ato do Poder Executivo está condicionado à observância dos §§ 7º, 10 e 11 do art. 4º da LOA-2024 | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de GOVERNANÇA E GESTÃO da Segurança Pública e defesa social do País. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública | 20ID - Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública | EBAN - Emenda de Bancada | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública | 20ID - Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública | EBPM - Emenda de Bancada - Anexo Prioridades e Metas | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | EIND - Emenda Individual | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública | 2B00 - Atuação da Força Nacional de Segurança Pública | 0000 - Força Nacional de Segurança Pública | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 0006 - Sistema Integrado de Coordenação, Comunicação, Comando e Controle | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 000M - Aparelhamento e Modernização das Instituições de Segurança Pública e Defesa Social | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 0000 - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade - Despesas Diversas | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 0003 - Ações de Gestão e Inovação em Segurança Pública | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de GOVERNANÇA E GESTÃO da Segurança Pública e defesa social do País. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 000D - Manutenção das Ações Necessárias às Atividades de Segurança Pública | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de GOVERNANÇA E GESTÃO da Segurança Pública e defesa social do País. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 000E - Manutenção de Ações Necessárias à Política de Gestão Integrada | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de GOVERNANÇA E GESTÃO da Segurança Pública e defesa social do País. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 000I - Aperfeiçoamento Tecnológico dos Órgãos de Segurança Pública | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 000Y - Fortalecimento da Política Nacional de Desarmamento Voluntário | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2B00 - Atuação da Força Nacional de Segurança Pública | 0001 - Aparelhamento da Força Nacional | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2B00 - Atuação da Força Nacional de Segurança Pública | 0002 - Manutenção das Atividades da Força Nacional | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2B00 - Atuação da Força Nacional de Segurança Pública | 0003 - Operações e Mobilizações da Força Nacional | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Câmeras corporais<br>Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos | Índice de percepção do risco de vitimização<br>Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional<br>Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados<br>Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados<br>Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Integração de Dados e Informações de Interesse da Segurança Pública | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública | 215R - Aperfeiçoamento da Gestão e Tecnologia da Informação | 0001 - Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e Sobre Drogas – SINESP –Tecnologia da Informação | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Fortalecer a ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA das instituições de segurança pública e defesa social, por meio da atuação integrada dos órgãos do Susp, com vistas ao aprimoramento das ações de produção, análise, gestão e compartilhamento de dados e informações. | 16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Diretriz Principal<br>Institucional | Mapa da Segurança Pública | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Integração de Dados e Informações de Interesse da Segurança Pública | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 000H - Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e Sobre Drogas – SINESP | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Padronizar tecnologicamente e integrar as BASES DE DADOS sobre segurança pública entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios por meio da implementação do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas - Sinesp e do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional - Sisdepen e por meio dos dados obtidos do Sistema Nacional de Trânsito - SNT e de outros sistemas de interesse da segurança pública e defesa social, com o uso de ferramentas de aprendizado de máquina (machine learning) para categorização e análise. | 16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Diretriz Principal<br>Institucional | Mapa da Segurança Pública | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Promoção da Cultura de Paz e Segurança Cidadã | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 000N - Ações de Segurança Pública para a Sociedade e Cidadania | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 5º) Igualdade de Gênero;<br>10º) Redução das Desigualdades;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Diretriz Principal<br>Institucional | Construção ou apoio de Centros Comunitários pela Vida<br>Estruturação de equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres<br>Programa Mulheres Mais Seguras | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Promoção da Cultura de Paz e Segurança Cidadã | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 00CA - Concessão de Bolsas para o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI | 0001 - Concessão de Bolsas no âmbito do Projeto Proteção de Jovens em Território Vulnerável – Protejo | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão à violência e à criminalidade relacionadas às MULHERES, aos JOVENS e a outros GRUPOS VULNERÁVEIS, bem como ao DESAPARECIMENTO e ao TRÁFICO DE PESSOAS. | 5º) Igualdade de Gênero;<br>10º) Redução das Desigualdades;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Diretriz Principal<br>Institucional | Construção ou apoio de Centros Comunitários pela Vida<br>Estruturação de equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres<br>Programa Mulheres Mais Seguras | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Promoção da Cultura de Paz e Segurança Cidadã | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 00R2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional | 0009 - Enfrentamento da Violência contra a Mulher | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão à violência e à criminalidade relacionadas às MULHERES, aos JOVENS e a outros GRUPOS VULNERÁVEIS, bem como ao DESAPARECIMENTO e ao TRÁFICO DE PESSOAS. | 5º) Igualdade de Gênero;<br>10º) Redução das Desigualdades;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Diretriz Principal<br>Institucional | Construção ou apoio de Centros Comunitários pela Vida<br>Estruturação de equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres<br>Programa Mulheres Mais Seguras | Não se aplica |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Promoção da Cultura de Paz e Segurança Cidadã | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 00UZ - Implementação de Iniciativas Voltadas ao Enfrentamento à Violência Contra Mulheres | 0001 - Construção e ampliação de espaços voltados ao atendimento de mulheres vítimas de violência | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão à violência e à criminalidade relacionadas às MULHERES, aos JOVENS e a outros GRUPOS VULNERÁVEIS, bem como ao DESAPARECIMENTO e ao TRÁFICO DE PESSOAS. | 5º) Igualdade de Gênero;<br>10º) Redução das Desigualdades;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Diretriz Principal Institucional | Construção ou apoio de Centros Comunitários pela Vida<br>Estruturação de equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres<br>Programa Mulheres Mais Seguras | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Promoção da Cultura de Paz e Segurança Cidadã | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 00V0 - Implantação de Centros Comunitários pela Vida - CONVIVE | 0001 - Construção e ampliação de Centros Comunitários pela Vida - CONVIVE - PAC | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão à violência e à criminalidade relacionadas às MULHERES, aos JOVENS e a outros GRUPOS VULNERÁVEIS, bem como ao DESAPARECIMENTO e ao TRÁFICO DE PESSOAS. | 5º) Igualdade de Gênero;<br>10º) Redução das Desigualdades;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Diretriz Principal Institucional | Construção ou apoio de Centros Comunitários pela Vida<br>Estruturação de equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres<br>Programa Mulheres Mais Seguras | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Promoção da Cultura de Paz e Segurança Cidadã | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 0007 - Fortalecimento da Segurança Pública no Município | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 5º) Igualdade de Gênero;<br>10º) Redução das Desigualdades;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Diretriz Principal Institucional | Construção ou apoio de Centros Comunitários pela Vida<br>Estruturação de equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres<br>Programa Mulheres Mais Seguras | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Promoção da Cultura de Paz e Segurança Cidadã | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 000I - Implementação de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão à violência e à criminalidade relacionadas às MULHERES, aos JOVENS e a outros GRUPOS VULNERÁVEIS, bem como ao DESAPARECIMENTO e ao TRÁFICO DE PESSOAS. | 5º) Igualdade de Gênero;<br>10º) Redução das Desigualdades;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Diretriz Principal Institucional | Construção ou apoio de Centros Comunitários pela Vida<br>Estruturação de equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres<br>Programa Mulheres Mais Seguras | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Promoção da Cultura de Paz e Segurança Cidadã | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 000S - Operações de Combate aos Crimes Contra a Primeira Infância | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão à violência e à criminalidade relacionadas às MULHERES, aos JOVENS e a outros GRUPOS VULNERÁVEIS, bem como ao DESAPARECIMENTO e ao TRÁFICO DE PESSOAS. | 5º) Igualdade de Gênero;<br>10º) Redução das Desigualdades;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Diretriz Principal Institucional | Construção ou apoio de Centros Comunitários pela Vida<br>Estruturação de equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres<br>Programa Mulheres Mais Seguras | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Promoção da Cultura de Paz e Segurança Cidadã | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 000T - Operações de Combate aos Crimes Contra a Mulher | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão à violência e à criminalidade relacionadas às MULHERES, aos JOVENS e a outros GRUPOS VULNERÁVEIS, bem como ao DESAPARECIMENTO e ao TRÁFICO DE PESSOAS. | 5º) Igualdade de Gênero;<br>10º) Redução das Desigualdades;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Diretriz Principal Institucional | Construção ou apoio de Centros Comunitários pela Vida<br>Estruturação de equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres<br>Programa Mulheres Mais Seguras | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Promoção da Cultura de Paz e Segurança Cidadã | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 000U - Operações de Combate aos Crimes Contra os Idosos | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão à violência e à criminalidade relacionadas às MULHERES, aos JOVENS e a outros GRUPOS VULNERÁVEIS, bem como ao DESAPARECIMENTO e ao TRÁFICO DE PESSOAS. | 5º) Igualdade de Gênero;<br>10º) Redução das Desigualdades;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Diretriz Principal Institucional | Construção ou apoio de Centros Comunitários pela Vida<br>Estruturação de equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres<br>Programa Mulheres Mais Seguras | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Promoção da Cultura de Paz e Segurança Cidadã | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 000X - Implementação de Políticas de Prevenção à Violência e Criminalidade com enfoque em Polícia Comunitária | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 5º) Igualdade de Gênero;<br>10º) Redução das Desigualdades;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Diretriz Principal Institucional | Construção ou apoio de Centros Comunitários pela Vida<br>Estruturação de equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres<br>Programa Mulheres Mais Seguras | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Promoção da Cultura de Paz e Segurança Cidadã | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 0013 - Implementação da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 5º) Igualdade de Gênero;<br>10º) Redução das Desigualdades;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Diretriz Principal Institucional | Construção ou apoio de Centros Comunitários pela Vida<br>Estruturação de equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres<br>Programa Mulheres Mais Seguras | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Promoção da Cultura de Paz e Segurança Cidadã | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 0014 - Escola Mais Segura | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 5º) Igualdade de Gênero;<br>10º) Redução das Desigualdades;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Diretriz Principal Institucional | Construção ou apoio de Centros Comunitários pela Vida<br>Estruturação de equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres<br>Programa Mulheres Mais Seguras | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Segurança Pública e Meio Ambiente, Questões Indígenas e Fundiárias | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública | 8855 - Fortalecimento e Modernização das Instituições de Segurança | 000S - Plano Estratégico de Fronteiras - Modernização das instituições de Segurança Pública nas Fronteiras | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 14º) Vida na Água;<br>15º) Vida Terrestre;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Infraestrutura Ambiental | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Segurança Pública e Meio Ambiente, Questões Indígenas e Fundiárias | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 218M - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 000F - Implementação do Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas – VIGIA | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Aperfeiçoar a atuação, a coordenação estratégica e a integração operacional dos órgãos de segurança pública e defesa social para o enfrentamento de DELITOS TRANSFRONTEIRIÇOS E TRANSNACIONAIS, inclusive com a ampliação do controle e fiscalização nas FRONTEIRAS, PORTOS E AEROPORTOS. | 14º) Vida na Água;<br>15º) Vida Terrestre;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Infraestrutura Ambiental | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Segurança Pública e Meio Ambiente, Questões Indígenas e Fundiárias | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 0015 - Implantação do Plano Amas - Amazônia: Atividade de Polícia Judiciária | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 14º) Vida na Água;<br>15º) Vida Terrestre;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Infraestrutura Ambiental | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Segurança Pública e Meio Ambiente, Questões Indígenas e Fundiárias | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 164D - Construção de Unidades Operacionais e Administrativas - Plano Amas | 0001 - Construção de unidades operacionais - Plano Amas | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública | Promover o APARELHAMENTO e a MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA dos órgãos de segurança pública e defesa social. | 14º) Vida na Água;<br>15º) Vida Terrestre;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Infraestrutura Ambiental | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Segurança Pública e Meio Ambiente, Questões Indígenas e Fundiárias | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 000O - Programa de Combate a Incêndios Florestais, ao Desmatamento e aos Demais Crimes Ambientais – Guardiões do Bioma | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 14º) Vida na Água;<br>15º) Vida Terrestre;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Infraestrutura Ambiental | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Segurança Pública e Meio Ambiente, Questões Indígenas e Fundiárias | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 0010 - Apoio ao Enfrentamento a Desastres, Emergências e Crimes Ambientais | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 14º) Vida na Água;<br>15º) Vida Terrestre;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Infraestrutura Ambiental | Não se aplica | Não se aplica |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Segurança Pública e Meio Ambiente, Questões Indígenas e Fundiárias | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 0015 - Implantação do Plano AMAS - Amazônia: Segurança nas Rodovias Federais | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 14º) Vida na Água;<br>15º) Vida Terrestre;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Infraestrutura Ambiental | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Segurança Pública e Meio Ambiente, Questões Indígenas e Fundiárias | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2B00 - Atuação da Força Nacional de Segurança Pública | 0006 - Implantação do Plano Amas - Amazônia: Segurança e Soberania - Força Nacional | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 14º) Vida na Água;<br>15º) Vida Terrestre;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Infraestrutura Ambiental | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Segurança Pública e Meio Ambiente, Questões Indígenas e Fundiárias | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2B00 - Atuação da Força Nacional de Segurança Pública | CP10 - Calamidade Pública - Medida Provisória nº 1.218, de 11 de maio de 2024 - Atuação da Força Nacional de Segurança Pública | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 14º) Vida na Água;<br>15º) Vida Terrestre;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Infraestrutura Ambiental | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Segurança Pública e Meio Ambiente, Questões Indígenas e Fundiárias | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2B00 - Atuação da Força Nacional de Segurança Pública | CP20 - Calamidade Pública - Medida Provisória nº 1.223, de 23 de maio de 2024 - Atuação da Força Nacional de Segurança Pública | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS articuladas com outros setores, públicos e privados, para a REDUÇÃO DE CRIMES E CONFLITOS SOCIAIS. | 14º) Vida na Água;<br>15º) Vida Terrestre;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Infraestrutura Ambiental | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Segurança Pública e Meio Ambiente, Questões Indígenas e Fundiárias | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 2B00 - Atuação da Força Nacional de Segurança Pública | MP10 - Medida Provisória nº 1.209, de 12 de março de 2024 - Atuação em Comunidades Indígenas (ADPF nº 709/2023) | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública | Desenvolver e apoiar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão à violência e à criminalidade relacionadas às MULHERES, aos JOVENS e a outros GRUPOS VULNERÁVEIS, bem como ao DESAPARECIMENTO e ao TRÁFICO DE PESSOAS. | 14º) Vida na Água;<br>15º) Vida Terrestre;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Infraestrutura Ambiental | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Valorização dos Profissionais de Segurança Pública | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública | 2320 - Manutenção do Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional | 0000 - Manutenção do Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais | Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da CAPACITAÇÃO e da VALORIZAÇÃO dos profissionais, do ENSINO e da PESQUISA em temas finalísticos e correlatos. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>5º) Igualdade de Gênero;<br>10º) Redução das Desigualdades;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Valorização dos Profissionais de Segurança Pública | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 00U1 - Subvenção Econômica destinada à Aquisição e/ou Construção de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro | 0000 - Subvenção Econômica destinada à Aquisição e/ou Construção de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais | Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da CAPACITAÇÃO e da VALORIZAÇÃO dos profissionais, do ENSINO e da PESQUISA em temas finalísticos e correlatos. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>5º) Igualdade de Gênero;<br>10º) Redução das Desigualdades;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Valorização dos Profissionais de Segurança Pública | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 0009 - Programa Nacional de Qualidade de Vida para os Profissionais de Segurança Pública - Pró-Vida | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais | Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da CAPACITAÇÃO e da VALORIZAÇÃO dos profissionais, do ENSINO e da PESQUISA em temas finalísticos e correlatos. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>5º) Igualdade de Gênero;<br>10º) Redução das Desigualdades;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Valorização dos Profissionais de Segurança Pública | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 00R2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional | 0006 - Melhoria da Qualidade de Vida dos Profissionais da Segurança Pública | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais | Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da CAPACITAÇÃO e da VALORIZAÇÃO dos profissionais, do ENSINO e da PESQUISA em temas finalísticos e correlatos. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>5º) Igualdade de Gênero;<br>10º) Redução das Desigualdades;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Valorização dos Profissionais de Segurança Pública | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 00U1 - Subvenção Econômica destinada à Aquisição e/ou Construção de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro | 0001 - Subvenção Econômica para Aquisição e/ou Construção de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais | Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da CAPACITAÇÃO e da VALORIZAÇÃO dos profissionais, do ENSINO e da PESQUISA em temas finalísticos e correlatos. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>5º) Igualdade de Gênero;<br>10º) Redução das Desigualdades;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp | Política de Valorização dos Profissionais de Segurança Pública | 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | 5116 - Segurança Pública com Cidadania | 218Q - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | 000L - Ações de Promoção da Qualidade de Vida dos Profissionais de Segurança Pública | Gestão da Política Integrada de Segurança Pública | Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais | Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da CAPACITAÇÃO e da VALORIZAÇÃO dos profissionais, do ENSINO e da PESQUISA em temas finalísticos e correlatos. | 3º) Saúde e Bem-Estar;<br>5º) Igualdade de Gênero;<br>10º) Redução das Desigualdades;<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; | Institucional<br>Social | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon | Política de Integração e Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública | 2334 - Proteção e Defesa do Consumidor | EIND - Emenda Individual | Defesa da Concorrência e do Consumidor | Defesa do Consumidor | Não se aplica | 4º) Educação de Qualidade<br>5º) Igualdade de Gênero<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Econômico | Dinamização da plataforma Consumidor.gov.br, com foco na desjudicialização | Percentual de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br<br>Vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas pela Escola Nacional de Defesa do Consumidor |
| Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon | Política de Integração e Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 2334 - Proteção e Defesa do Consumidor | 0000 - Proteção e Defesa do Consumidor - Despesas Diversas | Defesa da Concorrência e do Consumidor | Defesa do Consumidor | Não se aplica | 4º) Educação de Qualidade<br>5º) Igualdade de Gênero<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Econômico | Dinamização da plataforma Consumidor.gov.br, com foco na desjudicialização | Percentual de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br<br>Vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas pela Escola Nacional de Defesa do Consumidor |
| Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon | Política de Integração e Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 2334 - Proteção e Defesa do Consumidor | 0009 - Fortalecimento do SNDC - Sistema Nacional de Defesa do Consumidor | Defesa da Concorrência e do Consumidor | Defesa do Consumidor | Não se aplica | 4º) Educação de Qualidade<br>5º) Igualdade de Gênero<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Econômico | Dinamização da plataforma Consumidor.gov.br, com foco na desjudicialização | Percentual de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br<br>Vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas pela Escola Nacional de Defesa do Consumidor |
| Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon | Política de Integração e Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 2334 - Proteção e Defesa do Consumidor | 000B - Capacitação da Sociedade e do SNDC sobre Direitos dos Consumidores | Defesa da Concorrência e do Consumidor | Defesa do Consumidor | Não se aplica | 4º) Educação de Qualidade<br>5º) Igualdade de Gênero<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Econômico | Dinamização da plataforma Consumidor.gov.br, com foco na desjudicialização | Percentual de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br<br>Vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas pela Escola Nacional de Defesa do Consumidor |
| Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon | Política de Integração e Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 2334 - Proteção e Defesa do Consumidor | 000D - Gestão da Informação sobre Defesa do Consumidor | Defesa da Concorrência e do Consumidor | Defesa do Consumidor | Não se aplica | 4º) Educação de Qualidade<br>5º) Igualdade de Gênero<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Econômico | Dinamização da plataforma Consumidor.gov.br, com foco na desjudicialização | Percentual de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br<br>Vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas pela Escola Nacional de Defesa do Consumidor |
| Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon | Política de Prevenção e Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5015 - Justiça | 2334 - Proteção e Defesa do Consumidor | 000G - Gestão Operacional e Logística do Conselho Nacional de Combate a Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP) | Defesa da Concorrência e do Consumidor | Defesa do Consumidor | Não se aplica | 8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico | Econômico | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon | Política de Prevenção e Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 2334 - Proteção e Defesa do Consumidor | 000F - Gestão Administrativa, Operacional e Logística da SENACON | Defesa da Concorrência e do Consumidor | Defesa do Consumidor | Não se aplica | 8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico | Econômico | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon | Política de Proteção e Defesa de Direitos Difusos e Coletivos | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5015 - Justiça | 2334 - Proteção e Defesa do Consumidor | 000E - Gestão Operacional e Logística do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos FDD | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Proteção dos Direitos do Cidadão | Não se aplica | 2º) Fome Zero e Agricultura Sustentável<br>5º) Igualdade de Gênero<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>13º) Ação Contra a Mudança Global do Clima<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Ambiental<br>Social | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon | Política de Proteção e Defesa de Direitos Difusos e Coletivos | 30905 - Fundo de Defesa de Direitos Difusos | 5015 - Justiça | 6067 - Defesa de Direitos Difusos | 0006 - Gestão Operacional e Logística do Fundo de Direitos Difusos - FDD | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Proteção dos Direitos do Cidadão | Não se aplica | 2º) Fome Zero e Agricultura Sustentável<br>5º) Igualdade de Gênero<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>13º) Ação Contra a Mudança Global do Clima<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Ambiental<br>Social | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon | Política de Proteção e Defesa de Direitos Difusos e Coletivos | 30905 - Fundo de Defesa de Direitos Difusos | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 6067 - Apoio e Fomento a Projetos de Defesa de Direitos Difusos | 0000 - Apoio e Fomento a Projetos de Defesa de Direitos Difusos - Despesas Diversas | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Proteção dos Direitos do Cidadão | Não se aplica | 2º) Fome Zero e Agricultura Sustentável<br>5º) Igualdade de Gênero<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>13º) Ação Contra a Mudança Global do Clima<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Ambiental<br>Social | Não se aplica | Não se aplica |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon | Política de Proteção e Defesa de Direitos Difusos e Coletivos | 30905 - Fundo de Defesa de Direitos Difusos | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 6067 - Apoio e Fomento a Projetos de Defesa de Direitos Difusos | 0001 - Proteção ao Meio Ambiente | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Proteção dos Direitos do Cidadão | Não se aplica | 2º) Fome Zero e Agricultura Sustentável<br>5º) Igualdade de Gênero<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>13º) Ação Contra a Mudança Global do Clima<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Ambiental<br>Social | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon | Política de Proteção e Defesa de Direitos Difusos e Coletivos | 30905 - Fundo de Defesa de Direitos Difusos | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 6067 - Apoio e Fomento a Projetos de Defesa de Direitos Difusos | 0002 - Proteção e Defesa do Consumidor | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Proteção dos Direitos do Cidadão | Não se aplica | 2º) Fome Zero e Agricultura Sustentável<br>5º) Igualdade de Gênero<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>13º) Ação Contra a Mudança Global do Clima<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Ambiental<br>Social | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon | Política de Proteção e Defesa de Direitos Difusos e Coletivos | 30905 - Fundo de Defesa de Direitos Difusos | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 6067 - Apoio e Fomento a Projetos de Defesa de Direitos Difusos | 0003 - Promoção e Defesa da Concorrência | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Proteção dos Direitos do Cidadão | Não se aplica | 2º) Fome Zero e Agricultura Sustentável<br>5º) Igualdade de Gênero<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>13º) Ação Contra a Mudança Global do Clima<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Ambiental<br>Social | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon | Política de Proteção e Defesa de Direitos Difusos e Coletivos | 30905 - Fundo de Defesa de Direitos Difusos | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 6067 - Apoio e Fomento a Projetos de Defesa de Direitos Difusos | 0004 - Promoção e Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Proteção dos Direitos do Cidadão | Não se aplica | 2º) Fome Zero e Agricultura Sustentável<br>5º) Igualdade de Gênero<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>13º) Ação Contra a Mudança Global do Clima<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Ambiental<br>Social | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon | Política de Proteção e Defesa de Direitos Difusos e Coletivos | 30905 - Fundo de Defesa de Direitos Difusos | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 6067 - Apoio e Fomento a Projetos de Defesa de Direitos Difusos | 0005 - Promoção e Defesa de Outros Direitos Difusos e Coletivos | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Proteção dos Direitos do Cidadão | Não se aplica | 2º) Fome Zero e Agricultura Sustentável<br>5º) Igualdade de Gênero<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>13º) Ação Contra a Mudança Global do Clima<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Ambiental<br>Social | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon | Política de Proteção e Defesa de Direitos Difusos e Coletivos | 30905 - Fundo de Defesa de Direitos Difusos | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 6067 - Apoio e Fomento a Projetos de Defesa de Direitos Difusos | 0008 - Apoio e Fomento a Projetos de Defesa de Direitos Difusos | Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão | Proteção dos Direitos do Cidadão | Não se aplica | 2º) Fome Zero e Agricultura Sustentável<br>5º) Igualdade de Gênero<br>8º) Trabalho Decente e Crescimento Econômico<br>10º) Redução das Desigualdades<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>13º) Ação Contra a Mudança Global do Clima<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Institucional<br>Ambiental<br>Social | Não se aplica | Não se aplica |
| Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon | Política de Regulação e Fiscalização de Consumo | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5015 - Justiça | 2334 - Proteção e Defesa do Consumidor | 000C - Proteção da Saúde e Segurança do Consumidor | Defesa da Concorrência e do Consumidor | Defesa do Consumidor | Não se aplica | 9º) Indústria, Inovação e Infraestrutura<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Econômico<br>Institucional | Disponibilização do sistema Recall.gov.br | Não se aplica |
| Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon | Política de Regulação e Fiscalização de Consumo | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos | 00PN - Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados | 0000 - Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados | Defesa da Concorrência e do Consumidor | Defesa do Consumidor | Não se aplica | 9º) Indústria, Inovação e Infraestrutura<br>12º) Consumo e Produção Responsáveis<br>16º) Paz, Justiça e Instituições Eficazes | Econômico<br>Institucional | Disponibilização do sistema Recall.gov.br | Não se aplica |
| Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon | Reserva de Contingência - Financeira | 30905 - Fundo de Defesa de Direitos Difusos | 0999 - Reserva de Contingência | 0200 - Reserva de Contingência - Financeira | 0000 - Reserva de Contingência - Financeira | Reserva de Contingência | Reserva de Contingência | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |

# Anexo II

# Tabela de Indicadores de Políticas Públicas

| Unidade | Política | Indicador | Meta | Finalidade |
|---|---|---|---|---|
| ANPD | Política de Proteção de Dados Pessoais | Publicações dos itens previstos na agenda regulatória sobre proteção de dados pessoais | 8 publicações dos itens previstos na agenda regulatória sobre proteção de dados pessoais até 2027<br>2024: 2<br>2025: 4<br>2026: 6<br>2027: 8 | Mensurar a quantidade de publicações dos itens previstos na Agenda Regulatória da Autoridade Nacional de Proteção de Dados que são publicados e, dessa forma, dão corpo à política pública de proteção de dados pessoais. |
| ANPD | Política de Proteção de Dados Pessoais | Ações de difusão da cultura de proteção de dados pessoais | 40 ações de difusão até 2027<br>2024: 10<br>2025: 20<br>2026: 30<br>2027: 40 | Aferir o esforço empreendido para as ações de difusão da cultura de proteção de dados pessoais, o que contribui para o conhecimento de direitos e deveres relativos à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD. |
| CADE | Política de Defesa da Concorrência | Tempo médio de Ato de Concentração Sumário | 27 dias até 2027<br>2024: 30<br>2025: 29<br>2026: 28<br>2027: 27 | Aferir a eficiência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica no controle de concentrações econômicas, com foco nos processos com menor potencial ofensivo à concorrência, que podem ser instruídos por meio de rito sumário, conforme critérios estipulados. |
| CADE | Política de Defesa da Concorrência | Inscrições realizadas em cursos que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica figura como conteudista | 23.000 inscrições em cursos realizadas até 2027<br>2024: 5.000<br>2025: 5.500<br>2026: 6.000<br>2027: 6.500 | Fortalecer a cultura da concorrência no Brasil. |
| CADE | Política de Defesa da Concorrência | Percentual de processos de Atos de Concentração decididos | 98% de processos de Atos de Concentração decididos até 2027<br>2024: 95%<br>2025: 96%<br>2026: 97%<br>2027: 98% | Aferir a eficiência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade com relação ao controle de concentrações econômicas. |
| CADE | Política de Defesa da Concorrência | Tempo médio de processos de conduta concluídos | 2,3 dias até 2027<br>2024: 2,5<br>2025: 2,4<br>2026: 2,3<br>2027: 2,2 | Mensurar a ampliação da eficiência no combate a carteis e abuso da posição dominante. |
| PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | Percentual de orçamento executado pelo órgão central e superintendências regionais | 99% do orçamento executado até 2027<br>2024: 99%<br>2025: 99%<br>2026: 99%<br>2027: 99% | Medir a eficácia com que o orçamento é executado pela Polícia Federal. |
| PF | Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal | Tempo médio de duração dos pregões eletrônicos (fase externa) | 80 dias até 2027<br>2024: 80<br>2025: 80<br>2026: 80<br>2027: 80 | Medir a eficiência com que as contratações são realizadas na Polícia Federal. |
| PF | Política de Polícia Administrativa | Disponibilidade imediata para agendamento eletrônico ao cidadão requerente de passaporte | 5 dias úteis até 2027<br>2024: 5,6<br>2025: 5,4<br>2026: 5,2<br>2027: 5 | Avaliar a eficiência e a agilidade do processo de agendamento eletrônico para atendimento ao cidadão requerente de passaporte. |
| PF | Política de Polícia Administrativa | Percentual de empresas de produtos químicos fiscalizadas | 20% das empresas de produtos químicos fiscalizadas até 2027<br>2024: 19,25%<br>2025: 19,50%<br>2026: 19,75%<br>2027: 20% | Avaliar a eficácia e a abrangência das ações de fiscalização realizadas pela Polícia Federal em relação ao cumprimento das normas e regulamentações relacionadas à segurança, controle e comércio de substâncias químicas no país. |

| Unidade | Política | Indicador | Meta | Finalidade |
|---|---|---|---|---|
| PF | Política de Polícia Administrativa | Percentual de empresas de segurança privada especializadas vistoriadas | 95% das empresas de segurança privada especializadas vistoriadas até 2027<br>2024: 95%<br>2025: 95%<br>2026: 95%<br>2027: 95% | Avaliar a eficácia e a abrangência das ações de fiscalização e controle exercidas pela Polícia Federal sobre as empresas de segurança privada no país. |
| PF | Política de Polícia Administrativa | Tempo médio de análise dos requerimentos de porte de arma de fogo | 41,25 dias até 2027<br>2024: 42,00<br>2025: 41,75<br>2026: 41,50<br>2027: 41,25 | Avaliar a eficiência e a agilidade do processo de análise e decisão da Polícia Federal em relação aos requerimentos de porte de arma de fogo. |
| PF | Política de Polícia Judiciária | Área desmatada na Amazônia Legal Brasileira | 26.680 km² de área desmatada na Amazônia Legal Brasileira até 2027<br>2024: 9.280<br>2025: 7.540<br>2026: 5.800<br>2027: 4.060 | Mensurar o esforço de atuação da Polícia Federal na diminuição da área desmatada na Amazônia Legal Brasileira. |
| PF | Política de Polícia Judiciária | Cocaína apreendida em operações de polícia judiciária | 379.587,41 kg de cocaína apreendida em operações de polícia judiciária até 2027<br>2024: 93.999,67<br>2025: 188.469,33<br>2026: 283.600,28<br>2027: 379.587,41 | Privar as organizações criminosas de seus recursos financeiros, reduzindo sua capacidade de operação, e impactando negativamente as suas atividades criminosas. |
| PF | Política de Polícia Judiciária | Índice de solução de inquéritos | 83,75% de solução de inquéritos até 2027<br>2024: 83,00%<br>2025: 83,25%<br>2026: 83,50%<br>2027: 83,75% | Mensurar a eficiência das investigações conduzidas por meio de inquéritos policiais. |
| PF | Política de Polícia Judiciária | Matrículas em capacitação de servidores e convidados em polícia judiciária | 52.000 matrículas em capacitação de servidores e convidados em polícia judiciária até 2027<br>2024: 13.000<br>2025: 26.000<br>2026: 39.000<br>2027: 52.000 | Proporcionar treinamento e qualificação especializada, com o objetivo de fortalecer seus conhecimentos, habilidades e atitudes, voltados para as atividades de polícia judiciária. |
| PF | Política de Polícia Judiciária | Matrículas em capacitações voltadas a investigações de crimes cibernéticos | 2.100 matrículas em capacitações voltadas a investigações de crimes cibernéticos até 2027<br>2024: 450<br>2025: 950<br>2026: 1.500<br>2027: 2.100 | Capacitar servidores da Polícia Federal em investigações de crimes cibernéticos para fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes cibernéticos. |
| PF | Política de Polícia Judiciária | Matrículas em capacitações voltadas a investigações de crimes patrimoniais | 10.832 matrículas em capacitações voltadas a investigações de crimes patrimoniais até 2027<br>2024: 2.558<br>2025: 5.216<br>2026: 7.974<br>2027: 10.832 | Capacitar servidores da Polícia Federal em investigações com foco patrimonial para apreensão e recuperação de ativos. |
| PF | Política de Polícia Judiciária | Operações policiais de combate ao desmatamento | 650 operações policiais de combate ao desmatamento até 2027<br>2024: 120<br>2025: 270<br>2026: 450<br>2027: 650 | Contribuir para a redução do desmatamento por meio de ações policiais preventivas e repressivas de proteção da Amazônia Legal. |
| PF | Política de Polícia Judiciária | Tempo médio de duração dos inquéritos de crimes cibernéticos em andamento | 510 dias até 2027<br>2024: 600<br>2025: 570<br>2026: 540<br>2027: 510 | Reduzir o tempo médio de duração dos inquéritos de crimes cibernéticos da Polícia Federal para fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes cibernéticos. |
| PF | Política de Polícia Judiciária | Tempo médio de duração dos inquéritos policiais em andamento | 560 dias até 2027<br>2024: 650<br>2025: 620<br>2026: 590<br>2027: 560 | Monitorar o tempo médio de duração dos inquéritos policiais no âmbito da Polícia Federal, promovendo a melhoria da eficiência das investigações, de modo a permitir uma resposta mais rápida e eficaz no combate aos crimes. |

| Unidade | Política | Indicador | Meta | Finalidade |
|---|---|---|---|---|
| PF | Política de Polícia Judiciária | Valores efetivamente apreendidos, bloqueados, e/ou sequestrados, assim como aqueles a serem ou potencialmente bloqueados por expressa determinação judicial | R$ 26 bilhões até 2027<br>2024: 5 bilhões<br>2025: 12 bilhões<br>2026: 18 bilhões<br>2027: 26 bilhões | Fortalecer a realização de investigações com foco na descapitalização de organizações criminosas. |
| PF | Política de Polícia Judiciária | Índice de identificação de autoria de crimes cibernéticos | 51,75 % de identificação de autoria de crimes cibernéticos até 2027<br>2024: 51,00 %<br>2025: 51,25 %<br>2026: 51,50 %<br>2027: 51,75 % | Mensurar a eficiência das investigações conduzidas por meio de inquéritos policiais, evidenciando a capacidade de identificar os responsáveis por tais delitos. |
| PRF | Política de Enfrentamento à Criminalidade nas Rodovias Federais | Comandos de enfrentamento a crimes ambientais realizados | 13.578 comandos de enfrentamento a crimes ambientais realizados até 2027<br>2024: 3.150<br>2025: 3.308<br>2026: 3.473<br>2027: 3.647 | Intensificar o enfrentamento a crimes ambientais. |
| PRF | Política de Enfrentamento à Criminalidade nas Rodovias Federais | Comandos de enfrentamento à criminalidade realizados | 316.794 comandos e enfrentamento à criminalidade realizados até 2027<br>2024: 73.500<br>2025: 77.175<br>2026: 81.034<br>2027: 85.085 | Potencializar ações de enfrentamento à criminalidade. |
| PRF | Política de Enfrentamento à Criminalidade nas Rodovias Federais | Flagrantes interceptados em rodovias federais | 287.941 flagrantes interceptados em rodovias federais até 2027<br>2024: 66.806<br>2025: 70.146<br>2026: 73.653<br>2027: 77.336 | Contribuir para o enfrentamento à criminalidade no país. |
| PRF | Política de Enfrentamento à Criminalidade nas Rodovias Federais | Percentual de eficiência em ações de enfrentamento à criminalidade | 47,93% de eficiência em ações de enfrentamento à criminalidade até 2027<br>2024: 46,52%<br>2025: 46,99%<br>2026: 47,46%<br>2027: 47,93% | Otimizar o policiamento orientado por inteligência. |
| PRF | Política de Enfrentamento à Criminalidade nas Rodovias Federais | Pessoas alcançadas em ações de garantia e promoção dos direitos humanos | 933.849 pessoas alcançadas até 2027<br>2024: 216.664<br>2025: 227.497<br>2026: 238.872<br>2027: 250.816 | Intensificar ações de garantia e promoção dos direitos humanos. |
| PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | Execução da obra da Academia Nacional da Polícia Rodoviária Federal | 100% de execução da obra até 2027<br>2024: 10%<br>2025: 40%<br>2026: 75%<br>2027: 100% | Prover a construção da academia nacional da Polícia Rodoviária Federal. |
| PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | Índice de adequação da frota da Polícia Rodoviária Federal | 100% até 2027<br>2024: 70%<br>2025: 80%<br>2026: 90%<br>2027: 100% | Prover viaturas quantitativamente e qualitativamente compatíveis com o atendimento da missão institucional da Polícia Rodoviária Federal, reduzindo os custos com manutenção e assegurando maior disponibilidade, conferindo ainda maior segurança e sustentabilidade ambiental. |
| PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | Percentual de adequação das instalações físicas | 70% de adequação das instalações físicas até 2027<br>2025: 50%<br>2027: 70% | Manter a qualidade das edificações de forma a aumentar o seu tempo de vida útil, garantindo um local saudável aos servidores e permitindo um melhor atendimento à sociedade. |
| PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | Percentual de disponibilidade dos sistemas | 99% de disponibilidade dos sistemas até 2027<br>2024: 95%<br>2025: 97%<br>2026: 98%<br>2027: 99% | Sustentar os sistemas e serviços constantes no catálogo de serviços da área de tecnologia. |
| PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | Percentual de disponibilidade dos sistemas móveis | 100% de disponibilidade dos sistemas móveis até 2027<br>2024: 97%<br>2025: 98%<br>2026: 99%<br>2027: 100% | Garantir a disponibilidade do principal recurso tecnológico operacional do policial. |

| Unidade | Política | Indicador | Meta | Finalidade |
|---|---|---|---|---|
| PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | Percentual de implementação do Plano de Modernização Logística | 100% de implementação Plano de Modernização Logística até 2027<br>2024: 50%<br>2025: 60%<br>2026: 80%<br>2027: 100% | Promover a modernização da capacidade logística da Polícia Rodoviária Federal, por meio do estabelecimento e melhoria dos processos logísticos, estrutura, sistemas, efetivo adequado e qualificado. |
| PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | Percentual de servidores assistidos em ações voltadas à saúde integral | 95% dos servidores assistidos em ações voltadas à saúde integral até 2027<br>2024: 70%<br>2025: 80%<br>2026: 90%<br>2027: 95% | Desenvolver a atenção integral à saúde do servidor a partir da implementação de programas, projetos e ações institucionais voltados à promoção e à preservação da saúde física e mental dos servidores e colaboradores da Polícia Rodoviária Federal. Avaliação dos dados lançados no sistema de PRF Saúde, coletados no SIAPE, SIAGP, dos programas CAAS e VIDA PRF com dados de atendimentos. |
| PRF | Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | Percentual de servidores com a comunicação crítica operacional efetiva por meio do radiocomunicação | 95% de disponibilidade até 2027<br>2024: 70%<br>2025: 80%<br>2026: 85%<br>2027: 95% | Aprimorar a comunicação crítica operacional por meio de serviços e tecnologias viáveis. |
| PRF | Política de Mobilidade nas Rodovias Federais | Interdições realizadas em rodovias federais | 3.681 interdição realizadas até 2027<br>2024: 4.294<br>2025: 4.079<br>2026: 3.875<br>2027: 3.681 | Intensificar ações responsivas de promoção da livre circulação. |
| PRF | Política de Mobilidade nas Rodovias Federais | Percentual de trechos críticos inspecionados | 100% dos trechos críticos inspecionados até 2027<br>2024: 100%<br>2025: 100%<br>2026: 100%<br>2027: 100% | Fomentar ações preventivas de promoção da mobilidade. |
| PRF | Política de Mobilidade nas Rodovias Federais | Tempo médio de interdições em rodovias federais | 56,74 horas de interdições em rodovias federais até 2027<br>2024: 58,48<br>2025: 57,89<br>2026: 57,32<br>2027: 56,74 | Promover a mobilidade nas rodovias federais. |
| PRF | Política de Segurança Viária nas Rodovias Federais | Taxa de mortalidade de acidentes de trânsito em rodovias federais | 0,29 óbitos por 10 mil veículos até 2027<br>2024: 0,39<br>2025: 0,35<br>2026: 0,32<br>2027: 0,29 | Reduzir a violência no trânsito das rodovias federais. |
| PRF | Política de Segurança Viária nas Rodovias Federais | Comandos de segurança viária em trechos críticos de acidentalidade realizados | 474.114 comandos de segurança viária em trechos críticos de acidentalidade realizados até 2027<br>2024: 110.000<br>2025: 115.500<br>2026: 121.275<br>2027: 127.339 | Otimizar a fiscalização e o patrulhamento ostensivo. |
| PRF | Política de Segurança Viária nas Rodovias Federais | Pessoas alcançadas em ações de educação para o trânsito | 9.163.937 pessoas alcançadas em ações de educação para o trânsito até 2027<br>2024: 2.126.142<br>2025: 2.232.449<br>2026: 2.344.071<br>2027: 2.461.275 | Potencializar ações de educação para o trânsito. |
| PRF | Política de Segurança Viária nas Rodovias Federais | Tempo de rondas ostensivas em rodovias federais em trechos críticos de acidentalidade | 405.169 horas até 2027<br>2024: 350.000<br>2025: 367.500<br>2026: 385.875<br>2027: 405.169 | Otimizar a fiscalização e o patrulhamento ostensivo. |
| PRF | Política de Segurança Viária nas Rodovias Federais | Tempo médio de resposta a acidentes de trânsito em rodovias federais | 28,26 minutos até 2027<br>2024: 29,13<br>2025: 28,84<br>2026: 28,55<br>2027: 28,26 | Aprimorar o atendimento de acidentes de trânsito. |
| SAJU | Política de Acesso à Justiça e Promoção de Direitos | Percentual de estados brasileiros abrangidos com projetos de fortalecimento do acesso à justiça e de promoção de direitos | 100% dos estados brasileiros abrangidos com projetos de fortalecimento do acesso à justiça e de promoção de direitos até 2027<br>2024: 25%<br>2025: 50%<br>2026: 75%<br>2027: 100% | Criar políticas de justiça para alcançar o atendimento da população em todos os estados do Brasil, com serviços de fortalecimento do acesso à justiça e de promoção de direitos, especialmente nas cidades com maior índice de violência. |

| Unidade | Política | Indicador | Meta | Finalidade |
|---|---|---|---|---|
| SAJU | Política de Acesso à Justiça e Promoção de Direitos | Bolsas universitária concedidas em pactuação de extensão | 960 bolsas universitárias concedidas até 2027<br>2024: 240<br>2025: 480<br>2026: 720<br>2027: 960 | Incentivar a participação de estudantes e da sociedade civil na promoção da inclusão social, promover o desenvolvimento acadêmico e a formação cidadã. Busca-se mensurar o impacto da política pública por meio da quantidade de bolsas concedidas. |
| SAJU | Política de Acesso à Justiça e Promoção de Direitos | Estabelecimentos prisionais atendidos | 24 estabelecimentos prisionais atendidos até 2027<br>2024: 6<br>2025: 12<br>2026: 18<br>2027: 24 | Apoio a projetos de extensão universitária ou criação de novos projetos que visem melhorar a qualidade da alimentação das pessoas privadas de liberdade bem como facilitar o acesso ao trabalho digno, à saúde e a informações sobre a execução de sua pena. |
| SAJU | Política de Acesso à Justiça e Promoção de Direitos | Polos de atendimento das defensorias implantados | 80 polos de atendimento das defensorias implantados até 2027<br>2024: 20<br>2025: 40<br>2026: 60<br>2027: 80 | Quantificar e acompanhar o progresso da implementação da política de expansão dos serviços de assistência jurídica, visando garantir a disponibilidade e acessibilidade dos serviços da defensoria pública em diferentes regiões, promovendo o acesso à justiça e a igualdade de oportunidades àqueles que acessam esse serviço. |
| SENACON | Política de Integração e Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor | Capacitações ofertadas aos Procons no sistema ProConsumidor | 20 capacitações ofertadas no Sistema ProConsumidor até 2027<br>2024: 05<br>2025: 10<br>2026: 15<br>2027: 20 | Ampliar a quantidade de cursos aos colaboradores dos Procons no Sistema Proconsumidor. |
| SENACON | Política de Integração e Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor | Empresas cadastradas no Consumidor.gov.br | 1.662 de empresas cadastras até 2027<br>2024: 1.396<br>2025: 1.479<br>2026: 1.568<br>2027: 1.662 | Ampliar o número de empresas cadastradas na plataforma consumidor.gov. |
| SENACON | Política de Integração e Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor | Índice de Procons integrados ao ProConsumidor | 12% dos Procons integrados ao ProConsumidor até 2027<br>2024: 3%<br>2025: 6%<br>2026: 9%<br>2027: 12% | Ampliar a quantidade de Procons integrados ao Sistema Proconsumidor. |
| SENACON | Política de Integração e Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor | Percentual de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br | 85% de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br até 2027<br>2024: 78%<br>2025: 80%<br>2026: 85%<br>2027: 85% | Identificar o percentual de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br. |
| SENACON | Política de Integração e Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor | Vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas pela Escola Nacional de Defesa do Consumidor | 140.000 vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas pela Escola Nacional de Defesa do Consumidor até 2027<br>2024: 35.000<br>2025: 35.000<br>2026: 35.000<br>2027: 35.000 | Mensurar o quantitativo de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo pela Escola Nacional de Defesa do Consumidor. |
| SENACON | Política de Prevenção e Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual | Ações de combate à pirataria do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual | 78 ações de combate à pirataria até 2027<br>2024: 21<br>2025: 19<br>2026: 19<br>2027: 19 | – |
| SENACON | Política de Proteção e Defesa de Direitos Difusos e Coletivos | Percentual de execução dos projetos celebrados | 90% de execução dos projetos celebrados até 2027<br>2024: 90%<br>2025: 90%<br>2026: 90%<br>2027: 90% | Garantir a execução dos projetos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDD. |
| SENACON | Política de Proteção e Defesa de Direitos Difusos e Coletivos | Percentual de execução orçamentária do Fundo de Defesa de Direitos Difusos | 90% de execução orçamentária até 2027<br>2024: 90%<br>2025: 90%<br>2026: 90%<br>2027: 90% | Garantir a execução dos projetos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDD. |
| SENACON | Política de Regulação e Fiscalização de Consumo | Monitoramento do mercado de consumo realizados | 120 procedimentos de monitoramento do mercado consumidor realizados até 2027<br>2024: 30<br>2025: 30<br>2026: 30<br>2027: 30 | Avaliar o teor de efetividade voltada ao conjunto de ações preventivas em prol da saúde e segurança dos consumidores incluindo dois tipos de procedimentos: investigações à luz do artigo 2º da Portaria MJSP nº 618/2019 e procedimentos de monitoramento de mercado de consumo *ex officio* . |

| Unidade | Política | Indicador | Meta | Finalidade |
|---|---|---|---|---|
| SENACON | Política de Regulação e Fiscalização de Consumo | Recalls instaurados | 280 Recalls instaurados até 2027<br>2024: 70<br>2025: 70<br>2026: 70<br>2027: 70 | Avaliar o teor de efetividade voltada ao processo de monitoramento constante dos procedimentos de *recalls* . |
| SENACON | Política de Regulação e Fiscalização de Consumo | Reuniões de aprimoramento do procedimento de recall | 40 reuniões de aprimoramento do procedimento de recall até 2027<br>2024: 10<br>2025: 10<br>2026: 10<br>2027: 10 | Avaliar o teor de efetividade voltada ao processo de aprimoramento constante dos procedimentos de *recalls.* |
| SENAD | Política do Ciclo Virtuoso da Gestão de Ativos Apreendidos | Ativos alienados, incorporados ou doados | 16.600 ativos alienados, incorporados ou doados até 2027<br>2024: 4.000<br>2025: 4.100<br>2026: 4.200<br>2027: 4.300 | Acompanhar a evolução de ativos alienados, incorporados ou doados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos, de forma a contribuir na destinação de bens e na arrecadação de recursos em favor de políticas de justiça e segurança pública. |
| SENAD | Política do Ciclo Virtuoso da Gestão de Ativos Apreendidos | Atores estratégicos capacitados sobre gestão de ativos | 350 atores estratégicos capacitados sobre gestão de ativos até 2027<br>2024: 50<br>2025: 75<br>2026: 100<br>2027: 125 | Ações de sensibilização de atores estratégicos tais como Polícias, Judiciário, Ministério Público, Leiloeiros, Servidores de Departamentos de Trânsito e Estradas, para estímulo e qualificação da apreensão e gestão de ativos. |
| SENAD | Política do Ciclo Virtuoso da Gestão de Ativos Apreendidos | Percentual de ativos destinados | 64% de ativos destinados até 2027<br>2024: 55%<br>2025: 58%<br>2026: 60%<br>2027: 64% | Acompanhar a evolução do percentual de ativos destinados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos, com o objetivo de contribuir na destinação de bens e na arrecadação de recursos em favor de políticas de justiça e segurança pública. |
| SENAD | Política do Ciclo Virtuoso da Gestão de Ativos Apreendidos | Receita da gestão de ativos | R$ 975 milhões de receita da gestão de ativos até 2027<br>2024: R$ 200 milhões<br>2025: R$ 225 milhões<br>2026: R$ 250 milhões<br>2027: R$ 300 milhões | Apresentar a visão global da evolução dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas, bem como da evolução das receitas recolhidas a outras contas, decorrentes da gestão de ativos promovida pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos. |
| SENAD | Política sobre Drogas – Reconstrução com ênfase em Grupos Vulneráveis | Estudos e pesquisas de política sobre drogas publicados | 24 estudos e pesquisas de política sobre drogas publicados até 2027<br>2024: 9<br>2025: 17<br>2026: 21<br>2027: 24 | Realizar estudos e pesquisas voltadas para a reconstrução da Política Nacional sobre Drogas. |
| SENAD | Política sobre Drogas – Reconstrução com ênfase em Grupos Vulneráveis | Municípios com programas de prevenção ao uso problemático de álcool e outras drogas implementados | 200 municípios com programas implementados até 2027<br>2024: 50<br>2025: 100<br>2026: 163<br>2027: 200 | Implantar, disseminar, monitorar e avaliar os seguintes sistemas e programas de prevenção ao uso de drogas e à violência, validados cientificamente:<br>- Programa Famílias Fortes<br>- Programa Elos<br>- Construindo Coletivos<br>- Programa #Tamojunto<br>- Comunidades que Cuidam |
| SENAD | Política sobre Drogas – Reconstrução com ênfase em Grupos Vulneráveis | Pessoas capacitadas em eventos para a reconstrução da Política Nacional sobre Drogas | 36.000 pessoas capacitadas em eventos para a reconstrução da Política Nacional sobre Drogas até 2027<br>2024: 9.000<br>2025: 18.000<br>2026: 27.000<br>2027: 36.000 | Realizar capacitações, formações, eventos presenciais e virtuais, e outras ações de ensino-aprendizagem voltadas para a reconstrução da Política Nacional sobre Drogas. |
| SENAD | Política sobre Drogas – Reconstrução com ênfase em Grupos Vulneráveis | Projetos da sociedade civil relacionados à política sobre drogas apoiados | 40 projetos da sociedade civil relacionados à política sobre drogas apoiados até 2027<br>2024: 10<br>2025: 10<br>2026: 10<br>2027: 10 | Apoiar projetos propostos pela sociedade civil relacionados à política sobre drogas por meio de financiamento. |
| SENAD | Política sobre Drogas – Reconstrução com ênfase em Grupos Vulneráveis | Territórios impactados com as estratégias de política sobre drogas para grupos vulneráveis | 40 territórios impactados com as estratégias de política sobre drogas para grupos vulneráveis até 2027<br>2024: 10<br>2025: 10<br>2026: 10<br>2027: 10 | Fomentar estratégias de acesso a direitos para grupos de pessoas e de territórios vulnerabilizados no âmbito da política sobre drogas. |

| Unidade | Política | Indicador | Meta | Finalidade |
|---|---|---|---|---|
| SENAJUS | Política de Classificação Etária de Conteúdos Audiovisuais e Espetáculos Públicos - Classificação Indicativa | Percentual de obras analisadas em relação ao número de processos completos inscritos | 100% de obras analisadas, por ano, até 2027<br>2024: 100%<br>2025: 100%<br>2026: 100%<br>2027: 100% | Mensurar a eficiência da área ao se considerar o processos inscritos e a capacidade potencial de análise, medida pelo percentual de obras analisadas. |
| SENAJUS | Política de Classificação Etária de Conteúdos Audiovisuais e Espetáculos Públicos - Classificação Indicativa | Obras analisadas no International Age Rating Coalition - IARC | 4.950 obras analisadas até 2027<br>2024: 4.800<br>2025: 4.850<br>2026: 4.900<br>2027: 4.950 | O processo de classificação indicativa no Brasil considera a corresponsabilidade da família, da sociedade e do Estado na garantia à criança e ao adolescente dos direitos à educação, ao lazer, à cultura, ao respeito e à dignidade. Essa política pública consiste em indicar a faixa etária a que não se recomenda determinado produto audiovisual ou espetáculo público, no intuito de informar aos pais ou responsáveis, garantindo-lhes o direito de escolha. |
| SENAJUS | Política de Cooperação Jurídica Internacional | Agentes públicos capacitados por meio do programa Grotius Brasil | 800 agentes públicos capacitados por meio do programa Grotius Brasil até 2027<br>2024: 200<br>2025: 200<br>2026: 200<br>2027: 200 | Qualificar a atuação dos órgãos públicos na temática cooperação jurídica internacional, por meio do programa Grotius Brasil. |
| SENAJUS | Política de Cooperação Jurídica Internacional | Percentual de conciliações realizadas em pedidos de cooperação jurídica internacional em matéria de subtração internacional de crianças e adolescentes | 35% das conciliações realizadas em pedidos de cooperação jurídica internacional em matéria de subtração internacional de crianças e adolescente até 2027<br>2024: 20%<br>2025: 25%<br>2026: 30%<br>2027: 35% | Diminuir a judicialização de processos de subtração internacional de crianças e adolescentes. |
| SENAJUS | Política de Cooperação Jurídica Internacional | Percentual de cumprimento dos pedidos ativos diligenciados | 86% de cumprimento dos pedidos ativos diligenciados até 2027<br>2024: 80%<br>2025: 82%<br>2026: 84%<br>2027: 86% | Promover a ampliação da análise processual com segurança jurídica dos pedidos de cooperação jurídica internacional. |
| SENAJUS | Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas | Ações realizadas voltadas à implementação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas | 40 ações realizadas voltadas à implementação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas até 2027<br>2024: 10<br>2025: 10<br>2026: 10<br>2027: 10 | Traduzir, por meio da quantidade de ações, o nível de articulação no âmbito da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - ETP. |
| SENAJUS | Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro | Agentes públicos capacitados por meio do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro | 15.100 agentes públicos capacitados por meio do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro até 2027<br>2024: 3.600<br>2025: 3.700<br>2026: 3.800<br>2027: 4.000 | Agentes públicos capacitados por meio do programa Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - PNLD. O PNLD tem por objetivo capacitar agentes públicos de todo o Brasil e disseminar a cultura de prevenção a esses crimes. O Programa integra e alcança órgãos de todos os Poderes e também de todas as esferas federativas. |
| SENAJUS | Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro | Percentual de estatística consolidada das análises realizadas pelos Laboratórios de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro de órgãos de persecução criminal | 75% de estatísticas consolidada até 2027<br>2024: 60%<br>2025: 65%<br>2026: 70%<br>2027: 75% | Acompanhar a evolução da produção de trabalhos realizados pelos Laboratórios de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro - LAB-LD. A nova matriz estatística da REDE-LAB foi desenvolvida em 2022 e está em fase de aprimoramento e consolidação. Tem por objetivo produzir conhecimento, a partir dos trabalhos (análises) dos LAB-LD, sobre o combate à lavagem de dinheiro no Brasil. |
| SENAJUS | Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro | Percentual de execução das ações aprovadas na plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro | 85% de execução das ações aprovadas ENCCLA até 2027<br>2024: 70%<br>2025: 75%<br>2026: 80%<br>2027: 85% | A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro é a principal rede de articulação institucional brasileira para o arranjo, discussões, formulação e concretização de políticas públicas e soluções de enfrentamento à corrupção e à lavagem de dinheiro. Atualmente é composta por aproximadamente 90 instituições públicas - pertencentes aos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e o Ministério Público, abrangendo também as esferas federal, estadual e, em alguns casos, até mesmo municipal - e entidades. O grande diferencial da ENCCLA está ancorado em sua forma de atuação. Desde a sua implementação, a Estratégia está consolidada em três pilares fundamentais: (i) engajamento de alto nível dos órgãos participantes; (ii) construção coletiva de soluções - com a participação de múltiplos especialistas nas temáticas abordadas; (iii) metodologia de decisões baseadas em consenso. Os principais resultados práticos desta articulação institucional afloram como medidas de concretização de políticas públicas de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, seja por meio de proposições normativas, de aprimoramento de estruturas administrativas e de fluxo de informações, da formulação de guias, diagnósticos e também programas de treinamento e capacitação, além da divulgação e implementação de boas práticas no serviço público entre outras medidas que efetivamente contribuem para a melhoria do combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. |

| Unidade | Política | Indicador | Meta | Finalidade |
|---|---|---|---|---|
| SENAJUS | Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro | Percentual de órgãos e entidades que participam das atividades promovidas pelas Redes de Articulação para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro | 85% dos órgãos e entidades que participam das atividades da Redes de Articulação para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro até 2027<br>2024: 70%<br>2025: 75%<br>2026: 80%<br>2027: 85% | Acompanhar o percentual de órgãos e entidades que participam das atividades promovidas pelas Redes de articulação para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, considerando o número total de órgãos e entidades que integram as redes. |
| SENAJUS | Política de Proteção aos Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas | Percentual de migrantes, refugiados e apátridas atendidos | 91% de migrantes, refugiados e apátridas atendidos até 2027<br>2024: 88%<br>2025: 89%<br>2026: 90%<br>2027: 91% | Indicar a atuação do Departamento de Migrações - DEMIG a partir da identificação dos processos decididos, tendo como base percentual (75%) de processos analisados no ano de 2022. |
| SENAJUS | Política de Proteção aos Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas | Percentual de processos de autorização de residência para fins laborais e de investimento decididos | 98% dos processos de autorização de residência para fins laborais e de investimento decididos até 2027<br>2024: 95%<br>2025: 96%<br>2026: 97%<br>2027: 98% | Medir a quantidade de solicitações de autorização de residência decididas. |
| SENAJUS | Política de Proteção aos Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas | Percentual de processos de expulsão decididos | 50% de processos de expulsão decididos até 2027<br>2024: 50%<br>2025: 50%<br>2026: 50%<br>2027: 50% | Monitorar o processamento processos de expulsão. |
| SENAJUS | Política de Proteção aos Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas | Percentual de processos de naturalização decididos | 81% dos processos de naturalização decididos até 2027<br>2024: 78%<br>2025: 79%<br>2026: 80%<br>2027: 81% | Monitorar o desempenho da unidade em relação à análise e à decisão de processos de naturalização, buscando o aumento de sua eficiência. |
| SENAJUS | Política de Proteção aos Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas | Percentual de processos de reconhecimento da condição de refugiado decididos | 90% dos processos de reconhecimento da condição de refugiado decididos até 2027<br>2024: 87%<br>2025: 88%<br>2026: 89%<br>2027: 90% | Mensurar os pedidos de reconhecimento da condição de refugiado finalizados, demonstrando a capacidade de trabalho do Comitê Nacional para os Refugiados - Conare. |
| SENAJUS | Política de Qualificação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e Organizações Estrangeiras | Percentual de entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público | 100% entidades qualificadas até 2027<br>2024: 100%<br>2025: 100%<br>2026: 100%<br>2027: 100% | Verificar o desempenho da equipe no processo de análise dos pedidos de credenciamento de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como OSCIP. |
| SENAPPEN | Política de Assistência Social no Sistema Penal | Parcerias realizadas com outros órgãos públicos ou privados | 40 parcerias até o final de 2027<br>2024: 10<br>2025: 10<br>2026: 10<br>2027: 10 | Realizar a articulação institucional da SENAPPEN com a Secretaria Nacional de Assistência Social, Conselho Nacional de Assistência Social e Conselhos Profissionais e permitir estrutura adequada e encaminhamentos necessários na garantia da assistência e do acesso aos direitos da pessoa vítima de crime. |
| SENAPPEN | Política de Assistência Social no Sistema Penal | Unidades prisionais aparelhadas com espaços voltados à Assistência Social no Sistema Penal | 20 unidades aparelhadas até 2027<br>2024: 5<br>2025: 5<br>2026: 5<br>2027: 5 | Garantir espaços adequados, com equipes técnicas e aparelhamento para prestação de assistência social. |
| SENAPPEN | Política de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional | Pessoas atendidas pelos serviços especializados de atenção à pessoa egressa do sistema prisional | 29.282 pessoas atendidas pelos serviços especializados de atenção à pessoa egressa do sistema prisional até 2027<br>2024: 22.000<br>2025: 24.200<br>2026: 26.620<br>2027: 29.282 | Aferir o número de pessoas atendidas pelos serviços especializados de atenção à pessoa egressa do sistema prisional, provendo acesso às redes de apoio de serviços públicos. |
| SENAPPEN | Política de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional | Serviços especializados implantados de atenção à pessoa egressa do sistema prisional e familiares | 183 serviços especializados implantados até 2027<br>2024: 138<br>2025: 153<br>2026: 168<br>2027: 183 | Aferir a ampliação dos serviços para as pessoa egressa do sistema prisional e familiares. |

| Unidade | Política | Indicador | Meta | Finalidade |
|---|---|---|---|---|
| SENAPPEN | Política de Atenção Integral à Saúde no Sistema Penal | Campanhas de saúde para os servidores do Sistema Penitenciário Federal realizadas | 96 campanhas de saúde realizadas até o final de 2027<br>2024:24<br>2025:24<br>2026:24<br>2027:24 | Promover saúde, disseminar informações pertinentes à saúde, com foco na sensibilização e incentivo para atitudes de autocuidado. |
| SENAPPEN | Política de Atenção Integral à Saúde no Sistema Penal | Núcleos de atenção ao servidor penitenciário constituídos | 24 núcleos de atenção ao servidor penitenciário constituídos até 2027<br>2024: 6<br>2025: 6<br>2026: 6<br>2027: 6 | Fomentar a Política de Atenção ao Servidor Penitenciário. |
| SENAPPEN | Política de Atenção Integral à Saúde no Sistema Penal | Pessoas privadas de liberdade atendidas nas ações de cidadania | 18.000 pessoas atendidas nas ações de cidadania até 2027<br>2024: 4.500<br>2025: 4.500<br>2026: 4.500<br>2027: 4.500 | Ofertar atendimentos de saúde para as pessoas privadas de liberdade. |
| SENAPPEN | Política de Educação da Pessoa Privada de Liberdade | Atividades educacionais complementares realizadas | 2.000.000 atividades educacionais complementares realizadas até 2027<br>2024: 1.200.000<br>2025: 1.500.000<br>2026: 1.700.000<br>2027: 2.000.000 | Aferir a quantidade de participações em atividades educacionais complementares para as pessoas privadas de liberdade, contemplando atividades culturais, esportivas, de leitura. |
| SENAPPEN | Política de Educação da Pessoa Privada de Liberdade | Percentual de pessoas privadas de liberdade matriculadas em educação formal | 34% das pessoas privadas de liberdade matriculadas em educação formal até 2027<br>2024: 22%<br>2025: 26%<br>2026: 30%<br>2027: 34% | Mensurar a oferta educacional formal, com objetivo de elevar a escolaridade das pessoas privadas de liberdade e de qualificá-las profissionalmente para o retorno à sociedade. |
| SENAPPEN | Política de Enfrentamento ao Superencarceramento | Pessoas em alternativas penais diversas da prisão atendidas com serviços oferecidos pelas centrais integradas de alternativas penais | 145.000 pessoas em alternativas penais atendidas com serviços oferecidos pelas centrais integradas de alternativas penais até 2027<br>2024: 100.000<br>2025: 115.500<br>2026: 130.000<br>2027: 145.000 | Aumentar a capacidade de atendimento a decisões judiciais de alternativas penais, fomentando a implantação de centrais integradas de alternativas penais para a ampliação do atendimento e do acompanhamento de pessoas submetidas a formas de responsabilização diversas da privação da liberdade. |
| SENAPPEN | Política de Enfrentamento ao Superencarceramento | Serviços de Atendimento à Pessoa Custodiada - APEC implementados | 32 serviços de atendimento à pessoa custodiada implementados até 2027<br>2024: 17<br>2025: 22<br>2026: 27<br>2027: 32 | Fomentar a capilaridade e a implantação dos Serviços de Atendimento à Pessoa Custodiada, composto pelo atendimento social prévio e posterior à audiência de custódia, situado no âmbito da Política Nacional de Alternativas Penais. |
| SENAPPEN | Política de Fortalecimento de Ouvidorias e Corregedorias do Sistema Penal | Ouvidorias e Corregedorias do Sistema Penal aparelhadas | 30 Ouvidorias e Corregedorias aparelhadas até 2027<br>2024: 24<br>2025: 26<br>2026: 28<br>2027: 30 | Atender necessidades das ouvidorias e corregedorias do sistema penal. |
| SENAPPEN | Política de Fortalecimento do Sistema Penal | Operações realizadas pela Força Penal Nacional | 12 operações realizadas pela Força Penal Nacional até 2027<br>2024: 3<br>2025: 6<br>2026: 9<br>2027: 12 | Atuar em cooperação com a gestão de estabelecimentos penais, apoiando as atividades administrativas, assistenciais, gerenciais e de treinamento e capacitação do sistema penitenciário, assim como as situações de grave crise, utilizando-se de ações técnicas e operacionais especializadas, voltadas à preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. |
| SENAPPEN | Política de Fortalecimento do Sistema Penal | Vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas aos servidores da execução penal | 30.000 vagas preenchidas em capacitações até 2027<br>2024: 22.500<br>2025: 25.000<br>2026: 27.500<br>2027: 30.000 | Qualificar os servidores da execução penal considerando mais adequada atuação profissional em consonância com os principais normativos vigentes. |
| SENAPPEN | Política de Fortalecimento do Sistema Penal | Geração de vagas prisionais | 40 mil vagas prisionais geradas até 2027<br>2024: 10 mil<br>2025: 10 mil<br>2026: 10 mil<br>2027: 10 mil | Ampliar o número de vagas no sistema prisional. |
| SENAPPEN | Política de Fortalecimento do Sistema Penal | Percentual de cumprimento das decisões expedidas pelo juiz para incluir presos no Sistema Penitenciário Federal | 100% de decisões cumpridas expedidas pelo juiz para incluir presos no Sistema Penitenciário Federal até 2027<br>2024: 100%<br>2025: 100%<br>2026: 100%<br>2027: 100% | Atuar no isolamento de presos que exerça liderança e/ou influência das organizações criminosas. |

| Unidade | Política | Indicador | Meta | Finalidade |
|---|---|---|---|---|
| SENAPPEN | Política de Fortalecimento do Sistema Penal | Vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas aos servidores de execução penal | 32.000 vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas aos servidores de execução penal até 2027<br>2024: 8.000<br>2025: 16.000<br>2026: 24.000<br>2027: 32.000 | Qualificar os servidores da execução penal, considerando mais adequada a atuação profissional em consonância com os principais normativos vigentes. |
| SENAPPEN | Política de Trabalho no Sistema Penal | Pessoas privadas de liberdade que participam de atividades laborais | 182.000 pessoas privadas de liberdade que participam de atividades laborais até 2027<br>2024: 166.000<br>2025: 171.000<br>2026: 176.000<br>2027: 182.000 | Estruturar políticas penais que possibilitem a reintegração social de pessoas privadas de liberdade. |
| SENASP | Política de Educação para os Profissionais de Segurança Pública | Profissionais do Sistema Único de Segurança Pública capacitados | 500.000 profissionais do Sistema Único de Segurança Pública capacitados até 2027<br>2024: 65.000<br>2025: 102.000<br>2026: 145.000<br>2027: 188.000 | Mensurar o quantitativo de profissionais do Sistema Único de Segurança Pública capacitados. |
| SENASP | Política de Enfrentamento das Organizações Criminosas | Ações integradas entre instituições de segurança pública com foco no enfrentamento às organizações criminosas | 1.960 ações integradas entre instituições de segurança pública com foco no enfrentamento às organizações criminosas até 2027<br>2024: 460<br>2025: 480<br>2026: 500<br>2027: 520 | Mensurar a quantidade e a efetividade das ações integradas entre instituições de segurança pública, com foco no enfrentamento às organizações criminosas. |
| SENASP | Política de Enfrentamento da Criminalidade Violenta | Unidades de perícia integradas aos bancos de dados de análise balística e de perfis genéticos | 50 unidades de perícia integradas aos bancos de dados de análise balística e de perfis genéticos até 2027<br>2024: 44<br>2025: 46<br>2026: 48<br>2027: 50 | Integrar as unidades de perícia aos bancos de dados do Sistema de Análise Balística - SINAB e do Combined DNA Index System - CODIS (Rede Integrada de Banco de Perfis Genéticos - RIBPG). |
| SENASP | Política de Enfrentamento da Criminalidade Violenta | Taxa de mortes violentas intencionais | 21,30 vítimas de mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes até 2027<br>2024: 21,95<br>2025: 21,73<br>2026: 21,52<br>2027: 21,30 | Acompanhar o impacto das ações de enfrentamento da criminalidade violenta frente às ocorrências de mortes violentas intencionais. |
| SENASP | Política de Integração de Dados e Informações de Interesse da Segurança Pública | Instituições integrantes do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP, que aderiram aos sistemas nacionais de segurança pública | 7.303 instituições integrantes do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP que aderiram aos sistemas nacionais de segurança pública até 2027<br>2024: 6.685<br>2025: 6.885<br>2026: 7.091<br>2027: 7.303 | Os sistemas nacionais de segurança pública funcionam como um canal de integração das instituições que compõem o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP. São disponibilizados pelo Governo Federal para acesso não apenas dos Estados, mas também dos municípios. Por meio deles é possível obter dados e informações que contribuem na formulação de conhecimento para embasar a tomada de decisão dos gestores. |
| SENASP | Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública | Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional | 300 itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional até 2027<br>2024: 90<br>2025: 180<br>2026: 270<br>2027: 300 | Mensurar a quantidade de itens disponibilizados em atas de registros de preços aos órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública. |
| SENASP | Política de Promoção da Cultura de Paz e Segurança Cidadã | Índice de percepção do risco de vitimização | 26% de percepção do risco de vitimização até 2027<br>2024: 32%<br>2025: 28%<br>2026: 27%<br>2027: 26% | Compreender o fenômeno social da violência e seus efeitos, buscando não apenas mitigá-los, mas também provocar uma mudança cultural. |
| SENASP | Política de Promoção da Cultura de Paz e Segurança Cidadã | Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados | 40 equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados até 2027<br>2024: 3<br>2025: 16<br>2026: 28<br>2027: 40 | Construir e equipar capitais para o serviço especializado no acolhimento de mulheres e meninas em situação de violência. |

| Unidade | Política | Indicador | Meta | Finalidade |
|---|---|---|---|---|
| SENASP | Política de Promoção da Cultura de Paz e Segurança Cidadã | Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados | 60 Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados até 2027<br>2024: 10<br>2025: 30<br>2026: 50<br>2027: 60 | Construir e equipar Centros Comunitários pela Vida, nas capitais e municípios com taxas de homicídios elevados, de acordo com a implementação do projeto. |
| SENASP | Política de Valorização dos Profissionais de Segurança Pública | Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica | 3.500 profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica até 2027<br>2024: 500<br>2025: 1.000<br>2026: 1.000<br>2027: 1.000 | Ofertar serviço de atendimentos psicológicos, buscando minimizar o adoecimento dos profissionais, bem como colaborar com a diminuição dos afastamentos em decorrência de patologias mentais e/ou comportamentais. |
| SENASP | Política de Educação para os Profissionais de Segurança Pública | Profissionais de segurança pública aptos que receberam a Bolsa-Formação | 106.139 profissionais de segurança pública aptos que receberam a Bolsa-Formação até 2027<br>2024: 94.444<br>2025: 100.696<br>2026: 103.394<br>2027: 106.139 | Os profissionais de segurança pública aptos são aqueles que atendem os requisitos previstos no Art. 7º do Decreto 11.436/2023.<br>Art. 7º Para participar de curso ofertado pelo Projeto Bolsa-Formação, o candidato deverá preencher os seguintes requisitos:<br>I - perceber remuneração mensal bruta de até R$ 15.000,00 (quinze mil reais);<br>II - atender aos critérios de elegibilidade específicos de curso ofertado pelo Projeto Bolsa-Formação, estipulados nos termos do ato referido no art. 12;<br>III - não ter sido condenado pela prática de infração administrativa de natureza grave, nos últimos cinco anos;<br>IV - não possuir condenação penal nos últimos cinco anos;<br>V - pertencer a corporação de ente federado que tenha assinado termo de adesão, nos termos do disposto nos art. 4º e art. 5º;<br>VI - frequentar, a cada doze meses, ao menos um dos cursos de que trata o inciso II do caput, observado o limite máximo de três. |
| SENASP | Política de Valorização dos Profissionais de Segurança Pública | Profissionais de segurança pública beneficiados com o Habite Seguro | 11.305 profissionais de segurança pública beneficiados com o Habite Seguro até 2027<br>2024: 1.992<br>2025: 5.015<br>2026: 8.119<br>2027: 11.305 | Profissionais de segurança Pública beneficiados de acordo com as regras do programa Habite Seguro. |
| SENASP | Política de Valorização dos Profissionais de Segurança Pública | Registro de suicídios de profissionais de segurança pública | 104 registros de suicídios de profissionais de segurança pública até 2027<br>2024: 119<br>2025: 114<br>2026: 109<br>2027: 104 | Total de registros de suicídios de profissionais de segurança pública por ano. |

# ANEXO 12

# CÂMERAS CORPORAIS

## UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
Secretaria Nacional de Segurança Pública

# CÂMERAS CORPORAIS

## UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL

DIAGNÓSTICOS DSUSP



**PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Luiz Inácio Lula da Silva

**MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

Ricardo Lewandowski

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Manoel Carlos de Almeida Neto

**SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Mário Luiz Sarrubbo

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO**

Marivaldo Pereira

**DIRETORA DO SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Isabel Seixas de Figueiredo

**COORDENADOR-GERAL DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Márcio Júlio da Silva Mattos



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
Secretaria Nacional de Segurança Pública

# CÂMERAS CORPORAIS

## UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL

Brasília, DF
2024

**Ministério da Justiça e Segurança Pública**

Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP

Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública - DSUSP

Coordenação-Geral de Governança e Gestão do Sistema Único de Segurança Pública - CGSUSP

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Palácio da Justiça Raymundo Faoro, Edifício Anexo II, Sala 500, DF, CEP 70064-900.

2024© Secretaria Nacional de Segurança Pública

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que citada a fonte, sendo proibida sua venda para qualquer fim comercial.

EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Ministério da Justiça e Segurança Pública/Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP

CONSULTORIA

Pedro C L Souza

REVISÃO TEXTUAL

Reginaldo Brabo Rodrigues Júnior

DIAGRAMAÇÃO

Victtor Habakuk

Mateus Alexandre

FICHA CATALOGRÁFICA

341.5514
C182

Câmeras corporais : uma revisão bibliográfica / Pedro C. L. Souza, consultor. -- Brasília : Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2024.
121 p. (Série Diagnósticos)

Trabalho em parceria do Ministério da Justiça e Segurança Pública com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

ISBN digital 9786587762-42-5
ISBN físico 9786587762-43-2

1. Câmera corporal - 2. Comportamento policial - 3. Investigação criminal - I.Brasil. Secretaria Nacional de Segurança Pública. II. Título.

CDD

Elaborada por Luciene Maria Sousa CRB1-1655

# SUMÁRIO


| | | |
|---|---|---|
| | Apresentação | 7 |
| 1 | Introdução | 12 |
| 2 | Análise bibliográfica: metodologia para seleção e identificação de artigos | 18 |
| | Introdução e etapas de trabalho | 18 |
| | Local de análise e ano de publicação | 21 |
| | Variáveis e indicadores analisados | 23 |
| | Fonte de variação | 27 |
| | Qualidade metodológica | 29 |
| 3 | Análise bibliográfica: efeitos das câmeras | 40 |
| | Uso das câmeras corporais | 40 |
| | Impacto das câmeras corporais sobre a interação entre policiais e cidadãos | 45 |
| | Impacto das câmeras corporais sobre o comportamento do policial | 60 |
| | Impacto das câmeras corporais sobre o cidadão e seu comportamento | 69 |
| | Impacto das câmeras corporais sobre atitudes ou percepções sobre a polícia | 70 |
| | Impacto das câmeras corporais em investigações ou na Justiça | 72 |
| 4 | Análise bibliográfica: lacunas de conhecimento | 76 |
| 5 | Análise documental: caso internacional | 84 |
| 6 | Análise documental: caso brasileiro | 106 |
| 7 | Conclusões e recomendações | 116 |
| | Referências | 122 |

# APRESENTAÇÃO

O uso de câmeras corporais por policiais tem se consolidado como uma prática relevante em diversos países. A implementação de câmeras corporais nas polícias brasileiras tem sido destacada tanto pela sociedade quanto pela mídia como uma medida que pode contribuir para melhorar a percepção pública sobre a atuação policial. Estudos realizados em diversos estados brasileiros, como São Paulo, Santa Catarina e Rio de Janeiro, mostram evidências de que o uso dessas câmeras pode impactar positivamente tanto o comportamento dos policiais quanto a interação com os cidadãos.

Este relatório é uma entrega do Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública, no contexto do Projeto Nacional de Câmeras Corporais. Esse projeto está estreitamente relacionado com outras duas iniciativas complementares: o estímulo à transformação digital das organizações de segurança pública; e a padronização de procedimentos operacionais e elaboração de códigos de conduta de uso da força. O seu objetivo é oferecer ferramentas para promover o uso efetivo de câmeras corporais, visando melhorar a proteção dos profissionais de segurança pública, qualificação da prestação dos serviços de segurança pública e da legitimidade das instituições.

Assim, esse relatório tem como objetivo apresentar uma revisão bibliográfica e documental abrangente sobre os efeitos e implicações da adoção de câmeras corporais no contexto nacional e internacional. O objetivo deste documento é fornecer subsídios robustos e baseados em evidências para orientar a formulação de políticas pú-

blicas mais eficazes, contribuir para a melhoria das práticas policiais e fortalecer a confiança da sociedade nas instituições de segurança. Espera-se que esta revisão bibliográfica e documental sirva como um recurso valioso para pesquisadores, gestores públicos e todos os interessados no tema da segurança pública e na promoção de uma atuação policial mais transparente e justa.

O documento está estruturado para proporcionar uma análise detalhada e crítica sobre a efetividade das câmeras corporais. A metodologia empregada envolveu uma revisão sistemática da literatura acadêmica internacional, resultando na seleção e análise de 50 artigos principais. Esses estudos foram avaliados quanto à qualidade metodológica e os resultados foram organizados em várias seções, abrangendo desde os efeitos das câmeras sobre o uso da força e o comportamento policial até as percepções dos cidadãos e as implicações para o sistema de justiça criminal.

Além disso, o relatório explora lacunas de conhecimento e apresenta análises documentais sobre a adoção de câmeras corporais em outros países, bem como os protocolos operacionais implementados no Brasil. Com base nessas análises, são fornecidas recomendações para aprimorar a utilização dessas tecnologias e maximizar seus benefícios no contexto das políticas de segurança pública.

Boa leitura!

**MÁRIO LUIZ SARRUBBO**

Secretário Nacional de Segurança Pública







# 1 INTRODUÇÃO

Câmeras corporais policiais são, atualmente, uma realidade nacional e internacional, sendo adotadas em mais de 30 países, em todos os continentes, e em, ao menos, 6 estados brasileiros. [1]

No Brasil, os dispositivos vêm sendo ressaltados pela sociedade e mídia como um elemento que traz transparência à atuação policial. Em sintonia com este momento, o Ministério da Justiça e Segurança Pública vem liderando nacionalmente o processo de implantação dos equipamentos nas diversas polícias do país.

Este documento se coaduna com este esforço e provê uma análise bibliográfica e documental sobre o efeito de câmeras corporais policiais no Brasil e no mundo. Para tal, realizou-se um levantamento sistemático da literatura acadêmica internacional sobre os efeitos do dispositivo na atuação policial. Desse processo, delineado na Seção 2, resultaram 50 artigos principais na literatura, que foram subsequentemente analisados quanto à qualidade e robustez metodológica, incluindo uma análise da metodologia estatística e

1 Fonte: pesquisa própria. Veja Souza (2023), "Câmeras Corporais Policiais: Prática e Efeitos Esperados".

econométrica sobre existência de efeitos de contaminação (que podem gerar viés de atenuação dos efeitos) e, sobretudo, a adequação da construção do contrafactual e, com isso, identificar o efeito das políticas e separá-los de tudo mais, como flutuações estatísticas, sazonais ou outras políticas não relacionadas aos dispositivos.

A Seção 3 descreve os efeitos das câmeras sobre todos os indicadores que foram estudados. Em primeiro lugar, mostra que **há evidências científicas suficientes para afirmar que câmeras corporais reduzem o uso de força e reclamações de conduta do policial.** Estes efeitos são comprovados por diversos estudos de alta qualidade acadêmica e no contexto do Brasil. A magnitude do efeito é muito relevante, com reduções entre 25% e 61%, dependendo da definição de uso de força e contexto.

Também são discutidas algumas premissas teóricas que podem embasar a interpretação desses resultados. Esclarece-se que a redução da força é um objeto de equilíbrio, que ocorre na interação do policial com o cidadão, e não pode ser unicamente atribuído a mudanças comportamentais de um dos lados.[2] Esclarece-se ainda que o uso da força não é, necessariamente, uma violação dos protocolos. Em todo caso, seja qual for o mecanismo ou definição, parte-se do pressuposto de que qualquer uso da força é socialmente indesejável.

Em seguida, avalia-se a consequência das câmeras sobre o comportamento do policial. Observam-se que estudos no Brasil indicam melhora na qualidade dos dados quando o policial utiliza as câmeras. **Há uma notável redução na subnotificação de casos de violência doméstica:** na presença de câmeras, policiais passam a reportar esse tipo infracional em 69% em Santa Catarina e 101% em São

2 Esta interpretação difere de trabalhos anteriores, que equivalem a redução de uso de força com a mudança de comportamento do policial.

Paulo. O presente documento conclui que as câmeras, além do efeito geral, médio e difuso, podem promover consequências importantes sobre grupos com particular vulnerabilidade, como em situações de vitimização da mulher.

É demonstrado que não há mudanças comportamentais gerais quanto ao número de avisos ou citações (mais relevantes ao caso norte-americano), número de revistas corporais ou ocorrências iniciadas pelo policial. Em comum, estes indicadores são utilizados para medir possíveis efeitos sobre **despoliciamento**, isto é, averiguar se existe a possibilidade de câmeras induzirem alguma passividade policial. Na grande maioria, os estudos apontam para a ideia de que, se algo existe, **o efeito oposto é mais provável**. Isto é, há aumento de apreensões, porte de drogas e de armas e de casos que são levados aos órgãos investigativos.[3] Estudo em Santa Catarina mostra que não há mudança induzida pelas câmeras no padrão de policiamento moderado pelo local e suas características sócio-demográficas.

Vários outros indicadores são avaliados, como por exemplo o número de prisões (que não demonstra nenhum efeito consistente entre estudos). Também são demonstrados que estudos que incorporam a percepção do cidadão têm retorno muito positivo: a cada estudo, se mostra que a sociedade e os cidadãos tendem a concordar com frases que expressam marcadores de percepções de legitimidade, intenções, confiança e satisfação com o atendimento, quando os policiais utilizam-se dos dispositivos.

3 Uma importante exceção é o caso do projeto piloto na Rocinha no Rio de Janeiro, onde foi documentado importantes efeitos sobre passividade policial e despoliciamento.

Ao redor de toda análise, é feita uma discussão sobre como o contexto, culturas organizacionais e incentivos podem afetar o uso da câmera e seus efeitos. Há experiências e evidências que revelam que os efeitos podem ser modulados e heterogêneos como, por exemplo, o mandato de utilização das câmeras. **A evidência existente sugere que mandatos sem discricionariedade são mais condutivos à redução de uso de força**, isto é, quando não há a opção por parte do policial em acionar as câmeras.

Outros aspectos referentes ao "ecossistema" institucional das câmeras são discutidos. O argumento central se baseia na ideia de que a introdução dos dispositivos sem outras condições, como protocolos bem definidos, cadeias e mecanismos de supervisão e responsabilização, no caso de desconformidade com os mesmos, regimes de treinamento adequados, e culturas organizacionais, são, provavelmente, fatores cruciais para o sucesso da implementação. Embora a literatura aponte neste sentido, diversas avenidas para aprofundar o conhecimento são reportadas na Seção 4 (lacunas de conhecimento).

Por fim, a Seção 5 analisa a documentação e protocolos de operação de câmeras no Brasil e em outros países. Neste último caso, efetuou-se uma varredura de todos os protocolos publicamente disponíveis, sendo que 150 foram encontrados, na sua grande maioria de departamentos de polícia norte-americanos. A leitura detalhada dos protocolos permitiu a classificação em grandes tópicos como: quem utiliza? onde é fixada? qual o protocolo de acionamento? exceções, importância e possibilidade de revisão dos vídeos, papel da supervisão, treinamento, e, finalmente, sobre a política de retenção de dados. À luz desta análise, a Seção 6 examina e elabora comentários sobre os protocolos de operação policial em Santa Catarina e São Paulo.





# 2 ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA: METODOLOGIA PARA SELEÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE ARTIGOS

Esta seção contém as fontes e bases de dados que deram origem à análise bibliográfica (produto 2, item a, subitens i-iv), assim como a metodologia para seleção dos principais artigos na literatura internacional (produto 2, item b, subitem i) e nacional (produto 2, item c, subitem i).

## INTRODUÇÃO E ETAPAS DE TRABALHO

Para a execução deste trabalho,conforme articulado no produto 1 ("Plano de Trabalho"), seguiu-se a metodologia adiante para identificar e classificar os artigos existentes na literatura nacional e internacional sobre câmeras corporais.

- **Etapa 1:** buscou-se pelo termo "câmeras corporais" ou "*body-worn cameras*" nas seguintes bases de artigos: *Google Scholar*, *EBSCOhost*, *JSTOR*, *BusinessSource*, *Scopus*, *arXiv.org*, *IEEE Xplore*, *NBER working papers*, *SAGE*, *Web of Science*, *Elsevier*, *Oxford*, *Cambridge*, *O'Reilly*, *BID Citizen Lab*, *Department of Justice*, *Crime Solutions*.

- **Etapa 2:** realizou-ze a pré-seleção dos artigos científicos alcançados pelos sistemas anteriormente descritos. Dessa forma, utilizaram-se dois critérios como filtro inicial:

- i) que os artigos acadêmicos tenham sido publicados em revistas especializadas nas áreas de economia, ciências sociais, criminologia e/ou ciências criminais, justiça criminal ou estudos legais; e

- ii) que tratassem especificamente da avaliação dos efeitos ou impactos das câmeras corporais. A combinação dos critérios não considera artigos de opinião, comentários e relatórios ou estudos que não tenham enfoque avaliativo.

- **Etapa 3:** os principais artigos da literatura foram identificados por intermédio do número de citações, metrificado pela contagem de artigos no *Google Scholar*, e por registros bibliográficos nos artigos dentro da literatura específica de câmeras corporais.

- **Etapa 4:** esta etapa visa corrigir eventuais distorções no critério de citações acadêmicas, e inclui manualmente artigos que se classifiquem dentro de uma das seguintes categorias:

    * Em fase de pré-publicação e disponibilizados como artigos de discussão: necessário dado de que o processo de publicação pode demorar meses, ou, por vezes, alguns anos. Consequentemente, com vistas a garantir que a revisão bibliográfica está a par da fronteira científica, é necessário incluir artigos ainda não publicados e de fontes consideradas confiáveis.

* No mesmo sentido, artigos recentes são individualmente considerados para análise. Isto se faz necessário porque o critério de citações naturalmente privilegia artigos mais antigos, que mecanicamente tiveram mais tempo para acumular número maior de citações. De fato, a tabela em anexo mostra que artigos publicados em 2015 têm, em média, 252 citações. Aqueles datados de 2023 têm, na média, apenas cinco citações.

* Finalmente, são revisados os artigos que tratam especificamente do caso de introdução de câmeras corporais no Brasil ou em países com contextos similares. Artigos avaliativos no Brasil, se comparados ao contexto de países desenvolvidos como nos Estados Unidos ou Reino Unido, são menos citados, a despeito do interesse particular que possuem nesta avaliação bibliográfica.

Deste processo, foram identificados 50 estudos sobre câmeras corporais em todo o mundo. Em seguida, uma análise e leitura detalhada foi conduzida para identificar:

i) as características metodológicas principais;

ii) em particular, o tipo de variação (entre policiais, turnos ou geográfica), assim como o número de unidades experimentais;

iii) eventuais problemas metodológicos, como efeitos de contaminação e, finalmente;

iv) os resultados em todas as dimensões mapeadas na literatura (como, por exemplo, uso da força e impactos na justiça criminal).

A seguir, o conjunto de artigos que compõem a revisão bibliográfica são explorados e revisados, assim como algumas estatísticas descritivas acerca do conjunto de conhecimento sobre o assunto.

## LOCAL DE ANÁLISE E ANO DE PUBLICAÇÃO

O primeiro artigo publicado sobre câmeras corporais foi publicado por Ariel, Farrar e Sutherland (2014), na revista *Journal of Quantitative Criminology*, analisando o que ficaria conhecido como o "experimento de Rialto", em alusão à cidade da Califórnia. Os autores identificaram, no estudo, que as câmeras corporais eram responsáveis pela diminuição de uso de força em cerca de 50%, associada à queda do número de reclamações sobre a atividade policial em cerca de 90% (0.7 para 0.07 reclamações para cada 1.000 contatos).

A promessa gerada por tal experimento desabrochou a literatura do tema: como pode ser visto na Tabela 1, no ano seguinte, foram publicados 4 artigos, seguidos de mais 7 artigos em 2016. Desde então, a produção científica no tema tem sido constante, inclusive, recentemente, 11 artigos foram publicados ou estavam em processo de publicação até o final de 2023

**Tabela 1: Ano de Publicação**

| ANO | ARTIGOS | % |
|---|---|---|
| **2014** | **1** | 2% |
| **2015** | **4** | 8% |
| **2016** | **7** | 14% |
| **2017** | **6** | 12% |
| **2018** | **6** | 12% |
| **2019** | **3** | 6% |
| **2020** | **5** | 10% |
| **2021** | **3** | 6% |

| | | |
|---|---|---|
| **2022** | **4** | 8% |
| **2023** | **11** | 22% |
| **Total** | **50** | 100% |

Fonte: Elaborado pelos autores com base no IPEA, 2018.

*Nota:* número e proporção de artigos publicados sobre câmeras corporais policiais por ano. Preparação própria.

Em todos os casos, o local preferido de estudo, acerca dos efeitos sobre as câmeras corporais, é os Estados Unidos, que concentra cerca de 60% dos estudos, conforme Tabela 2. Em seguida, estudos internacionais ou multinacionais (frequentemente incluindo os Estados Unidos) concentram 14% dos estudos existentes. O Brasil ocupa a terceira posição, com cinco estudos: três deles referem-se à experiência de São Paulo, um em Santa Catarina e outro no Rio de Janeiro. A concentração de estudos e conhecimento acadêmico no Brasil já reflete o interesse que o tema tem gerado na sociedade e a adoção crescente do equipamento. Por fim, as demais avaliações estão distribuídas pelo mundo, com duas na Turquia e uma em cada um dos seguintes países:  Uruguai, Canadá e Austrália.

**Tabela 2: Local de Estudo**

| PAÍS | ARTIGOS | % |
|---|---|---|
| **Estados Unidos** | **30** | 60% |
| **Internacional** | **7** | 14% |
| **Brasil** | **5** | 10% |
| **Reino Unido** | **3** | 6% |
| **Turquia** | **2** | 4% |
| **Uruguai** | **1** | 2% |

| | | |
|---|---|---|
| **Canadá** | **1** | 2% |
| **Austrália** | **1** | 2% |
| **Total** | **50** | 100% |

*Nota:* número e proporção de artigos publicados sobre câmeras corporais policiais por país onde os dispositivos foram implementados. Preparação própria.

## VARIÁVEIS E INDICADORES ANALISADOS

O objeto do estudo varia consideravelmente entre os artigos analisados, e serão analisados na revisão bibliográfica abaixo. A primeira margem de avaliação é direta e se relaciona à conformidade do policial com os guias e manuais de operação das câmeras corporais, assim como frequência de uso do equipamento. De acordo com a Tabela 3 a seguir, surpreendentemente, apenas 4 artigos (8%) se dedicam à análise específica dessa variável.

**Tabela 3: Indicadores analisados na literatura de câmeras corporais**

| INDICADOR | ARTIGOS | % |
|---|---|---|
| **Ativação do equipamento** | **4** | 8% |
| **Margens de interação** | | |
| **Uso de força** | **29** | 58% |
| **Reclamação de conduta** | **25** | 50% |
| **Cooperação e comportamento do cidadão** | **4** | 8% |
| **Comportamento do policial** | | |

| | | |
|---|---|---|
| **Reporting** | **4** | 8% |
| **Avisos ou citações** | **4** | 8% |
| **Revistas pessoais** | **8** | 16% |
| **Prisões** | **16** | 32% |
| **Flagrante ou passividade policial** | **11** | 22% |
| **Agressões contra policiais** | **9** | 18% |
| **Percepções** | | |
| **Percepção do policial** | **8** | 16% |
| **Percepção do cidadão ou comunidade** | **7** | 14% |
| **Cooperação e comportamento do cidadão** | | |
| **Justiça criminal** | **7** | 14% |

*Nota:* número e proporção de artigos publicados sobre câmeras corporais policiais por conjunto de variáveis ou indicadores. Preparação própria.

O cerne dos artigos avaliam o efeito dos dispositivos sobre as margens de interação entre policiais e cidadãos, com destaque para o uso de força (29 artigos) e reclamação de conduta (25 artigos). Em 2023, a literatura interpretou o uso de força e reclamação de conduta como parte do comportamento exclusivamente do policial[4]. Como será argumentado adiante, o uso de força não é necessária e exclusivamente indicador de mudanças no comportamento do policial, mas são também potencialmente reveladoras de dinâmicas situacionais, de cooperação do cidadão e de redução de agressões aos próprios policiais.

Tampouco o uso de força significa que há desvio do protocolo.

4 Por exemplo, a meta-análise de Lum *et al* (2019) classifica uso de força e reclamações de conduta exclusivamente como parte dos "Impactos de câmeras corporais no comportamento do policial.

Na Seção subsequente, serão postuladas as definições e diferenças conceituais entre uso de força protocolar, excessiva ou abusiva. Ademais, reclamações dos cidadãos podem ser potencialmente falsas ou distorcidas, especialmente na ausência de câmeras corporais, de tal forma que dificilmente são indicativas do comportamento apenas de um dos lados na relação entre policiais e cidadãos. Distanciando-se da literatura, estas variáveis são aqui interpretadas como resultado da interação entre as partes.

Em seguida, apenas 4 artigos especificamente analisam o efeito da cooperação ou comportamento do cidadão. Em parte, o baixo índice pode refletir a dificuldade em se analisar esta dinâmica, e separá-la da mudança de comportamento do policial ou de ambos.

O bloco adiante traz efeitos que tipicamente estão relacionados a mudanças comportamentais do policial e que se referem à avaliação do efeito sobre passividade ou inatividade policial. Como será detalhado a seguir, há o potencial de que as câmeras deflagram um processo de despoliciamento, oriundo de processos mentais "sobre-dissuasão" ou excesso de autoconsciência.[5] Neste largo conjunto de indicadores, observam-se o tipo de crime ou delito cometido, a qualidade dos relatórios e solicitação de informações do local de atendimento, o número de avisos ou citações (mais aplicável ao caso norte-americano), revistas pessoais, prisões, flagrantes e, por fim, agressões contra os policiais.

Completando o conjunto de variáveis ou indicadores de interesse, somam-se as percepções dos policiais e cidadãos, analisadas em 8 e 7 artigos científicos, respectivamente. Por um lado, a análise

5 Veja a discussão sobre estes aspectos em Ariel *et al* (2018), Bennett *et al* (2023) e Magaloni, Melo, Robles (2023).

destes resultados é particularmente relevante: em última instância, as câmeras corporais têm indubitavelmente o objetivo de melhorar a relação entre a polícia e sociedade, intermediado em aumento da confiança sobre capacidades e intenções das forças policiais.

No entanto, são diferentes dos registros administrativos. As variáveis de percepção exigem a execução de pesquisas de campo e, ademais, devem se coadunar à forma e variação na implementação da política que permita a análise metodologicamente robusta.[6]

Por fim, 7 estudos avaliam as consequências das câmeras sobre a justiça criminal. De fato, a maioria destes estudos é recente, indicando uma área do conhecimentos em franca expansão. A dificuldade analítica, neste caso, ocorre devido à dificuldade de integração de sistemas: no caso brasileiro, o atendimento inicial é frequentemente efetuado pela Polícia Militar, que pode desmembrar para investigações na Polícia Civil e que, por sua vez, pode gerar inquérito e ser levado à Justiça. Evidentemente, o fluxo de um fato por três instituições dificulta o mapeamento dos processos que podem ter utilizado o conjunto de evidências gerado pelas câmeras, bem como seu desdobramento no Poder Judiciário.

6 Por exemplo, estudos que usam a variação entre policiais são usualmente inadequados para avaliar o efeito das câmeras sobre as percepções dos cidadãos. Isto ocorre porque um cidadão pode, em um mesmo local, ser abordado por policiais com e sem câmeras. A desuniformização do status de trata- mento impede a identificação do efeito sobre as suas percepções e/ou manipulação das expectativas sobre encontros futuros. Estudos, analisando a comparação geográfica, isto é, onde há batalhões ou unidades operacionais com e sem câmeras, são mais propensos à análise de percepções cidadãs, por conter consistência da interação com a polícia, condicional a um certo local.

## FONTE DE VARIAÇÃO

Na prática, as avaliações de impacto de câmeras corporais podem ser categorizadas em três tipos principais, no que se refere à fonte de variação e aos grupos de comparação (ou grupos de tratamento e controle).

As definições das três fontes de variação foram relacionadas no produto 1, Plano de Trabalho, e se referem a:

- **Variação no nível do policial:** neste caso, alguns policiais utilizam câmeras (grupo de tratamento) e outros não as utilizam (controle).

- **Variação no nível do turno:** neste cenário, alguns turnos são tratados e outros são de controle. Sendo assim, todos os policiais no turno de tratamento utilizam as câmeras, e nenhum policial no turno de controle as utilizam.

- **Variação geográfica:** comparam-se unidades operacionais com câmeras (tratamento) daquelas sem câmeras (controle), durante o período do estudo. Uma alternativa é conhecida como "adoção escalonada", na qual, embora o objetivo final seja a adesão por todas as unidades operacionais, a logística implicará a existência de calendário gradual de implementação.

Observa-se na Tabela 4, mais adiante, que a maioria dos artigos utiliza de variação no nível do policial, isto é, avalia o efeito das câmeras a partir da introdução dos dispositivos para alguns policiais dentro de uma corporação (o grupo de tratamento) e não para ou-

tros (grupo de controle). Este tipo de desenho é, contudo, propenso a efeitos de contaminação, que ocorrem quando indivíduos no grupo de controle acabam sendo indiretamente tratados pela proximidade com aqueles no grupo de tratamento.

**Tabela 4: Fonte de variação e definição de grupo de tratamento e controle**

| VARIAÇÃO | ARTIGOS | % |
|---|---|---|
| **Turno** | **9** | 18% |
| **Policial** | **15** | 30% |
| **Geográfica** | **12** | 24% |
| **Mista** | **4** | 8% |
| **Outras** | **1** | 2% |
| **Não aplicáveis** | **9** | 18% |
| **Total** | **50** | 100% |

*Nota:* número e proporção de artigos publicados sobre câmeras corporais policiais por variação e definições de grupo de tratamento e controle. Preparação própria.

O segundo desenho mais comum é o geográfico (com 12 estudos), compreendendo a maioria dos casos observacionais, em que o pesquisador utiliza da variação existente, e, com frequência, proveniente de calendários graduais de implementação, para avaliar o efeito das câmeras por meio da comparação entre unidades operacionais com e sem câmeras corporais.

Por fim, o terceiro desenho mais frequente é a variação dos turnos, não sendo recomendável por efeitos de contaminação em decorrência do tempo (dado que um mesmo policial pode ter seu status de tratamento variando ao longo do experimento), e sujeito a baixo poder estatístico, como será visto. Casos mistos, com outras fontes

de variação, na qual tal classificação não é aplicável (por exemplo, em meta-estudos), compreende os demais 20%.

Ressaltam-se que estudos com variação no turno ou entre policiais são, na maioria dos casos, estudos de controle aleatorizados (*Randomised Controlled Trials ou RCTs*). A implementação aleatória oferece uma robusta capacidade estatística, embora sua eficácia também dependa de outras características, como a estrutura e granularidade dos dados utilizados. Portanto, os estudos aleatorizados ocupam um lugar de destaque na avaliação dos impactos das políticas públicas. No entanto, vale ressaltar que a aleatorização nem sempre é factível, viável ou eticamente aceitável em todas as circunstâncias.

Por sua vez, os ensaios com variação geográfica, tipicamente, fazem uso de variações preexistentes, muitas vezes originadas por diferentes motivos. Por exemplo, a implementação de câmeras corporais pode obedecer a um cronograma logístico ou ser influenciada pela disponibilidade de infraestrutura, como conexões de rede. Diferente dos RCTs, o pesquisador não é responsável pela introdução da variação e, por isso, são também conhecidos como métodos observacionais.

## QUALIDADE METODOLÓGICA

A qualidade metodológica está intrinsecamente associada à capacidade inerente dos métodos em capturarem a ideia do **contrafactual** e, com isso, respondem à pergunta sobre o que teria acontecido na ausência da formulação da política.

Conceitualmente, o efeito da política pode ser medido pela di-

ferença entre o que ocorreu e um cenário hipotético, no qual tudo seria mais constante, exceto que a política não teria acontecido. Evidentemente, o que ocorreu é observado e mensurável. O que teria ocorrido, por oposição, deve ser imputado ou capturado pelos métodos estatísticos e econométricos, sob diferentes hipóteses.

**BOX 1: IDENTIFICAÇÃO DO EFEITO DE POLÍTICAS**

**Efeito da política =** o que ocorreu (observado) - o que teria ocorrido na ausência da política, com tudo mais constante (não observado)

Em suma, os artigos diferem metodologicamente na qualidade e na robustez da capacidade de inferir o contrafactual. Serão usadas as seguintes definições:

- **Artigos de baixa qualidade:**

  * não utilizam ou conceitualizam um grupo de controle, de tal forma que não possuem métrica sobre o contrafactual, e assim, não respondem à pergunta sobre o que teria acontecido na ausência de câmeras corporais;

  * possuem análises não robustas, como comparações antes-e-depois e testes de médias que podem ser contaminados por choques independentes à política;

  * utilizam dados agregados;

* não apresentam testes estatísticos, o que impossibilita a análise para determinar se os efeitos decorrem de flutuações estocásticas;

* podem conter outros problemas, como seleção da amostra (nos policiais ou uso de câmeras corporais);

* o design típico mensura o efeito antes-e-depois das câmeras, usando questionários ou critérios de seleção da amostra não representativos.

- **Artigos de média qualidade**

* são estudos experimentais ou quase-experimentais com aleatorização no uso das câmeras, e com testes estatísticos apropriados;

* com dados tipicamente agregados;

* no entanto, problemas de contaminação ou desbalanceamento podem comprometer a avaliação.

- **Artigos de alta qualidade**

* são estudos experimentais ou aleatorizados que consideram efeitos de contaminação;

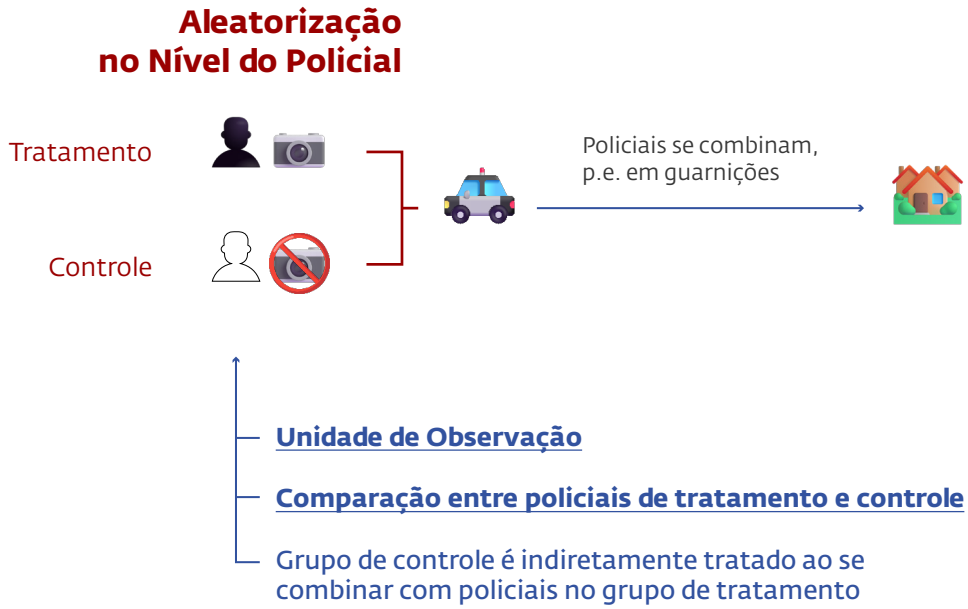
* utilizam dados granulares ou desagregados;

* alternativamente, fazem uso de variação geográfica, com todas as unidades de uma determinada área operacional alocadas ao tratamento ou ao controle;

* realizam os testes estatísticos apropriados e utilizam de métodos de estado da arte.

Os **problemas de contaminação** inerentes e típicos aos artigos de baixa e média qualidade podem ser exemplificados nas Figuras 1 e 2, logo após. O primeiro caso conta com uma aleatorização no nível do policial, na qual alguns indivíduos recebem as câmeras (tratamento) e outros não as recebem (controle). Policiais se agrupam, então, em guarnições de dois indivíduos. Naturalmente, é possível que policiais do grupo de controle estejam em guarnições com seus colegas no grupo de tratamento. A comparação entre grupo de tratamento e controle no nível do policial não revelará o efeito da política. Isto acontece porque o grupo de controle é indiretamente tratado ao agrupar-se na mesma guarnição. Em outras palavras, o grupo de controle não é um contrafactual apropriado para o grupo de tratamento, na ausência da política.

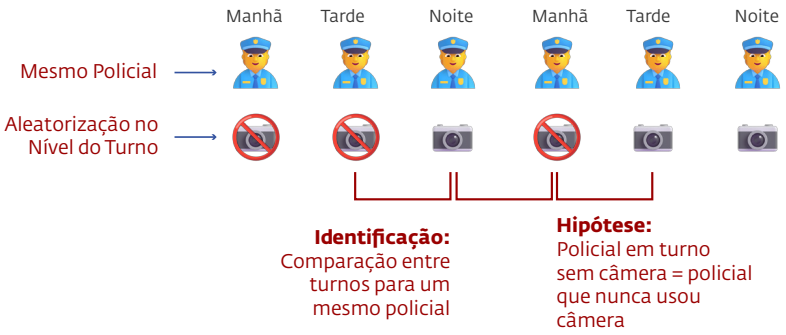
**Figura 1: Efeito de contaminação no nível do policial**




Outra forma de contaminação ocorre na variação entre turnos, como na Figura 2. Estudos na literatura, incluindo o artigo original de Ariel, Farrar, Sutherland (2014), aleatorizam câmeras em turnos de serviço. É de se esperar que um policial esteja, em certos momentos,

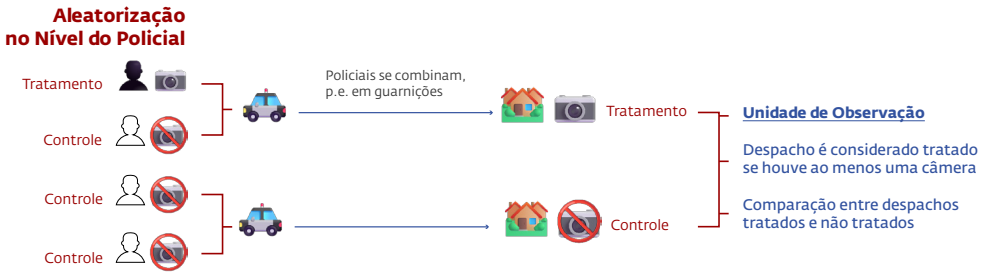
no turno de tratamento e, em outros, no grupo de controle. Existindo mudanças comportamentais a partir da primeira exposição às câmeras, torna-se evidente que o grupo de controle não será bom contrafactual adequado para o grupo de tratamento, na ausência das câmeras.

**Figura 2: Efeito de contaminação no nível do turno**




Por fim, estudos de alta qualidade tomam o efeito de contaminação ao âmago do desenho avaliativo. Um exemplo, como na Figura 3, é quando a aleatorização no nível do policial combina-se com a análise dos dados em nível desagregado. Considera-se que o evento, atendimento ou despacho é tratado quando pelo menos um policial está utilizando as câmeras. Embora o nível de variação continue sendo no nível do policial (similar ao exemplo na Figura 2), o uso de dados desagregados no nível do atendimento, combinado com a informação sobre quais policiais estavam presentes e seus respectivos status de tratamento, permitem propor uma metodologia que supere problemas de contaminação.

**Figura 3: Desenhos sem efeito de contaminação**




A classificação dos artigos quanto à qualidade metodológica presume leitura pormenorizada e atenta, com enfoque para a implementação e avaliação econométrica e estatística. Foram observados que, dentre os 50 artigos, 27 deles são de média qualidade. O mesmo ocorre porque muitos artigos na literatura não controlaram ou observaram efeitos de contaminação, resultando em um potencial viés de atenuação, isto é, que tenha sido avaliado se os efeitos são menores do que verdadeiramente são.

A Tabela 5 também mostra que um percentual elevado de artigos são de baixa qualidade (14 de 50, ou 28%). Infelizmente, a classificação menos representada é, justamente, de artigos de alta qualidade (9, ou 18%) dos quais, como veremos, quatro se referem a avaliações nos Estados Unidos, três no Brasil, um no Canadá e outro no Reino Unido.

**Tabela 5: Qualidade metodológica**

| QUALIDADE | ARTIGOS | % |
|---|---|---|
| **Baixa** | **14** | 28% |
| **Média** | **27** | 54% |

| | | |
|---|---|---|
| **Alta** | **9** | 18% |
| **Total** | **50** | 100% |

*Nota:* número e proporção de artigos publicados sobre câmeras corporais policiais por qualidade metodológica. Preparação própria.

A Tabela 6 decompõe a produção literária por qualidade e ano. Como será demostrado, embora a produção acadêmica tenha começado em 2014, os últimos três anos concentram quase que a totalidade dos artigos de alta qualidade, sendo 8 das 9 publicações a partir de 2021.

**Tabela 6: Qualidade metodológica por ano**

| ANO | QUALIDADE | | |
|---|---|---|---|
| | BAIXA | MÉDIA | ALTA |
| **2014** | **0** | **1** | **0** |
| **2015** | **1** | **2** | **1** |
| **2016** | **3** | **4** | **0** |
| **2017** | **3** | **3** | **0** |
| **2018** | **1** | **5** | **0** |
| **2019** | **1** | **2** | **0** |
| **2020** | **1** | **4** | **0** |
| **2021** | **0** | **2** | **1** |
| **2022** | **0** | **1** | **3** |
| **2023** | **4** | **3** | **4** |

*Nota:* número e proporção de artigos publicados sobre câmeras corporais policiais por qualidade metodológica e ano. Preparação própria.

Esta distinção da qualidade documental será importante no que se segue, dado que as estimativas de impacto podem ser contaminadas, além de heterogeneidades e contextos distintos, pela escolha e questões metodológicas. Na próxima Seção, será feita a revisão de todos os efeitos encontrados a partir da leitura sistemática destes artigos.




3



# 3 ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA: EFEITOS DAS CÂMERAS

Esta Seção contém a análise e produção de sumário sobre os principais achados da literatura internacional (produto 2, item b, subitem ii) e nacional (produto 2, item c, subitem ii)).

## USO DAS CÂMERAS CORPORAIS

No seu nível mais direto, o primeiro resultado a se averiguar é a extensão de utilização das câmeras quando disponíveis aos policiais de uma determinada unidade operacional. Para isto, é importante distinguir os mandatos de uso das câmeras corporais, dado que os protocolos variam consideravelmente entre as polícias (veja também a análise documental na Seção 5):

- Acionamento contínuo em áudio e vídeo em todo o turno de serviço;

- Acionamento em todas as interações ou interações esperadas;

- Acionamento em todas as interações ou interações esperadas, acima de um certo grau de severidade pré-especificado;

- Discricionariedade do policial.

Como será apresentado, o mandato mais comum é o terceiro (Acionamento em todas as interações ou interações esperadas), no qual há o mandato de que as câmeras devem ser acionadas em caso de interações ou interações esperadas com o público.

Em Londres, no Reino Unido, as pesquisas de Grossmith *et al* (2015) ressaltam que apenas 42% dos policiais gravaram mais de 10 clipes no intervalo de um mês, e 26% gravaram menos de 5 vídeos por mês. 6% dos policiais não gravaram qualquer vídeo. Neste caso, a polícia londrina operava no regime de acionamento em todas as interações, sendo improvável que policiais tivessem menos do que 10 interações por mês com o público. Consequentemente, o artigo sugere uma indicação de que a conformidade com o uso de câmeras pode não ser perfeita.

Esta percepção se coaduna com o estudo de Katz *et al* (2015), que mostra que entre 13.2% e 42.2% dos atendimentos foram gravados em implementação em Phoenix nos Estados Unidos em 2014. Avaliação posterior realizada no mesmo local por Hedberg, Katz, Choate (2017) mostra que a ativação das câmeras ocorre em apenas 32% dos atendimentos.

No Brasil, também há evidências de conformidade imperfeita. Magaloni, Melo, Robles (2023) avaliaram em 2015 o efeito das câmeras corporais, no contexto das Unidades de Polícia Pacificadora na Rocinha, Rio de Janeiro, em período de elevadas queixas à atuação da polícia após

o desaparecimento do pedreiro Amarildo de Souza, além de altos índices de violência contra os policiais. O artigo aponta que o uso das câmeras se mostrou deficiente: embora os policiais portassem o dispositivo, houve o acionamento em 18.5% dos casos, com efeito decrescente ao longo do tempo (ver Figura 4, a seguir).

Ademais, o artigo analisa as consequências da mudança do mandato de acionamento ao longo do tempo, conforme ilustrado também na Figura 4. No início do experimento, em dezembro de 2015, havia alta conformidade com o experimento. Posteriormente, sofreu decréscimo e estabilizou-se abaixo dos 20% em março de 2016. Em maio do mesmo ano, houve a publicação de uma diretriz da Polícia Militar obrigando a gravação das ocorrências, resultando na elevação momentânea do pico acima dos 20%.

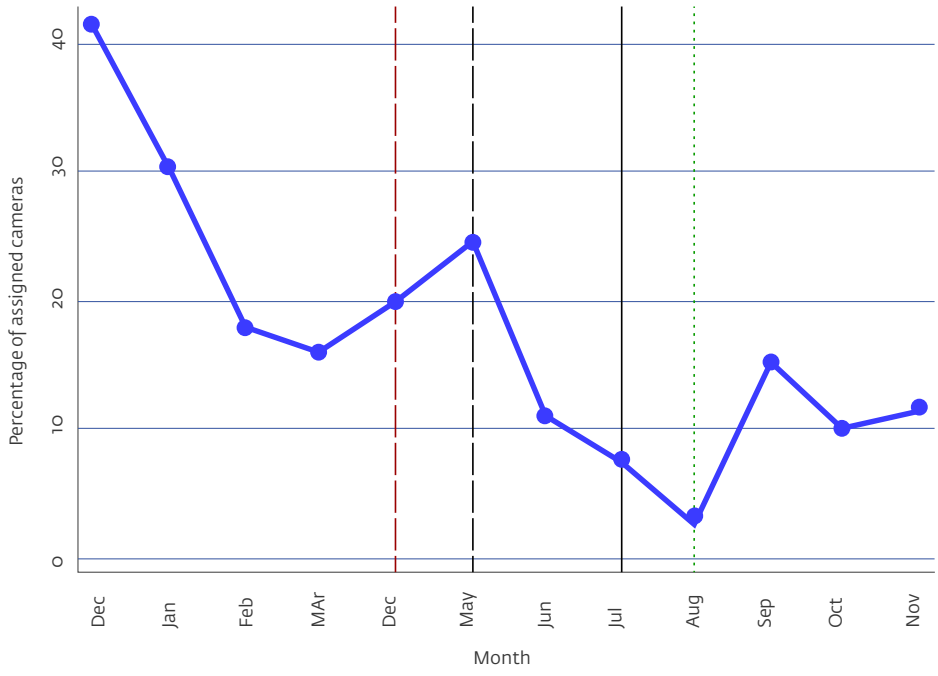
A retirada do mandato "sempre ligado", em julho, resulta em uma queda muito expressiva de gravações, em no mínimo 3% das ocorrências. Em seguida, quando é apresentado aos policiais os relatórios de uso do equipamento, há novamente uma reversão da incidência de gravação. No todo, esta análise deixa claro que o uso das câmeras é claramente sensível ao mandato de utilização, incentivos e ao ambiente institucional e cultural das polícias.

No Brasil, o artigo de Barbosa *et al* (2023) mostra que, em Santa Catarina, em experimento realizado em 2018, as câmeras resultam em cerca de 24% de acionamentos, em linha com os números obtidos em outros locais como nos experimentos de Phoenix. O protocolo estipula, no entanto, que câmeras só deveriam ser acionadas quando houvesse interação com os cidadãos, e estima-se que isto acontecia em 53% das ocorrências. Escalonando os efeitos principais, destacam-se que em aproximadamente 45% das ocorrências elegíveis foram, de fato, utilizadas as câmeras. As pesquisas de Barbosa

*et al* (2023) também observam que policiais mais novos (soldados) têm uma propensão maior para acionar as câmeras, em comparação com policiais mais antigos. Os autores evidenciam uma série de explicações possíveis para este efeito e, de forma similar à Magaloni, Melo, Robles (2023), concluem que o ambiente e cultura institucional e incentivos são fundamentais para que os dispositivos sejam de fato utilizados no contexto de mandatos intermediários.

Pesquisas mais recentes observaram que os efeitos das câmeras corporais podem ser heterogêneos e dependem do mandato de uso das câmeras. Neste sentido, o experimento de Ariel *et al* (2016b), realizado em oito sítios ao redor do mundo, demonstra como o mandato de acionamento das câmeras pode ter consequência sobre os efeitos estimados. Em locais onde não havia discrição no acionamento e havia conformidade, o uso de força caiu, em média, 37%. Nos locais onde havia um mandato de acionamento, mas não seguido, houve um aumento do uso de força. Finalmente, não foi constatado qualquer efeito devido à ausência de um mandato claro de acionamento.

**Figura 4: Efeito dos mandatos de acionamento**



*Nota:* reproduzido de Magaloni, Melo, Robles (2023). A linha vermelha marca o momento no qual a administração dos sistemas das câmeras é movida ao local de tratamento (23º Batalhão). A linha preta marca o momento no qual a Polícia Militar publica uma ordem de que toda a ocorrência policial deve ser gravada. A linha preta sólida indica o momento no qual o regime "sempre ligado" foi descontinuado. A linha verde mostra o momento no qual relatórios de uso passam a ser distribuídos para policiais.

De forma similar, em análise agregada para todos os departamentos de polícia norte-americanos, Kim (2023) mostra que os efeitos sobre letalidade policial são maiores em locais onde havia claros mandatos de utilização das câmeras.

Em suma, compreende-se desta análise que apenas a inserção de câmeras corporais não é suficiente para garantir que sejam utilizadas (Magaloni, Melo, Robles, 2023), mesmo em condições experimentais. Em conjunto, os experimentos mostram que o percentual de acionamento pode ser muito variável, dependendo de fatores como: i) contexto no qual o projeto ocorre, e níveis de violência policial e contra o policial; ii) cultura organizacional; iii) incentivos e punições em caso de desvios no protocolo de não-acionamento; iv) atrelado ao anterior, a supervisão no uso das câmeras; v) treinamento e retreinamento; vi) a clareza do mandato de uso dos equipamentos.

Consequentemente, são aspectos primordiais a serem observados em novos projetos ao redor do país. A partir da leitura anterior, recomendam-se que:

- Os mandatos de acionamento sejam claros e simples, deixando pouca discricionariedade sobre a decisão de acionamento das câmeras;

- Hajam cadeias de responsabilidades e supervisão para a correta utilização dos equipamentos, com claras punições em casos de desvios;

- Os treinamentos e manuais de operações reflitam os pontos acima.

## IMPACTO DAS CÂMERAS CORPORAIS SOBRE A INTERAÇÃO ENTRE POLICIAIS E CIDADÃOS

As câmeras corporais policiais, em larga medida, foram propostas nos Estados Unidos como forma de regulamentar ou limitar o uso de força, em particular força letal. Veja, por exemplo, o relatório do Presidente Obama sobre o futuro do policiamento (*President's Task Force*, 2015), e relatórios de artigos acadêmicos (*Police Executive Research Forum*, 2016; Miller, Chillar, 2022).

No entanto, a avaliação do efeito das câmeras sobre o uso de força é complexa e com diversos nuances e possíveis interpretações. Como mostra Barbosa *et al* (2023), as avaliações sobre o impacto de uso de força foi possivelmente contaminada por inadequações metodológicas, em particular efeitos de contaminação que atenuaram as estimativas sobre as políticas; em outras palavras, trabalhos no passado podem ter falhado em detectar a influência das câmeras mesmo que estes existissem, e isto ocorreu em grande medida porque policiais ou turnos de controle foram indiretamente afetados pelas suas contrapartes de tratamento.

No agregado, os estudos mais recentes mostram uma redução expressiva do uso de força. As estimativas variam entre 25% de redução (no contexto norte-americano avaliado por Miller, Chillar, 2022) e 61% (no contexto de Santa Catarina, como avaliado em Barbosa *et al*, 2023). Os trabalhos diferem substancialmente na definição e interpretação do uso de força, o que é esclarecido a seguir.

***Em primeiro lugar, porque uso de força acontece?***

O estudo de Ariel, Farrar, Sutherland (2014) teoriza que o uso de força acontece a partir de aspectos situacionais, psicológicos,

ou organizacionais. Aspectos situacionais, segundo os autores, são aqueles cuja avaliação no contexto da abordagem ou resposta ao evento condicionam a percepção e reação à situação. Os autores ressaltam alguns exemplos, com destaque para a reação e resistência à prisão, expectativas e percepções em tempo real sobre diversos aspectos situacionais, que incluem a condição de patrulhamento (rotina *versus* reativa) aos locais geográficos (com maior ou menor incidência criminal).

Também ressaltam que aspectos psicológicos podem ajudar a explicar o uso da força, sugerindo que alguns traços individuais podem influenciar na sua intensidade ou amplitude. Ressaltam, ainda, que alguns traços psicológicos como agressividade, mensurado por questionários padronizados, foram associados ao uso de força policial.

Por fim, aspectos organizacionais, assim como cultura entre diferentes agências de polícia podem ajudar a explicar qual nível de uso de força é considerado aceitável, e em quais situações. Os autores notam, empiricamente, que certas instituições acabam sendo lenientes quanto ao cumprimento dos seus protocolos.

***Por que efeitos são esperados?***

Há muitas interpretações possíveis sobre como a câmera pode mudar o comportamento humano. Em modelos psicológicos e sociais, explicações se ancoraram na ideia de dissuasão, por exemplo em Nagin (2013). O conceito presume que há uma instância ou instituição externa que tenha a autoridade de aplicar regras (sejam de ordem legais, sociais ou morais). Esta teoria se coaduna com os princípios adotados pela teoria econômica de comportamentos sociais em Becker (1978). Segundo esta interpretação, as câmeras corporais aumentam a probabilidade de punição em caso de desvios de condu-

ta e, consequentemente, ao interiorizar tal possibilidade, os agentes passam a não cometer infrações penais, em primeiro lugar.

A teoria de Becker (1978) também ajuda a fazer uma importante distinção entre punição e expectativa de punição. O primeiro caso, evidentemente, é a realização de ações corretivas a partir de um fato identificado. A expectativa de punição, no entanto, envolve outros fatores: a infração penal será detectada ou observada? Em caso afirmativo, qual o tamanho e extensão da punição? Segundo a teoria, os agentes respondem não apenas à punição, mas também a sua expectativa. Isto tem implicações profundas no caso das câmeras corporais, dado que o tamanho e existência dos efeitos depende de sua utilização (com importância para protocolos e manuais de operação), da qualidade das filmagens (implicando portanto a qualidade do equipamento e sua fixação), dos sistemas de administração e retenção dos vídeos, além da supervisão e cadeia de responsabilização, em caso de descumprimento dos exemplos citados. Esses serão elaborados na Seção sobre lacunas de conhecimento, haja visto que ainda não foram completamente explorados na literatura de câmeras corporais policiais.

Outras explicações partem do ponto de vista psicológico e autorreflexivo da existência da câmera (Ariel *et al*, 2018). Segundo esta teoria, a introdução de câmeras corporais deflagra um processo de foco no *self* e, ao tornar-se objeto da própria atenção, proporciona uma consequente mudança na conduta, por meio do reencontro com os próprios valores pessoais ao retirar a automatização do processar e reagir ao estímulo externo. No caso do policiamento, o processo reflexivo pode também ajudar a relembrar o treinamento e protocolos de atuação. Segundo esta teoria, não há necessidade de punição, ou mesmo da expectativa de punição, na medida que os processos

reflexivos ocorrem mesmo na sua ausência. Também ajudaria a explicar por que os efeitos de câmeras de segurança (fora do corpo) são limitados. Embora registrem o ocorrido, não tem a mesma saliência das câmeras corporais e não deflagram os processos autorreflexivos, ao menos com a mesma intensidade.

É importante notar que os exemplos citados anteriormente são aplicáveis para o policial e para o cidadão. É perfeitamente possível, e de certa forma esperado, que a câmera mude o comportamento do cidadão gravado e, portanto, que a câmera introduza uma mudança na expectativa de punição e/ou estimulem processos autorreflexivos. Sendo assim, a não ser que se diga o contrário, os efeitos em uso de força que serão relatados, posteriomente, não distinguem os dois casos. Em contraste com parte da literatura (Lum *et al*, 2019), nesta revisão interpreta-se o uso de força como um objeto de equilíbrio, oriundo da interação entre cidadão e policial, sem necessariamente significar que depende apenas da ação do policial, e nem mesmo que é equivalente ou relacionado a desvios de conduta, abuso ou excesso de uso de força. No entanto, seja qual for a razão, motivação ou origem, toma-se a visão de que qualquer uso de força é socialmente indesejável.

**Classificação e definição do uso de força.**

A Tabela 7 compara as diferentes definições de uso de força na literatura, em oito artigos selecionados. O artigo pioneiro de Ariel-Farrar, Sutherland (2014) define uso de força como o uso de armas não-letais e letais, definição esta adotada em outros estudos, conforme Ariel *et al* (2016c) e Barbosa *et al* (2023). Isto inclui, portanto, não apenas o disparo de armas de fogo, mas também o emprego de spray de pimenta, taser, bastão e, em alguns casos, unidades caninas. Em geral, a análise é agregada e não diferencia entre tipos de

uso de força. A baixa frequência deste tipo de ocorrência dificulta a análise estatística. Magaloni, Melo, Robles (2023) focam no uso de armas letais e, em particular, no número de disparos realizados.

Artigos elaborados por Jennings, Lynch, Fridell (2015) e Hedberg, Katz, Choate (2017) observam o uso de força no contexto de resposta à resistência, isto é, a forma e frequência que o policial emprega a força no contexto específico ao lidar com a oposição do cidadão, ao ser preso e algemado. Sendo assim, trata-se de um subconjunto de situações nas quais a força é empregada dado que, diferentemente em outros contextos, a força pode ser empregada mesmo na ausência de resistência.

Alguns artigos incluem força física, parte da definição de uso de força, como em Ariel *et al* (2016c) e Barbosa *et al* (2023). No entanto, embora faça parte da definição, raramente o uso de força física em si, na ausência do emprego de outras armas, foi reportado dentro dos sistemas da polícia.

Por fim, um conjunto de artigos mais recentes observam o potencial resultado do uso de força: lesão corporal ou fatalidade ou letalidade durante ações policiais. Este é o caso dos artigos de Monteiro *et al* (2022), no contexto do Programa Olho Vivo, em São Paulo, e Kim (2023), no contexto norte-americano.

**Tabela 7: Classificação do uso da força**

| | FORÇA FÍSICA | RESPOSTA À RESISTÊNCIA | USO DE ARMAS NÃO-LETAIS | USO DE ARMAS DE FOGO | LESÃO CORPORAL | FATALIDADE OU LETALIDADE |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ariel, Farrar, Sutherland (2014)** | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ |
| **Jennings, Lynch, Fridell (2015)** | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ |
| **Ariel *et al* (2016c)** | ✓ | ✗ | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ |
| **Hedberg, Katz, Choate (2017)** | ✗ | ✓ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ |
| **Monteiro *et al* (2022)** | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ |
| **Barbosa *et al* (2023)** | ✓ | ✗ | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ |
| **Kim (2023)** | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✓ |
| **Magaloni, Melo, Robles (2023)** | ✗ | ✗ | ✗ | ✓ | ✗ | ✗ |

*Nota:* definições de uso de força em artigos selecionados na literatura. Preparação própria.

### Origem dos dados de uso de força.

Os artigos e estudos acadêmicos também diferem sobre a origem dos dados. Esses podem ser oriundos de, ao menos, três fontes distintas:

**Autorreportado pelo agente ou polícia:** quando o policial reporta o uso de força nos sistemas da própria instituição, ou seja, em sistemas de controle, atendimento ou similares. Isto pode ocorrer em campos dedicados no relatório de atendimento (como no caso de Santa Catarina estudado por Barbosa *et al*, 2023), em formulários específicos e preenchidos no caso de uso de força ou em análise textual das descrições sobre o ocorrido;

**Outros órgãos governamentais:** como no caso de São Paulo, estudado por Monteiro *et al* (2022), os quantitativos de lesão corporal e letalidade em ações policiais se originam de dados da Secretaria de Segurança Pública, portanto externo ao órgão envolvido no atendimento ou ocorrência;

**Relatos de mídia ou mídia social:** na ausência de outras fontes, conforme Kim (2023), se constrói um mapa de vítimas fatais em atividade policial por meio da análise de reportagens em jornais locais e nacionais, além de relatos em mídias sociais como *Twitter*.

Em todos os casos, a construção dos dados revela potenciais problemas. No caso autorreportado, é plausível pensar que a existência das câmeras torna o policial mais diligente em informar o uso de força, uma vez que esta ação já é registrada pelo vídeo produzido pelas câmeras. Consequentemente, a câmera pode reduzir a subnotificação de uso de força (em particular das formas menos graves como uso de força não-letal). Na medida que isto ocorre, a comparação entre tratamento e controle passa a revelar um aumento do uso de força, que é oriundo da redução de subnotificação entre os braços de tratamento.

É possível que este efeito seja menor quando há auditoria ou controle externo à própria polícia ou ao policial diretamente envolvido no atendimento. No entanto, não é difícil imaginar casos em que a redução diferencial de subnotificação entre tratamento e controle também ocorra.

Finalmente, o uso de fontes midiáticas também inspira cuidados. Em primeiro lugar, é de se esperar que nem todo uso de for-

ça, em atividade policial, venha a ser noticiado. A frequência na qual isto ocorre pode depender de características sócio-demográficas e do próprio uso de força. Por exemplo, é possível que uso de força, em bairros privilegiados, sejam mais frequentemente noticiados do que em bairros periféricos. Ainda, a própria existência dos vídeos produzidos pelas câmeras corporais pode, em si, propiciar a criação de artigos de jornal ou serem circulados em mídias sociais. Também existe a dificuldade de capturar todos os jornais ou canais de mídia em determinado país ou local.

Como aludido anteriormente, as consequências para a avaliação de impacto podem ser várias. Mesmo na ausência de vieses sistemáticos na construção da base de dados, a introdução de erros e flutuações estatísticas nos indicadores pode aumentar a imprecisão dos estimadores e, consequentemente, aumentar a chance de que o estudo ou análise sejam inconclusivos. Ademais, os possíveis efeitos da redução de notificação, ensejados pela própria câmera, podem atenuar as estimativas dos seus efeitos, isto é, levar erroneamente à interpretação de que as câmeras têm efeito menor do que a realidade.

***Interpretação sobre o uso de força***

O uso de força é monopólio do Estado (Weber, 1946), sendo a Polícia um dos representantes mais visíveis desta prerrogativa. Em outras palavras, está autorizada a utilizar também a força letal, em condições específicas, protocolares, e para os quais foi especificamente treinada. Consequentemente, é evidente que a variável de uso de força não pode, a priori, ser vista como equivalente a desvios de conduta policial. Para isto, é útil pensar na seguinte classificação (Ariel, Farrar, Sutherland, 2014):

**Uso de força protocolar:** quando a polícia faz uso de força

seguindo os padrões, manuais e protocolos pré-especificados, de forma adequada e proporcional aos fatos;

**Uso de força excessivo:** quando o uso de força é adequada aos padrões, manuais ou protocolos, mas aplicou-se uma gradação superior e não proporcional aos fatos;

**Uso de força abusivo:** quando o uso de força ocorre sem qualquer respaldo protocolar ou de manuais.

A literatura como um todo não permite diferenciar entre estes três casos. Fazê-lo seria um desafio. Hipoteticamente, seria necessário que as interações fossem monitoradas e classificadas externamente, e que o monitoramento fosse invisível, de forma a não alterar o comportamento no grupo de controle no qual não há câmeras corporais. A impossibilidade prática deste tipo de experimento impede que se separem os três mecanismos.

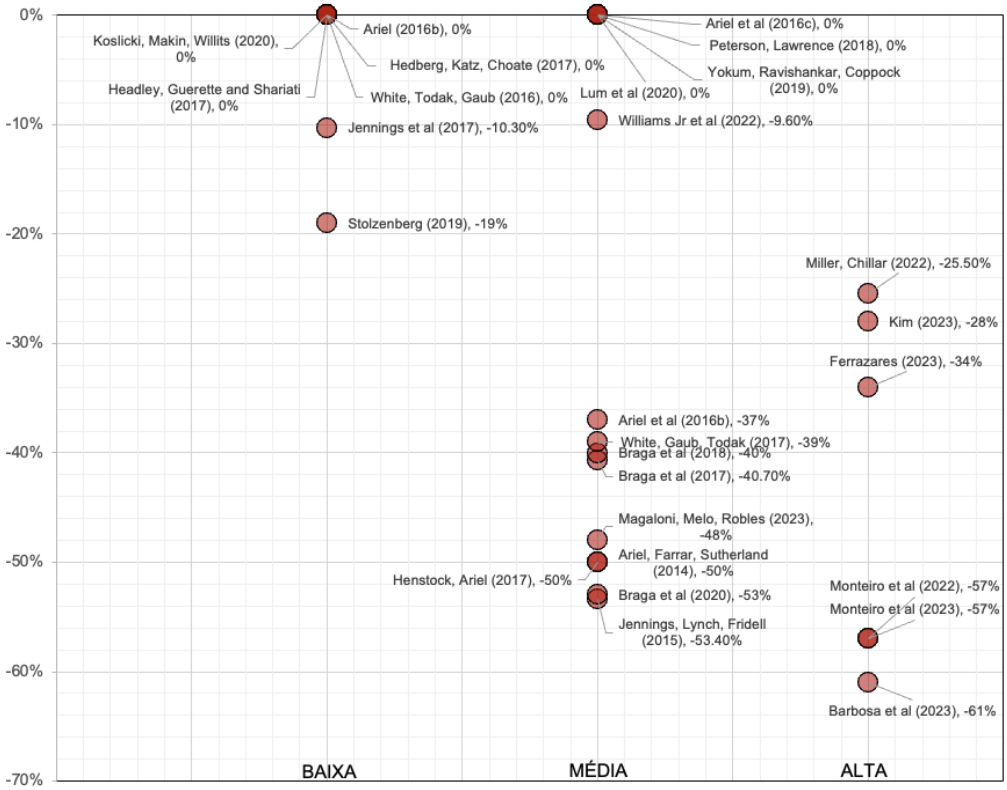
Ressalta-se que, seja qual for o caso ou a origem, praticamente qualquer uso de força é socialmente indesejável dado as consequências, como riscos à integridade física e psicológica dos policiais e cidadãos.

**Efeitos sobre o uso de força.**

Os 29 artigos que estudam o efeito de câmeras corporais policiais, sobre o uso de força, são resumidos na Figura 5. Nela são reportados os coeficientes principais dos diferentes artigos, e reescalonados como efeito percentual relativo ao período pré-intervenção ou grupo de controle, conforme apropriado. Estimativas pontuais diferente de zero, mas estatisticamente insignificantes, são reportadas como zero. O eixo horizontal denota a qualidade do estudo, conforme classificação descrita na Seção anterior.

A Figura 5 mostra que os efeitos de câmeras corporais são muito heterogêneos. Em estudos de baixa e média qualidade, circularam entre casos com nenhum efeito (e.g. Koslicki, Makin, Willits, 2020) a redução de 53.4% (em Jennings, Lynch, Fridell, 2015). Como foi dito previamente, estudos de baixa e média qualidade estão sujeitos a efeitos de contaminação, isto é, nos casos em que unidades de controle sejam direta ou indiretamente afetadas por unidades de tratamento. Barbosa *et al* (2023) mostram que estudos com estas características têm grande propensão a atenuar os efeitos de tratamento, e eventualmente reportá-los como zero, em consequência das questões metodológicas.

**Figura 5: Efeitos sobre o uso de força**




*Nota:* cada ponto representa o coeficiente pontual do uso de força em 29 artigos acadêmicos, reescalonado como redução percentual relativo ao grupo de controle ou período pré-tratamento, como apropriado. Coeficientes pontuais sem significância estatística foram representados como zero. Definição da qualidade metodológica como acima. Preparação própria.

O efeito sobre uso de força é menos ambíguo entre estudos de alta qualidade: neste caso, o intervalo vai de 25.5% de redução (Miller e Chillar, 2022) e 61% coincidentemente no caso de Santa Catarina (Barbosa *et al*, 2023), o que também não é muito diferente dos estudos sobre o efeito das câmeras em São Paulo (Monteiro *et al*, 2022; Monteiro *et al*, 2023). Os demais estudos tratam de implementações nos Estados Unidos.

Desta análise, conclui-se que:

- Em diferentes contextos operacionais, definições de uso de força e origem de dados, os estudos indicam que há uma redução de uso de força considerável, provavelmente entre 25% e 61%, nos estudos considerados robustos e com alta qualidade.

- Apesar de questões metodológicas, oito estudos de média qualidade também apontam para efeitos dentro do intervalo acima.

- É possível que haja considerável dispersão no efeito de câmeras corporais, a depender de definições institucionais e potencialmente do contexto operacional e níveis de uso de força antes do uso dos dispositivos.

***O que explica a dispersão no efeito?*** Como observado, estudos realizados em vários contextos se diferem quanto ao efeito das câmeras. As análises de Barbosa *et al* (2023) explicam como as decisões me-

todológicas afetam as estimativas. Ainda assim, resta considerável heterogeneidade dentro de estudos considerados com alta qualidade e robustez metodológica. A literatura aponta para alguns fatores que podem explicar esta variação.

Os estudos de Ariel *et al* (2016b) mostram que o mandato de utilização é fundamental. Eles indicam que, nos casos em que protocolos e manuais operacionais determinam a obrigatoriedade do uso de câmeras, e havendo conformidade, também proporcionam redução no uso de força. Aumenta-se o uso de força em instituições onde existe o mesmo mandato, mas sem conformidade. Há efeitos sobre o uso de força quando não há obrigatoriedade de utilização de câmeras.[7]

- Kim (2023) coaduna este ponto e mostra que efeitos são maiores quando as agências obrigam o uso do dispositivo. Ademais, mostra que os efeitos das câmeras são maiores em locais onde há muito uso de força antes do início do estudo.

- Barbosa *et al* (2023) destacam também que o efeito das câmeras sobre o uso de força são maiores em locais onde, antes do uso do experimento, havia uso de força acima da média. Os autores também mostram que os efeitos protetivos do dispositivo se materializam de forma mais forte quando os policiais jovens (soldados) estão utilizando os equipamentos.

- Em alguns casos, mostrou-se que há uma redução do efeito dos dispositivos ao longo do tempo, em White, Gaub,

7 Veja também Magaloni, Melo, Robles (2023) para discussão sobre os mandatos de utilização no caso do Rio de Janeiro e como, neste mesmo contexto, a utilização da câmera sem acionamento pode ter resultados em efeitos significativos.

Todak (2017) e Magaloni, Melo, Robles (2023). Seguem afirmando que experimentos com duração maior podem ter estimativas menores, dado o efeito médio sobre períodos mais longos.

- Por fim, há vários aspectos ainda não explorados e sem evidência científica produzida (ver Seção sobre lacunas na literatura) que podem explicar estes efeitos. Por exemplo, como discutido anteriormente, parte das mudanças podem ser atribuídas ao comportamento do cidadão. O tamanho e significância destes efeitos podem depender de quão visível e saliente a câmera se encontra em abordagens policiais. A saliência pode variar, por exemplo, a depender da manifestação do policial que alerta: "***esta ocorrência está sendo gravada***". Outro exemplo se trata da importância da supervisão. Em Santa Catarina e em São Paulo existiam cadeias de responsabilização, em caso de descumprimento do mandato de utilização das câmeras o qual será discutido mais a frente.

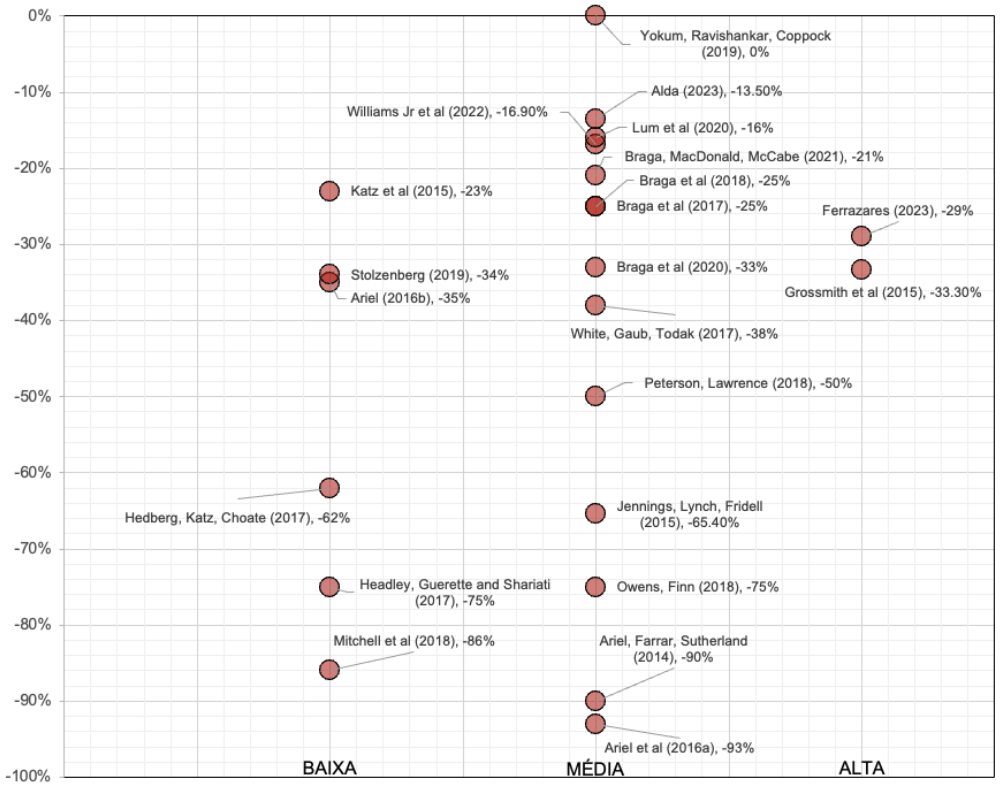
**Reclamação de conduta**. A princípio, reclamações de conduta foram utilizadas como sintoma ou mensuração do comportamento do policial (Lum *et al*, 2019), e foram extensamente pesquisadas na literatura em 25 estudos (Ver Figura 6). Compreende-se que a reclamação de conduta pode ser oriunda da modificação de diversos mecanismos a partir da introdução das câmeras, tais quais: i) redução de uso de força, incluído os pontos relacionados na Seção anterior; ii) aumento da probabilidade de condenação em caso de desvio de conduta, seja ele referente ou não ao uso de força; iii) de maneira contrária, diminuição da

probabilidade de condenação em casos espúrios e não substanciados; e iv) modificação do tamanho da punição devido ao substanciamento comprobatório e criminal.[8] As razões teóricas são similares àquelas relacionadas no caso de uso de força, isto é, dividem-se entre as teorias comportamentais de Becker (1968) e explicações psicológicas do efeito autorreflexivo representados por Ariel *et al* (2018).

Como visto na última Seção, os estudos indicam uma redução no uso de força em detrimento do uso das câmeras corporais. O sinal dos demais efeitos são potencialmente ambíguos. Por exemplo, cidadãos podem se tornar mais propensos a reportar casos nos quais desvios de conduta são prováveis, por existirem evidências disponibilizadas pelos equipamentos; e, por remover ou completamente eliminar casos de reclamação de condutas falsa.

8 Braga *et al* (2017) e Çubukçu, Sahin, Tekin (2021) apresentam evidências neste sentido.

**Figura 6: Efeitos sobre reclamação de conduta**




*Nota:* cada ponto representa o coeficiente pontual do efeito em redução de reclamação de conduta em 25 artigos acadêmicos, reescalonado como redução percentual relativo ao grupo de controle ou período pré-tratamento, como apropriado. Coeficientes pontuais sem significância estatística foram representados como zero. Definição da qualidade metodológica expressa acima. Preparação própria.

Combinando todas as razões, é seguro afirmar que as câmeras têm um efeito significativo em reduzir reclamações de conduta. O tamanho do efeito, contudo, varia substancialmente, entre 13.5% reportado em Alda (2023) e 93% de redução em Ariel *et al* (2016a). Nota-se que esta dinâmica foi frequentemente analisada através de estudos experimentais cuja comparação se baseia na diferença entre policiais de tratamento e de controle, e que são mais propensos a efeitos de contaminação, sendo classificados como qualidade média. A melhor estimativa hoje está no estudo de Ferrazares (2023), que coloca o efeito da redução de reclamação de conduta em 29% no contexto norte-americano, utilizando variação geográfica. Não há estudos no Brasil sobre o tema.

Alguns artigos apontam para a diminuição do tempo de processamento e processual, mesmo nos casos onde as reclamações de conduta são feitas. Este é o caso de Katz *et al* (2015) e Braga *et al* (2017). Grossmith *et al* (2015) mostra que casos não substanciados são rapidamente resolvidos. Mais a frente, serão feitos comentários sobre o custo e benefício de câmeras corporais. A redução na quantidade e celeridade de resolução de casos de reclamações de conduta, por si só, tem o potencial de responder por benefício que supera o custo dos dispositivos.

## IMPACTO DAS CÂMERAS CORPORAIS SOBRE O COMPORTAMENTO DO POLICIAL

Em seguida, são apresentados os efeitos de câmeras corporais sobre variáveis que possam ser indicativas do comportamento do policial. Em primeiro lugar, os efeitos sobre avisos, citações ou revistas corporais são observados; seguido do número de prisões ou uso de algemas; potenciais efeitos sobre despoliciamento; e, finalmente, sobre a qualidade e quantidade de relatórios produzidos a partir dos atendimentos. A importância de cada variável na literatura ficará visível à medida que os resultados forem apresentados.

**Avisos, citações, e revistas corporais.** Nesta parte, são observados os efeitos sobre avisos ou citações, que são dinâmicas mais relevantes no contexto norte-americano, onde a polícia utiliza destes mecanismos para ofensas de menor poder ofensivo, como violações de trânsito. Em alguns casos, o policial tem a discricionariedade de enviar um aviso ou citação formal, sem que venha a constituir em multa, e, usualmente, sem consequências para os registros de habilitação de motorista.

Estas dinâmicas foram utilizadas na literatura para averiguar se as câmeras, eventualmente, induzem a passividade policial, isto é, que policiais passem a se engajar com menos frequência, por se sentirem observados, relacionado à autoinibição e autoconsciência ensejado pelas câmeras, o que Ariel *et al* (2018) descrevem como os "efeitos paradoxais" do dispositivo.

Por outro lado, pode-se também esperar que crimes de menor potencial ofensivo passem a ser reportadas com maior frequência. Isto pode acontecer se a câmera acabar reduzindo a discricionariedade do policial, que eventualmente passe a registrar e/ou levar à delegacia ou demais órgãos casos que, na ausência da câmera, não teriam feito, como por exemplo para evitar a percepção de ter sido leniente no trato ou encaminhamento de certos casos. Há inclusive evidência neste sentido, que serão discutidos mais a frente, como em Todak, Gaub, White (2022), Monteiro *et al* (2022) e Monteiro *et al* (2023).

Em suma, condensa dois efeitos opostos:

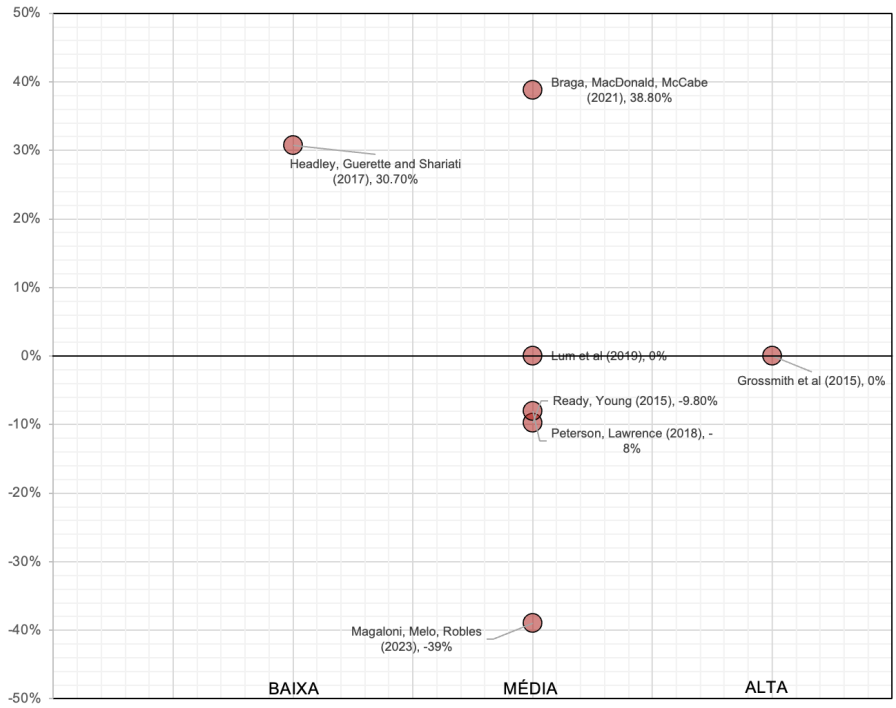
- Se as câmeras induzem a passividade ou inatividade policial, esperam-se os registros de um número menor de avisos, citações e/ou revistas corporais. Há diversas razões pelas quais isto pode ocorrer, e em geral referidas como "despoliciamento". Estes são os caminhos hipotetizados em Ariel *et al* (2018), Wallace *et al* (2018), e outros.

- Em oposição, se câmeras reduzem a margem de discricionariedade do policial, é concebível que o número de contravenções reportadas aumente.

A Figura 7 mostra que não há consenso na literatura sobre os efeitos nestas dimensões. Alguns estudos realizados por Headly, Guerette e

Shariati (2017) e Braga, MacDonald, McCabe (2021) mostram aumento do número de avisos, citações ou revistas corporais entre 30% e 40%. O estudo de Grossmith *et al* (2015) não mostra qualquer efeito significativo. Ready, Young (2015) e Peterson e Lawrence (2018) mostram efeitos entre 8% e 10%. O meta-estudo de Lum *et al* (2019) mostra que não há efeito significante sobre esta variável.

**Figura 7: Efeitos sobre avisos, citações ou revistas corporais**



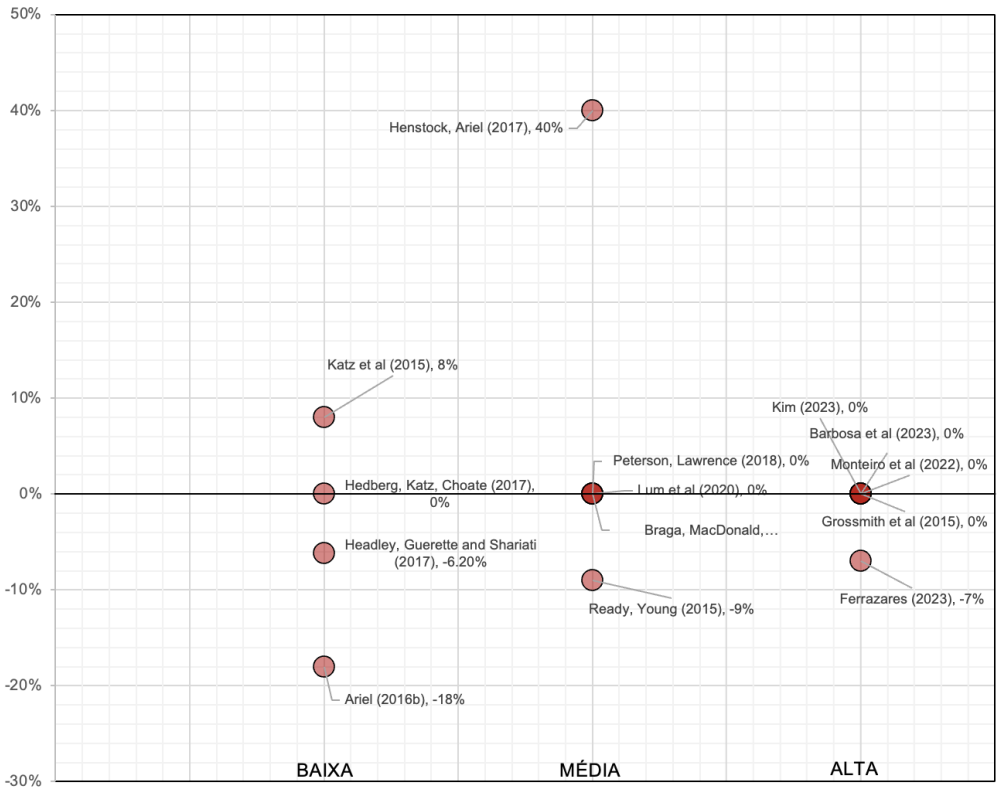

*Nota:* cada ponto representa o coeficiente pontual do efeito em redução de reclamação de conduta em 25 artigos acadêmicos, reescalonado como redução percentual relativo ao grupo de controle ou período pré-tratamento, como apropriado. Coeficientes pontuais sem significância estatística foram representados como zero. Definição da qualidade metodológica como acima. Preparação própria.

A exceção é o estudo de Magaloni, Melo, Robles (2023), que avaliou o efeito de câmeras na Unidade de Polícia Pacificadora no bairro da Rocinha, no Rio de Janeiro, em 2016. No local, observou-se um grande efeito (cerca de 40%) na redução de revistas corporais, quando as câmeras eram portadas pelo policial. Também houve queda no número de registro de ocorrências, o que será visto mais adian-

te. Em suma, neste contexto, existem evidências suficientes para sugerir que houve um efeito de indução de inatividade ou passividade policial, potencialmente devido às dificuldades de implementação e resistência da tropa, além de um contexto difícil e tumultuado seguindo o final das políticas de segurança pública no Rio de Janeiro.

**Prisões.** O efeito sobre as prisões é ambíguo. Alguns estudos pontuais argumentam que o uso de câmeras aumentou o número de prisões. Henstock, Ariel (2017) reportam aumento de 40% de prisões de cidadãos não-combatentes, isto é, sem qualquer resistência prévia à atuação da polícia. Ferrazares (2023) reporta uma diminuição de prisões, mas apenas naquelas que são oriundas de posses de drogas de menor potencial ofensivo. Esta evidência, contudo, se contrapõe ao estudo de Kim (2023), também no contexto norte-americano, que demonstrou a ausência de tal efeito. A maior parte dos artigos sugerem que não há mudanças nesse comportamento, em especial aqueles no Brasil (Monteiro *et al*, 2022 e 2023), consoante apresentado na Figura 8.

**Figura 8: Efeitos sobre prisões**




*Nota:* cada ponto representa o coeficiente pontual do efeito em número de prisões, reescalonado como redução percentual relativo ao grupo de controle ou período pré-tratamento, como apropriado. Coeficientes pontuais sem significância estatística foram representados como zero. Definição da qualidade metodológica como acima. Preparação própria.

**Despoliciamento.** É um termo genérico utilizado na literatura para significar um conjunto de consequências que poderia impactar negativamente a provisão do serviço policial. Em larga medida, esses efeitos podem ser agrupados em três conjuntos ou tipos de hipóteses:

1) **Mudança no local de atendimento**: a hipótese subjacente é que policiais com câmeras podem patrulhar ou atender a chamados ou despachos em locais distintos daqueles sem câmeras. Por exemplo, eles podem responder a chamados em regiões mais ricas, ou mais pacíficas, se comparado com o caso contrafactual de ausência de câmeras;

2) **Mudança no padrão de atendimento a chamados:** ocorre quando policiais dentro de um certo local passam a selecionar o tipo de atendimento com base nas percepções sobre risco, potencial de seriedade ou uso de força;

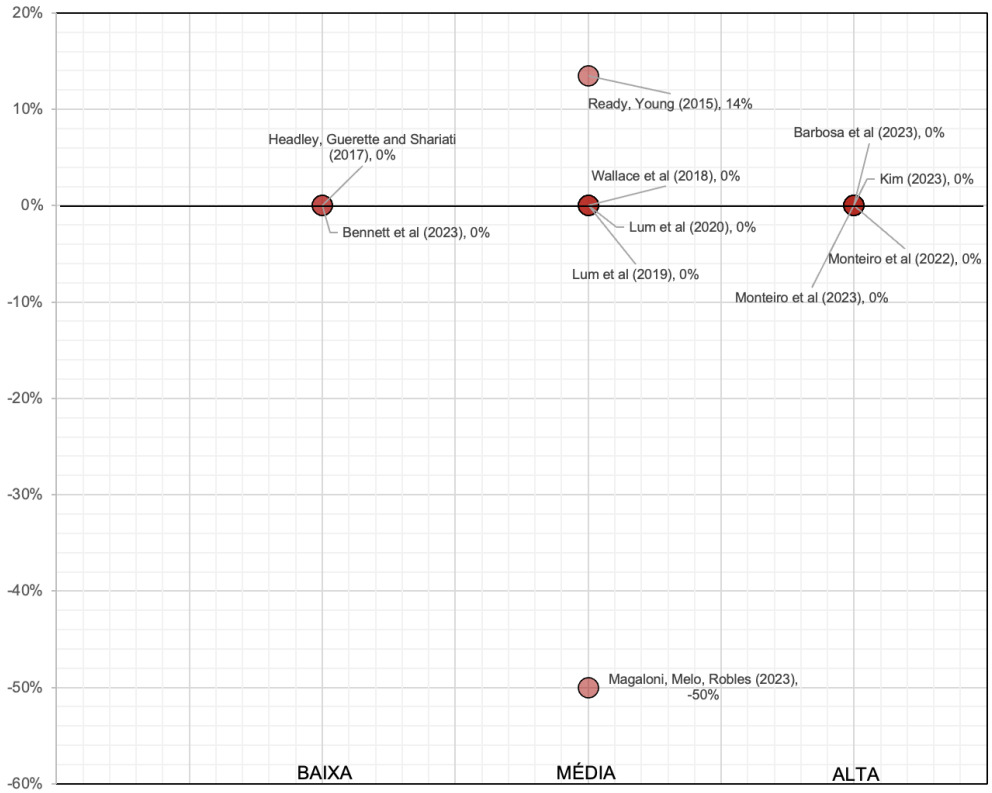
3) **Mudança na abordagem ou técnica policial:** tipo mais comum, quando a introdução das câmeras gera mudanças na intensidade do engajamento com certa ocorrência ou dinâmica situacional. Além das margens já relacionadas, é medida pelo número de ocorrências que foram iniciadas pelo policial (ou, no Brasil, o número de flagrantes).

Os conjuntos 1 e 2 foram estudados por Barbosa *et al* (2023), em Santa Catarina, usando dados granulares da localização das ocorrências. Não se averiguou qualquer diferença: policiais no grupo de tratamento e no grupo de controle encontram-se em larga medida nos mesmos locais;[9] as regiões não são diferentes em termos de características sócio-econômicas; e também não se diferem no uso de força antes do início do experimento. Também se verificou que policiais de tratamento não atendem a chamados mais ou menos arriscados (de acordo com a pré-classificação feita pela polícia no momento do atendimento do chamado). Não há outras evidências sólidas na literatura sobre esses conjuntos.

O conjunto 3, contudo, foi amplamente estudado na Figura 9 como "despoliciamento." A maioria dos estudos não encontraram efeitos, incluindo os estudos classificados de alta qualidade. A exceção, novamente, é o estudo de Magaloni, Melo e Robles (2021) que comprovou que, no Rio de Janeiro, houve diminuição no número de Boletins de Ocorrência da Polícia Militar (BO-PM) em cerca de 50%.

9 O estudo averigou uma pequena diferença na latitude de cerca de 200 m.

**Figura 9: Efeitos sobre despoliciamento**




*Nota:* cada ponto representa o coeficiente pontual do efeito em despoliciamento, reescalonado como redução percentual relativo ao grupo de controle ou período pré-tratamento, como apropriado. Coeficientes pontuais sem significância estatística foram representados como zero. Definição da qualidade metodológica como acima. Preparação própria.

**Reporting e violência doméstica**. Por fim, poucos estudos capturam os efeitos das câmeras corporais sobre a qualidade dos dados que é reportado do atendimento ou chamado. Para tal, é tipicamente necessário observar dados granulares ou atentar para que classificações agregadas sejam disponibilizadas à pesquisa.

A primeira evidência a esse respeito trata do artigo de Barbosa *et al* (2023). Os autores reportam que a qualidade dos dados melhoram quando policiais utilizam câmeras corporais. Por exemplo, o registro incompleto da ocorrência ocorre 2.7% menos frequente, ou seja, sem o preenchimento de todos os campos obrigatórios, inclusive a tipologia do crime ou contravenção ocorrida. Observa-se

também que os atendimentos por policiais relativamente inexperientes (soldados) daqueles com duas ou mais câmeras apresentam os efeitos mais relevantes.

Os autores também encontraram diferenças marcantes sobre o que é reportado. Se, por um lado, diminui-se o número de eventos sem registro, por outro, o tipo de ocorrência com maior registro observado é violência doméstica: os registros aumentaram 69% na presença das câmeras, relativo às condições de controle.

Por fim, os autores também comprovam que o número de BO-PMs, com vítimas, cresceu 20%, sendo que as ocorrências policiais foram levadas à Polícia Civil com frequência 9.4% maior. Em parte, isto decorre justamente dos efeitos sobre o aumento de violência doméstica, que são casos, mesmo na ausência de câmeras corporais, mais prováveis do que a média de conterem vítimas reportadas e serem encaminhadas à Polícia Civil. No entanto, é importante notar que os efeitos sobre violência doméstica não explicam a totalidade do aumento de casos levados à delegacia. Isto sugere a existência de alguma dinâmica ocorrendo, com a possibilidade de aumento de casos de contravenções reportadas aos outros órgãos.

Os estudos de Monteiro *et al* (2022) e Monteiro *et al* (2023), que acompanham o processo de implantação de câmeras dentro do contexto do programa Olho Vivo em São Paulo, podem ajudar a elucidar este caso. Como em Santa Catarina, não se observou a mudança nos indicadores de esforço policial ou despoliciamento. Pelo contrário, observou-se um aumento nos casos reportados de porte de drogas (78%) e porte de armas (24%). Houve aumento de 12% no número de boletins de ocorrência. Novamente, o número de ocorrências que mais cresceu foi o de violência doméstica (101%). Corroborando com o pesquisado em Santa Catarina, os casos foram levados à Polícia

Civil com probabilidade 5.3% maior.[10]

Em resumo, a evidência de Santa Catarina e de São Paulo apontam para a inexistência de efeitos de despoliciamento. Em Santa Catarina, não houve mudança no local ou padrão de patrulhamento, e não houve mudança na pró-atividade do policial, se medido pela frequência de atendimentos em flagrantes. Pelo contrário, houve uma interpretação possível de que as câmeras aumentaram a diligência no preenchimento dos relatórios e BO-PM. São Paulo corrobora com estes resultados, mostrando que, muito diferente de reduzir o esforço policial, as câmeras parecem ter o efeito contrário: os números de casos reportados de alguns tipos infracionais aumentaram. Ao todo, o conjunto de evidências sugere que não houve indução de passividade policial, e a evidência alinha-se com a interpretação mais plausível de que houve aumento da atividade policial.

Contudo, a evidência do Rio de Janeiro oferece algo contrário; neste contexto, há evidências suficientes para indicar presença de efeitos de despoliciamento de desengajamento do policial. Por exemplo, como apontado anteriormente, houve uma redução de 39% em revistas corporais, e o número de boletins de ocorrência caiu pela metade. Atribui-se a diferença dos efeitos ao contexto nos quais a implementação ocorreu. Estes pontos, em particular a heterogeneidade dos efeitos das câmeras, são discutidos na Seção "Análise bibliográfica: lacunas de conhecimento".

**Percepções do policial.** Existem diversos relatórios apontando para a percepção do policial sobre a eficácia, conforto, resistência ao uso do equipamento, e seus efeitos esperados. Jennings, Lynch, Fridell (2015) mostraram que houve alta satisfação dos policiais, com 75% reportando

10 Veja também o estudo de Ready, Young (2015) que reporta que o uso de câmeras corporais aumentou o número de contravenções de menor potencial ofensivo que foi reportado.

que todos os policiais deveriam utilizar o equipamento. No mesmo ano, contudo, Katz *et al* (2015), avaliando a implementação em Phoenix no Arizona, reporta que a logística do uso impediu a melhor adequação do equipamento à operação (com tempos longos de carregamento da bateria e *download* dos vídeos). Ready, Young (2015) mostram que policiais no grupo de tratamento respondem positivamente sobre o efeito da tecnologia com frequência 25% maior, sugerindo que o uso do equipamento em si ajuda a melhorar as percepções sobre o mesmo. Análises de Grossmith *et al* (2015) reportam pouca resistência ao uso do equipamentos, com altos índices de satisfação. White, Todak, Gaub (2016) também reportam opiniões positivas sobre as câmeras corporais. Este conjunto de evidências contribui para que os meta-estudos (Lum *et al*, 2019) argumentem que, há consenso entre estudos sobre a positiva atitude e receptividade dos policiais ao equipamento.

## IMPACTO DAS CÂMERAS CORPORAIS SOBRE O CIDADÃO E SEU COMPORTAMENTO

Poucos estudos avaliaram os possíveis efeitos diretos das câmeras corporais no comportamento do cidadão. A dificuldade metodológica reside no fato de que é difícil distinguir as mudanças comportamentais do policial ou da dinâmica operacional.

Para fazer progresso neste sentido, Katz *et al* (2015), em experimento na cidade de Phoenix, no Arizona, utilizam o relato dos próprios policiais sobre o comportamento do cidadão na presença de câmeras. Segundo o estudo, policiais não perceberam que cidadãos mudaram seu comportamento quando da presença do dispositivo.

O estudo de Ariel (2016a) utiliza uma medida diferente na aná-

lise do comportamento do cidadão: mostra que 4.8% se tornaram mais propensos a reportar crimes em áreas de baixo crime, mas não em áreas onde há crimes frequentes. Não há explicação sobre a razão da diferença reportada.

Por fim, o meta-estudo de Lum *et al* (2019), incluindo ainda outros artigos, resume que os efeitos encontrados não são consistentes entre estudos; nota-se, ainda, que há substancial divergência em como mensurar o comportamento do cidadão (e separá-lo do comportamento do policial), e que os estudos existentes são insuficientes para configurar como o cidadão muda de atitude na presença das câmeras.

## IMPACTO DAS CÂMERAS CORPORAIS SOBRE ATITUDES OU PERCEPÇÕES SOBRE A POLÍCIA

Estudos existentes inequivocamente encontram apoio da população e mudanças positivas de atitudes e/ou percepções da polícia quando a corporação utiliza câmeras corporais. No contexto de Londres, no Reino Unido, as pesquisas de Grossmith *et al* (2015) revelam que cerca de 90% da população concorda com frases afirmando que as câmeras corporais "tornam os policiais mais responsáveis pelas suas ações", e "câmeras asseguram que a polícia está fazendo a coisa certa", e que "fazem com que policiais sigam a lei" e "sigam os procedimentos corretamente."

No contexto norte-americano, Spokane, Washington, White, Todak, Gaub (2016) mostram que as atitudes dos civis em relação a policiais utilizando câmeras corporais é positiva. 85.9% dos residentes concordam que todos os policiais deveriam utilizar o dispositivo.

Também reportou-se uma melhora significativa de percepções da polícia e seguimento dos processos na Justiça.

Na Turquia, Demir *et al* (2020) e Demir e Kule (2020) mostram que motoristas parados pela polícia rodoviária afirmaram melhora de 71% na percepção de justiça procedimental, assim como 26% de avanço em índices de percepção de legitimidade, 68% de evolução na satisfação com o atendimento, e 47% de melhoria na percepção geral da polícia. Davies e Krame (2023), estudando o caso de New South Wales na Austrália, também mostram alto apoio da população à adoção do dispositivo.

Por fim, o meta-estudo de Lum *et al* (2019) confirma este predicamento: "muitos estudos (além de cobertura da mídia) indicam que cidadãos apoiam as agências de polícia à adquirem câmeras corporais e esperam que seu uso tornem o policiamento mais responsável". Contudo, também ressaltam que o apoio ao dispositivo pode ser parcialmente determinado, ou influenciado, pelo histórico da relação entre polícia e sociedade. Neste caso, cidadãos ou populações com maior exposição ao uso de força policial tenderiam a dar mais apoio a tais tipos de projetos.

No entanto, há de se notar também que o estudo do efeito nas percepções da população foi, em larga medida, realizado de forma qualitativa, sem rigor estatístico e econométrico. Isto ocorre porque o estudo de efeitos sobre o comportamento da população depende da exposição da população às câmeras corporais, o que ocorre por meio da frequência de contatos e sustentados no tempo. Sendo assim, os desenhos experimentais que demonstram variação da utilização de câmeras entre policiais, ou em diferentes turnos, não são adequados para este tipo de estudo, sendo necessária uma fonte de variação geográfica. Além disto, a captura de percepções presume a

aplicação de questionários e pesquisa de campo, haja visto que não são representados diretamente em dados administrativos. Consequentemente, embora os resultados acima sejam bastante encorajadores, há espaço para que novos estudos venham mensurar esses efeitos de forma mais detalhada.

## IMPACTO DAS CÂMERAS CORPORAIS EM INVESTIGAÇÕES OU NA JUSTIÇA

Até pouco tempo, existiam esparsas evidências sobre o uso dos vídeos produzidos pelas câmeras em investigações ou na Justiça. Havia a evidência preliminar estudada por Grossmith *et al* (2015), no caso londrino, que sugere que o uso de câmeras reduz o número de casos na Justiça em cerca de 4%, sendo que apenas casos mais graves eram trazidos às cortes.

Lum *et al* (2019) consideram que os vídeos são utilizados em acusações pela promotoria, e notam que a adoção de câmeras corporais foi uma das motivações principais para adoção do equipamento. O artigo também nota a evidência qualitativa de que os vídeos auxiliam na investigação de crimes. No entanto, as pesquisas de Petersen *et al* (2023b) mostram que o uso dos vídeos dentro da esfera judiciária depende crucialmente da sua qualidade.

Alguns estudos centram na questão da violência doméstica a necessidade do uso das câmeras em particular. Neste sentido, se coadunam algumas evidências centrais sobre o papel dos vídeos nestes casos:

- Katz *et al* (2015) mostram que os casos de violência doméstica

são mais frequentemente iniciados pela promotoria quando há a existência de vídeos e câmeras (40.9% com câmeras *versus* 34.3% sem câmeras), resulta em processos criminais (37.7% *versus* 26%), o réu se declara culpado mais frequentemente (4.4% *versus* 1.2%), e um veredicto condenatório é alcançado (4.4% *versus* 0.9%).

- Morrow, Katz, Choate (2016) mostram aumento em 44.6% do número de processos criminais, resultando no aumento em 290% da probabilidade do réu se declarar culpado, e 388% de aumento no veredicto condenatório.

- Todak, Gaub, White (2022) reforçam que a proporção de casos de violência doméstica levado à condenação cresce substancialmente (14.6% *versus* 2.1%). Também mostram que não há mudança em delitos de menor gravidade, e que o tempo para disposição e resolução dos casos cai por volta de 6%.

Em resumo, lembrando que Monteiro *et al* (2022), Monteiro *et al* (2023) e Barbosa *et al* (2023) mostram um aumento do número de casos reportados de violência doméstica, a evidência é consistente em apontar que há uma interação importante entre câmeras corporais e este tipo criminal e penal. É possível que a expectativa de punição seja substancialmente maior quando se usa câmeras corporais, motivação sugerida pelo modelo de Becker (1968), mas que ainda merece estudos subsequentes para aferir a razão e motivação precisa.


4



# 4 ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA: LACUNAS DE CONHECIMENTO

Esta Seção contempla o produto 2, item b, subitem iii, assim como o produto2, item c, subitem iii, isto é, identifica as lacunas de conhecimento na literatura internacional e nacional sobre câmeras corporais.

A despeito da extensa literatura de câmeras corporais, subsitem importantes lacunas de conhecimento, consoante apontado anteriormente pela análise dos artigos. Estes pontos são relacionados a seguir:

- Embora o efeito das câmeras corporais em **reclamações de conduta** tenha sido extensamente estudado no contexto internacional, ainda não há evidências no Brasil. Estudos existentes (Monteiro *et al*, 2022; Monteiro *et al*, 2023; Barbosa *et al*, 2023 e Magaloni, Melo e Robles, 2023) não obtiveram dados oriundos das corregedorias e ouvidorias das polícias que pudessem elucidar este efeito.

  Neste conjunto de resultados, é importante notar que os efeitos podem ser heterogêneos pelo tipo e veracidade da

reclamação de conduta. De um lado, é de se esperar que reclamações de condutas falsas venham a diminuir drasticamente, o que pode justificar os resultados obtidos na literatura. Por outro lado, reclamações eventualmente verídicas podem passar a ser perseguidas com maior probabilidade ou expectativa de punição dado o valor evidenciário dos vídeos. Nestes casos, também é possível que os casos sejam resolvidos mais rapidamente. Assim, é possível que haja uma recomposição substancial dos efeitos sobre uso de força.

- Nos casos de **uso de força**, ainda não há consenso se são oriundos de mudanças comportamentais do cidadão, do policial ou de ambos. Embora parte da literatura interprete a redução de reclamações de conduta e uso de força como melhoras comportamentais do policial, argumenta-se que, na realidade, a interação negativa pode ser proveniente de comportamento de qualquer uma das partes.

  Contudo, é desafiador implementar um estudo ou experimento que seja capaz de responder tais perguntas. Para responder tal pergunta, poderia ser implementado um estudo no qual se modifica a saliência das câmeras para os cidadãos, mantendo constante o conhecimento do próprio policial sobre a existência do dispositivo. Por exemplo, no grupo de tratamento o policial utiliza-se da frase "**você está sendo gravado**", e não faz o mesmo no grupo de controle. Evidentemente poderiam haver dificuldades logísticas na implementação de tal estudo.

  Apesar dos desafios, evidência indireta sobre estes canais é provido pelo estudo de Barbosa *et al* (2023). Utilizando-se

da aleatoriedade sobre quem utiliza as câmeras corporais da guarnição, os autores notam que quando policiais mais novos utilizam as câmeras, os efeitos são maiores. Como a saliência da câmera é constante para os cidadãos, os autores argumentam que os resultados são consistentes, devido às mudanças comportamentais do lado da polícia (o que não exclui mudanças comportamentais também pelo lado do cidadão).

- As câmeras corporais proporcionaram, como sua motivação principal, a **melhora da relação entre polícia e sociedade**; mais especificamente, sobre as capacidades e intenções da polícia. No entanto, esta dinâmica foi raramente analisada, em grande parte pela dificuldade de combinar um desenho experimental no qual: i) haja variação geográfica, de tal forma que populações tenham diferente exposições às câmeras e ii) combine-se com pesquisas de campo frequentemente e com amostras suficientes para que tenham poder estatístico.

- **Vitimização do policial** foi pouco analisada, e não há estudos confiáveis sobre este assunto. É de se esperar, contudo, que a diminuição de casos de uso de força seja fator de proteção também para o policial. Como a vitimização do policial é relativamente infrequente, é preciso que haja um longo período de análise para que o poder estatístico não seja prejudicado.

- A importância das câmeras sobre casos de **violência doméstica** deve ser revisitada. Hoje, a literatura internacional compreende que os vídeos têm poder evidenciário e são

utilizados no processo judiciário. Não há evidências similares no Brasil. Estudos brasileiros, contudo, mostram que policiais reportam casos de violência doméstica mais frequentemente, o que pode sugerir que haverá expectativas maiores de punição em virtude da presença das câmeras. No entanto, ainda não se sabe com certeza a razão pelas quais este efeito surge, as consequências sobre a Justiça e quais as consequências e proteção para as vítimas.

- Ademais, e relacionado com o ponto anterior, qual a finalidade que se tem feito dos vídeos na Justiça para todos os casos, além de violência doméstica? Este ponto foi analisado em raros estudos, sem evidências no Brasil.

- Alguns estudos, como Monteiro *et al* (2023), mostram que as câmeras podem ter efeito protetivo maior quando a polícia interage com pessoas pretas ou negras. O estudo aponta que a redução no uso de força é substancialmente maior nestes casos, assim como a redução de lesão corporal em atividade policial. Ferrazares (2023) mostra que a redução de reclamação de conduta ocorre apenas quando um policial branco interage com um cidadão preto ou negro. A importância desse efeito e da identificação de populações com as quais se observaria um efeito protetivo mais acentuado é extremamente relevante para o desenho da política.

Além dos resultados consolidados sobre os efeitos e consequências das câmeras corporais, a comparação entre estudos sugere que há uma substancial heterogeneidade nas suas consequências. Mesmo no Brasil, há uma diferença fundamental sobre o efeito dos dispositivos em São Paulo e Santa Catarina, onde não houve evidên-

cia de despoliciamento, e no Rio de Janeiro, onde houve evidência concreta de redução do esforço de policiamento.

Consideram-se, portanto, que aspectos subjacentes (como o contexto de implementação, a cultura institucional e o apoio pré-existente da tropa) podem ter levado a esta diferença de reação ao dispositivo. Alguns destes aspectos são difíceis de se mensurar ou avaliar, mas duas lacunas de conhecimento podem ajudar a explicar as diferenças nos resultados:

- Necessidade de **treinamento** e retreinamento constante: alguns estudos (White, Gaub, Todak, 2017; Koslicki, Makin, Willits, 2020) apontam para efeitos maiores em curto-prazo, decaindo ao longo do tempo. Encontrar formas de evitar que os efeitos sejam decrescentes no tempo pode ser alcançado, por exemplo, mediante regimes de treinamento sobre o uso das câmeras; o que pode, por si só, ajudar a reduzir a resistência da tropa sobre o equipamento.

- No contexto de São Paulo e Santa Catarina, houve forte **supervisão** sobre o uso de câmeras corporais. No primeiro estado, isto ocorreu pelo desenho institucional e protocolares; no segundo, como consequência por se tratar de um experimento onde havia ênfase na conformidade com o experimento. O elemento da supervisão é menos claro no Rio de Janeiro, e compreende um conjunto de regras e aplicações que geram uma cadeia de responsabilidades caso o equipamento não seja ativado ou gravado.

- Parte da heterogeneidade do efeito pode decorrer das diferenças no **mandato de utilização**, ou seja, dos casos de

gravação contínua (São Paulo), onde todas as interações devem ser gravadas (Rio de Janeiro) e casos onde há substancial discricionariedade na atuação. A evidência aponta para um forte mandato de uso, sendo fundamental para a materialização dos efeitos (Ariel *et al*. 2016b, Lum *et al*. 2020; Kim, 2023; Magaloni, Melo, Robles, 2023).


5



# 5 ANÁLISE DOCUMENTAL: CASO INTERNACIONAL

Esta Seção contém a análise normativa internacional contemplando, assim, o produto 2, item b.

**Introdução e Metodologia.** Nesta Seção, foram avaliados um conjunto de procedimentos e protocolos de operação de câmeras policiais que foram encontrados. Para tal, buscou-se todos os protocolos relacionados ou referenciados em alguma das fontes de textos acadêmicos, no site do *Department of Justice* norte-americano, no *Citizen Lab* do Banco Interamericano de Desenvolvimento e no *Google Scholar*. O resultado foi a compilação de 152 protocolos e/ou conjuntos de protocolos operacionais de câmeras corporais, sendo 150 nos Estados Unidos e 2 no Brasil (em Santa Catarina e São Paulo). Em seguida, todos os protocolos foram lidos e classificados nas suas dimensões principais, a saber:

- Quem utiliza as câmeras dentro dos departamentos de polícia, e se existe alguma forma de seleção?

- Como a câmera é fixada, identificada no uniforme, e qual sua visibilidade?

- Qual a política de ativação, isto é, em quais circunstâncias deve o policial acioná-la? Há discricionariedade e deve o policial informar ao cidadão que está sendo gravado?

- Há exceções ao mandato de acionamento da câmera, como por exemplo em ações de inteligência ou abordando menores de idade?

- Os policiais e/ou cidadãos podem rever os vídeos no local?

- Qual é o papel do supervisor em revisar o vídeo de eventos com certa seriedade, em revisar os equipamentos e em realizar verificações aleatórias?

- Podem os vídeos ser utilizados em treinamentos?

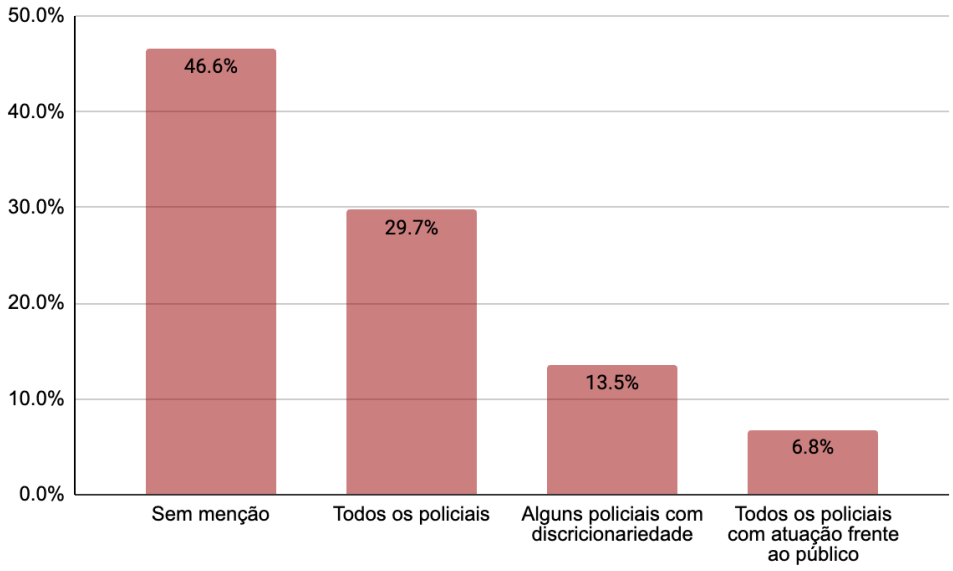
- Por fim, qual a política de retenção de dados e dos vídeos, e como esta varia com o tipo de ocorrência gravada?

**Quem utiliza.** Nem todos os policiais utilizam as câmeras corporais. Há vários protocolos possíveis e utilizados entre departamentos, que vão desde a implementação integral; implementação apenas com os policiais que atendem ao público; selecionados por unidades operacionais, ou ainda escolhidos por funções. No entanto, na maioria dos casos, o policial indicado não tem discricionariedade sobre o uso do equipamento, tornando-se, efetivamente, um dispositivo de uso obrigatório nos turnos de serviço.

A análise dos protocolos de operação, consoante apresentado na Figura 10, sugere que 47% dos policiais não fazem menção direta a

este aspecto, aparentemente violando a recomendação do relatório do *Police Executive Research Forum (2014)*, destacando que "*protocolos devem estipular claramente quais policiais devem utilizar as câmeras e em quais circunstâncias.*" Ademais, 30% dos casos estipulam que todos os policiais fazem uso de câmeras corporais (ou 37% se adicionados os casos onde se tratam de todos os policiais com atuação frente ao público). Discricionariedade sobre o uso foi apenas conferido em 14% dos casos.

**Figura 10: Quem utiliza a câmera**




*Nota:* Elaboração própria a partir da análise de 152 protocolos de operação.

**Identificação da câmera.** Em geral, como será mostrado no Painel A da Figura 11, os protocolos operacionais falham em determinar a posição e identificação da câmera. Em 56% dos casos, não existe menção a este fator, e quando há, estipula que a câmera deve ser utilizada e afixada em local conveniente. A grande maioria (96% dos casos) não faz menção sobre a visibilidade do equipamento, conforme Painel B da Figura 11.

Ressalta-se a importância deste aspecto em múltiplas dimensões:

- Para que exista efeito no comportamento do cidadão, é importante que este saiba que está sendo gravado. Em outras palavras, que haja não apenas a gravação, mas a expectativa razoável que ela ocorrerá. Sendo assim, a visibilidade e saliência do equipamento dentro do uniforme do policial é particularmente importante para que os efeitos no comportamento se manifestem.

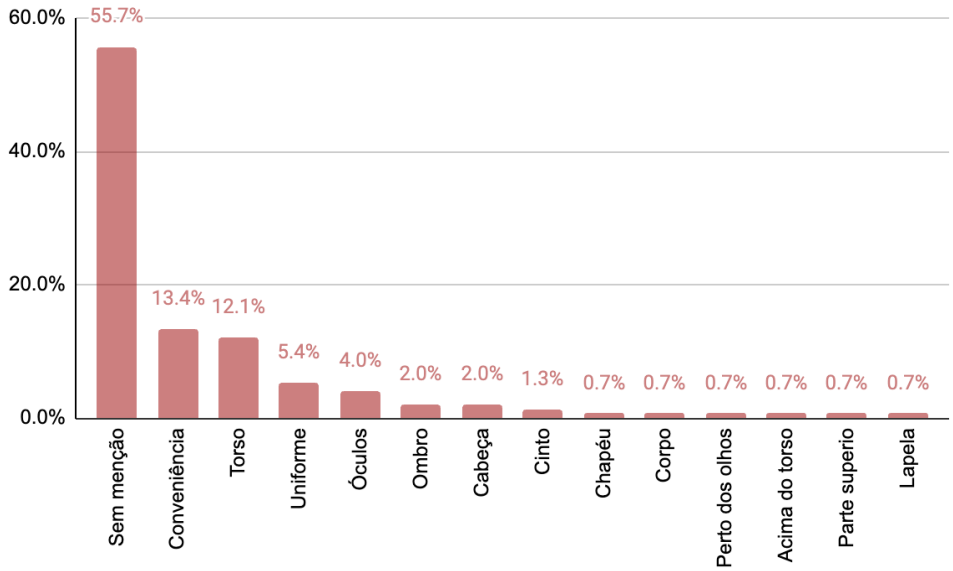
- A qualidade da gravação, como demonstrado em pesquisa recente conduzida por Petersen *et al* (2023b), é fator preponderante na qualidade e no uso dos vídeos como qualificação comprobatória. Sendo assim, a localização no corpo atende, também, a fatores operacionais, como características do uniforme, uso de cintos de segurança ou armamentos que possam vir a bloquear o ponto de vista. Notam-se que vídeos gerados a partir de fixações do colar no ombro foram atrapalhados por movimentos dos braços. Fixações no torso ou no peito foram mais estáveis e menos afetadas por movimentos de braços ou equipamentos funcionais (*Police Executive Research Forum*, 2014).

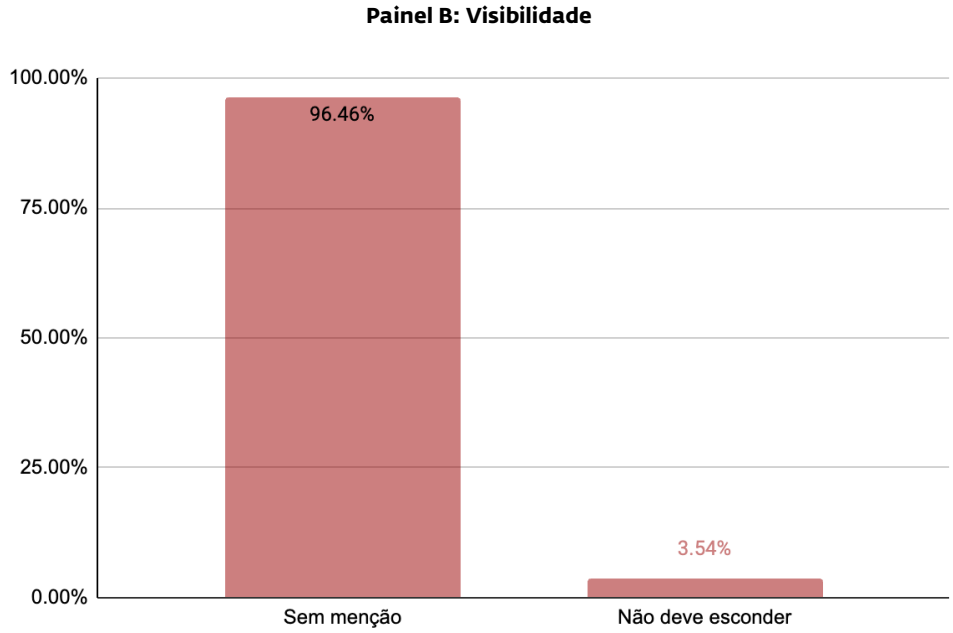
- A localização das câmeras também afeta o ponto de vista dos vídeos. Pode-se ajustar a câmera para que aproxime a visão do policial, por exemplo, se afixada sobre a cabeça, ou óculos. Assim, o vídeo se aproxima mais da experiência e vivência do policial durante a operação. Alternativamente, a câmera pode ser fixada no torso ou peito (opção mais frequente) e, neste caso, registra a ocorrência, mas não, necessariamente, o ponto de vista do policial.

Sendo assim, recomenda-se que o protocolo de operação especifique, claramente, o local onde as câmeras devem ser utilizadas e fixadas, levando em consideração aspectos operacionais, funcionais e de uniforme, assim como o ponto de vista desejado, a fim de garantir melhor qualidade da imagem e som.

**Figura 11: Identificação da câmera**

**Painel A: Onde utiliza**






*Nota:* Elaboração própria a partir da análise de 152 protocolos de operação.

**Política de acionamento.** Sendo um dos aspectos mais importantes do protocolo de utilização de câmeras corporais, não há menção em apenas 1.3% dos documentos analisados. Como mostrado no Painel A da Figura 12, na maioria dos casos, os protocolos de operação indicam que os atendimentos acima de certo grau de severidade devem ser gravados. Estipula-se que câmeras sejam acionadas em todas as interações ou interações esperadas em 19% e 3% dos casos, respectivamente. Permite-se a discricionariedade do policial em 9% dos casos.

Ressalta-se que a expectativa de monitoramento exige que um percentual significativo de ocorrências seja gravado. De fato, o mandato de acionamento pode inclusive proteger o policial de acusações sobre a discricionariedade na decisão. Mateescu *et al* (2015) também sustenta que a *"decisão de gravar deve ser um ato reflexivo, e não avaliativo."* Ou seja, que esteja incorporado à rotina de atendimento da polícia, e que não venha a exigir do policial um processo cognitivo adicional durante o

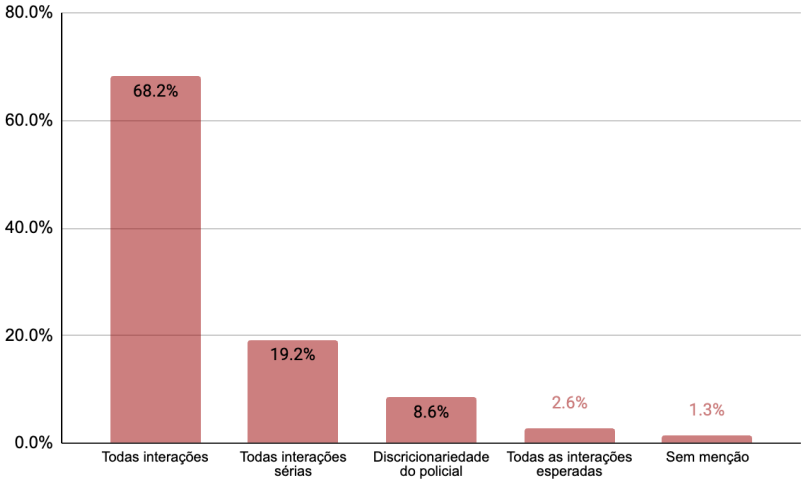
atendimento, por exemplo, para avaliar o grau de severidade esperado e, assim, decidir sobre o acionamento do dispositivo.

Por esta razão, recomenda-se que ***"como uma política geral, policiais devem acionar as câmeras quando responderem a todos os chamados de serviço enquanto o policial estiver em serviço. Exceções incluem situações nas quais o acionamento poderia ser inseguro, impossível, ou impraticável"*** (*Police Executive Research Forum, 2014*). Em linha com o mesmo, o caso norte-americano caminha para acionamento em todos os atendimentos, com exceções bem delimitadas, como por exemplo na salvaguarda da vida humana.

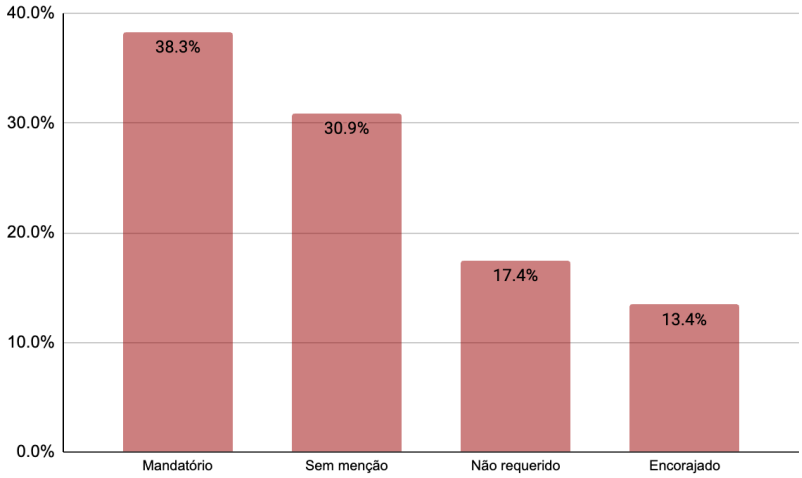
O Painel B também mostra que 38% dos protocolos estipulam que o policial deve informar ao cidadão que este "está sendo gravado," ou com frases de cunho similar. Não há menção em 31% dos casos; e em outros casos não é requerido, ou apenas encorajado (17% e 13%, respectivamente). Espelhando os comentários acerca da visibilidade do equipamento para o cidadão, é de se esperar que seu comportamento seja alterado quando há a certeza de gravação, isto é, que o policial pode (e deve) fazer o dispositivo ser reconhecido pelo cidadão.

**Figura 12: Política de acionamento**

**Painel A: Discricionariedade do policial**




**Painel B: "você está sendo gravado"**



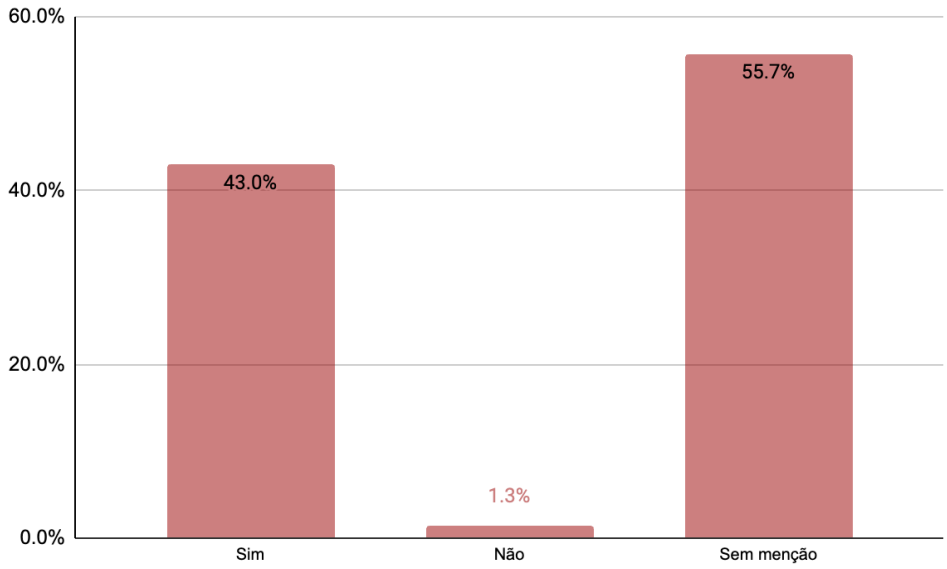

*Nota:* Elaboração própria a partir da análise de 152 protocolos de operação.

Muitos protocolos fazem menções a exceções ao acionamento. O Painel A da Figura 13 mostra que 43% dos protocolos eximem a gravação, ao menos de forma temporária, em situações que colocariam o policial ou algum cidadão em risco de morte. De forma similar, o Painel B indica que 67% dos protocolos desobrigam a gravação em casos de atuações de inteligência. Outros casos contém previsões

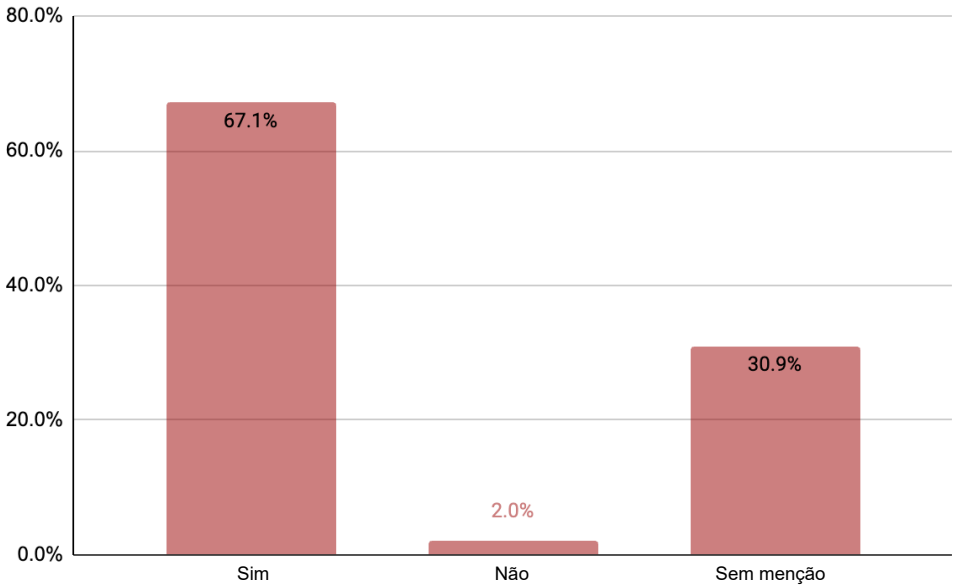
para a proteção da privacidade individual, como em revistas pessoais, onde as partes íntimas poderiam ser gravadas (Painel C, 69%) ou gravação em hospitais, em ambulatórios ou em locais de atendimento à saúde (Painel D, 67%), em fóruns ou ambientes do sistema Judiciário (Painel F, 67%), ou quando incluem menores de idade (Painel G, 15%). Um aspecto interessante, e de certa forma contencioso (Painel E, 25%), é a possibilidade de gravações serem interrompidas a pedido do cidadão. Por um lado, a câmera pode ser um dispositivo de produção de elementos comprobatórios e de proteção ao policial. Por outro, deve-se balancear a necessidade de garantir a existência de vídeos com a proteção de direitos daqueles que podem ser filmados.

**Figura 13: Exceções**

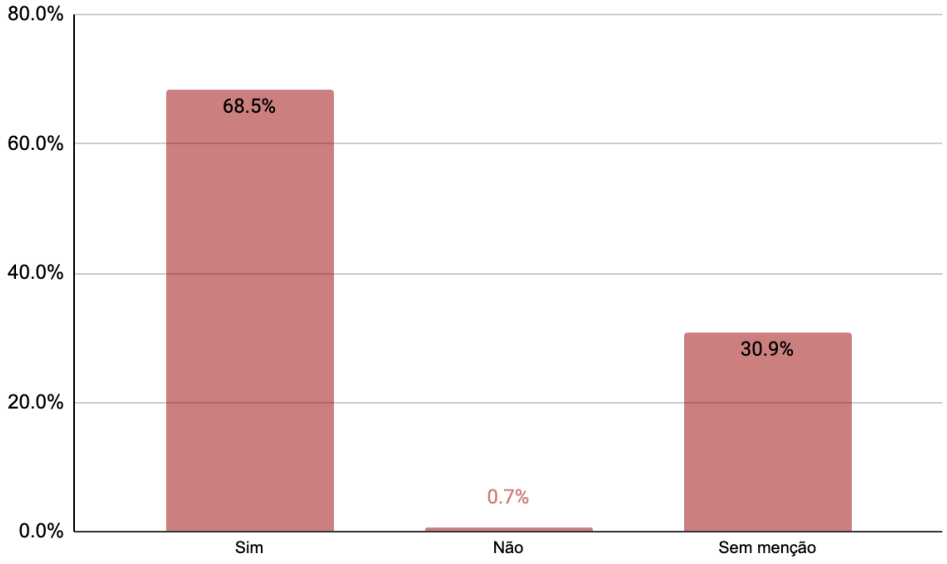
**Painel A: Situações de alto risco**



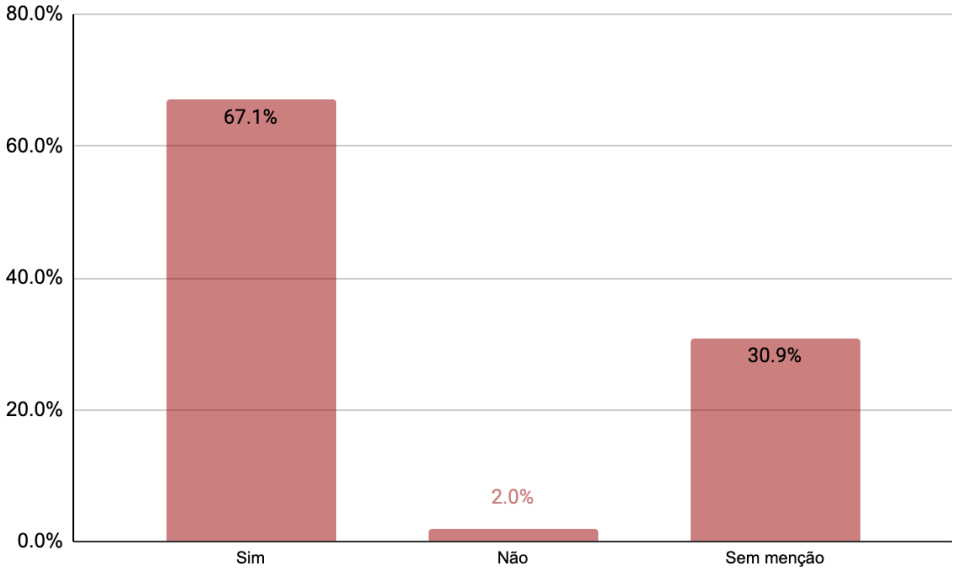
**Painel B: Atuações de inteligência**



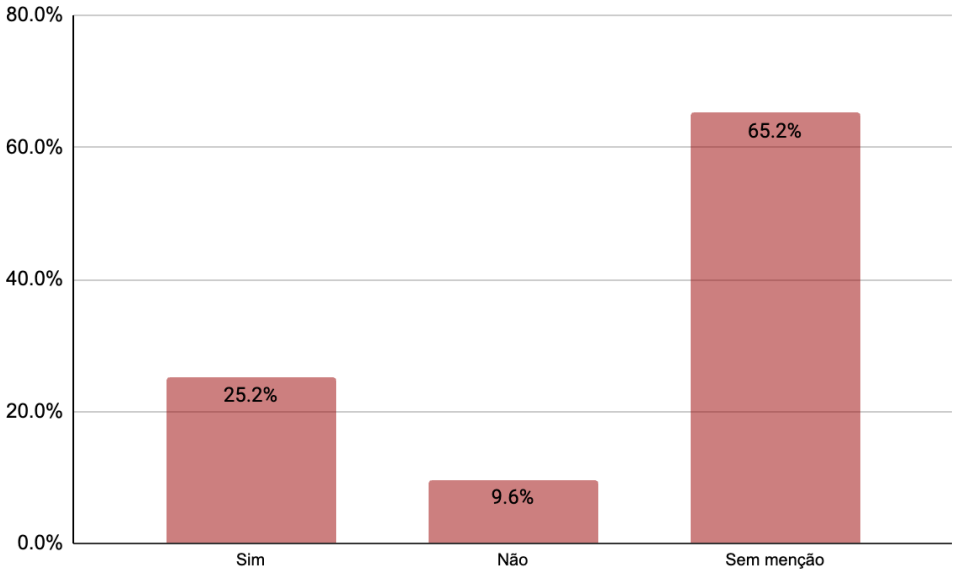

**Painel C: Exceção: Revistas pessoais**



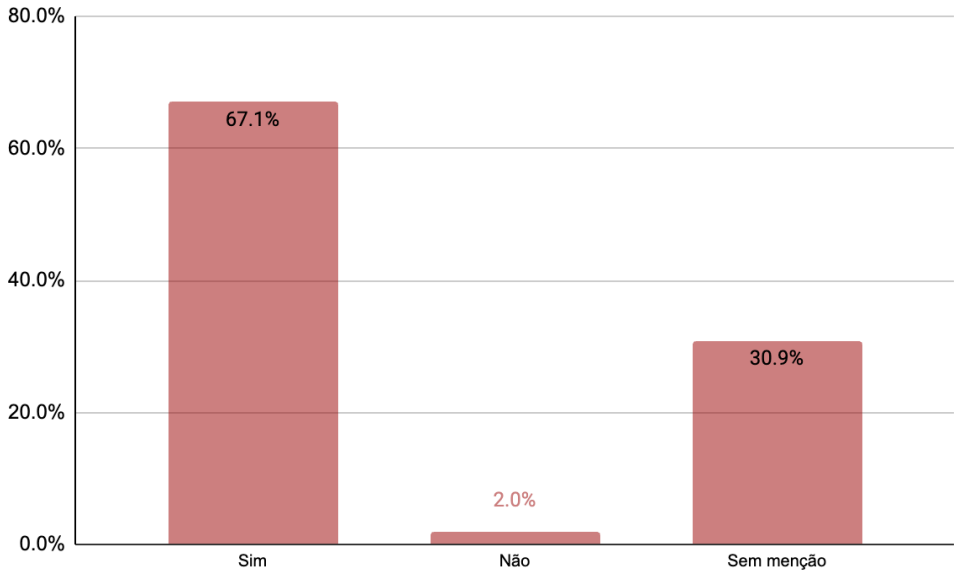
**Painel D: Exceção: Hospitais**



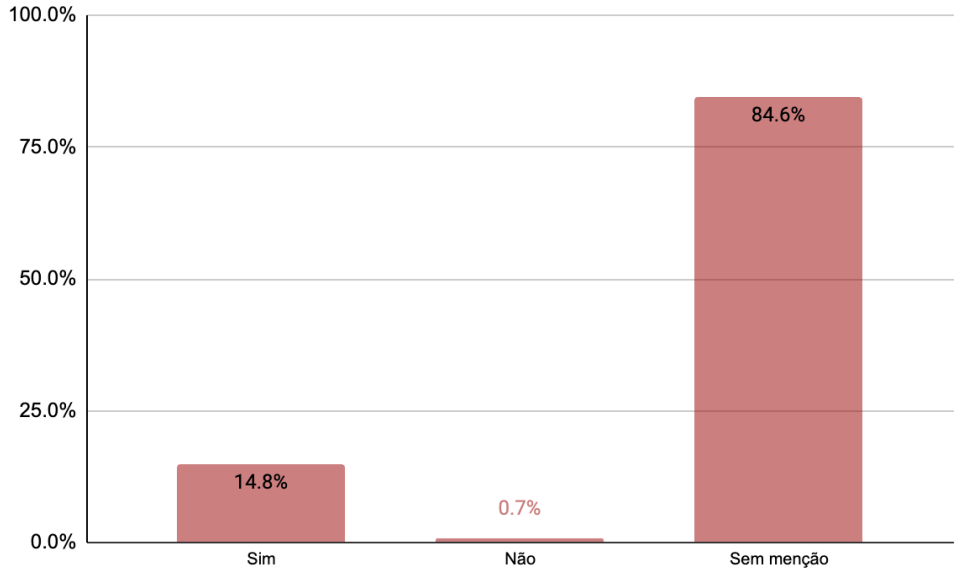

**Painel E: Pedido dos cidadãos**



**Painel F: Fórum de Justiça**




**Painel G: Jovens ou menores**

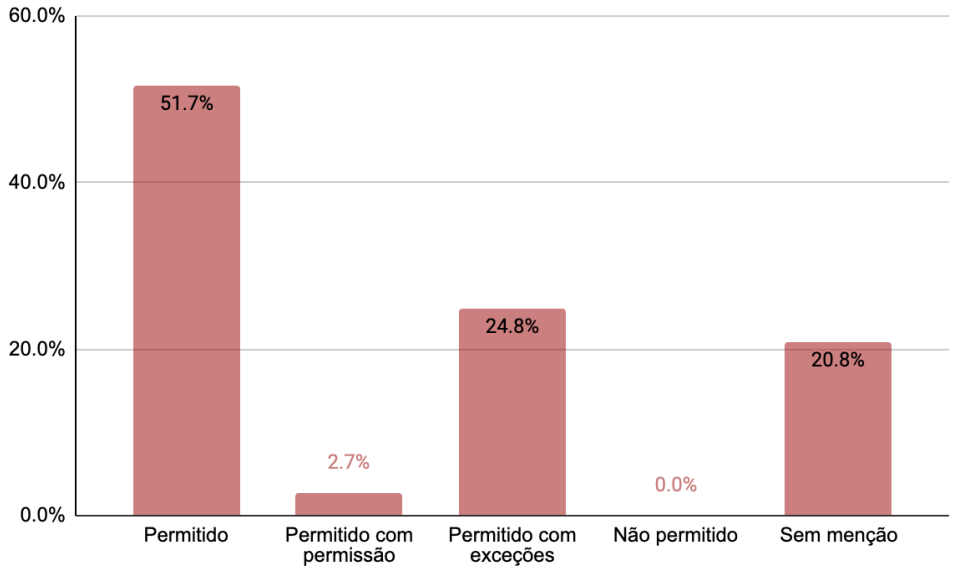



**Revisão dos vídeos.** A possibilidade de revisão dos vídeos in-situ é área de substancial debate. Por um lado, a câmera e o vídeo por ela produzido podem ajudar o policial a relembrar a ocorrência, como o Painel A da Figura 14, comprovado pelo estudo de Boivin, Gen-

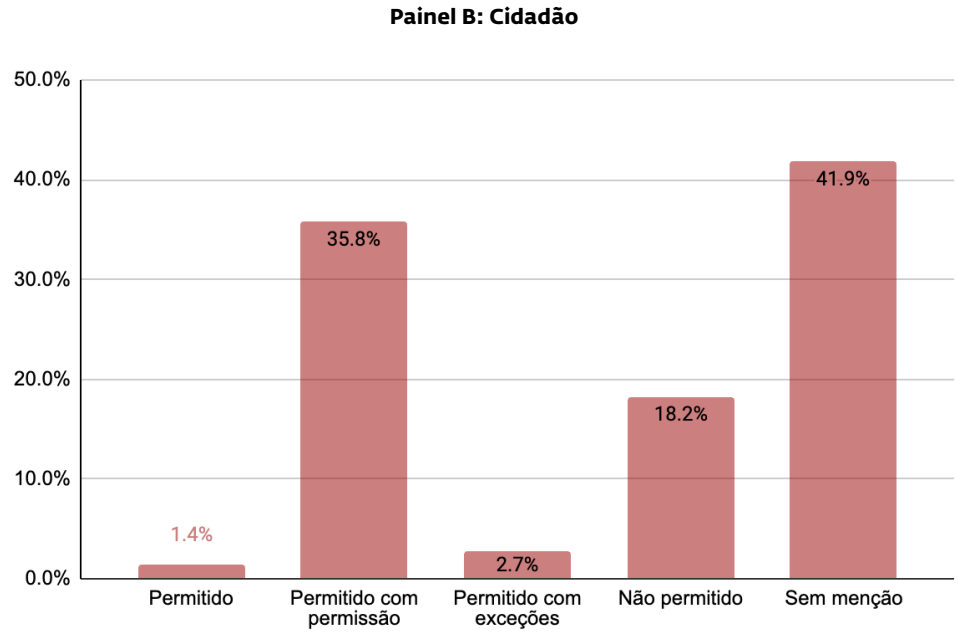
dron (2022), que mostra que policiais que utilizam câmeras corporais têm maior capacidade de relembrar os acontecimentos passados, em particular se utilizarem os vídeos para tal. Neste sentido, a recomendação de *Police Executive Research Forum (2014)* é que a "policiais devem ser permitidos revisar o vídeo do incidente antes de relatá-lo." Por outro lado, argumenta-se que a revisão do vídeo viola a integridade do relato policial, mesmo que não intencionalmente. Esta visão pressupõe que o relato inalterado deve ser preservado, mesmo que depois seja modificado, alterado, ou até mesmo substituído, em virtude de revisão posterior do vídeo.

**Figura 14: Revisão dos vídeos**

**Painel A: Policial**



Em alguns casos, também se permite a revisão dos vídeos pelos cidadãos. Contudo, há consequências logísticas para o atendimento, razão pela qual poucos protocolos (apenas 1%) permitem esse direito sem qualificação. O Painel B da Figura 14 demonstra que outros 36% permitem a revisão cidadã dos vídeos, desde que haja permissão do supervisor, que avalia a adequação do pedido com outros requerimentos legais e operacionais. Em todo caso, a revisão in-situ não impede o acesso posterior aos arquivos gerados pela câmera.

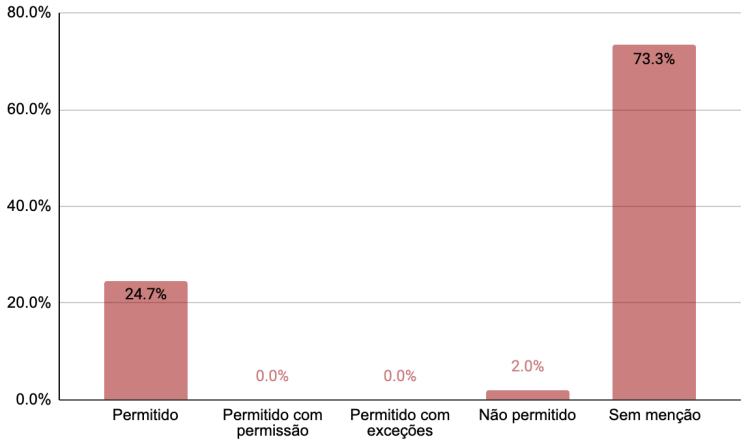



*Nota:* Elaboração própria a partir da análise de 152 protocolos de operação.

**Câmeras pessoais.** Segundo a Figura 15, a maioria dos protocolos não faz menção a câmeras corporais pessoais, como GoPro ou similares. Em 25%, estas são permitidas embora contrário à recomendação de PERF (2014), que mostra que "câmeras pessoais devem ser proibidas," devido a questionamentos substanciais sobre a retenção destes arquivos e segurança de dados, e confusão funcional

entre equipamentos privados dos policiais *versus* aqueles utilizados no exercício da função de servidor público.

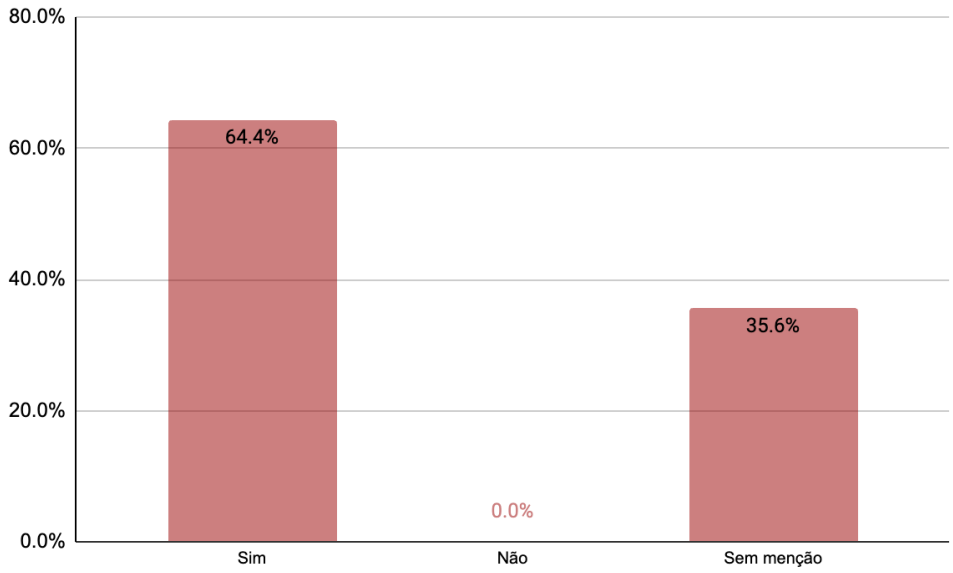
**Figura 15: Câmeras pessoais**



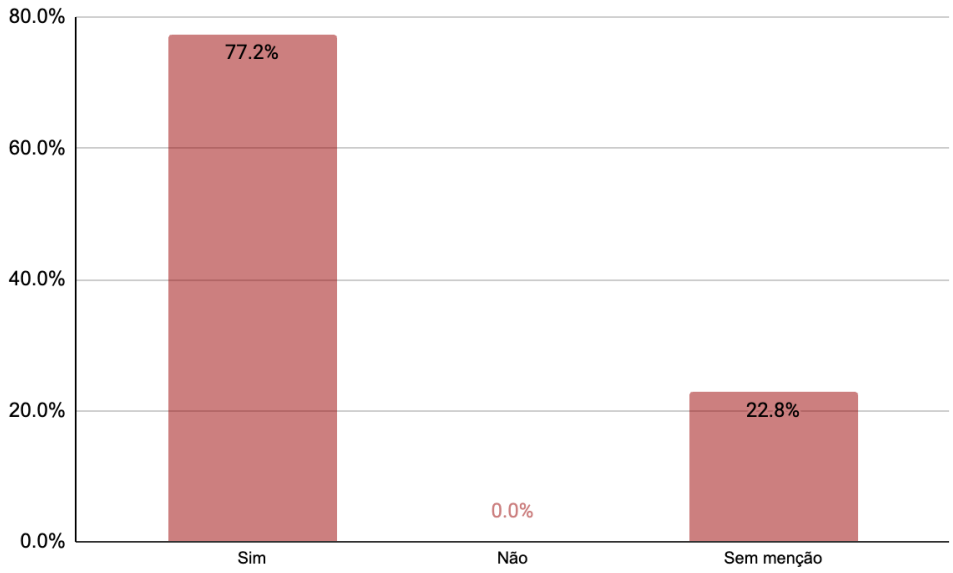

**Supervisão.** A supervisão tem múltiplas funções de importância. Conforme mostra o Painel A da Figura 16, pode funcionar como um garantidor da integridade da evidência, em casos de certa seriedade, como perda da vida humana. *Police Executive Research Forum (2014)* inclusive recomenda que "*em certas situações específfcas e bem delimitadas (uso de força, morte em custódia, ...) o supervisor deve tomar custódia imediatamente da câmera corporal*", com vistas a salvaguardar a evidência para uso futuro. O Painel B da Figura 16 mostra que, em 77% dos casos, o supervisor é responsável por garantir a integridade do equipamento e cumprimento do protocolo de atuação. Finalmente, o Painel C aponta para o papel do mesmo em verificações e inspeções aleatórias. Como também ressaltado na Seção "lacuna de conhecimento," espera-se que a qualidade e intensidade da supervisão sejam aspecto fundamental e moderador do efeito das câmeras.

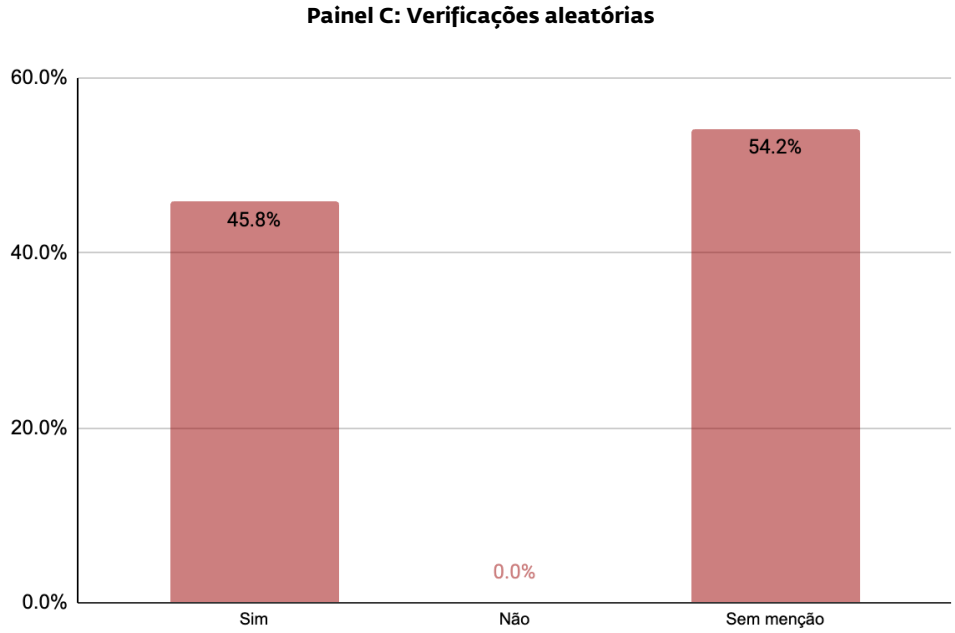
**Figura 16: Supervisão**

**Painel A: Eventos sérios**




**Painel B: Procedimentos**

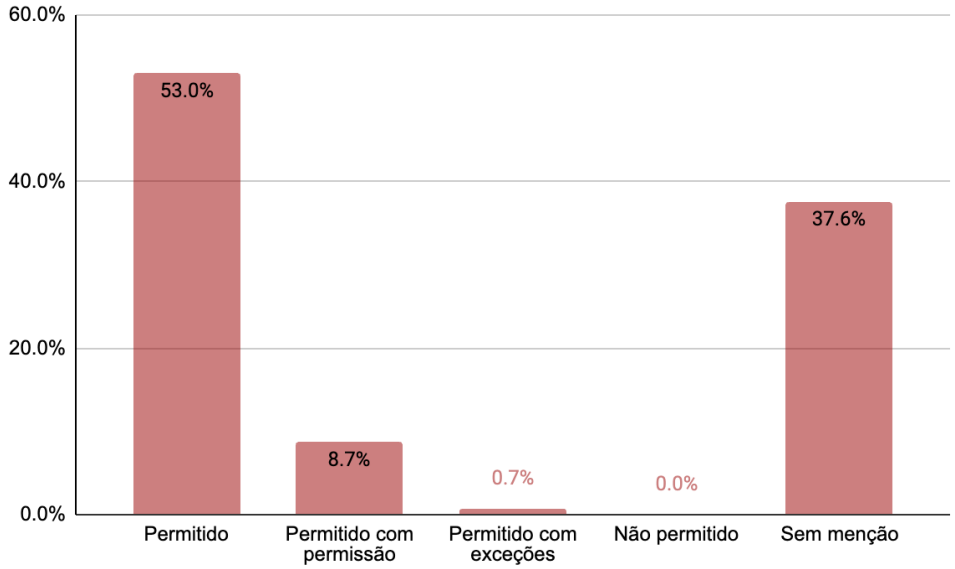





*Nota:* Elaboração própria a partir da análise de 152 protocolos de operação.

**Treinamento.** Por fim, diversos protocolos elaboram a relação entre as câmeras corporais e os regimes de treinamento. Na maioria dos casos, especifica-se que os policiais devem passar por treinamento antes do início do uso do equipamento sem, necessariamente, relacionar ou harmonizar o conteúdo, ementa ou carga horária esperada. Apenas em casos raros aponta-se a necessidade de treinamentos constantes. Outra dinâmica apontada na Figura 17 corresponde aos vídeos utilizados em treinamentos, o que é explicitamente permitido em 53% dos casos.

**Figura 17: Uso de vídeos em treinamento**




**Retenção de dados.** Por fim, foram analisados os regimes de retenção de dados entre os protocolos disponibilizados. A maioria dos casos estipula que, por *default*, os vídeos sejam preservados entre 30 e 90 dias, e 33% especificam entre 90 e 120 dias. Contudo, vídeos são preservados por muito mais tempo em casos com prisões: em 50% dos protocolos, são preservados entre 1 e 5 anos, e 47%, acima de 5 anos. Observam-se números similares em casos de uso de força. Finalmente, casos de disparo de arma de fogo ou homicídios tipicamente são preservados por ao menos 5 anos, e frequentemente por prazo indefinido. (ver Tabela 8)

ANÁLISE DOCUMENTAL: CASO INTERNACIONAL



**Tabela 8: Retenção de dados**

| | ATÉ 30 DIAS | 30-90 DIAS | 90 DIAS - 6 MESES | 6 MESES - 1 ANO | 1-5 ANOS | 5 ANOS - INDEFINIDO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Default** | 3% | 52% | 33% | 0% | 12% | 0% |
| **Prisões** | 0% | 0% | 3% | 0% | 50% | 47% |
| **Uso de força** | 0% | 3% | 0% | 0% | 50% | 47% |
| **Disparo de arma de fogo** | 0% | 0% | 0% | 0% | 18% | 82% |
| **Homicídios** | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 100% |

*Nota:* Elaboração própria a partir da análise de 152 protocolos de operação.




6



# 6 ANÁLISE DOCUMENTAL: CASO BRASILEIRO

Esta Seção contém a análise normativa nacional contemplando, assim, o produto 2, item c.

Nesta Seção, são analisados os casos de São Paulo e Santa Catarina a partir dos seus documentos e protocolos operacionais que regulamentam o uso das câmeras corporais policiais em suas respectivas instituições. O foco é verificar como a forma e modelo de implementação se aproximam ou se diferem dos padrões verificados por intermédio da análise documental internacional. (ver Seção anterior).

**Santa Catarina.** Foram analisados o seguintes documentos:

- Procedimento Operacional Padrão para Utilização das Câmeras Policiais Individuais - POP 1 de 20/11/2017, atualizado em 15/01/2018;

- Procedimento Operacional Padrão para Utilização das Câ-

meras Policiais Individuais - POP 201.1.8 de 22/06/2018;

- Ato da Polícia Militar Nº 997/2019;
- Ato da Polícia Militar Nº 436/2021.

**Quem utiliza**. O POP 201.1.8 deixa claro que a "*Câmera Policial Individual é equipamento policial de uso obrigatório*" e, sendo assim, todos os policiais, em turno de serviço, devem utilizar o equipamento, com as ressalvas que serão feitas na política de acionamento que, na prática, desobrigam policiais em funções administrativas de fazerem uso do dispositivo.

**Identificação da câmera**. O POP 201.1.8 especifica claramente que a câmera corporal deve ser portada no colete balístico, na altura do peito e centralizada. De fato, esta é a opção mais usual dentre as instituições. Nota-se também a exigência de que a câmera esteja centralizada no corpo, e, portanto, veda colocações nos ombros (como no caso de São Paulo).

**Política de acionamento**. POP 201.1.8 especifica que "*nas interações espontâneas entre o policial e o cidadão, não se faz necessário o aciona- mento da câmera policial, entretanto, caso a interação mostre indícios de desdobramentos mais graves, o policial deverá acionar o modo gravação.*" Sendo assim, optou-se inicialmente por um modelo em que a câmera é acionada a partir de certo grau de seriedade da ocorrência ou interação, sem que necessariamente tenha sido definido qualquer grau de seriedade que obriga ou desobriga o acionamento. Como visto na Seção 5, esta é uma opção tomada por 20% dos departamentos de polícia norte-americanos, com 68% dos casos sugerindo que todas

as interações fossem gravadas. (ver Painel A, Figura 12)

No caso de acionamento, o POP deixa claro que o cidadão deverá ser informado que está sendo gravado por meio da frase "*Senhor(a), esta conversa está sendo gravada por câmera policial*." O documento também prevê exceções como, por exemplo, desobrigar o policial a acionar as câmeras corporais em caso de risco à sua integridade física ou a do cidadão, ou demandar resposta imediata. Neste caso, a verbalização seria feita assim que possível, em segurança, e a partir da contenção da ocorrência.

O Protocolo especifica que o uso de câmeras em operações policiais programadas, e em eventos, fica à escolha do comandante da operação; no entanto, manifestações devem sempre ter câmeras acionadas.

Por fim, o documento, assim como a experiência internacional, também restringe o uso de câmeras em situações ou locais onde não há interação com o público ou exista o potencial de lesão ou danos, ou ainda ocorra violação de privacidade de maneira não condizente à atuação policial frente ao público. Por exemplo, exclui-se a possibilidade de gravação quando em serviço houver interação somente com guarnição policial, em procedimentos administrativos, em repartições públicas, em audiências ou no Poder Judiciário.

**Revisão dos vídeos.** O Ato da Polícia Militar Nº 436/2021, em seu 9º artigo, permite a visualização das imagens pelo policial que portou a câmera, a qualquer momento, mediante controle de acesso e senha.

**Supervisão.** O Ato da Polícia Militar Nº 436/2021 estabelece uma série de responsabilidades do Comandante da OPM. No art. 5º, torna o comandante responsável pelo armazenamento das imagens,

dos equipamentos, e das instalações requeridas para tal. No art. 6º, estipula que os equipamentos e docking stations devem ter instalações elétricas e redes adequadas para acesso e preservação destes equipamentos.

**Retenção dos dados.** Ato da Polícia Militar Nº 436/2021 especifica que vídeos devem ser armazenados por 12 meses.

**São Paulo.** Foram analisados os seguintes documentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo:

- Diretriz PM3-008/02/20
- Procedimento Operacional Padrão - Processo 5.16.00

**Quem utiliza.** A Diretriz PM3-008/02/20 mostra que "*todos os policiais militares componentes de Unidade de Serviço (US) devem estar munidos de COP [câmeras corporais]*". Trata-se de uma implementação integral da corporação para as unidades de serviço (presume-se que, assim, policiais em funções administrativas não estão contemplados). Há também a previsão de alocação das câmeras corporais em caso de insuficiência de equipamentos. Neste caso, a Diretriz especifica a priorização de uma câmera por unidade de serviço.[11]

11 Esta priorização se coaduna com a sugestão de Barbosa et al (2023), ao mostrar que há um efeito de saturação nas câmeras: a presença de duas câmeras tem efeito inferior ao dobro do efeito de uma câmera e, consequentemente, é melhor priorizar a amplitude e disseminação das câmeras dentre unidades ou guarnições de serviço.

**Identificação da câmera.** Diferente do caso catarinense, o Procedimento Operacional Padrão abre a possibilidade para a utilização da câmera em três posições distintas, todas na altura do peito. Em todos os casos, a tela deve estar voltada à frente com o explícito interesse que pessoas percebam que estão sendo filmadas. O Procedimento vai além e sugere que "*tal ação está fundamentada na dissuasão de maus comportamentos pelo fato das pessoas estarem sob vigilância e sendo gravadas em vídeo.*" O policial só estaria autorizado a desligar a tela (sem interromper a gravação) em situações de risco à sua vida ou integridade física, ou para tomar testemunhos e recolher provas.

**Política de acionamento.** A Diretriz PM3-008/02/20 e o POP 5.16.01 são amplos e obrigam a gravação em "*todo fato de interesse*", definindo o fato de interesse em largo espectro que inclui "abordagem policial militar", "atendimento de ocorrência policial de qualquer natureza", e também inclui ações de fiscalização, busca e varredura, incursões em ambientes de alto risco. Permite ao policial finalizar a gravação apenas quando o fato de interesse cessar, o local for controlado e declarações tenham sido por ventura colhidas.

Assim como no caso catarinense, o policial deve informar aos cidadãos que a câmera está registrando a ocorrência, desde que não seja prejudicial à sua integridade física. Também dispensa a necessidade de consentimento dos participantes.

A Diretriz PM3-008/02/20 contém algumas exceções ao acionamento, como a solicitação explícita da vítima ou testemunha (cessando o vídeo, mas não o áudio), no caso de crianças ou adolescentes na condição de vítima, ou em buscas pessoais minuciosas. É necessário que o policial cumpra um certo protocolo neste caso, como re-

gistro por voz no vídeo antes do desativamento do equipamento. O POP 5.16.03 complementa que "*nenhum autor de crime tem o direito de não ser gravado*."

Uma característica da implementação em São Paulo é o uso da câmera em modo standby durante todo o turno de serviço. O modo standby significa que a câmera grava imagens em vídeo, mas sem som. Portanto, o conceito de "acionamento" significa que os vídeos passam a ter som (e, possivelmente, há uma melhora na qualidade da imagem).

**Revisão dos vídeos.** A Diretriz PM3-008/02/20 deixa claro que será "*vedado a qualquer policial militar produzir cópias das evidências digitais obtidas pelas COP*", no entanto o policial tem acesso aos registros atrelados às ocorrências que tenham atuado (independente de estar portando a câmera). O POP 5.16.03 também proíbe o policial de "*alterar, editar, copiar, duplicar ou apagar qualquer gravação de áudio, vídeo ou foto realizado*" por meio das câmeras.

**Supervisão.** Os documentos analisados definem várias responsabilidades dos supervisores e gestores do sistema. Por exemplo, a Diretriz PM3-008/02/20 requisita o envolvimento em "casos de grande repercussão, com morte ou lesão decorrente de atividade policial", e também responsabiliza os gestores pelo "uso de equipamento, manutenção da cadeia de custódia," deixando também clara quais são as funções e papeis dentro de toda a hierarquia de comando.

**Treinamento.** A Diretriz PM3-008/02/20 define que os policiais devem ser treinados antes de utilização, sem, contudo, especificar o regime ou ementa necessária para a capacitação.

**Retenção dos dados.** A Diretriz PM3-008/02/20 determina a retenção de dados por até 1 ano.




7



# 7 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Câmeras corporais são, atualmente, uma realidade no equipamento policial: pesquisa própria indica que mais de 30 países adotam o dispositivo. Mais de 6 estados brasileiros consideram ou já implementaram o dispositivo. Cabe destacar que o Ministério da Justiça e Segurança Pública tem liderado o processo de implantação, por meio de múltiplas ações, em particular no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Desde o início do uso do dispositivo há cerca de uma década, nos Estados Unidos e na Europa, um largo conhecimento científico tem analisado a questão central: quais impactos têm as câmeras sobre a atividade policial? Como resposta a esta questão, a primeira parte deste documento consolida e sistematiza a evidência científica sobre este assunto em 50 artigos publicados ou em vias de publicação.

Dentre os indicadores analisados, mostrou-se que existe um consenso de que as ocorrências com câmeras corporais policiais reduzem no uso da força, entre 25% e 61%, em diferentes contextos de atuação e

definições de uso de força. Estudos no Brasil (Monteiro *et al*, 2022; Monteiro, Fagundes e Souza, 2023; Barbosa *et al*, 2023; Magaloni, Melo, Robles, 2023), unanimamente, apontam para fortes reduções acima de 50%. Concomitantemente, a letalidade e lesão corporal na atividade policial são também reduzidas em proporções semelhantes. A importância e magnitude deste efeito, associado à qualidade dos estudos que os analisaram, e a relevância do contexto permitem inequivocamente propor a primeira recomendação.

**Recomendação 1.** Por terem efeitos comprovados sobre a redução de uso de força e letalidade na ação policial, câmeras corporais policiais devem ser adotadas pelas polícias do país.

Diversos artigos analisaram a ocorrência dos efeitos sobre despoliciamento, isto é, a indução de passividade policial a partir do uso das câmeras. Embora seja uma hipótese plausível, a literatura aponta para o oposto, ou seja, a presença de câmeras corporais pode aumentar a atividade policial (se for medida como esforço na produção de registros e conduções de investigações pela Polícia Civil). Um caso importante e relevante é o de São Paulo, onde se observou aumento relevante de casos de porte de armas e de drogas. Em especial no caso de drogas, é possível que esteja se dando, ao menos em parte, a partir da condução de delitos de menor potencial ofensivo. A segunda recomendação propõe a observação e o monitoramento de como a câmera influencia a condução de delitos de menor potencial ofensivo.

**Recomendação 2.** Estudar, monitorar, observar e, se for o caso, mitigar possíveis consequências sobre condução de delitos de menor potencial ofensivo.

Emerge da literatura o fato de que o efeito das câmeras pode ser sensível às condições e incentivos nos quais estas foram inseridas. A evidência existente sugere que os efeitos protetivos de diminuição do uso de força dependem de protocolos bem definidos com mandato de utilização e acionamento claros e com pouca discricionariedade sobre o uso; e que a supervisão e treinamento prevê os incentivos para a contínua utilização do dispositivo.

**Recomendação 3.** Estabelecer protocolos claros, com mandato de utilização e limitando a discricionariedade sobre acionamento das câmeras. Fortalecer regimes de treinamento e supervisão para garantir a conformidade com manuais e protocolos de operação.

Os estudos de Santa Catarina e São Paulo mostraram que câmeras corporais têm grande efeito sobre o *reporting* de casos de violência doméstica (aumentando, respectivamente, 69% e 101% na presença de câmeras). Os estudos também apontam que, na ausência de câmeras, estas ocorrências não poderiam ser filmadas, ou registradas com outra tipificação (como agressão verbal). Além do registro em si, estes achados sugerem que as câmeras são par-

ticularmente importante em casos de proteção à vítima de abuso doméstico, e potencialmente de crimes contra a mulher de forma mais ampla. O entendimento deste tópico, contudo, ainda carece de novos estudos para aprofundar o conhecimento sobre esta importante área de atuação, favorecendo, assim, a compreensão completa da razão pela qual este fenômeno ocorre e como as câmeras podem provocar uma melhor proteção às vítimas. O resultado deste tipo de estudo pode ensejar, por exemplo, o fornecimento de câmeras a patrulhas dedicadas a este tipo de atendimento.

**Recomendação 4.** Estudar e compreender como as câmeras corporais podem ser usadas na proteção de vítimas de violência doméstica e contra a mulher.

A despeito da longa literatura sobre os efeitos de câmeras corporais, ainda há importantes lacunas de conhecimento. Em sua grande maioria, os estudos foram realizados a partir de implementações nos Estados Unidos e na Europa, onde as taxas de criminais são substancialmente mais baixas. Além disso, todos os estudos tratam da operação em polícias de proximidade, praticadas pelas Polícias Militares no Brasil. Outros contextos, como policiamento rodoviário, investigativo, penitenciário, ou polícias judiciárias, foram pouco explorados.

**Recomendação 5.** Produzir novos estudos para compreender o efeito das câmeras em contextos ainda não pesquisados, como polícias rodoviárias, investigativas, penitenciárias ou judiciário.



# REFERÊNCIAS

1. Alda, E. (2023). The effects of differential timing in the adoption of BWCs on civilian complaints. Policing: An International Journal, 46(2), 418-440

2. Ariel, B. (2016a). Increasing cooperation with the police using body worn cameras. Police quarterly, 19(3), 326-362.

3. Ariel, B. (2016). Police body cameras in large police departments. The Journal of Criminal Law and Criminology (1973-), 729-768.

4. Ariel, B., Farrar, W. A., & Sutherland, A. (2015). The effect of police body-worn cameras on use of force and citizens' complaints against the police: A randomized controlled trial. Journal of quantitative criminology, 31, 509-535.

5. Ariel, B., Sutherland, A., Henstock, D., Young, J., Drover, P., Sykes, J., ... & Henderson, R. (2016a). "Contagious accountability" a global multisite randomized controlled trial on the effect of police body-worn cameras on citizens' complaints against the police. Criminal justice and behavior, 44(2), 293-316.

6. Ariel, B., Sutherland, A., Henstock, D., Young, J., Drover, P., Sykes, J., ... & Henderson, R. (2016b). Report: Increases in police use of force in the presence of body-worn cameras are driven by officer discretion: A protocol-based subgroup analysis of ten randomized experiments. Journal of experimental criminology, 12, 453-463.

7. Ariel, B., Sutherland, A., Henstock, D., Young, J., Drover, P., Sykes, J., ... & Henderson, R. (2016c). Wearing body cameras increases assaults against officers and does not reduce police use of force: Results from a global multi-site experiment. European journal of criminology, 13(6), 744-755.

8. Ariel, B., Sutherland, A., Henstock, D., Young, J., Drover, P., Sykes, J., ... & Henderson, R. (2018). Paradoxical effects of self-awareness of being observed: Testing the effect of police body-worn cameras on assaults and aggression against officers. Journal of experimental criminology, 14, 19-47.

9. Barbosa, D., Fetzer, T., Souza, P. C., & Vieira, C. (2021). De-escalation technology: the impact of body-worn cameras on citizen-police interactions.

10. Becker, G. S. (2013). The economic approach to human behavior. University of Chicago press.

11. Bennett, R. R., Bartholomew, B., Baxter, S. K., Champagne, H., & Schuler, E. R. (2023). The Effects of Body-Worn Cameras on Self-Initiated Police Encounters. Police Quarterly, 26(3), 333-354.

12. Boivin, R., & Gendron, A. (2022). An experimental study of the impact of body-worn cameras on police report writing. Journal of Experimental Criminology, 18(4), 747-764.

13. Braga, A. A., Barao, L. M., Zimmerman, G. M., Douglas, S., & Sheppard, K. (2020). Measuring the direct and spillover effects of body worn cameras on the civility of police–citizen encounters and police work activities. Journal of Quantitative Criminology, 36, 851-876.

14. Braga, A., Coldren Jr, J. R., Sousa, W., Rodriguez, D., & Alper, O. (2017). The benefits of body-worn cameras: new findings from a randomized controlled trial at the Las Vegas Metropolitan Police. Arlington, VA: CNA.

15. Braga, A. A., MacDonald, J. M., & McCabe, J. (2022). Body worn cameras, lawful police stops, and NYPD officer compliance: A cluster randomized controlled trial. Criminology, 60(1), 124-158.

16. Cubukçu, S., Sahin, N. M., Tekin, E., & Topalli, V. (2021). Body-worn cameras and adjudication of citizen complaints of police misconduct (No. w29019). National Bureau of Economic Research.

17. Davies, A., & Krame, G. (2023). Through an Australian Lens: The Influence of Body-Worn Cameras on Complaints Against Police—Beyond the Numbers. Policing: A Journal of Policy and Practice, 17, paad015.

18. Demir, M., Apel, R., Braga, A. A., Brunson, R. K., & Ariel, B. (2020). Body worn cameras, procedural justice, and police legitimacy: A controlled experimental evaluation of traffic stops. Justice quarterly, 37(1), 53-84.

19. Demir, M., & Kule, A. (2022). The effect of body-worn cameras on satisfaction and general perceptions of police: Findings from a quasi-randomized controlled trial. European Journal of Criminology, 19(4), 562-585.

20. Ferrazares, T. (2023). Monitoring police with body-worn cameras: evidence from chicago. Journal of Urban Economics, 103539.

21. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2023) As Câmeras Corporais na Polícia Militar do Estado de São Paulo.

22. Grossmith, L., Owens, C., Finn, W., Mann, D., Davies, T., & Baika, L. (2015). Police, camera, evidence: London's cluster randomised controlled trial of body worn video. London: College of Policing.

23. Headley, A. M., Guerette, R. T., & Shariati, A. (2017). A field experiment of the impact of body-worn cameras (BWCs) on police officer behavior and perceptions. Journal of criminal justice, 53, 102-109.

24. Hedberg, E. C., Katz, C. M., & Choate, D. E. (2017). Body-worn cameras and citizen interactions with police officers: Estimating plausible effects given

varying compliance levels. Justice quarterly, 34(4), 627-651.

25. Henstock, D., & Ariel, B. (2017). Testing the effects of police body-worn cameras on use of force during arrests: A randomised controlled trial in a large British police force. European journal of criminology, 14(6), 720-750.

26. Jennings, W. G., Lynch, M. D., & Fridell, L. A. (2015). Evaluating the impact of police officer body-worn cameras (BWCs) on response-to-resistance and serious external complaints: Evidence from the Orlando police department (OPD) experience utilizing a randomized controlled experiment. Journal of criminal justice, 43(6), 480-486.

27. Jennings, W. G., Fridell, L. A., Lynch, M., Jetelina, K. K., & Reingle Gonzalez, J. M. (2017). A quasi-experimental evaluation of the effects of police body-worn cameras (BWCs) on response-to-resistance in a large metropolitan police department. Deviant behavior, 38(11), 1332-1339.

28. Katz, C. M., Choate, D. E., Ready, J. R., & Nuño, L. (2014). Evaluating the impact of officer worn body cameras in the Phoenix police department. Phoenix, AZ: Center for Violence Prevention & Community Safety, Arizona State University.

29. Kim, T. (2023). Facilitating police reform: Body cameras, use of force, and law enforcement outcomes.

30. Koslicki, W. M., Makin, D. A., & Willits, D. (2019). When no one is watching: evaluating the impact of body-worn cameras on use of force incidents. Policing and society.

31. Lum, C., Koper, C. S., Wilson, D. B., Stoltz, M., Goodier, M., Eggins, E., ... & Mazerolle, L. (2020). Body worn cameras' effects on police officers and citizen behavior: A systematic review. Campbell Systematic Reviews, 16(3).

32. Lum, C., Stoltz, M., Koper, C. S., & Scherer, J. A. (2019). Research on body worn cameras: What we know, what we need to know. Criminology & public policy, 18(1), 93-118.

33. Magaloni, B., Melo, V., & Robles, G. (2023). Warriors and Vigilantes as Police Officers: Evidence from a Field Experiment with Body Cameras in Rio de Janeiro. Cambridge Journal of Evidence-Based Policing, 7(1), 2.

34. Miller, J., & Chillar, V. F. (2022). Do police body-worn cameras reduce citizen fatalities? Results of a country-wide natural experiment. Journal of quantitative criminology, 38(3), 723-754.

35. Mitchell, R. J., Ariel, B., Firpo, M. E., Fraiman, R., Castillo, F. D., Hyatt, J. M., ... & Brants Sabo, H. (2018). Measuring the effect of body-worn cameras on complaints in Latin America: The case of traffic police in Uruguay. Policing: An International Journal, 41(4), 510-524.

36. Monteiro, Fagundes, Guerra, Piquet. (2023). Avaliação do impacto do uso de câmeras corporais pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, 2022.

37. Monteiro, Fagundes, Souza (2023). Monitoring Bureaucrats: the Impacts of Body-worn Cameras on Police Performance, 2022.

38. Morrow, W. J., Katz, C. M., & Choate, D. E. (2016). Assessing the impact of police body-worn cameras on arresting, prosecuting, and convicting suspects of intimate partner violence. Police quarterly, 19(3), 303-325.

39. Nagin, D. S. (2013). Deterrence in the twenty-first century. Crime and justice, 42(1), 199-263.

40. Owens, C., & Finn, W. (2018). Body-worn video through the lens of a cluster randomized controlled trial in London: Implications for future research. Policing: A Journal of Policy and Practice, 12(1), 77-82.

41. Petersen, K., Mouro, A., Papy, D., Castillo, N., & Ariel, B. (2021). Seeing is believing: The impact of body-worn cameras on court outcomes, a cluster-randomized controlled trial in Miami Beach. Journal of experimental criminology, 1-21.

42. Petersen, K., Papy, D., Mouro, A., & Ariel, B. (2023). The usage and utility of body worn camera footage in courts: A survey analysis of state prosecutors. Journal of Empirical Legal Studies, 20(3), 534-569.

43. Peterson, B. E., Yu, L., La Vigne, N., & Lawrence, D. S. (2018). The Milwaukee Police Department's body-worn camera program. Washington, DC: Urban Institute.

44. Police Executive Research Forum. (2016). Guiding principles on use of force. Critical Issues in Policing Series, 1-136.

45. President's Task Force on 21st Century Policing. (2015). Interim report of the President's Task Force on 21st Century Policing, 28. Washington, DC: Office of Community Oriented Policing Services.

46. Ready, J. T., & Young, J. T. (2015). The impact of on-officer video cameras on police–citizen contacts: Findings from a controlled experiment in Mesa, AZ. Journal of experimental criminology, 11, 445-458.

47. Stolzenberg, L., D'Alessio, S. J., & Flexon, J. L. (2019). Eyes on the Street: Police Use of Body-worn Camers in Miami-Dade County. Davie, FL, Charleston, WV: Weston Publishing, LLC.

48. Todak, N., Gaub, J. E., & White, M. D. (2022). Testing the evidentiary value of police body-worn cameras in misdemeanor court. Crime & Delinquency.

49. Wallace, D., White, M. D., Gaub, J. E., & Todak, N. (2018). Body worn cameras as a potential source of depolicing: Testing for camera induced passivity. Criminology, 56(3), 481-509.

50. Weber, M. (1946). Essays in Sociology. Oxford University Press.

51. Williams Jr, M. C., Weil, N., Rasich, E. A., Ludwig, J., Chang, H., & Egrari, S. (2021). Body-worn cameras in policing: Benefits and costs.

52. White, M. D., Gaub, J. E., & Todak, N. (2018). Exploring the potential for body-worn cameras to reduce violence in police–citizen encounters. Policing: a journal of policy and practice, 12(1), 66-76.

53. White, M. D., Todak, N., & Gaub, J. E. (2017). Assessing citizen perceptions of body-worn cameras after encounters with police. Policing: an international journal of police strategies & management, 40(4), 689-703.

54. Yokum, D., Ravishankar, A., & Coppock, A. (2019). A randomized control trial evaluating the effects of police body-worn cameras. Proceedings of the National Academy of Sciences, 116(21), 10329-10332.



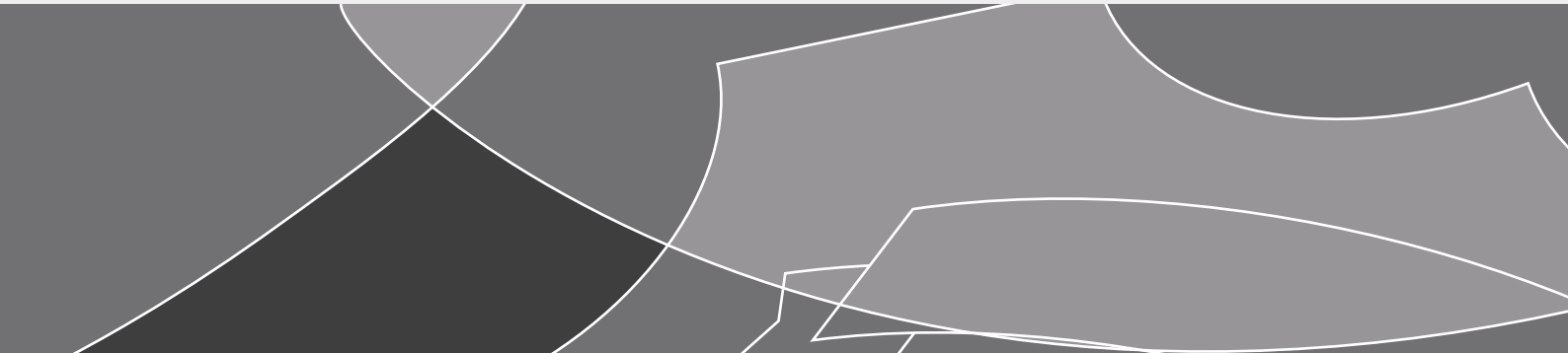
PNUD

MINISTÉRIO DA
**JUSTIÇA E**
**SEGURANÇA PÚBLICA**

**GOVERNO FEDERAL**

BRASIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



# ANEXO 13

28023231 08001.002443/2024-12

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Coordenação de Políticas de Segurança Pública

INFORMAÇÃO Nº 161/2024/CPSP-CGSUSP/CGSUSP/DSUSP/SENASP

Processo: 08001.002443/2024-12

Interessado: Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública

Assunto: **OEA. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Caso 13.754 (Edivaldo Barbosa de Andrade e outros vs. Brasil) Solicitação de informações.**

1. **INTRODUÇÃO**

1.1. Este documento refere-se ao Ofício nº 959/2024/ASINT/MJ (27959855), datado de 22 de maio de 2024, que remete ao Ofício nº 600/2024/CGINT/AI/MDHC (27903332), por meio do qual a Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) faz referência ao caso 13.754 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), relativo ao caso de "Edivaldo Barbosa de Andrade e outros vs. Brasil", no qual foram exaradas recomendações ao Estado brasileiro, cujos beneficiários são Edvaldo Barbosa de Andrade, Fábio de Lima Andrade, Israel Alves de Souza, Fernando Elza e Eduardo Barbosa de Andrade, e seus parentes.

1.2. Nesse sentido, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) emitiu o Relatório de Mérito No. 101/23 (27903333), fazendo algumas recomendações ao Estado brasileiro:

> a) Reparar integralmente as violações de direitos humanos declaradas no presente relatório, tanto no aspecto material quanto imaterial. O Estado deverá adotar medidas de compensação econômica e satisfação.
>
> b) Dispor de medidas de atenção à saúde física e mental para os familiares das vítimas, caso seja de sua vontade e de maneira acordada.
>
> c) Iniciar a investigação dos eventos ocorridos em 14 de maio de 2006 e continuar a investigação dos eventos ocorridos em 3 de dezembro de 2006, no âmbito da justiça comum, com diligência, eficácia e em um prazo razoável, visando esclarecer completamente os fatos, identificar todas as possíveis responsabilidades e impor as sanções correspondentes em relação às violações de direitos humanos declaradas no presente relatório. Essas investigações devem ser conduzidas considerando a gravidade das violações declaradas e os padrões interamericanos relacionados.
>
> d) **Dispor de mecanismos de não repetição no estado de São Paulo, que incluam: i) reformar os protocolos e diretrizes das agências policiais locais, estaduais e federais, a fim de garantir que estejam conforme aos padrões internacionais sobre o uso da força; ii) estabelecer mecanismos adequados de responsabilização por violações cometidas por membros desses corpos de segurança contra civis, incluindo pessoas afrodescendentes e ocorridos em zonas de pobreza; e iii) fortalecer a capacidade investigativa de casos de uso de força letal por parte de agentes da polícia militar, de modo que estejam conforme os padrões interamericanos sobre a matéria.**

1.3. Em conformidade com a recomendação mencionada, o Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) solicitou à Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública, por meio do Despacho nº 6258 (27974239), que fornecesse subsídios para a elaboração da resposta ao questionamento apresentado no Ofício nº 959/2024/ASINT/MJ (27959855).

2. **ANÁLISE**

2.1. Inicialmente, cabe salientar as competências desta Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública, conforme o art. 25, do Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023. As competências incluem atuar como órgão central do Sistema, coordenar o sistema, integrar as atividades dos órgãos que o compõem, criar diretrizes para seus integrantes, acompanhar o cumprimento de metas, monitorar a execução e os resultados das políticas e ações financiadas com recursos federais para a segurança pública e defesa social, e ainda articular, propor, formular e executar políticas de segurança pública e defesa social.

2.2. Portanto, fica estabelecida a competência desta Diretoria para desenvolver e executar políticas de segurança pública, em conformidade com os objetivos da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, como previsto na Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Além disso, essa competência inclui também a gestão do Plano Nacional de Segurança Pública, criado pelo Decreto nº 10.822, de 28 de setembro de 2021, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

2.3. No contexto das ações propostas pela DSUSP, destacam-se algumas iniciativas que estão de acordo com as recomendações propostas ao Estado brasileiro, nos termos do Relatório de Mérito No. 101/23 (27903333). Sendo assim segue abaixo as informações solicitadas em cada dos quesistos mencionados no Despacho nº 6258 (27974239):

2.4. **i) reformar os protocolos e diretrizes das agências policiais locais, estaduais e federais, a fim de garantir que estejam conforme aos padrões internacionais sobre o uso da força;**

2.4.1. Algumas das iniciativas e projetos desenvolvidos na DSUSP relacionam-se diretamente com as recomendações estabelecidas no caso 13.754 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), referente ao caso "Edivaldo Barbosa de Andrade e outros vs. Brasil", especialmente no que tange ao item "i", que visa garantir que os protocolos e diretrizes das agências policiais locais, estaduais e federais estejam em conformidade com os padrões internacionais sobre o uso da força.

2.4.2. Uma das principais iniciativas nesse contexto é a Diretriz Nacional sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública, que busca elaborar propostas normativas para atualizar a Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010, e regulamentar a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014. Esta diretriz tem como objetivos reduzir os índices de letalidade policial, fortalecer a confiança da sociedade nas instituições de segurança pública, priorizar o uso de armas menos letais e técnicas de resolução pacífica de conflitos, garantir a transparência e o controle social sobre o uso da força, promover a formação continuada dos agentes de segurança pública sobre o uso da força e criar mecanismos de monitoramento e avaliação da efetividade das diretrizes.

2.4.3. Outra iniciativa importante é o Projeto Nacional de Câmeras Corporais, instituído em julho de 2023, que visa a expansão e qualificação do uso de câmeras corporais pelos profissionais de segurança pública. Os principais eixos do projeto envolvem a elaboração de diagnósticos sobre o uso de câmeras corporais, propostas de aperfeiçoamento legislativo e de diretrizes nacionais, normas técnicas, estratégias de treinamento e capacitação continuada, modelos de contratação de soluções tecnológicas, desenvolvimento de soluções para a custódia de evidências digitais e a avaliação de impacto da implementação das câmeras corporais.

2.4.4. No contexto do referido projeto, destaca-se a recente publicação da Portaria MJSP nº 648/2024, que estabelece a Diretriz Nacional sobre Câmeras Corporais em Segurança Pública, normativa que estimula o uso diferenciado da força, conforme os artigos descritos abaixo:

Art.3º São princípios da Diretriz:

> [...] III - uso diferenciado da força, observados os princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência, dentre outros;
>
> Art.6º Compete ao Ministério da Justi ça e Segurança Pública:
>
> [...] VI - elaborar e disponibilizar cadernos de diretrizes sobre procedimentos operacionais relacionados às câmeras corporais e ao uso diferenciado da força;
>
> [...] VIII - realizar e fomentar treinamentos sobre câmeras corporais e uso diferenciado da força;
>
> [...] XI - fomentar pesquisas e estudos, com ênfase na avaliação de impacto, sobre câmeras corporais e uso diferenciado da força; e
>
> Art.7º Compete aos órgãos de segurança pública:
>
> [...] IX - fomentar pesquisas e estudos, com ênfase na avaliação de impacto, sobre câmeras corporais e uso diferenciado da força.

2.4.5. Em resumo, as iniciativas descritas demonstram o comprometimento do Estado brasileiro em reformar os protocolos e diretrizes das agências policiais, alinhando-os aos padrões internacionais sobre o uso da força, conforme as recomendações da CIDH no caso de "Edivaldo Barbosa de Andrade e outros vs. Brasil".

2.5. **ii) estabelecer mecanismos adequados de responsabilização por violações cometidas por membros desses corpos de segurança contra civis, incluindo pessoas afrodescendentes e ocorridos em zonas de pobreza;**

2.5.1. No que tange à recomendação de estabelecer mecanismos adequados de responsabilização por violações cometidas por membros das forças de segurança contra civis, incluindo pessoas afrodescendentes e em zonas de pobreza, a DSUSP, por meio de seus projetos e iniciativas, apresenta ações que coadunam com a recomendação indicada.

2.5.2. Nesse sentido, destaca-se inicialmente a Diretriz Nacional sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública, este projeto visa elaborar propostas normativas para atualizar a Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010, e regulamentar a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, que trata do uso da força pelos agentes de segurança pública. Os resultados e ações previstos incluem a redução dos índices de letalidade policial, fortalecimento da confiança da sociedade nas instituições de segurança pública, priorização do uso de armas menos letais e técnicas de resolução pacífica de conflitos, garantia de transparência e controle social sobre o uso da força, promoção da formação continuada dos agentes de segurança pública sobre o uso da força e criação de mecanismos de monitoramento e avaliação da efetividade das diretrizes.

2.5.3. Além disso, o Projeto Nacional de Câmeras Corporais, instituído conforme a Portaria SENASP/MJSP 519/2023, visa a institucionalização de um conjunto de soluções técnicas, operacionais e normativas para aprimorar a prestação de serviços de segurança pública e a legitimidade das instituições. Os principais eixos do projeto envolvem a realização de avaliações quantitativas e qualitativas sobre os diferentes estágios de implementação do projeto, a consolidação e publicação de documentos contendo as Diretrizes Nacionais de Uso de Câmeras Corporais, a certificação dos equipamentos, a realização de cursos sobre a utilização dos equipamentos e gestão das evidências, a oferta de incentivos para a adesão ao projeto e o acompanhamento e avaliação de impacto dos resultados alcançados.

2.5.4. No âmbito do projeto, a Diretriz Nacional sobre Câmeras Corporais em segurança pública é um importante instrumento para garantir a responsabilização adequada dos agentes de segurança. De acordo com essa diretriz, compete aos órgãos de segurança pública adequar suas normas institucionais, inclusive disciplinares, à utilização das câmeras corporais, definindo as condutas inadequadas e respectivas sanções, conforme estabelecido no Art. 7º, inciso III:

> Art. 7º Compete aos órgãos de segurança pública:
>
> [...] III - adequar suas normas institucionais, inclusive disciplinares, à utilização das câmeras corporais, definindo as condutas inadequadas e respectivas sanções;

2.5.5. Outro dispositivo importante estabelecido na diretriz, no que se refere à responsabilização, é o Art. 10, § 3º, inciso III, que estabelece que a regulamentação a ser realizada pela instituição de segurança pública, quanto ao uso de câmeras corporais, deve atender à supervisão das condutas, incluindo o registro de retirada e devolução do equipamento, as hipóteses de não acionamento do equipamento, seu desligamento ou acionamento inadequado, bem como a interrupção da gravação, conforme descrito abaixo:

> Art. 10. A gravação das câmeras corporais ocorrerá, alternativa ou concomitantemente, segundo a regulamentação de cada órgão de segurança pública, admiti das as seguintes modalidades:
>
> [...] § 3º A regulamentação atenderá:
>
> [...] III - a supervisão das condutas, inclusive as relacionadas ao registro de retirada e devolução do equipamento e às hipóteses de não acionamento do equipamento, seu desligamento ou acionamento inadequado, bem assim a interrupção da gravação;

2.5.6. Os projetos e iniciativas desenvolvidos pela DSUSP, como a Diretriz Nacional sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública e o Projeto Nacional de Câmeras Corporais, são fundamentais para alinhar os protocolos e diretrizes das insituições de segurança pública aos padrões internacionais sobre o uso da força e para estabelecer mecanismos adequados de responsabilização por violações cometidas por membros das forças de segurança pública.

2.6. **iii) fortalecer a capacidade investigativa de casos de uso de força letal por parte de agentes da polícia militar, de modo que estejam conforme os padrões interamericanos sobre a matéria.**

2.6.1. Ante a recomendação de fortalecer a capacidade investigativa de casos de uso de força letal por parte de agentes da polícia militar, de modo que estejam em conformidade com os padrões interamericanos sobre a matéria, destaca-se, no âmbito da DSUSP, o Projeto de Incremento da Capacidade de Investigação de Homicídios pelas Unidades Especializadas. O objetivo principal desse projeto é aumentar a taxa de esclarecimento de homicídios em âmbito nacional, através da ação integrada dos poderes executivos federal, estadual e municipal, do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual, das organizações da sociedade civil, organizações não governamentais e da sociedade em geral. Este projeto visa implementar estratégias e abordagens para melhorar a capacidade das polícias civis na resolução de homicídios, contribuindo para a elucidação desses crimes.

2.6.2. Para fortalecer a capacidade investigativa, o projeto inclui a promoção de ações para o recrutamento e treinamento de profissionais qualificados, além de incentivar a melhoria das condições de trabalho e a retenção de talentos. A capacitação dos policiais será aprimorada com treinamentos atualizados nas áreas de investigação de homicídios, análise de dados, técnicas avançadas de investigação criminal e preservação do local do crime. A melhoria dos recursos tecnológicos também é um foco, fornecendo sistemas de informação, bancos de dados criminais integrados, análise de DNA, análise balística e outras ferramentas forenses.

2.6.3. Além disso, o projeto promove a cooperação entre diferentes agências de aplicação da lei, como polícia, ministério público, laboratórios forenses, institutos de criminalística e instituições de pesquisa. Outro aspecto importante é a análise e revisão de casos não resolvidos, identificando possíveis lacunas nas investigações e adotando medidas para reabrir investigações e revisar evidências. Isso pode envolver a criação de equipes de revisão de casos ou a formação de forças-tarefa. O projeto também estabelece parcerias com instituições públicas ou privadas para facilitar o andamento processual das investigações, como acesso a registros telefônicos e dados telemáticos, e obtenção de mandados de busca.

2.6.4. Para garantir o monitoramento e a avaliação das políticas implementadas, o projeto define uma Metodologia de Referência ou um Indicador Nacional. Além disso, realiza um Diagnóstico Nacional sobre os principais fatores que frustram o esclarecimento dos homicídios e estabelece uma estrutura de

governança capitaneada pela SENASP para integrar todas as unidades especializadas de investigação de homicídios e demais agências de aplicação da lei em âmbito nacional.

2.6.5. Essas ações conjuntas têm o potencial de melhorar significativamente as taxas de resolução de homicídios.

2.7. **Diante dos projetos e iniciativas apresentados, segue abaixo uma visão geral das ações descritas:**

2.8. **Iniciativa realcionada ao Desenvovimento da Diretriz Nacional sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública**

2.8.1. O presente projeto tem como escopo elaborar propostas normativas para a atualização da Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010; Regulamentar a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, que trata do uso da força pelos agentes de segurança pública.

2.8.2. Resultados e Ações:

I - Reduzir os índices de letalidade policial;

II - Fortalecer a confiança da sociedade nas instituições de segurança pública;

III - Priorizar o uso de armas menos letais e técnicas de resolução pacífica de conflitos;

IV - Garantir a transparência e o controle social sobre o uso da força;

V - Promover a formação continuada dos agentes de segurança pública sobre o uso da força;

VI - Criar mecanismos de monitoramento e avaliação da efetividade das diretrizes.

2.8.3. A execução efetiva deste projeto não apenas ajudará na redução dos incidentes de letalidade e na promoção da segurança, mas também contribuirá significativamente para uma mudança cultural nas práticas policiais, promovendo um ambiente mais seguro e justo para todos os cidadãos.

2.9. **Projeto Nacional de Câmeras Corporais:**

2.9.1. Em julho de 2023, foi instituído, sob a Portaria SENASP/MJSP 518, Grupo de Trabalho no âmbito da SENASP com o propósito de formular o Programa Nacional de Inovação Organizacional em Segurança Pública. Este programa visa melhorar os serviços prestados à sociedade, elevando a capacidade das instituições de segurança pública por meio de inovações tecnológicas e procedimentais. Os objetivos específicos do programa incluem, mas não se limitam a:

I - expansão e qualificação do uso câmeras corporais pelos profissionais de segurança pública;

II - padronização de procedimentos operacionais e elaboração de normas de referência do uso da força, cadernos de referência para atuação policial em situações de conflito e respectivos programas de treinamento; e

III - transformação digital das organizações de segurança pública por meio de mecanismos que favoreçam a prospecção e disseminação de tecnologias em segurança pública.

2.9.2. Adicionalmente, foi criado um Grupo Específico, conforme a Portaria SENASP/MJSP 519/2023, para institucionalizar o Projeto Nacional de Câmeras Corporais. Este projeto tem como finalidade disponibilizar um conjunto de soluções técnicas, operacionais e normativas para aprimorar a prestação de serviços de segurança pública e a legitimidade das instituições, através da utilização de câmeras corporais por profissionais de segurança em todo o país. Os objetivos específicos do Projeto Nacional de Câmeras Corporais incluem:

a) elaboração de diagnóstico sobre o contexto atual do uso de câmeras corporais nas instituições de segurança pública;

b) proposta de aperfeiçoamento legislativo e de diretriz nacional de uso de câmeras corporais na segurança pública;

c) proposta de cadernos de referência operacional para o uso de câmeras corporais na segurança pública;

d) proposta de norma técnica que estabeleça os requisitos mínimos de funcionalidade e de qualidade para contratação de solução de câmeras corporais para uso na segurança pública;

e) proposta estratégia de treinamento e capacitação continuada;

f) proposta de modelo de contratação de soluções tecnológicas de registro audiovisual e de equipamentos de menor potencial ofensivo;

g) proposta de fomento ao desenvolvimento de solução para a custódia de evidências digitais; e

h) proposta de avaliação de impacto da implementação das câmeras corporais.

2.9.3. Os eixos principais do Projeto Nacional de Câmeras Corporais são:

a) Diagnóstico: envolve a realização de avaliação quantitativa e qualitativa sobre os diferentes estágios de implementação do projeto, contemplando: percepções de dirigentes e dos profissionais da ponta dos serviços.

b) Amparo Legal e Diretrizes de Atuação: consolidação e publicação de documento contendo as Diretrizes Nacionais de Uso de Câmeras Corporais pelas instituições de segurança pública no país.

c) Certificação dos equipamentos: serão publicadas as normas de ensaio e de certificação das câmeras e dos softwares dedicados à gestão de evidências digitais.

d) Treinamento: realização de cursos básicos e avançados sobre a utilização dos equipamentos, a operação dos sistemas e gestão das evidências.

e) Aquisições: oferta de incentivos para a adesão ao Projeto Nacional de Câmeras Corporais para aquisição de equipamentos de gravação e tratamento das imagens, além de equipamentos de menos potencial ofensivo e simuladores de uso da força.

f) Avaliação de impacto: acompanhamento da implementação do projeto e a avaliação de impacto dos resultados alcançados.

2.9.4. A execução do referido projeto representará um avanço significativo na modernização e na capacidade operacional das Instituições de Segurança Pública no Brasil, refletindo-se diretamente em uma segurança pública mais eficiente e alinhada com os padrões internacionais de direitos humanos e boas práticas.

2.10. **Projeto de Incremento da Capacidade de Investigação de Homicídios pelas Unidades Especializadas**

2.10.1. O Projeto de Aprimoramentop da Investigação de Homicídios pelas Unidades Especializadas, tem como objetivo realizar o incremento da capacidade de investigação de homicídios pelas unidades especializadas, com o objetivo de aumentar a taxa de esclarecimento de homicídios em âmbito nacional, contando, para sua execução, com a ação integrada dos poderes executivos federal, estadual, municipal, do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual, bem como das organizações da sociedade civil (OSC), organizações não governamentais e da sociedade em geral.

2.10.2. O desenho do projeto objetiva a implementação de estratégias e abordagens para melhoria da capacidade das polícias civis na resolução dos casos de homicídios, contribuindo principalmente para o aumento da taxa de elucidação de tais crimes. A implementação de um projeto

para aumento da elucidação de homicídios, em âmbito nacional, por parte da SENASP, promoverá a articulação interfederativa e o compromisso contínuo dos entes federados e recursos adequados, além de possibilitar a colaboração entre diferentes partes interessadas, incluindo o governo, a polícia, o sistema judicial e a comunidade em geral.

2.10.3. As estratégias adotadas no projeto são elencadas abaixo:

I - Promoção de ações para recrutamento e treinamento de profissionais qualificados, bem como incentivo à melhoria das condições de trabalho e incentivos que promovam a retenção de talentos;

II - Melhoria da capacitação - proporcionar treinamento atualizado para os policiais, especialmente nas áreas de investigação de homicídios, análise de dados e técnicas avançadas de investigação criminal, preservação de local de crime;

III - Melhoria dos recursos tecnológicos - fornecimento de recursos tecnológicos adequados, como sistemas de informação, bancos de dados criminais integrados, análise de DNA, análise balística e outras ferramentas forenses;

IV - Promoção da cooperação entre agências - promoção da cooperação entre diferentes agências de aplicação da lei, como polícia, ministério público, laboratórios forenses, institutos de criminalística e instituições de pesquisa;

V - Engajamento da sociedade/comunidade: estabelecimento de canais de comunicação efetivos entre a polícia e a comunidade, encorajando a participação dos cidadãos na resolução de crimes. Isso pode envolver programas de conscientização, recompensas por informações úteis, linhas diretas para denúncias anônimas e parcerias com líderes comunitários;

VI - Análise e revisão de casos não resolvidos: realização de uma análise minuciosa de casos não resolvidos, identificando possíveis lacunas na investigação e adotando medidas para reabrir investigações e revisar evidências. Isso pode envolver a criação de equipes de revisão de casos ou a formação de forças tarefas;

VII - Estabelecimento de parcerias com instituições, públicas ou privadas, de modo a facilitar o andamento processual das investigações como, por exemplo, no acesso a registros telefônicos e dados telemáticos, facilitação da obtenção de mandados de busca, entre outros;

VIII - Definição de Metodologia de Referência ou de um Indicador Nacional que permita o monitoramento e avaliação das políticas implementadas;

IX - Diagnóstico Nacional sobre os principais fatores que frustram o esclarecimento dos homicídios; e

X - Estabelecimento de uma estrutura de governança capitaneada pela SENASP que permita a integração em âmbito nacional de todas as unidades especializadas de investigação de homicídios e com as demais agências de aplicação da lei.

2.11. Essas ações conjuntas têm o potencial não apenas de melhorar as taxas de resolução de homicídios, mas também de restaurar a confiança pública nas capacidades das forças de segurança e no sistema de justiça como um todo.

## 3. CONCLUSÃO

3.1. Diante das informações apresentadas, encaminha-se o presente documento para apreciação superior.

Atenciosamente,

**SERGIO DOMINGOS DA CUNHA BONATO JÚNIOR**
Servidor Mobilizado
CPSP/CGSUSP/DSUSP/SENASP/MJSP

**DIEGO REMOR MOREIRA FRANCISCO**
Servidor Mobilizado - Revisor
CPSP/CGSUSP/DSUSP/SENASP/MJSP

De acordo,

Encaminhe-se à DSUSP para análise e considerações.

**MÁRCIO JÚLIO DA SILVA MATTOS**
Coordenador-Geral de Governança e Gestão do Sistema Único de Segurança Pública
CGSUSP/DSUSP/SENASP/MJSP

De acordo, encaminhe-se ao Gabinete SENASP para análise.

**ISABEL SEIXAS DE FIGUEIREDO**
Diretora do Sistema Único de Segurança Pública

Documento assinado eletronicamente por **MARCIO JULIO DA SILVA MATTOS**, **Coordenador(a)-Geral de Governança e Gestão do Sistema Único de Segurança Pública**, em 06/06/2024, às 18:16, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Diego Remor Moreira Francisco**, **Servidor(a) Mobilizado(a)**, em 07/06/2024, às 10:34, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **SERGIO DOMINGOS DA CUNHA BONATO JUNIOR**, **Servidor(a) Mobilizado(a)**, em 10/06/2024, às 09:43, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **ISABEL SEIXAS DE FIGUEIREDO**, **Diretor(a) do Sistema Único de Segurança Pública**, em 10/06/2024, às 11:54, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.autentica.mj.gov.br informando o código verificador **28023231** e o código CRC **E1611BC3**
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

# ANEXO 14

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

# PORTARIA DO MINISTRO Nº 648/2024

Estabelece diretrizes sobre o uso de câmeras corporais pelos órgãos de segurança pública.

**O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único, do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º, 7º e 9º da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, combinados com os incisos XVII e XVIII do art. 35 da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, resolve:

## CAPÍTULO I

## DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta portaria estabelece as diretrizes sobre o uso de câmeras corporais pelos integrantes dos seguintes órgãos de segurança pública:

I - Polícia Federal;

II - Polícia Rodoviária Federal;

III - Polícia Penal Federal;

IV - Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal;

V - Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal;

VI - Polícias Civis dos Estados e do Distrito Federal;

VII - Polícias Penais dos Estados e do Distrito Federal;

VIII - Peritos de Natureza Criminal dos Estados e do Distrito Federal; e

IX - Guardas Municipais.

Parágrafo único. Esta portaria aplica-se também à Força Nacional de Segurança Pública e à Força Penal Nacional.

Art. 2º O repasse de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Fundo Penitenciário Nacional para a implementação ou a ampliação de projetos de câmeras corporais para os órgãos de segurança pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios está condicionado à observância das diretrizes estabelecidas nesta portaria.

Art. 3º As presentes diretrizes são norteadas pelos seguintes valores:

I - respeito aos direitos e garantias fundamentais;

II - promoção da cidadania e da dignidade da pessoa humana;

III - proteção, valorização e reconhecimento dos profissionais de segurança pública;

IV - uso diferenciado da força, observados os princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade e moderação;

V - respeito à privacidade e integridade pessoal dos profissionais de segurança pública e da população em geral;

VI - articulação interfederativa e interagências;

VII - transparência, responsabilidade e prestação de contas; e

VIII - simplicidade, economia procedimental e celeridade na execução dos serviços.

Art. 4º São objetivos destas diretrizes:

I - qualificar a atuação dos profissionais de segurança pública;

II - incrementar a proteção dos direitos e garantias dos profissionais de segurança pública e dos cidadãos;

III - estimular a profissionalização dos órgãos de segurança pública;

IV - fomentar processos de inovação e modernização das ações de segurança pública;

V - padronizar procedimentos de atuação dos profissionais de segurança pública quanto ao uso de câmeras corporais e à gestão dos registros audiovisuais;

VI - qualificar a produção de provas materiais, resguardando a cadeia de custódia a partir de registros audiovisuais;

VII - incentivar a utilização de registros audiovisuais para o treinamento e aperfeiçoamento técnico dos profissionais de segurança pública;

VIII - promover estudos científicos e técnicos para proposição, aperfeiçoamento e avaliação de políticas públicas de segurança;

IX - assegurar a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações coletadas pelos sistemas de registros audiovisuais;

X - estabelecer mecanismos de supervisão e avaliação dos projetos de câmeras corporais; e

XI - encorajar a adoção de estratégias de transparência ativa e participação social.

Art. 5º Para os fins desta portaria, considera-se:

I - câmera corporal: o dispositivo portátil que capta registros audiovisuais das interações com o ambiente e com outras pessoas e que se acoplam aos uniformes dos profissionais de segurança pública;

II - autenticidade: a garantia de que as informações são genuínas e confiáveis e que foram criadas, modificadas ou transmitidas por uma fonte confiável e que não foram corrompidas durante o processo;

III - disponibilidade: a capacidade de acessar e utilizar os dados ou sistemas quando necessário, preservada a cadeia de custódia;

IV - gravação de pré-evento (**buffer**): o recurso que possibilita a gravação temporária do registro audiovisual por um período pré-determinado, antes que ocorra um evento ou ação específica;

V - **hash**: a função responsável por converter dados de entrada de comprimento variável em uma saída de comprimento fixo;

VI - informação: os dados processados que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

VII - integridade: a qualidade da informação que não foi modificada, quanto à origem, ao trânsito e ao destino;

VIII - **log**: o registro informacional cronológico de todos os eventos ou atividades que ocorrem em um sistema, aplicativo ou ambiente específico;

IX - metadados: o conjunto de dados que descrevem e disponibilizam informações sobre outros dados;

X - registro audiovisual: a informação ou os dados audiovisuais que podem ser usados para comprovar ou refutar um fato, evento, ação, transação, atividade criminosa, ou qualquer outra circunstância em um contexto legal, investigativo, regulatório ou de conformidade; e

XI - sistema de gestão das gravações: o conjunto de ferramentas e processos usados para acessar, armazenar, autenticar, gerenciar e preservar registros audiovisuais de forma segura e confiável, garantindo sua integridade, autenticidade e confidencialidade.

## CAPÍTULO II

## DAS OBRIGAÇÕES

Art. 6º Compete ao Ministério da Justiça e Segurança Pública:

I - financiar, de acordo com as disponibilidades orçamentárias, projetos de câmeras corporais que atendam as presentes diretrizes;

II - implementar, monitorar e avaliar projetos de câmeras corporais que contemplem a padronização de procedimentos, o treinamento de pessoal e a avaliação de resultados, dentre outros aspectos;

III - ofertar consultoria técnica para a elaboração de projetos de câmeras corporais dos órgãos de segurança pública;

IV - elaborar guias de referência para subsidiar a compreensão dos órgãos de segurança pública quanto às presentes diretrizes e aos demais temas pertinentes;

V - desenvolver normas técnicas especificando requisitos de segurança cibernética, física e operacional, bem como padrões de coleta, transmissão e armazenamento audiovisual;

VI - produzir instruções complementares sobre os procedimentos operacionais relacionados às câmeras corporais e ao uso diferenciado da força;

VII - disponibilizar atas de registro de preços de câmeras corporais, como também de equipamentos de menor potencial ofensivo para eventual adesão dos órgãos de segurança pública;

VIII - realizar treinamentos sobre câmeras corporais e estimular o uso diferenciado da força;

IX - incentivar ações de conscientização, discussão e integração dos órgãos de segurança pública com a sociedade civil sobre o uso das câmeras corporais;

X - promover a difusão e o intercâmbio de boas práticas sobre o uso das câmeras corporais;

XI - fomentar pesquisas e estudos sobre a avaliação dos resultados do emprego das câmeras corporais e do uso diferenciado da força; e

XII - estimular a participação social na formulação e no monitoramento dos projetos de câmeras corporais.

Art. 7º Compete aos órgãos de segurança pública:

I - manter estrutura administrativa para a gestão, o acesso e a disponibilização dos registros audiovisuais das câmeras corporais, com a designação de autoridade responsável;

II - implementar, monitorar e avaliar projetos de câmeras corporais que contemplem a padronização de procedimentos, o treinamento de pessoal e a avaliação de resultados, dentre outros aspectos;

III - adequar suas normas institucionais, inclusive disciplinares, à utilização das câmeras corporais, definindo as condutas inadequadas e respectivas sanções;

IV - estabelecer mecanismos para a comunicação de problemas relacionados ao funcionamento e ao uso de câmeras corporais;

V - adquirir câmeras corporais com recursos próprios, em conformidade com suas disponibilidades orçamentárias, ou com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Fundo Penitenciário Nacional, caso disponíveis;

VI - priorizar o emprego de instrumentos de menor potencial ofensivo por parte dos integrantes dos órgãos de segurança pública que utilizarem câmeras corporais, em consonância com o disposto na Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, e na Portaria Interministerial MJ/SDH nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010;

VII - disponibilizar equipamentos de proteção individual em quantidade suficiente e qualidade adequada aos integrantes dos órgãos de segurança pública;

VIII - oferecer formação e capacitação continuada para o uso de câmeras corporais;

IX - desenvolver pesquisas e estudos sobre a avaliação dos resultados do emprego das câmeras corporais e do uso diferenciado da força; e

X - atualizar as matrizes curriculares de formação e capacitação continuada para a inclusão de conteúdos específicos relacionados ao uso de câmeras corporais.

## CAPÍTULO III

## DA UTILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

Art. 8º Os profissionais de segurança pública em serviço deverão utilizar as câmeras corporais, pelo menos, nas seguintes circunstâncias:

I - no atendimento de ocorrências;

II - nas atividades que demandem atuação ostensiva, seja ordinária, extraordinária ou especializada;

III - na identificação e checagem de bens;

IV - durante buscas pessoais, veiculares ou domiciliares;

V - ao longo de ações operacionais, inclusive aquelas que envolvam manifestações, controle de distúrbios civis, interdições ou reintegrações possessórias;

VI - no cumprimento de determinações de autoridades policiais ou judiciárias e de mandados judiciais;

VII - nas perícias externas;

VIII - nas atividades de fiscalização e vistoria técnica;

IX - nas ações de busca, salvamento e resgate;

X - nas escoltas de custodiados;

XI - em todas as interações entre policiais e custodiados, dentro ou fora do ambiente prisional;

XII - durante as rotinas carcerárias, inclusive no atendimento aos visitantes e advogados;

XIII - nas intervenções e resolução de crises, motins e rebeliões no sistema prisional;

XIV - nas situações de oposição à atuação policial, de potencial confronto ou de uso de força física;

XV - nos sinistros de trânsito; e

XVI - no patrulhamento preventivo e ostensivo ou na execução de diligências de rotina em que ocorram ou possam ocorrer prisões, atos de violência, lesões corporais ou mortes.

§ 1º Os órgãos de segurança pública regulamentarão o uso de câmeras corporais em consonância com o disposto nesta portaria.

§ 2º O uso de câmeras corporais nas atividades de inteligência e nas investigações que possam ter sua eficiência prejudicada será objeto de regulamentação específica pelos órgãos de segurança pública.

§ 3º A regulamentação do uso de câmeras corporais pelos órgãos de segurança pública deverá estabelecer uma ordem de prioridade caso o número de equipamentos disponíveis não atenda à totalidade dos profissionais em serviço.

§ 4º Serão objeto de regulamentação pelos órgãos de segurança pública a classificação e o armazenamento dos registros audiovisuais a partir das hipóteses previstas neste artigo.

Art. 9º Os órgãos de segurança pública desenvolverão procedimentos para assegurar o funcionamento e a correta utilização das câmeras corporais, de modo a garantir que o equipamento esteja sempre disponível e em plena condição de uso.

§ 1º É obrigatória a identificação das câmeras corporais, bem como dos registros audiovisuais decorrentes de seu emprego, por meio de numeração única que possibilite a identificação dos profissionais de segurança pública que as utilizem.

§ 2º Sempre que tecnicamente viável, deve ser possível a localização, em tempo real, das câmeras corporais.

## CAPÍTULO IV

## DOS PROCEDIMENTOS

Art. 10. A gravação das câmeras corporais ocorrerá, alternativa ou concomitantemente, segundo a regulamentação de cada órgão de segurança pública, admitidas as seguintes modalidades:

I - por acionamento automático, quando:

a) a gravação é iniciada desde a retirada do equipamento da base até a sua devolução, registrando todo o turno de serviço; ou

b) a gravação é configurada para responder a determinadas ações, eventos, sinais específicos ou geolocalização;

II - por acionamento remoto: quando a gravação é iniciada, de forma ocasional, por meio do sistema, após decisão da autoridade competente ou se determinada situação exigir o procedimento; ou

III - por acionamento dos próprios integrantes dos órgãos de segurança pública para preservar sua intimidade ou privacidade durante as pausas e os intervalos de trabalho.

§ 1º Independentemente do modo de acionamento, todas as situações previstas no art. 8º desta portaria deverão ser gravadas, especialmente quando ocorrer a hipótese do inciso III, do **caput** deste artigo.

§ 2º Os órgãos de segurança pública deverão adotar, preferencialmente, o modo de gravação a que se refere a alínea “a” do inciso I do **caput** deste artigo.

§ 3º A regulamentação atenderá:

I - as peculiaridades jurídicas e institucionais das ações gravadas;

II - as situações em que será obrigatória a gravação integral das ações ou apenas a dos fatos de interesse;

III - a supervisão das condutas, inclusive as relacionadas ao registro de retirada e devolução do equipamento e às hipóteses de não acionamento do equipamento, seu desligamento ou acionamento inadequado, bem assim a interrupção da gravação;

IV - o prazo de preservação dos registros, com a especificação dos responsáveis por essa atividade e respectivas atribuições;

V - a possibilidade de utilização de gravação de pré-evento (**buffer**);

VI - as normas técnicas de certificação das câmeras corporais produzidas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública; e

VII - a garantia da intimidade e da privacidade do profissional de segurança pública durante as pausas e os intervalos de trabalho, observado o disposto no art. 8º desta portaria.

§ 4º A restrição ou vedação do uso de câmeras corporais somente poderão ocorrer em situações excepcionais, devidamente fundamentadas.

§ 5º As políticas, diretrizes e procedimentos operacionais relacionados às câmeras corporais deverão ser publicadas e facilmente acessíveis em meio digital.

## CAPÍTULO V

## DA INTEGRIDADE DOS REGISTROS AUDIOVISUAIS

Art. 11. O sistema de gestão das gravações deverá assegurar a validação da entrada e a saída dos dados no sistema, de maneira a garantir o processamento correto e apropriado do conteúdo armazenado, preservando a rastreabilidade e a custódia dos registros audiovisuais.

§ 1º O rastreamento dos registros audiovisuais inclui a função **hash**, os registros de eventos, a marca d'água, o georreferenciamento, a data, a hora e a identificação do operador e do equipamento.

§ 2º O sistema de gestão das gravações deverá ser auditável, incluindo ferramentas de identificação dos acessos, das consultas e de outras formas de tratamento dos registros audiovisuais.

§ 3º A identificação do usuário e da respectiva câmera corporal em arquivos específicos será assegurada pelo sistema de gestão das gravações.

Art. 12. Os arquivos originalmente produzidos pelas câmeras corporais não poderão sofrer modificações, devendo ser preservadas a sua integridade e rastreabilidade.

§ 1º Sem prejuízo da integridade dos arquivos originais, os órgãos de segurança pública, quando cabível ou necessário, deverão regulamentar a divulgação e o compartilhamento de cópias dos registros audiovisuais com a ocultação de:

I - sinais de identificação de terceiros não envolvidos na ocorrência;

II - cenas de nudez explícita;

III - situações que atentem contra o direito à intimidade e à privacidade dos profissionais de segurança pública; e

IV - outras situações que demandem a proteção de direitos fundamentais.

§ 2º Nas hipóteses previstas nos incisos do § 1º deste artigo, serão preservados os registros audiovisuais originais em cópias separadas, acessíveis por determinação das autoridades competentes.

§ 3º Mediante requisição das autoridades de que trata o inciso I do art. 19, os registros audiovisuais deverão ser disponibilizados em formato original.

Art. 13. A regulamentação do uso de câmeras corporais pelos órgãos de segurança pública deverá garantir a proteção da cadeia de custódia dos vestígios, indícios e evidências fáticas, na forma prevista no Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).

## CAPÍTULO VI

## DO ARMAZENAMENTO DOS REGISTROS AUDIOVISUAIS

Art. 14. O armazenamento dos registros audiovisuais das câmeras corporais deverá respeitar os requisitos mínimos de segurança da informação para utilização de soluções de computação em nuvem estabelecidos pela Instrução Normativa nº 5, de 30 de agosto de 2021, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Art. 15. Os registros audiovisuais das câmeras corporais deverão ser armazenados por no mínimo noventa dias.

§ 1º Os registros audiovisuais serão armazenados por um ano, no mínimo, quando forem:

I - vinculados a conjunto probatório que acompanhe inquérito policial, processo judicial, procedimento ou processo administrativo disciplinar;

II - classificados como de interesse da segurança pública;

III - relacionados a ocorrências com resultado morte e lesão corporal grave;

IV - referentes a manifestações, controle de distúrbio civil, interdições ou reintegrações de posse ou contenção de tumultos e rebeliões;

V - associados a prisões, disparos de arma de fogo ou ingressos em domicílio; ou

VI - requisitados pelas autoridades elencadas no inciso I do art. 19.

§ 2º Os órgãos de segurança pública poderão dispor sobre outros prazos ou circunstâncias de armazenamento dos registros audiovisuais, observados os prazos mínimos previstos nesta portaria.

Art. 16. Os prazos de armazenamento de dados previstos no art. 15 poderão ser prorrogados mediante decisão judicial ou administrativa.

Art. 17. O descarte de registros audiovisuais, mesmo que automatizado pelos sistemas de armazenamento, deverá ser rastreável, sendo obrigatória a manutenção dos **logs**, metadados e marcas de vinculação.

## CAPÍTULO VII

## DO ACESSO AOS REGISTROS AUDIOVISUAIS

Art. 18. O acesso aos registros audiovisuais das câmeras corporais será feito em conformidade com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 19. Os órgãos de segurança pública deverão regulamentar o acesso aos registros audiovisuais das câmeras corporais:

I - mediante requisição de magistrados, de membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, de autoridades policiais ou administrativas responsáveis por investigações formalmente instauradas; e

II - por meio de requerimento de advogados regularmente constituídos de vítimas, acusados ou investigados.

§ 1º A regulamentação de que trata o **caput** deverá prever o acesso às informações através de aplicações e sistemas dedicados a esta finalidade, que contemplará os protocolos de segurança cabíveis.

§ 2º Caso inexistente a regulamentação de que trata o **caput,** os órgãos de segurança pública deverão fornecer as informações requisitadas ou requeridas em prazo não superior a vinte dias, prorrogáveis, de forma justificada, por mais dez dias.

§ 3º A utilização dos registros audiovisuais deverá observar a finalidade do acesso requisitado ou requerido, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa do requisitante ou requerente, na forma da lei.

§ 4º Os órgãos de segurança pública deverão disponibilizar o acesso aos registros audiovisuais em tempo real às instituições do sistema de justiça criminal.

Art. 20. Os integrantes dos órgãos de segurança pública poderão solicitar o acesso dos registros audiovisuais das câmeras corporais quando tiverem participado dos fatos registrados.

Art. 21. Sem prejuízo do disposto do art. 12 desta portaria, a divulgação e o compartilhamento de registros audiovisuais não poderão comprometer:

I - o direito de imagem dos envolvidos, particularmente em situações que lhes causem constrangimento ou os submetam a situações vexatórias;

II - exames periciais em curso;

III - o sigilo de inquéritos, procedimentos ou processos administrativos ou judiciais sigilosos, inclusive os que tramitam na esfera policial;

IV - a proteção de crianças ou adolescentes envolvidos em atos infracionais; e

V - as regras de ética em pesquisa, desenvolvimento, inovação, tecnologia e aperfeiçoamento profissional.

## CAPÍTULO VIII

## DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. Aplica-se o disposto nesta portaria, quando tecnicamente viável, às câmeras veiculares empregadas pelos órgãos de segurança pública.

Art. 23. Os casos omissos serão resolvidos pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

Art. 24. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO LEWANDOWSKI

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Lewandowski**, **Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 28/05/2024, às 11:42, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.autentica.mj.gov.br informando o código verificador **27483737** e o código CRC **0099E3D9**
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

# ANEXO 15

# Edital N° 30/2024: Seleção de propostas para Implementação e Ampliação de Câmeras Corporais.

Publicado em 19/11/2024 18h42 Atualizado em 13/12/2024 12h01






Reunião de Alinhamento do Edital N 30/2024 Câmeras Corporais

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), lança o **Edital N° 30/2024**, que destina **R$ 102 milhões** para a aquisição de câmeras corporais e infraestrutura associada, com o objetivo de promover maior transparência, eficiência e modernização na atuação das Polícias Militares dos estados e do Distrito Federal.

**1. Objetivos do Edital**

**1.1** O edital tem como propósito:

- Selecionar propostas de convênio com o objetivo de implementar ou ampliar projetos de câmeras corporais nas Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal.
- Estimular a adoção de câmeras corporais, com ênfase na melhoria dos serviços e no fortalecimento da confiança pública nas instituições de segurança.

**2. Público-Alvo**

**2.1** Podem participar do edital:

- **Polícias Militares dos estados e do Distrito Federal.**
- Governos estaduais ou Secretarias de Segurança Pública, desde que representem oficialmente a Polícia Militar vinculada e atendam aos requisitos estabelecidos

3. Destaques do Edital

**3.1 Recursos Disponíveis**: R$ 102.816.000,00.
**3.2 Prazo de Duração dos Convênios**: Até 24 meses.
**3.3 Forma de Submissão**: Propostas devem ser cadastradas e enviadas pela plataforma **Transferegov.br** até o dia 28/11/2024.
**3.4 Critérios de Elegibilidade**:

- Proponentes devem apresentar **alinhamento às diretrizes federais** para o uso de câmeras corporais, conforme a **Portaria MJSP Nº 648/2024** e a **Norma Técnica SENASP Nº 14/2024**.
- Contrapartida financeira mínima de:

1. 1% para estados da Sudene, Sudam ou Sudeco.
2. 2% para os demais estados.

4. Critérios de Distribuição dos Recursos

**4.1** Os recursos serão alocados conforme o efetivo policial de cada estado, priorizando as unidades operacionais de maior demanda e necessidade:

| Cenário e UF | *Efetivo Policial | Quantidade de Câmeras | Faixa de Investimento (R$) |
|---|---|---|---|
| 1: SP, RJ, MG e BA. | Superior a 20.000 | Até 2.100 | 11.424.000,00 até 34.272.000,00 |
| 2: CE, RS, PE, PA e PR. | Entre 15.000 e 20.000 | Até 1.500 | 8.160.000,00 até 24.480.000,00 |
| 3: MA, GO, DF e SC. | Entre 9.000 e 15.000 | Até 1.000 | 5.440.000,00 até 16.320.000,00 |
| 4: PB, RN, AM e ES | Entre 7.000 e 9.000 | Até 800 | 4.352.000,00 até 13.056.000,00 |
| 5: AL, MT, SE, PI e MS. | Entre 5.000 e 7.000 | Até 600 | 3.264.000,00 até 9.792.000,00 |
| 6: RO, TO, AP, AC e RR. | Menor que 5.000 | Até 300 | 1.632.000,00 até 4.896.000,00 |

*Fonte: Pesquisa Perfil do Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2022.

5. Requisitos para Submissão de Propostas

**5.1** Os proponentes devem enviar propostas detalhadas que incluam:

- **Justificativa Técnica**: Relacionando a proposta aos objetivos do projeto nacional e às necessidades locais.
- **Proposta de Implementação ou ampliação**: Incluindo o público-alvo, áreas de atuação e estimativa de recursos necessários.
- **Metas e Resultados Esperados**: Indicadores de impacto e melhoria na atuação da instituição..
- **Distribuição Planejada**: Quantidade de câmeras por unidade, priorizando unidades policiais com elevado índice de interação com a sociedade.

6. Cronograma

| Etapa | Prazos |
|---|---|
| Publicação do Edital no Diário Oficial da União | 14/11/2024 |
| Prazo para submissão de propostas na Plataforma Transferegov.br | Até 28/11/2024 |

| Etapa | Prazos |
|---|---|
| Seleção das propostas submetidas | Até 03/12/2024 |
| Publicação do resultado da seleção | Até 05/12/2024 |
| Interposição de recursos para seleção | Até 07/12/2024 |
| Análise e Diligências | Até 15/01/2024 |

**7. Documentos Importantes**

- **Edital N° 30/2024:** Seleção de propostas para implementação ou ampliação de câmeras corporais pelas polícias militares.
- **Errata Edital nº 33**: promover ajustes no Edital n.º 30/2024, relacionado a cronograma e modelo de proposta.
- **Portaria MJSP Nº 648/2024:** Estabelece diretrizes sobre o uso de câmeras corporais pelos órgãos de segurança pública.
- **Norma Técnica SENASP Nº 14/2024:** Estabelece os requisitos mínimos de qualidade e desempenho aplicáveis ao fornecimento desse item para a atividade profissional de segurança pública, de forma a garantir a segurança, a eficiência e a confiabilidade desse produto.

**8. Contato**

**8.1** Para mais informações, entre em contato com:
**Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp)**
E-mail: cameras.corporais@mj.gov.br
Telefone: (61) 2025-3110
EDITAL Nº 30/2024 - Clique aqui!
Alteração do Edital N.º 30/2024 - EDITAL Nº33/2024 - Clique aqui!
Alteração do Edital N.º 30/2024 - EDITAL Nº36/2024 - Clique aqui!
Errata do Edital n° 30/024: Edital n° 37/2024 - Prorrogação prazo submissão de propostas.

.

PERGUNTAS FREQUENTES SOBRE O EDITAL Nº 30/2024

**1. Qual é o objeto do Edital Nº 30/2024?**

O objeto do edital é a implementação ou ampliação de projetos de câmeras corporais nas Polícias Militares dos estados e do Distrito Federal.

- Implementação: Para instituições que ainda não possuem câmeras corporais ou que estão introduzindo o equipamento em um novo contexto, como unidades operacionais específicas.
- Ampliação: Destinado a instituições que já utilizam câmeras corporais e desejam expandir o uso para novos locais ou ampliar a escala em unidades já atendidas.

A proposta a ser realizada deve deixar evidente se é uma proposta de implementação ou de ampliação.

**2. Se minha instituição já possui um projeto de câmeras corporais em operação, é possível participar do Edital nº 30/2024 na categoria de ampliação?**

Sim, sua instituição pode participar na categoria de ampliação do uso de câmeras corporais, desde que a proposta demonstre claramente a expansão do projeto já existente. É importante observar na Caracterização da Ampliação:

- O recurso do edital deve ser utilizado exclusivamente para a ampliação do uso, como o aumento do número de unidades atendidas, a inclusão de novas áreas operacionais ou a expansão geográfica do projeto.
- O edital não permite o uso dos recursos para manutenção da solução de câmeras corporais já em operação.
- A proposta deve evidenciar o impacto da ampliação, detalhando as novas unidades ou áreas que passarão a utilizar as câmeras corporais.

**3. Qual é o objeto principal para a contratação do recurso do Edital que significa?**

O objeto principal do Edital não se limita à aquisição dos equipamentos de câmeras corporais. Ele visa a contratação de uma solução de câmeras corporais, que atenda aos requisitos técnicos e operacionais necessários para o uso eficiente da tecnologia. Essa solução, conforme definido no Art. 5º, inciso XI, da Portaria MJSP Nº 648/2024 e na Norma Técnica SENASP Nº 014/2024, deve incluir:

- Dispositivos de registro audiovisual (as câmeras).
- Softwares de gestão, com funcionalidades como armazenamento, transmissão e análise de dados.
- Equipamentos acessórios, como sistemas de carregamento e dispositivos de transmissão de dados.

Por fim, é essencial que a proposta e o termo de referência identifiquem claramente os cenários de implantação previstos no **item 5.1 da Norma Técnica SENASP nº 14/2024** que o proponente pretende contratar.

**4. Quem pode participar do edital?**

Os seguintes proponentes são elegíveis:

- Estados e o Distrito Federal, representados por suas respectivas Secretarias de Segurança Pública ou congêneres.
- Polícias Militares, desde que apresentem delegação de competência ou interveniência do ente federado.

Conforme o item 3.1.3 do edital, o CNPJ informado na proposta deve ser o da matriz do proponente.

**5. Existe necessidade de contrapartida financeira?**

Sim. O edital exige contrapartida financeira mínima por parte dos proponentes:

- 0,1% do valor total do convênio: estados inseridos nas áreas da Sudene, Sudam ou Sudeco.
- 2% do valor total do convênio: os demais estados.

Essa contrapartida é essencial para complementar o financiamento fornecido pela União.

**6. Quantas instituições poderão ser beneficiadas e qual é o valor disponível no edital?**

O edital prevê que as 27 Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal serão distribuídas em 06 cenários de implementação, definidos com base no efetivo de cada instituição, conforme informações coletadas na Pesquisa Perfil das Instituições do Ministério da Justiça e Segurança Pública de 2022.

**Distribuição e Seleção:**

As instituições concorrem dentro de cada cenário, sendo que 06 propostas serão contempladas, uma em cada cenário, conforme os critérios de seleção estabelecidos no edital.

**Valor Total Disponível:**

O valor total disponível no edital é de R$ 102.816.000,00, que será distribuído entre as propostas selecionadas. Os recursos seguem as faixas de valores estabelecidas para cada cenário, conforme indicado na Tabela 01 do Item 4.3 do Edital, variando entre R$ 1.632.000,00 e R$ 34.272.000,00, dependendo do porte e das necessidades da instituição.

**7. Qual é o principal valor de referência para a elaboração da proposta?**

De acordo com o Edital nº 30/2024, o quantitativo de câmeras informado na Tabela 01 não é taxativo, mas sim um valor referencial, destinado a orientar as instituições na elaboração de suas propostas. O principal valor de referência para a proposta deve ser o montante de recurso disponível para o cenário ao qual a instituição pertence, conforme definido na Tabela 01 do Edital.

**8. Qual é a duração dos convênios?**

Os convênios celebrados terão uma duração máxima de 24 meses, englobando tanto a fase interna de contratação quanto a execução integral do projeto.

**9. Como e onde as propostas devem ser submetidas?**

As propostas devel

 10005.

Os proponentes devem seguir o modelo e os requisitos estabelecidos no edital e garantir que a proposta seja submetida dentro do prazo previsto no cronograma.

**10. Como deve ser elaborada e enviada a proposta para o Edital?**

As propostas devem ser elaboradas de acordo com os modelos e orientações disponíveis nos anexos do edital (I e IV), observando os seguintes pontos:

**Envio e Cadastro:**

- As propostas devem ser cadastradas e enviadas para análise exclusivamente por meio da Plataforma Transferegov.br, no programa 3000020240005, dentro do prazo estabelecido no item 10 do cronograma.
- É possível retificar a proposta enviada até a data limite de submissão. Para análise, será considerada apenas a última versão inserida na plataforma.

**Modelos Disponíveis:**

- Os modelos para elaboração da proposta, bem como os anexos exigidos pelo edital, estão disponíveis na aba "anexo" do programa na plataforma.

**Conteúdo Mínimo da Proposta:**

A proposta deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

1. Identificação do Proponente e do Dirigente.
2. Descrição do Objeto: Detalhar o projeto proposto.
3. Justificativa*:

- Caracterização dos interesses recíprocos.
- Relação da proposta com os objetivos e diretrizes do Projeto Nacional de Câmeras Corporais, em especial a Portaria MJSP nº 648/2024.
- Indicação do público-alvo, com base no preenchimento do Plano de Localização de Bens (Anexo 4).
- Definição clara do problema a ser resolvido.
- Resultados esperados.

4. Estimativa de Recursos Financeiros:

- Valor global da proposta, respeitando os limites da Tabela 1 do edital.
- Valor de repasse da União.
- Contrapartida a ser aportada pelo proponente.
- Pesquisa de preços com no mínimo três orçamentos.

5. Prazo para execução do projeto.
6. Gestão e Implementação: Informações e comprovações conforme Anexo II.
7. Declaração de capacidade técnica e gerencial.
8. Termo de Referência: Deverá indicar quais cenários de implantação do item 5.1 da Norma Técnica SENASP nº 14/2024, o proponente pretende contratar.

* Observação: O proponente deverá indicar no corpo da proposta (sugere-se o item "2.3. Distribuição das Câmeras", do modelo da proposta), quais cenários de implantação do item 5.1 da Norma Técnica SENASP nº 14/2024, o proponente pretende contratar, relacionando com a forma de uso da solução.

**11. Como devo preencher o Anexo IV - Plano de Localização de Bens (Distribuição de Câmeras Corporais)?**

Para o correto preenchimento do Anexo IV - Plano de Localização de Bens, referente ao Edital nº 30/2024, siga as orientações abaixo:

1. **Nome da Unidade:**
   Indique se a unidade é operacional ou especializada, bem como Insira o nome oficial da unidade operacional ou especializada onde as câmeras corporais serão alocadas.
2. **Circunscrição/Área:**
   Informe o mun edital. De acordo

com o item 5.3, as câmeras devem ser utilizadas em unidades operacionais que atuam:

- Em capitais;
- Em municípios com pelo menos 100 mil habitantes, conforme os dados do Censo Demográfico 2022 do IBGE.
- Para unidades especializadas, indique o município de referência para a atividade da unidade.

3. **Efetivo Atual:**
   Indique o número total de policiais militares lotados na unidade e, separadamente, o número de policiais em atividade operacional.
4. **Total de Ocorrências Atendidas pela Unidade:**
   Informe a média mensal de ocorrências atendidas pela unidade no período de janeiro de 2022 a dezembro de 2023, conforme os dados do SINESP ou, caso indisponíveis, do sistema informatizado de registros da instituição, conforme descrito no item 6.5.1 do edital.
5. **População Residente na Área de Atuação:**
   Insira a população total da área de atuação da unidade, com base nos dados do Censo Demográfico de 2022 do IBGE.
6. **Número de Câmeras Proposto:**
   Determine o número de câmeras corporais para a unidade, considerando que deve ser pelo menos 1/3 do efetivo operacional da unidade, conforme o item 5.3.3 do edital. O quantitativo pode variar conforme as necessidades específicas da unidade e o contexto operacional.

Por derradeiro, cabe salientar que não é necessário inserir uma coluna para calcular a TAOPM, esta informação é de responsabilidade da Comissão de Avaliação da SENASP a partir dos dados informados pelo proponente.

**12. No caso de municípios com mais de 100 mil habitantes atendidos por mais de uma unidade operacional, é possível incluir ambas as unidades na proposta?**

Sim, é possível. O Edital nº 30/2024 não apresenta qualquer vedação à inclusão de mais de uma unidade operacional que atue no mesmo município na proposta de convênio. Para isso, a instituição deve preencher o Anexo IV do edital, indicando cada unidade operacional em linhas separadas, mesmo que o município de atuação seja repetido para mais de uma unidade.

É importante destacar que, ao preencher a coluna "Total de Ocorrências Atendidas pela Unidade" no Anexo IV, as informações devem se referir exclusivamente às ocorrências atendidas pela unidade indicada na proposta. Não é permitido incluir ocorrências de outras unidades que também atuem no mesmo município no cálculo do total de ocorrências.

**13. Unidades especializadas (policiamento de trânsito, policiamento de choque, policiamento tático motorizado e de operações especiais) podem ser incluídas na proposta do Edital nº 30/2024?**

Sim, unidades especializadas como o BPTran (Trânsito Urbano) e o BPRv (Trânsito Rodoviário) podem ser incluídas na proposta do **Edital nº 30/2024**, desde que atendam aos requisitos estabelecidos no edital e observem o **item 5.3.1**. Esse item especifica que câmeras destinadas a unidades especializadas de execução devem ser empregadas exclusivamente em atividades de **policiamento de trânsito, policiamento de choque, policiamento tático motorizado e operações especiais**, conforme o **§6º do art. 10 da Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023**.

A inclusão dessas unidades segue as diretrizes das unidades operacionais, com particularidades para o preenchimento do **Anexo IV**:

1. **Nome da Unidade:**

- Indique o nome oficial da unidade especializada.
- Identifique se a unidade está inserida em uma das categorias permitidas pelo edital, conforme o **item 5.3.1**, como:
  - Policiamento de trânsito;
  - Policiamento de choque;
  - Policiamento tático motorizado;
  - Operações especiais.

2. **Circunscrição/Área:**

- Especifique um **município como base de atuação, para fins da proposta,** da unidade especializada, mesmo que sua área de atuação seja mais ampla.

- O município indicado deve atender aos requisitos do **item 5.3 do edital**, ou seja, ser uma capital ou possuir pelo menos 100 mil habitantes, conforme os dados do **Censo Demográfico 2022 do IBGE**.

3. **Efetivo Atual**:

- Informe o número total de **policiais militares lotados** na unidade especializada.
- Indique separadamente o número de **policiais em atividade operacional** na unidade, que será a base para calcular o número de câmeras corporais.

4. **Total de Ocorrências Atendidas pela Unidade**:

- Registre apenas as **ocorrências atendidas exclusivamente pela unidade especializada** no município indicado. Não inclua ocorrências de outras unidades que atuem no mesmo município.
- Calcule a **média mensal de ocorrências atendidas** pela unidade especializada no período de **janeiro de 2022 a dezembro de 2023**, conforme os dados disponíveis no **SINESP** ou, na ausência desses, utilizando o sistema de registros informatizados da instituição, conforme descrito no **item 6.5.1 do edital**.

5. **População Residente na Área de Atuação**:

- Informe a **população residente** na área de atuação da unidade, utilizando os dados do **Censo Demográfico 2022 do IBGE**.

6. **Número de Câmeras Proposto**:

- Determine o número de câmeras corporais a serem alocadas na unidade especializada, conforme as diretrizes do **item 5.3.3 do edital**, garantindo que seja **pelo menos 1/3 do efetivo operacional**.

**14. É permitido considerar o somatório populacional de municípios sob a responsabilidade de uma unidade operacional para atender ao critério de 100 mil habitantes estabelecido no Edital?**

Não, o somatório populacional de múltiplos municípios sob a responsabilidade territorial de uma unidade operacional não é permitido para atender ao critério de 100 mil habitantes.

Conforme o Item 5.3 do Edital nº 30/2024, as câmeras corporais deverão ser destinadas a órgãos de execução das polícias militares que atuem em capitais ou em municípios com, individualmente, pelo menos 100 mil habitantes, de acordo com os dados do Censo IBGE/2022*.

*Censo IBGE/2022, disponível em:

https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=37225&t=resultados

**15. Para dimensionar o número de câmeras corporais, é permitido usar o número de operações policiais, ou o efetivo de outras unidades de apoio, ao invés do efetivo operacional da unidade indicada na proposta?**

Não, o cálculo do número de câmeras corporais deve ser feito com base no efetivo operacional formalmente lotado na unidade, conforme definido no Item 5.3.3 do Edital nº 30/2024 e detalhado no Anexo IV.

O dispositivo estabelece que o número de câmeras por unidade operacional deve corresponder a pelo menos 1/3 do efetivo operacional da unidade, considerando as necessidades específicas e o contexto operacional.

**16. Como é calculada a média do número de ocorrências atendidas pela Polícia Militar entre janeiro de 2022 e dezembro de 2023, solicitada para o preenchimento do Anexo IV do Edital nº 30/2024?**

A média do número de ocorrências atendidas pela Polícia Militar, solicitada no Anexo IV do Edital nº 30/2024, deve ser calculada com base no total de ocorrências registradas no período de janeiro de 2022 a dezembro de 2023, dividido por 24 meses. Esse cálculo gera a média mensal de ocorrências atendidas pela unidade operacional ou especializada.

Conforme o edital, os dados para esse cálculo devem ser extraídos da plataforma SINESP CAD - Central de Atendimento e Despacho, quando disponíveis. Caso os dados não estejam registrados no SINESP, o proponente deve utilizar informações extraídas do sistema informatizado de registros de ocorrências da própria instituição e apresentá-las com a devida comprovação, conforme o item 6.5.1 do edital.

**17. Quais são os critérios de avaliação e pontuação das propostas no Edital?**

As propostas serão classificadas em um dos cenários de implementação da Tabela 1 do edital e poderão alcançar uma pontuação máxima de 10,0 pontos, conforme os seguintes critérios de avaliação:

**Critério A – Taxa de Atendimento de Ocorrências pela Polícia Militar (TAOPM):**

- Pontuação: 5,0 pontos máximo.
- As propostas serão ranqueadas em ordem decrescente da TAOPM, calculada com base no número de ocorrências atendidas por 10 mil habitantes.
- A melhor classificada receberá 5,0 pontos, e cada posição subsequente perderá 0,50 pontos.

**Critério B – Quesitos de Avaliação Específica:**

- Pontuação: 3,0 pontos máximo.
- Baseado no Anexo 2 do edital, com seis perguntas sobre a implementação e manutenção da solução de câmeras corporais.
- Cada resposta afirmativa ("Sim"), acompanhada de documentação comprobatória, valerá 0,5 pontos, totalizando no máximo 3,0 pontos.

**Critério C – Existência de Câmeras Corporais:**

- Pontuação: 2,0 pontos.
- Propostas de instituições que ainda não possuem uma solução de câmeras corporais implementada receberão 2,0 pontos adicionais.

**18. Como será avaliada a Taxa de Atendimento de Ocorrências pela Polícia Militar (TAOPM) no processo de seleção?**

A Taxa de Atendimento de Ocorrências pela Polícia Militar (TAOPM) será um dos critérios de seleção para o ranqueamento das propostas, conforme estabelecido no edital, sendo que o cálculo da taxa é de responsabilidade da SENASP, não sendo necessário o proponente realizar a TAOPM.

O processo segue as seguintes diretrizes:

1. **Cálculo e Ranqueamento (Item 6.3.1.1):**

- A TAOPM é calculada com base na média mensal de ocorrências atendidas pelas unidades indicadas e na população dos municípios de circunscrição, expressa como uma taxa por grupo de 10 mil habitantes.
- As propostas serão ranqueadas em ordem decrescente da TAOPM para cada cenário de implementação.
- A melhor classificada receberá 5,0 pontos, e cada posição subsequente terá uma redução de 0,50 pontos.

2. **Dados Utilizados para Avaliação (Item 6.5):**

- Serão utilizados a média mensal das ocorrências atendidas pela unidade operacional da polícia militar no período de janeiro de 2022 a dezembro de 2023, informadas pelos proponentes no Anexo IV.
- Apenas os dados disponíveis na data de publicação do edital serão considerados, sem atualizações posteriores.

3. **Documentação Alternativa (Item 6.5.1):**

- Caso os dados não estejam disponíveis na plataforma SINESP, ou seja a unidade operacional selecionada na proposta do proponente não utilize o SINESP CAD - Central de Atendimento e Despacho, o proponente deverá apresentar documentação comprobatória extraída diretamente do sistema de registro de ocorrências informatizado da instituição. Essa documentação deve conter informações claras e detalhadas que comprovem os dados de atendimento de ocorrências, garantindo a conformidade com os critérios exigidos pelo edital.

**19. Qual é o cronograma do edital?**

Conforme errata publicada no Edital Nº 33/2024:

| Etapa | Prazo |
|---|---|
| Publicação do Edital | 14/11/2024 |
| Submissão de propostas | Até 28/11/2024 |
| Seleção das propostas | Até 03/12/2024 |
| Publicação do resultado | Até 05/12/2024 |
| Interposição de recursos | Até 07/12/2024 |
| Análise e diligências | Até 15/01/2025 |

RESULTADO PRELIMINAR

EDITAL Nº 30/2024/DSUSP/SENASP/MJSP

Divulgação do Resultado Preliminar da Seleção das Propostas

A Comissão de Seleção, instituída por meio da Portaria de Pessoal SENASP/MJSP nº 153, de 04 de dezembro de 2024, nos termos do item 6.6, torna público o resultado preliminar do Edital nº 30/2024/DSUSP/SENASP/MJSP.

Considerando o valor orçamentário disponível no Edital, foram

**SELECIONADAS** para a fase de análise e diligências as seguintes propostas:

034380/2024 - ACRE

034623/2024 - ALAGOAS

034388/2024 - DISTRITO FEDERAL

034539/2024 - PARAÍBA

034179/2024 - PERNAMBUCO

034350/2024 - PIAUÍ

034355/2024 - RIO GRANDE DO NORTE

034283/2024 - SÃO PAULO

034708/2024 - RORAIMA

O resultado preliminar detalhado da etapa de seleção do Edital consta no Anexo I.

Conforme item 6.7 do Edital, os proponentes terão até as 23:59 horas do dia 7 de dezembro de 2024 para interpor recursos contra o resultado preliminar, sendo assegurada a obtenção de cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, preferencialmente por via eletrônica. Cabe ao recorrente indicar expressamente o(s) nome(s) do(s) arquivo(s) inserido(s) na ocasião da apresentação da(s) proposta(s) que eventualmente contenham as informações necessárias para embasar o recurso.

Os recursos deverão ser apresentados por meio da Plataforma Transferegov ou, em caso de indisponibilidade desta plataforma, devem ser entregues pessoalmente no endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II, Sala 507, Brasília-DF, ou ainda enviados para o e-mail cameras.corporais@mj.gov.br.

ANEXO I - RESULTADO PRELIMINAR DO EDITAL Nº 30/2024/DSUSP/SENASP/MJSP

| PROPONENTE | | PROPOSTA | VALOR GLOBAL DA PROPOSTA | PONTUAÇÃO | | | | CLASSIFICAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | CRITÉRIO A | CRITÉRIO B | CRITÉRIO C | TOTAL | |
| CENÁRIO 1 | SÃO PAULO | 034283/2024 | R$ 27.817.386,96 | 5 | 3 | 0 | 8 | 1º |
| | BAHIA | 034679/2024 | R$ 29.530.104,00 | 4,5 | 2,5 | 0 | 7 | 2º |
| | RIO DE JANEIRO | 032515/2024 | R$ 34.961.990,40 | 4 | 0 | 0 | 4 | 3º |
| CENÁRIO 2 | PERNAMBUCO | 034179/2024 | R$ 1.503.637,24 | 5 | 3 | 0 | 8 | 1º |
| | PARÁ | 034636/2024 | R$ 24.282.000,00 | 4,5 | 3 | 0 | 7,5 | 2º |
| | RIO GRANDE DO SUL | 034536/2024 | R$ 10.013.234,00 | 0 | 3 | 0 | 3 | 3º |
| CENÁRIO 3 | DISTRITO FEDERAL | 034388/2024 | R$ 12.081.624,00 | 0 | 3 | 2 | 5 | 1º |
| | MARANHÃO | 034646/2024 | R$ 255.000,00 | - | - | - | - | DESCLASSIFICADO, nos termos do item 4.3 do Edital. |
| CENÁRIO 4 | PARAÍBA | 034539/2024 | R$ 5.582.887,20 | 4,5 | 1,5 | 2 | 8 | 1º |
| | RIO GRANDE DO NORTE | 034355/2024 | R$ 11.417.784,00 | 5 | 2,5 | 0 | 7,5 | 2º |
| CENÁRIO 5 | ALAGOAS | 034623/2024 | R$ 9.709.997,36 | 5 | 2,5 | 2 | 9,5 | 1º |
| | PIAUÍ | 034350/2024 | R$ 8.635.248,00 | 4,5 | 3 | 2 | 9,5 | 2º |
| CENÁRIO 6 | ACRE | 034380/2024 | R$ 2.909.899,20 | 5 | 2 | 2 | 9 | 1º |
| | RORAIMA | 034708/2024 | R$ 1.668.264,00 | 4,5 | 3 | 0 | 7,5 | 2º |

RESULTADO PRELIMINAR DO EDITAL

A formalização será inserida no Transfere GOV

RESULTADO DEFINITIVO

EDITAL Nº 30/2024/DSUSP/SENASP/MJSP

Divulgação do Resultado Final da Seleção das Propostas

A Comissão de Seleção, instituída por meio da Portaria de Pessoal SENASP/MJSP nº 153, de 04 de dezembro de 2024, nos termos do item 6.6, torna público o resultado final da fase de seleção do Edital nº 30/2024/DSUSP/SENASP/MJSP.

Considerando o val CONTEÚDO 1 PÁGINA INICIAL 2 NAVEGAÇÃO 3 BUSCA 4 MAPA DO SITE 5 ntes propostas:

034380/2024 - ACRE

034623/2024 - ALAGOAS

034388/2024 - DISTRITO FEDERAL

034539/2024 - PARAÍBA

034179/2024 - PERNAMBUCO

034350/2024 - PIAUÍ

034355/2024 - RIO GRANDE DO NORTE

034283/2024 - SÃO PAULO

034708/2024 - RORAIMA

O **resultado final** detalhado da etapa de seleção do Edital consta no anexo II.

ANEXO II - RESULTADO DEFINITIVO DO EDITAL Nº 30/2024/DSUSP/SENASP/MJSP

| PROPONENTE | | PROPOSTA | VALOR GLOBAL DA PROPOSTA | PONTUAÇÃO | | | | CLASSIFICAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | CRITÉRIO A | CRITÉRIO B | CRITÉRIO C | TOTAL | |
| CENÁRIO 1 | SÃO PAULO | 034283/2024 | R$ 27.817.386,96 | 5 | 3 | 0 | 8 | 1º |
| | BAHIA | 034679/2024 | R$ 29.530.104,00 | 4,5 | 2,5 | 0 | 7 | 2º |
| | RIO DE JANEIRO | 032515/2024 | R$ 34.961.990,40 | 4 | 0 | 0 | 4 | 3° |
| CENÁRIO 2 | PERNAMBUCO | 034179/2024 | R$ 15.038.637,24 | 5 | 3 | 0 | 8 | 1º |
| | PARÁ | 034636/2024 | R$ 24.282.000,00 | 4,5 | 3 | 0 | 7,5 | 2º |
| | RIO GRANDE DO SUL | 034536/2024 | R$ 10.013.234,00 | 0 | 3 | 0 | 3 | 3° |
| CENÁRIO 3 | DISTRITO FEDERAL | 034388/2024 | R$ 12.081.624,00 | 0 | 3 | 2 | 5 | 1º |
| | MARANHÃO | 034646/2024 | R$ 255.000,00 | - | - | - | - | DESCLASSIFICADO, nos termos do item 4.3 do Edital |
| CENÁRIO 4 | PARAÍBA | 034539/2024 | R$ 5.582.887,20 | 4,5 | 1,5 | 2 | 8 | 1º |
| | RIO GRANDE DO NORTE | 034355/2024 | R$ 11.417.784,00 | 5 | 2,5 | 0 | 7,5 | 2º |
| CENÁRIO 5 | ALAGOAS | 034623/2024 | R$ 9.709.997,36 | 5 | 2,5 | 2 | 9,5 | 1º |
| | PIAUÍ | 034350/2024 | R$ 8.635.248,00 | 4,5 | 3 | 2 | 9,5 | 2º |
| CENÁRIO 6 | ACRE | 034380/2024 | R$ 2.909.899,20 | 5 | 2 | 2 | 9 | 1º |
| | RORAIMA | 034708/2024 | R$ 1.668.264,00 | 4,5 | 3 | 0 | 7,5 | 2º |

RESULTADO DEFINITIVO

Compartilhe:

# ANEXO 16

MPSP MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Grupo de Atuação Especial da Segurança Pública e Controle Externo da Atividade Policial

**DESPACHO**

*Vistos,*

cuida-se de expediente encaminhado ao GAESP pela Subprocuradoria-Geral de Políticas Criminais, em atenção ao Ofício n° 317/2025 CGINT.

Em apertada síntese, *Cristina Figueiredo Terezo Ribeiro, Coordenadora Geral Substituta dos Sistemas Internacionais de Direitos Humanos, refere-se à sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Honorato e outros vs. Brasil, que declarou a responsabilidade do Estado Brasileiro por violação de direitos humanos. A Corte determinou diversas reparações, incluindo a necessidade de que o Ministério Público do Estado de São Paulo tenha recursos econômicos e humanos adequados para investigar mortes de civis cometidas por policiais.Além disso, a Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério dos Direitos Humanos solicita o envio de informações relacionadas a essa determinação até 10 de março de 2025. A assessoria está disponível para esclarecer dúvidas por meio de e-mail e telefone.*

**É o breve relatório.**

Por proêmio, é importante consignar que o GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL - GAESP - Capital, foi criado pela Resolução 1.516/2022-CPJ, de 22 de agosto de 2022;

Como característica principal, referido grupo é órgão de coordenação e execução das atividades de tutela coletiva da segurança pública e controle externo da atividade policial, integrado por Promotores de Justiça indicados pelas Promotorias de Justiça e designados pelo Procurador-Geral de Justiça, com prejuízo de suas atribuições normais, incumbindo-lhe as seguintes atribuições:

I - a realização de atividades de execução inerentes ao exercício do controle externo concentrado e regionalizado da atividade de polícia judiciária, polícia militar e guarda civil municipal;

I-A – em relação à atividade de guarda municipal, considerando que não se trata de atividade policial, será feita a fiscalização do estrito cumprimento do disposto no art. 144, § 8º, da Constituição Federal.

II - atuação na articulação de políticas públicas de segurança pública como direito fundamental e social, consistindo esta articulação na: a) instigação do poder público à elaboração das políticas públicas; b) colaboração na elaboração das políticas públicas; c) fiscalização da execução das políticas públicas;

III – atuação pela implementação eficiente de planos de ações voltadas à prestação de serviços adequados de atendimento às vítimas de crimes, em especial os violentos, inclusive com a finalidade de desenvolver políticas criminais e públicas nesse tema; V - atuação visando a qualificar os dados e identificar os casos classificados como subnotificação, bem como as suas principais causas;

V – atuação visando mapear e identificar as regiões com maiores índices de letalidade policial, adotando providências para redução dos índices verificados;

VI – atuação visando a identificar as causas estruturais de mortes de agentes de segurança pública, adotando providências para a redução dos índices verificados;

VII- promoção a articulação, a integração e o intercâmbio entre órgãos ministeriais de execução presentes na respectiva região, inclusive visando à atuação conjunta;

VIII - propor ao Procurador-Geral de Justiça a celebração de convênios ou outros instrumentos de cooperação técnica e operacional capazes de auxiliar a atuação ministerial na tutela da segurança pública e do controle externo da atividade policial;

IX - atuação de forma a efetivar o estreitamento das relações com os órgãos da segurança pública e de garantia de direitos de cada região;

X - atuação para fomentar e concretizar ações preventivas de criminalidade envolvendo os diversos órgãos públicos e entidades da sociedade civil, integrantes ou não da área de segurança pública;

XI - atuação para diagnosticar específicas causas de criminalidade em seu território;

XII – atuação no controle e fiscalização de programas de proteção às vítimas e às testemunhas.

XIII – promoção de interlocução com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e representantes das organizações sociais e da sociedade civil visando à identificação de fatos relacionados à segurança pública, à atividade policial e aos crimes praticados em razão da vulnerabilidade do sujeito;

XIV – criação e manutenção de plataforma digital destinada ao atendimento de vítimas de violência policial ou de pessoas atingidas em razão de sua vulnerabilidade, obviamente com o devido respeito ao sigilo absoluto dos seus dados;

Além disso, na tutela coletiva da segurança pública, o GAESP atuará no diagnóstico, planejamento, proposição, fiscalização e monitoramento das políticas de segurança pública, desenvolvendo diretrizes de prevenção e repressão à criminalidade, zelando pela probidade administrativa da atividade da polícia judiciária e demais órgãos de segurança pública, pela celeridade e regularidade das atividades de investigação, bem como pela maior eficácia e resolutividade no combate à criminalidade.

**Informo, inicialmente, que em outubro de 2024 o GAESP - Núcleo Capital - prestou informações em face do Ofício nº1606/2024/CGINT/AI/MDHC de lavra da Coordenadora Geral de Sistemas Internacionais de Direitos Humanos, junto ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. As informações foram prestadas na seguinte demanda**: *(...)Conforme disposto no supracitado documento, a Coordenadora Geral de Sistemas Internacionais faz referência ao Relatório No. 101/23 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que contém recomendações ao Estado brasileiro em relação a violações de direitos humanos. Os beneficiários dessas recomendações são Edvaldo Barbosa de Andrade, Fábio de Lima Andrade, Israel Alves de Souza, Fernando Elza e Eduardo Barbosa de Andrade, além de seus parentes. O caso foi denunciado pela organização Conectas Direitos Humanos e pelas mães das vítimas, Francisca Evangelista Alves de Souza, Helenita Barbosa de Andrade e Maria José de Lima Andrade. A situação aborda os chamados "crimes de maio" de 2006, especificamente a Chacina no Parque Bristol, na zona sul de São Paulo, que resultou em execuções extrajudiciais e lesões corporais a algumas das vítimas, além de falhas nas investigações. Em 19 de julho de 2023, a CIDH emitiu o Relatório de Mérito No. 101/23, que inclui quatro recomendações ao Estado brasileiro: primeiro, a reparação integral das violações de direitos humanos, envolvendo compensação econômica e satisfação; segundo, a oferta de medidas de atenção à saúde física e mental aos familiares das vítimas, caso desejado; terceiro, a investigação dos eventos ocorridos em 14 de maio de 2006 e a continuidade das investigações sobre os eventos de 3 de dezembro de 2006, com diligência e eficácia, visando esclarecer os fatos e identificar responsabilidades; e quarto, a implementação de mecanismos para evitar a repetição das violações, incluindo reformas nas diretrizes das agências policiais e a responsabilização por abusos cometidos por agentes de segurança, especialmente em áreas de pobreza. Neste contexto, solicita-se informações atualizadas ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, sobre os mecanismos de responsabilização por violações cometidas por membros da segurança pública contra civis, especialmente pessoas afrodescendentes, e sobre o fluxo de investigação de casos de uso de força letal por agentes da polícia militar. (....)*

Destaco que as informações prestadas aqui são exclusivas no tocante à atribuição do GAESP-Núcleo Capital.

Atendendo ao solicitado no Ofício 317/2025/CGINT/AIU/MDHC, informamos que em um **primeiro momento**, e considerando a necessidade de realização de diagnóstico sobre o tema da letalidade policial, além do efetivo monitoramento do casos, buscou-se a criação e o aperfeiçoamento do Painel/Relatório Dinâmico, com informações sobre mortes decorrentes de intervenção policial no Estado de São Paulo, em verdadeira esteira de criação de fluxos capazes de auxiliar o monitoramento da atividade policial, além da coleta de dados.

Referido Painel/Relatório Dinâmico é de acesso público e permite a coleta de uma gama de informações em tempo real por qualquer cidadão. A partir dos dados coletados, o Ministério Público do Estado de São Paulo realiza, dentro de sua função constitucional, a verificação das informações e seu carregamento em painel de Business Intelligence, disponibilizando às Promotorias de Justiça e à sociedade paulista visualização integrada desses fatos, destacando sua geolocalização, iluminando os pontos de calor, e por fim, os detalhes das ocorrências. A consulta permite a verificação do ano, do mês, do dia, de qual unidade policial envolvida no evento morte e, por fim, do município em que o fato ocorreu.

Para fins de tabulação dos dados, e em corte temático no ano de 2022, podemos apontar as seguintes informações:

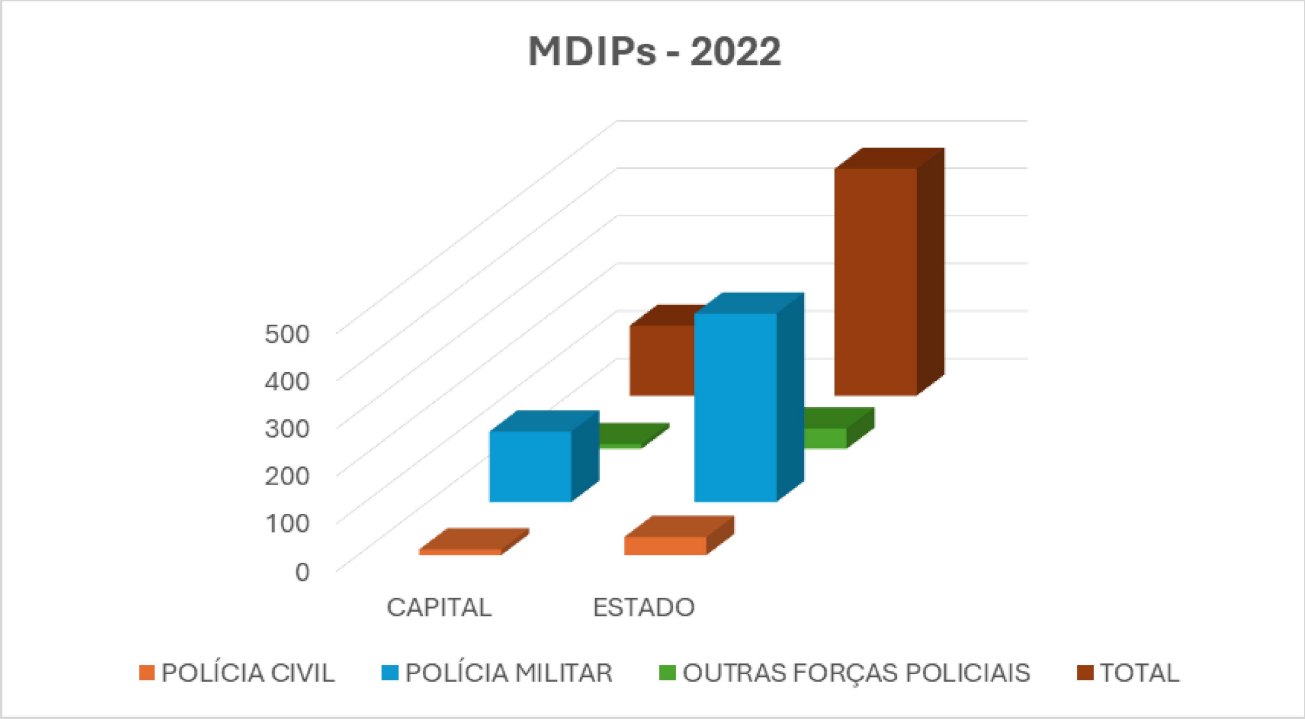
**MORTES DECORRENTES DE INTERVENÇÃO POLICIAL – 2022, 2023 e 2024**

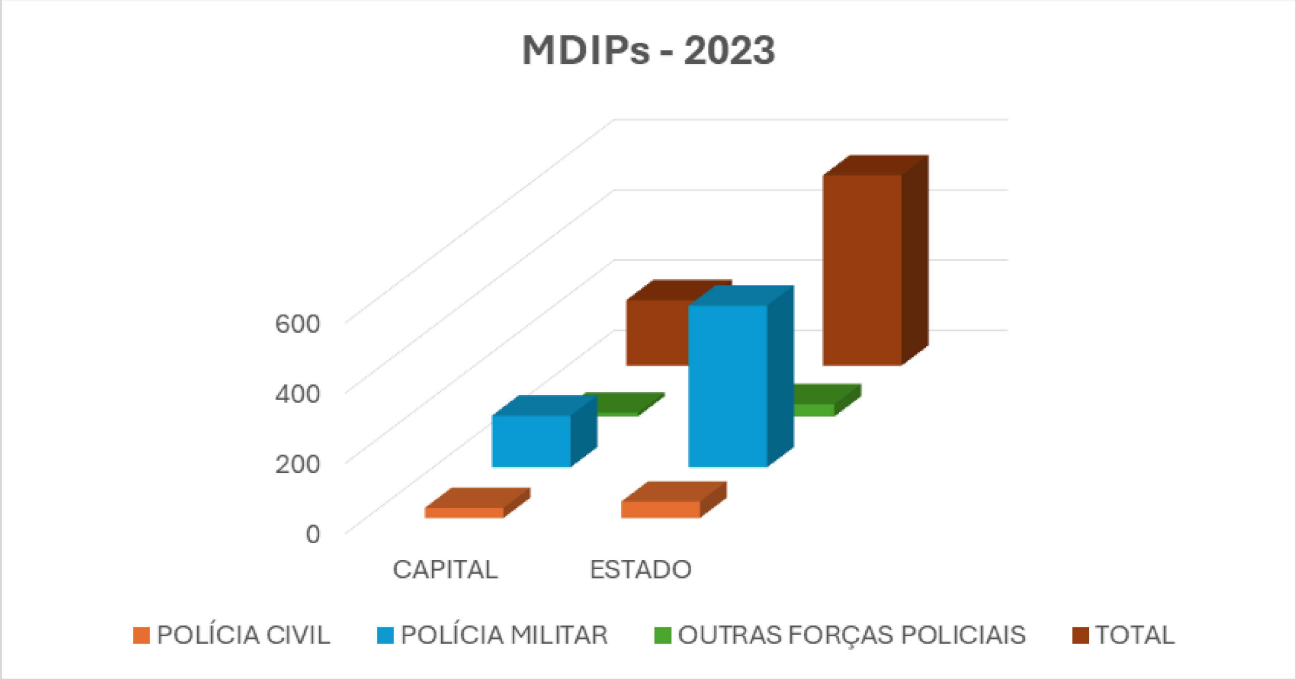
| 2022 | POLÍCIA CIVIL | POLÍCIA MILITAR | OUTRAS FORÇAS POLICIAIS | TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| **CAPITAL** | 12 | 148 | 10 | **170** |

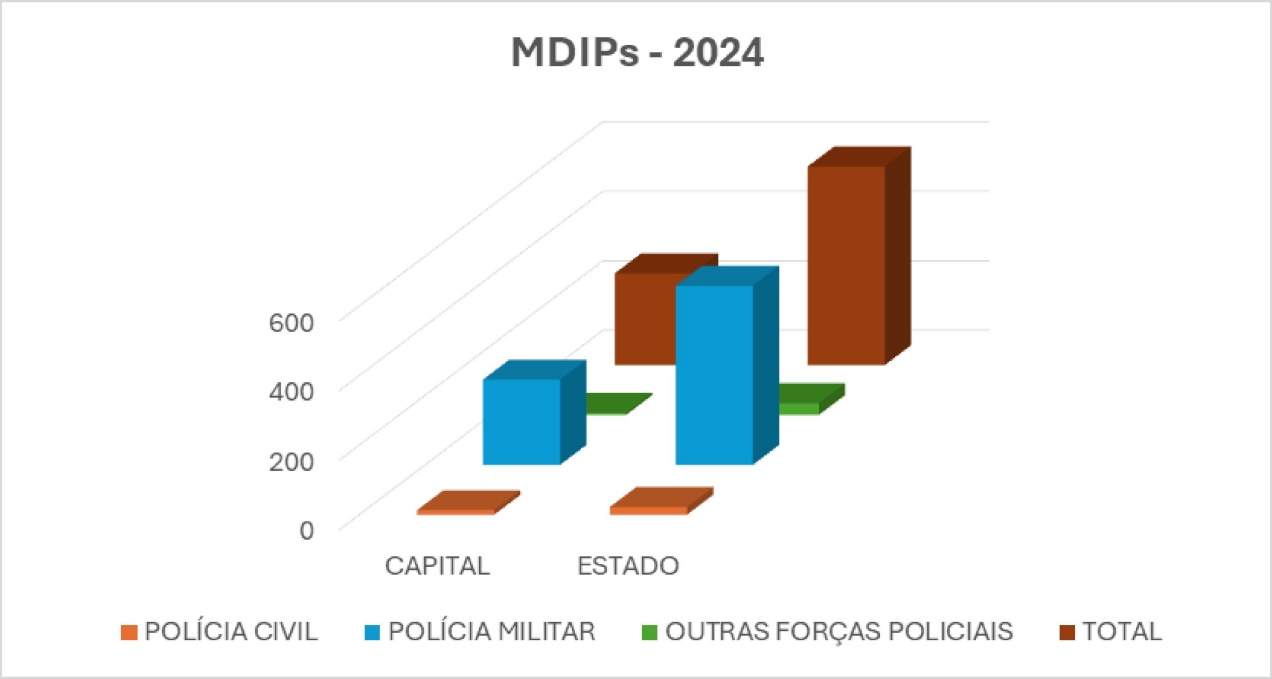
| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **ESTADO** | 38 | 396 | 43 | **477** |

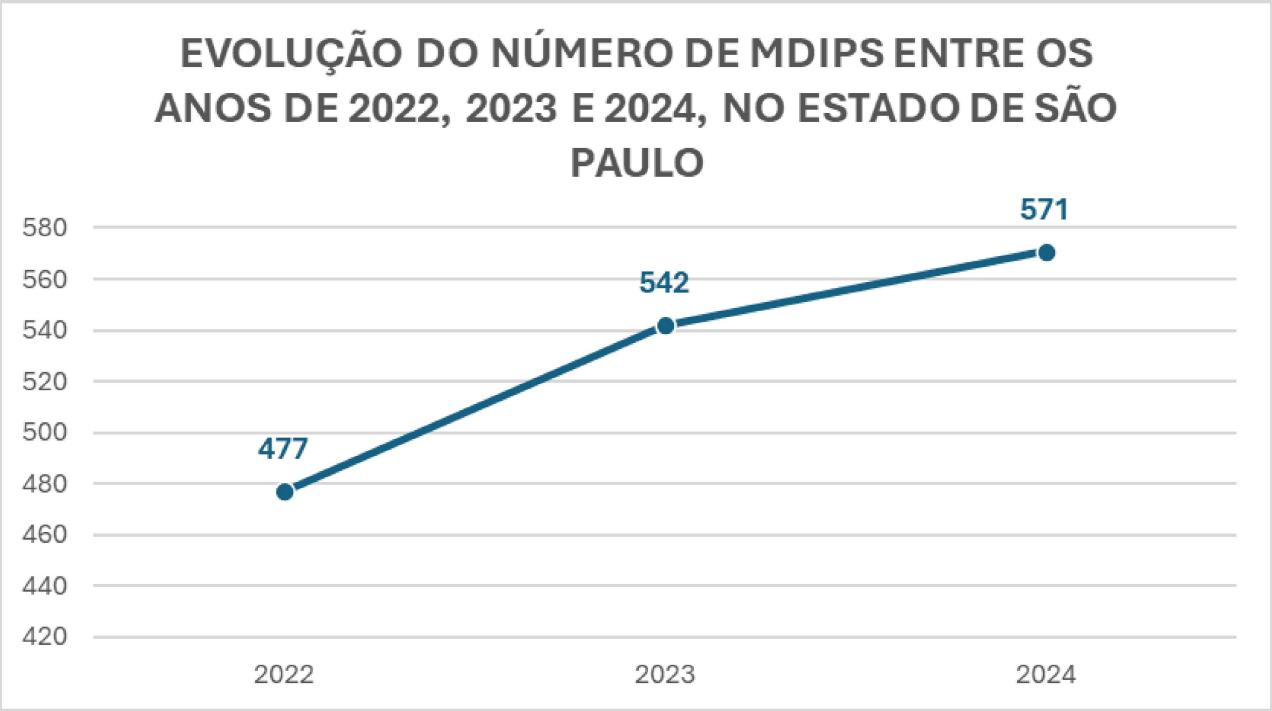
| **2023** | **POLÍCIA CIVIL** | **POLÍCIA MILITAR** | **OUTRAS FORÇAS POLICIAIS** | **TOTAL** |
|---|---|---|---|---|
| **CAPITAL** | 29 | 147 | 11 | **187** |
| **ESTADO** | 47 | 460 | 35 | **542** |

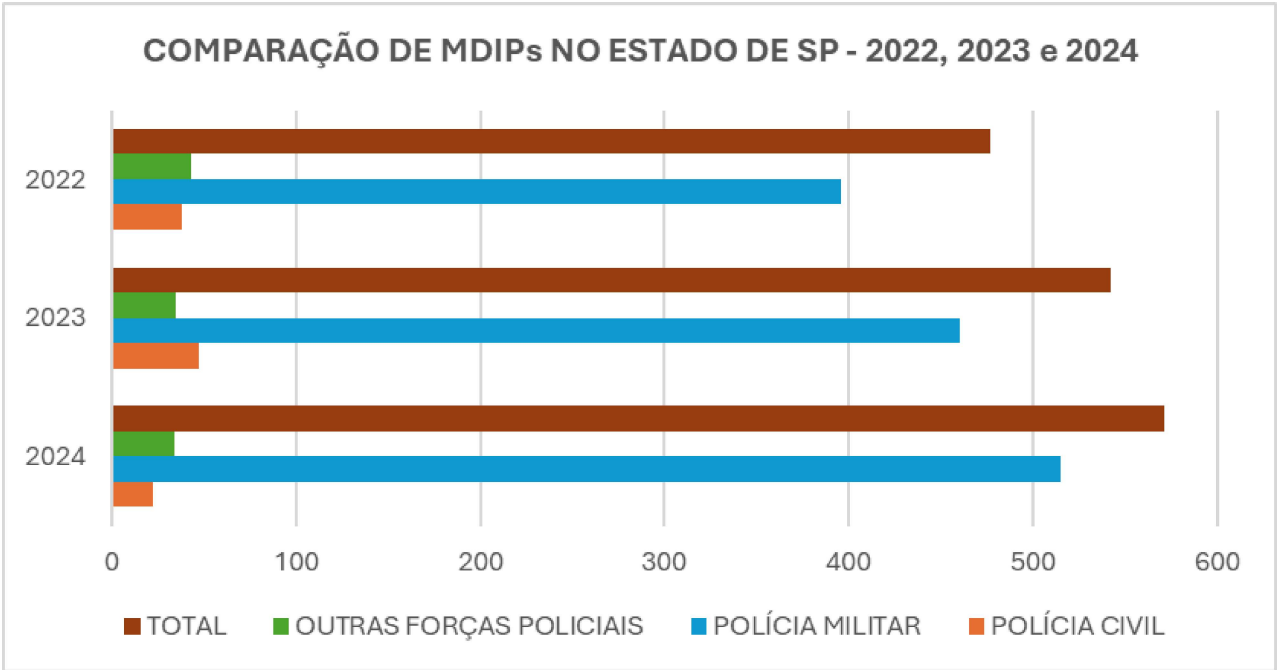
| **2024** | **POLÍCIA CIVIL** | **POLÍCIA MILITAR** | **OUTRAS FORÇAS POLICIAIS** | **TOTAL** |
|---|---|---|---|---|
| **CAPITAL** | 13 | 245 | 6 | **264** |
| **ESTADO** | 22 | 515 | 34 | **571** |




MDIPs - 2024
600
400
200
0
CAPITAL
ESTADO
POLÍCIA CIVIL
POLÍCIA MILITAR
OUTRAS FORÇAS POLICIAIS
TOTAL

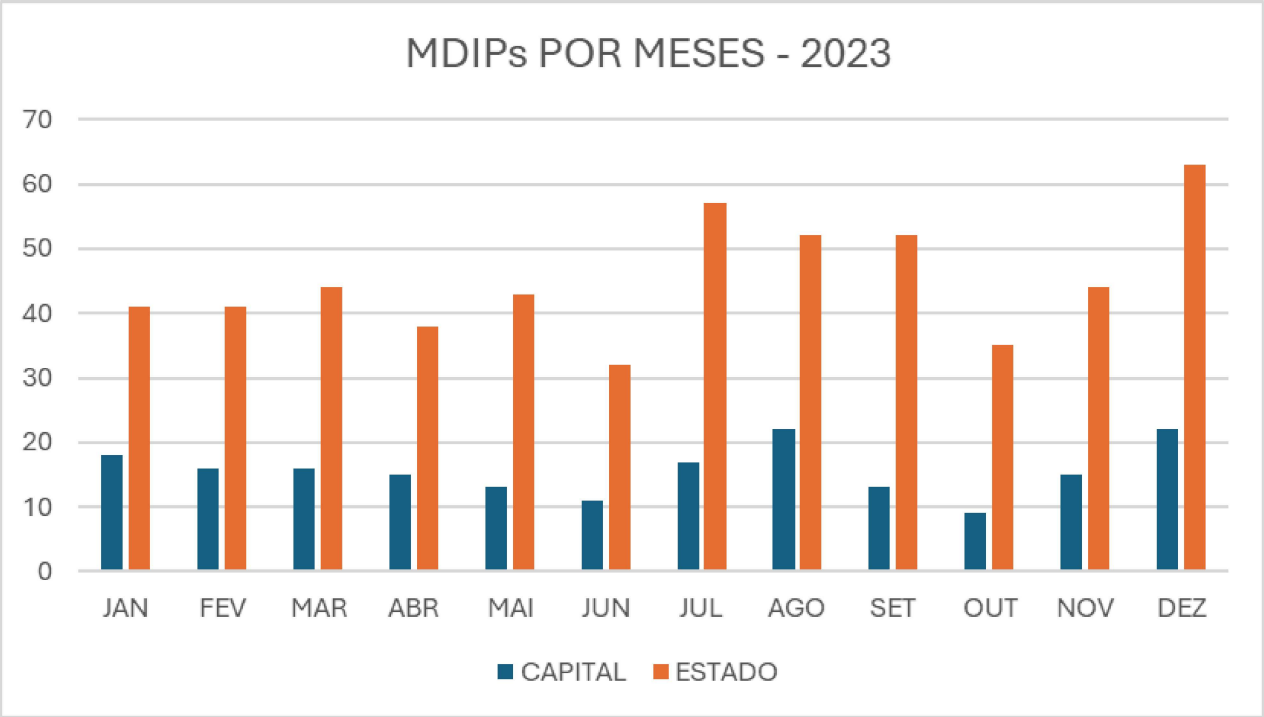

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MDIPS ENTRE OS ANOS DE 2022, 2023 E 2024, NO ESTADO DE SÃO PAULO
580
560
540
520
500
480
460
440
420
477
542
571
2022
2023
2024

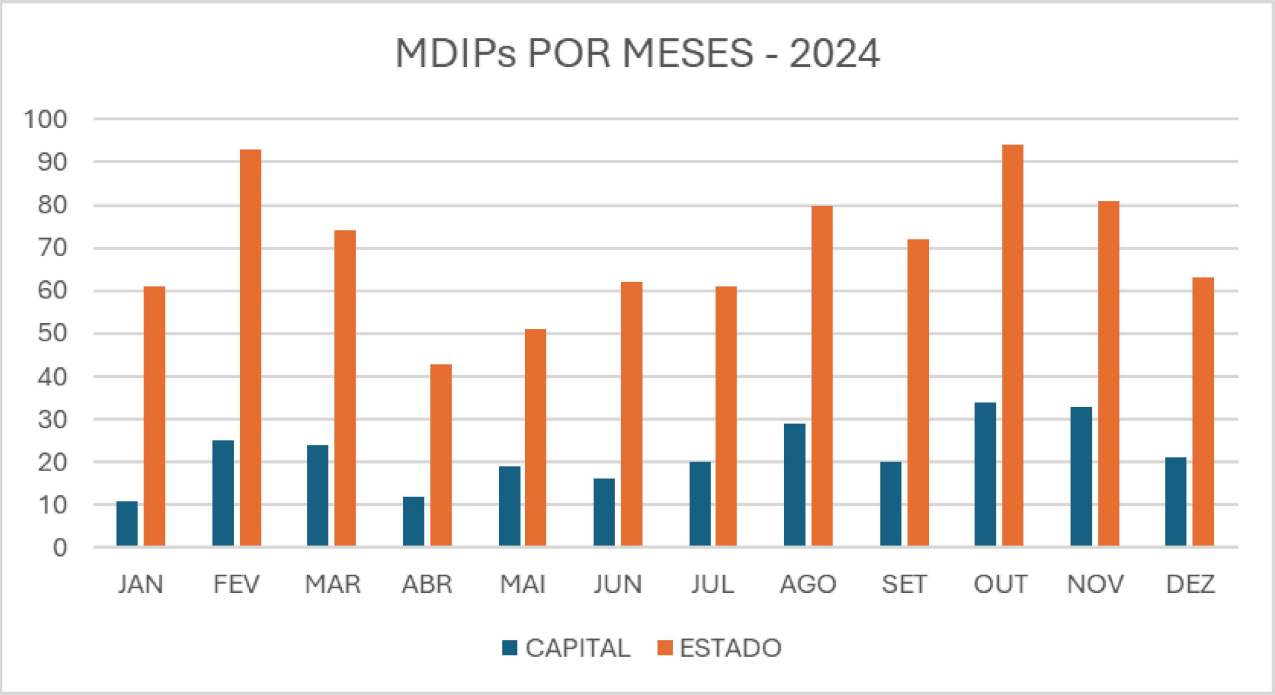

COMPARAÇÃO DE MDIPs NO ESTADO DE SP - 2022, 2023 e 2024
2022
2023
2024
0
100
200
300
400
500
600
TOTAL
OUTRAS FORÇAS POLICIAIS
POLÍCIA MILITAR
POLÍCIA CIVIL

| 2023 | POLÍCIA CIVIL | POLÍCIA MILITAR | OUTRAS FORÇAS POLICIAIS | TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| **CAPITAL/JAN** | 1 | 16 | 1 | **18** |
| **ESTADO/JAN** | 1 | 37 | 3 | **41** |
| **CAPITAL/FEV** | 4 | 12 | 0 | **16** |
| **ESTADO/FEV** | 6 | 31 | 4 | **41** |
| **CAPITAL/MAR** | 2 | 14 | 0 | **16** |
| **ESTADO/MAR** | 5 | 38 | 1 | **44** |
| **CAPITAL/ABR** | 3 | 11 | 1 | **15** |
| **ESTADO/ABR** | 4 | 30 | 4 | **38** |
| **CAPITAL/MAI** | 1 | 10 | 2 | **13** |
| **ESTADO/MAI** | 4 | 34 | 5 | **43** |
| **CAPITAL/JUN** | 1 | 10 | 0 | **11** |
| **ESTADO/JUN** | 1 | 31 | 0 | **32** |
| **CAPITAL/JUL** | 4 | 12 | 1 | **17** |
| **ESTADO/JUL** | 6 | 50 | 1 | **57** |
| **CAPITAL/AGO** | 1 | 19 | 2 | **22** |
| **ESTADO/AGO** | 2 | 48 | 2 | **52** |
| **CAPITAL/SET** | 4 | 9 | 0 | **13** |
| **ESTADO/SET** | 6 | 40 | 6 | **52** |
| **CAPITAL/OUT** | 2 | 6 | 1 | **9** |
| **ESTADO/OUT** | 5 | 28 | 2 | **35** |
| **CAPITAL/NOV** | 2 | 13 | 0 | **15** |
| **ESTADO/NOV** | 3 | 39 | 2 | **44** |
| **CAPITAL/DEZ** | 4 | 15 | 3 | **22** |
| **ESTADO/DEZ** | 4 | 54 | 5 | **63** |

| 2024 | POLÍCIA CIVIL | POLÍCIA MILITAR | OUTRAS FORÇAS POLICIAIS | TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| **CAPITAL/JAN** | 0 | 11 | 0 | **11** |
| **ESTADO/JAN** | 2 | 57 | 2 | **61** |
| **CAPITAL/FEV** | 3 | 21 | 1 | **25** |
| **ESTADO/FEV** | 5 | 84 | 4 | **93** |
| **CAPITAL/MAR** | 1 | 22 | 1 | **24** |
| **ESTADO/MAR** | 2 | 70 | 2 | **74** |
| **CAPITAL/ABR** | 2 | 10 | 0 | **12** |
| **ESTADO/ABR** | 3 | 39 | 1 | **43** |
| **CAPITAL/MAI** | 1 | 18 | 0 | **19** |
| **ESTADO/MAI** | 3 | 44 | 4 | **51** |
| **CAPITAL/JUN** | 0 | 16 | 0 | **16** |
| **ESTADO/JUN** | 2 | 57 | 3 | **62** |
| **CAPITAL/JUL** | 3 | 17 | 0 | **20** |
| **ESTADO/JUL** | 4 | 51 | 6 | **61** |
| **CAPITAL/AGO** | 1 | 27 | 1 | **29** |
| **ESTADO/AGO** | 4 | 75 | 1 | **80** |
| **CAPITAL/SET** | 0 | 20 | 0 | **20** |
| **ESTADO/SET** | 1 | 69 | 2 | **72** |
| **CAPITAL/OUT** | 0 | 34 | 0 | **34** |
| **ESTADO/OUT** | 4 | 86 | 4 | **94** |
| **CAPITAL/NOV** | 1 | 29 | 3 | **33** |
| **ESTADO/NOV** | 3 | 69 | 9 | **81** |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **CAPITAL/DEZ** | 1 | 20 | 0 | **21** |
| **ESTADO/DEZ** | 2 | 58 | 2 | **62** |




| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **DEZEMBRO** | 0 | 2 | 0 | **2** |

* Números atinentes à Baixada Santista, que compreende os Municípios de Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Santos e São Vicente.

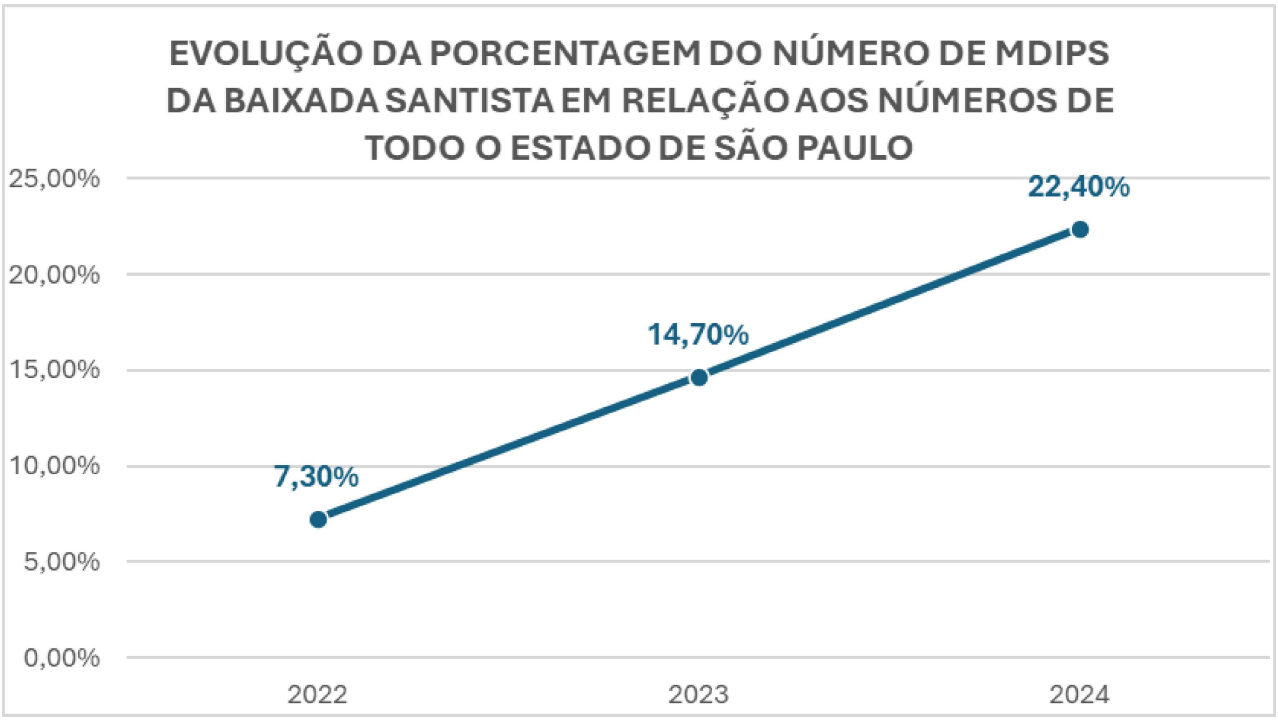
| **2023 (80 MORTES)** | **POLÍCIA CIVIL** | **POLÍCIA MILITAR** | **OUTRAS FORÇAS POLICIAIS** | **TOTAL** |
|---|---|---|---|---|
| **JANEIRO** | 0 | 6 | 0 | **6** |
| **FEVEREIRO** | 2 | 8 | 0 | **10** |
| **MARÇO** | 0 | 1 | 1 | **2** |
| **ABRIL** | 0 | 3 | 0 | **3** |
| **MAIO** | 0 | 4 | 0 | **4** |

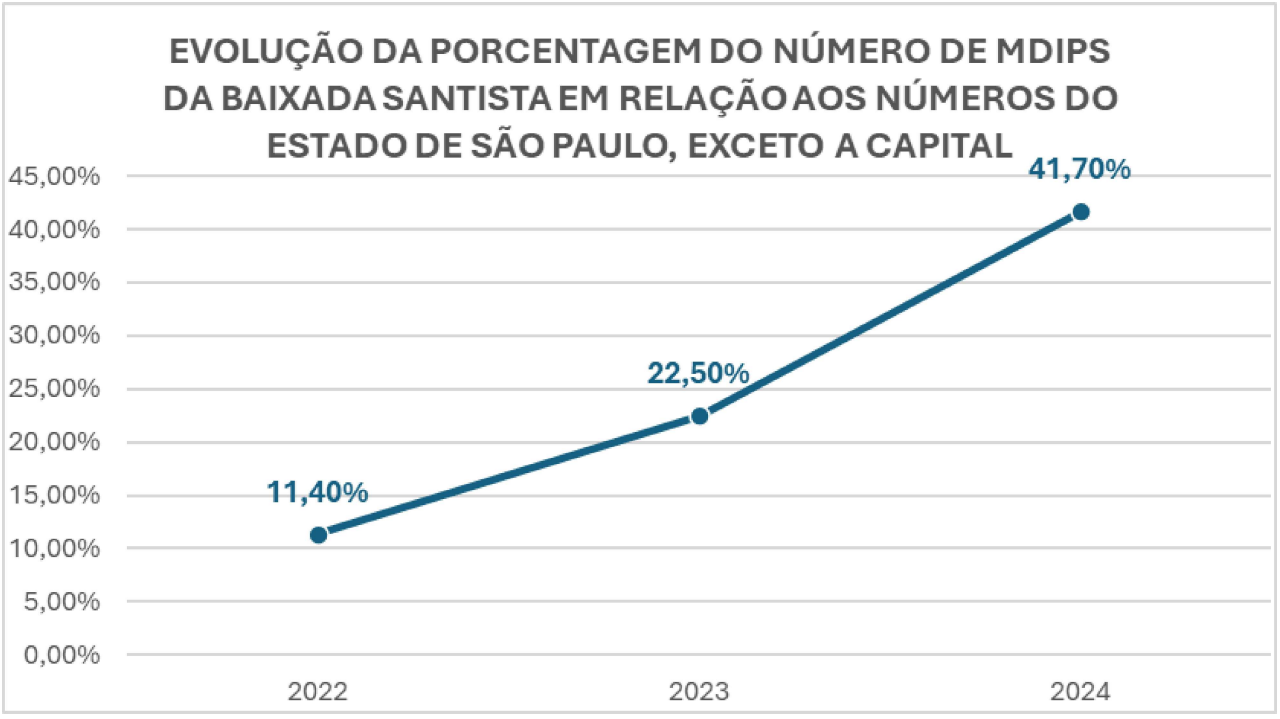
| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **JUNHO** | 0 | 5 | 0 | **5** |
| **JULHO** | 0 | 14 | 0 | **14** |
| **AGOSTO** | 0 | 12 | 0 | **12** |
| **SETEMBRO** | 0 | 11 | 0 | **11** |
| **OUTUBRO** | 0 | 4 | 0 | **4** |
| **NOVEMBRO** | 0 | 2 | 0 | **2** |
| **DEZEMBRO** | 0 | 7 | 0 | **7** |

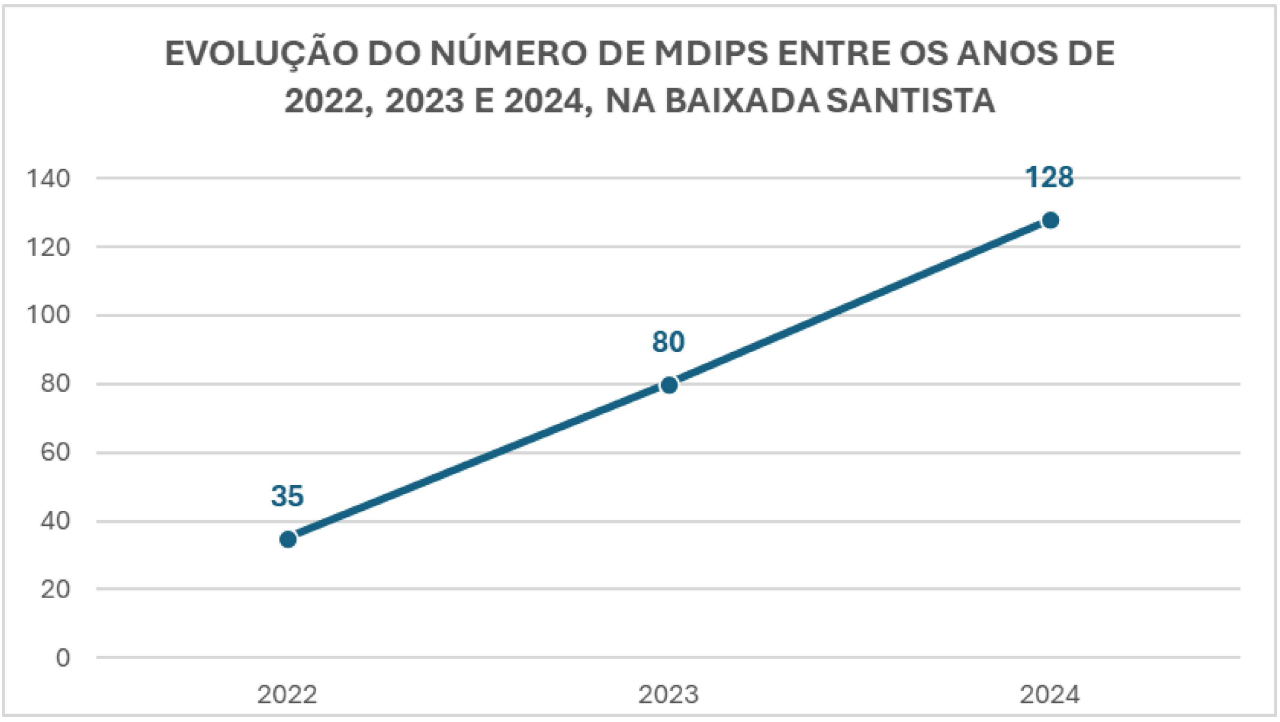
* Números atinentes à Baixada Santista, que compreende os Municípios de Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Santos e São Vicente.

| **2024 (128 MORTES)** | **POLÍCIA CIVIL** | **POLÍCIA MILITAR** | **OUTRAS FORÇAS POLICIAIS** | **TOTAL** |
|---|---|---|---|---|
| **JANEIRO** | 0 | 18 | 0 | **18** |
| **FEVEREIRO** | 0 | 43 | 0 | **43** |
| **MARÇO** | 0 | 14 | 0 | **14** |
| **ABRIL** | 0 | 11 | 1 | **12** |
| **MAIO** | 0 | 5 | 0 | **5** |
| **JUNHO** | 0 | 10 | 0 | **10** |
| **JULHO** | 0 | 2 | 0 | **2** |
| **AGOSTO** | 0 | 4 | 0 | **4** |
| **SETEMBRO** | 0 | 5 | 0 | **5** |
| **OUTUBRO** | 0 | 7 | 1 | **8** |
| **NOVEMBRO** | 0 | 4 | 0 | **4** |
| **DEZEMBRO** | 0 | 3 | 0 | **3** |

* Números atinentes à Baixada Santista, que compreende os Municípios de Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Santos e São Vicente.


EVOLUÇÃO DA PORCENTAGEM DO NÚMERO DE MDIPS DA BAIXADA SANTISTA EM RELAÇÃO AOS NÚMEROS DE TODO O ESTADO DE SÃO PAULO
25,00%
20,00%
15,00%
10,00%
5,00%
0,00%
7,30%
14,70%
22,40%
2022
2023
2024


EVOLUÇÃO DA PORCENTAGEM DO NÚMERO DE MDIPS DA BAIXADA SANTISTA EM RELAÇÃO AOS NÚMEROS DO ESTADO DE SÃO PAULO, EXCETO A CAPITAL
45,00%
40,00%
35,00%
30,00%
25,00%
20,00%
15,00%
10,00%
5,00%
0,00%
11,40%
22,50%
41,70%
2022
2023
2024




Após o aperfeiçoamento do fluxo de dados e, de modo, direto, combatendo ainda as eventuais subnotificações que porventura pudessem ocorrer no passado, **em um segundo eixo de atuação**, o Ministério Público do Estado de São Paulo, representado pelos Promotores de Justiça atuante no GAESP, passou a ter assento cativo na Comissão de Letalidade Policial instalada na Secretária de Segurança Pública do Estado de São Paulo, permitindo de modo efetivo e integrado a interlocução com diversos atores, em especial, entidades da sociedade civil, Defensoria Pública e as próprias forças de segurança do Estado, de modo assim a garantir uma atuação coordenada e visando a redução dos números de mortes, além da identificação das causas que levaram ao óbito, de policiais ou não policiais, em todas as ocorrências em que houve intervenção policial e que resultaram em morte, e por fim, propositura, ao Secretário da Segurança Pública, de adoção de medidas pela Polícia Militar, Polícia Civil ou pela Secretaria da Segurança Pública para redução e eliminação das causas identificadas, visando sua não repetição.

No caso específico do fluxo de investigações, de rigor salientar que, a priori, quando da ocorrências de casos de violações cometidas por membros da segurança pública contra civis, são instaurados inquéritos policiais, bem como, a depender, inquéritos policiais militares - IPM, visando a colheita de elementos para eventual persecutio, nos termos da competência processual penal e seguindo os ditames da Constituição Federal. Ademais, nos termos da Resolução n° 1.364/20214-PGJ-CPJ, o Ministério Público do Estado de São Paulo possui a possibilidade de instauração do PIC - Procedimento Investigatório Criminal, presidido pelo Promotor de Justiça, de forma assim a realizar a colheita de provas e elementos para subsidiar a formação da opinio delicti.

Importante salientar que, atualmente, o parquet bandeirante possui grupo em que se estuda o aperfeiçoamento das investigações envolvendo letalidade policial, buscando-se assim a criação de um protocolo eficiente e robusto para enfrentamento da questão com a Polícia Judiciária.

De ressaltar, ainda, que a existência dos procedimentos supracitados é independente, podendo ainda as provas obtidas serem compartilhadas para melhor cotejo probatório, não havendo falar em litispendência ou conexão probatória.

Ademais, para apuração da letalidade no Estado de São Paulo, o GAESP conta com um Procedimento Administrativo de Acompanhamento, devidamente instaurado para acompanhamento do tema.

Destaco, ainda, a criação dos NAVV´s no Ministério Público do Estado de São Paulo, para observação do princípio da proteção integral da vítima, sendo importante instrumento para acolhimento, criação e atendimento de demandas voltadas para os aspectos da vitimologia.

A posição tomada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo demonstra a responsabilidade da instituição na conduta da questão bem como vai ao encontro da decisão proferida na ADPF n° 635 (Favela nova Brasília), além da Recomendação n°279/2023 do Conselho Nacional do Ministério Público, reafirmando de maneira categórica que compete ao

Ministério Público a defesa da ordem jurídica e do regime democrático (art. 127, "caput", CF/88), que tem como um dos seus fundamentos a dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III, CF/88), e lhe atribui, como uma de suas funções institucionais, o exercício do controle externo da atividade policial (art. 129, inciso VII, CF/88).

**Entendendo prestadas as informações necessárias no que tange à atribuição do GAESP - Núcleo Capital, devolvo o expediente para origem para eventual colheita de outros elementos junto ao CAOCRIM e demais órgãos internos, avaliando-se, ainda, a conveniência e oportunidade da resposta.**

Cumpra-se com a imediata devolução para origem.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2025.

**DANIEL MAGALHÃES ALBUQUERQUE SILVA**
Promotor de Justiça
GAESP - Núcleo Capital

**SULTANE RUBEZ JEHA**
Promotora de Justiça
GAESP - Núcleo Capital

Documento assinado eletronicamente por **Daniel Magalhaes Albuquerque Silva**, **Promotor de Justiça**, em 14/02/2025, às 15:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei Federal 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Sultane Rubez Jeha**, **Promotora de Justiça**, em 14/02/2025, às 15:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei Federal 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida neste site, informando o código verificador **14982239** e o código CRC **783C2225**.

# ANEXO 17

**PORTARIA MJSP Nº 436, DE 4 DE AGOSTO DE 2023**

Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio à Fundação Nacional dos Povos Indígenas, nas Terras Indígenas Awá e Alto Turiaçu, no Estado do Maranhão.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, a Portaria MJ nº 3.383, de 24 de outubro de 2013, e o contido no Processo Administrativo nº 08106.006706/2023-11, resolve:

Art. 1º Autorizar o emprego da Força Nacional de Segurança Pública - FNSP em apoio à Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai, nas Terras Indígenas Awá e Alto Turiaçu, no Estado do Maranhão, nas atividades e nos serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, em caráter episódico e planejado, por noventa dias.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico do órgão demandante, que deverá dispor da infraestrutura necessária à Força Nacional de Segurança Pública.

Art. 3º O contingente a ser disponibilizado obedecerá ao planejamento definido pela Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO DINO

REVOGADA

**PORTARIA MJSP Nº 439, DE 4 DE AGOSTO DE 2023**

Regulamenta as áreas temáticas e o rol de itens financiáveis, nos exercícios orçamentários de 2023 e 2024, com os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, transferidos na forma do inciso I do art. 7º da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, o art. 12 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e o contido no Processo Administrativo nº 08020.006641/2023-46, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Portaria regulamenta as áreas temáticas e o rol de itens financiáveis, nos exercícios orçamentários de 2023 e 2024, com os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, nos termos do inciso I do art. 7º da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.

Art. 2º Para o recebimento dos recursos, os Estados e o Distrito Federal deverão apresentar plano de ação alinhado ao Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSP.

§ 1º O plano de ação deverá ser composto por ações vinculadas às metas e às ações estratégicas do PNSP e ao Plano Estadual ou Distrital de Segurança Pública.

§ 2º As ações deverão prever metas específicas, indicadores de processos e de resultados coordenados entre si.

CAPÍTULO II

DAS ÁREAS TEMÁTICAS

Art. 3º Deverá ser apresentado um plano de ação para cada uma das seguintes áreas temáticas, de acordo com os respectivos percentuais de recursos:

I - redução de mortes violentas intencionais: oitenta por cento.

II - enfrentamento da violência contra a mulher: dez por cento; e

III - melhoria da qualidade de vida dos profissionais da segurança pública: dez por cento.

§ 1º Os recursos previstos no plano de ação dividem-se em blocos de custeio e investimento.

§ 2º Deverá ser observada a proporção de cinquenta por cento para o bloco de custeio e cinquenta por cento para o bloco de investimento na área temática constante no inciso III deste artigo.

§ 3º Deverá ser observada a proporção de trinta por cento para o bloco de custeio e setenta por cento para o bloco de investimento nas áreas temáticas constantes nos incisos I e II deste artigo.

Art. 4º A estruturação das ações deverá observar os seguintes componentes:

I - produção de diagnóstico detalhado do problema que se quer enfrentar;

II - mecanismos de governança e acompanhamento do resultado das ações;

III - desenvolvimento de capacidade institucional por meio de capacitação e transferência de tecnologias, sempre que necessário; e

IV - aquisição de bens e equipamentos e/ou contratação de serviços.

CAPÍTULO III

DAS AÇÕES

Art. 5º As ações a serem desenvolvidas na área temática Redução de Mortes Violentas Intencionais compreendem o seguinte:

I - prevenção social e situacional da violência;

II - policiamento comunitário em áreas com elevada concentração de mortes violentas intencionais;

III - policiamento ostensivo e preventivo em áreas com elevada concentração de mortes violentas intencionais;

IV - fortalecimento da capacidade de investigação de homicídios, em especial das Delegacias Especializadas;

V - fortalecimento da perícia criminal, nas áreas de cadeia de custódia, medicina legal, genética forense, local de crime, química, papiloscopia, informática e balística;

VI - fortalecimento das capacidades de atendimento pré-hospitalar e resgate;

VII- capacitação de servidores;

VIII - utilização de câmeras corporais por profissionais de segurança pública;

IX - enfrentamento a organizações criminosas, em especial as relacionadas ao tráfico de drogas e à lavagem de dinheiro;

X - redução da letalidade policial;

XI - fortalecimento de ações de investigação, apreensão e controle de armas de fogo e munições;

XII - desenvolvimento, aquisição ou aprimoramento de sistema de gestão de informações a ser integrado ao SINESP;

XIII - elaboração de planejamento estratégico, modelo de gestão de riscos e de gestão por resultados; e

XIV - realização de pesquisas, diagnósticos e estudos.

Art. 6º As ações a serem desenvolvidas na área temática Enfrentamento da Violência contra a Mulher devem coordenar prevenção e repressão qualificada e compreendem o seguinte:

I - ampliação e aperfeiçoamento dos programas de prevenção e atendimento às mulheres em situação de violência, como as Patrulhas Maria da Penha;

II - ampliação e aperfeiçoamento da investigação criminal e do atendimento às mulheres vítimas de violência, como as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher;

III - ampliação e aperfeiçoamento do atendimento às mulheres vítimas de violência em unidades de perícia criminal;

IV - estruturação e aprimoramento dos serviços de atendimento de urgência e emergência de mulheres vítimas de violência;

V - capacitação de servidores;

VI - desenvolvimento, aquisição ou aprimoramento de sistema de gestão de informações a ser integrado ao SINESP;

VII - fortalecimento das ações de enfrentamento ao feminicídio e ao tráfico e exploração sexual de mulheres e meninas;

VIII - fomento à mobilização e à participação social;

IX - fomento ao enfrentamento da violência contra a mulher e discriminação de gênero no contexto institucional;

X - elaboração de planejamento estratégico, modelo de gestão de riscos e de gestão por resultados; e

XI - realização de pesquisas, diagnósticos e estudos.

Art. 7º As ações a serem desenvolvidas na área temática Melhoria da qualidade de vida dos profissionais da segurança pública devem ter especial ênfase na atenção biopsicossocial e saúde mental, e compreendem o seguinte:

I - acompanhamento e tratamento de saúde;

II - prevenção ao suicídio;

III - incentivo à prática de atividades físicas e ao desenvolvimento de hábitos saudáveis;

IV - atenção para situações de estresse, riscos, incidentes críticos, vitimização e de identificação do uso de substâncias psicoativas;

V - atenção à saúde dos profissionais de segurança pública com deficiência decorrente do exercício do cargo ou função;

VI - detecção de patologias, aquisição de equipamentos de diagnóstico, análise de riscos físicos, químicos, biológicos e psicossociais;

VII - reabilitação laboral, incluindo fisioterapia;

VIII - estudo sobre equipamentos de proteção individual e coletiva;

IX - capacitação de servidores;

X - desenvolvimento, aquisição ou aprimoramento de sistema de gestão de informações, a ser integrado ao SINESP;

XI - elaboração de planejamento estratégico, modelo de gestão de riscos e de gestão por resultados; e

XII - realização de pesquisa, diagnósticos e estudos.

CAPÍTULO IV

DOS ITENS FINANCIÁVEIS

Art. 8º Os bens e equipamentos que podem ser adquiridos e os serviços que podem ser contratados com recursos de que trata esta Portaria são aqueles previstos no rol taxativo constante do Anexo a esta Portaria.

Art. 9º Os equipamentos e soluções tecnológicas para investigação, atividades de inteligência e análise forense adquiridos com os recursos de que trata esta Portaria deverão ser auditáveis e rastreáveis.

Art. 10. Na área temática Enfrentamento da Violência contra a Mulher, não serão objeto de financiamento:

I - mobiliários, exceto para estruturação de unidades destinadas à prevenção e ao atendimento de mulheres vítimas de violência; e

II - materiais de escritório em geral.

Art. 11. Na área temática Melhoria da qualidade de vida dos profissionais da segurança pública, não serão objeto de financiamento:

I - armas de fogo e munições;

II - medicamentos;

III - materiais de escritório em geral; e

IV - mobiliários, exceto para estruturação das unidades destinadas ao atendimento biopsicossocial, estruturação das unidades de ensino ou readequação do ambiente de trabalho, quando indispensável à saúde dos profissionais.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Os casos não previstos nesta Portaria serão solucionados pelo Secretário Nacional de Segurança Pública.

Art. 13. Fica revogada a Portaria MJSP nº 483, de 9 de novembro de 2021.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO DINO

ANEXO

ROL DE ITENS FINANCIÁVEIS

| ANEXO I - ROL DE ITENS FINANCIÁVEIS | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Grupo | Classe | Material/Serviço | Código SENASP |
| Material | Armamento de fogo | Acessórios de Pontaria e Visão | Aparelho do tipo: Luneta; Óptico; Red Dot; Optrônicos em Geral (óculos e binóculos para visão noturna) | MAT.01.001.0001 |
| | | Arma Curta | Pistola (NT SENASP nº 01/2020) | MAT.01.002.0001 |
| | | Arma Longa | Carabina (NT SENASP nº 04/2021) | MAT.01.003.0001 |
| | | | Espingarda | MAT.01.003.0002 |
| | | | Fuzil (NT SENASP nº 04/2021) | MAT.01.003.0003 |
| | | | Submetralhadora (NT SENASP nº 05/2022) | MAT.01.003.0004 |
| | Instrumento de Menor Potencial Ofensivo | Contenção | Algema Metálica ou Plástica | MAT.02.004.0001 |
| | | Armamento | Arma Eletroeletrônica de Incapacitação Neuromuscular (NT SENASP nº 02/2020) | MAT.02.005.0001 |
| | | Dispositivos | Espargidor em Geral | MAT.02.006.0001 |
| | | | Granada em Geral | MAT.02.006.0002 |
| | | | Lançador de Granadas | MAT.02.006.0003 |
| | | | Sinalizadores e Iluminadores | MAT.02.006.0004 |
| | | Vestuário Operacional | Bota | MAT.03.007.0001 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Proteção Individual e Coletiva | | Calça | MAT.03.007.0002 |
| | | Camisa | MAT.03.007.0003 |
| | | Gandola; Japona | MAT.03.007.0004 |
| | Acessório Especia | Capacete em Geral (Motociclista, Antitumulto, Balístico, Altura e Incêndio) | MAT.03.008.0001 |
| | | Colete de Proteção Balística (NT SENASP nº 03/2021) | MAT.03.008.0002 |
| | | Óculos de Proteção | MAT.03.008.0003 |
| | | Traje Anti-Fragmentação | MAT.03.008.0004 |
| | | Cinto de guarnição com porta carregadores, porta algemas, porta APH | MAT.03.008.0005 |
| | | Máscara de proteção respiratória | MAT.03.008.0006 |
| | Acessório Operacional | Balaclava | MAT.03.009.0001 |
| | | Bastão Antitumulto (Tonfa e Bastão Retrátil) | MAT.03.009.0002 |
| | | Coldre para Pistola | MAT.03.009.0003 |
| | | Cotoveleira | MAT.03.009.0004 |
| | | Escudo | MAT.03.009.0005 |
| | | Joelheira | MAT.03.009.0006 |
| | | Lanterna | MAT.03.009.0007 |
| | | Luva | MAT.03.009.0008 |
| | | Óculos | MAT.03.009.0009 |
| | | Perneira | MAT.03.009.0010 |
| Instrumentos e Equipamentos Próprios de Socorrista | Combate a Incêndio (Florestal e Urbano) | Bomba costal; Abafador de fogo; Soprador costal; Conjunto de material de sapa; Câmera térmica; Exaustor / Ventilador; Escada; Conjunto de materiais de entrada forçada | MAT.04.010.0001 |
| | Proteção Respiratória | Máscaras de gás; Kit de EPR; Equipamentos de respiração com fornecimento de ar (SABA); Detectores de gás; Ventiladores; Respiradores de partículas; Central de recarga de cilindro de ar comprimido | MAT.04.011.0001 |
| | Resgate e Salvamento Aéreo | Cintos de segurança; Cordas de resgate; Macas aéreas; Pump Bucket; Equipamento de proteção contra quedas; Mosquetão; Equipamento de escalada; Freio 'Oito'; Boldrié | MAT.04.012.0001 |
| | Resgate e Salvamento Aquático | Boias salva-vidas (Life Belt); Coletes salva-vidas; Cordas de resgate aquático; Pranchas de resgate; Trajes de mergulho; Kit de mergulho; Cilindro de ar comprimido; Mascara de Mergulho; Conjunto Regulador | MAT.04.013.0001 |
| | Resgate e Salvamento Terrestre | Desencarcerador; Conjuntos de primeiros socorros; Lanternas; Ferramentas de escavação; Sinalizadores | MAT.04.014.0001 |
| | Resposta a Desastres | Geradores; Barracas de Emergência; Bombas D'agua; Motores em Geral | MAT.04.015.0001 |
| Instrumentos e Equipamentos de Análises Forense | Equipamentos e Aparelhos para Cadeia de Custódia e seus Insumos | Envelopes para vestígios; Lacres para envelopes; Sacos Mortuários; Embalagens para acondicionamento de Vestígios (armas, material biológico); Estantes Deslizantes; Câmaras de Segurança para central de custódia; Fechaduras eletrônicas de Segurança | MAT.05.016.0001 |
| | Equipamentos e Aparelhos para Genética Forense e seus Insumos | Cromatógrafos diversos; Espectrômetro; Termociclador; Agitador Magnético; Agitador tipo Vórtex; Moedor de ossos; Concentrador à vácuo; Autoclave; Freezer Científico; Balança de precisão; Balança analítica; Microscópio Eletrônico; Capela de exaustão; Centrífuga; Centrífuga de microplacas; Kit de ponteiras diversas; Plataforma de grande porte; Plataforma de pequeno porte; Insumos para plataformas de grande e pequenos porte; Analisador Genético; Micropipeta eletrônica diversas e seu suporte; Insumos diversos (Capilar, Condicionador, Formamida, Álcool; Polímeros; Septa; Tampão ânodo e cátodo; Ácidos entre outros) | MAT.05.017.0001 |
| | Equipamentos e Aparelhos para Laboratórios Forenses e seus Insumos | Equipamentos tecnológicos para preparação de amostras e análise de vestígios químicos e biológicos; Materiais de laboratório e instrumentação para coleta preparação de amostras e análise de vestígios químicos e biológicos | MAT.05.018.0001 |
| | Equipamentos e Aparelhos para Medicina Legal e seus Insumos | Veículo para transporte de cadáveres (tipo rabecão); Câmaras Frias; Maca; Mesa para Necropsia; Mesa ginecológica; Biombo hospitalar; Mesa de apoio hospitalar; Foco cirúrgico; Tomógrafo; Aparelho de Raio X; Kit instrumentos para necropsia; Serra para crânio; Colposcópio; FlatScan; Kit para coleta de material biológico | MAT.05.019.0001 |
| | Equipamentos e Aparelhos para Papiloscopia e seus Insumos | Maleta para Papiloscopia composta por (Frasco de pó preto; Frasco de pó branco; Frasco de pó prata; Pincel de pêlo; Pincel de fibra de vidro; Pincel de fibra de carbono; Frasco de pó magnético preto; Frasco de pó magnético prata; Aplicador de pó magnético; Caixas de Levantadores transparentes, Caixas de Levantadores brancos e Caixas de Levantadores pretos, Rolos de fita de 5,0 cm e Rolos de fita de 2,5 cm); Leitor Biométrico; Ciano acrilato e reveladores de impressões latentes; Câmara para aplicação de ciano acrilato; Mobile multiespectral forense (tablet multiespectral) | MAT.05.020.0001 |
| | Equipamentos e Aparelhos para Criminalística e seus Insumos | Maleta para local de crime composta por: (conjuntos de placas de 1 a 100; Fita Zebrada; Detector de tensão; Emissor de radiação; Equipamento de luzes forenses; Lupa de mão; Lupa de medição, Paquímetro profissional, Régua fotografia, Trena a laser, Inclinômetro e Amperímetro); Detector de Metais; Detector de Gases tóxicos; Boroscópio com Câmera de Inspeção Digital com Tela LCD; Scanner 3D; Luz Forense de bancada; Aparelho de GPS; Micro comparador Balístico; Tanque para coleta de projéteis | MAT.05.021.0001 |
| Mobiliário e Eletrodoméstico | Eletrodoméstico | Bebedouro de Água | MAT.06.022.0001 |
| | | Ar-condicionado | MAT.06.022.0002 |
| | | Geladeira | MAT.06.022.0003 |
| | | Televisor | MAT.06.022.0004 |
| | Mobiliário | Armário | MAT.06.023.0001 |
| | | Beliche | MAT.06.023.0002 |
| | | Cadeira | MAT.06.023.0003 |
| | | Gaveteiro | MAT.06.023.0004 |
| | | Mesa | MAT.06.023.0005 |
| Mobilidade | Aeronave | Aeronave de Asa Fixa | MAT.07.024.0001 |
| | | Aeronave de Asa Rotativa | MAT.07.024.0002 |
| | | Aeronave Remotamente Controlada | MAT.07.024.0003 |
| | Embarcação de Pequeno Porte | Bote | MAT.07.025.0001 |
| | | Moto Aquática | MAT.07.025.0002 |
| | Embarcação Rígida e Semirrígida | Lancha | MAT.07.026.0001 |
| | Motocicleta | Bicicleta ou Diciclo ou Patinete Elétrico | MAT.07.027.0001 |
| | | Motocicleta; Quadriciclo | MAT.07.027.0002 |
| | | Quadriciclo | MAT.07.027.0003 |
| | Veículo Especial | Veículo Especial tipo: Ambulância | MAT.07.028.0001 |
| | | Veículo Especial tipo: Autobomba Tanque | MAT.07.028.0002 |
| | | Veículo Especial tipo: Autoescada | MAT.07.028.0003 |
| | | Veículo Especial tipo: Câmara de Refrigeração de Vestígios | MAT.07.028.0004 |
| | | Veículo Especial tipo: Monitoramento e Vigilância | MAT.07.028.0005 |
| | | Veículo Especial tipo: Combate a incêndio florestal | MAT.07.028.0006 |
| | | Veículo Especial tipo: Salvamento e Resgate | MAT.07.028.0007 |
| | Veículo Leve | Veículo leve para emprego operacional de busca e apoio para aplicação fora de estrada com tração 4x4 (NT SENASP nº 06/2022) | MAT.07.029.0001 |
| | | Veículo leve para emprego operacional de busca e apoio para aplicação mista urbana e rural com tração 4x2 ou 4x4 (NT SENASP nº 06/2022) | MAT.07.029.0002 |
| | | Veículo leve para emprego operacional de busca e apoio para aplicação rodoviária e urbana com tração 4x2 (NT SENASP nº 06/2022) | MAT.07.029.0003 |
| | | Veículo leve para emprego operacional do tipo descaracterizado com tração 4x2 ou 4x4 para aplicação rodoviária urbana rural ou fora de estrada (NT SENASP nº 06/2022) | MAT.07.029.0004 |
| | | Veículo leve para emprego operacional geral para aplicação fora de estrada com tração 4x4 (NT SENASP nº 06/2022) | MAT.07.029.0005 |
| | | Veículo leve para emprego operacional geral para aplicação mista urbana e rural com tração 4x2 ou 4x4 (NT SENASP nº 06/2022) | MAT.07.029.0006 |
| | | Veículo leve para emprego operacional geral para aplicação rodoviária e urbana com tração 4x2 (NT SENASP nº 06/2022) | MAT.07.029.0007 |
| | Veículo Pesado | Caminhão | MAT.07.030.0001 |
| | | Micro-Ônibus | MAT.07.030.0002 |
| | | Ônibus | MAT.07.030.0003 |
| | Munição para Arma de Fogo | Munição Letal para Arma de Alma Lisa | MAT.08.031.0001 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Munição | | Munição Letal para Calibre de Alta Velocidade | MAT.08.031.0002 |
| | | | Munição Letal para Calibre de Baixa Velocidade | MAT.08.031.0003 |
| | | Munição para IMPO | Munição Não-Letal para Arma de Alma Lisa | MAT.08.032.0001 |
| | Saúde no Trabalho | Exercício Físico | Equipamentos Aparelhos e Materiais à Prática de Exercício Físico | MAT.09.033.0001 |
| | | Atividades Ambulatoriais | Equipamentos Aparelhos e Materiais Ambulatoriais | MAT.09.034.0002 |
| | | Atividade de Fisioterapia | Equipamentos Aparelhos e Materiais de Fisioterapia | MAT.09.035.0003 |
| | | Atividade Hospitalar | Equipamentos Aparelhos e Materiais Médico-Hospitalares | MAT.09.036.0004 |
| | | Atividade Odontológica | Equipamentos Aparelhos e Materiais Odontológicos | MAT.09.037.0005 |
| | | Atendimento Pré-Hospitalar | Kit para APH-Tático (Atendimento Pré-Hospitalar Tático) e seus Insumos | MAT.09.038.0006 |
| | Tecnologia da Informação | Áudio e Vídeo | Câmera Fotográfica e filmadora | MAT.10.039.0001 |
| | | | Câmeras Corporais | MAT.10.039.0002 |
| | | | Videomonitoramento e webcam | MAT.10.039.0003 |
| | | | Aparelho celular e tablet | MAT.10.039.0004 |
| | | | Scanners portáteis | MAT.10.039.0005 |
| | | | Gravadores de ambiente | MAT.10.039.0006 |
| | | Computador | Microcomputador | MAT.10.040.0001 |
| | | | Notebook | MAT.10.040.0002 |
| | | | Servidor | MAT.10.040.0003 |
| | | Impressão | Impressora 3D | MAT.10.041.0001 |
| | | | Impressora Jato de Tinta | MAT.10.041.0002 |
| | | | Impressora Laser | MAT.10.041.0003 |
| | | Redes | Firewall | MAT.10.042.0001 |
| | | | Roteador | MAT.10.042.0002 |
| | | | Switch | MAT.10.042.0003 |
| | | Softwares | Licença de Software | MAT.10.043.0001 |
| | | Geolocalização e Interceptação | Rastreador (veicular e Dissimulado) | MAT.10.044.0001 |
| | | | Sensor de imagem para embarcação | MAT.10.044.0002 |
| | | Radiocomunicação | Radiocomunicação Crítica preferencialmente (não mandatório) no protocolo TETRA ou do tipo: Long Term Evolution - LTE ou de Tecnologia Similar | MAT.10.045.0001 |
| Serviços | Contratação de Empresa Especializada | Arquitetura e Serviços de Engenharia | Desenvolvimento de Documentos Técnicos e Projetos Gráficos | SER.11.046.0001 |
| | | Comunicação Social | Serviço Audiovisual | SER.11.047.0001 |
| | | | Serviço de Publicidade | SER.11.047.0002 |
| | | | Serviço Gráfico | SER.11.047.0003 |
| | | Eventos | Seminários; Congressos; Palestras | SER.11.048.0001 |
| | | Formação e Capacitação | Cursos livres; Curso de Pós-Graduação; Custeio de hora-Aula; design instrucional/ produção, editoração e adaptação de conteúdo; revisão de texto e tradução | SER.11.049.0001 |
| | | Gestão e Governança | Planejamento; Transparência; Risco e Compliance; elaboração de indicadores; monitoramento e acompanhamento de ações e avaliação externa; Diagnóstico. | SER.11.050.0001 |
| | | Obras e Manutenção Predial | Execução de Obra (Construção ou Reforma e/ou Ampliação) ou Manutenção Predial | SER.11.051.0001 |
| | | Radiocomunicação | Desenvolvimento Instalação e Suporte para Radiocomunicação Crítica entre outros sistemas | SER.11.052.0001 |
| | | Simulador de tiro | Treinamento de Tiro Virtual | SER.11.053.0001 |
| | | Segurança e Saúde no Trabalho do Profissional de Segurança Pública | Atendimento em Segurança e Saúde no Trabalho | SER.11.054.0001 |
| | | | Atendimento Fisioterapêutico | SER.11.054.0002 |
| | | | Atendimento Médico | SER.11.054.0003 |
| | | | Atendimento Odontológico | SER.11.054.0004 |
| | | | Atendimento Psicológico e de Assistência Social | SER.11.054.0005 |
| | | | Realização de exames (raio-X, laboratoriais, ressonâncias, entre outros) necessários para a detecção de patologias | SER.11.054.0006 |
| | | Tecnologia da Informação | Desenvolvimento e Manutenção de Software | SER.11.055.0001 |
| | | | Suporte Técnico em Tecnologia da Informação | SER.11.055.0002 |
| | | | Operadora para Transmissão de Dados e voz | SER.11.055.0003 |
| | | | Solução Integrada de Gerenciamento de Projetos Programas e Portfólio | SER.11.055.0004 |

**PORTARIA MJSP Nº 440, DE 4 DE AGOSTO DE 2023**

Dispõe sobre os procedimentos para transferência obrigatória de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP aos Fundos de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal, de que trata o inciso I do art. 7º da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e define modelo para o acompanhamento e a prestação de contas desses recursos, bem como para a eventual apuração de responsabilidade.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto na alínea "a" do inciso II do caput do art. 3º, e no inciso I do art. 7º, ambos da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, na Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e o que consta no Processo Administrativo nº 08020.006641/2023-46, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para transferências obrigatórias de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, de que trata o inciso I do art. 7º da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.

Art. 2º O uso dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública observará os princípios da administração pública e os contidos no art. 4º da Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, em especial:

I - legalidade;

II - impessoalidade;

III - moralidade;

IV - publicidade;

V - eficiência;

VI - simplicidade, informalidade, economia procedimental e celeridade no serviço prestado à sociedade;

VII - respeito aos direitos humanos e aos direitos e garantias individuais e coletivos;

VIII - proteção, valorização e reconhecimento dos profissionais de segurança pública;

IX - participação e controle social; e

X - transparência, responsabilização e prestação de contas.

Art. 3º Para fins de recebimento dos recursos de que trata o art. 1º, até o mês de maio do exercício anterior ao repasse de cada ano-calendário, o Ministério da Justiça e Segurança Pública divulgará:

I - os percentuais de transferência de recursos por Estado e Distrito Federal e a estimativa dos valores que serão repassados;

II - as áreas temáticas, seus percentuais de distribuição e de natureza de despesa; e

III - o rol de itens financiáveis.

CAPÍTULO II

DO PLANO DE AÇÃO

Art. 4º Os Estados e o Distrito Federal encaminharão, a cada exercício orçamentário, plano de ação, conforme modelo do Anexo I.

Parágrafo único. O prazo de envio do plano de ação será de noventa dias, contados a partir da divulgação prevista no art. 3º.

Art. 5º O prazo de análise e aprovação do plano de ação será de até vinte dias, contados a partir do encerramento do prazo do artigo anterior.

§ 1º Na hipótese de solicitação de diligências, o prazo de que trata o caput ficará suspenso, voltando a transcorrer após o recebimento do plano de ação corrigido.

§ 2º O prazo de cumprimento das diligências não excederá dez dias.

Art. 6º O plano de ação será limitado aos bens e serviços previamente estabelecidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, nos termos do inciso III do art. 3º.

Art. 7º Para o financiamento de construção, de reforma e de ampliação, é necessária a comprovação, anexa ao plano de ação, dos seguintes requisitos:

I - projeto básico; e

II - documentos de titularidade dominial da área de intervenção.

Art. 8º É vedada a contratação de projetos de engenharia, salvo os necessários para a execução de obra prevista no mesmo plano de ação.

Art. 9º A vigência do plano de ação se encerrará em 31 de dezembro do segundo exercício subsequente ao do repasse.

§ 1º A vigência do plano de ação poderá ser prorrogada uma única vez, por um ano, de ofício ou a pedido, por ato da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

§ 2º A solicitação de prorrogação do prazo de vigência do plano de ação poderá ser feita, no máximo, até sessenta dias antes do encerramento do prazo de vigência do mesmo.

§ 3º A prorrogação do prazo de vigência do plano de ação somente será autorizada se houver a execução de pelo menos cinquenta por cento dos recursos repassados no respectivo plano.

CAPÍTULO III

DA HABILITAÇÃO

Art. 10. Para fins de habilitação ao recebimento dos recursos, os Estados e o Distrito Federal deverão:

I - instituir e assegurar o funcionamento do Conselho de Segurança Pública e Defesa Social;

II - instituir e assegurar o funcionamento do Fundo de Segurança Pública;

III - formular e implementar Plano de Segurança Pública conforme o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social;

IV - instituir e assegurar a observância de critérios para a promoção e a progressão funcional, por antiguidade e merecimento, de peritos, de policiais civis e militares e de integrantes dos corpos de bombeiros militares;

V - integrar os sistemas nacionais, fornecer e atualizar dados e informações de segurança pública ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, em especial no âmbito do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas - Sinesp;

VI - observar o percentual máximo de profissionais da área de segurança que atuam fora das suas instituições; e

VII - desenvolver e implementar plano de enfrentamento da violência contra a mulher que contemple tratamento específico para mulheres indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais.

§ 1º O prazo para envio da documentação relativa à habilitação será de trinta dias, contados a partir da divulgação prevista no art. 3º.

§ 2º Eventuais diligências deverão ser cumpridas em até dez dias.

§ 3º A Secretaria Nacional de Segurança Pública se manifestará conclusivamente sobre a habilitação até o último dia útil do mês de setembro do ano anterior ao repasse.

Art. 11. Conselho Estadual ou Distrital de Segurança Pública e Defesa Social terá sua composição formada, no que couber, nos termos dos artigos 9º e 21 da Lei nº 13.675, de 2018, e demais legislações correlatas.